O Santo Abandono

Vital Lehodey

O SANTO ABANDONO

VITAL LEHODEY

Tradução por IA (ChatGPT)
do *texto inglês*

PREFÁCIO DO TRADUTOR

(Tradução para inglês)

O Santo Abandono, escrito durante a Grande Guerra, foi publicado pela primeira vez na época das Conferências de Paz, há quinze anos, como que para recordar aos negociadores dos tratados que uma paz verdadeira e duradoura, tanto para as nações como para os indivíduos, deve assentar no sólido fundamento da obediência à Lei Divina; que só pode haver paz na terra para os homens de boa vontade que dão a Deus, nas alturas, a glória que Lhe é devida. Tendo surgido num momento tão oportuno, depressa veio a ser aceite nos meios religiosos de França e da Bélgica como uma obra clássica no seu género. Entre os muitos pastores de almas que se apressaram a felicitar o venerável autor pela excelência singular da sua obra encontrava-se o próprio Pastor Supremo, o ilustre Papa Pio XI.

O ano de 1927 assistiu à publicação da quinta edição francesa, que elevou o número total de exemplares para a respeitável cifra de 16 000. Se atendermos ao tema tratado, este êxito não pode deixar de parecer extraordinário. Com efeito, *O Santo Abandono* não possui nenhuma das qualidades geralmente consideradas indispensáveis para um «best-seller»: está muito longe de ser um livro destinado a proporcionar um agradável companheiro de férias, a distrair durante uma longa viagem de comboio ou a tornar mais suportável a espera no consultório de um dentista. Isto não significa, porém, que se possa qualificá-lo como um livro enfadonho. Muito pelo contrário. Revelar-se-á uma obra de extraordinário interesse para aqueles cuja preocupação mais urgente não é matar o tempo, mas antes aproveitar esse dom de Deus da melhor maneira possível para o bem das suas almas imortais. Todavia, exige ser estudado, e não apenas folheado superficialmente, e estudado em relação com a prática concreta da vida. É, acima de tudo, um livro sério, destinado a pessoas sérias, com o propósito muito prático de as ajudar a alcançar o fim da sua existência. Na verdade, o autor tem principalmente em vista os seus irmãos cistercienses, mas a sua obra revelar-se-á igualmente apropriada para religiosos de outras Ordens, para sacerdotes seculares e até para leigos piedosos; em suma, para todos os que procuram seriamente a perfeição cristã. Os diretores espirituais, em particular, encontrarão nela um auxílio verdadeiramente precioso.

Esta tradução foi feita a partir da edição de 1927.

Num breve prefácio à quarta edição, Dom Lehodey anuncia que uma das obras de onde extraiu várias passagens foi condenada pelo Santo Ofício; mas acrescenta que, como as citações utilizadas nada contêm de heterodoxo, permanece inteiramente livre para as conservar. Contudo, por respeito para com as autoridades romanas, suprimiu o nome tanto da obra como do seu autor.

Aproveito esta ocasião para agradecer aos Reverendos Censores a bondade com que facilitaram o meu trabalho e, de modo muito especial, ao nosso venerado Prelado Diocesano, Sua Excelência Reverendíssima D. Dr. Kinane, pela amabilidade de ter aceitado a presente dedicatória.

AILBE J. LUDDY, O. Cist.
Abadia de Mount Melleray,
1 de outubro de 1934.

PREFÁCIO DO AUTOR

Mais um livro sobre o Santo Abandono! Não existem já autores em número suficiente que trataram este assunto de modo claro e exaustivo?

Rodríguez, na sua *Prática da Perfeição Cristã*, deixou-nos um excelente tratado sobre a conformidade com a vontade de Deus; é um mestre a quem sempre se regressa com prazer e proveito. A mesma doutrina encontra-se condensada em páginas sólidas, criteriosas e práticas da grande obra de Saint-Jure: *De la Connaissance et de l'Amour du Fils de Dieu, Notre Seigneur Jésus-Christ* (I, III, cc. VIII e XXIV). A Drexelius devemos o justamente estimado *Heliotropium*; enquanto os escritos de De Caussade — o seu *L'Abandon à la divine Providence* (a virtude e o estado), os seus *Conselhos Espirituais* e as suas *Cartas de Direção* — são ainda mais conhecidos. Na verdade, todo o autor que nos deixou uma exposição da vida espiritual teve inevitavelmente de abordar o tema da conformidade com a vontade divina: por exemplo, Le Gaudier (*De perfectione vitae spiritualis*, p. III, sec. II) e Le Marchand (*Exercices spirituels de Saint Ignace*, t. I, §§ I e segs.). Quase nos nossos dias, da elegante pena de Mons. Gay saiu aquele encantador opúsculo *L'Abandon à Dieu* (*Vie et Vertus Chrétiennes*, XIV); e, muito recentemente, acolhemos a publicação da notável obra de Desurmont sobre a Providência (*Œuvres complètes*, t. II). Poderíamos citar muitos outros autores ilustres, mas limitar-nos-emos a dois, que desejamos mencionar com especial honra: São Francisco de Sales e Santo Afonso Maria de Ligório. Ambos escreveram admiravelmente sobre o assunto de que agora nos ocupamos: o primeiro, no seu *Tratado do Amor de Deus* (II, VIII-IX), nas suas *Conversações Espirituais* (II, VI, XV, XXI, XXII), tão instrutivas quanto encantadoras, e nas suas *Cartas de Direção*; o segundo, no seu precioso opúsculo *Da Conformidade com a Vontade de Deus*, na sua *Prática do Amor a Jesus Cristo*, na sua *Verdadeira Esposa de Jesus Cristo* (cc. XIII, XIV, etc.), obra que nunca será suficientemente apreciada, bem como em muitas das suas outras publicações.

Não faltam, portanto, bons autores. Apesar disso, pareceu-nos que ainda havia lugar para mais um tratado, simultaneamente teórico e prático, que

recolhesse o melhor das outras obras, as completasse umas pelas outras e oferecesse solução para certos problemas próprios do nosso tempo.

Fora da escola tradicional, encontramos duas teorias mutuamente opostas acerca do Santo Abandono. A primeira considera-o como uma espécie de exaltação da alma, que a leva a correr ao encontro dos sofrimentos e, pelo menos implicitamente, a pedi-los; sob aparência de generosidade, toma, de certo modo, a iniciativa em matérias cuja decisão Deus reservou para Si. Segundo a outra teoria, a alma deve conservar uma atitude puramente passiva, renunciando a toda a previsão e a qualquer esforço pessoal. Os defensores desta posição apelam, mas sem qualquer fundamento, à autoridade de São Francisco de Sales.

É fácil verificar que a primeira destas teorias atribui demasiado ao esforço humano e restringe indevidamente a ação da Providência; enquanto a segunda, sob o pretexto de «deixar Deus agir», priva a alma de toda a atividade. São a Cila e a Caríbdis, os dois extremos que teremos de evitar, se quisermos atribuir a Deus e à criatura a parte que justamente lhes pertence. Para seguirmos a via do justo meio, permitiremos, por um lado, que a Providência disponha de nós segundo todos os seus direitos; e, por outro, em vez de entravar a ação divina, oferecer-lhe-emos uma submissão plena e dócil, juntamente com toda a cooperação inteligente e ativa que ela exige de nós.

A exatidão da doutrina nesta matéria é da maior importância, pois trata-se dos princípios que regem a nossa vida. Além disso, o objeto do nosso estudo apresenta dificuldades a cada passo. Será, pois, de admirar que abordemos esta tarefa com não pequena apreensão? O que de algum modo nos tranquiliza é a firme resolução de seguir sem desvios o ensinamento tradicional e, para esse fim, colocarmo-nos sob a direção absolutamente segura de São Francisco de Sales e de Santo Afonso Maria de Ligório. Fundadores de Ordens religiosas, santos e formadores de santos, serão eles os nossos mestres e modelos. A nossa confiança aumenta ainda ao recordar que a Igreja os colocou oficialmente entre os seus ilustres Doutores. São Francisco de Sales recebeu o título de Doutor da Piedade. Santo Afonso, incomparável como moralista, igualmente eminente como teólogo dogmático e controversista, é também um dos mais autorizados mestres da

vida espiritual; as suas numerosas obras ascéticas estão repletas de sólida doutrina e de profunda unção espiritual. Ambos os Santos, como já observámos, escreveram tratados admiráveis sobre o Santo Abandono e viveram de modo igualmente admirável a sua prática.

Escolhemos estes dois Doutores como nossos guias principais porque, cheios de fé viva e de sublime caridade, animados pelo espírito de heroica abnegação, manifestam sempre um soberano respeito pela santa vontade de Deus; amam-na e adoram-na; onde quer que ela se manifeste, atrai imediatamente a sua atenção; e inclinam-se sempre para o lado onde ela parece revelar-se com maior evidência. Contudo, longe de diminuírem o valor da atividade humana, reconhecem-lhe todos os seus legítimos direitos. Quanto à própria conduta, empregaram toda a sua inteligência e todas as suas energias para cooperar da maneira mais perfeita com a vontade divina e permitir-lhe realizar plenamente os seus desígnios benéficos. Citá-los-emos frequentemente nesta obra, mas São Francisco de Sales aparecerá com maior frequência, porque os semiquietistas procuraram reivindicá-lo como seu defensor. A sua doutrina, como o leitor facilmente poderá verificar, não necessita de qualquer justificação. Basta contemplá-la no seu conjunto para reconhecer a sua perfeita ortodoxia.

Dividiremos o nosso tratado em quatro partes, nas quais estudaremos sucessivamente a natureza, o fundamento, o objeto e os frutos do Santo Abandono. Não nos limitaremos a examinar cada uma destas questões sob o ponto de vista puramente teórico; esforçar-nos-emos também, e com especial cuidado, por desenvolver os seus aspetos mais práticos, a fim de oferecer às almas provadas — e onde está a alma que o não seja? — abundante matéria para meditações muito proveitosas, e consolá-las e animá-las na medida das nossas pobres possibilidades. Deus queira que todos os que lerem estas páginas, com o auxílio da sua graça, delas retirem uma fé vigorosa e uma coragem indómita, para que, em vez de murmurarem contra a mão divina quando ela os fere para seu bem, a beijem antes com amor filial e confiança! Assim, os seus sofrimentos dar-lhes-ão consolação nesta vida e a mais magnífica recompensa na eternidade. Quanto a nós, considerar-nos-emos plenamente felizes se tivermos contribuído, ainda que muito pouco, para a glória do nosso amadíssimo Senhor e para o bem das almas tão queridas ao seu Coração.

PRIMEIRA PARTE:
Natureza do Santo Abandono

CAPÍTULO I: A vontade de Deus, regra suprema da vida

Queremos salvar a nossa alma e tender para a perfeição da vida espiritual. Isto significa que queremos purificar-nos profundamente, progredir em todas as virtudes, alcançar a união de amor com Deus e, de certo modo, transformar-nos n'Ele cada vez mais. Esta é a única ocupação à qual consagrámos exclusivamente a nossa vida. Trata-se de uma obra de grandeza incomparável, mas também de um trabalho que exige um esforço quase sem fim. Proporciona-nos liberdade de espírito, paz e alegria do coração, bem como a doce unção do Espírito Santo; mas, por outro lado, exige de nós inúmeros sacrifícios e o labor paciente de toda uma vida. Uma empresa tão grandiosa seria certamente não apenas difícil, mas absolutamente impossível, se tivéssemos de depender apenas dos nossos próprios recursos, pois pertence inteiramente à ordem sobrenatural. Mas «Tudo posso n'Aquele que me fortalece» (Fl 4,13). Sem Deus, somos absolutamente impotentes, incapazes de realizar qualquer ato meritório para a vida eterna; como diz São Paulo, por nós mesmos nem sequer podemos pensar ou querer o bem, quanto mais realizá-lo (cf. 2 Cor 3,5; Fl 2,13). Temos ainda mais razões para desconfiar de nós próprios e colocar toda a nossa confiança na graça divina quando o nosso objetivo é erradicar o vício, adquirir perfeitamente a virtude e viver em íntima união com Deus.

Que ser tão paradoxal é o homem: totalmente impotente e, ao mesmo tempo, omnipotente! Separado de Deus, é tão fraco e desprovido de recursos que nem sequer consegue conceber um bom pensamento; mas, com o auxílio divino, os empreendimentos mais sublimes estão ao seu alcance. Felizmente, Deus dignou-Se fazer-Se «o sustentáculo da nossa salvação» (Sl 88,27), benefício pelo qual jamais Lhe poderemos agradecer suficientemente. Contudo, não nos salvará sem a nossa cooperação. Devemos, portanto, unir a nossa atividade à sua, e tanto mais zelosamente quanto é certo que, sem o seu auxílio, trabalharemos em vão.

A nossa santificação, e até a nossa salvação, é, portanto, obra de dois. A ação de Deus é absolutamente necessária, e igualmente necessária é a nossa cooperação: deve existir uma harmonia ininterrupta entre a vontade divina e a vontade humana. Quem trabalha com Deus progride continuamente na virtude; quem prefere confiar apenas nos seus próprios esforços ou cai no pecado ou, na melhor das hipóteses, esgota-se numa agitação estéril. É, pois, de suma importância manter esta aliança em todas as circunstâncias e em todas as nossas ações, tanto nas mais pequenas como nas maiores; de outro modo, perderemos tanto o nosso trabalho como o nosso tempo. Quantas ações que aos olhos dos homens parecem perfeitas estão, contudo, vazias de mérito diante de Deus, simplesmente porque Ele não participou nelas! Por isso, apesar de todo o esforço que nos possam ter custado, têm para a eternidade tão pouco valor como se nunca tivessem sido realizadas.

Mas, se Deus participa na obra da nossa santificação, devemos deixar-Lhe, do princípio ao fim, a direção de toda a empresa: nada deve ser feito senão de acordo com os seus desígnios, sob as suas ordens e pelas inspirações da sua graça. Ele é o Primeiro Princípio e o Último Fim de todas as coisas, enquanto nós somos apenas suas criaturas, criadas para cumprir a sua vontade. Na sua bondade, chamou-nos para uma «escola do serviço divino» (Regra de São Bento, Prólogo), para aí Se fazer nosso Mestre; colocou-nos na «oficina do mosteiro» (ibid.), para aí dirigir o nosso trabalho; «alistou-nos sob o seu estandarte» (Regra, cap. IV), para Ele próprio nos conduzir ao combate. Porque a vontade de Deus é a regra suprema da vida, pertence ao Soberano Senhor o direito de mandar, e à Sabedoria infinita o direito de dispor todas as coisas; à criatura compete colaborar, mas sempre em submissão à vontade do Criador.

Esta dependência contínua impor-nos-á, sem dúvida, muitas renúncias. Exigirá o sacrifício das nossas vistas limitadas, dos nossos caprichos e fantasias. A natureza certamente protestará, mas devemos fechar os ouvidos às suas queixas. Que maior felicidade nos poderia acontecer do que ter a sabedoria divina por guia, a omnipotência divina por sustentáculo e sermos associados a Deus na obra da nossa salvação? Além disso, todo o proveito desta colaboração reverte em nosso favor. Deus reserva para Si apenas a glória que Lhe pertence exclusivamente e a alegria de nos fazer bem; tudo o resto deixa-o aos seus colaboradores humanos. E que recebem estes? A

perfeição da sua natureza, a elevação a um modo de existência superior, a única verdadeira prosperidade possível nesta vida e a garantia da felicidade eterna na vida futura. Ah! Se compreendêssemos verdadeiramente os desígnios de Deus e os nossos próprios interesses, não teríamos outro desejo senão o de Lhe sermos perfeitamente submissos, nem outro receio senão o de falhar nessa submissão; suplicar-Lhe-íamos, insistiríamos sem cessar, para que em nós se cumprisse a sua santa vontade, e não a nossa. Mas quão insensatos e desgraçados seríamos se abandonássemos um Guia tão sábio e poderoso para seguir as nossas luzes ilusórias e viver segundo os nossos caprichos!

Há ainda uma outra consideração que nos mostrará quão verdadeira é a afirmação de que «temer a Deus e guardar os seus mandamentos é tudo para o homem» (cf. Ecl 12,13). A vontade divina, considerada em geral, é para nós o critério supremo do bem, «a única regra do que é justo e perfeito», como exprime Santo Afonso. E a medida em que cumprimos essa vontade é também a medida do nosso progresso espiritual.

«Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos» (Mt 19,17). Portanto, para entrar no Reino dos Céus, não basta clamar: «Senhor! Senhor!» É necessário também fazer a vontade do nosso Pai que está nos Céus (cf. Mt 7,21). «Quem permanece unido à vontade de Deus vive e salva a sua alma; quem prefere seguir a sua própria vontade morre e perde-se.»

«Se queres ser perfeito, vai, vende o que tens... e vem, segue-Me» (Mt 19,21). Quer dizer: cumpre a vontade de Deus com maior perfeição, acrescentando à observância dos mandamentos a prática dos conselhos evangélicos.

Se queres subir até ao cume da perfeição, cumpre a vontade de Deus com exatidão e generosidade cada vez maiores. Progredirás na medida em que a tua obediência se tornar mais universal quanto ao seu objeto, mais exata na sua execução, mais sobrenatural nos seus motivos e mais perfeita nas disposições da tua vontade. «Examinai as Escrituras» (Jo 5,39); estuda a vida e os ensinamentos do nosso Salvador: verificarás que nada mais te é pedido senão «a fé que atua pela caridade» (Gl 5,6) e o amor que prova a sua fidelidade guardando a palavra de Deus. Numa palavra, a tua perfeição será proporcional à perfeição da tua obediência à vontade divina.

Tão importante é este ponto que julgamos oportuno apresentar algumas autoridades em apoio das nossas afirmações.

«Nunca esqueçais esta grande verdade», escreve a grande Santa Teresa: «aqueles que começam a dedicar-se à oração devem, antes de tudo, esforçar-se com todas as suas forças, com toda a sua coragem e por todos os meios possíveis por conformar a sua vontade com a vontade de Deus. Acreditai-me: é nesta conformidade que consiste a mais alta perfeição da vida espiritual. [...] Não imagineis, pois, que o nosso progresso dependa de qualquer coisa de misteriosa ou extraordinária. Não; todo o nosso progresso espiritual mede-se pelo grau da nossa conformidade com a vontade divina.»

«Cada um», diz São Francisco de Sales, «parece ter a sua própria ideia acerca do que constitui a perfeição espiritual. Uns fazem-na consistir na austeridade do vestuário ou da alimentação; outros procuram-na na esmola, na frequência dos Sacramentos, na oração, numa certa forma de contemplação passiva e elevada, ou ainda nessas graças extraordinárias a que os teólogos chamam *gratiae gratis datae*. Essas pessoas enganam-se. Confundem o efeito com a causa, o acessório com o principal, a sombra com a realidade. Quanto a mim, não conheço nem compreendo outra perfeição senão a que consiste em amar a Deus com todo o coração e ao próximo como a nós mesmos.» O santo Doutor completa este pensamento noutro lugar, quando afirma: «A devoção (ou perfeição) nada acrescenta ao fogo da caridade, exceto a chama que torna a caridade pronta, ativa e diligente, não só na observância dos mandamentos, mas também na prática dos conselhos e no seguimento das inspirações divinas.»[1]

Rodríguez escreve o seguinte: «Assim como o amor de Deus é a forma mais elevada e perfeita da virtude, assim também a perfeita submissão à vontade divina é a expressão mais pura desse amor, a sua mais bela flor. [...] Além disso, não é evidente que, sendo a vontade de Deus o que há de mais bom e perfeito, na medida exata em que nos conformamos com ela nos tornamos virtuosos e santos?»[2]

Um erudito discípulo de Santo Afonso resume nestes termos o ensinamento do santo Doutor: «Aqueles que fazem consistir a santidade na multiplicação das penitências, das Comunhões e das orações vocais estão

manifestamente iludidos. Tais práticas só são boas na medida em que Deus as quer. Fora da harmonia com a sua vontade, longe de Lhe agradarem, antes merecem a sua reprovação e castigo. Foram instituídas apenas como meios para unir a nossa vontade à d'Ele. Repito: toda a perfeição, toda a santidade consiste em cumprir fielmente aquilo que Deus exige de nós. A vontade divina é a norma de todo o bem e de toda a virtude. Sendo a própria santidade, santifica tudo aquilo em que toca, até mesmo as ações indiferentes, quando são realizadas para agradar a Deus. [...] Se, portanto, queremos santificar a nossa alma, este deve ser o nosso único objetivo: nunca seguir a nossa própria vontade, mas sempre a vontade divina. Porque toda a multiplicidade dos preceitos e dos conselhos se reduz a este único mandamento: fazer e sofrer tudo quanto Deus quer e como Ele quer. Assim, a essência da perfeição pode resumir-se nesta fórmula: faz tudo o que Deus quer; quer tudo o que Deus faz.»[3]

Mas escutemos agora o próprio Santo Afonso: «Toda a nossa perfeição consiste no amor ao nosso Deus, infinitamente amável; e a perfeição do amor encontra-se na união da nossa vontade com a vontade divina. [...] Se desejamos, pois, agradar plenamente ao coração do nosso Deus, devemos esforçar-nos não apenas por conformar a nossa vontade com a d'Ele, mas, por assim dizer, por identificá-la com a sua, de tal modo que já não existam duas vontades, mas apenas uma. [...] Os santos sempre se contentaram em fazer simplesmente a vontade de Deus, convencidos de que só isso constituía a sua perfeição espiritual. O Senhor chamou David um homem segundo o seu coração precisamente porque aquele grande rei estava sempre pronto a seguir a direção da vontade divina. E, se Maria, a Virgem Mãe, foi a mais perfeita de todos os santos, deve essa primazia ao facto de ter superado todos os outros na perfeição da sua união constante com a vontade de Deus.»

E quanto Àquele que é o Santo dos santos, o Amor dos nossos corações e o Modelo de toda a perfeição, como descrever toda a sua vida terrena senão como um contínuo exercício de amor e de obediência? No seu amor pelo Pai celeste e pelos homens, substitui-Se aos holocaustos incapazes de salvar e torna-Se a Vítima universal. O caminho traçado pela vontade do Pai conduzi-Lo-á através de toda a espécie de sofrimentos e humilhações, até à morte, e morte de cruz. Ele sabe-o. Foi o desejo de cumprir essa

vontade crucificante, mas fonte de vida, que O fez descer do Céu. Ao entrar neste mundo, declarou que colocara a vontade do Pai no centro do seu Coração, como objeto do seu amor, e a inscrevera nas suas mãos para a cumprir fielmente (Sl 39,7-8; Heb 10,5-9). Esta obediência amorosa será o seu alimento, resumirá toda a sua vida oculta e inspirará toda a sua vida pública, de modo que poderá dizer: «Eu faço sempre o que agrada ao meu Pai» (Jo 8,29). E, no momento da morte, soltará o seu grande brado de triunfo: «Tudo está consumado» (Jo 19,30). Como se dissesse: «Meu Pai, levei o meu amor por Vós até ao limite extremo. Consumi a obra da Redenção porque fiz a vossa vontade em tudo, sem faltar no mínimo ponto.»

Identificar a nossa vontade com a vontade de Deus: eis, segundo Santo Afonso, o cume da perfeição. «Devemos, por conseguinte», continua ele, «aspirar sem cessar a essa identificação. Ela deve ser o único objetivo de todas as nossas ações, de todos os nossos desejos, de todas as nossas meditações e de todas as nossas súplicas.»[4] À semelhança do nosso amado Jesus, procuremos ver em tudo apenas a vontade do Pai celeste. Que seja esta a nossa única ambição: cumpri-la com fidelidade sempre crescente, com generosidade incansável e por motivos puramente sobrenaturais. Assim seguiremos o Salvador a passos de gigante nesta vida e aproximar-nos-emos d'Ele na glória da vida futura. «Certo dia, a bem-aventurada Estefânia Soncino, dominicana, foi elevada em visão ao Céu. Aí contemplou muitas almas, que conhecera na terra, colocadas entre os serafins. Ao mesmo tempo, foi-lhe revelado que tinham merecido tão sublime grau de glória por terem vivido a sua vida mortal em perfeita união com a vontade de Deus.»[5]

CAPÍTULO II: A vontade significada de Deus e a sua vontade de beneplácito

A vontade divina manifesta-se-nos como reguladora e como operativa. Enquanto reguladora, é a regra suprema do bem, significada de diversos modos; e, como já foi dito, devemos segui-la fielmente, porque tudo o que ela quer é bom e nada é bom senão aquilo que ela quer. Enquanto operativa, é o princípio universal do ser, da vida e da ação. Tudo se realiza segundo as suas disposições[6]; nada acontece independentemente dos seus decretos; não há efeito que não proceda dela como da sua causa primeira, nem movimento que ela não produza como primeiro motor. Consequentemente, não existe acontecimento, pequeno ou grande, que não revele algum desígnio do beneplácito divino, ao qual somos obrigados a submeter-nos, pois Deus tem pleno direito de dispor de nós como Lhe aprouver.

Deus manifesta-nos, portanto, a sua vontade de duas maneiras: pelas regras que nos estabeleceu e pelos diversos acontecimentos que faz suceder na nossa vida. Na primeira forma temos a vontade significada de Deus; na segunda, a sua vontade de beneplácito.

Pela sua vontade significada, «Deus propõe-nos claramente e de antemão as verdades que quer que acreditemos, os bens que quer que esperemos, os castigos que quer que temamos, o bem que quer que amemos, os mandamentos que quer que observemos e os conselhos que quer que sigamos. Chama-se vontade significada porque, por meio dela, Deus nos indica e dá a conhecer aquilo que determinou e quer que seja objeto da nossa fé, da nossa esperança, do nosso temor, do nosso amor e da nossa prática. Conformamo-nos, portanto, com a vontade significada quando a nossa vontade abraça tudo o que a bondade divina nos mostra como objeto da sua intenção; quando acreditamos segundo o seu ensinamento, esperamos segundo as suas promessas, tememos segundo as suas ameaças, amamos e vivemos segundo as suas ordens e exortações.»[7]

«A vontade significada compreende quatro objetos: os mandamentos de Deus e da sua Igreja, os conselhos evangélicos, as inspirações divinas e as nossas regras e constituições particulares.

»A obediência aos mandamentos, tanto divinos como eclesiásticos, é obrigatória para todos, porque aqui se trata da vontade absoluta de Deus, que fez da submissão a estas prescrições uma condição da salvação. Quanto aos conselhos, Deus deseja certamente que também os observemos; mas deseja-o antes do que o quer de modo absoluto. Assim, não perdemos a sua amizade se nos faltar coragem para abraçar a prática dos conselhos, contanto que não os desprezemos. Nem sequer nos é permitido assumir a observância de todos eles, mas apenas daqueles que se harmonizam com o nosso estado de vida, pois alguns conselhos são incompatíveis com outros. [...] Como foram dados para favorecer a caridade, compete à própria caridade regular o modo e a medida da sua prática. [...] Os conselhos que nós, religiosos, somos obrigados a observar são os que estão compreendidos na nossa Regra.» Para nós, os votos, as leis e observâncias monásticas, as ordens e os conselhos dos nossos superiores são expressão da vontade divina que nos prescreve os deveres do nosso estado. Temos verdadeiramente razão para bendizer o nosso bom Mestre, que com tão amorosa solicitude manifesta a sua vontade relativamente à comunidade e a cada um dos seus membros, até nos mais pequenos pormenores da vida.

Por meio das suas inspirações, Deus manifesta a sua vontade a cada um de nós de maneira mais pessoal. A inspiração veio a Santa Maria do Egito ao contemplar uma imagem de Nossa Senhora; a Santo Antão, ao ouvir ler o Evangelho durante a Missa; ao Duque de Gandia (São Francisco de Borja), ao contemplar o cadáver de uma imperatriz; a São Pacómio, ao observar um exemplo de caridade; a Santo Agostinho, ao ouvir contar episódios da vida de Santo Antão; a Santo Inácio de Loyola, ao ler a vida dos santos. Em suma, as inspirações chegam-nos por caminhos muito diversos. Algumas apenas podem ser consideradas extraordinárias porque nos levam aos nossos exercícios habituais com um fervor invulgar. Outras chamam-se extraordinárias porque impelem à prática de ações contrárias às leis, às regras ou aos costumes estabelecidos da Santa Igreja e, por isso mesmo, devem ser antes admiradas do que imitadas. O piedoso Bispo de Genebra (São Francisco de Sales) ensina-nos pelos sinais como reconhecer as verdadeiras inspirações divinas e de que modo devemos corresponder-lhes, concluindo com estas palavras: «Deus manifesta-nos a sua vontade por meio das inspirações. Mas não quer que possamos sempre decidir por nós mesmos se uma determinada inspiração vem verdadeiramente d'Ele, nem

muito menos que as sigamos ao acaso. Em casos de dúvida, não devemos esperar que Ele próprio nos esclareça, nem que envie um dos seus anjos para o fazer; se a questão for importante, quer que recorramos àqueles a quem confiou a direção das nossas almas.»

Acrescentemos, por fim, que os exemplos de Nosso Senhor e dos santos, a doutrina e a prática das virtudes pertencem igualmente à vontade significada de Deus. É fácil integrá-los numa ou noutra das quatro categorias acima mencionadas.

«Compreendemos agora como Deus nos manifesta aquilo a que chamamos a sua vontade significada. Mas existe também a sua vontade de beneplácito, que devemos procurar em todos os acontecimentos. Quero dizer: em tudo o que nos sucede — na doença, na morte, na aflição, na consolação, na adversidade e na prosperidade; em suma, em todos os acontecimentos imprevistos.» A vontade divina reconhece-se facilmente nos acontecimentos que procedem diretamente de Deus como seu Autor. O mesmo sucede com aqueles que têm origem em causas necessárias, porque essas causas só podem agir sob o impulso de Deus e não oferecem resistência à sua ação. Mas é sobretudo nas tribulações que devemos reconhecer a vontade de Deus; não porque Ele ame as tribulações por si mesmas, mas porque delas Se serve como meio eficaz para restabelecer a ordem, corrigir as nossas faltas, curar e santificar as nossas almas.

Além disso, devemos reconhecer a sua vontade — embora apenas permissiva — até nos nossos próprios pecados e nos do próximo. Evidentemente, Deus não concorre para o elemento formal do pecado, que constitui a sua malícia; antes o detesta com ódio infinito, faz tudo quanto depende d'Ele para nos afastar dele, condena-o e castiga-o. Mas, como não podemos realizar qualquer ação sem o seu concurso, e para não impedir o exercício da liberdade com que nos dotou, concede esse concurso quanto ao ato material do pecado, que pertence verdadeiramente ao uso natural das nossas faculdades. Além disso, quer tirar o bem do mal e, para esse fim, faz servir as nossas próprias faltas e as do próximo para a santificação das almas mediante a prática da penitência, da paciência, da humildade, do auxílio mútuo, da indulgência, etc. Quer também que sustentemos o nosso próximo, mesmo quando cumprimos para com ele o dever da correção

fraterna, e que lhe obedeçamos conforme a nossa Regra exige, vendo nas suas necessidades e nas suas faltas os instrumentos de que Deus Se serve para nos exercitar na virtude. É por isso que São Francisco de Sales não hesita em afirmar que é sobretudo por meio do próximo que aprendemos o que Deus espera de nós. A vontade significada de Deus difere profundamente da sua vontade de beneplácito sob três aspetos:

Em primeiro lugar, a vontade significada é sempre dada a conhecer de antemão e, em regra, muito claramente, pelas expressões habituais do pensamento, isto é, pela palavra e pela escrita. Assim, temos os Evangelhos, as leis da Igreja, a nossa santa regra; podemos, quando quisermos, ler neles a vontade de Deus, fixá-la na memória e fazer dela matéria de meditação. As inspirações divinas e as ordens dos superiores são apenas excepções aparentes, na medida em que têm por objecto a manutenção da lei escrita, quer da lei cristã comum, quer da lei monástica. Pelo contrário, quase nunca conhecemos a vontade do beneplácito de Deus senão pela sucessão dos acontecimentos. Emprega-se a expressão qualificada — quase nunca — porque há verdadeiras excepções a esta regra. Assim, podemos ter a certeza antecipada do que Deus tenciona fazer no futuro, se Ele se dignou informar-nos disso. Também se pode adquirir esse conhecimento por pressentimento, por conjectura ou por suposição, quer a partir da tendência actual dos acontecimentos, quer a partir de prudentes precauções tomadas, quer a partir de imprudências cometidas. Mas, em geral, o beneplácito divino só é revelado pelo curso dos acontecimentos, que ordinariamente escapam à nossa previsão. Mesmo durante a própria ocorrência dos acontecimentos, a vontade de Deus a nosso respeito pode permanecer obscura. Por exemplo, Ele envia-nos uma doença, aridez espiritual, ou alguma outra prova semelhante. Sabemos que isto é o seu beneplácito presente. Mas por quanto tempo? E qual será o desfecho? Não o sabemos.

Em segundo lugar, está sempre em nosso poder conformar-nos, pela obediência, com a vontade significada, ou afastar-nos dela pela desobediência. Porque, por esta vontade, Deus determina pôr nas nossas mãos a vida e a morte, e deixa-nos escolher, até ao dia do juízo, entre a submissão à sua lei e a transgressão. Pela sua vontade de beneplácito, pelo contrário, Ele dispõe de nós como nosso soberano Senhor. Sem nos consultar, muitas vezes até contra os nossos desejos, coloca-nos na situação

que escolheu e sob a obrigação de cumprir os deveres que dela decorrem. Permanece, de facto, em nosso poder satisfazer ou não essa obrigação, conformar-nos com o beneplácito divino ou revoltar-nos contra ele; mas, queiramos ou não, não temos outra escolha senão submeter-nos à sucessão dos acontecimentos, cujo curso nenhuma força terrena pode deter. Assim, como supremo Governante e Juiz, Deus restabelece a ordem e castiga o pecado; como Pai e Salvador, recorda-nos a nossa dependência e procura reconduzir-nos aos caminhos do dever sempre que deles nos afastamos e perdemos o rumo.

Em terceiro lugar, do que foi dito segue-se que Deus exige obediência à sua vontade significada como efeito da nossa própria livre escolha e determinação. Para observar um mandamento ou um ponto da regra, para produzir actos das virtudes teologais ou morais, precisamos sem dúvida de uma graça secreta que nos previna e auxilie, graça que podemos sempre obter pela oração e pela fidelidade. Mas, estando a vontade de Deus claramente indicada, quando chega o momento do seu cumprimento, temos de agir por livre determinação própria; não há necessidade de esperar por um movimento sensível da graça ou por uma moção especial do Espírito Santo, digam o que disserem em contrário os semi-quietistas, antigos ou modernos. Pelo contrário, se se trata da vontade de beneplácito, devemos esperar até que Deus a declare pelo curso dos acontecimentos. Antes disso, não podemos saber o que Ele exige de nós. Mas então compreendemos com bastante clareza o que é: em primeiro lugar, a submissão ao seu beneplácito; e depois, o cumprimento dos deveres próprios desta ou daquela situação escolhida por Ele para nós.

A propósito deste ponto, São Francisco de Sales faz uma observação muito verdadeira: «Há alguns casos», escreve ele, «em que temos de unir a vontade significada de Deus à vontade do seu beneplácito.» Como exemplo, apresenta o caso de uma pessoa doente. Além da submissão à Divina Providência, essa pessoa tem de cumprir os deveres especiais que incumbem aos doentes, isto é, deve praticar a paciência e a abnegação, e obedecer com fidelidade constante a todas as prescrições da vontade significada, exceptuadas as excepções e dispensas que a sua doença justifica. O santo Doutor insiste muito neste ponto, porque, em tais circunstâncias, enquanto o beneplácito divino nos permanece desconhecido,

devemos apegar-nos com todas as nossas forças à vontade significada, cumprindo com o maior cuidado tudo quanto pertence ao seu objecto. Mas, no momento em que a vontade de beneplácito se torna manifesta, devemos prestar-lhe imediatamente a nossa obediência amorosa, sempre dispostos a submeter-nos nas coisas agradáveis ou desagradáveis, na vida ou na morte, em tudo, enfim, que não seja manifestamente oposto à vontade significada de Deus, pois esta tem precedência.»

Esta doutrina pode parecer um tanto árida. Todavia, o leitor deve compreendê-la bem e conservá-la cuidadosamente no espírito, porque ela ajudará a esclarecer as questões que se seguem.

CAPÍTULO III: Da obediência à vontade significada de Deus

Já demonstrámos que a vontade de Deus, tomada em sentido geral, é a única regra suprema, e que progredimos na virtude na medida em que nos conformamos com as suas determinações. De qualquer modo que ela se manifeste, quer como vontade significada, quer como vontade de beneplácito, é sempre a vontade de Deus, igualmente santa e adorável. A obra da nossa santificação implica, portanto, fidelidade tanto a uma como à outra. Por agora, porém, deixaremos de lado a vontade de beneplácito, para salientarmos a importância e a necessidade de abraçar, de todo o coração e durante toda a vida, a vontade significada, considerando o seu cumprimento como a nossa ocupação essencial. Explicaremos no final deste capítulo por que motivo insistimos tanto numa verdade que parece tão evidente.

A vontade significada compreende, em primeiro lugar, os mandamentos de Deus e da Igreja e os deveres próprios do nosso estado de vida. Estes devem ser, acima de tudo, objecto da nossa fidelidade contínua e vigilante, porque constituem o fundamento sobre o qual assenta toda a vida espiritual. Retirai esse fundamento e todo o edifício desaba em ruínas. «Teme a Deus e observa os seus mandamentos», diz a Sabedoria divina, «porque nisto consiste todo o homem» (Ecl. xii, 13). Talvez haja quem considere as obras de super-rogação mais santificantes do que aquelas a que somos obrigados. Os que assim pensam enganam-se certamente. São Tomás ensina que a perfeição consiste essencialmente no fiel cumprimento da lei (*Summa*, II-II, q. 184, a. 3). Além disso, não podemos esperar agradar a Deus com obras de super-rogação realizadas à custa do dever e substituindo a sua vontade pela nossa.

A vontade significada compreende, em segundo lugar, os conselhos evangélicos. Quanto mais perfeitamente os seguirmos, segundo a nossa vocação e condição, tanto mais nos assemelharemos ao nosso divino Mestre, que agora é o nosso Amigo e o Esposo das nossas almas, mas que um dia será o nosso soberano Juiz. Guiados por eles, praticaremos as virtudes mais agradáveis ao seu divino Coração: a mansidão e a humildade, a obediência da inteligência e da vontade, a castidade virginal, a pobreza voluntária, o perfeito desprendimento e uma generosidade de devoção que implica o sacrifício e o esquecimento de si mesmo. Encontraremos neles,

por conseguinte, um rico tesouro de méritos e de santidade. Além disso, pela sua fiel observância, afastaremos os principais obstáculos ao fervor da caridade e os perigos que ameaçam a sua própria existência. Numa palavra, os conselhos servem de baluartes para a defesa dos mandamentos. A este propósito, José de Maistre faz a seguinte observação, muito pertinente: «O que basta não é suficiente. Quem decide fazer apenas o que é permitido acabará em breve por fazer o que não é; e quem se contenta com o estritamente obrigatório depressa se contentará com um pouco menos.»

Pertencem, finalmente, ao objecto da vontade significada as inspirações da graça. «Estas inspirações», diz Dosda, «são como raios do divino Sol da Justiça que enchem a alma de luz e de calor, para que ela reconheça o bem e seja estimulada a praticá-lo. São sinais da predilecção divina e revestem formas variadas. Conforme as circunstâncias, recebemo-las sob a forma de atracções, impulsos, reprovações, remorsos de consciência, salutares temores, consolações divinas, elevações do coração ou doces e insistentes convites para a prática de uma virtude particular. Estas inspirações divinas visitam frequentemente as almas puras e interiores, que devem considerar muito importante, para o seu progresso espiritual, segui-las com gratidão e fidelidade.»

Que precioso auxílio elas nos trazem! Bem razão tinha, pois, o Apóstolo ao advertir os seus discípulos para que não «extinguissem o Espírito» (1 Ts 5,19), isto é, para que não abafassem os santos movimentos que a graça suscitava nos seus corações.

Será necessário acrescentar que a nossa submissão à vontade significada de Deus, que manda, aconselha e inspira, deve durar enquanto durar a nossa existência terrena? Temos sempre de respeitar a sua autoridade soberana. Nunca seremos tão ricos que possamos dispensar os tesouros de mérito que se encontram no cumprimento da vontade divina. A observância fiel dos seus preceitos é o meio ordinário de reprimir a natureza e cultivar as virtudes. Ora, a natureza não morre, nem jamais alcançaremos um grau de virtude que torne impossível qualquer progresso ulterior. Ainda que vivêssemos mil anos, ao fim de mil anos de trabalho assíduo continuaríamos infinitamente longe da perfeita semelhança com Nosso Senhor, de sermos perfeitos como o nosso Pai celeste é perfeito.

Não devemos omitir que, para os religiosos, os votos, as regras e as ordens e orientações dos superiores constituem a principal expressão da vontade significada, o caminho do dever até à morte e a via da santidade. As nossas regras são um guia absolutamente seguro. A vida religiosa é, como testemunha São Bento, «uma escola do serviço divino», uma escola incomparável na qual o próprio Deus, como nosso Mestre, nos ensina, nos forma, nos dá a conhecer a sua vontade para cada momento e nos ilumina até nos mais pequenos pormenores do seu serviço. É Ele quem determina as nossas práticas de penitência e de contemplação divina e as mil observâncias pelas quais quer exercitar-nos na religião, na humildade, na caridade fraterna e nas demais virtudes. É também Ele quem nos instrui acerca das disposições interiores que tornam a nossa obediência agradável aos seus olhos e meritória para nós.

Haverá então necessidade — pergunta São Francisco de Sales — de que Deus nos manifeste a sua vontade por inspirações secretas, visões ou êxtases? Não, porque nos deu uma orientação muito mais segura «no caminho doce e comum da santa submissão às prescrições das nossas regras e dos nossos superiores». «Felizes sois vós, minhas filhas», escreve o mesmo santo Doutor noutro lugar, dirigindo-se a uma comunidade de religiosas, «felizes sois vós em comparação connosco, que permanecemos no mundo. Quando perguntamos o caminho, um diz-nos que é para a direita, outro que é para a esquerda, e, no fim, verificamos muitas vezes que fomos mal encaminhados. Quanto a vós, basta-vos deixar-vos conduzir, repousando tranquilamente no navio que vos transporta. A rota em que embarcastes é segura: segui-a sem receio. Tendes por bússola Nosso Senhor; as vossas regras representam o navio; e aqueles a quem foi confiado o governo desse navio são os vossos superiores, que, por assim dizer, vos dizem: Caminhai pela observância constante das vossas obrigações religiosas e chegareis felizmente até Deus.»

«É, sem dúvida, bom procurar Deus pela observância da regra» — talvez me respondais — «mas, afinal, esse é o caminho comum. Deus atrai-nos por impulsos particulares e não conduz todos pela mesma via.» O que dizeis é muito verdadeiro. Mas não é menos verdade que, se essas atracções vêm realmente de Deus, elas conduzir-vos-ão necessariamente à prática da obediência.

As nossas regras são, ordinariamente, o principal meio de que dispomos para a purificação da nossa alma. A obediência desprende-nos e purifica-nos continuamente pelas mil renúncias que nos impõe e, mais ainda, pela mortificação do nosso juízo e da nossa vontade que ela exige. A vontade própria, nas palavras de Santo Afonso, é a ruína das virtudes, a fonte de todos os males, a única porta pela qual podem entrar o pecado e a imperfeição, um demónio dos mais perigosos, a arma predilecta do tentador contra os religiosos, o algoz dos seus escravos e um inferno antecipado.

«Toda a perfeição religiosa», continua ele, citando São Boaventura, «consiste na renúncia da vontade própria. Esta renúncia iguala o martírio em mérito. Assim como a cabeça do condenado cai sob o machado do carrasco, também a vontade, que é a cabeça da alma, é sacrificada a Deus pela espada da obediência.»

As nossas regras são uma mina inesgotável de tesouros celestes, as verdadeiras riquezas da vida religiosa. Fora da obediência só há pecado e imperfeição; e, sem a sua influência, até as melhores obras perdem o seu valor. Pelo contrário, sob a sua orientação, tudo o que não é proibido por autoridade superior se torna virtuoso, e aquilo que já era bom torna-se ainda melhor. Para citar novamente Santo Afonso: «Ela produz e conserva todas as virtudes na alma.» Sim, e multiplica os seus actos; assim, santificando cada um dos nossos momentos, nada deixa à natureza e tudo entrega a Deus. O nosso divino Mestre, segundo a bela expressão de São Bernardo, «teve tão alta estima por esta virtude que a praticou até à morte, preferindo perder a vida a perder a obediência». Os santos, por isso, rivalizaram entre si em exaltar uma virtude tão querida ao Salvador e cultivaram-na com o maior desvelo. O Abade João pôde dizer, ao aproximar-se do tribunal de Deus, que nunca fizera a sua própria vontade. São Dositeu não conseguia suportar os rigorosos jejuns do deserto; contudo, alcançou um elevadíssimo grau de glória por cinco anos de perfeita obediência. São José Calasanz costumava chamar aos religiosos obedientes as pedras preciosas da sua casa. A Santa Maria Madalena de Pazzi, a obediência regular parecia-lhe o caminho mais directo para a salvação e para a santidade. «Mais ainda», acrescenta Santo Afonso, «na vida religiosa ela é o único caminho para esses fins, pois não se podem alcançar por outro... É sobretudo a diferença na prática da obediência que distingue os religiosos perfeitos dos

imperfeitos.» E Santa Doroteia diz: «Quando vires um solitário que abandonou o seu estado e caiu em graves desordens, compreende que essa desgraça é consequência de ter querido seguir a sua própria vontade. Nada há de tão perigoso e funesto como tomar o nosso próprio espírito por guia e dirigir os nossos passos segundo as nossas próprias luzes.»

«O auge da perfeição», escreve Santa Teresa de Jesus, «não consiste, evidentemente, nem nas consolações interiores, nem nos êxtases sublimes, nem nas visões, nem no dom da profecia; consiste, antes, em tornar a nossa vontade tão conforme e submissa à vontade de Deus que abracemos de todo o coração tudo quanto Ele ordena e aceitemos com igual alegria o amargo e o doce, logo que reconheçamos neles o seu beneplácito.» Depois de apresentar várias razões para esta afirmação, acrescenta: «Estou convencida de que, se o demónio, sob diversos pretextos, faz tantos esforços para nos tornar odiosa a obediência, é porque sabe que esta virtude nos conduz mais rapidamente ao cume da perfeição.» Conta ainda que conheceu certas religiosas encarregadas, por obediência, de numerosos trabalhos e ocupações; quando, passados muitos anos de ausência, as voltou a encontrar, viu-as tão adiantadas nos caminhos do espírito que ficou profundamente admirada. «Como é amável a obediência, mesmo nas distracções que impõe, visto poder elevar as almas a tão altos graus de perfeição!»

São Francisco de Sales exprime-se longamente no mesmo sentido. Quanto àqueles que desejam tanto o seu próprio progresso que pretendem ultrapassar todos os outros na virtude, diz ele que estariam muito melhor ocupados em seguir a comunidade e observar as suas regras, porque esse é o caminho directo para Deus. Santa Gertrudes, de constituição frágil, era tratada pela sua superiora com mais indulgência do que as restantes e não lhe era permitido praticar sequer as austeridades comuns. «Que práticas julgais», pergunta o santo Doutor, «que essa pobre religiosa adoptou para se tornar santa? Nenhuma, além de se submeter humildemente à vontade da sua mãe espiritual. E, embora o seu fervor a levasse a desejar participar nos exercícios da comunidade, nunca manifestou esse desejo. Quando lhe mandavam ir para a cama, nada respondia; ia simplesmente, convencida de que ali gozaria da presença do seu Esposo tão perfeitamente como se permanecesse no coro com as suas irmãs. Nosso Senhor revelou a Santa

Matilde que quem quisesse encontrá-Lo nesta vida devia procurá-Lo primeiro no Santíssimo Sacramento do Altar e, em seguida, no coração de Santa Gertrudes.» Depois de citar outros exemplos, o Santo continua: «Devemos, pois, imitar estas santas religiosas, aplicando-nos com humildade e fervor àquilo que Deus exige de nós segundo a nossa vocação, sem sonharmos descobrir outro caminho, melhor do que o traçado pelas nossas regras, para alcançar a perfeição.»

E, na verdade, sendo o próprio Deus quem escolheu para nós o nosso estado de vida e os meios da nossa santificação, nada mais pode ser melhor para nós; fora desse estado e desses meios, nada pode sequer ser verdadeiramente bom. «É verdade que a ocupação de Marta era santa», diz Santo Inácio de Loiola, «como também o eram a contemplação de Maria Madalena, a sua penitência e as lágrimas com que lavou os pés do Salvador. Mas, para serem meritórias, todas essas acções tinham de ser realizadas em Betânia, isto é, segundo a etimologia da palavra, na casa da obediência.» Como se o Senhor, para usar a expressão de São Bernardo, quisesse ensinar-nos, por este facto, que nem o zelo pelas boas obras, nem a doçura da contemplação divina, nem as lágrimas da penitência Lhe seriam agradáveis sem a obediência.

A obediência à vontade significada de Deus é, portanto, o meio normal de chegar à perfeição. Mas, longe de querermos diminuir a importância da submissão à vontade do beneplácito divino, proclamamos antes a sua grande importância e a sua influência decisiva. À acção benéfica das regras, ela acrescenta um auxílio sempre útil e, por vezes, um complemento necessário. E esse auxílio é tanto mais precioso quanto é pessoal para cada um de nós. As prescrições da regra são necessariamente gerais; Deus, porém, escolhe para cada um os acontecimentos do seu beneplácito segundo as necessidades particulares de cada alma. Apesar disso, continua a ser verdade que a vontade significada deve ser considerada o caminho fixo e regular no meio dos acontecimentos acidentais e variáveis da vida, a tarefa de todos os nossos dias e de cada instante. É por ela que devemos começar, é nela que devemos perseverar e é nela que devemos terminar.

Julgámos conveniente recordar esta verdade fundamental no início do nosso estudo, para que os elogios, plenamente merecidos, feitos ao santo

abandono não levem ninguém a abraçá-lo com um zelo exclusivo, como se fosse o único caminho ou o caminho inteiro. Sem dúvida, ele constitui uma parte importante do caminho, mas apenas uma parte. De outro modo, que seria da obediência? Negligenciá-la acarretar-nos-ia uma perda enorme, tanto mais que ela toma o religioso pela mão desde o momento em que desperta e conduz-lhe todos os passos ao longo do dia pela série quase ininterrupta das suas prescrições. Além disso, quer a vontade de Deus nos seja significada antecipadamente, quer se manifeste pela sucessão dos acontecimentos, ela possui sempre os mesmos direitos e impõe sempre os mesmos deveres. Não temos de escolher entre a obediência e o abandono. Ambas devem caminhar unidas na mais íntima união.

É também aqui o lugar para censurar certas expressões pouco reflectidas. Dizer, por exemplo, que «Deus nos leva nos seus braços» ou que «avançamos a passos de gigante» pelo caminho do abandono e, pelo contrário, apenas «a passo de caracol» pelo caminho da obediência, não será diminuir injustamente uma e exagerar indevidamente o poder da outra?

Se atendermos apenas ao seu objecto, a obediência convida-nos, sem dúvida, na maior parte das vezes, a praticar acções de pouca importância. Mas, como essas acções podem contar-se por centenas e milhares em cada dia, a sua própria multiplicidade e continuidade, ainda que constituídas por pequenos passos, hão-de certamente fazer-nos avançar muito no caminho da perfeição. Além disso, uma fidelidade constante nas pequenas coisas está muito longe de ser uma coisa pequena. Deve antes ser considerada um poderoso meio de morrer para si mesmo e de entregar tudo a Deus. É, digamo-lo sem receio, um heroísmo escondido.

Além disso, por que razão não poderão todos esses passos ser grandes, e muito grandes? Para isso não é necessário que o objecto da obediência seja difícil ou sublime; basta que a intenção seja pura e as disposições sejam santas. A Santíssima Virgem realizava acções, em si mesmas, as mais comuns, mas punha nelas todo o seu coração e conferia-lhes, por isso mesmo, um valor incomparável. Não nos será possível fazer o mesmo, dentro dos limites da nossa condição?

Também o santo abandono se pratica, mais frequentemente, nas pequenas coisas do que nas grandes provações. E não é verdade dizer que,

pela sua vontade de beneplácito, Deus nos leva nos seus braços e nos faz avançar sem qualquer esforço da nossa parte. Pelo menos ordinariamente, Ele exige a nossa cooperação activa, os nossos esforços pessoais; e o nosso progresso será proporcional à nossa boa vontade. Pode acontecer, infelizmente, que frustremos a acção de Deus, quer pela embriaguez do orgulho na prosperidade, quer pela insubordinação na adversidade. Então, sim, poderemos dar passos de gigante, mas na direcção contrária.

Conclui-se, pois, que devemos respeitar a vontade de Deus, seja qual for o modo como ela se manifeste, praticando ao mesmo tempo a obediência à sua vontade significada e o abandono ao seu beneplácito. Lembremo-nos igualmente de que, falando em termos gerais, Deus não quer santificar-nos sem a nossa cooperação, nem por uma nem por outra das suas vontades. Para esse resultado devem concorrer tanto a sua acção como a nossa. E, como já observámos, a medida do nosso progresso será a medida da nossa boa vontade.

CAPÍTULO IV: Da conformidade com a vontade de beneplácito

Ao empregarmos a palavra «obediência» para designar o cumprimento da vontade significada de Deus e a palavra «conformidade» para indicar a submissão ao beneplácito divino, seguimos, segundo nos parece, o uso mais comum. Deve reconhecer-se, contudo, que os autores estão longe de concordar neste ponto. Santo Afonso, em particular, utiliza frequentemente o único termo «conformidade» tanto para a vontade significada como para a vontade de beneplácito. O leitor deverá, por isso, atender ao contexto para determinar o sentido em que cada autor emprega estas expressões.

Como sucede com todas as outras virtudes, a conformidade com a Divina Providência, ou submissão ao beneplácito de Deus, comporta numerosos graus de perfeição, quer consideremos a maior ou menor generosidade com que a vontade adere à vontade divina, quer a maior ou menor nobreza dos motivos dessa adesão.

I. — Se tomarmos como princípio de graduação a generosidade com que conformamos a nossa vontade com a vontade de Deus, teremos, segundo Rodríguez, os três graus seguintes:

— **Primeiro grau:** longe de desejarmos ou amarmos as contrariedades ou aflições, evitamo-las tanto quanto possível; todavia, devemos estar dispostos a suportá-las se não puderem ser evitadas sem cometer alguma falta. Este é o grau mais baixo, o primeiro degrau da conformidade: o simples cumprimento de um dever rigoroso. Podemos entristecer-nos com os males que sofremos, gemer e queixar-nos sob o peso da doença, lamentar a morte de parentes e amigos, e, ainda assim, permanecer resignados à santa vontade de Deus.

— **Segundo grau:** no íntimo do nosso coração não desejamos as dores nem os sofrimentos; contudo, quando eles chegam, aceitamos e suportamo-los de boa vontade, porque sabemos que tais aflições entram nos desígnios de Deus a nosso respeito. Há aqui um amor à tribulação que nasce do amor de Deus, e é isto que distingue este grau do precedente. Quando chegamos a esta disposição de resignação, estamos prontos para suportar as mais amargas provações, não apenas com paciência, mas até com certa alegria,

como um sacrifício que sabemos ser agradável a Deus. No primeiro grau sofremos pacientemente; no segundo, sorrimos à aflição e acolhemo-la de bom grado como uma hóspede enviada do Céu.

— **Terceiro grau:** neste grau, que é o mais perfeito de todos, não nos contentamos apenas em aceitar e suportar alegremente, por amor de Deus, todas as provações que Ele nos envia; mas, no ardor do nosso amor, desejamos essas provações e alegramo-nos com a sua chegada, porque sabemos que vêm da mão de Deus e são ordenadas pela sua adorável vontade. Foi assim que os Apóstolos «saíam cheios de alegria por terem sido considerados dignos de sofrer afrontas por causa do nome de Jesus» (Act 5,41), e que São Paulo «transbordava de alegria em todas as suas tribulações» (2 Cor 7,4).

Atrevemo-nos a observar, a propósito desta graduação, que o amor de onde procede o segundo grau pode muito bem ser o amor de esperança, e que a diferença entre este e o terceiro grau poderia talvez ser definida com maior precisão.

Contudo, esta divisão em três graus é geralmente aceite. Os autores divergem em pormenores, mas são unânimes quanto ao essencial. Já em São Bernardo encontramos esta mesma divisão e parece-nos que ninguém distinguiu melhor os graus nem lhes atribuiu motivos mais apropriados. Começa por recordar as três vias clássicas — a dos principiantes, a dos proficientes e a dos perfeitos — e atribui a cada uma o seu motivo próprio: o temor, a esperança ou a caridade. Depois acrescenta: «O principiante, movido pelo temor, suporta com paciência a Cruz de Cristo; o proficiente, animado pela esperança, leva-a de boa vontade; e aquele que é perfeito na caridade abraça-a com o ardor do amor.»

II. — Se considerarmos o motivo da nossa conformidade com o beneplácito de Deus, será necessário distinguir a conformidade que nasce da caridade pura daquela que tem origem noutro motivo sobrenatural.

Segundo São Bernardo, os principiantes possuem, em regra, apenas uma resignação inspirada pelo temor; os proficientes levam a cruz de boa vontade, numa conformidade mais generosa gerada pela esperança; os perfeitos abraçam a cruz com ardor, e esta conformidade perfeita é fruto do

santo amor. Compreende-se facilmente que o temor baste para produzir uma simples resignação. Mas, para que a submissão cresça em generosidade e se torne até jubilosa, é necessário um desprendimento mais profundo, uma fé mais viva e uma confiança mais firme em Deus. Esta submissão alegre, contudo, não é necessariamente fruto da caridade perfeita, pois o desejo da felicidade eterna basta para a produzir. Uma alma enamorada do Céu considerará como favores da boa fortuna as pequenas provações e até as mais pesadas tribulações que a atingem, penetrada como está pelas sedutoras promessas do Apóstolo: «Os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que há-de revelar-se em nós» (Rm 8,18); e ainda: «A leve e momentânea tribulação que agora sofremos prepara-nos, para além de toda a medida, um peso eterno de glória» (cf. 2 Cor 4,17).

Existe, por fim, a conformidade inspirada pela caridade pura, que é, em si mesma, a mais perfeita; porque nada pode ser tão sublime, tão delicado, tão generoso e tão perseverante como a caridade divina. Ora, uma vez que todos são chamados a amar a Deus acima de todas as coisas, parece seguir-se que cada fiel tem o poder de realizar actos desta conformidade perfeita, pelo menos de tempos a tempos. Contudo, realizamo-los tanto melhor e com tanto maior energia da vontade quanto mais crescemos na caridade. E chegará o dia em que, tendo feito do amor puro o princípio dominante da nossa vida, será também por amor puro que nos conformaremos com as disposições da Providência, pelo menos de modo habitual. Todavia, assim como a alma, por mais adiantada que esteja, pode sempre crescer na caridade, também pode aperfeiçoar-se cada vez mais nesta conformidade que nasce do amor.

E agora, entre todos os graus de conformidade, onde se encontra o santo abandono? Ele ocupa os cumes. Se atendermos à generosidade da submissão, o abandono parece não ter lugar senão no grau mais elevado. O primeiro grau, o da simples resignação, fica certamente aquém dele; tal submissão pode bastar para uma vida simplesmente cristã, mas não para a vida perfeita: não implica aquele desprendimento completo, aquela entrega sem reservas da vontade que constitui o santo abandono. Há mais generosidade no segundo grau. Contudo, parece-nos que a alma ainda não atingiu o desprendimento necessário para se tornar indiferente a tudo e entregar absolutamente a sua vontade nas mãos da Providência.

Considerado quanto ao motivo que o determina, o abandono é uma conformidade nascida do amor, revestida daqueles matizes particulares que lhe conferem um carácter acentuadamente filial, de confiança e de total entrega de si mesmo. Em suma, como veremos mais claramente adiante, ele é a perfeição do amor e da conformidade.

Não pretendemos diminuir o valor da simples resignação nem da conformidade que não procede da caridade perfeita. Pelo contrário, desejamos salientar a sua importância e o seu mérito. Mas o nosso propósito presente é tratar expressamente apenas do santo abandono, e começaremos por o descrever, com exactidão e em todos os seus pormenores, segundo o ensinamento de São Francisco de Sales. Esperamos, contudo, que mesmo as almas menos adiantadas na conformidade possam seguir com proveito as nossas exposições e encontrar nelas muito do que, guardadas as devidas proporções, se aplica ao seu estado espiritual.

CAPÍTULO V: Do significado do abandono

Antes de mais, por que motivo empregamos aqui a palavra *abandono*? Mons. Gay respondeu a esta questão numa passagem luminosa e muito conhecida. «Falamos agora», diz ele, «de abandono e já não de obediência... A obediência relaciona-se com a virtude cardinal da justiça, ao passo que o abandono tem as suas raízes na virtude teologal da caridade. Também não falamos de resignação, embora a resignação tenha por objecto a vontade divina e apenas procure submeter-se a ela. Contudo, entrega a Deus, por assim dizer, uma vontade vencida, isto é, uma vontade que não era submissa desde o princípio e que teve primeiro de vencer-se a si mesma antes de ceder. O abandono vai muito mais longe. A palavra aceitação também seria pouco adequada. A vontade humana, ao aceitar a vontade de Deus, parece subordinar-se a ela apenas depois de esta ter afirmado rigorosamente os seus direitos. Mas uma tal submissão não nos conduz ao fim que pretendemos alcançar. A palavra aquiescência aproxima-se mais desse fim. Contudo, não é evidente que ela supõe igualmente uma espécie de debate interior, após o qual a vontade, inicialmente inclinada a resistir, recupera a serenidade e acaba por render-se? Resta ainda a palavra conformidade, já utilizada para exprimir a nossa ideia. Parece, de facto, muito apropriada; poder-se-ia dizer que foi consagrada por este uso. Rodríguez escreveu um excelente tratado com este título, na sua tão recomendável obra sobre a Perfeição Cristã. Todavia, a conformidade exprime antes um estado do que um acto; além disso, o estado que exprime parece pressupor uma espécie de ajustamento laborioso. Ao pronunciar esta palavra, desperta-se a ideia de um modelo que primeiro se contempla e admira, e depois se procura imitar.

E o mesmo sucede mesmo quando essa conformidade se realiza sem esforço: permanece sempre a sugestão de algo de frio e estudado... Teríamos feito melhor em recorrer ao termo indiferença, que também é muito exacto e muito usado — é a expressão preferida de Santo Inácio nos seus Exercícios? Porque significa o estado de uma alma que presta à vontade de Deus aquela homenagem sem reservas de que queremos falar... Mas trata-se de uma palavra de sentido negativo. O amor serve-se dela apenas como de um degrau, porque nada é tão positivo como o amor. Por isso, a palavra própria aqui é abandono.»

Com efeito, nenhum outro termo descreve tão bem o movimento de amor confiante pelo qual nos lançamos nos braços da Providência, como uma criança se lança nos braços da mãe. É verdade que esta expressão foi durante muito tempo posta de parte devido ao estranho abuso que dela fizeram os quietistas. Mas recuperou o seu direito de livre circulação. Hoje em dia, todos a empregam sem escrúpulo. Façamo-lo também nós, depois de definirmos claramente o seu significado.

«Abandonar a própria alma e abandonar-se a si mesmo», diz o piedoso Bispo de Genebra, «não significa outra coisa senão despojar-se da própria vontade para a entregar a Deus.» Neste movimento de amor, que constitui o acto de abandono, é preciso distinguir o ponto de partida e o termo final; porque a vontade deve sair de si mesma para se entregar inteiramente a Deus. Consequentemente, o abandono compreende dois elementos indispensáveis que devemos estudar: a santa indiferença e a entrega completa de nós mesmos nas mãos da Providência. A primeira é a condição necessária; a segunda é o elemento constitutivo.

I. — Trataremos primeiro da santa indiferença, sem a qual o abandono seria impossível. Nada pode ser tão digno de amor como a vontade de Deus, considerada em si mesma. Quer nos seja significada antecipadamente, quer se manifeste pela sucessão dos acontecimentos, ela tem sempre o mesmo objectivo: conduzir-nos à vida eterna no mundo futuro e enriquecer-nos, já nesta vida, com um aumento de fé, de amor e de mérito. É o próprio Deus que vem ao nosso encontro como Pai e Salvador, com o coração transbordante de ternura e as mãos cheias de benefícios. Mas, por mais amável que seja, a vontade divina encontra em nós numerosos obstáculos. A lei divina, as nossas regras monásticas, as inspirações da graça, a prática generosa das virtudes: tudo aquilo que pertence à vontade significada impõe-nos mil sacrifícios quotidianos, enquanto o beneplácito divino frequentemente acrescenta às cruzes já conhecidas outras que não prevíramos. A maior dificuldade, porém, provém da nossa corrupção natural, que nos deixa expostos aos assaltos da tríplice concupiscência, cheios de orgulho e de sensualidade. As humilhações, as privações e os sofrimentos, mesmo os mais necessários, repugnam-nos; pelo contrário, o prazer, lícito ou ilícito, a glória e os falsos bens desta vida exercem sobre nós um fascínio. O demónio, o mundo, as criaturas e os acontecimentos de

cada dia conspiram todos para despertar em nós estas ou aquelas repugnâncias e estas ou aquelas atracções. Por muitas razões, corremos frequentemente o risco de resistir à vontade de Deus e até de deixar de a reconhecer.

Que abrirá os olhos da nossa alma? Que poderá libertar a nossa vontade destes entraves? Apenas a mortificação cristã, sob todas as suas formas. Necessitamos dela em boa medida até para assegurar a simples submissão. É isto que explica por que há tantos rebeldes à vontade divina, tantos críticos, tantos descontentes e, por conseguinte, tantas almas infelizes, tão poucos verdadeiramente submissos e, por isso mesmo, tão poucos verdadeiramente felizes. Mas precisamos de uma mortificação ainda mais profunda para tornar possível, pelo menos de modo habitual, o progresso até ao abandono. Como poderá a vontade elevar-se para Deus enquanto permanecer presa à terra pelo forte cabo do pecado ou pelos mil fios dos pequenos apegos? Como poderá entregar-se nas mãos de Deus, como um menino nos braços da mãe, pronta a aceitar todas as suas disposições, mesmo as mais crucificantes, antes de adquirir a firmeza que nasce do espírito de sacrifício, antes de disciplinar as suas paixões, antes de se tornar indiferente a tudo o que não seja Deus ou a sua santa vontade? É necessário, pois, que desde o princípio, e em regra por esforços pacientes e prolongados, aprenda a renunciar e a suportar, a resistir à sedução do prazer e ao horror da dor; numa palavra, deve aprender aquilo a que os santos chamaram desprendimento completo ou santa indiferença.

A alma necessita, portanto, pelo menos de uma indiferença de juízo e de vontade. Então, penetrada da convicção de que Deus é tudo e a criatura nada, desejará ver e abraçar em todas as coisas apenas o Deus que ama e por quem suspira, e a sua santa vontade, a única capaz de a conduzir ao seu fim. Feliz dela, se adquiriu também aquilo a que se pode chamar uma indiferença de gosto, de tal modo que o mundo e os seus prazeres, os bens e as honras da terra, enfim, tudo o que a possa afastar de Deus lhe inspire agora repugnância, enquanto tudo o que a aproxima d'Ele, até o próprio sofrimento, se torna para ela motivo de alegria. Assim aconteceu com os santos, que tinham fome e sede de Deus. Oh! Como uma tal indiferença facilita a prática do santo abandono!

Esta indiferença nada tem em comum com uma insensibilidade mórbida ou com a apatia do cobarde e do preguiçoso; difere igualmente do altivo desprezo do estóico, que fingia considerar a dor como uma palavra sem significado. Pelo contrário, é a energia unificada de uma vontade poderosamente iluminada pela razão e pela fé, inteiramente desprendida de todas as criaturas e plenamente senhora de si mesma, que, na plenitude da sua liberdade, reúne todas as suas forças para as concentrar em Deus e na sua santa vontade, não permitindo que nenhuma criatura, por mais sedutora ou repulsiva que seja, a desvie desse único objecto, conservando-se assim pronta para tudo o que possa acontecer, preparada tanto para agir como para permanecer inactiva, aguardando apenas que a Providência manifeste o seu beneplácito.

Uma alma possuída desta santa indiferença assemelha-se a uma balança em perfeito equilíbrio, sempre pronta a inclinar-se para o lado da vontade de Deus; à matéria-prima, igualmente disposta a receber qualquer forma; a uma folha de papel em branco, na qual Deus pode escrever o que Lhe aprouver; ou ainda a um líquido que não tem forma própria, mas toma a do recipiente que o contém: deitai-o em seis vasos diferentes e assumirá imediatamente seis formas diferentes, conformando-se com cada um deles.

Tal alma é dócil e flexível, «como uma bola de cera nas mãos de Deus, pronta a receber com igual acolhimento todas as impressões do seu eterno beneplácito»; ou «como uma criança que ainda não tem poder para querer ou amar seja o que for»; ou, melhor ainda, como um animal de carga. «Um animal de carga», diz Saint-Jure, «nunca escolhe nem faz distinção no serviço do seu dono, quer quanto ao tempo, quer ao lugar, quer à pessoa, quer à carga; serve tanto na cidade como no campo, nas montanhas ou nos vales; podeis conduzi-lo para a direita ou para a esquerda, e ele irá para onde quiserdes; está pronto a qualquer hora, de manhã ou de noite, de dia ou de madrugada; deixa-se conduzir por uma criança tão facilmente como por um adulto; sente-se tão satisfeito por transportar estrume como brocado, areia como diamantes ou rubis.»

Pelo simples facto de a alma estar assim disposta, «qualquer disposição da vontade divina, seja qual for a sua natureza, encontra-a livre e toma posse dela como de uma terra sem dono. Tudo lhe parece igualmente bom.

Ser estimada ou desprezada, ser muito ou pouco considerada, mandar ou obedecer a esta ou àquela pessoa; ser humilhada ou esquecida; viver na pobreza ou na abundância; gozar de longos períodos de descanso ou estar muito ocupada; viver só ou em companhia, seja ela qual for; poder ver de longe o caminho a percorrer ou apenas distinguir o passo seguinte; experimentar consolações ou aridez acompanhada de tentações; ser forte ou ter saúde frágil e definhar durante anos; ser incapaz e tornar-se um peso para a comunidade que desejava servir; viver muitos anos ou morrer dentro de uma hora: tudo lhe agrada. Quer tudo precisamente porque nada quer, e a razão por que nada quer é que quer tudo.»

II. — A santa indiferença tornou agora possível a entrega total de nós mesmos nas mãos de Deus. E esta entrega amorosa, confiante e filial constitui o elemento positivo do abandono, o seu princípio constitutivo. Para determinar exactamente o seu alcance e significado, devemos considerar dois momentos psicológicos distintos: antes de o acontecimento se verificar e depois de ele já ter acontecido.

Antes do acontecimento, quer seja previsto quer não, consiste, segundo São Francisco de Sales, «numa atitude simples e geral de expectativa», isto é, numa disposição filial para aceitar tudo o que Deus quiser, com a doce tranquilidade de um menino nos braços da mãe. Teremos então o dever de usar uma prudente previsão e o direito de querer e escolher? A essa questão responderemos nos capítulos seguintes. Mas, sempre segundo o ensinamento do mesmo santo Doutor, a atitude preferível de uma alma indiferente aos bens da terra, desconfiando absolutamente das suas próprias luzes e confiando amorosamente só em Deus, «é evitar entreter-se a desejar e a querer as coisas (cuja decisão Deus reservou para Si), deixando que o Senhor queira e disponha tudo por ela, como melhor Lhe aprouver».

Depois do acontecimento, que manifesta o beneplácito divino, «essa simples atitude de expectativa transforma-se em consentimento ou aquiescência». «Logo que alguma coisa lhe aparece assim esclarecida e consagrada pela vontade divina, a alma corre para ela com ardor e abraça-a apaixonadamente. Porque o amor é o fundamento do seu estado, o segredo da sua aparente indiferença. E é precisamente porque toda a sua energia vital, retirada de todos os outros objectos, se concentra inteiramente no

amor divino, que aí se manifesta com tão grande intensidade. Assim, cada manifestação da vontade de Deus que a toca faz vibrar até ao mais profundo do seu ser esta alma aparentemente tão insensível. Como uma criança adormecida que, sempre que a mãe a desperta, lhe estende os seus bracinhos, assim ela sorri a cada disposição divina e abraça-a com a ternura do amor. A sua docilidade é activa, e a sua indiferença tem o amor por causa. É um vivo "sim" à santa vontade de Deus. Cada suspiro que solta, cada passo que dá, é um ardente "Ámen", que se une e harmoniza com o Ámen dos espíritos bem-aventurados no Céu.»

São Francisco de Sales chama a este abandono a morte da vontade, no sentido de que a vontade renuncia à sua vida habitual para viver inteiramente na vontade divina, pois já não tem nem o poder nem o desejo de querer coisa alguma por si mesma, mas abandona-se sem reserva à Providência, de tal modo que se funde e perde no beneplácito divino e deixa de se distinguir. Morte bem-aventurada, pela qual se alcança uma vida mais elevada, «como o brilho das estrelas desaparece todas as manhãs diante do esplendor maior do sol que faz regressar o dia».

Segundo o mesmo santo Doutor, devem distinguir-se dois graus nesta passagem da nossa vontade para a vontade de Deus. No primeiro grau, a alma continua atenta ao desenrolar dos acontecimentos, mas bendiz a Deus por eles. O autor da *Imitação de Cristo* oferece-nos um exemplo quando diz: «Senhor, contanto que a minha vontade permaneça recta e firme em Vós, disponde de mim como Vos aprouver... Se quiserdes que eu permaneça nas trevas, sede bendito; se preferirdes que eu esteja na luz, sede igualmente bendito. Se Vos dignardes consolar-me, sede bendito; se for do vosso beneplácito afligir-me, sede para sempre igualmente bendito.»

No segundo grau, a alma já não presta atenção ao desenrolar dos acontecimentos, embora deles tenha consciência. Desvia deles o coração e «aplica-o à doçura e à bondade divinas, bendizendo a vontade de Deus, já não pelos seus efeitos ou pelos acontecimentos que ordena, mas por si mesma e pela sua própria excelência. E este é, sem dúvida, um exercício muito mais nobre.»

Para nos fazer compreender e apreciar melhor a santa indiferença e o abandono amoroso da nossa vontade à direcção de Deus, o piedoso Bispo

de Genebra propõe-nos alguns exemplos muito belos e comparações encantadoras. Como não é possível reproduzi-los aqui, remetemos o leitor para o texto do santo Doutor. Como modelos de abandono, apresenta-nos Maria Madalena, a sogra de São Pedro e Margarida da Provença, esposa de São Luís. Quem não conhece as histórias, tão delicadas e engenhosas, da estátua no seu nicho, do músico surdo e da filha do cirurgião? Podem ler-se vinte vezes seguidas com igual proveito espiritual e igual encanto.

O piedoso autor mostra especial predilecção por certas comparações. Assim, diz-nos que um servo ao serviço do seu soberano nunca vai a parte alguma por sua própria vontade, mas segundo a vontade do seu senhor; que um viajante embarcado no navio da Divina Providência se deixa transportar pelo movimento da embarcação e não deve ter outra vontade senão a de se deixar conduzir segundo a vontade de Deus; que uma criança pequena, ainda incapaz de exercer a própria vontade, deixa à mãe o cuidado de a mover, de agir e de querer por ela, conforme melhor lhe parecer. Sobretudo, contemplai o doce Menino Jesus nos braços da Santíssima Virgem. Vede como esta boa Mãe caminha por Ele e como até quer por Ele. Ele abandona-Lhe o cuidado de tudo o que Lhe diz respeito, sem perguntar para onde Ela vai nem reparar se caminha devagar ou depressa. Tudo o que deseja é permanecer repousando nos braços da sua dulcíssima Mãe.

Depois de termos descrito o abandono segundo a sua essência e natureza, passaremos agora a mostrar, nos capítulos seguintes, que ele não exclui nem a prudência, nem a oração, nem o desejo, nem o esforço pessoal, nem a sensibilidade perante a dor.

CAPÍTULO VI: O abandono em relação à virtude da prudência

Por mais perfeita que seja a nossa confiança em Deus, por mais absoluto que seja o nosso abandono nas mãos da sua Providência em tudo o que pertence ao seu beneplácito, nunca ficaremos dispensados da obrigação de seguir os ditames da prudência. A prática desta virtude, tanto natural como sobrenatural, pertence à vontade significada; é uma lei estabelecida e sempre obrigatória. Deus quer ajudar-nos, mas somente com a condição de fazermos tudo o que depende de nós, segundo o provérbio: Deus ajuda quem se ajuda. Agir de outro modo seria tentar Deus e perturbar a ordem que Ele estabeleceu. Nosso Senhor exorta cada um de nós à confiança, mas nunca autoriza a imprevidência ou a preguiça. Não obriga os lírios nem as aves a fiar ou a ceifar. Mas, «tendo-nos dotado de inteligência, previdência e liberdade, quer que façamos uso delas... Abandonarmo-nos a Deus, sem fazermos da nossa parte tudo o que podemos, é cobardia e indolência. Nada disto havia na piedade de David. Enquanto esperava submissamente tudo o que Deus decidisse acerca do seu reino e da sua pessoa, durante a revolta de Absalão, não perdeu um instante e deu imediatamente as ordens necessárias às suas tropas, aos seus conselheiros e aos seus principais confidentes, para assegurar a retirada e restabelecer a sua autoridade. Tudo isto estava conforme com a vontade de Deus.»

Assim falava Bossuet aos Quietistas do seu tempo, que, sob o pretexto de deixarem Deus agir, punham de lado a previdência e até uma moderada solicitude. E acrescentava: «Aí tendes — na conduta de David — o abandono no sentido cristão da palavra e segundo a doutrina apostólica. Vê-se claramente que ele assenta em dois princípios fundamentais: a convicção de que Deus cuida de nós e a convicção de que, apesar disso, devemos exercer todas as nossas energias e vigilância, sob pena de tentarmos Deus.»

Ora, se há acontecimentos que escapam completamente à nossa previsão e dependem unicamente do beneplácito divino, como as calamidades públicas, relativamente ao nosso conhecimento, e os casos de ataques súbitos e violentos, há outros em que a prudência desempenha um papel importante, quer para prevenir desgraças, quer para lhes atenuar as consequências. Mas, de qualquer espécie de acontecimento, deve a alma tirar proveito espiritual. Contentemo-nos com alguns exemplos. Devemos

acreditar com inteira confiança que Deus não permitirá que sejamos tentados acima das nossas forças, porque é fiel às suas promessas; mas isto é com a condição de que «aquele que julga estar de pé veja não caia» (1 Cor. 10, 12-13) e de que cada um de nós «vigie e ore para não entrar em tentação» (Mt. 26, 41). No meio das consolações e das aridezes, das luzes e das obscuridades, das calmarias e das tempestades, e das mil vicissitudes que agitam a vida espiritual, comecemos por eliminar toda a negligência, dissipação, apego e qualquer outro obstáculo voluntário à ação da graça que descubramos em nós; esforcemo-nos por permanecer constantes no cumprimento do dever, apesar de tantas mudanças: então teremos o direito de nos abandonarmos com amor e confiança ao beneplácito de Deus.

O mesmo se aplica aos superiores. Também eles experimentam alternâncias de fracasso e de êxito. Mas, quer o céu esteja radioso, quer coberto de nuvens, têm o dever e sentem a necessidade de confiar na direção da Providência. Contudo, «o superior não deve, sob o pretexto de se ter abandonado a Deus e de repousar no seu seio, negligenciar a aquisição de todos os conhecimentos exigidos pelos deveres do seu cargo», nem ser remisso no cumprimento desses deveres.

Do mesmo modo, no que diz respeito aos bens temporais, o nosso abandono deve ser o mais perfeito possível; mas um tem de semear e colher, outro deve ocupar-se de confeccionar roupas, um terceiro de preparar os alimentos, e assim sucessivamente. Quanto à saúde e à doença, a regra continua válida. Ninguém tem licença para pôr a sua vida em perigo por excessos imprudentes. Pelo contrário, todos têm obrigação de cuidar razoavelmente da própria saúde. E, se aprouver a Deus visitar-nos com a doença, «Ele ordena, pela sua vontade significada, que empreguemos os remédios apropriados ao nosso mal»; um leigo deve chamar um médico e recorrer aos meios comuns e ordinários para recuperar a saúde, enquanto um religioso deve informar os seus superiores e proceder segundo as suas determinações. Foi assim que sempre procederam os santos. E, se por vezes os vemos afastarem-se dos caminhos da prudência ordinária, é apenas para seguirem uma prudência de ordem superior.

O abandono, portanto, não dispensa da prudência. Mas proíbe a inquietação. Nosso Senhor condena repetidamente a solicitude excessiva

acerca da comida, da bebida e do vestuário: como poderá o nosso Pai celeste abandonar os seus filhos na terra, Ele que alimenta as aves do céu e reveste os lírios do campo com uma beleza superior à de Salomão? E, no entanto, os lírios não fiam, e as aves não semeiam, nem ceifam, nem recolhem em celeiros. Também São Pedro nos convida a lançar sobre o Senhor todos os nossos cuidados, todas as nossas preocupações, porque Ele cuida de nós (1 Ped. 5, 7). Antes dele, já o Salmista tinha dito: «Confia ao Senhor o teu cuidado, e Ele te sustentará; jamais permitirá que o justo vacile» (Sl. 54, 23).

São Francisco de Sales fala-nos na mesma linguagem acerca da prudência unida ao abandono. Quer que, antes de mais, cumpramos a vontade de Deus tal como nos é significada pelos nossos votos, pelas nossas regras e pelas ordens dos nossos superiores, porque para nós não existe caminho melhor; e também tal como se manifesta na doença, nas consolações, nas aridezes e em todas as circunstâncias semelhantes. Em suma, deseja que cuidemos da nossa perfeição tanto quanto isso esteja conforme com a vontade de Deus. Pressuposto isto, exige que «renunciemos a toda essa solicitude supérflua e inquieta que habitualmente sentimos a respeito de nós próprios e da nossa perfeição, e que nos ocupemos simplesmente do que temos de fazer, abandonando-nos sem reserva à Bondade Divina em tudo o que diz respeito às coisas temporais, mas muito mais ainda ao que pertence à nossa vida espiritual e à nossa perfeição». Porque «essa inquietação do coração procede dos desejos sugeridos pelo amor-próprio e da ternura desordenada que temos por nós mesmos».

Esta sábia união da prudência com o abandono constitui o ensinamento constante do santo Doutor. É verdade que, noutro lugar, ele encoraja uma alma muito confiante «a lançar-se no oceano da Divina Providência, sem provisões, sem remos, sem velas, sem qualquer espécie de recursos... sem nenhuma preocupação pelos seus próprios interesses, quer temporais quer espirituais... Nosso Senhor, a cujo cuidado ela se entregou inteiramente, proverá suficientemente a todas essas coisas em seu favor.» Mas o Santo refere-se aí à fuga para o Egito, isto é, aos casos que é impossível prever e para os quais não é possível preparar-se. Em tais circunstâncias, resta apenas confiar tudo, com perfeita confiança, à direção da Providência.

CAPÍTULO VII: Os desejos e as petições na sua relação com o abandono

Não falamos aqui das atrações e repugnâncias instintivas, mas dos desejos concebidos e perseguidos voluntariamente, desejos que traduzimos em resoluções, petições e esforços. Serão eles compatíveis com o santo abandono?

Ninguém duvida da sua compatibilidade com a simples resignação. «Embora a alma, na resignação», diz São Francisco de Sales, «prefira a vontade de Deus a todas as coisas, continua, contudo, a amar muitos outros bens para além da vontade divina.» Citando o exemplo de um doente, prossegue: «Essa pessoa prefere viver a morrer. Mas, como é do beneplácito de Deus que ela morra, submete-se de bom grado. Contudo, ficaria mais satisfeita se pudesse viver.» Acontece o mesmo com a perfeita indiferença e o santo abandono? Seria contrário à perfeição do abandono desejar e pedir que um determinado acontecimento feliz se realizasse ou continuasse, ou que uma determinada provação, espiritual ou temporal, não sobreviesse ou terminasse? Falando de modo geral, e deixando de lado casos excecionais, desejos e orações deste género são-nos permitidos, mas não nos são impostos como obrigação.

Temos direito a tais desejos e petições, pois Molinos foi condenado por sustentar a seguinte tese:

«Não convém que aquele que está resignado à vontade de Deus Lhe peça coisa alguma, porque tal pedido é uma imperfeição, sendo um ato de vontade própria e de escolha pessoal; é desejar que a vontade de Deus se conforme à nossa. As palavras do Evangelho: “Pedi e recebereis” não foram dirigidas por Jesus Cristo às almas interiores que desejam não ter vontade própria; pelo contrário, essas almas estão tão adiantadas que já nem sequer têm o poder de pedir alguma coisa a Deus.»

«Não tenhais receio», diz Baltasar Álvarez, «de desejar e pedir a saúde, se estais resolvidos a empregá-la unicamente para a glória de Deus. Longe de O ofender, tal desejo ser-Lhe-á agradável. Posso prová-lo com o testemunho do próprio Deus. “Tão grande é o Meu amor pelas almas”, disse

Ele um dia a Santa Gertrudes, “que Me sinto levado a atender aos desejos dos justos sempre que são inspirados por um zelo puro e desinteressado. Se é verdadeiramente para melhor Me servirem que os doentes desejam recuperar a saúde, peçam-ma com inteira confiança. Mais ainda: se desejarem fortalecer-se unicamente para merecer uma recompensa maior, deixarei igualmente que as suas insistências Me comovam, porque os amo tanto que considero os seus interesses como sendo Meus.”»

São Afonso ensina a mesma doutrina. «Quando as nossas doenças são muito penosas, não há culpa em dá-las a conhecer aos nossos amigos, nem mesmo em pedir ao Senhor que delas nos livre. Refiro-me, porém, apenas aos sofrimentos muito graves.» O mesmo princípio estabelece relativamente às aridezes e às tentações, apoiando-se em dois exemplos memoráveis e universalmente conhecidos. O grande Apóstolo, atormentado por Satanás, não julgou faltar ao perfeito abandono quando por três vezes suplicou ao Senhor que o libertasse do espírito impuro. Mas, depois de receber a resposta divina: «A minha graça te basta», São Paulo aceitou humildemente a necessidade de continuar o combate; empregou todas as suas forças e alegrou-se nas suas fraquezas, porque, na tribulação, se tornou forte com a força de Cristo.

O segundo exemplo citado por São Afonso é ainda mais sublime e constitui uma prova irrefutável da sua tese: «O próprio Jesus Cristo, no início da sua dolorosa Paixão, revelou aos seus discípulos a extrema aflição da sua alma e, por três vezes, suplicou ao Pai que O livrasse dela. Mas o nosso Divino Salvador ensina-nos, ao mesmo tempo, pelo seu exemplo, o que devemos fazer depois de apresentarmos semelhantes pedidos, isto é, resignarmo-nos imediatamente à vontade de Deus e dizer com Ele: “Contudo, não se faça como Eu quero, mas como Tu queres.”»

Não são necessárias mais explicações para tornar claro o que nos é permitido em circunstâncias semelhantes. São Francisco de Sales assinala, todavia, um caso excecional. «Se o beneplácito divino me fosse manifestado antes do acontecimento, como aconteceu a São Pedro relativamente ao modo da sua morte, a São Paulo quanto às suas cadeias e prisão, a Jeremias acerca da destruição da sua amada Jerusalém, e a David sobre a morte do seu filho, nesse caso eu seria obrigado a unir

imediatamente a minha vontade à vontade de Deus.» Isto supõe que o beneplácito divino tenha sido declarado como absoluto e irrevogável. Caso contrário, conservaríamos ainda o direito de formular desejos e apresentar petições.

Mas, em regra geral, não somos obrigados a usar esse direito. Os acontecimentos de que falamos procedem do beneplácito de Deus. Compete-Lhe a Ele, e não a nós, tomar a decisão. E, depois de termos feito tudo o que a prudência exige, porque não havemos de dizer ao nosso Pai celeste: «Tu sabes quanto desejo amar-Te cada vez mais e progredir na virtude. O que será mais conveniente para esse fim? A saúde ou a doença? As consolações ou as aridezes? A paz ou a guerra? A ocupação ou o repouso? Eu nada sei; Tu, pelo contrário, tudo conheces perfeitamente. Permites-me manifestar-Te as minhas preferências; mas prefiro abandonar-me a Ti, que és a própria Sabedoria e a própria Bondade. Dispõe de mim segundo o teu beneplácito. Concede-me apenas a graça de aceitar de bom coração tudo o que decidires.» Parece-nos que nenhum desejo nem nenhuma petição podem exprimir maior confiança em Deus do que esta atitude, nem manifestar maior abnegação, obediência e generosidade da nossa parte.

É também esta a opinião de São Afonso. Ele distingue três graus nas boas intenções. «Primeiro grau: podemos ter em vista a obtenção de bens temporais, por exemplo, quando mandamos celebrar uma Missa ou jejuamos para alcançar a libertação de uma doença, de uma calúnia ou de uma dificuldade. Tal intenção é boa, desde que seja acompanhada de resignação. É, contudo, o menos perfeito dos bons propósitos, porque o seu objeto não ultrapassa os bens da terra. Segundo grau: podemos propor-nos satisfazer a justiça divina ou obter favores espirituais, como as virtudes, os méritos e um aumento da glória no Céu. Esta intenção é muito melhor do que a anterior. Terceiro grau: podemos não ter outra intenção senão o beneplácito de Deus e o cumprimento da sua vontade divina; então a nossa intenção atinge o terceiro e mais elevado grau de perfeição e de mérito.»

«Quando estamos doentes», escreve o mesmo autor noutro lugar, «o melhor é não pedir nem a saúde nem a doença, mas abandonarmo-nos

simplesmente à vontade de Deus, para que Ele disponha de nós segundo o seu beneplácito.»

Ainda mais explícita é a doutrina de São Francisco de Sales.

Ele ensina-nos a seguir sempre o caminho que esteja mais perfeitamente conforme com a vontade de Deus e a não alimentar outros desejos. «Embora o nosso Salvador e o glorioso São João, seu Precursor, possuíssem a liberdade de querer ou não querer por si mesmos, deixaram às suas mães, no que dizia respeito à sua conduta exterior, o cuidado de decidir e fazer tudo o que lhes era necessário.» Exorta-nos a tornarmo-nos dóceis e maleáveis como a cera diante do beneplácito divino, sem perder tempo com desejos e vontades próprias, mas deixando Deus querer e agir por nós, conforme Lhe aprouver.

Propõe depois como modelo uma filha de cirurgião que dizia a uma amiga: «Sofro, na verdade, grandes dores; contudo, nunca penso em recorrer a remédios, porque, não sabendo o que me faria bem, poderia deixar de lado o que é necessário e escolher algo inútil ou até prejudicial. Não será muito melhor deixar todo esse cuidado ao meu pai, que possui toda a ciência, habilidade e boa vontade necessárias para me curar? Esperarei até que ele decida aquilo que julgar mais conveniente e ocupar-me-ei apenas em contemplá-lo e em assegurar-lhe o meu amor filial e a minha confiança perfeita.» Não manifesta esta filha um afeto mais profundo pelo pai do que se estivesse continuamente a importuná-lo para que a curasse e curiosa por ver de que modo lhe abriria a veia e faria correr o sangue?

Quem não conhece a célebre máxima do santo Doutor: «Nada desejar, nada pedir, nada recusar»? Ele declara expressamente que esta máxima não se aplica à prática das virtudes. Mas deseja aplicá-la, com especial insistência, aos cargos e ofícios da comunidade, bem como às doenças, consolações, aflições, adversidades; numa palavra, a todas as coisas terrenas e a todas as disposições da Providência, «quer digam respeito à vida interior, quer à exterior». E tinha um ardente desejo de gravar esta máxima no espírito de todos, porque a considerava extremamente útil.

Perguntaram ao santo Doutor se não seria louvável desejar um ofício humilde por espírito de generosidade. Respondeu que não, por causa do perigo para a humildade. «Minhas filhas, não há nada de absolutamente mau neste desejo. Contudo, é altamente suspeito e pode muito bem assentar num motivo puramente humano. E como sabeis vós se, depois de desejardes esses cargos humildes, tereis coragem para aceitar a ignomínia, a humilhação e a amargura que eles encerram, e se tereis sempre essa coragem? Devemos, portanto, considerar o desejo de qualquer ocupação, humilde ou honrosa, como uma verdadeira tentação; porque é sempre melhor não desejar nada, mas conservarmo-nos prontos para fazer tudo o que a obediência nos pedir.»

Em resumo: relativamente a tudo o que procede do beneplácito de Deus, enquanto a sua vontade não se manifestar como absoluta e irrevogável, temos o direito de formar desejos e apresentar petições; todavia, não somos obrigados a usar esse direito e é até mais perfeito deixarmo-nos inteiramente nas mãos da Providência. Há, no entanto, casos em que seria nosso dever pedir o fim de uma provação; por exemplo, se o nosso superior no-lo ordenasse. Se alguém sentir que lhe faltam as forças e a coragem, bastará fazer uma oração deste género: «Meu Deus, dignai-Vos aliviar o meu fardo ou aumentar as minhas forças; afastai a tentação ou concedei-me a graça de lhe resistir.»

Quanto ao modo de formular tais pedidos, devemos rezar de forma absoluta pelos bens espirituais indispensavelmente necessários. Tudo aquilo que é apenas um meio particular, entre muitos outros, só o devemos pedir com a condição de que seja conforme ao beneplácito divino. Com maior razão devemos formular assim os nossos pedidos de favores temporais. O que é sobretudo necessário pedir é a graça de santificar tanto a prosperidade como a adversidade, «procurando em primeiro lugar o reino de Deus e a sua justiça», na certeza de que todas as outras coisas necessárias «nos serão dadas por acréscimo» (Mt. 6, 33).

Aos que invertem esta ordem e pedem, antes de tudo, o fim das suas provações, o Padre de La Colombière dirige estas palavras cheias de sabedoria sobrenatural: «Receio muito que rezeis inutilmente e que também seja inútil pedir a outros que rezem por vós. Deveríeis antes mandar

celebrar essas Missas e fazer esses jejuns para alcançar de Deus uma conversão profunda, a paciência, o desprezo do mundo e o desapego das criaturas. Depois disso, poderíeis pedir a recuperação da saúde e o bom êxito dos vossos negócios, e Deus ouviria de bom grado as vossas súplicas. Ou, melhor ainda, antecipar-Se-ia aos vossos pedidos, bastando-Lhe conhecer os vossos desejos para os satisfazer.»

Esta doutrina está em perfeita conformidade com a prática das almas santas. Se, por vezes, pedem para ser libertadas de uma provação, cedem com maior facilidade ao desejo de sofrer. Oferecem-se a Deus como vítimas quando apenas fala a sua generosidade; mas, quando a humildade se faz ouvir mais fortemente do que o espírito de sacrifício, já nada pedem, abandonando-se sem reservas à direção da Providência. Finalmente, o amor de Deus é a influência dominante e soberana nestas almas, juntamente com a obediência e o abandono à sua vontade em todas as suas manifestações.

Embora Santa Teresinha do Menino Jesus tenha invocado durante muito tempo o sofrimento e a morte como mensageiros da alegria e os tenha amado profundamente, deixou, contudo, de os desejar. Já não desejava senão o amor. Sentia-se atraída unicamente «pelo caminho da infância espiritual, o caminho da confiança e do abandono perfeito». «O meu Esposo», diz-nos ela, «dá-me, em cada instante, apenas aquilo que sou capaz de suportar, nada mais. E, se no instante seguinte aumenta os meus sofrimentos, aumenta também as minhas forças. No entanto, nunca poderia pensar em pedir-Lhe provações maiores, porque sou demasiado pequena. Não desejo nem viver nem morrer. Se Nosso Senhor me oferecesse a escolha, não escolheria nenhuma das duas coisas. Quero apenas aquilo que Ele quer; é isso que devo amar.»

Outra alma generosa não pedia a Deus que a libertasse dos seus sofrimentos. Pedia apenas a graça de nunca O ofender, de crescer no seu amor e de ser cada vez mais purificada. «Meu Deus, é tua vontade que eu sofra? Então quero sofrer. Queres que eu sofra muito? Também o quero. Queres que eu sofra sem consolações? Então quero sofrer sem consolações. Toda a cruz que escolheres para mim será também a minha escolha. Mas, se prevês que neste estado eu Te venha a ofender, então suplico-Te que me

livres dele! Se, pelo contrário, Te hei de glorificar sofrendo, deixa-me sofrer enquanto Te aprouver.»

Santa Gemma Galgani tinha uma sede extraordinária de sacrifício. Contudo, no meio de um dilúvio de sofrimentos e perseguições, por mais heroica que fosse, suplicava por algum alívio. Chegava mesmo a queixar-se amorosamente, quando era oprimida por dores interiores: «Diz-me, minha Mãe, para onde foi Jesus? Meu Deus, não tenho ninguém senão a Ti, e Tu abandonaste-me!» Apesar disso, tinha força para dizer, com abandono total: «Se é do teu agrado atormentar-me privando-me da tua doce presença, fico contente, contanto que saiba que Tu estás contente.»

CAPÍTULO VIII: Os esforços permitidos no abandono

Seria um grave erro prático considerar o abandono como uma virtude puramente passiva e imaginar que a alma nada mais tem a fazer senão adormecer nos braços de Deus, cuja Providência a conduz. Tal opinião opõe-se diretamente ao ensinamento do Papa Leão XIII: «Não existe nem pode existir uma virtude verdadeiramente passiva.» Além disso, implica uma falsa conceção do beneplácito divino.

Quando uma mãe pega no seu filhinho e o coloca onde quer, a criança chega ao destino apenas deixando-se levar. Sem dúvida, Deus poderia elevar-nos desse modo, conduzir-nos ao grau de virtude que quisesse, corrigir instantaneamente defeitos até então incorrigíveis, preservar-nos inteiramente de certas tentações, etc. Na verdade, por vezes agiu assim. Estas elevações súbitas, estas transformações instantâneas, não excedem o seu poder. Contudo, constituem exceções à regra, porque, se acontecessem com demasiada frequência, perturbariam o plano que estabeleceu. A criança pequena tem de ser transportada porque ainda não sabe andar. Mas, como Deus nos dotou de liberdade, não nos santificará sem a nossa cooperação. Regulará a sua ação de tal modo que o nosso progresso seja simultaneamente fruto da sua graça e da nossa colaboração livre.

Nos acontecimentos pelos quais nos manifesta o seu beneplácito, a intervenção de Deus limita-se, ordinariamente, a isto: toma-nos na sua mão omnipotente e, sem nos consultar, muitas vezes contra os nossos desejos e previsões, coloca-nos na situação que Ele próprio escolheu para nós, seja um estado de saúde ou de doença, de consolação ou de provação interior, de paz ou de guerra, de tranquilidade ou de agitação, etc. Algumas vezes teremos sido nós próprios a preparar essa situação, boa ou má. Mas, na maior parte dos casos, ela será organizada de forma totalmente independente de nós por Deus, que dispõe de nós segundo o seu beneplácito. E, uma vez colocados nessa situação, compete-nos cumprir, com o auxílio da graça, os deveres que dela decorrem. Ora, esses deveres podem ser muito complexos.

Para tornar possível o abandono, devemos primeiro estabelecer-nos na santa indiferença e depois conservar-nos nesse estado mediante a prática

perseverante da mortificação cristã. Este é o trabalho de toda uma vida. Antes de um acontecimento, a alma entrega-se nas mãos de Deus, assumindo uma atitude de simples e geral expectativa. Isto, porém, não exclui a prudência. E quanto dela necessitamos! Por exemplo, na direção de uma comunidade ou na administração de um cargo, para evitar acidentes e desilusões; e no governo da nossa própria alma, para prevenir faltas, tentações e aridezes. Tudo isto pertence à vontade significada de Deus e não deve ser negligenciado sob o pretexto do abandono. Não podemos esperar que Deus faça aquilo que determinou que fizéssemos por nós mesmos.

Durante o acontecimento, devemos tornar-nos submissos desde o primeiro momento. No santo abandono, esta submissão assume a forma de uma adesão confiante, filial e amorosa ao beneplácito divino. Talvez seja necessário fazer um esforço para adquirir esta disposição e nela perseverar. Mas, ainda que a nossa submissão seja tão pronta e fácil quanto plena e afetuosa, ainda que a nossa vontade simplesmente consinta na vontade de Deus, trata-se sempre de um ato ou de uma disposição voluntária. No santo abandono é a caridade que atua em primeiro lugar, pondo em ação todas as outras virtudes. Por isso, Bossuet descreve o abandono como «um conjunto ou reunião dos atos de fé mais perfeitos, de esperança mais completa e confiante, e de amor mais puro e mais fiel». Se, ao submetermo-nos antecipadamente à decisão final, julgarmos conveniente pedir a Deus, como temos o direito de fazer, que afaste de nós este cálice, também isso constitui um ato, ou uma série de atos.

Depois do acontecimento, poderemos recear graves consequências, espirituais ou temporais, para nós ou para os outros, como sucede nas calamidades públicas, perseguições, ruína dos nossos bens, calúnias, etc. Se estiver ao nosso alcance prevenir essas consequências ou atenuá-las, devemos fazer tudo o que depende de nós, sem esperar uma intervenção direta da Providência. Porque Deus prefere, habitualmente, agir por meio das causas secundárias; e talvez seja precisamente connosco que conte nas circunstâncias presentes. Em qualquer caso, nessas situações encontraremos frequentemente deveres a cumprir.

Além disso, depois do acontecimento, devemos tirar dessas manifestações do beneplácito divino o fruto que o próprio Deus delas

espera para sua maior glória e para o nosso bem espiritual: atos de ação de graças, de confiança e de amor, se o acontecimento foi favorável; penitência, paciência, abnegação, humildade, etc., se constituiu uma provação; e, qualquer que seja a sua natureza, crescimento na vida da graça e, consequentemente, aumento da glória eterna.

Mas, na prática do abandono, a vontade significada de Deus não perde nenhum dos seus direitos. Salvo exceções e legítimas dispensas, devemos continuar a observá-la. Os deveres que ela impõe constituem o tecido da nossa vida, a base que o abandono enriquece com a riqueza e variedade dos seus bordados. Além disso, esta conformidade amorosa e filial nem sequer nos impede de tomar a iniciativa na prática da virtude. As nossas regras e a Providência Divina oferecem-nos diariamente mil ocasiões para isso. E porque não haveremos nós próprios de criar outras mil, sobretudo nas nossas relações íntimas com Deus? Não somos tão ricos em virtudes que possamos desprezar este poderoso meio de subir cada vez mais alto. A recompensa que recebemos pelas obras obrigatórias, por mais generosa que seja, não deve tornar-nos indiferentes às magníficas recompensas suplementares que podem ser alcançadas pelas obras de super-rogação.

Estamos agora muito longe daquele estado puramente passivo em que se supõe que Deus faz tudo e a alma apenas recebe. Mais adiante veremos que essa passividade existe realmente, em graus diversos, nos estados místicos, nos quais é necessário corresponder à ação divina e não lhe opor obstáculos. Mas, mesmo nesses estados, a pura passividade constitui apenas uma rara exceção. Quem tiver a mais pequena compreensão da economia do plano divino e a mais limitada experiência das almas terá de reconhecer que o santo abandono não é um estado de espera inativa, nem um esquecimento da prudência, nem uma indolência preguiçosa. A alma conserva nele toda a sua atividade relativamente ao que pertence à vontade significada de Deus; e, quanto aos acontecimentos provenientes do beneplácito divino, prevê-os tanto quanto pode e faz tudo o que depende dela. Mas, em todos os seus esforços, conforma-se com a vontade de Deus, adapta-se aos movimentos da graça e age em plena dependência e submissão à Providência. Como pertence a Deus, Senhor soberano, conceder ou recusar o êxito dos seus empreendimentos, ela aceita amorosamente, de antemão, tudo o que Ele decidir e, por isso, permanece

alegre e em paz antes e depois do acontecimento. Longe, pois, a passividade indolente dos Quietistas, que despreza o esforço metódico, paralisa o espírito de iniciativa e enfraquece a santa energia da alma.

Os Quietistas pretendem encontrar apoio para as suas doutrinas no ensinamento de São Francisco de Sales. Mas sem qualquer fundamento. Para isso, seria necessário destacar palavras e frases isoladas dos escritos do santo Bispo, separá-las do respetivo contexto e alterar-lhes o sentido. Não podemos citar todas as passagens em que ele ensina precisamente a doutrina contrária. Numa delas, porém, compara-nos à Santíssima Virgem a caminho do Templo, ora levada nos braços dos pais, ora caminhando com os seus próprios passinhos. «É assim que a Bondade Divina quer conduzir-nos no nosso caminho, mas quer também que demos os nossos pequenos passos, isto é, que façamos tudo o que podemos com o auxílio da graça.» Assim como uma criança caminha quando a mãe a põe no chão e se deixa depois tomar novamente nos braços quando ela o deseja, «do mesmo modo a alma que ama o beneplácito divino deixa-se levar, mas também caminha, cumprindo com grande solicitude tudo o que pertence à vontade significada de Deus».

Este santo Bispo, tão experimentado no santo abandono, escrevia a outra alma não menos experimentada, Santa Joana Francisca de Chantal: «Nossa Senhora ama apenas os lugares tornados profundos pela humildade, desprezíveis pela simplicidade e alargados pela caridade. Gosta de estar junto do presépio ou ao pé da cruz... Caminhemos por esses vales humildes das pequenas virtudes. Aí veremos a caridade resplandecer entre os afetos, os lírios da pureza e as violetas da mortificação. Tenho uma afeição muito especial por estas três pequenas virtudes: a mansidão do coração, a pobreza de espírito e a simplicidade de vida... A nossa única ocupação neste mundo é receber e transportar o nosso doce Jesus: na língua, pregando-O; nos braços, praticando as boas obras; aos ombros, levando o seu jugo, isto é, as aridezes e esterilidades espirituais que Ele nos envia.» Será esta linguagem aplicável a uma passividade preguiçosa? Não descreve, antes, uma atividade espiritual de grau elevadíssimo?

«Quanto a mim», dizia Santa Teresinha do Menino Jesus, «gostaria de ter um elevador que me elevasse até Jesus, porque sou demasiado pequena

para subir pela áspera escada da perfeição. Os teus braços, ó Jesus, são o elevador que me deve levar até ao Céu.» Os Quietistas não deveriam considerar esta passagem favorável às suas ideias. Ela é apenas uma expressão de amor, de confiança e, sobretudo, de humildade. A Santa não pretende, de modo algum, permanecer numa passividade indolente à espera de que Nosso Senhor venha buscá-la nos seus braços e a transporte para o Paraíso. Pelo contrário, empenha-se com grande atividade. «Para alcançar a perfeição», acrescentava ela, «não preciso de crescer; pelo contrário, devo permanecer pequena e tornar-me cada dia mais pequena.» E, de facto, com o auxílio da graça, adquiriu uma humildade que lhe ocultava a posse de toda a espécie de dons, a obediência de uma criança, um abandono admirável no meio das maiores provações, a caridade de um anjo da paz e, sobretudo, um amor incomparável a Deus; mas um amor que sabia tirar proveito de tudo e que, persuadido na sua humildade de que não podia fazer grandes coisas, «desejava aproveitar todos os pequenos sacrifícios, todos os olhares, todas as palavras, beneficiar das menores ações e realizá-las por amor, sofrer por amor e, finalmente, morrer de amor».

Será ainda necessário acrescentar que todas as almas verdadeiramente santas, longe de esperarem que Deus as transporte nos seus braços e cumpra por elas os seus deveres, mostram-se antes engenhosas em empregar todos os meios para aumentar a sua atividade espiritual e tirar proveito de todas as circunstâncias? Esta verdade resplandece com particular evidência na vida da Irmã Isabel da Trindade.

CAPÍTULO IX: O sofrimento no abandono

O sofrimento, em maior ou menor grau, encontrá-lo-emos necessariamente tanto na simples resignação como no perfeito abandono. As nossas faculdades sensíveis não podem deixar de ser afetadas pelo mal sensível. As nossas faculdades superiores estão sujeitas ao cansaço, que têm de sentir, quer o queiram quer não. Além disso, encontramo-nos num estado de natureza decaída, em que experimentamos uma atração pelo fruto proibido e uma repugnância pelos deveres penosos; daí resultam todas as agonias do combate interior. Quando Deus nos pede que sacrifiquemos algum prazer ou suportemos alguma aflição por seu amor, embora a parte superior da nossa alma se submeta corajosamente à vontade divina, a parte inferior não deixa, contudo, de sentir a amargura desse sacrifício. E isto não pode deixar de acontecer com frequência. Porque Deus está constantemente empenhado em purificar-nos, desprender-nos e enriquecer-nos. Quer sobretudo curar-nos do orgulho por meio das humilhações, da sensualidade por meio dos sofrimentos e das privações; e, sendo tão persistentes estas doenças, os remédios têm de ser aplicados muitas vezes e durante muito tempo.

É verdade que possuímos a unção da graça e a virtude adquirida. A primeira suaviza as nossas dores; a segunda fortalece a nossa vontade. Santo Agostinho tinha razão ao dizer: «Quem ama não sofre; ou, se sofre, ama o próprio sofrimento.» O sofrimento pode, portanto, existir na parte sensível da nossa natureza, apesar das mais santas disposições da vontade. Acontece, por vezes, que a abundância das consolações espirituais nos inebria, a violência do amor nos arrebata, e todo o sentimento de sofrimento se perde na alegria. Outras vezes, porém, a generosidade, que é a prova do verdadeiro amor, recolhe-se ao mais alto da vontade; desaparecem a alegria e a paz do coração, enquanto o medo, o cansaço e o desgosto invadem a alma e a tornam triste até à morte. Pode ainda suceder que, depois de suportarmos com admirável serenidade as provações mais amargas, nos perturbemos de repente por uma insignificância: o cálice já estava cheio e bastou uma gota para o fazer transbordar. Ou, antes, digamos que Deus, querendo conservar-nos humildes depois de tão gloriosas vitórias, permite que a nossa fraqueza se revele numa escaramuça sem importância. Seja

como for, a aquiescência filial é fruto da virtude, e não da insensibilidade. Um paraíso permanente é impossível nesta vida, mesmo para os santos.

Por isso, o piedoso Bispo de Genebra dizia às suas religiosas: «Não nos preocupemos com aquilo que sentimos ou deixamos de sentir. Também não imaginemos que, nestes estados de indiferença e abandono, nunca teremos desejos contrários à vontade de Deus, ou que a nossa natureza não experimentará repugnância pelos acontecimentos determinados pelo seu beneplácito; tais sentimentos involuntários surgirão frequentemente. As virtudes residem na parte superior da alma. A parte inferior permanece, em geral, fora da sua influência. Não devemos fazer caso disso; mas, sem prestar atenção aos seus desejos e apesar dos seus protestos, abracemos a vontade de Deus e unamo-nos a ela.» Além disso, o santo Doutor considerava sempre «uma quimera essa imaginária insensibilidade daqueles que não querem permitir-nos ser humanos. Mas, depois de prestarmos o tributo devido a esta parte inferior da nossa natureza, devemos cumprir o dever que temos para com a parte superior, onde, como um rei no seu trono, reina o espírito de fé, que deve consolar-nos nas nossas aflições e até por meio das próprias aflições.»

Foi assim que ele próprio procedeu. «Vou agora fazer essa visita tão desejada», escreve, «na qual encontro cruzes de toda a espécie a cada passo. A minha carne estremece perante essa perspetiva, mas o meu coração adora-as... Sim, saúdo-vos, ó cruzes, grandes e pequenas; beijo os vossos pés, embora seja indigno de permanecer à vossa sombra.»

Com a morte da sua mãe e da sua irmã mais nova, experimentou «uma dor cruel por estas separações; mas, embora tão pungente, a sua tristeza permaneceu tranquila. O beneplácito de Deus é sempre santo e os seus decretos são sempre dignos de amor.» Por isso, estava resolvido a tomar sempre o partido da Providência em todos os acontecimentos. Contudo, se alcançou gloriosas vitórias nas grandes provações, aconteceu-lhe certa vez sentir-se perturbado por um assunto sem importância, a ponto de perder duas horas de descanso. Riu-se de si próprio por tamanha fraqueza e viu claramente que se tratava da agitação de uma criança. Mas não sabia como escapar-lhe. «Deus quis assim mostrar-me que, se resisto aos grandes

assaltos, isso não se deve à minha própria força, mas à graça do meu Salvador.»

Santa Joana Francisca de Chantal distinguiu-se pela fortaleza de alma e pelo abandono. Apesar disso, necessitava de ser constantemente encorajada pelo seu santo diretor, São Francisco de Sales, e por ele consolada nas suas dores interiores. Sempre que perdia uma pessoa querida, sofria com extraordinária violência. Embora tivesse tido a coragem de permanecer até ao fim junto do leito de morte da sua filha mais velha, assistindo-a com santos cuidados, quando chegou o momento da morte caiu desmaiada; depois de reanimada, permaneceu muitas horas num estado de torpor. À morte de São Francisco de Sales, chorou sem cessar até ao dia seguinte. Mas «se soubesse que as suas lágrimas desagradavam a Deus, não teria derramado uma única». De facto, «fez tanta violência a si mesma para as conter que adoeceu e foi obrigada, por santa obediência, a deixá-las correr novamente». «Que golpe tão duro foi este!», exclamava, «mas quão doce e paternal é a mão que o desferiu. Beijo essa mão divina e amo-a com toda a minha alma, inclinando a cabeça e o coração diante da santa vontade de Deus, que adoro e venero com todas as minhas forças.»

Poderíamos citar uma multidão de exemplos semelhantes, mas deixemos os servos e voltemo-nos para o Mestre. No momento da sua entrada neste mundo, o nosso Salvador oferece-Se ao Pai como Vítima universal. Toda a sua vida será uma cruz e um martírio. Derrama apenas as lágrimas necessárias para mostrar a ternura do seu Coração; manifesta apenas a indignação suficiente para inspirar aos culpados um temor salutar. De resto, conserva uma serenidade admirável, chegando mesmo a desejar esse batismo de sangue com o qual purificará o mundo.

Chegou, porém, a sua hora. Limitando as alegrias da visão beatífica à região mais elevada da sua Alma, entrega voluntariamente todas as suas faculdades e todo o seu Corpo à mais terrível agonia. Por livre escolha, abandona-Se ao medo, ao cansaço e ao desgosto; e a sua Alma está triste até à morte. Contempla os nossos pecados acumulados, os direitos do seu Pai criminosamente desprezados, as almas imortais a precipitarem-se no abismo, os tormentos e as ingratidões que O esperam; e essa visão mergulha-O num oceano de amargura. Por três vezes apela à misericórdia

do Pai: «Se é possível, afaste-se de Mim este cálice»; e aceita que um anjo desça do Céu para O consolar. Um suor de sangue cobre-O inteiramente, mas, por isso mesmo, prolonga ainda mais a sua oração: «Meu Pai, não se faça a minha vontade, mas a tua.»

Perante este espetáculo tão terrível, o homem de fé débil fica perturbado e não o consegue compreender. Mas a alma verdadeiramente fiel adora, admira e dá graças. Poderia Nosso Senhor, na verdade, ter feito algo de mais proveitoso para nós, enquanto Salvador, Consolador e Mestre, do que suportar esta agonia? Como nosso Salvador, convinha que tomasse sobre Si todas as nossas enfermidades e até as nossas mais profundas humilhações, com exceção apenas do pecado. Ora, poderia haver, para Deus Omnipotente, humilhação comparável a esta manifestação de fraqueza? Foi por isso que a escolheu com a mais perfeita conformidade e aceitação.

Como nosso Consolador, convinha que conhecesse todas as nossas tristezas. Se Se tivesse mostrado inacessível ao medo, à repugnância e aos sentimentos de desgosto, como ousaríamos expor-Lhe as nossas misérias? Mas Ele quis livremente descer ao nosso nível, tal como um bom pai se faz criança com os seus filhos. A sua humilde condescendência consola-nos, encoraja-nos e derrama um bálsamo suavizante sobre as feridas da nossa alma. Ao mesmo tempo, o excesso dos seus sofrimentos e dos seus voluntários abaixamentos comove profundamente o cristão generoso e desperta nele o desejo e, por assim dizer, a necessidade de retribuir sofrimento com sofrimento a este Amigo infinitamente bom.

«Certa noite», diz a Irmã Isabel da Trindade, «as minhas dores eram tão intensas que senti a natureza começar a revoltar-se... Contemplando Jesus na sua agonia, ofereci-Lhe o meu sofrimento para O consolar e imediatamente senti aumentar as minhas forças. Foi sempre assim que procedi. Em todas as provações, grandes ou pequenas, considero o que Jesus sofreu de semelhante, para perder a minha dor na dor maior d'Ele e perder-me a mim mesma n'Ele.»

Santa Teresinha do Menino Jesus exprime-se por sua vez nestes termos: «Quando o Divino Salvador pede o sacrifício de tudo o que temos de mais querido neste mundo, é absolutamente impossível, sem uma graça muito especial, deixar de exclamar com Ele no horto da sua agonia: “Meu Pai,

afasta de mim este cálice.” Mas devemos apressar-nos a acrescentar com Ele: “Não se faça a minha vontade, mas a tua.” É muito consolador pensar que Jesus, o Deus omnipotente, conheceu todas as nossas fraquezas e que estremeceu diante da visão do seu amargo cálice, esse mesmo cálice que noutras ocasiões desejara com tanto ardor.»[8]

Houve e haverá momentos de provação para cada um de nós. Tomemos, pois, a resolução de imitar, de futuro, a generosidade do Salvador. «Meu Pai», poderemos exclamar, «livra-me desta hora de provação»; mas, vencendo imediatamente este impulso momentâneo de temor, acrescentemos: «Mas foi precisamente para esta hora que Eu vim» (Jo. 12, 27).

Como nosso Mestre, Nosso Senhor ensina-nos, na sua agonia, três verdades preciosas.

Primeiramente, ensina-nos que não é falta, nem sequer imperfeição, sentir o sofrimento, o medo, o cansaço, a repugnância e o desgosto, contanto que nunca deixemos de repetir, com vontade resoluta: «Não se faça a minha vontade, mas a tua.» Nosso Senhor não é menos perfeito nem menos sublime no Horto das Oliveiras do que no Monte Tabor ou à direita do Pai. Pensar o contrário seria uma blasfémia. E não é pouca coisa que uma alma, privada de todo o apoio sensível e cercada de tribulações e contradições, permaneça, apesar de tudo, constantemente fiel à vontade de Deus.

Ensina-nos, em segundo lugar, que não é falta nem imperfeição queixar-se a Deus com amorosa submissão, tal como uma criança magoada corre para junto da mãe a contar-lhe a dor que sente e a mostrar-lhe a ferida. «O amor permite-nos queixarmo-nos, permite-nos até repetir todas as lamentações de Job e de Jeremias, contanto que conservemos no fundo do coração, na parte superior da alma, uma santa submissão.» Assim fala o amável Santo Bispo de Genebra. Noutra passagem, porém, censura aqueles que nunca acabam de se lamentar e que parecem incapazes de encontrar pessoas suficientes a quem confiar as suas provações. São Afonso usa linguagem semelhante: «É, sem dúvida, mais perfeito não nos queixarmos dos sofrimentos que experimentamos na doença; todavia, quando as dores são muito intensas, não há culpa em dá-las a conhecer aos nossos amigos,

nem mesmo em pedir a Nosso Senhor que delas nos livre. Repare-se que falo de grandes sofrimentos. Há pessoas que procedem muito mal, porque se queixam sempre que sentem a mais pequena dor ou o menor incómodo.» Estes santos Doutores consideram, portanto, legítimas as queixas moderadas e submissas, censurando apenas as que são exageradas.

O Divino Mestre ensina-nos, em terceiro lugar, que não é falta nem imperfeição pedir a Deus, nas grandes provações, que afaste de nós este cálice, se isso for possível, e até pedi-lo com certa insistência, segundo o exemplo do próprio Salvador. Mas, «depois de terdes suplicado ao Pai que vos console, se não for do seu agrado fazê-lo, reuni toda a vossa coragem para realizar a obra da vossa salvação sobre a cruz, como se nunca houvésseis de descer dela. Contemplai o nosso bom Mestre no Jardim das Oliveiras. Depois de implorar ao Pai a consolação e de saber que não era vontade divina concedê-la, já não pensa mais nisso, já não a deseja, já não a pede; mas, como se nunca a tivesse solicitado, aplica-Se corajosamente à obra da nossa redenção.» Foi esta a instrução que São Francisco de Sales deu a Santa Joana Francisca de Chantal.

CAPÍTULO X: O abandono e a oblação de si mesmo

Antes de compararmos estas duas realidades, recordemos brevemente o que foi dito acerca da natureza do abandono. Trata-se de uma conformidade com o beneplácito divino, mas de uma conformidade nascida do amor e levada a um elevado grau de perfeição. Não é pela insensibilidade, mas pela virtude, que a alma se estabelece numa santa indiferença relativamente a tudo o que não é Deus ou a sua adorável vontade. Antes do acontecimento que lhe dará a conhecer o beneplácito divino, mantém-se numa atitude de «simples e geral expectativa», cumprindo fielmente a vontade significada de Deus. Procede com prudência em todas as matérias cuja decisão depende dela. Quanto àquelas sobre as quais não tem domínio, mas que dependem do beneplácito divino, embora tenha o direito de formular desejos e apresentar petições, prefere, em regra geral, deixar inteiramente a sua disposição ao Pai celeste, tão grande é a sua confiança n'Ele e tão grande o cuidado de nada querer que seja contrário ao beneplácito divino.

Mal este beneplácito se manifesta através dos acontecimentos, a alma adere-lhe amorosamente. Não é, contudo, uma máquina inerte que se deixa mover sem qualquer resistência. Muito pelo contrário. Emprega toda a sua inteligência e toda a sua vontade para se ajustar e conformar ao beneplácito de Deus e para dele retirar o maior proveito espiritual. Mas o seu amor e a sinceridade do seu abandono não a impedem de sentir a dor do sofrimento. Isso, porém, não lhe perturba a paz. O seu único desejo é cumprir a vontade de Deus da maneira mais perfeita possível.

Tal é a natureza do santo abandono, tal como a descrevemos, seguindo o ensinamento de São Francisco de Sales. Poderíamos resumir tudo nestas palavras: «Meu Deus, nada quero neste mundo senão a Ti e à tua santa vontade. Desejo ardentemente crescer no teu amor e em todas as virtudes; por isso, estou firmemente decidido a cumprir fielmente a tua vontade significada. Mas, quanto a tudo aquilo que não depende de mim, mas unicamente de Ti, entrego-me confiadamente nas tuas mãos e mantenho-me numa atitude de simples e filial expectativa, pronto a fazer tudo o que dispuseres. Nada desejo, nada peço, nada recuso. O sofrimento não me causa medo, porque Tu o proporcionarás sempre à minha fraqueza. O que

unicamente desejo é deixar-Te conduzir-me como melhor entenderes e submeter-me com amor ao teu beneplácito.»

É evidente que o abandono, assim compreendido, nada contém de perigoso nem de presunçoso. É apenas uma submissão filial, cheia de confiança e de amor, podendo ser proposto como ideal a todas as almas já adiantadas na virtude.

Aos homens do nosso tempo, tão enamorados da atividade e do espírito de sacrifício, esta atitude de simples espera pelo beneplácito divino pode parecer demasiado passiva. Existe sempre a tendência para ir além do verdadeiro abandono. Em vez de deixar Deus dispor de tudo como Lhe aprouver, em vez de esperar tranquilamente que Ele decida segundo o seu beneplácito, muitas almas apressam-se a antecipá-Lo, oferecendo-se, consagrando-se, dedicando-se. Algumas não querem compreender o santo abandono senão como incluindo este ardor pelo sacrifício. Mas tal disposição de imolação de si mesmo deve ser cuidadosamente examinada.

Será que a alma deseja apenas testemunhar a Deus, sem Lhe pedir efetivamente sofrimentos, que, com o auxílio da sua graça, está pronta a fazer ou a sofrer, de bom grado, tudo o que Ele determinar? Isto pouco difere do abandono tal como acima o descrevemos e, com uma oportuna exortação à humildade, poderia ser recomendado a todas as almas avançadas. Mas que dizer se essa alma pretende dizer a Deus: «Não tenhais receio, Senhor, de me enviar sofrimentos, porque eu os desejo, quase os exijo, e satisfareis os meus mais íntimos desejos concedendo-mos»? Tal atitude, ainda que não constitua propriamente uma oblação de si mesmo como vítima, aproxima-se muito dela. Em todo o caso, já não é o abandono no sentido aprovado por São Francisco de Sales. E só pode ser permitida com prudência, isto é, não indistintamente a todos, mas apenas às almas suficientemente provadas, como explicaremos ao tratar do tema das almas vítimas. Quanto aos que têm mais confiança em si próprios do que sólida virtude, importa fazê-los compreender que, antes de elevarem os seus desejos a tão grande altura, devem aplicar-se antes ao cumprimento da vontade significada de Deus e à santificação das cruzes de cada dia. São Pedro ofereceu-se para sofrer e até morrer com o seu adorável Mestre. O seu amor e a sua sinceridade não oferecem qualquer dúvida. Contudo, nem

por isso deixou de ser presunçoso, como o resultado veio infelizmente demonstrar.

Resta ainda considerar a oblação de si mesmo para o sacrifício, ou seja, o voto de se tornar vítima. Mas, como não pretendemos fazer aqui uma exposição doutrinal e prática desta questão tão delicada e complexa, limitar-nos-emos a dizer apenas o necessário para indicar com precisão onde termina o caminho do abandono e começa outro caminho diferente. Os leitores que desejarem aprofundar este assunto poderão consultar os autores que o trataram ex professo, especialmente Mons. Charles Sauvé, na sua excelente dissertação — talvez um pouco severa nas restrições que estabelece — sobre a ideia, o estado e o voto de vítima.

A oblação pode ser feita com intenções diversas e sob formas variadas. A Beata Gemma Galgani e a Irmã Isabel da Trindade ofereceram-se como vítimas pelos pecadores; Santa Teresinha do Menino Jesus ofereceu-se como vítima de holocausto ao Amor Misericordioso; outros ofereceram-se à justiça, à santidade ou ao amor de Deus. Mas, na maior parte das vezes, as almas consagram-se como vítimas expiatórias à justiça ou à santidade divinas, para reparar as ofensas feitas à glória de Deus, libertar as almas do purgatório, atrair a misericórdia de Deus sobre a santa Igreja, sobre a própria pátria, sobre o sacerdócio e as ordens religiosas, sobre uma determinada família ou até sobre uma única pessoa.

O fundamento desta prática encontra-se na comunhão dos santos, particularmente na possibilidade de aplicar aos pecadores as satisfações adquiridas pelos justos. Pertence, portanto, ao mistério da redenção pelo sofrimento. Tendo escolhido este caminho para salvar o mundo, Nosso Senhor quis igualmente servir-Se dele para nos aplicar os frutos que adquiriu ao preço do seu Preciosíssimo Sangue. Na sua infinita bondade, dignou-Se associar almas escolhidas à sua obra de salvação; e, já não podendo sofrer na sua Humanidade glorificada, assumiu, por assim dizer, humanidades suplementares, para continuar por este meio a salvar as almas através do sofrimento.

Ao longo dos séculos, sobretudo nas épocas de grandes tribulações, nunca faltaram almas vítimas. A nossa infeliz época, sobre a qual a impiedade se espalhou como uma praga de trevas, enquanto a imoralidade

tudo inunda com o seu dilúvio de impureza, viu multiplicarem-se essas vítimas sem conta, chegando mesmo institutos e comunidades inteiras a consagrarem-se como vítimas. Se dermos crédito às revelações privadas, Nosso Senhor tem hoje necessidade de vítimas, e de vítimas generosas. Procura almas que, pelos seus sofrimentos e tribulações, façam expiação pelos pecadores e pelos ingratos. «Está cheio de dor porque não encontra um número suficiente de almas dispostas a segui-Lo generosamente pelo caminho do sofrimento.» Estas revelações merecem, sem dúvida, respeito; além disso, são em si mesmas muito verosímeis. Mas possuímos uma garantia ainda mais segura e incontestável na palavra do Vigário de Jesus Cristo.

Pio IX pediu ao superior-geral de uma Ordem religiosa que convidasse as almas magnânimas a oferecerem-se a Deus como vítimas de expiação. Na Encíclica dirigida ao povo francês, em 1884, Leão XIII exorta «sobretudo aqueles que vivem nos mosteiros a oferecerem-se para aplacar a ira de Deus mediante a oração humilde, a penitência voluntária e a oblação de si mesmos». São Pio X elogiou calorosamente a «Associação Sacerdotal», alegrando-se por saber que «muitos dos seus membros se oferecem secretamente a Deus para serem imolados como vítimas expiatórias, particularmente pelas almas consagradas, nestes tempos infelizes em que a expiação é tão necessária»; e enriqueceu «esta grande obra de piedade cristã» com numerosas indulgências. Trata-se, com efeito, de uma forma verdadeiramente sublime de praticar o amor de Deus e o amor do próximo.

Mas o mesmo Pontífice fala dela como de «uma empresa extremamente grande e um caminho muito árduo». Longe de nós a ideia de desencorajar almas generosas quando o próprio Pastor Supremo as convida! Não; desejamos apenas prevenir a imprudência. Aqueles que fizeram profissão numa comunidade de vítimas têm poucos motivos para recear a imprudência ou o engano. A regra determina com precisão a extensão da sua oferta, e as suas forças foram experimentadas durante o noviciado. Mas, quando uma alma que vive fora da vida religiosa, com ou sem voto, se oferece sem reservas, nunca se pode saber antecipadamente até onde Deus exercerá os direitos que ela Lhe concedeu.

Sem dúvida, se essa alma apenas respondeu a uma vocação particular devidamente autenticada, Deus, que a chamou, conceder-lhe-á todas as graças de que necessitar. Assim aconteceu com aquela religiosa que, oito dias antes da morte, após longos e terríveis sofrimentos, podia afirmar que «não se arrependia de se ter oferecido». Santa Teresinha do Menino Jesus dizia igualmente, no próprio dia da sua morte: «Não me arrependo de me ter oferecido como vítima ao Amor.» Acontecerá o mesmo com uma alma que se comprometeu levianamente, sem suficiente oração, reflexão, conselho e prova de si mesma? Dar-lhe-á Nosso Senhor as graças especiais de que necessitará, como recompensa da sua temeridade? É de recear que, quanto mais precipitada tiver sido ao oferecer-se, tanto mais persistente venha depois a tornar-se em cansar, com as suas queixas e desânimos, não apenas o infeliz diretor espiritual, mas todos aqueles que convivem com ela.

O verdadeiro lugar de uma alma vítima é o Calvário, junto de Jesus, e não as delícias da consolação. As almas que desejam realmente oferecer a Jesus consolação e reparação devem ser vítimas com a grande Vítima do Gólgota.

«É importante compreender isto. Porque a facilidade presunçosa com que muitos se oferecem a Deus como vítimas dá a impressão de que não fazem ideia até onde Ele costuma ir em assuntos tão graves. Deus possui sobre nós certos direitos que, todavia, não exerce enquanto não obtiver o nosso livre consentimento. Felizes, mil vezes felizes, aqueles que se Lhe entregam sem reservas! Mas preparem-se para grandes sofrimentos e sacrifícios extraordinários.» Cada página da vida das almas vítimas confirma plenamente esta observação.

Estamos agora em condições de compreender os pontos de diferença entre a oblação de si mesmo e o abandono.

I. — A alma que vive no simples abandono nunca se antecipa. Em tudo o que depende da Providência e não dela própria, permanece numa santa indiferença, aguardando o beneplácito de Deus. É como uma criança que, com amor e docilidade, se deixa conduzir. Pelo contrário, a alma vítima toma a iniciativa. Pelo próprio facto da sua oblação, pede implicitamente o sofrimento; provoca Deus a enviá-lo; por vezes chega mesmo a pedi-lo expressamente.

II. — No abandono não há lugar para o orgulho, a temeridade ou a ilusão. A prudência e a humildade exercem pleno domínio. Porque se deixa Deus regular tudo, reservando-nos apenas o direito de Lhe obedecer. O abandono é, de facto, o simples cumprimento da vontade divina. Mas, salvo um chamamento especial de Deus, poderá a oblação de si mesmo parecer igualmente humilde, igualmente isenta de ilusão e de presunção? Permite ela a Deus a mesma liberdade para dispor de nós segundo o seu beneplácito?

III. — A alma abandonada à ação divina pode sempre contar com o auxílio da graça. Mas, salvo sempre uma vocação divina, poderá a alma que toma a iniciativa e corre à frente de Deus ter a mesma certeza de que Ele a acompanhará?

As almas adiantadas na vida espiritual parecem sentir-se atraídas para o santo abandono como por instinto. A todas se pode recomendar que o pratiquem com espírito de vítima. O mesmo se diga das nossas práticas quotidianas de obediência e mortificação voluntária. Esta intenção nada acrescenta às nossas obrigações, mas comunica a todas as nossas ações uma nova energia de amor puro, que aumenta o seu mérito e a sua eficácia.

Pelo contrário, a prudência e a humildade proíbem-nos de nos oferecermos como vítimas, e sobretudo de pedirmos sofrimentos, sem uma vocação divina devidamente comprovada. Mesmo existindo esse chamamento, devemos esperar até termos demonstrado a nossa fortaleza, suportando pacientemente as cruzes de cada dia e praticando a mortificação voluntária. Se tomamos a iniciativa de pedir este ou aquele género de sofrimento, estamos a assumir a responsabilidade pela disposição dos acontecimentos; e, aqui como em tudo o resto, devemos seguir as normas da prudência. Ora, a prudência manda excluir aquelas provações que possam tornar-se perigosas para nós próprios, e a caridade, aquelas que possam ser motivo de incómodo para os outros. Evidentemente, não há necessidade de fazer estas reservas quando deixamos a Deus a escolha dos nossos sofrimentos. Porque, então, a disposição dos acontecimentos já não nos pertence a nós, mas a Ele; e podemos entregar-nos com inteira confiança à sua paternal sabedoria.

Além disso, salvo uma vocação divina, de que serve pedir sofrimentos? Terá uma alma que aspira aos mais altos cumes da virtude necessidade de procurar algo para além da obediência e do perfeito abandono? Os seus votos, as suas regras e as disposições da Providência: eis o caminho seguro que conduz à perfeição, sem ilusões nem desilusões. Aí encontrará sempre admiráveis meios para adquirir a pureza da alma, a perfeição das virtudes e a união íntima com Deus pelo amor. Esta transformação progressiva, realizada através da observância religiosa, é, por si só, uma tarefa imensa, capaz de ocupar toda uma longa vida. E, se isso ainda não bastar para a nossa generosidade, a regra, obtida a necessária autorização, permite-nos fazer mais do que aquilo que impõe. Deste modo, oferece ao espírito de sacrifício um campo quase ilimitado, tão vasto quanto possam ser os nossos desejos.

Quanto ao santo abandono, toda a alma interior encontra mil ocasiões para o praticar. Os súbditos terão frequentemente necessidade dele na vida comunitária; os superiores, mais ainda, no exercício do seu governo. Devemos começar sempre por acolher as cruzes que Deus escolheu para nós. Se elas não bastarem para satisfazer o ardor do nosso desejo de sofrer, Ele saberá, sem que seja necessário dizê-lo, aumentar-lhes o número ou o peso.

Assim, as almas que desejam viver no espírito de vítimas não têm, em regra geral, necessidade de pedir sofrimentos. Encontrá-los-ão em abundância na vida interior, nos deveres quotidianos, nas mortificações voluntárias e nas disposições da Providência Divina. Este caminho humilde não possui, é certo, o esplendor que envolve a oblação de si mesmo, mas oferece um vastíssimo campo ao espírito de sacrifício e é, talvez, um caminho mais seguro para a prudência e para a humildade.

Fique, porém, bem entendido que, quando o Espírito Santo inspira uma alma a oferecer-se como vítima, desde que ela proceda com a autorização e sob a orientação dos representantes de Deus e permaneça, acima de tudo, cuidadosamente fiel aos seus deveres quotidianos, ninguém poderá acusá-la de temeridade ou de ilusão, pois está simplesmente a seguir um chamamento divino. Deve, sem dúvida, esperar terríveis provações. Mas terá o mérito delas, e Deus estará com ela.

SEGUNDA PARTE
O fundamento do santo abandono

O santo abandono tem o seu fundamento na caridade. Já não se trata aqui de um grau inferior de conformidade com a vontade divina, como acontece na simples resignação, mas de uma entrega amorosa, confiante e filial, de uma completa fusão da nossa vontade com a vontade de Deus. Ora, é próprio do amor unir as vontades numa união tão íntima. Este grau de conformidade é, por si mesmo, um exercício muito elevado de puro amor e, ordinariamente, só se encontra nas almas adiantadas, em cuja vida o amor puro exerce uma influência dominante. Mas, como exige um desapego completo e como a caridade é aqui obrigada a recorrer de modo muit/o especial à fé e à confiança na Providência, trataremos primeiro do desapego, da fé e da confiança; e, em seguida, do amor, que é o princípio formal e imediato do santo abandono.

CAPÍTULO I: O desapego

A condição prévia para uma conformidade perfeita é um desapego perfeito. Porque, se a nossa vontade estiver fortemente presa, se permanecer ligada e acorrentada aos bens terrenos, quando quisermos uni-la à vontade de Deus encontraremos uma violenta resistência. Mesmo quando o apego é pequeno, não deixa de haver resistência. Surgirão inevitavelmente lutas e tensões, e estaremos ainda muito longe de uma conformidade pronta e fácil e, sobretudo, muito longe do perfeito abandono. Isto por duas razões.

Primeiro, porque o santo abandono é uma união completa, uma espécie de identificação da nossa vontade com a vontade divina, de tal modo que estamos previamente dispostos para tudo o que Deus determinar e acolhemos com amor tudo o que Ele faz. Antes do acontecimento, é uma expectativa tranquila e confiante; depois do acontecimento, é uma submissão filial e amorosa. Vê-se, pois, quanto profundo desapego esta atitude pressupõe.

Em segundo lugar, porque esse desapego deve ser tão universal quanto profundo. Quer Deus que sejamos ricos ou pobres, doentes ou saudáveis,

consolados ou provados, honrados ou desprezados, amados ou odiados? Sendo Ele o nosso Senhor soberano, tem o direito de dispor de nós como Lhe aprouver. Segundo o seu beneplácito, pode fazer-nos sofrer nos bens exteriores, nos bens do corpo ou do espírito, ou na nossa reputação, conforme julgar conveniente e sem nos consultar. E, ordinariamente, fere sem aviso prévio. A nossa vontade, portanto, para se conservar pronta a acolher com amor todas as disposições divinas, deve estar desapegada de todos os bens criados: das riquezas, dos parentes e amigos, da saúde, do bem-estar, do conforto, das próprias opiniões, da ciência, das consolações, da estima e do afeto. Em relação a todas estas e semelhantes realidades, deve permanecer completamente indiferente, procurando apenas Deus e a sua santíssima vontade. Então, por mais inesperadamente que o beneplácito divino se manifeste, e qualquer que seja a forma que assuma, abraçá-lo-emos sempre com coragem e facilidade.

Todos os que desejam alcançar o santo abandono devem estimar profundamente a mortificação cristã, seja qual for o nome que se lhe dê: abnegação, renúncia, espírito de sacrifício ou amor da cruz. Terão de a praticar, quanto lhes for possível, com perseverança incansável, para assim atingirem o perfeito abandono e nele se manterem constantemente. O Padre Roothaan tinha toda a razão ao afirmar: «Sem mortificação, seria inútil procurar alcançar a indiferença, porque é principalmente pela mortificação que nos tornamos e demonstramos verdadeiramente indiferentes.» E o Padre Le Gaudier observa, com igual razão: «Não é coisa fácil acrescentar à observância dos mandamentos o desprezo voluntário das riquezas e dos bens exteriores. Muito mais difícil é acrescentar a isso o desprezo da honra e da reputação; mais difícil ainda é desprezar a própria vida, o próprio corpo e a própria vontade. Mas a maior dificuldade de todas consiste em subordinar à vontade e à glória de Deus os nossos dons naturais, as consolações, as atrações espirituais, as virtudes, a graça e, finalmente, até a própria glória.»

Daqui se conclui claramente que o caminho do abandono é longo e muito árduo. E compreende-se também porque tão poucos chegam a tão elevado grau de conformidade, porque a maioria se contenta com graus inferiores ou até apenas com a simples resignação. Todos desejariam, sem dúvida, alcançar o perfeito abandono, mas poucos querem pagar o preço.

Deus apenas nos pede que esvaziemos os nossos vasos para os poder encher dos seus dons. Infelizmente, porque esse esforço custa, não chegamos a esvaziá-los completamente. Aplica-se aqui a bela expressão de Tauler, tão próxima do espírito de São Francisco de Sales: «Perguntaram-lhe onde encontrara Deus. Respondeu: “Onde me perdi a mim mesmo; e onde me encontrei a mim mesmo, perdi Deus.”»

Entre todas as formas de renúncia, gostaríamos, porém, de destacar duas que são particularmente difíceis e absolutamente indispensáveis: a obediência e a humildade. Quem poderá duvidar de que o amor-próprio desordenado e o apego à própria vontade constituem o último refúgio da natureza quando se vê cercada, e o maior obstáculo ao progresso na perfeição e na paz da alma? Depois de termos sacrificado tudo o mais, os bens exteriores da fortuna e até os bens do corpo, permanecemos demasiadas vezes presos pelo duplo laço do orgulho e da vontade própria. Para completar a nossa libertação, é necessário recorrer à obediência e à humildade, duas virtudes irmãs que não podem existir separadamente.

Feliz a alma que se esforça, com perseverante zelo, por desapegar-se da própria vontade, obedecer em tudo e sempre, praticar a paciência nas dificuldades, contradições e humilhações, sem dar ouvidos aos protestos da natureza! Mais feliz ainda a que se contenta em viver no mais completo abatimento e na maior pobreza, considerando-se, mesmo depois de ter cumprido o dever que lhe foi imposto, uma serva inútil e indigna, chegando até a chamar-se e considerar-se, sinceramente, no íntimo do coração, a última e a mais miserável de todas.

A alma solidamente fundada na obediência e na humildade evitará, por isso mesmo, muitos abalos provenientes da falta de virtude. Contudo, terá ainda de suportar numerosas aflições. Não será, certamente, insensível à sua amargura; mas está preparada para as acolher, e a sua humildade dispõe-na e inclina-a para o perfeito abandono. Conservando sempre viva a dolorosa lembrança dos seus pecados passados, como acontece com todas as almas verdadeiramente puras e humildes, presta homenagem à infinita justiça de Deus, que exige aquilo que lhe é devido, e aceita com gratidão o castigo das suas faltas.

Sempre que sobre ela sobrevém uma nova provação, diz para consigo: «Tenho de sofrer isto em expiação. Obrigado, meu Deus, porque me castigais menos do que mereço.» E, se não receasse a própria fraqueza, acrescentaria de bom grado: «Mais sofrimento, Senhor; enviai-me ainda mais, para que possa satisfazer à vossa justiça.» Ou, pelo menos, considerando as más inclinações que ainda subsistem nela e como basta tão pouco para lhe perturbar a paz, reconhece a necessidade urgente que tem de sofrimentos e humilhações, acolhendo como uma verdadeira graça cada ocasião de morrer para si mesma.

Por vezes, esquecendo a sua própria dor e pensando apenas nas ofensas feitas a Deus, exclama com Gemma Galgani: «Pobre Jesus! No meu egoísmo falei-Vos demasiado das minhas próprias dores. Mas perdoai-me, perdoai-me e voltai para mim.» Ou, como outra alma generosa: «O que mais me faz sofrer, mais do que todas as minhas provações interiores, e constitui para mim um verdadeiro tormento, são as ofensas feitas ao meu Bem-Amado e o sofrimento que Ele tem de suportar.» Apesar da sua inocência e das suas virtudes, estas almas, inundadas de luz celeste, veem-se indignas de comparecer diante da infinita santidade de Deus e, no seu ardente desejo de Lhe agradar, aceitam de boa vontade as purificações mais dolorosas.

Vê-se, assim, quanto a humildade facilita a submissão e quão poderosamente dispõe a alma para o santo abandono.

Pelo contrário, uma alma imperfeitamente estabelecida na obediência e na humildade expõe-se, por esse mesmo facto, a inúmeras provações e dificilmente se encontra disposta a acolhê-las. Quer as nossas tribulações venham de Deus, quer dos homens, se não reconhecermos que as merecemos e que delas temos necessidade, julgamo-nos incompreendidos, assumimos a atitude de vítimas, resistimos ou entregamo-nos ao ressentimento. E os favores de Deus serão tão mal aproveitados como os seus castigos. A este respeito, Nosso Senhor declarou: «A humildade é tão necessária a uma alma cumulada de graças como a água o é para uma flor. Para desabrochar e conservar-se fresca e bela, esta alma deve estar mergulhada na humildade e continuamente regada pelas suas águas

salutares. Se permanecesse sempre exposta ao ardor do sol, secaria depressa, murcharia e acabaria por cair.»

Santa Teresinha do Menino Jesus recomenda insistentemente o caminho da infância espiritual, um caminho cheio de confiança e de amor. Faz da humildade o seu fundamento, porque não pode haver outro. A sua prática e o seu ensinamento podem resumir-se assim: ama a Deus e oferece-Lhe muitos pequenos sacrifícios; abandona-te nos seus braços como uma criança pequena e, para isso, obedece como uma criança e sê humilde como uma criança. Foi assim que ela se fez serva das suas irmãs, procurou obedecer a todas sem exceção e não teve outro receio senão o de seguir a sua própria vontade. Soube preservar-se do orgulho e permanecer sempre pequena pela humildade, tão pequena que se contentava que ninguém pensasse nela, que todos a pisassem aos pés e que o Divino Menino a tratasse como um brinquedo sem valor. Que morte para si mesma! Que humildade, sobretudo, não foi necessária para a conduzir a tão elevado grau de perfeição! Nada tem, pois, de surpreendente que Deus tenha glorificado uma alma tão generosa e humilde e feito dela a grande taumaturga dos nossos tempos.

Dom Gay, falando desta infância espiritual, exclama: «Oh! Que caminho tão perfeito! Mais perfeito até do que o amor ao sofrimento, porque nada exige do homem um sacrifício tão grande como permanecer sincera e tranquilamente pequeno. O orgulho é o primeiro dos pecados capitais. É a fonte de toda a concupiscência e a própria essência do veneno derramado sobre o mundo pela antiga serpente. O espírito de infância destrói-o com maior segurança do que o espírito de penitência. O orgulho do homem pode facilmente encontrar alimento no combate contra a tribulação. Pode considerar-se um grande penitente ou uma grande vítima e perder-se na admiração de si próprio. Mas o verdadeiro espírito de infância é o desespero do amor-próprio... Espremei, quanto quiserdes, este fruto da santa infância: nunca dele conseguireis extrair outra coisa senão o néctar do abandono à vontade de Deus. Uma criança entrega-se sem defesa e abandona-se sem resistência. Que sabe ela? Que pode ela fazer? Que compreende ela? Que pretende saber, poder fazer ou compreender? É um ser de que se é senhor absoluto. Por isso mesmo é tratada com tantos cuidados e cumulada de tantas carícias. Vemos acaso o mesmo amor e a

mesma ternura prodigalizados àqueles que preferem governar por si próprios os seus negócios?»

CAPÍTULO II: A fé na Providência

«O justo vive da fé» (Rom. 1, 17), e deve possuir uma fé profunda e viva para alcançar o santo abandono. Ora, a luz da fé torna-se tanto mais brilhante quanto mais nos purificamos e avançamos na virtude. Mas torna-se particularmente luminosa e penetrante quando chegamos à via unitiva, a esse grau de perfeição em que a alma, já purificada e enriquecida de virtudes, vive principalmente do amor e da união íntima com Deus. Então, as sombras tornam-se menos densas e o véu torna-se transparente. Deus, permanecendo sempre oculto, deixa-nos sentir a sua presença e, por vezes, faz-nos experimentar muito sensivelmente a doçura das suas amorosas carícias. Como Moisés sobre o monte, tratamos com o Invisível como se O víssemos. Com uma fé tão viva, o abandono torna-se fácil; sem ela, não poderemos atingir essa altura ou, pelo menos, não conseguiremos nela perseverar por muito tempo.

Falaremos aqui da fé na Divina Providência.

Nada acontece neste mundo sem ordem ou permissão de Deus. Nada existe senão por Ele. E tudo o que criou, conserva-o e governa-o com amor, para o conduzir ao seu fim. Enquanto governa os astros e preside às revoluções da terra, coopera também nos trabalhos das formigas, nos mais pequenos movimentos dos insetos que enchem o ar e na atividade invisível dos milhões de átomos que constituem uma simples gota de água. Sem Ele, nenhuma folha se move, nenhuma erva seca, nenhum grão de areia é transportado pelo vento. Vigia atentamente as aves do céu e os lírios do campo; e, porque cada um de nós vale mais do que muitos pássaros, não esquece os seus filhos.

Mil pequenos pormenores da vida quotidiana escapam ao pai de família e até à mãe mais vigilante; mas Deus, na sua inteligência infinita, possui o segredo de prover sem esforço tanto aos mais insignificantes incidentes como aos maiores acontecimentos. Sim, contou até os cabelos da nossa cabeça; nenhum deles pode cair sem a permissão do nosso Pai celeste. E que poderá parecer mais insignificante do que a queda de um único cabelo? Contudo, Deus pensa nisso. Com muito maior razão, pois, cada um de nós pode dizer: «Quando tenho fome, Deus pensa nisso; quando tenho sede, Deus pensa nisso; quando empreendo um trabalho, Deus pensa nisso;

quando tenho de escolher um estado de vida, Deus pensa nisso; quando surgem dificuldades nesse estado, Deus pensa nelas; para resistir a uma tentação ou cumprir um dever preciso desta ou daquela graça, Deus pensa nisso; na minha caminhada para a eternidade necessito do pão quotidiano para a alma e para o corpo, Deus pensa nisso; quando a morte se aproxima preciso de graças mais abundantes, Deus pensa nisso; estou agora no leito da morte, a exalar o último suspiro, e, se não for socorrido, perderei a eternidade, Deus pensa nisso.» Assim, eu, átomo insignificante no grande universo, ocupo dia e noite, sempre e em toda a parte, o pensamento e o coração do meu Pai do Céu. Oh! Como esta verdade da nossa santa fé é infinitamente comovedora, consoladora e cheia de ternura!

Mas, embora seja o próprio Deus quem estabelece os desígnios que nos dizem respeito, confia, pelo menos ordinariamente, a execução desses desígnios às causas secundárias. Para esse fim, serve-Se do sol, do vento e da chuva; põe em movimento o céu e a terra, as criaturas insensíveis e também os seres inteligentes. Mas, como nenhuma delas pode exercer sobre nós qualquer ação que não tenha recebido d'Ele, devemos vê-las como colaboradoras da Providência e instrumentos da realização dos seus desígnios benéficos.

Consequentemente, «no frio que me faz tremer devo reconhecer a Providência; no calor que me alegra, devo reconhecer a Providência; no vento que sopra e conduz o meu navio para longe ou para perto do porto, devo reconhecer a Providência; no êxito que me anima, na adversidade que me põe à prova, neste próximo que me faz sofrer, naquele outro que me proporciona alegria, nesta doença, neste remédio, nesta mudança dos acontecimentos públicos, nestas perseguições, nestes triunfos: é sempre a Providência, sempre a Providência.» Nada é mais razoável do que adquirir o hábito de ver assim Deus em todos os acontecimentos da vida. E quanto contribui esse hábito para a nossa paz e para a nossa santificação!

O nosso Pai celeste é verdadeiramente um Deus escondido. Assim como ocultou a sua palavra sob a letra da Sagrada Escritura e como Nosso Senhor vela a sua presença sob as Espécies Sacramentais, assim também o soberano Governador, desejando permanecer invisível para nós a fim de que tenhamos o mérito da fé, esconde a sua ação aos nossos olhos sob a ação

das criaturas. «Somos atacados por uma doença. Qual foi a sua causa? Aparentemente, devemos atribuí-la a uma mudança do tempo ou ao rigor da estação. Na realidade, foi Deus quem ordenou aos elementos que atingissem a nossa saúde. Permanece sempre escondido, de tal modo que a sua ação nunca aparece diretamente. Entretanto, a doença segue o seu curso: agrava-se ou cede aos remédios. Quem é o responsável por este agravamento ou por esta cura? Diremos: o médico, pela sua habilidade ou imprudência. Talvez; mas a verdade é que Deus atua por meio de todas as causas secundárias, e é d'Ele, e somente d'Ele, que depende que o doente morra ou recupere. Sim, mas nós não O vemos. Este grande Deus continua escondido. E torna-se ainda mais difícil descobrir a Causa Suprema porque as causas secundárias absorvem frequentemente toda a nossa atenção.» Com uma fé viva, olhamos para as criaturas não em si mesmas, mas na sua relação com a Causa Primeira, à qual devem toda a sua atividade.

Vemos como «Deus as move, combina, ordena, opõe e conduz, por caminhos até contrários, para um mesmo fim». Contemplamos o Espírito Santo a servir-Se dos homens e das criaturas inferiores para escrever nas almas um Evangelho vivo. Este livro só será plenamente compreendido no grande dia da eternidade. Aquilo que agora nos parece tão confuso e tão incompreensível encherá então os nossos corações de alegria. Entretanto, convencidos de que «tudo no universo de Deus tem as suas razões, os seus limites e as suas relações», inclinamo-nos diante dele com respeito, como diante das Sagradas Escrituras; adoramos a Divindade escondida e abandonamo-nos à sua Providência.

Mas, se a nossa fé for fraca, como poderemos ver Deus nos males que nos atingem? Como poderemos vê-Lo, sobretudo, por detrás da malícia dos homens? Seremos antes inclinados a atribuir tudo ao acaso e à má sorte. E assim se torna difícil submeter-nos.

O acaso não passa de uma palavra sem verdadeiro significado. Ou, antes, para o homem de fé, é «a Providência disfarçada»; mas, segundo o uso dos espíritos mal dispostos, é a negação da Providência, porque desejam eximir-se à obrigação da submissão, da oração e da ação de graças. «Nada na nossa vida acontece por acaso», declara Santo Agostinho; «tudo o que sucede contra a nossa vontade está, na verdade, de acordo com a

vontade de Deus, com a sua Providência, com a ordem que estabeleceu, com o consentimento que deu e com as leis que instituiu. É certo que existem acontecimentos fortuitos e imprevistos; mas são fortuitos e imprevistos apenas para nós. Na realidade, fazem parte do desígnio de uma Providência soberana que tudo subordina e faz servir aos seus fins.»

«Ao governar as suas criaturas racionais, Deus não lhes revela os seus desígnios. Elas vão e vêm, cada uma seguindo o seu caminho. O acaso faz com que um homem encontre uma ocasião para enriquecer, enquanto outro encontra uma ocasião de perda e de ruína. Acaso? Sim, para aquele que não viu todas as combinações que conduziram a esses resultados. Mas, para Deus, que dispôs deliberadamente todas essas circunstâncias, tudo é providencial.»

Nos males que nos atingem devemos reconhecer a mão de Deus. «Eu sou o Senhor e não há outro», diz Ele pela boca de Isaías. «Eu formo a luz e crio as trevas; faço a paz e permito a desgraça» (Is. 45, 5-7). Muito antes, tinha anunciado por intermédio de Moisés: «Eu dou a morte e dou a vida; Eu firo e Eu curo» (Dt. 32, 39). «O Senhor dá a morte e dá a vida; faz descer ao túmulo e dele faz subir; o Senhor empobrece e enriquece; humilha e exalta» (1 Sam. 2, 6-7), proclama de novo no cântico de Ana, mãe de Samuel. «Haverá algum mal na cidade que o Senhor não tenha permitido?», pergunta o profeta Amós (Am. 3, 6). E o Sábio assegura-nos que «os bens e os males, a vida e a morte, a pobreza e a riqueza vêm de Deus» (Sir. 11, 14).

Alguém poderá talvez responder: admito tudo isso quanto à doença e à morte, ao frio e ao calor, e a mil outros acontecimentos semelhantes provenientes da ação das causas naturais, porque estas obedecem sempre a Deus. O homem, pelo contrário, resiste-Lhe. Quando o meu próximo fala mal de mim, me rouba, me agride ou me persegue, como posso ver a mão de Deus em ações tão más, se Ele, longe de as querer, as proíbe absolutamente? Portanto, devo atribuí-las apenas à vontade humana, à ignorância ou à malícia dos homens.

Mas é inútil refugiar-nos num raciocínio tão enganador para evitar o dever de nos abandonarmos à Providência. O próprio Deus declarou, pela sua palavra infalível, que somos obrigados a acreditar, que atua também em

acontecimentos desta natureza, como em todos os outros, e que absolutamente nada sucede independentemente da sua vontade.

Quando Deus quer castigar os culpados, escolhe os seus instrumentos, homens ou demónios, conforme melhor Lhe parece. Para punir o pecado de David, encontrou executores da sua justiça no próprio palácio e na própria família do rei. Sempre que os Israelitas endureciam no mal, anunciava-lhes que escolhera ora um, ora outro dos povos vizinhos para os reconduzir ao dever mediante terríveis castigos. Em particular, o povo assírio tornou-se a vara da ira do Senhor e o instrumento da sua vingança. Nosso Senhor predisse a destruição de Jerusalém, culpada de deicídio e impenitência. Tito tornou-se manifestamente o instrumento de Deus para consumar a ruína total daquela cidade, de tal modo que não ficou pedra sobre pedra. Mais tarde, Átila pôde, com razão, chamar-se «o flagelo de Deus». Quando Saul pecou e permaneceu obstinado, o Espírito de Deus retirou-se dele, e um espírito maligno, enviado pelo Senhor, apoderou-se dele e tornou-se o seu tormento.

Para provar os justos, Deus serve-Se da malícia dos demónios e da perversidade dos pecadores. Job perdeu os seus filhos e os seus bens. Caiu da riqueza na mais extrema miséria. Então disse: «O Senhor deu, o Senhor tirou. Como aprouve ao Senhor, assim aconteceu. Bendito seja o nome do Senhor» (Job 1, 21). A este propósito, observa Santo Agostinho: «Job não disse: o Senhor deu e o demónio tirou, mas: o Senhor deu e o Senhor tirou. Tudo aconteceu, não segundo a vontade do demónio, mas segundo a vontade de Deus. Atribuí, pois, a Deus todos os males que vos acontecem, porque o próprio demónio nada vos pode fazer sem a sua permissão.»

Os irmãos de José cometeram um gravíssimo crime ao vendê-lo. Mas ele atribuiu tudo à Providência e repetia frequentemente: «Foi Deus quem me enviou antes de vós para o Egito, para vossa salvação... Vós intentastes fazer-me mal, mas Deus transformou esse mal em bem. Não foi por vossa vontade que estou aqui, mas pela vontade de Deus, à qual ninguém pode resistir» (cf. Gen. 45, 1 e ss.). Quando o rei David fugia de Absalão, Semei perseguiu-o com maldições e apedrejou-o; mas o santo rei quis ver nisso apenas a ação da Providência e acalmou a indignação dos seus companheiros dizendo: «Deixai-o, porque foi o Senhor quem lhe ordenou

amaldiçoar David» (2 Sam. 16, 10), isto é, o Senhor escolheu-o para me castigar.

Na Paixão do nosso Salvador, os Judeus que O acusaram, Judas que O traiu, Pilatos que O condenou, os carrascos que O atormentaram e os demónios que incitaram todos esses homens perversos foram, sem dúvida, a causa próxima daquele horrível crime. Mas, sem o saberem, Deus tinha disposto todas as coisas e serviu-Se simplesmente da sua malícia para realizar o seu desígnio. O próprio Nosso Senhor o declarou expressamente: é o seu Pai quem Lhe apresenta o cálice; Pilatos não teria qualquer poder sobre Ele se esse poder não lhe tivesse sido dado do alto; a hora da sua Paixão era a hora permitida pelo Céu aos poderes das trevas. E, seguindo o exemplo do seu Mestre, São Pedro proclamou: «Herodes e Pôncio Pilatos, juntamente com os gentios e o povo de Israel, reuniram-se contra o vosso santo Servo Jesus, que ungistes, para fazerem tudo aquilo que a vossa mão e o vosso desígnio tinham determinado de antemão» (Act. 4, 27-28). Assim, a Paixão de Cristo é obra de Deus, e até a maior de todas as suas obras.

«Sem dúvida, a vontade de Deus está presente em tudo isto. Essa vontade, tão luminosa em si mesma, permanece escondida na profunda noite da Paixão. Essa vontade invencível é a alma de tão completa catástrofe. Essa vontade, tão justa, tão boa e tão amorosa, continua rainha e soberana durante um castigo tão extremo e absolutamente imerecido por Aquele sobre quem recaiu. Enfim, essa vontade três vezes santa é a causa última de uma iniquidade tão monstruosa. Vivemos nesta fé... E, no entanto, julgamos excessivo que nos peçam para reconhecer a vontade de Deus, não digo nas aflições da santa Igreja e nas calamidades públicas, mas nas nossas perdas pessoais, nas humilhações, desilusões e contrariedades; nessas pequenas provações, nesses nadas a que chamamos as nossas cruzes e que constituem as tribulações habituais da nossa vida!»

E porque não haveria de estar aí a mão de Deus? No pecado é necessário distinguir dois elementos: o elemento material e o elemento formal. O elemento material consiste apenas no exercício natural das nossas faculdades. Deus concorre para ele, como concorre para todas as nossas ações. Em certo sentido, está obrigado a fazê-lo, porque, de outro modo, ficaríamos reduzidos à impotência e o Criador, que julgou conveniente

dotar-nos de liberdade, teria, na prática, retirado esse dom. Mas aquilo que constitui o mérito ou a culpa é o elemento formal do ato; e, no pecado, esse elemento consiste na falta voluntária de conformidade do ato com a vontade de Deus. Ora, esta falta não é propriamente um ato; é a negação de um ato. Deus não concorre para ela. Pelo contrário, proíbe-a pelos seus mandamentos e, por meio das suas promessas, das suas ameaças e das graças que nos oferece, procura conduzir as almas ao cumprimento do dever. Faz, portanto, tudo o que está ao seu alcance para impedir o pecado, sem violentar a nossa liberdade.

Mas, apesar de todos estes apelos e advertências, o homem, abusando da sua liberdade, recusa conformar a sua vontade com a vontade divina. Deus está, por isso, disposto a concorrer apenas para o elemento material do ato pecaminoso. Não concorre para o pecado enquanto pecado. Limita-se a permiti-lo, na medida em que não pode impedi-lo sem fazer violência ao livre-arbítrio. Esta permissão, porém, não constitui uma autorização, porque Deus detesta o pecado e apenas adia o seu castigo para o momento oportuno. Entretanto, faz entrar esse mal nos seus desígnios, a fim de dele tirar um bem em favor dos seus eleitos. Para esse fim, serve-Se da fraqueza e da malícia dos homens, utilizando até as suas piores faltas. Procede como um pai que, para corrigir o filho, pega na primeira vara que encontra à mão e, depois de a utilizar, a lança ao fogo; ou como um médico que receita sanguessugas ao seu doente: esses pequenos animais pensam apenas em saciar-se do sangue do enfermo, enquanto este os suporta com confiança, porque sabe que o médico lhes limitou o número e determinou o lugar onde podem atuar.

Assim, a fé na Providência exige que, em todos os acontecimentos, elevemos o olhar até Deus. «Eis um justo perseguido: Deus o quer; eis um cristão reduzido à mendicidade por causa da sua religião: Deus o quer; eis um ímpio enriquecido pela sua impiedade: Deus o quer. E que me acontecerá a mim, se permanecer fiel ao meu dever? Precisamente aquilo que Deus quiser.»[9] As nossas perdas, as nossas aflições e as nossas humilhações nunca devemos atribuí-las nem ao demónio nem aos homens, mas exclusivamente a Deus como sua causa suprema. Os homens podem ser a causa imediata delas, e sê-lo por culpa gravíssima da sua parte. Deus detesta essa culpa; mas quer a provação que dela resulta para nós.

«Reconheçamos que, se soubéssemos descobrir a vontade de Deus por detrás de todos os acontecimentos de que a vida está cheia, não obrigaríamos os nossos Anjos a contemplar em nós tanto espanto irreverente, tanto escândalo sem fundamento, tanta indignação injusta, tanto desânimo que desonra Deus e, ai de nós, tanto desespero que por vezes nos leva à beira da perdição.»

CAPÍTULO III
A confiança na Divina Providência

A vontade humana é de tal modo desconfiada que, em regra, não confia senão em si própria e vive sempre receosa de que a vontade e o poder dos outros lhe causem algum prejuízo. Tudo aquilo que possuímos de particularmente valioso — a fortuna, a honra, a reputação, a saúde, a própria vida — recusamo-nos a entregá-lo aos cuidados de outra pessoa, a menos que estejamos plenamente certos de que podemos confiar nela. Para a prática da caridade e do santo abandono é, por conseguinte, indispensável possuir a mais completa confiança em Deus. É por isso que o abandono perfeito, enquanto hábito, não se encontra fora da via unitiva, porque só nela a confiança em Deus atinge o seu mais alto desenvolvimento.

A sabedoria humana é muito limitada na sua visão, e a vontade humana é muito fraca, inconstante e sujeita a mil faltas. Por isso, em vez de confiarmos nas nossas próprias luzes e desconfiarmos de todos os outros, até do próprio Deus, devemos antes suplicar-Lhe e insistir para que se faça a Sua vontade e não a nossa. Porque «a Sua vontade é boa, boa em si mesma e benéfica para nós, boa como o bom Deus e, ouso dizê-lo, necessariamente benéfica».

Quem é Aquele que vela por nós com amor solícito e dispõe de tudo o que nos diz respeito pela Sua Providência? É o bom Deus. Ele é tão bom que é a própria Bondade e a própria Caridade em essência, e, neste sentido, «ninguém é bom senão Deus só» (Lc 18,19). Houve santos que participaram de modo admirável na bondade divina. Contudo, mesmo os melhores entre os homens possuíram apenas um fio, ou um regato, ou, quando muito, um rio de bondade, ao passo que Deus é o oceano de toda a bondade, uma bondade sem limites e inesgotável.

Depois de ter derramado sobre nós benefícios quase incontáveis, ninguém pense que Ele se cansou de dar ou que empobreceu pela Sua generosidade. Ainda Lhe resta uma infinidade inteira de bondade para distribuir. Na verdade, quanto mais dá, mais rico Se torna, porque adquire a glória de ser mais conhecido, amado e servido, pelo menos pelas almas generosas. Ele é bom para connosco: «faz nascer o Seu sol sobre bons e

maus e faz chover sobre justos e injustos» (Mt 5,45). Nunca deixa de nos dar provas da Sua bondade, opondo à multidão dos nossos pecados «a multidão das Suas misericórdias», para vencer a nossa malícia por meio da Sua bondade. Por vezes tem de castigar-nos, porque não é apenas infinitamente bom, mas também infinitamente justo; todavia, «mesmo na Sua ira não Se esquece da Sua misericórdia» (Hab 3,2).

Este Deus, infinitamente bom, é o nosso Pai que está nos Céus. Assim como Se compraz no título de «bom Deus» e nos recorda continuamente as Suas antigas misericórdias, assim também gosta de Se proclamar nosso Pai. Porque Ele é tão grande e tão santo, e nós tão pequenos e pecadores, bem poderíamos ter receio de nos aproximarmos d'Ele. Por isso, para conquistar a nossa confiança e o nosso amor, nunca Se cansa de repetir na Sagrada Escritura que é nosso Pai e Pai das misericórdias. É «d'Ele que recebe o nome toda a paternidade nos Céus e na terra» (Ef 3,15), e não existe pai algum semelhante ao nosso Pai celeste. É pai pela dedicação, mãe pela ternura. Nada existe na terra comparável ao coração de uma mãe pela sua abnegação, profundidade de afecto e inesgotável misericórdia; por isso, nada inspira tanta confiança e abandono. E, no entanto, a ternura de Deus para connosco ultrapassa incomparavelmente a da melhor das mães. «Pode uma mulher esquecer-se do seu menino de peito, deixar de ter compaixão do filho das suas entranhas? Ainda que ela o esquecesse, Eu nunca te esquecerei» (Is 49,15).

Que poderá Ele recusar-nos, «Aquele que tanto amou o mundo que lhe deu o Seu Filho Unigénito?» (Jo 3,16). Ele sabe perfeitamente, muito melhor do que nós, aquilo de que necessitamos para a alma e para o corpo; ordena-nos que Lho peçamos e apenas nos censura por não pedirmos o suficiente. Nunca dará uma pedra ao Seu filho quando este Lhe pede pão. E, se por vezes tem de usar de severidade para impedir que nos percamos, é sempre o amor de Pai que empunha a vara. Mede a intensidade de cada golpe e, quando julga suficiente o castigo, enxuga-nos as lágrimas e derrama bálsamo consolador sobre as nossas feridas. Tenhamos confiança no amor de Deus por nós e nunca duvidemos do Seu Coração de Pai.

Aquele que vela por nós é também o nosso Redentor. É mais do que um irmão, mais do que o mais querido e melhor dos amigos, porque é o médico

das nossas almas, o nosso Salvador por excelência. Veio «salvar o Seu povo dos seus pecados» (Mt 1,21), curar as suas enfermidades espirituais, trazer-nos «vida e vida em abundância» (Jo 10,10), acender na terra o fogo da caridade divina (Lc 12,49). Salvar-nos: eis a Sua tarefa, a Sua missão, o fim essencial da Sua vinda. Cumprir plenamente essa missão e esse desígnio: eis a Sua glória, a Sua alegria. Como poderia não interessar-Se por nós? A Sua vida de fadigas e humilhações, o Seu Corpo sulcado de chagas, a Sua Alma saturada de dores, o Calvário e o Altar: tudo n'Ele mostra até que excessos O levou o Seu amor por nós. Certamente comprou-nos por um preço muito elevado (1 Cor 6,20). Como poderia ter-nos custado mais? Em quem, pois, havemos de confiar, senão no nosso doce Salvador, sem o Qual estaríamos perdidos? Não é Ele, além disso, o Esposo das nossas almas? Dedicado, terno e misericordioso para com todos, ama com predilecção especial aqueles que deixaram tudo para se prenderem unicamente a Ele. Tem prazer em conservá-los junto de Si no tabernáculo e em viver com eles na mais doce intimidade.

«Quando vos encontrardes na aflição», diz De la Colombière, «lembrai-vos de que Aquele que é a causa da vossa provação é o mesmo que quis passar toda a Sua vida entre sofrimentos para vos livrar dos sofrimentos eternos; Aquele cujo anjo está sempre ao vosso lado, por Sua ordem, velando sobre todos os vossos caminhos; Aquele que, nos nossos altares, reza incessantemente e Se oferece em sacrifício mil vezes por dia em vosso favor; Aquele que vem até vós no Santíssimo Sacramento da Eucaristia com tanta bondade; Aquele que não encontra maior alegria do que unir-Se a vós e conversar convosco. Mas direis: “Ele fere-me cruelmente e faz pesar duramente a Sua mão sobre mim.” Como podeis temer uma mão que foi trespassada por vós e que, por amor de vós, consentiu em ser pregada na cruz? “Faz-me caminhar por um caminho cheio de espinhos.” Se não existisse outro caminho que conduzisse ao Céu, preferiríeis perder-vos eternamente a sofrer por algum tempo? Não é este o mesmo caminho que Ele percorreu antes de vós e por amor de vós? Encontrareis nele um único espinho que não tenha sido tingido pelo Seu Sangue? “Oferece-me um cálice cheio de amargura.” Sim, mas lembrai-vos de que é o vosso Salvador quem vo-lo oferece. Amando-vos tão profundamente, como poderia ter coragem de vos tratar com tal severidade, se não visse que isso vos é imensamente proveitoso ou urgentemente necessário?»

Sendo infinitamente bom e santo, Deus nunca exerce a Sua influência sobre nós senão para os mais nobres e benéficos fins. O Seu fim é e permanecerá imutavelmente a glória de Deus. «O Senhor fez todas as coisas para Si mesmo e para a Sua própria glória» (Prov. 16,4), como nos diz a Sagrada Escritura. Mas não nos queixemos disso, porque a glória de Deus não é outra coisa senão a Sua alegria em nos dar a felicidade eterna, a Sua felicidade em tornar-nos eternamente felizes. O universo, tendo como fim principal a glorificação de Deus mediante a bem-aventurança da criatura racional, segue-se que o fim secundário de todas as coisas, pelo menos sobre a terra, é a Igreja Católica, enquanto Mãe da Salvação. Todos os acontecimentos terrenos, todos, até mesmo as perseguições, são queridos ou permitidos por Deus para o bem da Igreja. E, na própria Igreja, tudo é regulado em vista do proveito dos eleitos, porque, nesta terra, a glória de Deus identifica-se com a salvação do homem. Devemos, pois, concluir que um outro fim das evoluções e revoluções que se produzem neste mundo é a consecução do destino eterno dos eleitos. E talvez vejamos no Céu como países inteiros foram postos em agitação para a salvação de alguns dos eleitos. ... Não é maravilhoso contemplar Deus governando o universo com o único objectivo de nos tornar felizes e de Se alegrar com a nossa felicidade?

Portanto, a vontade de Deus é a santificação das almas. Sempre e em toda a parte, é esta a obra que O ocupa exclusivamente. É este o objectivo que está por detrás de todos os acontecimentos, grandes e pequenos, que agitam de modos diversos as nações, as famílias e a vida dos indivíduos. É isto que explica porque quer Deus que eu esteja hoje doente, contraditado, humilhado, esquecido; porque preparou para mim este acontecimento feliz, me colocou diante desta dificuldade, fez com que ferisse o pé nesta pedra, me expôs a esta tentação. É o Seu amor por mim, o Seu desejo da minha felicidade, que regula todas as Suas acções. Com quanta confiança e docilidade nos submeteríamos e corresponderíamos à Sua direcção, se compreendêssemos melhor os caminhos da Sua misericórdia! Tanto mais que devemos recordar que Ele põe sempre o Seu poder infinito e a Sua sabedoria infinita ao serviço da Sua bondade paternal. Conhece o fim particular destinado a cada alma, o grau de glória que lhe reservou no Céu, a medida de santidade que lhe preparou. Para que ela alcance esse fim e se torne perfeita, sabe por que caminhos deve passar, que provações deve

suportar, que humilhações deve sofrer. A Sua Providência governa os milhares de acontecimentos que compõem o curso da nossa existência terrena e dirige-os todos para o fim estabelecido. Da parte de Deus, a Quem pertence, em última análise, a disposição de todas as coisas, nada existe senão luz, sabedoria, graça, amor e salvação. Ora, em virtude do Seu poder infinito, pode fazer tudo o que quer. É o Soberano Senhor, «que tem o poder da vida e da morte, que faz descer até às portas da morte e de novo faz subir» (Sab. 16,13). Experimentamos alternâncias de luz e sombra, tempos de paz e tempos de aflição, prosperidade e adversidade: tudo isto vem d'Ele. Não existe acontecimento algum sobre o qual a Sua vontade não presida como soberana senhora. Tudo acontece segundo os Seus decretos livres. Quando decide salvar Israel, ninguém pode resistir à Sua vontade, ninguém pode fazê-Lo mudar os Seus desígnios. Porque «contra o Senhor não há sabedoria, nem prudência, nem conselho» (Prov. 21,30).

É verdade que, ao dispor das Suas criaturas racionais, Deus respeita a sua liberdade. Têm, por conseguinte, o poder de opor a sua vontade à vontade divina e, na aparência, de a contrariar. Mas, na realidade, Ele previu desde toda a eternidade a resistência de uns e a submissão de outros, e formou os Seus desígnios à luz dessa presciência. Nos recursos infinitos da Sua sabedoria omnipotente, encontra facilmente maneira de transformar os obstáculos em auxílios e de fazer com que as maquinações dos demónios e dos homens perversos, concebidas para nossa ruína, se tornem meios do nosso progresso na virtude. «O Meu desígnio permanecerá firme», diz por meio de Isaías, «e toda a Minha vontade será cumprida» (Is. 46,10). Os vossos esforços, ó rebeldes orgulhosos, são todos inúteis, porque a vontade de Deus há-de cumprir-se. Ele permite-vos agir segundo o vosso livre-arbítrio até chegar o momento de dar a cada um segundo as suas obras. Mas todos os meios de que vos servis para frustrar os Seus desígnios, Ele saberá convertê-los em instrumentos da sua realização. De que, pois, havemos de ter medo? Antes, que não deveríamos esperar, sendo filhos de um Pai tão bom, que nos ama e deseja salvar-nos, que sabe tão bem proporcionar os meios mais adequados para esse fim e a melhor forma de os aplicar, que manifesta tanta bondade nos Seus decretos, tanta sabedoria nas Suas disposições e tanta prudência na execução dos Seus desígnios?

CAPÍTULO IV: Sobre a Confiança (continuação): Resposta a Algumas Objecções

O Senhor diz-nos pelo profeta Isaías que os Seus pensamentos não são os nossos pensamentos e que, assim como os céus estão elevados acima da terra, assim os Seus caminhos estão acima dos nossos caminhos e os Seus pensamentos acima dos nossos pensamentos (Is. 55,8-9). Daqui resulta que a Providência é muito frequentemente mal compreendida pelo homem de fé débil e de mortificação imperfeita. Passemos agora a indicar quatro causas imediatas desses mal-entendidos.

I. — A Providência permanece na sombra para nos dar a oportunidade e o mérito de exercermos a fé, ao passo que nós queremos ver. Deus esconde-Se por detrás das causas secundárias; quanto mais estas se tornam visíveis, menos Ele parece manifestar-Se. Sem Ele, nada poderiam fazer; nem sequer poderiam existir. Sabemo-lo muito bem. E, no entanto, em vez de nos elevarmos até Ele, cometemos o erro de fixar a nossa atenção apenas no fenómeno exterior, agradável ou desagradável, mais ou menos envolvido em mistério. Não nos esclarece acerca do fim particular que pretende alcançar, nem dos caminhos pelos quais nos conduz até lá, nem do percurso já realizado. E nós, longe de Lhe entregarmos uma confiança cega, inquietamo-nos por conhecer tudo isso e quase ousamos pedir-Lhe explicações. Acaso uma criança pequena se mostra impaciente por saber para onde a mãe a leva ou porque escolhe um caminho em vez de outro? Não chega o doente ao ponto de confiar ao médico ou ao cirurgião a sua saúde, a sua vida e a integridade dos seus membros? E esse médico é apenas um homem; contudo, confiamos nele por causa da sua dedicação à ciência e da sua competência profissional. Não deveríamos, então, confiar infinitamente mais em Deus, o Médico omnipotente, o Salvador incomparável? Mas, pelo menos, quando tudo está mergulhado na escuridão à nossa volta e não sabemos onde nos encontramos, como desejaríamos um raio de luz! Ah! Se ao menos tivéssemos a certeza de que esta é verdadeiramente a acção da graça e de que, até agora, tudo corre bem! Em regra, porém, só quando o Divino Artista concluiu a Sua obra estamos em condições de a apreciar. Deus quer que nos contentemos com a fé pura e que, confiando n'Ele, conservemos o coração em paz, apesar das trevas que nos envolvem. Esta é a primeira causa dos nossos mal-entendidos.

II.— A Providência tem perspectivas muito diferentes das nossas, tanto quanto ao fim a alcançar como aos meios para o atingir. Enquanto não tivermos renunciado completamente ao espírito do mundo, desejamos encontrar um céu já nesta terra, ou pelo menos um caminho coberto de rosas que nos conduza ao paraíso. Por isso, apegamo-nos excessivamente à estima das pessoas de bem, ao afecto dos nossos familiares e amigos, às consolações da piedade, à tranquilidade da alma, etc. E, do mesmo modo, sentimos uma profunda repugnância pelas humilhações, pelas contradições, pelas doenças e pelas provações de toda a espécie. A consolação e o êxito parecem-nos, pelo menos até certo ponto, a recompensa da virtude, enquanto a aridez e a adversidade nos parecem o castigo do vício. Admiramo-nos ao ver, tantas vezes, o pecador prosperar nesta vida e o justo ser abatido.

Deus, pelo contrário, não pretende dar-nos um céu na terra; deseja que mereçamos o Céu, e um Céu tão glorioso quanto possível. Se o pecador está obstinadamente decidido a perder-se para toda a eternidade, é necessário que receba já nesta vida a recompensa do pouco bem que possa praticar. Quanto aos eleitos, a sua recompensa está-lhes reservada no paraíso. Entretanto, o essencial é que sejam cada vez mais purificados e santificados, e que se tornem cada vez mais ricos em méritos. A tribulação serve admiravelmente para esse fim. Assim, Deus, surdo a tudo o que não seja a voz do Seu amor austero e sábio, trabalha para reproduzir em nós Jesus crucificado, a fim de que um dia reinemos com Jesus glorificado. Quem ignora as Bem-aventuranças proclamadas pelo Divino Mestre? A cruz é, por isso mesmo, o presente que Ele oferece de preferência aos Seus amigos. «Olha para toda a Minha vida, cheia de sofrimentos», disse a Santa Teresa de Jesus, «e convence-te de que aqueles que o Meu Pai ama com maior ternura recebem d'Ele as cruzes mais pesadas. A medida do Seu amor é também a medida dos sofrimentos que envia. Como poderia Eu dar-te melhor prova do Meu afecto do que desejar para ti aquilo mesmo que desejei para Mim?» Linguagem soberanamente sábia, mas quão pouco compreendida! Eis aqui a segunda causa dos nossos mal-entendidos.

III.— A Providência fere-nos por vezes duramente, e a pobre natureza queixa-se. As nossas paixões revoltam-se, o orgulho seduz-nos e a vontade deixa-se arrastar. Gravemente feridos pelo pecado, parecemos um doente

atingido por gangrena num membro. Compreendemos claramente que só uma amputação nos pode salvar; contudo, falta-nos a coragem de realizar nós mesmos essa operação. Então Deus, cujo amor não conhece fraquezas, resolve prestar-nos esse doloroso serviço. Por isso, envia-nos estas dificuldades inesperadas, esta pobreza, este desprezo, estas humilhações, esta perda de bens exteriores, esta doença que vai consumindo as nossas forças. Tudo isso são instrumentos com os quais prende e aperta o membro doente, golpeia a parte sã, corta e fere até ao fundo. A natureza grita de dor. Mas Deus não lhe presta atenção, porque este tratamento severo é necessário para a nossa cura e para a conservação da nossa vida.

As tribulações que nos vêm do exterior são enviadas como remédio para o mal que existe dentro de nós: para refrear a nossa liberdade, tão inclinada a desviar-se, e dominar as paixões que nos arrastam. É esta a razão pela qual Deus permite que surjam obstáculos aos nossos projectos de todos os lados, porque determina que as nossas ocupações estejam tão cheias de dificuldades que nunca possamos gozar da paz que tanto desejamos, e que os nossos superiores se oponham tantas vezes aos nossos desejos. É também isto que explica porque a nossa natureza está sujeita a tantas enfermidades, porque os nossos trabalhos são tão penosos, porque os homens parecem tantas vezes injustos e tão irritantemente inconstantes no seu temperamento. Temos de suportar ataques vindos de todos os lados por parte de mil adversários diferentes, para que a nossa vontade, demasiado livre, sendo assim exercitada, atormentada e esgotada, acabe por desprender-se de si mesma e não deseje doravante outra coisa senão conformar-se com a vontade de Deus. Mas a nossa vontade recusa morrer para si própria, e esta é a terceira causa dos nossos mal-entendidos.

IV.— A Providência serve-se, por vezes, de meios que nos desconcertam. Os juízos de Deus são incompreensíveis. Não podemos penetrar os seus motivos nem reconhecer os caminhos pelos quais Ele escolhe realizá-los. «Deus começa por aniquilar aqueles a quem confia uma missão. A morte é o caminho habitual pelo qual conduz à vida. Ninguém compreende o caminho por onde avança.» Também nós não compreendemos como a acção divina acabará por contribuir para o bem das almas. Muitas vezes parece-nos até conduzir ao resultado oposto. Mas adoremos a sabedoria soberana que dispôs todas as coisas da maneira mais

perfeita. Convençamo-nos de que até aquilo que parece obstáculo servirá de instrumento, e de que dos males que permite saberá tirar sempre o bem que invariavelmente procura: a glória de Deus através do progresso da Igreja e da salvação e santificação das almas.

Por conseguinte, se considerarmos a questão à luz de Deus, seremos obrigados a concluir que, muito frequentemente, aquilo a que neste mundo chamamos males não o é realmente; e que nem tudo aquilo que nos parece um bem o é de facto. Há fracassos com que a Providência nos abençoa, e há êxitos que nos envia como castigo das nossas faltas.

Entre os inúmeros exemplos que poderíamos citar, lembremos apenas alguns. Deus prometeu fazer de Abraão o pai de um grande povo e que todas as nações seriam abençoadas na sua descendência. E, depois, ordenou-lhe que imolasse precisamente o filho através do qual essa promessa deveria cumprir-se!

Teria Deus esquecido a Sua palavra? Certamente que não. Quis apenas pôr à prova a fé do Seu servo, decidido a deter-lhe a mão no momento oportuno. Resolve fazer do reino do Faraó o reino submetido a José, e começa por abandoná-lo à maldade dos seus irmãos. O pobre jovem é lançado num poço, conduzido ao Egipto, vendido como escravo e depois passa muitos anos na prisão. A sua carreira parecia irremediavelmente destruída. E, no entanto, foi precisamente através dessa sucessão de calamidades que Deus o conduziu ao seu glorioso destino.

Gedeão foi escolhido milagrosamente para libertar o seu país do jugo dos Madianitas. Reuniu à pressa um exército que mal atingia um quarto das forças inimigas. Mas, em vez de aumentar o número dos combatentes, o Senhor despediu quase todos. Conservou apenas trezentos homens e, armando-os com trombetas e archotes escondidos em cântaros de barro, conduziu-os para aquilo que parecia mais um massacre do que uma batalha. E, todavia, foi com esse pequeno exército, aparentemente sem esperança, que alcançou para o Seu povo uma vitória admirável e decisiva.

Mas deixemos o Antigo Testamento.

Depois do triunfo do Domingo de Ramos, Nosso Senhor foi traído, preso, abandonado, negado, julgado, condenado, esbofeteado, flagelado, crucificado e despojado da Sua reputação. Seria assim que Deus Pai assegurava ao Seu Filho as nações da terra como herança? O inferno parecia triunfar e tudo parecia perdido. Contudo, foi precisamente através dessa derrota aparente que Cristo realizou vitoriosamente a nossa salvação. Mais uma vez, Deus escolheu o que era fraco para confundir os fortes.

Com uma dúzia de pescadores, ignorantes e desconhecidos, saiu para conquistar o mundo. Por si mesmos nada podiam fazer, mas Ele estava com eles. Durante três séculos permitiu que a Sua Igreja fosse exposta a violentas perseguições, as quais, segundo a palavra profética, nunca cessarão completamente; mas, longe de ser destruída pela fúria dos seus inimigos, saiu delas fortalecida. O sangue dos mártires foi sempre semente de cristãos, e continua a sê-lo ainda nos nossos dias.

Em vão a impiedade dos filósofos e os sofismas dos heresiarcas procuraram apagar a luz do Céu: os seus esforços serviram apenas para tornar a fé mais precisa e mais luminosa. Os reis e as nações da terra levantaram-se «contra o Senhor e contra o Seu Cristo» (Act. 4,26), que, no entanto, era o seu verdadeiro sustentáculo; mas, no tempo determinado por Deus, o Filho do Carpinteiro, o Galileu, sempre vencedor, lançou os Seus perseguidores por terra e chamou as suas almas ao Seu tribunal. Enquanto uma sucessão incessante de revoluções sacode e convulsiona o mundo, só a cruz permanece de pé, luminosa e indestrutível, erguendo-se acima das ruínas dos tronos e dos impérios.

Há ainda outros meios, meios improváveis, de que Deus Se serve para salvar um povo, despertar as multidões ou fundar institutos religiosos. Outrora exerceu deste modo uma admirável misericórdia para com o reino de França: para o salvar de uma ruína total e iminente, não suscitou poderosos exércitos, mas uma criança inocente, uma pobre pastora; e foi por meio desse frágil instrumento que libertou Orleães e conduziu o rei em triunfo até Reims, onde havia de ser coroado. Em tempos bem mais recentes, despertou nações inteiras pela voz do Cura d'Ars, um humilde pároco de aldeia, que dispunha de poucos recursos além da sua santidade.

Deus deu numerosas provas do Seu amor à Ordem de Cister. Concedeu-lhe três santos como fundadores e preparou-lhe as mais abundantes bênçãos. No entanto, permitiu que a perseguição experimentasse os nossos padres em Molesme e os obrigasse a refugiar-se em Cister. São Roberto foi constrangido, por obediência, a deixar inacabada a sua obra; durante todo o governo de Santo Alberico, e durante muitos anos do governo de Santo Estêvão, quase não entrou um único noviço. Entretanto, a morte ia esvaziando continuamente o coro do mosteiro. Metade da pequena comunidade foi levada por uma epidemia. Os sobreviventes começaram a perguntar-se, com o coração angustiado, se algum dia teriam sucessores ou se a sua obra estava destinada a desaparecer com eles. Seria, então, vontade da Providência reduzir a nada aquele santo empreendimento? Pelo contrário, Deus assegurou-lhes o êxito, mas à Sua maneira: realizou primeiro a santificação dos fundadores, fez com que a Regra fosse observada rigorosamente em todas as suas prescrições e estabeleceu sobre bases sólidas a observância regular e a vida interior. Depois, quando a colmeia estava completamente preparada, fez afluir as abelhas em enxames.

Deus velava sobre a Bem-aventurada Maria Madalena Postel, destinada a fundar, no meio de numerosas tribulações, uma congregação que viria a tornar-se a mais numerosa da diocese de Coutances. Contudo, durante um período de trinta anos, parecia ocupar-Se apenas em impedir o seu êxito. Vemo-la «conduzida por caminhos obscuros, submetida a provações de toda a espécie, contrariada pelos acontecimentos, afligida por repetidos fracassos». Teria o Senhor esquecido as Suas promessas? Muito pelo contrário. Foi precisamente por esse caminho que as levou ao seu pleno cumprimento, elevando a fundadora aos mais altos cumes da santidade e imprimindo profundamente na jovem Congregação o espírito segundo o qual ela devia viver.

Santo Afonso Maria de Ligório, o ilustre fundador dos Redentoristas, viu-se, já na velhice, vergonhosamente acusado diante do Sumo Pontífice por dois dos seus próprios discípulos. Foi condenado, destituído do cargo de Superior-Geral e até expulso da Ordem a que dera existência. Encontrou consolação ao ler a vida de São José de Calasanz, fundador das Escolas Pias, que, como ele, fora perseguido, expulso do seu Instituto, o qual chegou a ser suprimido e mais tarde restaurado pela Santa Sé. Mas Santo

Afonso predisse que Deus, tendo querido o estabelecimento da sua Congregação no reino de Nápoles, saberia conservá-la ali e que, como Lázaro, ela sairia do túmulo cheia de vida quando ele já não existisse. «Deus permitiu esta divisão», declarou, «para multiplicar as nossas comunidades nos Estados Pontifícios.» E, de facto, quando o santo ancião bebeu até às últimas gotas o cálice das humilhações e dos sofrimentos, quando suportou o seu martírio com inalterável paciência, o cisma cessou quase milagrosamente, pelos méritos desse martírio, e a Congregação, mais florescente do que nunca, estendeu os seus ramos por todos os países. Assim, a terrível tempestade que parecia destinada a destruir aquele Instituto foi escolhida por Deus como meio de o propagar por todo o mundo e serviu, ao mesmo tempo, para aperfeiçoar o fundador na santidade. E chegou o dia em que os próprios perseguidores do Santo foram, segundo a sua profecia, os mais zelosos em trabalhar para pôr termo ao cisma. Tanto os embaraçou o seu êxito passageiro e tanto encheu as suas vidas de desilusão e remorso.

Sempre que está em causa a santificação de uma alma, Deus segue o mesmo caminho: sempre austero, por vezes desconcertante. O nosso santo Pai São Bernardo tinha um amor apaixonado pelo seu deserto, tão cheio de Deus, «a sua feliz solidão e a sua única felicidade». A única graça que pedia ao Senhor era poder passar ali o resto da sua vida. Mas a vontade divina arrancou-o repetidamente aos santos exercícios do claustro, lançou-o no meio do mundo que tanto detestava e envolveu-o no tumulto de mil assuntos estranhos à sua vocação e contrários ao seu desejo de repousar em Deus. Já não podia entregar-se inteiramente ao seu Bem-Amado, nem dedicar-se exclusivamente ao trabalho da sua própria santificação e da santificação dos seus irmãos. Isso atormentava-o profundamente. «A minha vida», exclamava, «é um monstro, e a minha consciência sofre uma agonia. Sou a quimera do meu século: não vivo nem como clérigo nem como leigo. Sou monge pelo hábito, mas há muito que deixei de viver a vida de monge. Ah, Senhor, antes deixai-me morrer, mas que seja no meio dos meus irmãos.»

Deus, porém, recusou atender à sua oração, pelo menos sob essa forma; e o mundo tem boas razões para O bendizer por isso. São Bernardo tornou-se o conselheiro dos Papas, o pacificador dos reis; converteu províncias

inteiras, pôs termo a cismas, extinguiu heresias e pregou uma cruzada. E, no meio de todos esses triunfos e prodígios, conservou intacta a sua humildade; soube fazer da sua alma uma solidão, praticou todas as virtudes do monge perfeito e nunca regressava ao mosteiro sem trazer consigo uma multidão de novos discípulos. Na verdade, não foi a quimera do seu século, mas o seu prodígio.

Sob o peso dos assuntos públicos, São Pedro Celestino suspirava incessantemente pela sua tão amada solidão; por fim, para regressar a ela, renunciou ao cargo de Sumo Pontífice. Deus concedeu-lhe o desejo, mas de um modo que ele nunca teria imaginado, pois permitiu que fosse encerrado numa cela de prisão. «Pedro», dizia o santo ex-Papa a si mesmo, «agora possuis nesta prisão aquilo que tanto desejavas: solidão, silêncio, uma pequena cela, clausura e obscuridade. Bendiz, portanto, a Deus em todo o tempo, porque te concedeu o desejo do teu coração, de um modo muito mais seguro e muito mais conforme à Sua vontade do que aquele que tu imaginavas. Deus quer que O sirvas à maneira d'Ele, não à tua.»

O cavaleiro de Loyola, ferido sob as muralhas de Pamplona, deve ter pensado que a sua carreira chegara ao fim. Mas era precisamente esse o momento que Deus esperava para, por meio de tão feliz infortúnio, operar a sua conversão e dar assim origem à Companhia de Jesus. Não acontece o mesmo connosco, dia após dia, quando a mão de Deus nos fere para nos curar? A morte diminui as nossas fileiras e leva-nos aqueles em quem nos apoiávamos. Boatos inexplicáveis deturpam as nossas intenções e as nossas acções; perdemos assim, pelo menos em parte, a confiança dos nossos superiores; somos atormentados por sofrimentos interiores; a nossa saúde enfraquece; as dificuldades multiplicam-se por dentro, enquanto por fora a ameaça paira constantemente sobre nós.

Na nossa aflição clamamos ao Senhor, e fazemos bem. Talvez Lhe peçamos que afaste de nós este cálice amargo. Mas Ele, como Pai infinitamente amoroso e infinitamente mais sábio do que nós, não terá uma compaixão tão mal entendida que O leve a atender os nossos pedidos, se vir que eles são contrários ao nosso verdadeiro bem. Antes nos manterá unidos à cruz e ajudar-nos-á a morrer nela mais completamente para nós mesmos,

para que, por meio desta feliz morte, passemos a uma vida nova de fé, de amor, de abandono e de verdadeira santidade.

Em conclusão, nunca duvidemos do amor de Deus por nós. Coloquemos uma confiança inabalável na sabedoria e no poder do nosso Pai que está nos Céus. Por mais numerosas que sejam as dificuldades, por mais alarmantes que pareçam os acontecimentos, rezemos e façamos tudo o que a prudência nos prescreve; mas aceitemos antecipadamente todas as provações que Deus quiser enviar-nos, abandonando-nos confiadamente aos cuidados deste bom Senhor. Então tudo, absolutamente tudo, sem excepção, contribuirá para o bem da nossa alma. O grande obstáculo, aquele que sozinho pode frustrar os desígnios amorosos de Deus a nosso respeito, é a falta de confiança e de submissão, porque Ele nunca fará violência à nossa liberdade. Se, pela nossa resistência, fizermos fracassar os planos da Sua misericórdia, Ele terá sempre a última palavra, pelo menos na hora do juízo, e obterá infalivelmente a Sua glória no fim. Quanto a nós, teremos perdido para sempre o aumento da felicidade eterna que Ele desejava que alcançássemos.

CAPÍTULO V: Sobre o Amor de Deus

O **santo abandono**, sendo uma conformidade perfeita, amorosa e filial com a vontade de Deus, só pode nascer da caridade. É, de facto, o fruto natural da caridade, de tal maneira que uma alma suficientemente adiantada para viver do amor viverá também do abandono. Com efeito, é próprio do amor unir intimamente o homem a Deus, a vontade humana ao beneplácito divino. Além disso, esta conformidade perfeita pressupõe um desapego perfeito, bem como uma fé e uma confiança perfeitas. Ora, nada nos pode elevar a tão alto grau de virtude senão o amor divino, e o amor realiza-o de modo inteiramente natural.

O amor, por meio do desapego perfeito, dispõe-nos para o abandono. A prática habitual do santo abandono supõe uma verdadeira morte para nós mesmos, que outras causas podem iniciar, mas às quais falta a delicadeza e a força necessárias para a consumar. Para isso precisamos daquele amor que é «forte como a morte». O amor consegue-o facilmente, porque faz parte da sua própria natureza esquecer tudo, entregar-se sem reservas e não admitir qualquer divisão. Deseja ver apenas o Bem-Amado, procura apenas o Bem-Amado e ama tudo aquilo que agrada ao Bem-Amado.

«O amor de Jesus Cristo», diz Santo Afonso Maria de Ligório, «torna-nos indiferentes a tudo. O doce e o amargo são igualmente bem-vindos. Não desejamos nada do que nos agrada a nós próprios, mas tudo o que agrada a Deus. Ficamos tão satisfeitos em ocupar-nos de coisas pequenas como de coisas grandes, em receber o desagradável como o agradável: basta-nos saber que agradamos a Deus, e tudo está bem. Tal é, segundo Santa Teresa, o poder do amor perfeito. Faz-nos esquecer tudo, toda a satisfação pessoal, de tal modo que já não pensamos senão em agradar Àquele que amamos.»

A isto acrescenta São Francisco de Sales, com o seu estilo tão encantador: «Se amo verdadeiramente apenas o meu Salvador, porque não hei-de amar tanto o Monte Calvário como o Monte Tabor, visto que O encontro tão verdadeiramente num como no outro? Amo o Salvador no Egipto, sem amar o Egipto. Porque não hei-de amá-Lo no banquete de Simão, o leproso, sem amar o banquete? E, se O amo no meio das blasfémias pronunciadas contra Ele, sem amar as blasfémias, porque não

hei-de amá-Lo perfumado com o precioso unguento de Madalena, sem amar nem o perfume nem o seu aroma?» E a prática deste santo Doutor estava em perfeita harmonia com o seu ensinamento.

O amor dispõe para o abandono, tornando a nossa fé mais viva e a nossa confiança mais firme. É incontestável que a fé se torna mais luminosa e que a esperança penetra mais facilmente no coração à medida que a névoa das paixões se dissipa e avançamos na virtude. Mas, quando chegamos à via unitiva, as nossas convicções tornam-se ainda mais claras; entramos numa relação de coração para coração com Deus, cheia de confiança e intimidade, sobretudo se a alma aprendeu, através de muitas experiências, que ama ardentemente e é ainda mais ardentemente amada, e se Deus a purificou e refinou no doloroso mas benéfico cadinho das purificações passivas.

Assim como uma criança repousa tranquilamente nos braços da mãe e se abandona confiadamente aos seus cuidados, porque sabe instintivamente quanto ela a ama, assim também a alma se entrega à Providência com inteira tranquilidade de espírito, quando chega a dizer para consigo, com profunda convicção: «É o meu Pai que está nos Céus; é o Esposo adorável da minha alma, que tem nas Suas mãos a minha vida, a minha morte e a minha eternidade. Nada me pode acontecer senão aquilo que Ele quer, e aquilo que Ele quer é a minha maior felicidade na vida futura e até mesmo nesta vida.» Assim, rompendo completamente todos os nossos laços e levando a fé e a confiança à sua plena perfeição, o santo amor completa a nossa preparação para o abandono.

O amor perfeito é a fonte do abandono perfeito. «O amor é um vínculo que une aquele que ama à pessoa amada, fazendo dos dois um só; ao passo que o ódio separa aqueles que a amizade tinha unido. A união produzida pelo amor é, sobretudo, uma união de vontades. O amor faz com que os que se amam tenham os mesmos gostos e as mesmas aversões em relação a tudo o que se lhes apresenta, ao menos na medida em que isso é aprovado pela virtude; do mesmo modo, o ódio enche o coração de sentimentos e afectos diametralmente opostos aos do seu objecto. Devemos, pois, concluir que o amor é a medida da união e da conformidade das vontades. Assim, amor imperfeito significa conformidade imperfeita; aumento de amor significa aumento de conformidade; amor perfeito significa conformidade perfeita.»

É por isso que os principiantes, de um modo geral, se contentam com a simples resignação, ao passo que os adiantados sobem a uma conformidade mais elevada; e ninguém pode atingir a conformidade perfeita sem um amor igualmente perfeito. Pelo contrário, possuindo tal amor, a perfeição da conformidade pode certamente ser alcançada. Insistamos ainda neste ponto, para que o compreendamos melhor.

Como todos sabem, o termo do amor é a união. Está isto de acordo com as palavras de São João: «Quem permanece na caridade permanece em Deus e Deus nele» (1 Jo 4,16). Aqui, a fé encontra o apoio da experiência. A acção própria do amor divino consiste em dar a criatura a Deus e Deus à criatura, unindo-os intimamente um ao outro. Onde esta tendência para a união está ausente, também o amor de amizade está necessariamente ausente. Quando Deus aperta a alma contra o Seu Coração num abraço de amor, ela une-se a Ele com todas as suas faculdades; desejaria tornar essa união mil vezes mais estreita, perder-se inteiramente n'Ele e tornar-se uma só coisa com Ele. Mas, quando, por um amoroso artifício, Ele Se oculta para despertar nela um desejo ainda mais ardente, a pobre alma, receando tê-Lo perdido, corre de um lado para o outro à Sua procura, numa inquietação cheia de amor. A Sua ausência desperta nela uma necessidade dolorosa da Sua presença, uma fome insaciável, uma sede inextinguível. Deus tornou-Se-lhe necessário. Não pode viver sem Ele. Nada a consola da Sua ausência, excepto o pensamento de que Lhe agrada conformando-se com a Sua adorável vontade e a esperança de O encontrar de novo, de forma ainda mais perfeita. Gostaria, por assim dizer, de O possuir infinitamente na vida futura, para poder amá-Lo, louvá-Lo e unir-se a Ele em plena satisfação de todos os seus desejos. Entretanto, procura-O incessantemente nesta terra; aspira a uma união de amor cada vez mais íntima, união que, quando agrada a Deus, lhe dá o sentimento de uma posse deliciosa, mas que, ao mesmo tempo, a faz experimentar muitas vezes a privação, a saudade insatisfeita e o esforço penoso. No primeiro caso, a alma está realmente unida a Deus. No segundo, caminha para essa união. Em ambos existe a mesma tendência do amor, que nos faz sair de nós mesmos para nos lançar em Deus, com o ardente desejo de O possuir. Esta união dos corações gera uma união das vontades. Logo que somos penetrados por um profundo afecto para com Deus e nos entregamos a Ele

sem reserva nem divisão, ao possuir o nosso coração torna-Se também Senhor da nossa vontade, e já não podemos recusar-Lhe coisa alguma.

No Céu gozaremos da nossa união com Deus entre as puras delícias da Visão Beatífica. Aqui na terra, porém, encontramo-la mais frequentemente no Calvário do que no Tabor. A união jubilosa é rara e de curta duração; em geral, é precedida e seguida pelo sofrimento. Deus revelou em êxtase a Santa Joana Francisca de Chantal que «sofrer por Ele é o alimento do amor na terra, assim como alegrar-se n'Ele é o alimento do amor no Céu». E Santa Margarida Maria repete o ensinamento da sua santa fundadora quando diz: «O valor do amor mede-se pela sua disposição para sofrer. Sem sofrimento, não podemos viver a vida do amor. ... Querer amar Deus sem sofrer é uma ilusão.» Na verdade, temos necessidade do sofrimento para purificar, desapegar e adornar a nossa alma, preparando-a assim para a união com Deus. Precisamos ainda dele para alimentar essa união, impedir que se perca e conduzi-la à perfeição. Só os ardores do amor não bastariam para isso. A razão é que o amor não vive apenas daquilo que recebe; vive ainda mais daquilo que dá: o sacrifício é sempre o seu melhor alimento. Assim acontece até no amor humano. Não é verdade que o filho que mais dores e lágrimas custa à mãe é precisamente aquele que ela ama com maior ternura? Do mesmo modo, unimo-nos tanto mais a Deus quanto mais nos sacrificamos por Ele. A união do coração e da vontade torna-se mais firme e, em certo sentido, indissolúvel, quando é cimentada pelo hábito do sacrifício.

Quanto à união que nasce das delícias do amor, sobreviverá ela a essas delícias? Talvez. Em todo o caso, necessita das provações para se fortalecer e mostrar o seu verdadeiro valor. Quando Deus derrama sobre nós as inefáveis doçuras da Sua ternura, quando nos acaricia amorosamente como um pai que aperta o filho pequenino contra o peito, a alma, profundamente comovida, transbordando de alegria, fora de si, sai de si mesma, entrega-se-Lhe sem reservas e faz uma sincera oblação de si própria. Contudo, o amor-próprio está ainda longe de estar completamente extinto. Pode até encontrar o seu alimento mais delicado na suavidade desses transportes. Por isso, para completar a obra dessas carícias divinas, assegurar a derrota da natureza e o triunfo duradouro do santo amor, é necessária a acção lenta e dolorosa do sofrimento, generosamente aceite. Deixemo-nos, pois, corajosamente

crucificar; foi no Calvário que as nossas almas nasceram, e é na cruz que sempre encontrarão a vida.

O sofrimento é, portanto, um alimento indispensável ao santo amor, e um alimento extremamente substancial. Temos disso o testemunho de uma alma iluminada. Quanto mais Nosso Senhor a favorecia com sofrimentos, quanto mais permitia que fosse humilhada e lhe concedia a graça de reconhecer a sua própria incapacidade e sentir a sua total inutilidade, tanto mais Se lhe comunicava e a estreitava ternamente contra Si. «O amor divino cresce na dor. Quanto mais aguda é a dor, tanto mais intensos se tornam os ardores do amor. Quanto mais cruelmente a tristeza oprime a alma, tanto mais vivamente ela sente arder dentro de si as chamas da caridade divina, enquanto palavras de fogo brotam do seu coração.» Muitas vezes Nosso Senhor enviava-lhe doenças que a impediam de comungar; mas compensava-a dessa privação do Pão Eucarístico, dando-lhe abundantemente o pão da tribulação. Em suma, «o sofrimento era o pão substancial com que Jesus queria alimentá-la». Ela compreendeu-o perfeitamente e apenas Lhe pedia que nunca a privasse desse divino alimento. Esta foi sempre a linguagem das grandes almas. Para alcançarem a tão desejada união com o Deus do seu coração, estavam prontas a suportar toda a espécie de violências e tormentos. Nem por isso deixavam de sentir profundamente a dor.

O amor, porém, suaviza a amargura do sofrimento. Mais ainda: faz com que o sofrimento seja desejado e procurado. «Quantas pequenas cruzes encontro todos os dias!», exclama uma alma fervorosa. «Amo-as todas, ainda que me façam sofrer imenso. Se deixasse de sofrer, não poderia acreditar que ainda amava. Se deixasse de sofrer e continuasse a sentir os ardores de um amor abrasado por Deus, não seria feliz, porque recearia estar a ser iludida pelo demónio.» A Bem-aventurada Maria Madalena Postel vai ainda mais longe: «Quando amamos verdadeiramente», diz ela, «já não temos nada a sofrer, porque encontramos tanta felicidade em sofrer pelo nosso Bem-Amado.» E São Francisco de Sales revela-nos o segredo deste heroísmo: «Considerai as aflições em si mesmas, e parecer-vos-ão suficientemente terríveis. Mas olhai para elas na vontade divina, e encontrá-las-eis cheias de amor e de doçura. Se considerarmos o sofrimento separado da vontade de Deus, veremos toda a sua amargura natural; mas, se o

contemplarmos como vindo do beneplácito divino, tornar-se-á para nós um tesouro de ouro, precioso e amável para além de toda a descrição. Quando um remédio desagradável nos é oferecido pela mão de alguém que amamos, aceitamo-lo de boa vontade, porque o amor vence a repugnância. Ora, a mão do Senhor é tão amável quando nos envia aflições como quando derrama sobre nós consolações. Um coração verdadeiramente amante enamora-se ainda mais do beneplácito de Deus quando este se manifesta na cruz, entre dores e trabalhos, porque é próprio do amor fazer sofrer aquele que ama por causa do Bem-Amado.»

Finalmente, o amor justifica a Providência e aprova todos os seus caminhos. «O filho de Deus crê no seu Pai celeste, adora-O, confia n'Ele, mas, acima de tudo, ama-O. E, porque O ama, sente afeição por tudo o que vem d'Ele, mesmo quando a Sua Providência parece dura e severa. Assim, o seu amor filial leva quase ao extremo o respeito que sente por tudo o que lhe é enviado do Céu. São Francisco de Sales não gostava de ouvir as pessoas queixarem-se do tempo: "Está um dia horrível", "Está um frio insuportável" ou "Está um calor excessivo". Dizia que tal linguagem não convinha a um filho da Providência, que deve sempre bendizer a mão do seu Pai celeste.» O amor procede da mesma maneira quando intervêm as causas secundárias e a malícia dos homens. Para além dos acontecimentos e dos agentes visíveis, vê o Bem-Amado, o Deus do seu coração; e, por isso, com afecto filial e reverência inalterável, beija a mão que o fere.

CAPÍTULO VI: Sobre o Amor de Nosso Senhor Jesus Cristo

Neste caminho do amor e do abandono, Nosso Senhor possui um poder singular para arrebatar os nossos corações e, desse modo, conquistar as nossas vontades. Deus como o Pai e o Espírito Santo, fez-Se homem como nós. É verdadeiro Deus tornado nosso Irmão, nosso Amigo, o Esposo das nossas almas; Deus maravilhosamente posto ao nosso alcance, Deus revestido, para nós, de um encanto humano incomparável. A Sagrada Humanidade é a porta que nos introduz nos segredos da Divindade. Oferece ao nosso pensamento um precioso apoio, ao nosso coração uma atracção deliciosa, à nossa vontade um modelo digno de ser imitado. Jesus é o Salvador a Quem tudo devemos, a Cabeça que nos comunica a vida, o Caminho que devemos seguir, o Guia que marcha à nossa frente, o Viático que sustenta as nossas forças, o Fim a que devemos chegar, a única Recompensa que desejamos. Ele é o nosso Alfa e Ómega, o nosso primeiro Princípio e o nosso último Fim.

Sem prejuízo da atracção particular da graça, que deve sempre ser respeitada, nunca será demasiado insistir em aconselhar as almas piedosas a nada preferirem a Nosso Senhor nas suas devoções, dando-Lhe sempre o primeiro lugar. A prática mais recomendada pelos mestres da vida espiritual é contemplá-Lo sobretudo no Calvário e no Altar. Muitos, porém, preferem a devoção ao Sagrado Coração ou à Santa Infância. O essencial é conservar sempre Jesus diante dos olhos como objecto da nossa contemplação, no coração como objecto do nosso amor e na vontade como nosso Mestre e Modelo. Quanto ao resto, cada um deve seguir a atracção que Deus lhe concede e procurar o bom Mestre onde mais facilmente O encontra. Cada um dos Seus mistérios contém tudo o que é necessário para satisfazer as mais variadas aspirações e necessidades. Mas em todos eles encontramos sempre a Vítima voluntária que caminha para o Sacrifício, sempre o «Esposo de Sangue», que nos convida a sofrer com Ele, porque «toda a Sua vida não foi senão uma cruz e um martírio».

O Menino Jesus, para falar apenas d’Ele, tem uma mão tão firme quanto delicada. É demasiado sábio para estragar aquilo que ama. «Um dia, durante a Missa, apresentou-Se diante de uma religiosa com um grande número de cruzes nas mãos. Eram cruzes de todos os tamanhos, mas a

maior parte eram pequenas. Eram tantas que mal conseguia segurá-las todas e disse-lhe, muito graciosamente:

"Queres receber-Me com todo o Meu séquito?" Pelo seu séquito entendia as cruzes. "Oh, sim, meu doce e amável Menino!", respondeu ela. "Receber-Te-ei com todo o Teu séquito. Vem, e eu dar-Te-ei as boas-vindas."»

Santa Teresinha do Menino Jesus ofereceu-se ao seu doce Amigo «para ser o Seu pequeno brinquedo, pedindo-Lhe que a tratasse não como um belo brinquedo que as crianças se limitam a contemplar sem ousarem tocar-lhe, mas como uma pequena bola sem valor, que Ele pudesse lançar ao chão, pontapear, furar, deixar esquecida a um canto ou apertar contra o Seu Coração, conforme Lhe agradasse. Numa palavra, desejava divertir o pequeno Jesus e submeter-se a todos os Seus caprichos infantis. Ele ouviu a sua oração e não deixou de furar a Sua pequena bola, querendo, sem dúvida, ver o que havia no seu interior.» Seria impossível descrever em linguagem mais encantadora aquilo que, na realidade, foi uma amarga crucifixão, uma verdadeira morte para si mesma. E, para esta obra tão severa, a mão delicada do Menino Jesus mostrou-se plenamente bastante forte.

A Paixão exerce a atracção mais universal. Foi a devoção predilecta do nosso santo Pai São Bernardo. «Desde o princípio da minha conversão a Deus», conta-nos ele, «para suprir todos os méritos que reconhecia não possuir, apliquei-me diligentemente a recolher, reunir num feixe e colocar entre os meus peitos todos os cuidados e sofrimentos que o meu Senhor suportou: primeiro, os padecimentos da Sua infância; depois, os trabalhos da Sua pregação, as fadigas das Suas viagens, as vigílias em oração, as tentações e os jejuns, as lágrimas de compaixão, as ciladas armadas contra Ele nas Suas palavras; e, finalmente, os perigos causados pelos falsos irmãos, os insultos, os escarros, os golpes, as zombarias, os ultrajes, os cravos e todas as outras plantas de mirra que, como sabeis, crescem abundantemente na floresta evangélica para nossa cura... Ninguém me arrancará este pequeno feixe de mirra, porque permanecerá sempre entre os meus peitos. Convenci-me de que a verdadeira sabedoria consiste em meditar os sofrimentos do meu Salvador. Neles encontrei a perfeição da

justiça, a plenitude da ciência, as riquezas da salvação e a abundância dos méritos. Deles bebo, umas vezes, a salutar amargura e, outras vezes, extraio o óleo consolador. São eles que me sustentam na adversidade e me moderam na prosperidade; e, enquanto caminho pela estrada régia, mas áspera, que conduz ao Céu, entre as alegrias e as tristezas desta vida mortal, são eles que me guardam de todo o mal, defendendo-me dos inimigos escondidos por toda a parte... Vós próprios sois testemunhas de que estes mistérios da Paixão divina estão continuamente nos meus lábios, e Deus é testemunha de que nunca se afastam do meu coração. Não preciso de vos recordar quanto deles estão impregnados todos os meus escritos. E, enquanto viver nesta terra, a minha única ciência, a minha única filosofia será conhecer Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado.»

Um dia, Nosso Senhor mostrou a Gemma Galgani as Suas cinco Chagas abertas e disse-lhe: «Olha, minha filha, e compreende o que significa amar. Vês esta cruz, estes cravos, estes espinhos, esta carne lívida, estas contusões, estas feridas? Tudo isto é fruto do amor, de um amor infinito. Vê, pois, até que ponto te amei. E, se desejas amar-Me verdadeiramente, aprende antes de mais a sofrer, porque é sofrendo que aprenderás a amar.» Esta visão do Redentor, todo coberto de sangue, despertou no coração da Sua serva um amor levado até ao sacrifício e um intenso desejo de sofrer alguma coisa por Aquele que tanto sofrera por ela. Despojou-se de todas as suas jóias. «A cruz e os seus espinhos», dizia ela, «são as únicas jóias que devem adornar a esposa de um Rei crucificado.» Ansiava por sofrer para se tornar semelhante ao seu Bem-Amado. «Quero sofrer», exclamava; «quero ser como Jesus e sofrer enquanto viver.» O seu Anjo da Guarda apresentou-lhe, para escolher, uma coroa de espinhos e uma coroa de lírios. «Quero a coroa de Jesus», respondeu ela; «só essa me satisfaz.» Então, cheia de ardor, tomou a coroa de espinhos, cobriu-a de beijos e apertou-a contra o coração. «Não desejo as consolações de Jesus», declarava. «Jesus foi o Homem das Dores; eu quero tornar-me filha das dores.» Durante uma longa provação, dizia a Nosso Senhor: «Como é doce sofrer Contigo!»

Outra alma generosa, a Irmã Isabel da Trindade, declarava ser a sua «felicidade seguir o caminho do Calvário como esposa ao lado do Divino Crucificado». Uma certa religiosa acreditou ouvir Nosso Senhor dirigir-lhe estas palavras: «Queres amar-Me no sofrimento, no sacrifício e no

desprezo?» Ela respondeu afirmativamente, com coragem. Mas, quando a tribulação chegou sob uma forma ou outra, o primeiro sentimento que experimentou foi de repulsa. Então o Divino Mestre disse-lhe: «Deixa-te esfolar, deixa-te imolar... A esposa de um Deus crucificado tem de sofrer. Minha filha, bebe do Meu cálice, o cálice da tristeza, da angústia e da dor.» Depois de receber os mais sublimes favores, pensava menos do que nunca em ser dispensada do sofrimento. Pelo contrário, dizia: «Mais do que nunca devo beber o mesmo cálice que Jesus, percorrer o mesmo caminho com Ele e morrer na mesma cruz com Ele.» O bom Mestre ensinou-lhe que a generosidade é a medida do amor e que deve sorrir a todas as tribulações. Aceitou renunciar a toda a consolação para consolar o seu Amor aflito. «Quero amar-Te, meu Deus, na Tua desolação. Mas quero amar-Te com indiferença e esquecimento de mim mesma e de todas as criaturas. Como poderia voltar a pensar em mim?» Assim, já não desejava alegrar-se com a Sua presença, mas apenas sofrer, para que Ele encontrasse consolação ao visitar as almas religiosas e sacerdotais; desejava morrer para que Ele vivesse em todos os corações.

Jesus é o Salvador do mundo. Suscita corações generosos e inflama-os de um zelo ardente pelas almas que se perdem, pelo seu Bem-Amado, tão mal servido e tão gravemente ofendido. Associa-os à Sua obra redentora, para prolongarem o Seu sacrifício. Queixava-Se a Gemma Galgani da malícia, da ingratidão e da indiferença geral dos homens: é tão esquecido por eles como se nunca os tivesse amado, como se nunca tivesse sofrido por eles, como se Se tivesse tornado um estranho para todos. Os pecadores permanecem obstinados na sua malícia; os tibios não querem fazer violência a si mesmos; os aflitos caem no desespero; é deixado quase sozinho nas Suas igrejas; o Seu Coração está continuamente mergulhado na tristeza. Por isso é necessária uma imensa expiação, sobretudo pelos pecados e sacrilégios com que Se vê ultrajado precisamente pelas almas que escolheu entre milhares. E o grande coração de Gemma aceitou essa missão de amor e de expiação. «Eu sou a vítima», dizia ela, «e Jesus é o Sacerdote que oferece o sacrifício. Sofrer! Sofrer! Mas sofrer sem qualquer consolação, sem o menor alívio, sofrer apenas por amor. Basta-me ser vítima de Jesus para expiar os meus inumeráveis pecados e, se possível, os pecados do mundo inteiro.» Assim falava aquela criança inocente. Todas as outras grandes almas que a Divina Vítima do Calvário chamou a colaborar

com Ela na redenção do mundo foram igualmente marcadas com o sinal da cruz. Segundo a feliz expressão da Irmã Isabel da Trindade, «Ele assumiu, de certo modo, novas humanidades nas quais ainda pode sofrer pela glória do Seu Pai e pelas necessidades da Sua Igreja, perpetuando na terra a Sua vida de reparação, de sacrifício, de louvor e de adoração».

Não menos belas são estas palavras pronunciadas por uma alma abrasada pelo desejo de contemplar Deus: «Neste tempo de perseguição, no momento em que as esposas de Jesus são chamadas ao Calvário, a morte perdeu para mim os seus encantos. Prefiro antes subir com Jesus ao Gólgota. Quero sofrer com Ele e por Ele. Mas, quando chegar a hora do Seu triunfo, então, sim, será a minha felicidade unir-me a Ele para sempre. Por Ti, ó meu Jesus, quero sofrer. Por Ti, ó meu Jesus, quero morrer; sim, morrer sem qualquer consolação. Mas, enquanto viver, desejo, por amor de Ti, ó Jesus, permanecer escondida, desconhecida e desprezada. Para Te dar alguma consolação, ó meu Jesus, e conquistar almas para Ti, quero esquecer-me de mim mesma, renunciar a mim mesma, imolar-me. A minha natureza não ama o sofrimento, como Tu bem sabes. Revolta-se muitas vezes perante a aflição; mas, no íntimo do meu coração, aceito sofrer tudo por amor de Ti. Ó Jesus, o meu pobre coração é demasiado pequeno para Te amar. Dá-me os corações de todos aqueles que não Te amam, e eu consagrá-los-ei todos ao Teu puro amor.»

A angélica Santa Teresinha do Menino Jesus desejava ser sacerdote, para poder segurar Jesus nas suas mãos e dá-Lo às almas na Sagrada Comunhão. Gostaria de iluminar o mundo, como os grandes Doutores da Igreja, de anunciar o Evangelho em todos os países e em todos os tempos. Acima de tudo, desejava sofrer o martírio, mas um martírio que reunisse toda a espécie de tormentos. «Como Vós, meu adorável Esposo, desejaria ser flagelada e crucificada. Gostaria, como São Bartolomeu, de ser esfolada viva antes de morrer. Como São João, desejaria ser mergulhada em óleo a ferver; e, como Santo Inácio, ser triturada entre os dentes das feras, para me tornar pão digno de Deus. Com Santa Inês e Santa Cecília, desejaria oferecer o meu pescoço à espada do carrasco; e, com Santa Joana d’Arc, na fogueira ardente, murmurar o nome de Jesus.»

Mas Deus tinha para ela outros desígnios. O amor era a sua vocação própria. E demonstrou o seu amor a Jesus cobrindo o Seu caminho de rosas; isto é, não perdendo nenhuma ocasião de Lhe oferecer pequenos sacrifícios, oferecendo-Lhe cada palavra e cada olhar, aproveitando os mais pequenos movimentos, agindo, sofrendo e até alegrando-se unicamente por amor.

Que Deus conceda que sentimentos tão sublimes sejam sempre o nosso guia na prática do abandono! Esses ilustres servos de Deus, que tanto gostamos de citar, ofereceram-se como vítimas de expiação e chegaram mesmo, por vezes, a pedir sofrimentos. Já dissemos anteriormente o que pensamos acerca desta maneira de proceder.

CAPÍTULO VII: O Exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo

Nada pode conduzir uma alma inflamada pelo amor de Nosso Senhor ao santo abandono de forma tão rápida e segura como o exemplo do seu divino Bem-Amado. Ele é a sua suprema alegria, e ela deseja agradar-Lhe unicamente a Ele. Por isso, procura imitá-Lo em tudo. Ora, toda a Sua vida sobre a terra não foi senão um exercício contínuo de obediência e de abandono.

Entra neste mundo. «Vem, antes de mais», diz Mons. Gay, «por causa de Seu Pai. O Pai é o Objecto de toda a Sua religião e o termo de todo o Seu sacrifício. É a Ele que Se dirige, e eis o que Lhe diz: “Eis que venho para fazer a Vossa vontade.” Que significa isto? Não vem Ele para pregar, trabalhar, sofrer, morrer, vencer o inferno, fundar a Sua Igreja e salvar o mundo pela Sua cruz? Sem dúvida; essa é realmente a Sua missão. Conhece-a perfeitamente. Os Seus olhos, ao abrirem-se pela primeira vez, contemplaram tudo; e aquilo que os Seus olhos viram foi imediatamente abraçado pelo Seu Coração. Quer cumprir integralmente a missão que Lhe foi confiada, até ao mais pequeno pormenor. Quer cumpri-la com uma vontade inteiramente sincera, amorosa e eficaz... Mas quer tudo isso porque tal é a vontade eterna de Seu Pai. Nada, senão a vontade do Pai, O toca e O determina. Vê certamente tudo o mais, mas só presta atenção a esta vontade; só dela fala; só dela diz depender. Esta vontade divina é tudo para Ele: o Seu princípio, o Seu fim, o Seu motivo, a Sua luz, o Seu apoio, a Sua morada, o Seu alimento, a Sua recompensa. É nela que habita; é nela que Se recolhe e Se encerra. Mais tarde, ao realizar tantos prodígios, tão sublimes, tão inauditos, tão sobre-humanos, nunca fará outra coisa senão esta tarefa tão simples, na qual até nós, pequeninas crianças, O podemos imitar: nunca fará outra coisa senão cumprir a vontade do Seu Pai celeste. A ela Se entregará sem reservas, num abandono perfeito que durará toda a Sua vida.»

Esta obediência e este abandono têm a sua fonte no Seu amor pelo Pai. É a plenitude do abandono porque é a plenitude do amor: amor filial, confiante, desinteressado, generoso, sem reservas; amor transbordante de gratidão por todos os benefícios recebidos na Sua Sagrada Humanidade; amor cheio de zelo, de dedicação e de humildade. Como Vítima carregada com os pecados do mundo inteiro, considera que todos os castigos Lhe são

devidos e que nenhum sofrimento é demasiado para reparar a glória do Pai e reconduzir a Ele os Seus filhos extraviados, mas tão ternamente amados. O Seu amor é filial e permanece sempre o amor de um filho. «Sim!», exclama Mons. Gay. «Nosso Senhor Jesus Cristo, Jesus, o Filho eterno de Deus e verdadeiro Deus como o Pai, Jesus, na Sua natureza humana, permaneceu sempre uma criancinha. A infância foi o primeiro estado em que quis manifestar-Se aos nossos olhos. Mas, perante o Pai, aos olhos da Divindade — da Sua própria Divindade — nunca deixou nem jamais deixará de ser uma simples criancinha. Na Sua Humanidade governa o universo; os Serafins beijam os Seus pés humanos; todo o mundo O saúda, com pleno direito, como Senhor e Soberano; os reis da terra são Seus súbditos; os povos da terra constituem a Sua herança; os anjos são os Seus mensageiros; a Sua Humanidade é Rainha como a Sua Divindade é Rei. E, contudo, ouso dizê-lo: na Sua natureza humana continua a ser uma criancinha, uma criança de um dia, de uma hora, que, por Si mesma, não possui pensamento, nem palavra, nem movimento, nem vida; uma criancinha escondida no seio, transportada nos braços, abandonada aos direitos, às disposições, aos beneplácitos, aos caminhos, aos sorrisos inefáveis, às carícias infinitamente suaves, ao amor infinito dessa Divindade que para Ele é ao mesmo tempo Pai e Mãe. Nisto é o Modelo de toda a alma abandonada. Se o Deus eterno é nosso Pai, que importa, diante d'Ele, a nossa idade, a nossa estatura ou a nossa condição? Ainda que fôssemos tão santos como São Pedro e São Paulo, os maiores gigantes da santidade, deixaríamos por isso de ser pequeníssimos diante do grande Deus?»

Se pudéssemos seguir a vida de Nosso Senhor nos seus mais pequenos pormenores, encontraríamos por toda a parte o amor, a confiança, a docilidade e o abandono de uma criancinha. Citemos alguns exemplos tomados de São Francisco de Sales.

«Vede o nosso pobre Menino Jesus no presépio. Aceita a pobreza, a nudez, a companhia dos animais irracionais, a inclemência do tempo, o frio da estrebaria e tudo o que Seu Pai permite que Lhe aconteça. Não encontramos escrito que alguma vez tivesse procurado o peito de Sua Mãe; mas também nunca recusou os pequenos serviços que Ela Lhe prestava. Aceitou igualmente os cuidados de São José, a adoração dos reis e dos pastores, e tudo com igual indiferença. Assim também nós não devemos

desejar coisa alguma nem rejeitar coisa alguma, mas estar dispostos a sofrer e a receber tudo quanto a Providência de Deus decidir enviar-nos.»

«Se ao doce Menino Jesus, levado nos braços de Sua Mãe, perguntassem para onde ia, não poderia responder com toda a verdade: “Eu não vou para lado nenhum; é Minha Mãe que Me leva”? E se depois Lhe dissessem: “Mas, pelo menos, ides com a Vossa Mãe, não é verdade?”, não poderia responder ainda com toda a verdade: “Não; Eu não vou de modo algum. Ou, se insistis em dizer que vou para onde Minha Mãe Me leva, continuo a não ir pelos Meus próprios passos, mas pelos de Minha Mãe. E, assim como a Minha doce Mãe caminha por Mim, assim também quer por Mim. Deixo-Lhe o cuidado de agir e de decidir. A Sua vontade basta para Ela e para Mim, de modo que não preciso de fazer escolha alguma acerca da Minha ida ou da Minha vinda. Quer caminhe depressa ou devagar, por este lado do caminho ou por aquele, não Me preocupo com isso. Nem sequer pergunto para onde vai, contentando-Me em permanecer sempre nos Seus braços e abraçado ao Seu amado pescoço.”»

Durante a fuga para o Egipto, Nosso Senhor, que é a Sabedoria eterna e que já então possuía o uso perfeito da razão, não preveniu São José nem a Sua dulcíssima Mãe do que lhes iria acontecer. Não quis, de modo algum, interferir na missão confiada ao Arcanjo São Gabriel, encarregado pelo Pai eterno de anunciar o mistério da Encarnação e de ser, por assim dizer, o procurador-geral da Sagrada Família, velando por Ela em todas as circunstâncias. Este Menino omnipotente, tão manso e humilde de coração, deixou-Se levar para onde os Seus guardiães quiseram e pelo caminho que escolheram. Abandonou-Se docilmente à direcção do Arcanjo, a quem, contudo, ultrapassava infinitamente em sabedoria e conhecimento.

Segundo alguns contemplativos, Nosso Senhor, durante a permanência no Egipto e ao longo dos trinta anos da Sua vida oculta, ocupava-Se na oficina de São José a fabricar cruzes, que depois oferecia aos Seus amigos — costume que continua ainda hoje a conservar. Consumido de zelo pelo Seu Pai, pela Sua Igreja e pelas almas, «experimentava milhões de desejos amorosos e ardentes. Via antecipadamente a hora em que havia de ser baptizado no Seu Sangue e ansiava pela sua chegada, para nos ver libertados, pela Sua morte, da morte eterna que nos era devida.» Contudo,

ao entrar no Horto das Oliveiras, entregou-Se aos mais terríveis assaltos do medo e da repugnância, «suportando-os voluntariamente por amor de nós, quando poderia ter-lhes escapado. A dor inspirava-Lhe horror à morte, ao passo que o amor Lha fazia desejar. Daí nasceu no Seu íntimo um combate violento entre o desejo e o temor da morte, que produziu uma abundante efusão de sangue, escorrendo até ao chão. Apesar disso, não cessava de repetir: "Pai, não se faça a Minha vontade, mas a Tua." Por isso, deixou-Se prender, amarrar e conduzir à vontade daqueles que O iam crucificar, abandonando completamente o Seu Corpo e a Sua Vida ao poder deles. Do mesmo modo, abandonava a Sua Alma e a Sua vontade à vontade do Pai, com a mais perfeita indiferença. Mas faltava-Lhe ainda suportar a última provação, a mais terrível de todas, sobre a cruz, quando, depois de tudo ter abandonado por amor e obediência ao Pai, parecia que agora o próprio Pai O abandonava. A tempestade das paixões humanas lançava numa desolação extrema a barca da Sua Alma Santíssima, de tal modo que apenas parecia subsistir a consciência daquele ponto supremo do Seu espírito que, não só mantinha continuamente o olhar fixo no Pai, mas permanecia inseparavelmente unido a Ele, como a agulha da bússola ao pólo. As faculdades inferiores, porém, não participavam dessa união. Tão terrível foi esta provação que a bondade divina nunca submeteu nenhuma outra alma a semelhante sofrimento, nem jamais a submeterá, porque só a Alma de Jesus podia suportá-lo.»

Para nos ensinar o que podemos e devemos fazer quando a aflição parece ultrapassar as nossas forças, Jesus queixou-Se filialmente ao Seu Pai: «Meu Deus, meu Deus, porque Me abandonaste?» Mas apressou-Se a acrescentar, com toda a energia da Sua Alma e com a mais amorosa submissão: «Pai, nas Tuas mãos entrego o Meu espírito.» Desse modo, deu-nos a prova suprema do Seu amor ao Pai e a nós, «morrendo por amor, morrendo de amor, morrendo para o amor e morrendo no amor». Ao mesmo tempo, ensina-nos que, quando as nossas tribulações são extremas, quando a violência das nossas dores espirituais nos priva de toda a consolação e de todos os meios de resistência, também nós devemos entregar o nosso espírito nas mãos d'Aquele que é o nosso verdadeiro Pai e, inclinando a cabeça diante do Seu beneplácito, abandonar-Lhe inteiramente a nossa vontade.

Este abandono contínuo, próprio de uma criancinha, Nosso Senhor quis praticá-lo em provações de toda a espécie. Com efeito, «sofreu sem comparação na Sua vida civil, sendo condenado como culpado de alta traição contra a soberania divina e humana, esbofeteado, flagelado, escarnecido e atormentado nas circunstâncias mais ignominiosas que se podem imaginar; sofreu na Sua vida natural, morrendo entre os mais cruéis e atrozes tormentos que se possam conceber; sofreu na Sua vida espiritual, tornando-Se presa da tristeza, do medo, do terror, da angústia, da desolação e da opressão interior, como nenhuma outra criatura jamais sofreu ou sofrerá.» E suportou tudo isso por livre escolha. «Porque, embora a parte superior da Sua Alma gozasse da felicidade suprema da Visão Beatífica, o amor impedia que essa alegria se comunicasse aos sentidos, à imaginação e à razão inferior, deixando assim todo o Seu Coração exposto ao assalto da tristeza e da dor.»

Foi assim que o Salvador nos ensinou, pelo Seu exemplo, a aceitar corajosamente, sem nunca fugir delas, as inúmeras provações, quer da ordem natural quer da ordem espiritual, das quais teremos ocasião de fazer mais adiante uma breve exposição.

TERCEIRA PARTE
Sobre o Objecto do Santo Abandono

CAPÍTULO I: Sobre o Objecto do Abandono em Geral

Talvez não seja inútil recordar aqui a distinção entre a vontade significada de Deus e a Sua vontade de beneplácito, pois é precisamente nesta distinção que se centra a questão que agora vamos tratar.

Pela Sua vontade significada, Deus indicou e manifestou claramente, de uma vez para sempre, «as verdades que quer que acreditemos, os bens que quer que esperemos, os castigos que quer que temamos, os objectos que quer que amemos, os mandamentos que quer que observemos e os conselhos que deseja que sigamos». Os sinais permanentes da Sua vontade são os mandamentos de Deus e da Igreja, os conselhos evangélicos, os nossos votos e regras religiosas e as inspirações da graça. A estas quatro categorias pode acrescentar-se a doutrina das virtudes, bem como os exemplos de Nosso Senhor e dos santos.

Pelo contrário, a vontade de beneplácito de Deus não nos é conhecida antecipadamente: manifesta-se através do desenrolar dos acontecimentos. Regra geral, escapa às nossas previsões. Muitas vezes altera os nossos planos. Os objectos desta vontade não dependem de nós, mas de Deus, que reserva para Si a decisão sobre eles. Por exemplo: daqui a algum tempo estaremos com saúde ou doentes? Na prosperidade ou na adversidade? Em paz ou em conflito? Na aridez ou na consolação? Estaremos sequer vivos? Quem o poderá dizer? Só conheceremos o que Deus quer para nós quando chegar o momento.

Quanto aos acontecimentos que constituem o objecto do beneplácito divino, o abandono impõe-se claramente. Consiste numa atitude de calma expectativa e de confiança enquanto a vontade de Deus ainda não se manifestou e numa amorosa aceitação logo que ela nos é revelada. Como condição prévia, supõe a virtude da santa indiferença. Com efeito, nada é mais necessário do que uma indiferença universal, se queremos manter-nos preparados para qualquer eventualidade. Por outro lado, enquanto o

beneplácito divino não se manifesta, nada mais nos resta senão esperá-lo; e é conveniente esperá-lo com confiança filial e submissão, porque Aquele que dispõe de nós é nosso Pai que está nos Céus, Sabedoria e Bondade infinitas. Além disso, como os acontecimentos não dependem do nosso poder, esta atitude de expectativa serena e submissa nada tem em comum com o Quietismo. Simplesmente, não temos alternativa. Contudo, não devemos esquecer o que já foi dito acerca da prudência, da oração e do esforço pessoal na prática do abandono.

Muito diferente deve ser a nossa atitude perante a vontade significada de Deus. Deus declarou explicitamente «que quer e exige que tais e tais coisas sejam acreditadas, esperadas, temidas, amadas e praticadas». Conhecemos, portanto, desde já aquilo que Ele exige de nós. Consequentemente, já não temos o direito de ser indiferentes quanto a querê-las ou não. Tendo Deus manifestado previamente a Sua vontade, não devemos esperar uma nova declaração para cada caso particular. Os objectos desta vontade dependem da nossa livre decisão. Cabe-nos agir por determinação própria, naturalmente com o auxílio da graça. Isto significa que, perante a vontade significada de Deus, apenas nos resta submeter a nossa vontade, pelo menos em tudo o que é obrigatório, «acreditando no que Ele ensinou, esperando o que prometeu, temendo o que ameaçou, amando as Suas disposições e vivendo em conformidade com elas».

Encontraremos, por vezes, situações em que os acontecimentos não estão totalmente fora do nosso controlo: até certo ponto podemos prevê-los e tomar as devidas precauções. Nesses casos será necessário juntar à prática do abandono o exercício da prudência e do esforço pessoal, porque aí se encontra, no fundo, uma combinação da vontade significada de Deus com o Seu beneplácito. Em resumo, o beneplácito de Deus é o domínio próprio do abandono; a Sua vontade significada é o domínio da obediência.

Por conseguinte, não há lugar para o abandono no que diz respeito à nossa salvação ou condenação eterna, nem quanto aos meios que Deus nos mandou ou aconselhou empregar para alcançar uma e evitar a outra, tais como a observância dos mandamentos do Decálogo e da Igreja, a fuga às ocasiões de pecado, a prática das virtudes, a fidelidade aos nossos votos e regras, a obediência aos superiores e a docilidade às inspirações da graça.

Em tudo isto Deus já manifestou a Sua vontade; e, para assegurar a nossa fidelidade, fez promessas, pronunciou ameaças, enviou-nos o Seu Filho Unigénito, fundou a Sua Igreja, instituiu o sacerdócio e os Sacramentos, multiplicou os auxílios exteriores e derramou abundantemente as graças interiores. Evidentemente, nestas matérias não pode haver lugar para a indiferença. Deus exige obediência naquilo que é obrigatório. Quanto aos conselhos, é nosso dever, pelo menos, estimá-los e nunca desencorajar as almas generosas da sua prática.

«Uma vez excluída a indiferença cristã de tudo o que pertence à vontade significada de Deus», diz Bossuet, «devemos restringi-la, como faz São Francisco de Sales, a certos acontecimentos regulados pelo beneplácito divino, cujos decretos soberanos determinam os factos quotidianos da nossa vida.» «Devemos praticar esta indiferença no que diz respeito à vida natural, como a saúde ou a doença, a beleza ou a fealdade, a força ou a fraqueza; no que respeita à vida social, como as honras, a posição ou as riquezas; no que respeita à vida espiritual, como as aridezes, as consolações, as doçuras e os desgostos; nas nossas acções, nos nossos sofrimentos e em toda a espécie de acontecimentos.» Relativamente a tudo o que procede do beneplácito divino, esta indiferença deve estender-se «ao passado, ao presente e ao futuro; ao corpo e a todos os seus diversos estados; à alma, com todas as suas misérias e também com todos os seus dons; à prosperidade e à adversidade; à benevolência e à malícia dos homens; a todas as vicissitudes do mundo físico e às revoluções do mundo moral; à vida e à morte; ao tempo e à eternidade.» Deus varia a Sua maneira de agir conforme o estado das almas. «Aos homens do mundo priva-os das honras, dos bens temporais e dos prazeres da vida. Aos homens de estudo permite que a sua erudição, os seus talentos, a sua ciência ou a sua literatura sejam desprezados. Quanto aos santos, prova-os precisamente naquilo que pertence à sua vida espiritual e ao exercício das virtudes.»

Será necessário acrescentar que, embora tanto a alegria como a tribulação pertençam ao campo do abandono, é a tribulação que oferece muito mais frequentemente ocasião para a sua prática? Todos sabemos, pela dolorosa experiência da vida, que esta terra é um vale de lágrimas, onde as alegrias são poucas e passageiras.

Assinalemos aqui duas possíveis ilusões.

I.— Há almas que concebem grandes projectos para servir Deus por meio de acções extraordinárias e de sofrimentos heróicos, cuja ocasião talvez nunca venha a apresentar-se; e, enquanto carregam na imaginação cruzes que não existem, evitam cuidadosamente aquelas muito mais leves que a Providência lhes envia a cada hora. Não será isto uma lamentável ilusão, ser tão valente na intenção e tão cobarde perante a realidade? Deus nos livre destes heroísmos imaginários, que muitas vezes alimentam um secreto amor-próprio! Em vez de nos alimentarmos de quimeras, sejamos práticos no abandono, empregando todos os nossos esforços em santificar perfeitamente as provações reais, aquelas que pertencem ao momento presente.

II.- Seria uma ilusão muito grave desprezar ou subestimar as nossas cruzes de cada dia por serem pequenas. Consideradas isoladamente, são realmente pequenas; mas, repetindo-se quase a cada instante, a sua própria multiplicidade proporciona à alma fiel uma imensa soma de sacrifícios e de méritos. Além disso, nada nos impede de as acolher com uma fé, um amor e uma generosidade extraordinários; e a santidade das nossas disposições conferir-lhes-á um valor inestimável aos olhos de Deus. Sem dúvida, grandes cruzes suportadas com igual amor seriam mais meritórias e alcançar-nos-iam uma recompensa mais abundante. Mas essas cruzes são raras; e, mesmo quando aparecem, o orgulho e o amor-próprio podem facilmente encontrar nelas alimento.

«Em regra», diz São Francisco de Sales, «as acções extraordinárias são praticadas com menos caridade»; e, no entanto, é precisamente a caridade, juntamente com as outras santas disposições, que «dá valor e mérito a todas as nossas acções». Tenhamos, pois, grande estima pelas grandes cruzes, mas guardemo-nos de menosprezar as pequenas provações, pois é delas que devemos tirar o maior proveito. «Pratiquemos a conformidade com a vontade de Deus», escreve Dosda, «mesmo nas coisas mais pequenas: por exemplo, na humilhação causada por um esquecimento ou por uma falta de jeito; no incómodo provocado por uma mosca importuna, pelo ladrar de um cão, por batermos com o pé numa pedra, por se apagar a luz ou por se rasgar o hábito.» Sobretudo, devemos praticá-la perante as diferenças de

carácter, as contradições, as humilhações e os pequenos incidentes que tão frequentemente encontramos na vida comunitária.

Depois de termos explicado longamente a natureza, os motivos e o objecto geral do abandono, poderíamos deixar aos nossos leitores o cuidado de fazerem, por si mesmos, as aplicações práticas da nossa doutrina. Mas as provações a que as almas estão sujeitas são tão variadas que julgamos útil estudar as principais, para podermos indicar, segundo a natureza de cada uma, os motivos especiais de paciência e de submissão, resolver certas dificuldades e dar orientações precisas relativas à oração, à prudência e ao esforço pessoal.

Consideraremos sucessivamente, em primeiro lugar, as provações que pertencem à ordem temporal; depois, as que pertencem aos caminhos comuns da vida espiritual; e, por fim, as que são próprias das vias místicas.

CAPÍTULO II: Sobre o Abandono nas Coisas Temporais em Geral

Na ordem temporal existem bens e males. Consideramos bens o saber, a saúde, as riquezas, a prosperidade e as honras; e males a doença, a pobreza e a desgraça. Aos olhos do mundo, estes bens e estes males parecem de importância suprema e dignos de toda a nossa atenção. Trata-se, porém, de uma avaliação errada. As coisas terrenas devem ser julgadas à luz da eternidade.

O bem soberano, a única coisa verdadeiramente necessária, é Deus. Consequentemente, como ensina São Tomás, os bens principais e últimos para nós são a bem-aventurança — isto é, a posse definitiva de Deus — e os meios necessários para a alcançar. Estes são bens de que nunca se pode abusar; jamais poderão voltar-se em nosso prejuízo. Por isso, os santos pediram-nos sempre de modo absoluto, segundo as palavras do Salmo: «Mostrai-nos o Vosso rosto e seremos salvos» (Sl 79,4): eis a bem-aventurança. «Conduzi-me pela vereda dos Vossos mandamentos» (Sl 118,35): eis o caminho que conduz à bem-aventurança.

Pelo contrário, quanto aos bens temporais, acontece demasiado frequentemente, diz o Doutor Angélico, fazermos deles um mau uso; por isso, podem tornar-se prejudiciais ao nosso verdadeiro bem. Quantos não devem a sua ruína precisamente à posse das riquezas e das honras! Não devemos, portanto, considerá-los como bens principais e absolutos, mas apenas como bens secundários e transitórios. Destinam-se a ajudar-nos na caminhada para a bem-aventurança, na medida em que sustentam a nossa vida corporal e nos proporcionam ocasiões de praticar a virtude.

Enquanto permanecerem secundários e não se transformarem no objecto principal da nossa procura, é perfeitamente legítimo desejá-los, pedi-los a Deus na oração, procurá-los com diligência moderada e até tomar providências para o futuro, segundo as nossas necessidades e no tempo oportuno. Mas a nossa solicitude torna-se excessiva e culpável se, em vez de utilizarmos esses bens apenas conforme a necessidade, chegarmos a considerá-los como o nosso fim; se os procurarmos em detrimento dos bens espirituais; ou se temermos faltar-nos o necessário depois de termos feito

tudo quanto dependia de nós para o obter. Neste último caso, é dever confiar na Providência.

O alimento, a bebida e o vestuário são necessidades indispensáveis. Por isso, relativamente a estes bens, Nosso Senhor não condena uma solicitude moderada que nos leve a trabalhar para os adquirir. O que reprova é a ansiedade excessiva que perturba a paz da alma. E conclui o Seu ensinamento sobre a Providência aconselhando-nos a procurar, antes de tudo, os bens espirituais, assegurando-nos ao mesmo tempo que os bens temporais nos serão dados por acréscimo, na medida das nossas necessidades, desde que façamos a nossa parte (Mt 6).

Ao proibir-nos de nos inquietarmos excessivamente, como fazem os pagãos, pelos bens temporais, porque o nosso Pai celeste sabe que deles necessitamos, Nosso Senhor manda-nos expressamente procurar o Reino de Deus, embora o mesmo Pai celeste saiba igualmente quanto necessitamos dele. A razão é esta: o bom Mestre quer despertar em nós desejos espirituais, para os quais somos naturalmente pouco inclinados, e moderar os desejos terrenos, que brotam espontaneamente do nosso coração. Além disso, quer ensinar-nos a distinguir entre os bens que devemos pedir de modo absoluto, como o Reino de Deus e a Sua justiça, e aqueles que só devemos pedir condicionalmente e com inteira submissão à vontade divina.

«Além disso, o próprio Jesus Cristo ensinou-nos a pedir o pão de cada dia, expressão que sempre foi entendida, num dos seus sentidos, como um pedido de bens temporais; a própria Igreja assim o entende nas suas ladainhas e na liturgia. Também a alma espiritualmente perfeita não exclui este pedido das sete petições do Pai-Nosso. Mas dir-se-á que essa alma nada pede de temporal. Respondo: ela nada pede de temporal como bem absoluto, nem de maneira absoluta; pede-o apenas como meio útil para a salvação e sempre sob a condição do beneplácito de Deus.»

«Na realidade», diz Santo Afonso Maria de Ligório, «a promessa divina de atender às nossas orações não se aplica aos favores temporais, como a saúde, as riquezas, as dignidades e outros bens semelhantes. Muitas vezes Deus recusa esses favores, e com razão, porque vê que comprometeriam a salvação da nossa alma. Por conseguinte, devemos pedir os bens temporais apenas em perfeita conformidade com a vontade divina e sob a condição

expressa de que não prejudiquem os nossos interesses espirituais. Quanto aos bens espirituais, devemos pedi-los sem qualquer condição, de modo absoluto e com a firme esperança de os alcançar.»

É também com os olhos da fé e à luz da eternidade que devemos considerar os males temporais. O pecado e, sobretudo, morrer em pecado com as suas consequências eternas — a perda do nosso último fim e uma ruína irreparável — eis o mal dos males, o *summum malum*. Devemos suplicar a Deus, com insistência e de modo absoluto, que nos preserve dele, custe o que custar. Mas a pobreza, a doença, as enfermidades do corpo ou do espírito e outras aflições semelhantes, até a própria morte, são apenas males relativos. Antes devemos ver neles, segundo os desígnios da Providência, graças preciosíssimas e, por vezes, graças muito necessárias: satisfação pelos nossos pecados, remédio para as enfermidades da alma, fonte de magníficas virtudes e de méritos multiplicados — desde que correspondamos à ação de Deus mediante a nossa humilde submissão. Pelo contrário, a impaciência e a falta de confiança nas provações não fariam senão transformar o remédio em veneno, fazendo-nos encontrar doença para a alma, ou até a morte espiritual, precisamente naquilo que a Providência destinava à nossa santificação.

Posto isto, temos pleno direito de pedir a Deus que nos livre dos males temporais, que afaste de nós a guerra, a peste, a fome e todas as outras calamidades, públicas ou privadas. O próprio Nosso Senhor nos ensina a rezar por isso no Pai-Nosso, e a Igreja faz o mesmo na sua liturgia. Todavia, Deus não prometeu conceder sempre tais pedidos, e eles só devem ser feitos sob a condição de conformidade com a vontade divina. Se, porém, recearmos perder a paciência na provação, bastará apresentar a Deus esta alternativa: ou aliviar o nosso fardo ou aumentar as nossas forças. Pelo contrário, devemos pedir sempre, e de modo absoluto, o espírito de fé, a paciência e todas as virtudes necessárias no tempo da tribulação. Deus quer certamente que pratiquemos essas virtudes enquanto durar a prova. Foi precisamente para esse fim que a enviou ou permitiu.

Os bens e os males temporais são, portanto, apenas relativos. Uns e outros podem servir de poderoso auxílio para a santidade ou ser abusivamente utilizados em prejuízo da nossa alma. Teremos nós a

sabedoria de os utilizar como meios para nos desapegarmos dos interesses terrenos e fixarmos o nosso coração nos únicos bens verdadeiros, os bens eternos? Saberemos usar os bens desta vida de modo a não perder os da vida futura? Tornar-nos-emos semelhantes aos insensatos que se esquecem de Deus na prosperidade e murmuram contra Ele na adversidade? Não podemos responder por nós mesmos. Só Deus conhece o futuro. Mas uma coisa sabemos: perante os bens e os males temporais teremos diversos deveres a cumprir, e o primeiro deles será sempre conformar-nos com o beneplácito divino. Deus quer que essa conformidade não seja uma simples resignação, mas um santo abandono; isto é, uma indiferença universal fundada na virtude, uma atitude de expectativa serena e geral antes do acontecimento e, uma vez conhecida a Sua vontade, uma submissão amorosa, confiante e filial.

Vamos agora passar rapidamente em revista as situações comuns a todos os homens, tanto dentro como fora do claustro. Os conselhos particulares que daremos para determinados casos poderão os leitores aplicá-los por si mesmos a outros casos semelhantes, conforme os deveres do seu estado ou condição. E, para introduzir alguma ordem numa matéria tão complexa, consideraremos sucessivamente os bens e os males temporais que se encontram fora de nós, os que têm a sua sede em nós mesmos, quer no corpo quer na alma, e, finalmente, aqueles que dependem da opinião dos homens. Mas, antes de tudo, é necessário dizer algumas palavras acerca dos bens e males naturais que escapam completamente ao controlo, tanto nosso como dos nossos semelhantes, e que temos de aceitar, queiramos ou não. Deixemos falar por nós o Padre Saint-Jure:

«Devemos conformar a nossa vontade com a vontade de Deus relativamente aos males naturais exteriores, tais como o calor ou o frio excessivos, a chuva, o granizo, as tempestades, os trovões, os relâmpagos, a peste, a fome; enfim, todas as inclemências do tempo e todas as perturbações dos elementos. Seja qual for a estação que Deus nos enviar, devemos contentar-nos com ela, sem jamais ceder à impaciência nem à irritação, como habitualmente fazem as pessoas quando o tempo contraria os seus desejos. Nunca deveríamos, por isso, falar de um dia mau ou desagradável, nem usar outras expressões semelhantes, que manifestam falta de submissão e descontentamento interior. O nosso dever é aceitar o

tempo tal como ele é, porque é obra de Deus, e dizer com os três jovens na fornalha da Babilónia: “Ó frio e calor, ó nuvens e relâmpagos, bendizei o Senhor, louvai-O e exaltai-O para sempre” (Dan. 3). Estas criaturas inanimadas louvam e bendizem continuamente a Deus pela sua obediência e conformidade com a Sua santa vontade. Também nós nunca deveríamos cessar de O glorificar do mesmo modo. Para reprimir todos os sentimentos de revolta e todas as palavras impensadas, lembremo-nos de que, se o estado atual do tempo é uma provação para nós, pode ser um benefício para outros; se contraria os nossos projetos, pode favorecer os do próximo; se é desfavorável para uma parte, pode ser vantajoso para o conjunto; e, em todo o caso, é bom para a glória de Deus, porque está conforme à Sua vontade e ao Seu beneplácito.»

CAPÍTULO III: Sobre o Abandono nos Bens e Males Exteriores

ARTIGO I. A prosperidade e a adversidade

Comecemos pelo que é mais geral, isto é, a adversidade ou a prosperidade, quer para nós quer para aqueles que nos são queridos, para as nossas famílias, comunidades, etc.

Podemos fazer bom ou mau uso da adversidade e da prosperidade, conforme desejemos ser contados entre os sábios ou entre os insensatos. Será vontade de Deus que alternemos entre a alegria e a tristeza? Ou quererá antes conservar-nos quase continuamente na cruz? Não o sabemos. Por isso, a melhor sabedoria consiste em estabelecer-nos numa santa indiferença, esperar tranquilamente o beneplácito divino, aceitar as Suas disposições com amorosa confiança e delas tirar o maior proveito possível. Vista à luz de uma fé viva, a prosperidade aparecer-nos-á como um sorriso contínuo da Providência; por isso, abriremos amplamente o coração aos sentimentos de gratidão, amor e confiança para com o nosso Pai celeste. Cada nova prova do Seu amor fará brotar dos nossos lábios ações de graças cheias de alegria. Graças à Sua liberalidade, poderemos socorrer os nossos irmãos menos favorecidos e levá-los assim a unir-se a nós no louvor ao Autor de todo o bem.

Mas, infelizmente, São Francisco de Sales tinha toda a razão ao dizer: «A prosperidade possui encantos que seduzem os sentidos e adormecem a razão. Vai produzindo em nós, insensivelmente, uma tal mudança de disposição que começamos a apegar-nos aos dons e a esquecer o Doador.» Do mesmo modo, leva-nos, quase sem nos darmos conta, a descer para um nível de vida menos austero, onde procuramos o nosso conforto nos caminhos da comodidade. Por isso, não deixa de causar espanto ver pessoas que fazem profissão de estar crucificadas com Jesus Cristo desejarem ardentemente a prosperidade, mostrarem tanto zelo na procura dos bens terrenos, aos quais se afeiçoam com entusiasmo, recorrerem prontamente a Deus apenas quando os espinhos da adversidade as ferem e impacientarem-se para obter quanto antes o alívio dessas provações.

«E, no entanto, o Evangelho faz consistir a bem-aventurança cristã na pobreza, no desprezo, na aflição, nas lágrimas e na perseguição. Até a própria filosofia ensina que a prosperidade é madrasta da verdadeira virtude, da qual a adversidade é a mãe natural.» Demasiadas vezes, portanto, uma prosperidade prolongada não passa de uma armadilha. E, recordando que Nosso Senhor e os santos nunca desfrutaram de uma felicidade terrena duradoura, a alma verdadeiramente espiritual acaba por inquietar-se quando tudo lhe corre bem. Preferiria experimentar menos alegrias neste mundo. A única reflexão que a tranquiliza é saber que está nas mãos de Deus, que não permitirá que lhe aconteça qualquer mal verdadeiro.

A adversidade abre-nos um caminho mais seguro. Como Amigo fiel, cheio de solicitude pela nossa felicidade, Deus omnipotente afasta-nos dos perigos da prosperidade e serve-Se da espada da adversidade para arrancar do nosso coração os afetos terrenos que disputam ao Seu santo amor o domínio sobre ele. Ora pela privação, ora pelo sofrimento, desprende-nos rápida e seguramente do fascínio dos prazeres, desviando o nosso espírito e o nosso coração das coisas desta miserável terra e elevando-os para a esperança da bem-aventurança eterna do Céu. Sim, a adversidade é, sem dúvida, a melhor escola do desapego. Mas é também um purgatório antecipado; menos terrível do que o outro, é certo, mas igualmente muito eficaz, porque Deus nunca castiga duas vezes a mesma falta. Quando nos purificou no crisol da tribulação, como o ouro na fornalha, considera-nos dignos de Si e recebe-nos como vítimas de holocausto.

A adversidade é uma verdadeira mina de ouro, da qual podemos extrair as mais nobres virtudes e uma riqueza inesgotável de méritos. Certo dia, o Padre Natal perguntou a Santo Inácio: «Qual é o caminho mais curto e mais seguro para a perfeição e para o Céu?» O santo respondeu: «Suportar muitas e grandes adversidades por amor de Jesus Cristo.» Uma única grande adversidade põe-nos no caminho do Céu; uma sucessão delas faz-nos avançar rapidamente por esse caminho. Para os homens de fé, segundo Álvarez, «os sofrimentos são os cavalos de posta que Deus envia para nos levarem depressa até Si. Melhor ainda: são uma escada que Ele nos oferece para subirmos aos cumes mais elevados da virtude. [...] Imaginemos a tristeza de um lavrador quando uma tempestade de granizo destrói a sua

vinha. Mas suponhamos que fosse uma chuva de ouro; teria ele ainda razão para se lamentar? Ora, os desprezos e as outras aflições que caem sobre nós como saraivadas são, na realidade, verdadeiras chuvas de ouro para a alma verdadeiramente paciente. O que ela ganha vale infinitamente mais do que aquilo que perdeu. O Céu é a pátria dos tentados, dos aflitos e dos desprezados.»

A adversidade é também o caminho mais curto para a santidade. Segundo Santa Catarina de Génova, o desprezo, a pobreza, a doença, a tentação e todas as provações semelhantes são indispensáveis para dominarmos completamente as nossas inclinações viciosas e as paixões desordenadas. São os meios de que Nosso Senhor Se serve para nos preparar para a união com Deus. Na opinião de Santo Inácio, «nada há que seja tão próprio para produzir e conservar em nós o amor de Deus como a madeira da cruz». Santo Afonso afirma que «a ciência dos santos consiste em sofrer continuamente por Jesus Cristo: eis o caminho mais curto para a santidade». Os maravilhosos favores concedidos por Nosso Senhor aos Seus amigos e as ações extraordinárias que os tornaram famosos talvez nos pareçam os factos mais importantes das suas vidas. Mas seria um juízo errado. Devemos prestar muito mais atenção às aridezes, às enfermidades, às desolações, às perseguições e às tribulações de toda a espécie que Deus fez chover sobre eles, bem como à sua paciência inalterável durante um prolongado martírio; porque foram precisamente essas provações que os elevaram à santidade.

Generosos amantes do seu Divino Mestre, quiseram assemelhar-se a Ele, pobre, aflito e desprezado. Deus Pai crucificou-os juntamente com o Seu Filho muito amado. Os que mais O amaram foram precisamente os que sofreram as provações mais duras. E, geralmente, foi no fim da vida, quando tinham atingido o mais alto grau de perfeição, que sofreram mais intensamente.

Não houve um só santo que não tenha vivido na cruz; não houve um só que não se tenha alegrado em sofrer nela com o seu adorável Mestre. Todos eles, à semelhança do nosso santo Pai São Bento, «preferiram o desprezo dos homens aos seus louvores e desejaram antes consumir-se no trabalho do que enriquecer com os favores deste mundo». O Beato Henrique Suso,

tendo recebido uma breve pausa — raríssima na sua vida — das contínuas provações, lamentava-se assim às religiosas que dirigia espiritualmente: «Receio estar a perder-me, porque há já quase quatro semanas que ninguém me faz sofrer. Tenho muito medo de que Deus me tenha abandonado.» Mal acabara de pronunciar estas palavras, veio alguém anunciar-lhe que dois poderosos inimigos tinham jurado destruí-lo. Sentiu primeiro um movimento de temor. «Gostaria de saber que fiz eu para merecer a morte.» Responderam-lhe: «É por causa das conversões que realizou.» «Então seja Deus bendito», respondeu. E, voltando à grade do convento, exclamou alegremente: «Coragem, minhas filhas! Deus ainda pensa em mim; ainda não Se esqueceu de mim.»

Nós dizemos nas nossas provações: «Basta, meu Deus, basta!» Pelo contrário, a Beata Maria Madalena Postel não cessava de repetir: «Ainda mais, Senhor, ainda mais! Vem a mim, cruz bem-amada, para que eu te abrace. Sede para sempre bendito, meu Deus, que só me humilhais para depois me exaltardes.» E, quando a provação chegava, exclamava: «Mais uma cruz! Demos graças ao bom Deus, que tanto nos ama. Se nos envia tribulações, é para nos recompensar ainda mais.» Santa Teresa do Menino Jesus, durante uma crise muito dolorosa, escreveu à sua irmã: «Que amor imenso deve Jesus ter por nós para nos enviar uma tão grande aflição! A eternidade não será suficiente para Lhe agradecer. Está a conceder-nos o mesmo género de favores que concedeu aos maiores santos. O sofrimento e a humilhação são o único caminho da santidade. Esta provação que nos atingiu é uma mina de ouro que devemos explorar. Ofereçamos os nossos sofrimentos a Jesus pela salvação das almas.»

Devemos, pois, concluir com Santo Afonso: «Há pessoas que imaginam ser especialmente amadas por Deus quando tudo lhes corre bem e nada têm a sofrer. Essas pessoas vivem numa ilusão, porque é pela adversidade, e não pela prosperidade, que Deus põe à prova a fidelidade dos Seus servos e separa o trigo da palha. Aquele que, na aflição, se humilha e se resigna à vontade de Deus é o trigo destinado aos celeiros do Paraíso; ao passo que aquele que se torna arrogante, impaciente e abandona Deus é a palha destinada a ser queimada no fogo do inferno. Se levarmos a nossa cruz com paciência, seremos salvos; se a levarmos com impaciência, perder-nos-emos.» Havia dois homens crucificados ao lado de Jesus. Os mesmos

tormentos fizeram de um deles um santo e do outro um réprobo. Ah! Se pudéssemos levar as nossas cruzes, não apenas com paciência e resignação, mas com amor, confiança e afeto filial! Duas virtudes nos ajudarão especialmente a consegui-lo: o espírito de fé e a humildade. Não prestemos qualquer atenção à natureza, que murmura sempre contra a adversidade; sufoquemo-la completamente, para conservarmos apenas Deus diante dos nossos olhos. Então poderemos em breve cantar com o Salmista: «Emudeci e não abri a boca, porque fostes Vós que o fizestes» (Sl 38,10). O homem orgulhoso convence-se facilmente de que foi tratado injustamente, e os caminhos de Deus, quando são dolorosos, espantam-no e perturbam-no. Pelo contrário, o homem humilde, profundamente penetrado pelo sentimento das suas misérias e das suas faltas, bendirá o Senhor mesmo na aflição. «Adoro a justiça dos Vossos juízos, meu Deus. Mesmo quando me castigais, favoreceis-me, e eu Vos louvo pelas Vossas misericórdias, porque o meu castigo está muito aquém do que merecem as minhas culpas. Além disso, preciso de sofrer como remédio para os meus males, e a tribulação que me enviastes corresponde exatamente às minhas necessidades.»

ARTIGO II. Calamidades públicas e privadas

É nosso dever conformarmo-nos com a vontade de Deus nas calamidades públicas, como a guerra, a peste, a fome e todos os outros flagelos da justiça divina. O mesmo dever existe quando a desgraça recai pessoalmente sobre nós ou sobre aqueles que nos são queridos. O grande segredo para alcançar essa conformidade consiste em olhar para todos os acontecimentos com os olhos da fé, adorar com coração contrito e humilde os juízos do Altíssimo e, por mais pesadas que sejam as provações que nos afligem, persuadirmo-nos de que a Providência, infinitamente sábia e amorosa, não as enviaria nem permitiria sem saber servir-Se delas como instrumentos para a conversão e a salvação dos povos e dos indivíduos. «É por este caminho do sofrimento que a Providência conduz ao Céu uma multidão imensa de almas que se teriam perdido por qualquer outro caminho. Quantos pecadores, reconduzidos a Deus pela áspera estrada da aflição, renunciam aos seus antigos vícios e morrem em verdadeiros sentimentos de arrependimento! Quantos cristãos, que um dia ocuparão um lugar glorioso no Paraíso, teriam sofrido os tormentos eternos do inferno se não fosse por estas salutares provações! Aquilo a que chamamos um flagelo

é, muitas vezes, uma graça extraordinária, um esforço excecional da misericórdia divina. Habituemo-nos a contemplar tudo exclusivamente do alto ponto de vista da fé, e então nada do que acontece neste mundo nos escandalizará, nada perturbará a paz da nossa alma nem a nossa amorosa submissão à Providência. Entremos agora em alguns pormenores, começando pelas calamidades públicas.

I.— É fácil reconhecer a mão da Providência nas pestes, nas fomes, nas inundações, nas tempestades e noutras calamidades semelhantes, porque os elementos inanimados obedecem à autoridade divina sem a menor resistência. Mas como reconhecê-la na perseguição movida pela malícia de Satanás ou na guerra com toda a sua violência? Contudo, também aí a Providência tem os Seus desígnios, como já anteriormente assinalámos. Para além dos agentes humanos, bons ou maus, e até por detrás dos próprios demónios, encontraremos o Árbitro Supremo, a Causa Primeira, que os dirige, embora talvez eles próprios o ignorem, e sem a qual nada podem fazer. A política dos príncipes, as ordens dos chefes militares, a obediência dos soldados, os desígnios ocultos dos perseguidores, a execução desses planos pelos subordinados, as ruínas e as misérias daí resultantes: tudo foi previsto até ao mais pequeno detalhe, tudo foi disposto e decretado nos conselhos da Divina Providência. Assim, a malícia dos homens e a santidade de Deus unem-se numa estranha colaboração. O Deus infinitamente Santo não pode deixar de odiar o mal. Todavia, tolera-o para não privar o homem do uso da sua liberdade. Mas a Sua justiça fará valer os seus direitos imprescritíveis e pedirá contas rigorosas a todos no momento oportuno: às nações e às famílias sempre neste mundo, porque para elas não existe eternidade; aos homens individualmente, quer nesta vida quer na outra. Entretanto, Deus quer servir-Se, para realizar os Seus desígnios, da malícia e dos pecados dos homens, tanto como das suas virtudes e boas obras. Deste modo, as próprias desordens produzidas pelos agentes humanos contribuem para a ordem que a Providência estabeleceu.

Da parte dos homens pode haver muito que seja censurável. Deus será o seu Juiz. Mas, da parte da Providência, «tudo é justo, tudo é sábio, tudo é reto e bom, tudo é orientado para um fim digno, tudo conduz a um resultado final sempre absolutamente e infinitamente amável. Nero foi um monstro; contudo, fez mártires. Diocleciano levou o furor da perseguição aos seus

extremos, mas preparou assim a reação e o triunfo de Constantino. Ário foi um demónio encarnado que quis despojar Jesus Cristo da Sua divindade; mas foi aos seus esforços ímpios que a Igreja ficou a dever as suas definições doutrinais sobre esta matéria. Os Bárbaros precipitaram-se sobre o mundo antigo e inundaram-no de sangue, mas deram origem a uma nova raça bem disposta para o Cristianismo. As Cruzadas pareceram um fracasso porque não conseguiram libertar Jerusalém; no entanto, serviram para salvar a Europa. A Revolução Francesa subverteu tudo, mas obrigou a sociedade, para se defender, a renovar a sua vida e o seu vigor.»

Na perseguição dos tempos presentes é evidente que Satanás foi solto e recebeu permissão para joeirar os justos. «Porque este triunfo dos ímpios? Porque esta aparente derrota da Igreja? Porque esta perversão das multidões? Porque estes governos que arruínam os povos? Porque esta cobardia, esta tibieza de pessoas tidas como religiosas? Porque, numa palavra, este domínio do mal sobre o bem?»

Porquê? Porque Deus respeita a nossa liberdade, condição indispensável tanto do mérito como do demérito. Deixa os homens seguir o seu caminho. Mas, quando julgar chegada a hora oportuna para confundir os pecadores, despertar os adormecidos, sacudir os tíbios e defender os justos, fará cair uma guerra universal sobre o mundo culpado.

O flagelo aparece: faz-se um silêncio impressionante; o clamor da política emudece; a fé renasce; as igrejas voltam a encher-se. Deus tinha sido esquecido. Agora recorda-se que Ele é o Senhor de todos os acontecimentos. Já não é possível deixar de o reconhecer. E os próprios homens que desencadearam a tempestade não sabem nem dirigi-la nem salvar-se da sua fúria. Contudo, embora Deus adie para o momento oportuno a plena manifestação da Sua justiça contra eles, serve-Se entretanto da previdência de uns e da imprevidência de outros, dos seus diversos engenhos mecânicos, dos seus planos habilmente concebidos, da sua coragem, das suas ações brilhantes, das suas faltas, da sua malícia e até dos seus crimes. Tudo aproveita para castigar as nações, as famílias e os indivíduos. Todavia, não manejará o flagelo mais do que o necessário para atingir os Seus desígnios. Está sempre pronto a depor a Sua ira logo que os culpados deem sinais de sincera conversão. Mas, se as boas disposições

despertadas pelos primeiros golpes desaparecerem, se os pecadores persistirem obstinadamente em fechar os olhos à luz e o coração ao arrependimento, deveremos admirar-nos de que a guerra se prolongue e talvez seja reforçada por muitos outros flagelos? Seria melhor deixar que as nações, perseverando no seu fatal esquecimento das leis divinas, continuassem a correr para o abismo e permitissem que almas imortais se precipitassem na perdição?

Mas como explicar tanta severidade num Deus infinitamente bom? O espanto perante a severidade dos castigos temporais de Deus só pode nascer da ignorância da maneira como os Seus direitos são desprezados e o Seu amor ofendido, da multidão das Suas graças e do excesso da nossa malícia, das alegrias de uma eternidade bem-aventurada e dos tormentos eternos do inferno. É precisamente porque é infinitamente bom que o nosso Pai celeste nos ama sem fraqueza e da maneira que é necessária para a nossa felicidade eterna. Toda a prosperidade terrena seria o mais cruel dos flagelos se tivesse por efeito adormecer as almas na indiferença e no esquecimento, e se o seu despertar só viesse a acontecer no fundo do abismo. Pelo contrário, as mais terríveis calamidades, ainda que se prolongassem durante muitos anos, são insignificantes quando comparadas com os tormentos sem fim; mais ainda, serão uma grande misericórdia da parte de Deus e uma grande felicidade para nós, se, suportando-as com paciência, conseguirmos desarmar a Sua justiça, escapar ao inferno e recuperar o direito ao Céu. Tal é o desígnio do nosso Pai celeste ao visitar-nos com os Seus castigos. Não gosta de fazer sofrer. Se O obrigamos a fazê-lo pelo esquecimento dos nossos deveres e dos nossos verdadeiros interesses, a culpa é exclusivamente nossa. E ainda maior é a nossa culpa se recusarmos submeter-nos à Sua correção. De resto, não se pode dizer que Ele seja precipitado em castigar. Para evitar a necessidade de o fazer, ameaça durante muito tempo e usa de tal paciência que os fracos se escandalizam e os maus blasfemam. Chegará, porém, o momento em que, como Governador Supremo, terá de restabelecer a ordem e, como Pai e Salvador das almas, conduzi-las de novo pelos caminhos da salvação mediante meios rigorosos, visto que a sua malícia tornou ineficazes os meios mais suaves.

Os flagelos de Deus são, para uns, provações; para outros, castigos; mas trazem a toda a alma de boa vontade a graça de um renascimento espiritual.

Feliz daquele que sabe compreendê-los e tirar deles proveito! «Essas desgraças», escreve Caussade, «são para muitos outros tantos meios de predestinação. É verdade que, para alguns, podem tornar-se ocasião de ruína. Mas isso acontecerá apenas por culpa própria, e pela mais grave das culpas. Pois que poderá haver de mais razoável e, de certo modo, mais fácil do que fazer da necessidade uma virtude? Porque haveríamos de resistir, inutilmente e de modo culpável, à mão paternal de Deus, que só castiga para desprender o nosso coração dos miseráveis bens deste mundo? A Sua ira nasce da misericórdia. Fere-nos apenas para nos afastar do pecado e nos salvar. Como um sábio cirurgião, corta a carne gangrenada até ao vivo para conservar a vida e a saúde do resto do corpo.»

Que devemos fazer quando nos vemos rodeados de calamidades? Antes de tudo, devemos «humilhar-nos sob a poderosa mão de Deus» (1 Ped. 5, 6) e abandonar-nos à Sua Providência com submissão filial, na íntima certeza de que é o nosso Pai celeste quem tudo dispôs, de que os Seus desígnios, embora impenetráveis, têm por princípio o amor das almas e de que Ele saberá tirar o bem até dos acontecimentos mais desconcertantes. Quanto ao que nos diz respeito pessoalmente, lembremo-nos de que estamos nas mãos da Sabedoria omnipotente. Se Ele quiser salvar-nos, tanto Lhe é fácil fazê-lo quando estamos cercados de perigos de toda a espécie como quando nenhum perigo nos ameaça; e, se for Sua vontade provar-nos, bendito seja para sempre o Seu santo Nome!

Em segundo lugar, devemos cumprir o mais perfeitamente possível todos os nossos deveres particulares e dedicar-nos com zelo ao bem comum, segundo os tempos, as circunstâncias e na medida em que a nossa situação o permita. «Quando uma tempestade rebenta no mar, é uma tempestade. O marinheiro resigna-se ao inevitável e põe-se ao trabalho. Imitemos o seu exemplo. Não participemos na agitação das vagas revoltas que nos açoitam; agarremo-nos firmemente ao rochedo da Providência, exclamando: Meu Deus, eu Vos adoro! Eu Vos louvo! Aceito esta provação das Vossas mãos; suporto a tempestade e conservo a minha alma em paz.»

Em terceiro lugar, devemos rezar, rezar muitas vezes, rezar sem cessar. Devemos pedir, procurar, bater, suplicar, importunar o Senhor para que ponha rapidamente termo à calamidade, se assim for do Seu beneplácito;

mas devemos pedir, sem qualquer condição, que o menor número possível de almas pereça no meio desta perturbação, que as multidões regressem a Ele com o coração contrito e humilhado, que o número dos santos aumente, que a Igreja seja mais fielmente obedecida e que a Divina Majestade seja menos ofendida. E, uma vez que «a oração é particularmente eficaz quando acompanhada do jejum, e a esmola faz alcançar misericórdia» (Tob. 12, 8-9), o tempo das calamidades é o mais oportuno para renovarmos a fidelidade a estes deveres cristãos e acrescentarmos aos sacrifícios obrigatórios algumas mortificações voluntárias, a fim de aplacar a justa ira do Céu. Porque as calamidades públicas são, em geral, castigos do pecado, e a sua universalidade e gravidade são proporcionais à torrente de iniquidades que provocou a ira divina. A melhor coisa que podemos fazer, portanto, é trabalhar com maior zelo pela nossa própria santificação e oferecer ao nosso Senhor ofendido, ao nosso Pai desonrado, um amor e uma fidelidade redobrados da nossa parte, bem como um generoso tributo de reparação e satisfação pelos nossos familiares, pelos que nos são queridos e por todo o mundo culpado.

II.— Devemos seguir praticamente a mesma linha de conduta quando a calamidade recai sobre nós, sobre as nossas famílias ou sobre as nossas comunidades. Devemos procurar reconhecer nela a mão de Deus e ver Deus paternalmente ocupado com os interesses da nossa alma. A morte de um amigo muito querido parece-me um desastre. Mas talvez, se esse amigo tivesse vivido mais tempo, morresse em estado de pecado. Talvez deva trinta ou quarenta anos de vida precisamente à doença que suportei com tão pouca paciência. Talvez a salvação eterna da minha alma tenha dependido da humilhação que me custou tantas lágrimas. Talvez me tivesse perdido espiritualmente se não tivesse perdido aquele dinheiro. Porque nos queixamos, então? O próprio Deus tomou sobre Si o cuidado de nos conduzir ao nosso destino, e nós continuamos cheios de inquietação! Ah! Se compreendêssemos melhor os Seus amorosos desígnios a nosso respeito, bendizê-Lo-íamos até quando parece tratar-nos com severidade. Um tal abandono filial multiplicaria os nossos méritos, estabeleceria a paz nas nossas almas, tocaria o coração do nosso Pai celeste e seria muitas vezes o melhor meio para alcançar até o êxito temporal.

Quando, nos primeiros tempos da *Visitação*, Santa Joana Francisca de Chantal adoeceu tão gravemente que a sua morte parecia inevitável, foi essa uma dura provação para o santo Bispo de Genebra. Estava convencido de que aquele Instituto era querido por Deus e destinado a tornar-se uma fonte abundantíssima de bens espirituais; mas via claramente que, se a pastora morresse, o rebanho se dispersaria. Apesar disso, teve a coragem de dizer: «Deus quer que nos contentemos por termos dado o primeiro passo, porque sabe que não temos forças para percorrer todo o caminho.» O Senhor, porém, apenas esperava esse acto de abandono. Restituiu imediatamente a saúde à santa fundadora e conservou-a cheia de vigor durante muitos anos.

Dificuldades extremas nos começos, escassez de vocações, mortes, apostasias, cismas, rebeliões, pobreza levada até à indigência, perseguições exteriores e contrariedades vindas das próprias autoridades: nenhuma espécie de sofrimento foi poupada a Santo Afonso Maria de Ligório no estabelecimento da sua Congregação. No meio das mais violentas tempestades, rezava, fazia tudo quanto humanamente lhe era possível e nada desejava senão a vontade de Deus. Ora, Deus queria fazer do santo fundador um modelo perfeito e do seu Instituto um viveiro de santos. Não era, pois, conveniente que o pai de tão ilustre descendência se parecesse com o Divino Redentor, sendo pobre, humilhado e perseguido?

Uma das nossas maiores provações é a perda daqueles que nos são mais queridos. Após a morte da sua mãe, o santo Bispo de Genebra escreveu a Santa Joana Francisca de Chantal: «Não deveríamos adorar sempre e em tudo esta Providência suprema, cujas disposições são sempre santas, boas e dignas de amor? Aprouve-Lhe agora retirar deste mundo miserável a minha caríssima mãe para, como firmemente espero, a colocar no Paraíso à direita de Deus. Reconheçamos que o Senhor é bom e eterna é a Sua misericórdia. A Sua vontade é sempre justa, os Seus decretos são equitativos, o Seu beneplácito é santo e as Suas disposições são infinitamente dignas de amor.» Sendo um filho extremamente afetuoso, esta perda causou-lhe uma dor muito profunda, mas tranquila. Não ousava manifestar o menor descontentamento, nem sequer uma queixa, porque sabia que Deus era o autor daquela aflição.

Quando morreu a sua irmã, escreveu a Santa Joana Francisca de Chantal, profundamente consternada por essa perda: «Não basta deixar que Deus nos fira; é preciso deixá-Lo ferir-nos onde Lhe aprouver. Devemos deixar-Lhe essa escolha, porque é Seu direito. [...] Senhor Jesus, faça-se a Vossa vontade acerca do pai, da mãe e da filha, sempre e em tudo, sem reservas, sem "ses", sem "mas", sem exceções nem limitações. Repare que não digo que não devamos suspirar e rezar pela conservação daqueles que amamos. Mas dizer a Deus: "Senhor, deixai este e levai aquele", isso, minha filha, nunca o devemos fazer. [...] Tendes quatro filhos, um sogro, um irmão muito querido e, além disso, um pai espiritual. Todos vos são muito queridos, e com razão, porque essa é a vontade de Deus. Ora, suponhamos que o Senhor vos privasse de todos eles; não vos bastaria ainda possuí-Lo a Ele? Não é Ele tudo para vós? Ainda que nada possuíssemos além de Deus, não nos bastaria Ele plenamente?» Além disso, que é a morte senão uma breve separação? O essencial é assegurar, por uma vida virtuosa, uma boa morte e uma reunião eterna na casa do nosso Pai celeste. E certamente Deus conhece melhor do que ninguém o momento e o modo mais favoráveis para a partida, tanto nossa como dos nossos entes queridos.

«É uma fraqueza desculpável», escreve Santo Afonso, «derramar lágrimas pela morte de um parente ou amigo querido. Mas abandonar-se à violência da dor é faltar à virtude e faltar ao amor de Deus. Os bons religiosos estão longe de ser insensíveis à perda dos seus parentes e amigos muito amados. Mas, quando uma desgraça dessas acontece, dizem: "Assim o quis Deus." Depois vão, resignados e tranquilos, rezar pelas almas daqueles que lhes eram queridos. Multiplicam as orações e as Comunhões para se unirem mais intimamente a Deus e consolarem-se com a piedosa esperança de um dia se reunirem aos seus amigos falecidos na glória do Céu.»

São Bernardo perdeu pela morte o Beato Geraldo, um dos seus irmãos, e chorou-o nesta espontânea e admirável elegia:

«Até quando dissimularei? Até quando procurarei esconder dentro de mim o fogo que consome o meu coração despedaçado e devora as minhas próprias entranhas? Uma chama secreta alastra tanto mais livremente quanto mais cruelmente me atormenta. Que tenho eu agora a ver com este

Cântico de amor, eu que me encontro submerso num oceano de amargura? A violência da minha dor desvia-me o espírito, e a ira do Senhor secou a minha alma. “O meu coração abandonou-me”, porque partiu aquele que, de algum modo, me deixava livre para a contemplação divina. Fiz, contudo, violência aos meus sentimentos. Esforcei-me por ocultar a minha dor até agora, receando que parecesse que a fé sucumbira ao afeto natural. Assim, enquanto todos choravam, apenas eu, de olhos secos, acompanhei o doloroso féretro, como vós mesmos podeis testemunhar. De olhos enxutos permaneci junto ao túmulo até que terminaram os últimos ritos fúnebres. Revestido das vestes sacerdotais, pronunciei eu próprio as orações habituais sobre os seus despojos. Com as minhas próprias mãos lancei, segundo o nosso costume, a terra sobre o corpo do meu amado Geraldo, que em breve também ele se transformaria em pó. Os que me observavam choravam e admiravam-se de que eu não chorasse, embora ele fosse menos digno da compaixão universal do que eu, que ficava privado dele. Porque seria necessário que o meu coração fosse mais duro do que o ferro para não se derreter ao ver-me sobreviver a Geraldo.

»A sua morte foi uma desgraça comum a todos, mas esta parecia nada em comparação com a perda pessoal que eu sofria. Procurei resistir à minha dor com toda a força que a fé me podia dar, esforçando-me por reprimir até esses movimentos involuntários, embora vãos, provocados por aquilo que, afinal, não passa do nosso destino natural, da dívida da nossa mortalidade, da necessidade da nossa condição, da disposição do Todo-Poderoso, do juízo do Justo e do castigo do Deus terrível. Tais reflexões levaram-me então, e ainda agora, a conter-me para não chorar em excesso, enquanto interiormente permanecia profundamente triste e aflito. Porque, embora pudesse dominar as lágrimas, não tinha o mesmo poder sobre a minha dor; e, como está escrito, “Perturbei-me e calei-me”. Mas a dor encerrada em si mesma lança raízes ainda mais profundas e torna-se, ao que penso, tanto mais amarga quanto mais lhe é recusado qualquer desabafo. Meus irmãos, tenho de confessar-me vencido. É preciso agora dar livre curso à angústia que me devora por dentro. Tenho de expor a minha aflição aos olhos dos meus filhos, para que, conhecendo a sua grandeza, julguem com mais benevolência a minha dor e me consolem com maior ternura.»

«Bem sabeis, meus filhos, bem sabeis quão fundada é a minha dor, quão digna de lágrimas é a perda que sofri. Sabeis que fiel companheiro me foi arrebatado “no caminho por onde eu andava”. Sabeis com que dedicação cumpria o seu dever, com que diligência trabalhava, com que doçura e amabilidade tratava todos. Quem me era tão indispensável? Quem me amava tanto? Era meu irmão segundo o sangue, mas ainda mais segundo a profissão religiosa. Ah! Tende compaixão de mim, vós que conheceis todas estas coisas. Eu era fraco de corpo, e ele sustentava-me. Eu era tímido, e ele encorajava-me. Eu era preguiçoso e negligente, e ele estimulava-me. Eu era imprevidente e esquecido, e ele advertia-me. Ah! Para onde foste levado, arrancado dos meus braços, homem de um só coração comigo, “homem segundo o meu coração”? Amámo-nos durante a vida; como é possível que a morte nos tenha separado? Ó separação tão cruel, que só a morte teve poder para realizar! Pois quando, em vida, me abandonarias tu assim? Sim, é manifestamente obra da morte esta dolorosíssima separação. Que outra coisa, senão a morte, inimiga de tudo o que é doce, teria ousado romper o vínculo tão suave do nosso amor mútuo?

»Muito melhor teria sido para mim perder a vida do que perder a tua companhia, ó meu irmão, que eras o mais zeloso animador dos meus trabalhos no Senhor, o meu fiel colaborador e o meu prudente conselheiro. Porque razão, pergunto eu, estivemos tão estreitamente unidos pelo amor fraterno? Ou, estando tão unidos, porque fomos tão cruelmente separados? Ó destino tristíssimo! Mas quem merece compaixão sou eu, não tu. Porque tu, doce irmão, se foste separado dos teus mais queridos, agora estás unido a outros ainda mais queridos. Mas que consolação resta a mim, infeliz, depois de te perder, a ti que eras a minha única consolação? A convivência corporal era para ambos motivo de alegria, pela conformidade dos nossos sentimentos e das nossas vontades; mas da separação só eu sofro. A alegria era comum; a tristeza e a dor ficaram apenas para mim. «A ira caiu sobre mim; pesa sobre mim a sua força.» Doce era a presença de um para o outro, doce a nossa convivência, doce o trato de todos os dias. Mas, enquanto eu perdi a felicidade de ambos, tu apenas a trocaste por outra melhor.

»Correi agora, correi, minhas lágrimas, pois partiu aquele cuja presença até agora vos impedia de correr, afastando a causa delas. Abri-vos, fontes da minha infeliz cabeça, e derramai-vos em rios de água; talvez assim possais

lavar a mancha dos meus pecados, pelos quais atraí sobre mim a justa ira do Céu. Quando as minhas lágrimas tiverem aplacado e consolado o Senhor, talvez então mereça que também Ele me conceda alguma consolação. Mas fá-lo-á apenas se eu não deixar de chorar, porque foi somente aos que choram que prometeu consolação. Sede, pois, indulgentes para comigo, vós todos os que sois santos, e vós que sois espirituais suportai a minha lamentação com espírito de mansidão. Julgue-se a minha dor mais pelo afeto natural do que pelo costume.

»A minha alma estava unida à dele. Éramos dois feitos um só, menos pelos laços do sangue do que pela identidade de sentimentos. Unidos pelo vínculo da consanguinidade, estávamos ainda mais estreitamente unidos pela afinidade espiritual, pela conformidade das nossas inteligências e pela harmonia das nossas vontades. Sendo assim «um só coração e uma só alma», a espada da morte trespassou esta alma comum a ambos, dividiu-a em duas partes, colocou uma no Céu e deixou a outra prostrada no lodo da terra. Eu, caríssimos irmãos, sou essa parte infeliz, caída por terra, privada de metade de mim mesmo, precisamente da melhor metade. E quereis agora dizer-me: «Não chores»? Arrancaram-me as próprias entranhas, e dir-me-eis que não devo sentir dor? Pois sinto-a, sim; sinto-a profundamente, porque «a minha força não é a força das pedras, nem a minha carne é de bronze». Sofro verdadeiramente, estou atormentado, «e a minha dor está continuamente diante de mim». Certamente, Aquele que empunha o flagelo não me poderá censurar de dureza e insensibilidade, como censurou aqueles de quem o Profeta dizia: «Feriste-os e não sentiram dor.» Confessei a minha tristeza e não a escondi. Chamai-lhe, se quiserdes, dor carnal. Não nego que seja humana, como também não nego que sou homem. Se isto não vos basta, concedo até que seja carnal, porque «sou carnal, vendido ao pecado», destinado à morte, sujeito aos sofrimentos e às tristezas. Não sou, reconheço-o, insensível à dor. O pensamento da morte, quando me ameaça a mim ou aos meus, faz-me estremecer de horror. E Geraldo era meu, verdadeiramente meu. Como poderia deixar de o ser, sendo meu irmão segundo o sangue, meu filho na religião, meu pai na solicitude, meu companheiro de espírito e o amigo do meu coração? Agora abandonou-me, e sinto-me como um homem ferido, sim, ferido até à morte.

»Perdoai-me, meus filhos. Antes, porque sois meus filhos, compadecei-vos da aflição do vosso pobre pai. Tende piedade de mim, tende piedade de mim, ao menos vós, meus amigos, que sabeis quão pesadamente a mão do Senhor caiu sobre mim por causa das minhas faltas. Com a vara da Sua indignação feriu-me, justamente, segundo os meus merecimentos, mas severamente, considerando a minha fraqueza. Ninguém que compreenda o que Geraldo era para mim dirá que é castigo leve ser condenado a viver sem ele. Contudo, «não contradirei as palavras do Santo». Não censuro o juízo pelo qual cada um de nós recebeu aquilo que merecia: ele, a coroa; eu, a cruz. Ou dir-se-á que resisto ao juízo apenas porque sinto a dor? Mas sentir o golpe do açoite não é o mesmo que revoltar-se contra a autoridade; uma coisa é própria da condição humana, a outra é impiedade.

»Posso certamente chorar de dor, assim como Jesus chorou por compaixão. Diante do túmulo de Lázaro, não censurou os que choravam nem lhes ordenou que deixassem de o fazer; pelo contrário, uniu as Suas lágrimas às deles. «E Jesus chorou», diz o Evangelista. Essas lágrimas, certamente, não revelavam falta de confiança, mas apenas testemunhavam a realidade da Sua natureza humana. Logo a seguir chamou o morto à vida, para mostrar que a fé nada perde por causa da dor do afeto.

»Assim também o meu choro não é sinal de fraqueza na fé, mas apenas expressão da minha condição humana. O facto de gritar de dor ao sentir o golpe não significa que censure Aquele que me fere. Apenas apelo à Sua compaixão e procuro, quanto posso, suavizar a Sua severidade. Por isso, embora as minhas palavras estejam cheias de tristeza, estão livres de qualquer murmuração. Não reconheci eu já a perfeição da Sua justiça, Aquele que, por uma única sentença, concedeu a Geraldo a recompensa e a mim o castigo correspondentes aos nossos méritos? E, apesar disso, continuo a dizer que o «Senhor, doce e justo», fez bem a ambos. «Cantarei a Vós, Senhor, a misericórdia e a justiça.» Que a misericórdia que mostrastes ao vosso servo Geraldo Vos louve. E que também Vos louve a justiça sob a qual eu agora gemo. Num caso sereis louvado pela vossa bondade; no outro, pela vossa justiça. Ou será que só a bondade merece louvor? Não; também a justiça. «Vós sois justo, Senhor, e reto é o vosso juízo.» Vós destes Geraldo, Vós o tirastes; e, embora lamentemos a sua partida, não esquecemos que ele nos fora apenas emprestado. Assim, damos graças por

termos sido considerados dignos de o possuir, ainda que por breve tempo. E a relutância com que o perdemos é proporcional à necessidade que dele tínhamos.»

«Mas sou agora obrigado a pôr termo às minhas palavras pelo correr das minhas lágrimas. Vós, Senhor, suplico-Vos, ponde também fim e medida a elas.»

ARTIGO III. Riqueza e pobreza

«Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o reino dos Céus» (Mt 5, 3). «Miseráveis, portanto, são os ricos em espírito», acrescenta São Francisco de Sales, «porque deles são os tormentos do inferno. É rico em espírito quem tem as suas riquezas no espírito, ou o seu espírito nas riquezas. E, por conseguinte, pobre em espírito é aquele que não tem nem as riquezas no espírito nem o espírito nas riquezas. Os alcíones constroem os seus ninhos à beira-mar, em forma de esfera. Deixam na parte superior uma pequena abertura, mas tornam-nos de tal modo sólidos e impenetráveis que, mesmo quando apanhados pelas ondas, nunca deixam entrar água; flutuam sempre em segurança à superfície, permanecendo no mar e sobre o mar, mas senhores do mar. Assim, minha querida Filoteia, deve ser o teu coração: aberto apenas do lado do Céu e impenetravelmente fechado a todo o apego às riquezas e às coisas terrenas. Se vieres a possuir riquezas, conserva o teu coração livre de qualquer afeição por elas; mantém-no elevado acima delas, para que, no meio das riquezas, esteja sem riquezas e seja senhor das suas riquezas. Não, nunca enterres o teu espírito imortal nos bens da terra. Que ele se eleve acima deles; que não esteja neles, mas sobre eles.»

O Santo fala aqui da pobreza de afeição. Esta comporta uma infinidade de graus, desde a simples resignação na indigência ou o desprendimento na posse, até ao amor apaixonado de São Francisco de Assis pela Senhora Pobreza. Quando levada a um elevado grau de perfeição, é a bem-aventurança louvada por Nosso Senhor. Devemos pedir sem reservas esta pobreza de afeição e procurá-la assiduamente, quer possuamos efetivamente riquezas quer não. É um objetivo que somos obrigados a alcançar. Pois, segundo a justa observação de São Bernardo, «não é a pobreza que constitui

a virtude, mas o amor da pobreza». Pelo contrário, a riqueza e a pobreza efetivas constituem um dos principais objetos do santo abandono.

Sem um certo conjunto de bens temporais, um mosteiro não poderia existir, prosseguir as suas boas obras, nem prover moderadamente ao futuro. Quando os bens materiais se encontram em situação satisfatória, o espírito fica menos oprimido por preocupações e pode dedicar-se mais livremente às coisas espirituais. Se Deus nos constituiu administradores e dispenseiros dos Seus bens, poderemos exercer um apostolado fecundo, porque, socorrendo o próximo nas suas necessidades corporais, teremos ocasião de conquistar a sua alma para a graça. Ao mesmo tempo, teremos a alegria de tornar os outros felizes, pois «há mais felicidade em dar do que em receber» (At 20, 35). São Francisco de Sales tinha, pois, razão ao dizer, neste sentido, que «ser rico de facto e pobre de afeição é o grande privilégio do cristão, porque assim pode possuir as vantagens da riqueza para esta vida e o mérito da pobreza para a vida futura».[10]

Mas, segundo o ensinamento de São Boaventura, «a abundância dos bens temporais é uma espécie de visco que prende a alma e impede o seu voo para Deus».[11] É bem verdade, pois expõe os religiosos ao perigo de se ocuparem com excessiva solicitude das coisas terrenas, de lhes prenderem o coração, de afrouxarem mais ou menos a austeridade da vida, de procurarem comodidades corporais e de perderem o fervor do seu amor a Deus. Nos leigos, traz tentações ainda mais terríveis, porque o dinheiro facilita uma vida mundana e dissipada. A riqueza gera facilmente estima de si mesmo, desejo de honras, orgulho e ambição. Em suma, está escrito que o amor das riquezas é a raiz de todos os males e que será extremamente difícil aos ricos entrar no reino dos Céus; pelo menos, àqueles que são ricos apenas para si mesmos e não segundo Deus, e sobretudo àquele que todos os dias vive regaladamente enquanto Lázaro passa fome à sua porta.

Por outro lado, a indigência, sobrecarregando necessariamente o espírito com cuidados e preocupações, não nos deixa livres para nos entregarmos inteiramente a Deus. Expõe os fracos na fé ao perigo do desânimo, da murmuração e até da revolta. E, se for prolongada e extrema, tornará a existência quase impossível.

Entre a abundância e a indigência existe um meio-termo que o Apóstolo considerava uma grande riqueza, isto é, a piedade acompanhada do necessário para sustentar a vida, ou essa moderação dos desejos que se contenta com alimento e vestuário.

Alguém falou a São Francisco de Sales da pobreza da sua diocese. «Mas, afinal», respondeu o santo Bispo, «enquanto tivermos o suficiente para nos alimentarmos e vestirmos dignamente, não deveremos estar satisfeitos? Tudo o que ultrapassa essas necessidades é mau, supérfluo e causa de preocupações. Os que possuem rendimentos maiores têm também de sustentar casas mais numerosas. Não é, pois, para si mesmos que possuem esses bens, mas para os seus servidores, que muitas vezes, sem nada fazer para ganhar o sustento, devoram o património do Crucificado. Quem dispõe de menos recursos tem também menos contas a prestar e menos inquietações para decidir como os empregar, pois o Rei da Glória quer ser servido e honrado com prudência. Os bispos de grandes rendimentos distribuem por vezes tanto que, no fim do ano, não possuem mais do que eu e talvez até tenham contraído dívidas. Quanto a mim, considero-me extremamente rico quando não devo nada a ninguém. Além disso, a minha diocese vale para mim tanto como o arcebispado de Toledo, porque me pode valer o Céu ou o inferno.»[12]

O mesmo santo Doutor acrescenta ainda: «Devemos viver neste mundo como se o nosso espírito estivesse no paraíso e o nosso corpo no túmulo. A nossa verdadeira felicidade, nesta vida, consiste em nos contentarmos com o mínimo suficiente. Quem não amaria a pobreza, que Nosso Senhor tanto amou e da qual fez a Sua fiel companheira durante toda a vida? Para aprender a contentarmo-nos com pouco, basta considerar aqueles cuja pobreza é maior do que a nossa, pois somos pobres apenas relativamente. Se não desejarmos mais do que o necessário, dificilmente seremos verdadeiramente pobres; mas, se quisermos possuir tudo o que a paixão cobiça, nunca seremos ricos. Portanto, o segredo para enriquecer depressa e com pouco esforço consiste em moderar os nossos desejos: devemos imitar o escultor, que realiza a sua obra por subtração, e não o pintor, que procede por adição.»

Por conseguinte, devemos exercitar-nos no santo abandono. Porque, por um lado, para evitar a indigência e alcançar uma situação suficiente, o trabalho árduo, o espírito de ordem e de economia, e até a própria virtude, não bastam; Deus continua sempre Senhor dos Seus dons: concede-os ou recusa-os segundo o Seu beneplácito. Por outro lado, será que nos santificaríamos na indigência ou faríamos bom uso da riqueza? Não o podemos saber. Só Deus vê o futuro. O caminho mais prudente é, pois, deixarmo-nos inteiramente nas Suas mãos, rezando com o Sábio: «Senhor, não me deis nem riqueza nem pobreza; concedei-me apenas o necessário para viver, para que, saciado, não seja tentado a negar-Vos, dizendo: "Quem é o Senhor?"; ou, compelido pela pobreza, não venha a roubar» (Pr 30, 8-9).

Quer Deus nos conceda riquezas, apenas o suficiente ou mesmo a pobreza, haverá sempre uma combinação entre o Seu beneplácito e a Sua vontade significada. Por conseguinte, temos a obrigação de unir a obediência ao abandono.

Se Deus nos concedeu abundantemente bens temporais, devemos observar com grande cuidado o preceito do Apóstolo dirigido aos ricos deste mundo. Isto é, não devemos ensoberbecer-nos nem colocar a nossa confiança em riquezas incertas; devemos socorrer de boa vontade os necessitados e partilhar os nossos bens com os menos favorecidos; e devemos esforçar-nos por acumular tesouros de boas obras, a fim de lançar um sólido fundamento para o futuro, para alcançarmos a verdadeira vida (cf. 1 Tim. 6, 17-19).

Entretanto, procuremos, segundo o conselho de São Francisco de Sales, «abraçar ao mesmo tempo, com o coração, a riqueza e a pobreza; ter uma grande solicitude e, ao mesmo tempo, um grande desprezo pelas coisas temporais»: uma solicitude maior do que a daqueles que vivem para o mundo em relação aos seus bens, porque eles trabalham para si, enquanto nós trabalhamos para Deus; mas uma solicitude suave, pacífica e tranquila, como o sentimento do dever de onde procede. Deus quer que procedamos deste modo por amor a Ele. A esta solicitude devemos unir o desprezo dos bens terrenos. Para impedir que a nossa solicitude degenere em avareza, devemos guardar-nos dos desejos contínuos, ardentes e inquietos pelos bens que ainda não possuímos; de nos preocuparmos tanto com aqueles que já

possuímos que ocupem excessivamente os nossos pensamentos e afetos e nos atormentem com o receio de os perder; e ainda de uma aflição desmedida quando deles somos privados.

«Quando sobrevêm acontecimentos que nos empobrecem, em maior ou menor grau, como tempestades, incêndios, inundações, secas, roubos, processos judiciais, etc., então é chegado o momento de praticar a pobreza, aceitando com doçura essa diminuição dos nossos bens e adaptando-nos com paciência e constância às novas circunstâncias resultantes de termos menos meios de subsistência. E, por muito rico que alguém seja, é fácil encontrar-se frequentemente privado de alguma coisa. Minha querida Filoteia, conserva a paz da tua alma quando tais acontecimentos sucederem; aceita-os corajosamente e suporta-os com alegria. Se, durante uma doença, te faltarem os medicamentos necessários, ou o lume no rigor do inverno, ou até o alimento e o vestuário, diz: "Meu Deus, Vós sois tudo para mim", e permanece em paz.»[13]

«Se desejas ser verdadeiramente pobre, sê pobre também em espírito; transforma a necessidade em virtude e tira o maior proveito possível desta pedra preciosa que é a pobreza. Embora o seu brilho não seja visível neste mundo, ela é, contudo, extremamente rica e bela. Tem paciência: estás em boa companhia. Nosso Senhor, Nossa Senhora, os Apóstolos e todos os Santos foram pobres. E, embora pudessem ter adquirido riquezas, desprezaram-nas... Abraça, pois, a pobreza como a amiga bem-amada de Jesus Cristo. Ele nasceu na pobreza, viveu na pobreza, morreu na pobreza e conservou-a sempre junto de Si como fiel companheira durante toda a Sua vida.»

Quando a Bem-aventurada Maria Madalena Postel se viu obrigada, juntamente com a sua pequena comunidade, a viver num estábulo, ficou transportada de santa alegria. «Oh, sim, minhas filhas», exclamou ela, «estou verdadeiramente feliz. Agora somos mais semelhantes a Nosso Senhor, que, ao nascer, não recebeu hospitalidade num palácio real nem numa sumptuosa mansão, mas na pobre manjedoura de Belém.» Mais tarde dizia ainda: «Temo as riquezas para as comunidades. Não desejemos mais do que o estritamente necessário, e até isso devemos adquiri-lo com o trabalho das nossas mãos. Trabalhai como se quisésseis tornar-vos ricos,

mas rezai e desejai permanecer na vossa pobreza. A pobreza e a humildade devem ser o fundamento do Instituto que Deus me chamou a fundar. E o dia em que ele perder o espírito de pobreza será o dia da sua ruína.»

São José é um admirável modelo de abandono na pobreza. «Deus quis que ele permanecesse sempre pobre, e essa é uma das maiores provações que podem sobrevir ao homem. Mas o Santo submeteu-se a ela com amor durante toda a sua vida. E a sua pobreza era uma pobreza desprezada, humilhada e desprovida de tudo. A pobreza voluntária que os religiosos professam é muito amável, porque não lhes proíbe o uso do necessário; apenas os priva do supérfluo. Mas a pobreza de São José, de Nosso Senhor e de Nossa Senhora era algo muito diferente. Embora fosse voluntária, no sentido de que o santo Carpinteiro a amava profundamente, era também uma pobreza humilhante, desprezada e desconsiderada. Todos os seus vizinhos viam o Santo como um pobre artesão, que certamente não podia impedir que a sua pequena Família sofresse frequentemente a falta do necessário, apesar de trabalhar com todas as forças e com amor incomparável para a sustentar. Mas, depois de fazer tudo quanto podia, submetia-se humildemente à vontade de Deus, perseverando na sua pobreza e humilhação, sem se deixar vencer nem perturbar pelo desgosto interior, que sem dúvida o assaltava frequentemente.»

«Por isso, minha querida Filoteia, não te queixes da tua pobreza, se desejas imitar estes gloriosos exemplos. Só nos queixamos daquilo que nos desagrada. Ora, se a pobreza te desagrada, já não és pobre, mas rica em espírito. E não desanimes se não fores socorrida conforme desejarias: querer ser pobre e, ao mesmo tempo, não querer suportar os incómodos da pobreza, que é isso senão desejar simultaneamente a honra da pobreza e as vantagens da riqueza?»

ARTIGO IV. A casa e a comunidade

I. — O religioso apega-se ao seu mosteiro como um filho à casa dos seus pais. Enquanto este afeto permanecer submisso ao beneplácito divino, nada há de mais legítimo nem mais digno de louvor. O mosteiro é «um jardim fechado» onde Deus nos abriga dos perigos do mundo e Se digna

viver connosco numa intimidade deliciosa. Se ainda não é o paraíso, também não é o Egito. É antes a Terra Prometida, onde correm leite e mel.

O religioso encontra-se sempre sob o mesmo teto que Nosso Senhor e passa, a poucos passos do Seu tabernáculo, várias horas de cada dia, tão doces quanto santas, celebrando ou assistindo aos Santos Mistérios, cantando os louvores de Deus, alimentando a sua alma com o sólido alimento da oração ou da leitura espiritual. É ali que somos iniciados nas observâncias monásticas, formados para a vida interior e exercitados nos combates da santidade. Graças à Regra e à firmeza dos superiores, que nos sustentam, e ao exemplo dos irmãos, que nos ajudam no caminho, foi-nos possível apressar os nossos passos e fazer algum pequeno progresso na senda da perfeição.

Estas moradas benditas, tão frequentemente visitadas pela abundância da graça de Deus, foram testemunhas felizes das nossas alegrias mais santas, dos nossos combates e das nossas provações. Foi ali que prometemos viver e morrer. É dali que as nossas almas esperam levantar voo para o Céu, enquanto os nossos corpos, companheiros dos seus trabalhos, repousarão junto dos ossos dos nossos pais, aguardando em paz uma gloriosa ressurreição.

Contudo, este apego ao nosso mosteiro, por mais legítimo que seja, deve permanecer subordinado ao beneplácito divino. Porque Deus continua sempre a ser o Supremo Árbitro dos nossos destinos. Pode dispor de nós por meio da obediência, ou permitir que a malícia dos perseguidores prevaleça sobre nós.

Sem dúvida, devemos fazer tudo o que depende de nós para conservar a estabilidade que professámos por voto. Mas, se aprouver a Deus exilar-nos do nosso querido mosteiro, não será Ele o Senhor, infinitamente sábio e bom? Não devemos reconhecer, também aqui como em toda a parte, a mão da Divina Providência a dirigir as ações dos homens? E, por conseguinte, ousaremos resistir à Sua vontade soberana, em vez de nos submetermos a ela com amorosa confiança?

Esta terra é apenas um lugar de passagem na nossa peregrinação; o Céu é a cidade que procuramos, a nossa pátria permanente. O essencial para nós

é chegar a essa pátria; mas chegar lá vindo do exílio ou da terra natal é coisa de pouca importância. Enquanto Deus quiser que permaneçamos no nosso mosteiro, aí está para nós o caminho do paraíso, um caminho incomparável. Mas, se a Providência nos enviar para outro lugar, onde quer que Ela Se digne colocar-nos, será aí doravante a nossa esperança de salvação, porque é pela obediência que devemos entrar no reino dos Céus.

Há, contudo, algo infinitamente preferível às paredes protetoras do nosso mosteiro: é a vida religiosa que nele levamos. E, se for necessário resignarmo-nos ao exílio para conservar essa vida, bendigamos a Deus, que, mesmo a esse preço, quer manter-nos na posse de tão grande bem. Afinal, seria esse um sacrifício verdadeiramente heroico? Se tivermos a certeza de encontrar no exílio as mesmas observâncias, a mesma comunidade e os mesmos superiores que tínhamos no nosso mosteiro de origem, seremos muito menos dignos de compaixão do que tantos outros religiosos que, em terra estrangeira, já não podem dedicar-se às suas ocupações e exercícios habituais; e sobretudo do que tantos outros que são obrigados a regressar ao mundo, perdendo assim todas as preciosas vantagens da vida religiosa.

Para nós, monges formados para a vida de clausura, esta seria a maior de todas as desgraças. Faríamos até o impossível para a evitar. Mas, quando é a obediência que dispõe de nós, segundo o costume da nossa Ordem, enviando-nos para fundar uma nova casa, um refúgio, etc., o religioso fervoroso olha apenas para Deus e para a sua alma e inclina-se corajosamente diante do beneplácito divino. A não ser que a consciência lho imponha como dever, evitará até fazer representações respeitosas e filiais. Logo que Deus falou pela boca do superior, submete-se com confiança e sem hesitação, sem outro pensamento senão o de proceder como verdadeiro filho da obediência e tirar do seu sacrifício o maior proveito possível para o seu progresso espiritual.

II. — No claustro estamos rodeados dos melhores companheiros, escolhidos entre milhares e dezenas de milhares. Uma comunidade religiosa é uma família unida em Jesus Cristo, onde todos procuram superar-se mutuamente no desprezo do mundo, no amor à santa Regra e no zelo pela glória de Deus e pela santificação das suas almas. Cada novo dia nos faz compreender mais claramente como é bom e agradável que os irmãos

vivam unidos na concórdia. Nunca poderemos agradecer suficientemente ao Senhor por nos ter chamado à vida religiosa. Nunca poderemos retribuir às nossas comunidades tudo o que fizeram por nós.

E, contudo, ainda que todos os nossos companheiros fossem santos, seria de esperar encontrar entre homens mortais alguns vestígios da fraqueza humana. Haverá necessariamente diversidade de caracteres e temperamentos, variedade de opiniões e de vontades, mil pequenas coisas que nos farão sofrer; tanto mais quanto o hábito de sermos tratados com delicada consideração nos torna extremamente sensíveis a qualquer falta de delicadeza.

Se, portanto, nos acontecer ter de sofrer alguma coisa por parte daqueles que nos rodeiam, devemos antes de mais persuadir-nos de que essa é a vontade de Deus. Porque foi Ele, e não o acaso, quem nos reuniu dos quatro cantos do mundo e nos uniu nesta comunidade, sob estes superiores, para aqui vivermos como irmãos em contacto permanente.

As diferenças de temperamento, de opiniões, de gostos e as inúmeras particularidades individuais só podem ser harmonizadas pela força da virtude. Para conservar a paz, são necessários muitos sacrifícios mútuos. Deus sabe-o, e é precisamente por isso que nos reuniu em relações tão estreitas uns com os outros. No Céu gozaremos de um repouso perfeito, da paz que resulta da vitória. Mas o tempo presente é um tempo de combate: combate contra nós mesmos, para reparar as nossas faltas, vencer os nossos defeitos e crescer na virtude e no mérito. Os meios de que dispomos para alcançar esse fim são numerosos. Um dos mais eficazes é precisamente a vida comunitária, com todos os sacrifícios que ela impõe.

«Porque ainda não fizeste penetrar suficientemente no teu espírito este grande princípio», escrevia De Caussade a uma das suas penitentes, «nunca conseguiste submeter-te, como devias, a certas condições e acontecimentos, nem, por conseguinte, permanecer firme e tranquilamente unida à vontade de Deus. O demónio tentou-te, inquietou-te e agitou-te com mil ilusões e falsos raciocínios acerca deste assunto. Rogo-te, pois, pela tua salvação e pela paz da tua alma, que regresses dessas divagações espirituais. Assim porás fim a todas as tuas aflições e a todas as revoltas do teu coração.»[14]

Não, os sofrimentos inseparáveis da vida familiar e comunitária, as oposições de temperamentos e de caracteres, não são tanto um obstáculo ao nosso progresso espiritual como um meio providencial e preciosíssimo. É antes na nossa falta de fé, de humildade e de mortificação que devemos procurar a origem do nosso mal-estar; as dificuldades que encontramos nos outros apenas o tornam visível. Como o mal vem de dentro de nós, é aí que o remédio deve ser aplicado.

Eis a razão por que Deus quer essas oposições de temperamento, essas provações tão crucificantes para o amor-próprio e tão constantemente renovadas. Que excelente penitência pelos pecados do passado! «A caridade cobre uma multidão de pecados» (1 Ped. 4, 8), e Deus tratar-nos-á como tivermos tratado os nossos irmãos. Perdoemos, pois, e ser-nos-á perdoado. Esqueçamos as ofensas que recebemos dos nossos irmãos, e Deus esquecerá de bom grado as ofensas que recebeu de nós. Suportemos o próximo, sejamos pacientes para com ele, mostremos misericórdia e bondade; e o Senhor, sempre fiel à Sua promessa, procederá connosco do mesmo modo.

Custa sofrer sem descanso. Mas que confiança e que consolação nos dá podermos assegurar-nos de que, a esse preço, adquirimos o direito de contar com a misericórdia de Deus! A prática desta caridade é um magnífico meio de santificação. Sem ela faltar-nos-iam muitas virtudes. Se queremos adquirir a tolerância mútua, a paciência e a abnegação, não será necessário que haja pessoas que nos contrariem, que nos contrariem a tempo e fora de tempo e, por assim dizer, sem tréguas?

Pensaríamos conhecer-nos a nós mesmos, quando afinal viveríamos nas mais fantásticas ilusões, se esta ou aquela pessoa, num momento de franqueza, não nos dissesse a verdade a nosso respeito. Quantas humilhações são necessárias para produzir a humildade! Seríamos nós capazes de escolher para nós próprios as humilhações mais adequadas — aquelas de que realmente necessitamos e não as que nos agradam? E teríamos força para lhes permanecer fiéis com perseverança, como um doente se submete a um regime rigoroso?

Em vez de nos queixarmos, bendigamos a Deus, que teve a sabedoria e a bondade de colocar ao nosso lado este ou aquele religioso; porque esse

próximo é-nos necessário. Uma santa fundadora dizia às suas filhas espirituais: «Cada uma de vós tem o seu próprio feitio, temperamento, imperfeições e excentricidades. Se na comunidade não houvesse caracteres difíceis, seríamos obrigadas a comprá-los para que nos ajudassem a chegar ao Céu.»[15]

Deus forneceu-nos gratuitamente esses auxiliares indispensáveis; cabe-nos agora aproveitar plenamente este precioso meio de mortificação.

Além disso, estas contradições, incessantemente renovadas, «proporcionar-nos-ão todos os dias repetidas ocasiões para praticar as virtudes mais raras e mais sólidas: a caridade, a paciência, a mansidão, a humildade de coração, a bondade, a mortificação do temperamento, etc. Estas pequenas virtudes quotidianas, praticadas com fidelidade, produzirão para a eternidade uma rica colheita de graças e de méritos. É assim, melhor do que por qualquer outro meio, que poderemos alcançar um grande dom de oração interior, a paz do coração, o recolhimento, o sentido contínuo da presença de Deus e o Seu amor puro e perfeito. Só esta cruz, suportada com paciência, nos obterá uma infinidade de graças. Servirá mais eficazmente do que outras cruzes, aparentemente mais pesadas, para nos desprender completamente de nós mesmos e nos unir perfeitamente a Deus.»[16] Assim fala De Caussade. E acrescenta:

«Longe de ter pena de si, só posso felicitá-lo por ter finalmente encontrado uma ocasião para praticar a verdadeira caridade. A antipatia que sente pela pessoa com quem vive continuamente, a oposição entre as vossas ideias e temperamentos, o sofrimento que ela lhe causa pelo seu modo de proceder e de falar são garantias infalíveis de que a caridade que exercer para com ela será puramente sobrenatural, sem a menor mistura de sentimento humano. Está a trabalhar numa rica mina de ouro, onde cada ocasião lhe permite acumular uma imensa fortuna. Agradeça, pois, ao bom Deus; e, para não perder nenhuma das preciosas vantagens da sua situação, siga exatamente as regras que agora lhe vou indicar:

I. — Suporte pacientemente os sentimentos involuntários de repugnância que a conduta dessa pessoa desperta no seu coração, como suportaria um ataque de febre ou uma dor de cabeça. Porque, na verdade,

essa antipatia é uma espécie de febre, com os seus arrepios e acessos. Oh, como é crucificante! Como humilha e faz sofrer! E, precisamente por isso, como é meritória e santificante!

II. — Nunca fale dessa pessoa como talvez façam os outros; diga sempre alguma coisa em seu favor. Ela deve ter certamente algumas boas qualidades. E qual de nós está totalmente livre de defeitos? Onde encontrará a perfeição neste mundo? Talvez, sem o querer nem o saber, esteja de facto a causar-lhe mais sofrimento do que Deus, por meio dela, está a permitir que ela lhe cause a si. O Senhor serve-Se muitas vezes de um diamante para polir outro, segundo a expressão de Fénelon.

III. — Sempre que cometer alguma falta, repare-a imediatamente, humilhando-se com mansidão, sem alimentar qualquer amargura voluntária, nem contra essa pessoa nem contra si próprio, sem ansiedade, mau humor ou inquietação. As nossas faltas, assim reparadas, tornam-se úteis e proveitosas. Por meio destas misérias e faltas quotidianas, Deus não cessa de abater o nosso orgulho e de nos conservar na verdadeira humildade de coração.

IV. — Finalmente, tenha cuidado em não se envolver em nenhum assunto para além daquilo que o dever exigir. E, uma vez cumprido o dever, não permita que esse assunto continue a ocupar o seu espírito: não pense mais nele, senão diante de Deus. Abandonemos tudo à Providência. A única coisa verdadeiramente necessária é pertencermos inteiramente a Deus e alcançarmos assim a salvação.»[17]

Na maneira de suportar provações desta natureza, Santa Joana Francisca de Chantal é um modelo perfeito. Tendo ficado viúva aos vinte e oito anos, recebeu ordem do sogro para ir viver com ele, levando consigo os seus quatro filhos. Compreendeu imediatamente a amargura do cálice que teria de beber, pois conhecia o caráter do velho barão, a desordem da sua casa e, mais ainda, a desordem da sua própria vida. Este velho sombrio, a cuja vontade todos eram obrigados a ceder, deixara-se dominar pela influência de uma criada que governava o castelo como uma verdadeira senhora, desperdiçava os seus bens e fomentava o descontentamento de toda a casa.

Durante mais de sete anos, a Santa foi tratada como uma estranha, admitida, é certo, no lar doméstico, mas nunca consultada sobre coisa alguma nem autorizada a fazer a menor sugestão. Vivia, por assim dizer, sob o jugo de uma criada insolente, que não poupava insultos. Teve ainda de suportar a humilhação de ver os filhos dessa criada colocados ao mesmo nível dos seus e até preferidos a eles. A indignação apoderava-se do seu coração, e o seu sangue aristocrático revoltava-se, sobretudo nos primeiros tempos. Mas reprimiu esses movimentos da natureza e recebeu cada afronta com um coração manso e um rosto sereno.

Levou o seu heroísmo ao ponto de cuidar dos filhos da criada como se fossem seus e de lhes prestar, com as próprias mãos, os serviços mais humildes. E qual foi o segredo desta vitória sobre si mesma? A caridade! Exclusivamente ocupada com o grande desígnio da conversão do sogro e da indigna criada, decidiu conquistar ambos pela força da mansidão. Não havia trabalho nem sacrifício que não aceitasse de bom grado, na esperança de os reconduzir a Deus. Nunca perdia ocasião de lhes prestar algum serviço. Nenhuma violência, nenhum ultraje conseguiu diminuir o respeito que lhes dedicava ou cansar a sua paciência.

«A este motivo sublime, que a sustentou durante sete anos de vida heroica, uniu outro que lhe deu não menor apoio. Por natureza, era um tanto altiva. Herdara do pai um temperamento orgulhoso e imperioso, que decidira vencer a qualquer preço. Na situação em que se encontrava viu uma oportunidade de ouro para se tornar humilde por meio das humilhações. Conseguiu-o admiravelmente. Nesta severa escola, Deus fez-lhe adquirir, melhor do que o teria conseguido no mais rigoroso noviciado, essa rara humildade e essa perfeita obediência que mais tarde, sob a direção de São Francisco de Sales, se tornaram instrumento de tanto bem.»[18]

Que Deus nos conceda também a nós a graça de corresponder a tais favores com o mesmo espírito de fé e com igual generosidade!

CAPÍTULO IV: O abandono nos bens naturais do corpo e do espírito

ARTIGO I — A saúde e a doença

Podemos fazer bom uso tanto da saúde como da doença, ou abusar de ambas.

A saúde recomenda-se por si mesma. Não é preciso demonstrar que favorece a oração, a leitura espiritual e a contínua união com Deus; que facilita o trabalho, tanto manual como intelectual; que nos permite cumprir os deveres de cada dia com menor dificuldade. É, portanto, um dom precioso de Deus, mas raramente o apreciamos tanto como quando o perdemos. Enquanto o possuímos, infelizmente, nem sempre nos lembramos de agradecer a Deus por ele. É um dom precioso, embora talvez torne mais difícil sujeitar a carne ao espírito, impedir que nos deixemos absorver em demasia pelos interesses da vida presente e viver exclusivamente em ordem à eternidade, que não nos parece ainda próxima.

«A doença, não menos do que a saúde, é um dom de Deus. Ele envia-a para pôr à prova a nossa virtude ou corrigir as nossas faltas; para nos mostrar a nossa fraqueza ou desfazer a estima exagerada que temos de nós mesmos; para nos desprender do amor aos bens terrenos e aos prazeres sensuais; para mortificar o nosso ardor impetuoso e enfraquecer o poder da carne, o nosso maior inimigo; para nos recordar que vivemos aqui em terra como exilados e que o Céu é a nossa verdadeira pátria; enfim, para nos alcançar todas as vantagens que podem resultar desta provação, se a aceitarmos com gratidão e como um favor especial.»

Quando santificado como deve ser, o tempo da doença é «um dos períodos mais preciosos da nossa vida. Num só dia de doença, suportado com paciência, faremos maiores progressos na virtude, satisfaremos mais amplamente a dívida contraída perante a justiça divina pelos pecados passados, acumularemos maiores tesouros de mérito, tornar-nos-emos mais agradáveis a Deus e dar-Lhe-emos maior glória do que numa semana ou até num mês de perfeita saúde. Mas, se o tempo da doença é um tempo precioso, um tempo de salvação, são muito poucos os que dele tiram verdadeiro proveito e se esforçam por santificar as suas enfermidades.»[19]

«Chamo ao tempo da doença a pedra de toque da virtude», escreve Santo Afonso. «É então que se descobre o verdadeiro valor das virtudes possuídas por uma alma. Se ela suporta esta provação sem inquietação, sem queixas, sem desejos excessivos de recuperar a saúde, em perfeita obediência aos médicos e aos superiores; se permanece tranquila e inteiramente resignada à vontade de Deus, isso é sinal de que está solidamente fundada na virtude. Mas que pensar de um doente que se queixa da falta de atenção daqueles que têm o encargo de o tratar, dos sofrimentos que considera insuportáveis, da ineficácia dos remédios, da ignorância do médico e que, por vezes, chega até a murmurar contra o próprio Deus, como se Este o tratasse com excessiva severidade?»[20]

Estaremos nós entre o número dos sábios, que não abusam nem da saúde nem da doença, mas sabem servir-se de ambas para maior proveito espiritual? Ou encontraremos antes na saúde um obstáculo e na doença uma ocasião de ruína? Não o sabemos: esse segredo pertence exclusivamente a Deus. Por isso, nada podemos fazer de melhor do que estabelecer-nos numa santa indiferença e abandonar-nos ao beneplácito divino, seja ele qual for. Esta é a condição necessária para estarmos sempre prontos a receber com amor e confiança tudo o que a Providência julgar conveniente enviar-nos: saúde vigorosa, fraqueza, doença ou qualquer enfermidade física ou mental.

Contudo, o abandono apenas proíbe as preocupações desordenadas. Não dispensa ninguém de observar as leis da prudência. Nem sequer exclui os desejos moderados. A nossa saúde pode ser mais ou menos necessária para a comunidade. Também dela precisamos para o cumprimento dos nossos deveres. «Por conseguinte», diz Santo Afonso, «cuidar dela de modo razoável, tendo em vista o serviço de Deus, é antes virtude do que pecado.» Há aqui dois perigos contra os quais devemos precaver-nos: o excesso de cuidado e a falta dele. Não temos o direito de prejudicar a nossa saúde por excessos ou por imprudência culpável. Mas, por outro lado, como observa novamente Santo Afonso, «é pecado preocuparmo-nos em demasia com a saúde, sobretudo porque, inspirados pelo amor-próprio, facilmente passamos do necessário para o supérfluo».[21] Este segundo perigo é muito mais de recear do que o primeiro. É por isso que São Bernardo censura tão energicamente os discípulos demasiado zelosos de Epicuro e de Hipócrates.

«Epicuro não pensa senão no prazer; Hipócrates não pensa senão na saúde. O meu Mestre, pelo contrário, ensina o desprezo tanto de um como da outra. Manda-me renunciar, se necessário, à vida do corpo para salvar a vida da alma, e, ao fazê-lo, condena a prudência da carne, que se ocupa quer da busca do prazer quer da atenção exagerada à saúde.»[22]

Santa Teresa queixa-se, com muito humor, daqueles religiosos que vivem excessivamente preocupados com a saúde. Quando estão realmente em condições de assistir ao coro sem qualquer perigo, «faltam um dia porque lhes dói a cabeça, outro porque lhes doeu no dia anterior e ainda mais dois ou três porque receiam que lhes venha a doer».[23]

A própria Santa reconhece, na sua *Vida*, que nem sempre evitou este perigo: «Que pretende o corpo ao exigir tantos cuidados, senão a ruína da alma? O demónio, por seu lado, percebe algum receio em nós. É isso que lhe indica o caminho a seguir; e começa logo a persuadir-nos de que nos estamos a matar ou, pelo menos, a prejudicar seriamente a saúde. Conheço bem este método, porque experimentei pessoalmente esta tentação. Mas eu respondia-lhe: que melhor uso posso fazer da boa saúde do que perdê-la ao serviço de Deus? Doente como estava, via-me constantemente presa, incapaz de realizar a menor boa obra, até ao dia em que tomei a resolução de deixar de prestar tanta atenção ao corpo e à saúde. Deus iluminou-me quanto ao artifício do demónio. Quando ele me advertia do perigo de perder a saúde, eu respondia que pouco importava viver ou morrer. Quando me dizia que perderia certamente o repouso, respondia-lhe que já não precisava de repouso e que a cruz me bastava; e assim por diante. Vejo agora claramente que, embora as minhas enfermidades fossem bem reais, muitas vezes cedi a esta tentação do espírito das trevas ou à minha própria cobardia. E, de facto, desde que comecei a tratar o meu corpo com menos indulgência e delicadeza, a minha saúde melhorou muito.»[24]

Profundamente convencidos de que a santidade é o nosso fim e a saúde do corpo apenas um meio secundário, respondamos a todas as sugestões do demónio com estas nobres palavras de Santa Gemma Galgani: «Primeiro a alma, depois o corpo.»[25]

E meditemos frequentemente nesta séria advertência de Santo Afonso: «É de recear que, preocupando-vos excessivamente com a saúde do corpo, ponhais a vossa alma em perigo ou, pelo menos, comprometais a obra da vossa santificação. Considerai que, se os santos tivessem mostrado tanto cuidado com a sua saúde como vós, nunca teriam chegado à santidade.»[26]

Quando a doença, a fraqueza ou qualquer enfermidade nos atingem, será permitido queixarmo-nos com resignação, alimentar desejos moderados e apresentar súplicas submissas? Certamente. São Francisco de Sales permite ao seu querido Teótimo repetir todas as lamentações de Job e de Jeremias, contanto que, no mais íntimo da alma, permaneça conforme ao beneplácito de Deus. Mas censura com delicada ironia aqueles que nunca acabam de se lamentar, que nunca encontram ouvintes suficientes para as longas descrições dos seus sofrimentos e para quem as próprias aflições são sempre as mais terríveis, enquanto as dos outros lhes parecem insignificantes.

Quanto ao próprio Santo, nunca foi ouvido a queixar-se. Expunha muito simplesmente o seu mal, sem exagerar nem diminuir coisa alguma, pois detestava igualmente a cobardia e a duplicidade.

«Não vos proíbo», diz Santo Afonso, «de dar a conhecer os vossos sofrimentos quando são graves. Mas entregardes-vos a gemidos e lamentações por qualquer pequena contrariedade, desejando ainda que todos se compadeçam de vós, isso condeno-o como uma fraqueza... Quando somos atingidos por grandes aflições, não é pecado pedir a Nosso Senhor que nos livre delas. Contudo, seria mais perfeito não nos queixarmos da angústia que sentimos. E o mais perfeito de tudo seria não pedirmos nem saúde nem doença, mas abandonarmo-nos à vontade de Deus, para que Ele disponha de nós segundo o Seu beneplácito. Se, porém, desejarmos pedir a cura, façamo-lo ao menos com resignação e sob a condição de que a saúde do corpo contribua para a salvação da nossa alma. De outro modo, a nossa oração será imperfeita e, por conseguinte, sem efeito, porque Nosso Senhor só atende as preces que pedem um verdadeiro bem e são oferecidas com submissão à Sua vontade.»

«Parece-me», escreve Santa Teresa, «uma imperfeição muito séria cair em lamentações incessantes por causa de qualquer pequeno incómodo. Não

falo agora de grandes sofrimentos, como seria uma febre violenta, embora desejasse que também esses fossem sempre suportados com paciência e resignação; refiro-me às ligeiras indisposições que se podem suportar sem incomodar toda a comunidade. Quanto às doenças graves, essas atraem por si mesmas a atenção e não podem permanecer ocultas por muito tempo. Contudo, quando estamos realmente doentes, devemos dar a conhecer o nosso estado e aceitar toda a assistência de que necessitarmos.»

Assim, os Santos e os Doutores da Igreja permitem-nos queixar-nos com a devida moderação e apresentar a Deus súplicas submissas; condenam apenas a insubordinação e o excesso. Ainda assim, preferem sempre aquilo que está mais conforme ao beneplácito divino, como observa São Francisco de Sales, e dizem com Santo Afonso: «Senhor, não desejo nem recuperar a saúde nem permanecer doente; desejo apenas aquilo que Vós quereis.»

São Francisco de Sales permite às suas filhas espirituais pedir a Nosso Senhor a cura, pois só Ele a pode conceder, mas sempre com a condição de que assim seja a Sua santa vontade. Quanto a si próprio, nunca rezava para ser libertado das suas enfermidades. Dizia sentir-se feliz por sofrer no corpo, porque, não tendo feito penitência voluntária suficiente, um pouco de penitência necessária poderia suprir essa falta. Lemos no Ofício de São Camilo de Léllis que, sofrendo de cinco doenças longas e dolorosas, costumava chamá-las «as misericórdias do Senhor» e tinha o cuidado de nunca pedir a sua cura.

Longe de nós censurar aqueles que rezam pela cura ou pelo alívio dos seus sofrimentos, contanto que o façam com submissão. Nosso Senhor louvou os doentes que acorriam a Ele; e continua muitas vezes a recompensar com milagres aqueles que peregrinam até Lourdes. Sem dúvida, nessas piedosas peregrinações encontramos uma magnífica manifestação de fé e de confiança, gloriosa para Deus e edificante para o povo cristão.

Mas imaginemos um doente tão desprendido de si mesmo, tão conformado com a vontade divina e tão preparado de antemão para tudo quanto Deus dispuser, que se limita a testemunhar a sua amorosa confiança no Pai celeste, sem formar qualquer desejo próprio nas matérias cuja decisão Deus reservou para Si; que acolhe de bom grado essa decisão, seja

ela qual for, e se contenta em cumprir da maneira mais santa possível os deveres do seu estado. Não manifesta este generoso doente, pelo menos, tanta fé, confiança, amor, devoção e espírito de sacrifício como aqueles que pedem a própria cura?

Cada um é naturalmente livre de seguir a atração particular que Deus lhe inspira. Quanto a nós, agrada-nos mais a opinião apoiada pela autoridade e pelo exemplo de São Francisco de Sales e de Santo Afonso.

«Sempre que adoecerdes», diz o piedoso Bispo de Genebra, «combatei a doença com os remédios que estiverem ao vosso alcance e forem conformes à vontade de Deus. Os religiosos, estando sujeitos a um superior, devem aceitar com simplicidade e submissão os remédios que lhes forem oferecidos. Proceder de outro modo seria tentar a Deus. Mas, depois de cumprirdes assim o vosso dever, aguardai com inteira resignação o desfecho que a Providência determinar. Se aprouver à Divina Majestade que a doença ceda aos remédios, dai-Lhe humildes graças. Mas, se preferir que a enfermidade prevaleça sobre os remédios, bendizei o Seu santo Nome com paciência.

Devemos submeter-nos não apenas a estar doentes, mas também a sofrer precisamente da doença que Deus quiser para nós, no lugar que Ele quiser, entre as pessoas que Ele quiser e com os incómodos particulares que Ele quiser, sem escolher nem recusar enfermidade ou aflição alguma, por mais humilhante ou degradante que nos possa parecer. Porque uma doença ou aflição sem humilhação pode muitas vezes alimentar o orgulho em vez de produzir humildade. Mas, quando se sofre de uma enfermidade considerada vergonhosa, ou quando é a própria desonra, o desprezo e a humilhação que nos fazem sofrer, que magnífica ocasião se oferece para praticarmos a paciência, a humildade, a modéstia e a mansidão de espírito e de coração!»[16]

Santa Teresa do Menino Jesus «adotara como princípio nunca se queixar antes de ter esgotado todos os seus recursos. Quantas vezes compareceu ao coro para o Ofício de Matinas sofrendo de vertigens ou de violentas dores de cabeça! “Ainda consigo caminhar”, dizia para consigo; “portanto, devo cumprir o meu dever.” E, graças a esta energia de vontade, realizou atos verdadeiramente heroicos.»

As nossas Constituições exigem que demos conhecimento das nossas enfermidades aos superiores e obrigam-nos a evitar toda a imprudência. Mas, inspirados por tão belo exemplo de generosidade, continuemos a cumprir fielmente, mesmo durante a doença, todos os deveres que exigem apenas boa vontade e, tanto quanto nos for possível, também aqueles que requerem vigor físico.

Para santificarmos as nossas enfermidades, sigamos o prudente conselho de São Francisco de Sales: «Praticai a obediência. Aceitai tudo o que vos for oferecido: os medicamentos, a alimentação especial e os outros remédios, por amor de Deus, recordando o fel que Ele aceitou por amor de nós. Desejai a cura apenas para O servirdes melhor; resignai-vos a permanecer doentes por obediência a Ele e estai prontos a morrer, se tal for a Sua vontade, para Seu louvor e glória. Contemplai frequentemente, com os olhos interiores da alma, Jesus crucificado, nu, blasfemado, caluniado, abandonado e oprimido por toda a espécie de desgostos, tristezas e trabalhos. Depois comparai todos os vossos sofrimentos com os d'Ele; nem pelo número nem pela intensidade se podem comparar. E refleti que nunca vos será pedido sofrer por Ele tanto quanto Ele sofreu por vós.»[16]

Foi assim que procedeu a Bem-aventurada Maria Madalena Postel. Sofria de uma asma violenta que, como fiel companheira, não a abandonou durante pelo menos trinta anos. Considerava-a uma amiga e benfeitora. Por vezes estava tão pálida e respirava com tanta dificuldade que parecia prestes a expirar. «Obrigado, meu Deus! Obrigado, meu Deus! Faça-se a vossa santa vontade! Ainda mais, Senhor, ainda mais!», exclamava ela.

Certa vez, quando alguém lhe manifestou compaixão pelos seus sofrimentos, respondeu: «Ora, isso não é nada. O Salvador sofreu muito mais do que isto por nós.» E logo a seguir, tão alegre como uma jovem, começou a cantar: *Quand te verrai-je, ô belle Patrie*.

ARTIGO II. — As consequências da doença

A longa duração de uma doença e o abatimento que a acompanha e se prolonga depois dela contribuem muito para a tornar penosa. E tudo isto deve tornar-se objeto de um abandono filial e confiante.

Uma vez que foi o Altíssimo «quem criou os médicos e os remédios» (Sir. 38, 1-4), faz parte da ordem da Divina Providência recorrermos a eles quando necessário: os leigos, com prudente moderação; os religiosos, em espírito de obediência. Mas Deus tem soberanamente nas Suas mãos a doença, o remédio e o médico. «Não foi erva nem emplastro que os curou, mas a vossa palavra, Senhor, que tudo cura» (Sab. 16, 12).

Deus curava antigamente e continua a curar quando Lhe apraz, sem recorrer a qualquer meio humano, como quando Nosso Senhor restituía a saúde aos doentes apenas com uma palavra. Curava antigamente e continua a curar quando Lhe apraz mediante meios inofensivos, mas sem qualquer virtude curativa, como quando, por intermédio de Eliseu, mandou Naamã banhar-se sete vezes no Jordão, ou quando Jesus impunha as mãos aos doentes ou lhes aplicava saliva. Curava antigamente e continua a curar quando Lhe apraz mediante meios que até parecem nocivos, como quando Jesus pôs lodo sobre os olhos do cego de nascença.

E, apesar da ciência dos médicos, da dedicação dos enfermeiros e da eficácia dos remédios, faz definhar na doença aqueles que quer; e todos acabamos por morrer, tanto o mais ilustre dos médicos como o mais humilde dos seus doentes. Deus é, portanto, o Senhor absoluto da saúde e da doença. É n'Ele que devemos colocar a nossa confiança; não devemos apoiar-nos, como fez Asa (cf. 2 Cr. 16, 12), com confiança exagerada nos meios humanos, pois é Deus quem lhes concede ou recusa o êxito, conforme Lhe apraz.

Se, portanto, apesar dos medicamentos e de todos os outros tratamentos, a doença se prolonga e as nossas enfermidades persistem, adoremos a santa vontade de Deus com humilde submissão filial. O Senhor não permitiu que o médico compreendesse plenamente o caso ou que o remédio produzisse o efeito esperado. Talvez tenha querido até que esses meios agravassem a doença em vez de a curarem. Seja como for, sabemos que a Sua ação foi inspirada pelo amor paternal e orientada para o bem da nossa alma. Cabe-nos tirar dela proveito.

Uma das nossas principais provações é, pois, precisamente o prolongamento da doença. Devemos guardar-nos sobretudo do descontentamento, do desânimo, das murmurações e da tentação de

censurar aqueles que têm o cuidado de nos assistir. Sem dúvida, eles cumprem os seus deveres com grande dedicação e merecem toda a nossa gratidão. Se em alguma coisa foram negligentes, Deus lhes pedirá contas. Entretanto, aprouve-Lhe servir-Se deles para nos manter na cruz, e também nisso devemos reconhecer um desígnio amoroso da Providência.

O erro ou a competência, a negligência ou a solicitude: tudo foi claramente previsto; nada existe que não tenha sido deliberadamente escolhido, nada que Deus não possa utilizar como meio para nos conduzir ao nosso fim. Por isso, na tribulação, atendamos apenas a Deus; creiamos no Seu amor por nós e acolhamos de bom grado esta provação como um dom vindo das Suas mãos.

Santo Afonso repreende nestes termos os doentes demasiado inclinados a queixar-se da falta de atenções: «Também eu tenho uma queixa a fazer, e é de vós que me queixo; não por causa dos vossos sofrimentos, mas pela falta de paciência. Na verdade, estais duplamente doentes: doentes no corpo e doentes na alma. Queixais-vos de ser esquecidos, mas sois vós que vos esqueceis de Jesus Cristo, morrendo na cruz e abandonado por todos por amor de vós. De que serve queixar-vos desta ou daquela pessoa, quando antes vos devíeis queixar de vós mesmos por terdes tão pouco amor a Jesus Cristo e, por conseguinte, tão pouca paciência? São José Calasanz dizia: “Se os homens praticassem a paciência na doença, desapareceriam as queixas da face da terra.” Segundo Salviano: “Muitas pessoas santas nunca teriam alcançado a santidade se tivessem gozado de boa saúde.” E, de facto, para falar apenas das mulheres que se santificaram, lede as suas vidas e vereis que todas elas, ou quase todas, estiveram sujeitas a enfermidades. Santa Teresa passou quarenta anos sem um único dia livre de sofrimento. Por isso, acrescenta ainda Salviano: “Regra geral, as pessoas consagradas ao amor de Jesus Cristo são e desejam ser débeis de saúde.”»[25]

Os múltiplos abatimentos resultantes da doença constituem outra provação muito dolorosa. Em maior ou menor grau, já não podemos, como nos tempos de saúde, observar toda a Regra, assistir ao coro, comungar, rezar, fazer penitência, dedicar-nos com assiduidade ao trabalho manual, ao estudo e a todos os deveres do nosso ofício; e, quando a doença é persistente, esta incapacidade pode prolongar-se durante muito tempo.

«Dizei-me, alma fiel», pergunta Santo Afonso, «porque vos inquietais tanto por não poder cumprir esses deveres? Não é para agradar a Deus que os praticáveis? Pois bem, porque vos afligis, sabendo com toda a certeza que é vontade de Deus que já não O glorifiqueis, como outrora, com essas orações, essas comunhões, essas penitências, esses estudos, essa pregação e todas essas práticas, mas antes suportando com paciência esta doença e estes sofrimentos que Ele vos envia?»

«Meu amigo», escrevia o Venerável João de Ávila a um sacerdote doente, «não penseis naquilo que faríeis se estivésseis de saúde; contentai-vos em ser um bom doente durante o tempo que aprouver a Deus. Se o que procurais verdadeiramente é a vontade d'Ele, que importa estar doente ou estar são?»

Compete a Deus aplicar-nos, segundo o Seu beneplácito, aos exercícios próprios da saúde ou aos próprios da doença. A nós compete apenas atender à Sua santa vontade, amá-la e adorá-la, pois ela é sempre a única regra suprema. Assim, enquanto gozamos de saúde, cumpramos todos os deveres dos fortes; e, quando estivermos doentes, cumpramos os deveres dos enfermos, tal como as nossas regras os determinam. É isso, e nada mais, que Deus exige de nós. E que motivo haveria para nos inquietarmos depois de Lhe termos dado tudo o que Ele quer? A inquietação apenas provaria que ou não compreendemos o nosso dever, ou nos deixámos iludir pelos artifícios do demónio.

Mas objetareis: a continuação desta doença impede-me de desempenhar os deveres do meu cargo; que acontecerá no futuro? Acontecerá aquilo que Deus quiser. Não tem Ele o direito de dispor de vós nisto, como em todas as outras circunstâncias? Enquanto os vossos superiores, plenamente informados da situação, julgarem conveniente manter-vos no vosso cargo, fazei simplesmente o melhor que puderdes e permanecei em paz. Tudo está bem convosco enquanto cumprirdes a vontade de Deus. Se esse for o Seu beneplácito, Ele dispõe de mil meios para suprir aquilo que ultrapassa as vossas forças. Escolhe os Seus instrumentos como Lhe apraz e concede-lhes os meios que julga mais oportunos. Permitiu que São Paulo permanecesse dois anos numa prisão precisamente quando a Igreja nascente parecia ter maior necessidade de um Apóstolo como ele.

«Ao menos», dirá alguém, «se eu pudesse rezar como estava habituado, isso consolar-me-ia nesta condição de impotência.» «Mas não há melhor maneira de servir a Deus», responde Santo Afonso, «do que abraçar com alegria a Sua santa vontade. Não são tanto os nossos trabalhos que glorificam o Senhor, mas a nossa resignação e a conformidade da nossa vontade com o Seu beneplácito.» Por isso, São Francisco de Sales assegura que prestamos mais glória a Deus numa hora de sofrimento suportado com filial submissão do que em muitas horas de trabalho realizadas com menor amor.

Certa vez, um doente queixava-se-lhe de já não poder dedicar-se à oração mental, que sempre fora o seu maior consolo e apoio. O Santo respondeu-lhe: «Não vos preocupeis com isso. Suportar os golpes da Providência vale tanto como a meditação. E é melhor estar pregado na cruz com o Salvador do que limitar-se a contemplar a cruz.»[26]

Além disso, uma alma generosa procurará manter-se fiel, tanto quanto possível, aos seus exercícios quotidianos habituais. E, para cumprir a sua tarefa de sempre, bastará muitas vezes distribuir sabiamente o tempo, simplificar a oração e adaptá-la ao estado em que se encontra. «Para a alma que ama», diz Santa Teresa, «a melhor oração durante a doença consiste em oferecer os seus sofrimentos a Deus, conservá-Lo continuamente presente no espírito, conformar-se com a Sua santa vontade e praticar os mil pequenos atos desta espécie que a ocasião lhe proporciona. Nem sequer será necessário um esforço violento para entrar nessa íntima comunicação com o seu Divino Esposo.»

A isto acrescenta Santo Afonso: «Durante a doença, limitemo-nos a repetir esta jaculatória: “Faça-se a vossa vontade.” Digamo-la com todo o fervor de que formos capazes, cem vezes, mil vezes, sem cessar; e assim agradaremos mais a Deus do que com todas as mortificações e devoções imagináveis.»

Finalmente, podereis objetar: «A minha doença e as minhas enfermidades tornam-me inútil. Sou um peso para a comunidade e, além disso, escandalizo os meus irmãos por não observar a Regra em todas as suas prescrições.»

Sem dúvida, um bom doente procurará sacrificar-se tanto quanto puder. Terá cuidado em não ocasionar despesas desnecessárias, em não exigir coisas supérfluas, nem mostrar-se demasiado exigente ou difícil de contentar. Procurará corresponder, com gratidão e docilidade, aos cuidados de que é alvo. Sabendo que é o próprio Nosso Senhor quem é servido na sua pessoa, esforçar-se-á por assemelhar-se a esse Divino Modelo.

Desejando progredir sempre e tirar pleno fruto das numerosas cruzes que lhe são dadas, manterá constantemente diante dos olhos Deus e a eternidade. Tudo o que da Regra ainda estiver ao seu alcance será observado generosamente; aquilo que lhe for impossível será compensado pela abnegação, pela humildade, pela oração e pelo abandono. Sem sequer o suspeitar, um doente assim edifica aqueles que o rodeiam e torna-se uma fonte de bênçãos para toda a comunidade.

Afinal, não foi a sua vontade, mas o beneplácito divino, que lhe colocou sobre os ombros esta cruz de uma doença passageira ou de uma enfermidade prolongada. É ele quem suporta a parte mais pesada; mas resta ainda uma parte a ser levada pelo enfermeiro, pelo superior e pela comunidade. Não terá Deus o direito de servir-Se de nós, como de qualquer outro instrumento, para pedir um sacrifício aos nossos irmãos e impor-lhes um dever? Aqueles que nos assistem poderão, com a graça de Deus, abandonar-se, como nós, à Divina Providência e cumprir os deveres que ela lhes assinala em relação à nossa pessoa.

Quanto a nós, o nosso dever é aceitar com paciência a humilhação de nos sentirmos um peso para os outros e, ao mesmo tempo, aliviar esse peso mostrando um espírito verdadeiramente religioso.

Devemos também imitar aquela religiosa que, já não podendo dar as suas aulas, se julgava inútil, mas se submeteu humildemente ao beneplácito de Deus e consolou-se ao pensar que ainda lhe restavam três meios de fazer o bem: a oração, o exemplo e a observância exata da Regra.

Um bom doente é apenas aparentemente inútil; na realidade, pode tornar-se causa dos maiores benefícios, se assim o quiser. Porque aquilo de que uma comunidade mais necessita não são braços robustos para os trabalhos pesados nem inteligências brilhantes para as tarefas intelectuais,

mas membros virtuosos, almas fervorosas ardentemente desejosas da perfeição, verdadeiros contemplativos e verdadeiros penitentes.

Depende de nós, com a graça de Deus, tornarmo-nos tais tanto na doença como na saúde, ainda que por meios diferentes. Então Deus ficará satisfeito e a comunidade não terá motivo para se queixar. Mas, se apesar da nossa boa vontade algum irmão nos julgar severamente, não poderemos ser acusados de dar mau exemplo; teremos apenas de aceitar com humildade a provação de sermos mal compreendidos, até que o Senhor Se digne justificar a nossa conduta.

O austero São Bernardo era de constituição extremamente frágil e delicada. Contudo, prestava mais atenção à generosidade do que à prudência, com o resultado de que, quase no início da sua vida religiosa, adoeceu gravemente e nunca mais recuperou completamente. Quando se apresentou diante do bispo de Châlons para receber a bênção abacial, estava já tão emagrecido que parecia às portas da morte.

Por obediência, colocou-se sob os cuidados de um médico presunçoso, que acabou por lhe arruinar completamente a saúde, obrigando-o a tomar alimentos que até um homem robusto, devorado pela fome, dificilmente aceitaria. Mas o Santo acolhia tudo com perfeita indiferença, sem murmuração nem queixa.

Uma constrição da garganta, que quase só lhe permitia engolir líquidos, uma fraqueza natural do estômago e uma completa desordem intestinal foram as três enfermidades que o acompanharam durante toda a vida. A estas juntavam-se, de tempos a tempos, outros sofrimentos. Muitas vezes vomitava imediatamente o alimento que acabava de ingerir; e a pequena parte que conseguia conservar apenas lhe prolongava a vida para aumentar os seus tormentos.

Apesar de todos estes sofrimentos, que o reduziram praticamente a um esqueleto, continuava a mortificar o corpo com jejuns rigorosos, vigílias extremamente prolongadas e os trabalhos mais árduos. Considerando-se até ao fim apenas um principiante na vida espiritual, dizia precisar de toda a regularidade do noviciado, de todas as austeridades da Ordem e da disciplina mais rigorosa para se manter fiel ao caminho do dever.

Teve, contudo, de aceitar um regime compatível com as forças do seu estômago. Mas o espírito de sacrifício e de pobreza nada perdeu com isso; pelo contrário. Com coragem extraordinária, esforçava-se por acompanhar a comunidade, tanto quanto possível, no coro, no trabalho e em todas as ocupações. Quando os trabalhos dos irmãos excediam totalmente as suas forças, trabalhava na horta com a enxada ou cortava lenha e transportava os troncos aos ombros.

Quando até essas tarefas se tornavam excessivas para ele, escolhia os serviços mais humildes da casa, compensando a fadiga que não podia suportar pela humildade. Nunca faltava aos exercícios comunitários senão quando a necessidade o obrigava. Ora, essa necessidade tornava-se cada vez mais frequente. Chegou finalmente o tempo em que, mal podendo manter-se de pé, era obrigado a permanecer quase sempre sentado e raramente conseguia deslocar-se.

Procurava compensar os exercícios de que ficava privado entregando-se à oração, à leitura espiritual, ao estudo e à composição de escritos; ao mesmo tempo, fazia tudo o que podia para ajudar os seus religiosos pela direção espiritual e pela pregação. Mas, quando a Igreja reclamava os seus serviços, esquecia o estado de completo esgotamento em que se encontrava, enfrentava as fadigas de longas viagens, desempenhava as missões mais importantes, pregava a tempo e fora de tempo e elevava-se acima de todas as dificuldades.

Depois regressava ao mosteiro mais doente do que nunca, mas também mais desejoso daquela vida de penitência e contemplação que tanto amava. Uma existência assim pouco diferia de uma longa agonia.

«Quando as pessoas se compadeciam do Santo, quando os seus irmãos lhe suplicavam que tivesse um pouco mais de cuidado consigo, ele limitava-se a erguer os olhos para a imagem do Crucificado, todo coberto de sangue e de chagas; e, mais dócil aos impulsos do amor do que aos conselhos da prudência, recusava ouvir a voz da afeição humana e continuava a beber do seu amargo cálice.»[27]

Terão, porventura, as suas enfermidades impedido São Bernardo de ser um perfeito cisterciense, de ser mais útil do que qualquer outro à sua

comunidade e até à Igreja universal?

A Bem-aventurada Alice, ou Adelaide, monja cisterciense, teve de suportar durante toda a vida os mais cruéis tormentos e uma horrível lepra. Isolada da comunidade por causa da sua terrível doença, aproveitou a solidão para se unir mais intimamente a Deus por meio da oração contínua. Chegou mesmo a alegrar-se com a sua triste condição por amor de Cristo, seu Divino Esposo, e com as pobres chagas que tantas vezes lhe proporcionavam uma alegria e uma consolação superiores a tudo o que este mundo pode oferecer. Rica dos dons do Céu e ilustre pelos milagres que realizava, curou muitos leprosos pela imposição das mãos. Tinha, portanto, alcançado um elevado grau de perfeição. Contudo, Nosso Senhor quis elevá-la ainda mais.

Mas de que modo? Redobrando-lhe os sofrimentos e concedendo-lhe a graça de crescer na paciência. Na festa de São Barnabé parecia estar às portas da morte. Então Nosso Senhor revelou-lhe que ainda lhe concederia mais um ano de vida, durante o qual teria de suportar os mais dolorosos padecimentos para honra do seu Bem-Amado. Assim, perdeu a vista, as mãos ficaram completamente contraídas e o corpo cobriu-se de úlceras, das quais escorriam continuamente pus e enxames de vermes. Suportou estes terríveis sofrimentos com invencível paciência até que, ao regressar a festa de São Barnabé, entregou a sua alma puríssima nos braços de Cristo.

Santa Gertrudes, a Grande, que viveu em Helfta segundo a observância de Cister, juntamente com Santa Matilde, sua mestra de noviciado e amiga, gozava de saúde muito frágil. Por vezes, a doença obrigava-a a permanecer de cama durante longos períodos. Frequentes crises de insónia, unidas ao seu intenso espírito de oração e aos seus êxtases, debilitavam-na até à exaustão. Por isso, muitas vezes não podia assistir ao Ofício Divino; e, quando conseguia fazê-lo, tinha frequentemente de permanecer sentada durante toda a celebração.

Estava dispensada de jejuar em qualquer época do ano, mesmo durante a santa Quaresma. Via-se ainda obrigada a tomar algum alimento durante a noite e até no decorrer do Ofício, quando este era particularmente longo. Era para ela uma profunda humilhação ver-se reduzida a tal necessidade. Lamentava não poder observar as posições prescritas no coro e sentia-se

tentada a recusar os alimentos que lhe ofereciam fora das horas das refeições. Mas Nosso Senhor ordenou-lhe que recebesse tudo como vindo da Sua própria mão e que tirasse proveito dessas dispensas para o seu progresso espiritual.

O que mais a afligia era o incómodo que julgava causar às suas companheiras, embora, na verdade, estas a servissem com a mais terna dedicação. Não lhes retribuía ela amplamente esse carinho pelas suas incessantes orações, pelos seus conselhos sobrenaturais e pelas suas fraternas exortações? Felizes enfermidades, que lhe proporcionaram, entre tantos outros benefícios, o tempo necessário para uma íntima familiaridade com Deus, sem a qual talvez não possuíssemos hoje os seus escritos, tão cheios de devoção e de unção espiritual.

Poderíamos citar muitos outros exemplos tirados dos anais da nossa Ordem. Todos eles mostrariam que a doença e as enfermidades, longe de constituírem um obstáculo que barra o caminho da perfeição, são, pelo contrário, um meio poderoso de santificação. Os bons doentes caminham, correm ou voam para o seu fim, conforme as disposições de cada um. Os maus doentes, infelizmente, tiram pouco proveito dos seus sofrimentos. Mas disso só podem culpar a própria falta de coragem e de submissão.

Concluamos este artigo com as seguintes observações do Padre Saint-Jure acerca da convalescença: «Este é um dos períodos mais perigosos da nossa vida, porque somos obrigados, contra a nossa vontade, a conceder alguma indulgência à natureza, tratando-a com mais suavidade para que recupere as forças. Ora, facilmente somos levados a conceder-nos uma liberdade excessiva e a cair na tibieza. Satisfazemos o apetite e os gostos sob o pretexto da necessidade; cedemos ao amor do conforto alegando a fraqueza; negligenciamos a oração e outros exercícios de piedade por receio de nos cansarmos; entregamo-nos a conversas inúteis e a divertimentos pueris sob o pretexto de repousar, como se o cuidado de recuperar a saúde nos desse o direito de ver, ouvir e dizer tudo o que se apresenta. E, porque o espírito deixa de estar utilmente ocupado, admite facilmente mil pensamentos ociosos que o enchem de distrações. Eis o que inevitavelmente acontecerá se não vigiarmos cuidadosamente sobre nós mesmos.»

Mas a melhor máxima a seguir, tanto na doença como na saúde, continua a ser a de Santa Gemma Galgani: «Primeiro a alma, depois o corpo.»

ARTIGO III. Vida ou morte

Mais cedo ou mais tarde, todos havemos de morrer. Mas quando? E em que circunstâncias? Sobre estes pontos permanecemos numa completa ignorância. Deus, Senhor absoluto da vida e da morte, reservou para Si o conhecimento do dia e da hora. Em regra, não comunica este segredo a ninguém. Muitos dos maiores santos ignoraram o momento da sua partida, ou só o conheceram já no fim da vida. Trinta ou quarenta anos antes da sua morte, Santo Afonso declarava que a sua última hora estava próxima. Feliz ignorância, que nos obriga a estar sempre preparados e estimula sem cessar a nossa atividade espiritual! Devemos, pois, aceitar esta incerteza com submissão e até com gratidão.

Mas deveremos desejar que a morte venha depressa ou que nos permita permanecer ainda muitos anos sobre a terra?

Há muitos motivos que legitimam o desejo de uma rápida dissolução.

I. — Os males da vida presente. Mal nasce o homem, a morte começa já a atacá-lo, obrigando-o a sustentar uma guerra contínua de defesa durante toda a vida. Apesar da alimentação, do sono e de todos os remédios imagináveis, caminha incessantemente, a passos largos, para o túmulo. A sua vida é, na verdade, apenas uma morte lenta e contínua.

Os trabalhos e fadigas, as inclemências das estações, as doenças e enfermidades, os sofrimentos do coração e do espírito, as preocupações e inquietações: tudo conspira para fazer desta terra um verdadeiro vale de lágrimas. Aos nossos próprios sofrimentos juntam-se os daqueles que nos são queridos. E, como se tantas misérias não bastassem, a malícia humana esforça-se por multiplicá-las sem medida. Os indivíduos levantam-se contra os indivíduos, as famílias contra as famílias, as nações contra as nações. Não se pensa senão em inventar novos flagelos para fazer sofrer e novos instrumentos de guerra para espalhar a ruína.

Devemos, contudo, aceitar esta provação durante todo o tempo que Deus determinar. Mas não será muito natural desejar a morte, cuja mão amiga enxugará todas as nossas lágrimas e nos introduzirá naquela pátria bem-aventurada onde já não encontraremos inimigos, nem ódio, nem tristeza, nem sofrimento de espécie alguma, mas uma tranquilidade eterna, uma paz perfeita e um repouso sem fim?

II. — Os perigos e as faltas da vida presente. Esta terra é um campo de batalha onde temos de lutar dia e noite contra um inimigo invisível, que nunca dorme e não conhece nem piedade nem cansaço. Instruído por uma experiência de seis mil anos, conhece demasiado bem o nosso lado mais fraco e encontra os cúmplices mais perigosos e traiçoeiros precisamente na fortaleza que procura conquistar. Nós somos a própria personificação da fraqueza e da inconstância. E, apesar do poderoso auxílio que Deus nos oferece, devemos recear sempre uma derrota.

Estaremos neste momento na amizade de Deus? Estaremos mais tarde? Porque a perseverança final é um dom, e aquele que hoje caminha pelos caminhos da santidade poderá talvez amanhã enveredar pela tibieza e deslizar pela encosta que conduz ao abismo. E, mesmo supondo que escapemos a esta suprema desgraça, é certo que ficaremos aquém dos nossos desejos, cometeremos uma multidão de faltas leves e sentiremos surgir no fundo do coração todo um mundo de paixões e inclinações que nos inspirarão receio. Ora, quando julgamos estar preparados, não será natural desejar a chegada da morte, para que ela ponha termo às nossas faltas incessantes e às contínuas apreensões, confirmando-nos para sempre na graça?

Além disso, temos de viver neste mundo no meio de uma geração perversa, onde os pecados e os crimes se multiplicam, onde o vício triunfa, a virtude é perseguida, a Igreja é tratada como inimiga do género humano e o próprio Criador é rejeitado por toda a parte. Como não suspirar pela assembleia dos santos, onde reina o Deus da paz e onde tudo alegrará para sempre os nossos olhos e o nosso coração?

III. — O desejo do Céu e o amor de Deus. Há muito que compreendemos o vazio, a impotência e o nada desta vida com os seus falsos bens e, abandonando o mundo, entrámos no claustro para procurar

unicamente o Bem Supremo. À medida que a nossa alma se desprende e purifica, o desejo do Céu torna-se mais intenso e o ardor do amor de Deus cresce quase até à impaciência. Só queremos Deus: Deus visto, amado e possuído sem demora.

É verdade que o Deus do nosso coração está aqui, muito perto de nós, no Santíssimo Sacramento. Mas desejamo-Lo sem qualquer véu que O esconda. Por vezes, Ele permite-nos encontrá-Lo na oração. Mas não nos contentamos com uma união tão passageira e imperfeita. Queremos possuí-Lo de maneira perfeita e eterna. O nosso corpo ergue-se como uma muralha de prisão entre a alma e o seu Bem-Amado. Que essa barreira caia, pois; que deixe de nos ocultar o único objeto de todos os nossos afetos.

«Quando, Senhor, verei o fim do meu exílio? Quando me chamareis para Vós? Quando comparecerei diante da face do meu Deus? Ai de mim! Como tarda a hora feliz da minha libertação! Mas que alegria será a minha quando souber que ela está próxima! Que júbilo experimentarei quando finalmente me disserem: “Vamos para a casa do Senhor; os nossos pés já se detêm às portas de Jerusalém” (Sl. 121, 1-2).»

Como a Esposa do *Cântico dos Cânticos*, o grande Apóstolo consumia-se de amor e suspirava pela dissolução do corpo para estar com Cristo. Estava doente de amor e, no seu impaciente desejo de gozar da presença do Bem-Amado, o menor atraso parecia-lhe uma eternidade e enchia-lhe a alma de tristeza.

Tais eram também os sentimentos de Santa Teresinha do Menino Jesus no leito de morte. «Está resignada a morrer?», perguntou-lhe o confessor. «Ah, padre», respondeu ela, «é para viver que é preciso resignação. Morrer será para mim uma alegria.»

Temos, portanto, boas razões para desejar a vinda rápida da morte. Mas existem também razões, não menos válidas, para desejar o prolongamento da nossa permanência na terra. Na realidade, são quase as mesmas que justificavam o desejo contrário.

I. — Os males da vida presente. Com paciência e espírito de fé, esses males podem tornar-se ocasião dos maiores bens. Desprendem-nos da terra

e fazem-nos aspirar a um mundo melhor. Constituem um excelente purgatório e uma mina inesgotável de virtudes e méritos. Quanto mais abundam, tanto mais abundante será a nossa colheita para o Céu.

Se a malícia humana se mistura nesses sofrimentos, que importa isso? Queremos ver, por detrás dos agentes visíveis, apenas a Divina Providência e, como fruto de todas as provações, o nosso progresso espiritual, a glória de Deus, a salvação de muitas almas e o Purgatório regado pelo Sangue do Salvador. É verdade que no Céu já não teremos de sofrer; mas também já não poderemos prestar ao nosso bom Mestre essa magnífica homenagem de sofrimentos suportados por amor da Sua glória.

II. — Os perigos e os pecados da vida presente. Admitimos de bom grado que o pensamento dos perigos inseparáveis desta vida faz desejar ardentemente o Céu. Contudo, o combate tem também os seus atrativos para um guerreiro valente, desejoso de conquistar a glória eterna e de provar o seu amor e fidelidade ao seu querido Soberano. É Ele quem nos chama às armas; e não estará connosco no combate? O claustro é a mais segura das fortalezas; e, com o auxílio da oração e da vigilância, podemos esperar combater dignamente e escapar às feridas mais graves.

Até agora, porém, a nossa vitória esteve longe de ser completa. Sem tempo suficiente, como repararemos as nossas derrotas, expiaremos as nossas faltas, compensaremos a nossa pobreza espiritual e conquistaremos um rico despojo? Sobretudo agora, quando Deus é atacado por toda a parte, o dever dos Seus filhos, dos Seus servos mais queridos, é certamente combater ao Seu lado e sofrer pela Sua causa. Era esta a convicção daquela santa alma que dizia: «Tenho, como sabeis, um ardente desejo de estar com Deus. Mas, nestes tempos de perseguição, tenho um desejo ainda mais ardente de sofrer por Ele. A morte já não exerce sobre mim o mesmo atrativo quando as esposas de Jesus Cristo são chamadas ao Calvário.»

III. — O desejo do Céu e o amor de Deus. Talvez fosse mais seguro morrer em breve; e alimentamos a feliz esperança de estar em breve com o nosso Bem-Amado. Contudo, se Deus prolongar a nossa vida e, no fim, nos conduzir em segurança ao porto eterno, bendizê-Lo-emos por isso durante toda a eternidade. Porque, aqui na terra, cada instante nos permite crescer na graça e, por conseguinte, adquirir um novo grau de glória eterna.

Ao longo de alguns anos podemos, assim, acumular centenas de milhares, talvez milhões, de graus de glória. Quer dizer: está ao nosso alcance aumentar mil vezes, um milhão de vezes, a nossa capacidade de ver, amar e possuir Deus. Que magnífico aumento de glória para Ele, de felicidade para nós, e isso para toda a eternidade! Será já suficiente a fortuna espiritual que possuímos? Não será desejável acrescentar-lhe ainda alguma coisa? E, se tivermos de esperar um pouco mais pelo Céu, entretanto poderemos continuar a embelezá-lo cada vez mais, sem limite.

Talvez, pois, fosse extremamente prejudicial aos nossos verdadeiros interesses se Deus atendesse ao nosso desejo de uma morte prematura.

IV. — Se uma determinada pessoa parecer particularmente necessária à comunidade, isso será um sinal evidente da vontade de Deus e, por conseguinte, um motivo para moderar o desejo da morte. São Martinho de Tours encontrou-se nesta situação ao aproximar-se o fim da sua vida. Não temia morrer nem recusava viver; limitava-se a abandonar-se à Providência.

O grande Apóstolo encontrou-se diante do mesmo dilema. «Morrer é lucro», escrevia aos Filipenses. «Mas, se viver na carne significa para mim trabalho frutuoso, não sei o que devo escolher. Vejo-me apertado entre as duas coisas: desejo partir e estar com Cristo, o que é incomparavelmente melhor; mas permanecer na carne é mais necessário por causa de vós. E não sei o que escolher» (cf. *Flp*. 1, 21-24).

Santo Afonso pregava, sem dúvida, a perfeita conformidade com a vontade divina. Contudo, apresenta os seus argumentos de tal modo que inclinam a alma a desejar antes a morte do que a vida. Rodríguez manifesta a mesma tendência. Segundo Santa Teresa de Jesus, o sofrimento é a única coisa que torna suportável a existência terrena. «Senhor, ou deixai-me sofrer ou deixai-me morrer», rezava ela. Não podia suportar por muito tempo a privação da visão de Deus; todavia, de bom grado aceitaria suportar todas as misérias e dores desta vida até ao fim do mundo para obter um só grau a mais de glória celeste.[28]

A sua amiga Maria Díaz, já com oitenta anos, pedia ao Senhor que lhe prolongasse a vida. Certa vez, quando a Santa lhe falou do ardente desejo que tinha do Céu, Maria respondeu: «O meu desejo é, pelo contrário, entrar

no Céu o mais tarde possível. Porque, nesta terra de exílio, ainda posso oferecer alguma coisa a Deus, trabalhando e sofrendo para Sua glória; ao passo que, no Céu, já nada terei para Lhe oferecer.»

No juízo do Venerável Dupont, «estes dois desejos, embora diametralmente opostos, assentam em fundamentos sólidos; contudo, deve preferir-se o de Maria, porque deixa maior espaço à graça, a única capaz de inspirar o amor da cruz».[29]

São Francisco de Sales, na sua última doença, permaneceu fiel à máxima que tantas vezes repetira: não desejar nada, não pedir nada, não recusar nada. Quando o exortaram a repetir a oração do moribundo São Martinho: «Senhor, se ainda sou necessário ao vosso povo, não recuso o trabalho», respondeu com profunda humildade: «Nada disso farei. Não sou necessário nem útil; sou apenas um servo totalmente inútil.»[30]

São Filipe Néri exprimia-se de modo semelhante em circunstâncias idênticas. Finalmente, citemos estas belas palavras do piedoso Bispo de Genebra: «Encarrego-me de viver bem; quanto ao cuidado da minha morte, entrego-o a Deus.»[31]

Em suma, todos os santos praticaram o santo abandono; mas, enquanto alguns desejaram viver ou morrer, outros preferiram permanecer sem qualquer desejo.

Assim, quer ponderemos os motivos, quer consideremos os exemplos, também nós devemos permanecer suspensos entre ambas as possibilidades, como o grande Apóstolo. Felizmente, não somos obrigados a escolher e, por conseguinte, não temos necessidade de formular qualquer pedido, pois trata-se de uma decisão que Deus reservou exclusivamente para Si. Do mesmo modo, quanto ao momento preciso, ao lugar e a todas as restantes circunstâncias da nossa morte, podemos manifestar a Deus os nossos desejos com filial resignação, ou então deixar-Lhe inteira liberdade para dispor de tudo segundo o Seu beneplácito, para maior glória dos Seus interesses, que, na verdade, se identificam plenamente com os nossos.

Devemos, contudo, pedir insistentemente a graça de receber os Últimos Sacramentos em plena consciência e de beneficiar do auxílio das orações da

comunidade quando chegar a hora da morte, porque então teremos deveres muito importantes a cumprir e preciosos auxílios de que aproveitar. Todavia, ainda que este pedido pareça muito razoável, deve também ele permanecer subordinado ao beneplácito divino, desde que estejamos verdadeiramente preparados.

O nosso santo Pai São Bernardo, encontrando-se fora do mosteiro ao serviço da Igreja, escrevia assim aos seus monges: «Será necessário, doce Jesus, que toda a minha vida decorra na tristeza e todos os meus anos no luto? Melhor seria morrer já, mas morrer no meio dos meus irmãos, dos meus filhos tão queridos. Assim, morrer seria para mim muito doce e muito seguro. Senhor, é próprio da vossa bondade conceder-me esta consolação antes de deixar para sempre esta terra. Não sou digno do nome de pai; mas dignai-Vos permitir que os filhos fechem os olhos daquele a quem dão esse nome, que assistam ao seu fim, o confortem na derradeira viagem, acompanhem a sua alma com as suas orações até às moradas dos bem-aventurados — se o julgardes digno de tal felicidade — e depositem os seus ossos entre os dos vossos servos, cuja pobreza ao menos ele partilhou. Este favor, Senhor, se encontrei graça diante dos vossos olhos, desejo obtê-lo ardentemente pelas orações e méritos dos meus irmãos. Contudo, não se faça a minha vontade, mas a vossa. Porque não é por mim, mas por Vós, que desejo viver ou morrer.»[32]

Certo dia, Santa Gertrudes, ao subir uma encosta íngreme, escorregou e caiu até ao vale. As companheiras perguntaram-lhe se, naquele momento, tivera receio de morrer sem receber os Sacramentos. Ela respondeu: «É minha firme esperança não ser privada dos auxílios da religião quando chegar a minha última hora. Mas aquilo que Deus quiser nesta matéria, também eu o quero, porque estou convencida de que a melhor disposição que se pode ter na hora da morte é estar perfeitamente submisso à santa vontade de Deus.»

Em conclusão, o essencial para nós é prepararmo-nos para uma santa morte mediante uma vida santa, pois disso depende toda a nossa eternidade. Esta é a graça que devemos desejar acima de todas as outras e pedir constantemente, sem qualquer condição. Enquanto esperamos o momento fixado pela Providência, seja a nossa única preocupação tornar o tempo que

ainda nos resta o mais fecundo possível para a eternidade. E, quando o fim se aproximar, que a nossa única ocupação seja unir, ou melhor, identificar completamente a nossa vontade com a vontade de Deus em tudo o que respeita à nossa morte e a todas as suas circunstâncias, mesmo às mais humilhantes. É este o melhor meio de tornar santa e serena a nossa morte.

ARTIGO IV. A desigual distribuição dos dons naturais

Devemos todos contentar-nos com os dons e talentos com que a Providência nos dotou. Ninguém deve permitir-se queixar-se de não ter recebido tanta inteligência ou habilidade como outro, ou de ver as suas forças diminuídas pelo excesso de trabalho, pelos anos ou pela doença. Esta advertência aplica-se a todos, porque mesmo os mais bem dotados têm sempre alguns defeitos que os obrigam a praticar a resignação e a humildade. Seria tanto mais perigoso permanecer desarmado neste ponto quanto é precisamente aqui que o demónio ataca um grande número de almas. Leva-as a compararem-se com aquilo que outrora foram ou com aquilo que os outros são, para nelas suscitar toda a espécie de maus sentimentos: desprezo orgulhoso pelo próximo, exagerada estima de si mesmas, inveja acompanhada de malícia e ressentimento e, por vezes, até desânimo.

Nesta matéria, como em todas as outras, somos obrigados a conformar-nos com a vontade de Deus, a contentar-nos com os talentos que Ele nos concedeu e com a condição em que nos colocou. Não devemos, pois, desejar ser mais inteligentes, mais hábeis ou mais estimados do que corresponde ao Seu beneplácito. Se não fomos tão liberalmente dotados como outros, se temos algum defeito natural do corpo ou do espírito, uma aparência pouco atraente, um membro incapacitado, saúde frágil, memória pouco segura, inteligência lenta, juízo limitado ou pouca aptidão para este ou aquele trabalho, não devemos queixar-nos nem murmurar por estarmos assim, nem invejar aqueles que possuem as qualidades de que carecemos.

Revelaria muito mau gosto quem se ofendesse porque o presente que recebeu gratuitamente não era tão rico nem tão belo como desejaria. Estaria Deus obrigado a conceder-nos uma inteligência mais brilhante ou um corpo melhor? Não poderia ter-nos criado em condições ainda menos favoráveis

ou mesmo ter-nos deixado no nosso nada original? Teremos nós merecido tudo o que Ele nos deu? Não. Tudo é pura liberalidade da Sua bondade, pela qual Lhe somos imensamente devedores. Quem se queixa de um benefício recebido gratuitamente? Reprimamos, pois, este miserável orgulho que nos tornaria ingratos e agradeçamos humildemente ao Senhor os dons que Se dignou conceder-nos.

Na distribuição dos talentos naturais, Deus não está obrigado a respeitar os nossos falsos princípios de igualdade. Não tendo obrigação para com ninguém, continua a ser Senhor absoluto dos Seus benefícios. Não comete, portanto, qualquer injustiça ao dar mais a uns e menos a outros. A Sua sabedoria leva-O a conceder a cada um o necessário para a missão que lhe quer confiar. O artesão fabrica os seus instrumentos com o tamanho, o peso e a forma mais adequados ao trabalho para que os destina. Do mesmo modo, Deus concede-nos diferentes inteligências e talentos conforme o serviço que preparou para cada um e o grau de glória que deseja daí receber. [33]

Exige que todos cumpram os deveres comuns da vida cristã. Além disso, distribui-nos diversos encargos na Sua casa: a uns confia as funções do sacerdócio, a outros as da vida religiosa, a outros ainda os deveres próprios dos leigos, segundo o estado ou vocação de cada um. E, em conformidade com esta diversidade de missões, distribui também os dons da natureza e da graça. Acima de tudo, procura o bem das nossas almas; ou, melhor dizendo, o Seu único objetivo é procurar a Sua própria glória mediante a nossa santificação. Também nós devemos ver em todos os Seus dons, naturais ou sobrenaturais, apenas meios para glorificar o Doador, santificando-nos.

«Quem sabe», diz Santo Afonso, «se, com maiores talentos, melhor saúde ou uma aparência mais agradável, não nos perderíamos? Quantos não encontraram na ciência, na inteligência, na força e na beleza ocasião de ruína eterna, porque essas qualidades lhes inspiraram vaidade, desprezo pelos outros ou os levaram a mergulhar em mil vícios? E quantos, pelo contrário, graças à pobreza, à doença ou à deformidade, se salvaram e santificaram, quando, se fossem ricos, robustos ou belos, se teriam perdido! Podemos passar sem beleza, sem riquezas e sem talentos; uma só coisa é necessária: salvar a alma.»[34]

Talvez pensemos que necessitamos de determinadas aptidões para desempenhar os deveres do nosso cargo e que, dispondo de maiores recursos naturais, poderíamos fazer muito mais bem. Mas, como observa acertadamente o Padre Saint-Jure: «Para muitos, é muito melhor e até muito importante para a sua salvação terem pouca inteligência, pouca memória e poucos dons naturais. Dons maiores seriam a sua perdição; os que Deus lhes concedeu bastam para os salvar. As árvores não prosperam melhor por estarem plantadas nos lugares elevados; estariam muito mais protegidas nos vales. Uma memória prodigiosa, que tudo retém; um espírito vivo e penetrante, capaz de dominar todas as ciências; uma erudição rara; um brilhantismo extraordinário; uma fama incomparável: tudo isto serve muitas vezes apenas para alimentar a vaidade e torna-se, por isso mesmo, ocasião de ruína espiritual.»[35]

Chega mesmo a acontecer encontrarmos pobres vítimas da ilusão, tão enamoradas dos próprios méritos, que aspiram às primeiras posições, invejam aqueles que ocupam certos cargos e chegam até a difamá-los e a procurar destruí-los. Que seria de nós se possuíssemos talentos ainda maiores? Só Deus o sabe. Não será, pois, verdadeira sabedoria deixarmo-nos inteiramente nas Suas mãos e depender totalmente do Seu beneplácito?

Não será ao menos permitido desejar e pedir estes dons naturais? Certamente, desde que o façamos com reta intenção e humilde submissão. Já falámos das riquezas e da saúde. Quanto à beleza, podemos deixá-la de lado, pois o Espírito Santo declara que ela é vã e enganadora. Pode, no entanto, haver necessidade de determinadas aptidões, e certos dons parecem particularmente desejáveis, como uma memória fiel, uma inteligência penetrante, um juízo equilibrado, um coração generoso ou uma vontade firme. É, portanto, legítimo pedi-los. Santo Alberto Magno obteve pela oração uma admirável facilidade para adquirir conhecimentos.

Mas o piedoso Bispo de Genebra, fiel ao seu ensinamento constante, «não queria que ninguém desejasse uma inteligência mais brilhante ou um juízo mais sólido». Segundo ele, «tais desejos são vãos e levam-nos a descurar o dever de cultivar os talentos que realmente possuímos».[36]

Sim, empregaríamos muito melhor o nosso tempo se, em vez de cobiçarmos as qualidades que nos faltam, aproveitássemos da melhor maneira aquelas que Deus nos concedeu. Delas nos pedirá rigorosas contas; e, quanto mais nos tiver dado, maiores frutos exigirá. Quer tenhamos recebido dez talentos, cinco, dois ou apenas um, teremos igualmente de Lhe restituir o capital e os respetivos juros. A mais magnífica recompensa não será necessariamente para o servo que recebeu mais talentos, mas para aquele que fez render melhor os que recebeu, fossem muitos ou poucos.

Para merecer o castigo do servo mau, não é necessário ter abusado dos talentos; basta tê-los escondido. E que recompensa poderemos esperar de Deus se empregarmos os Seus dons, não para a Sua glória e os Seus interesses, não segundo a Sua vontade e intenção, mas apenas para nós próprios e segundo os nossos caprichos?

«Como os olhos dos servos estão fixos nas mãos dos seus senhores» (Sl. 122), assim devemos manter continuamente os olhos da nossa alma voltados para Deus, para descobrir o que Ele exige de nós e implorar o Seu auxílio. Porque a Sua santa vontade é o único caminho que nos pode conduzir ao nosso fim e, sem Ele, nada podemos fazer.

Quem desempenha, então, da melhor maneira o seu modesto papel neste mundo? Nem sempre aquele que recebeu mais talentos, mas sim aquele que mais docilmente se deixa moldar nas mãos de Deus, isto é, o mais humilde e obediente. Servindo-Se de um instrumento dócil, ainda que em si mesmo seja de pouco valor, Deus realiza maravilhas.

«Acreditai em mim», diz São Francisco de Sales, «Deus é um grande Artífice. Com os instrumentos mais humildes, realiza obras admiráveis. Habitualmente escolhe os fracos para confundir os fortes, a ignorância para confundir a ciência, aquilo que nada é para destruir o que parece ser alguma coisa. Que prodígios realizou com uma simples vara na mão de Moisés! Com a queixada de um jumento na mão de Sansão! E não foi pela mão de uma mulher frágil que derrotou Holofernes?»[37]

Nos nossos próprios tempos, que prodígios de conversão não realizou Ele por meio do Cura d'Ars! Este santo sacerdote estava longe de ser um génio, mas era profundamente humilde. À sua volta havia numerosos

sacerdotes mais instruídos e dotados de qualidades naturais superiores. Contudo, porque não se deixavam tão completamente nas mãos de Deus, nunca alcançaram a fecundidade apostólica daquele humilde operário.

Quem é que melhor aproveita os seus dons naturais para a própria santificação? Também aqui não é, necessariamente, o mais dotado, mas aquele que possui uma fé mais viva, uma humildade mais profunda e uma obediência mais perfeita. Não vemos frequentemente homens ricamente favorecidos com toda a espécie de talentos naturais desperdiçarem a vida presente e comprometerem a eternidade, enquanto outros, menos dotados e menos instruídos, se mostram infinitamente mais sábios, porque mantêm o olhar fixo unicamente em Deus e vivem apenas para Ele?

Certo dia, uma santa religiosa lamentava diante de Nosso Senhor aquilo a que humildemente chamava a sua nulidade. Sofria, mais do que de costume, com o sentimento da própria insignificância, quando lhe ocorreu este pensamento: «Posso sofrer e posso amar. Para estas duas coisas não preciso nem de talento nem de saúde. Ó meu Deus, como sois bom! Posso, então, permanecendo no meu nada, glorificar-Vos e ajudar-Vos na salvação das almas!»

«Como?», perguntou o Beato Egídio a São Boaventura. «Uma pessoa ignorante como eu pode amar a Deus tanto como o mais sábio dos doutores?» «Sim, irmão; até uma velhinha analfabeta pode amar a Deus tanto como, ou mais do que, um mestre em Teologia.» Ao ouvir estas palavras, o bom irmão, transportado de alegria, correu para o jardim e começou a gritar em alta voz: «Vinde, homens simples e ignorantes; vinde, pobres velhinhas sem instrução; vinde amar Nosso Senhor. Podeis amá-Lo tanto como o irmão Boaventura e os maiores doutores, e até mais.»[38]

ARTIGO V. — OS OFÍCIOS

Aquele que é senhor de si mesmo pode procurar uma ocupação conforme aos seus gostos e aos seus talentos, bastando-lhe seguir as normas da prudência cristã. No mosteiro, porém, a escolha não nos pertence. É a obediência que nos manda permanecer simplesmente no seio da comunidade, sem qualquer cargo especial, ou assumir este ou aquele

trabalho temporal, este ou aquele encargo espiritual. É, pois, neste campo que o santo abandono encontra uma das suas aplicações mais importantes.

É sobretudo nesta matéria que devemos adotar a máxima do piedoso Bispo de Genebra: nada pedir, nada desejar, nada recusar. Nada devemos desejar, isto é, senão cumprir perfeitamente a vontade de Deus; e nada devemos temer, senão seguir a nossa própria vontade. Há aqui dois perigos de que importa precaver-nos: podemos expor-nos ao perigo procurando cargos e ofícios, ou faltar à obediência recusando- os.

Não será mais prudente nada desejar, nada pedir, mas conservarmo-nos numa santa indiferença, dada a incerteza em que nos encontramos? Não sabemos se corresponde mais à vontade de Deus e é mais vantajoso para a nossa alma sermos encarregados de algum ofício ou permanecermos sem qualquer emprego especial. Neste segundo caso, evitaríamos muitos perigos e responsabilidades; ficaríamos inteiramente livres para nos dedicarmos só a Deus, consagrando todo o nosso tempo às doces e santas ocupações de Maria e ao governo do pequeno reino interior da nossa alma. Isso não significaria, porém, uma vida de ociosidade, mas antes um trabalho muito árduo e constante.

Teríamos sempre a paciência e a coragem necessárias para nos entregarmos a esse trabalho com perseverança? Ou, como acontece com quem nada tem para fazer, ocuparíamos o tempo em fantasias inúteis e em assuntos que não nos dizem respeito? Em todo o caso, perderíamos as mil ocasiões de sacrifício e de santo zelo que os diversos encargos oferecem.

Por outro lado, os deveres ligados a um cargo proporcionam uma abundante colheita de mortificações, preocupações e humilhações. A própria palavra «encargo», que usamos para designar funções e ofícios, indica bem que se trata de um peso, por vezes muito pesado, para quem o desempenha conscienciosamente. E é precisamente por isso que esses encargos se tornam um meio de santificação, graças aos sacrifícios que impõem.

Os encargos espirituais têm ainda uma vantagem muito particular. Impõem-nos a feliz obrigação de repartir frequentemente o pão da palavra de Deus, de conviver diariamente com almas santas e de exercer o

apostolado pelo bom exemplo. Mas acarretam também graves responsabilidades. Porque, se o rebanho não fizer os progressos esperados, os primeiros a prestar contas ao Supremo Pastor serão precisamente os seus pastores.

Além disso, não haverá motivo para recear que nos deixemos absorver pelos cuidados temporais em prejuízo dos espirituais, que esqueçamos a nossa própria alma enquanto cuidamos da dos outros, que negligenciemos os deveres da vida comunitária e que façamos do nosso cargo um pretexto para conceder excessiva liberdade à natureza?

Em suma, estas e outras considerações semelhantes devem tornar-nos muito prudentes nos nossos desejos. Antes nos devem levar a rezar desta maneira: «Meu Deus, será mais útil para a vossa glória e para a minha santificação que eu exerça um cargo ou que permaneça sem qualquer função especial? Eu nada sei; mas Vós sabeis tudo. Em Vós deposito toda a minha confiança. Disponde de tudo, eu Vo-lo suplico, da maneira mais vantajosa para os nossos interesses comuns. Quanto a mim, não quero outra vontade senão a vossa.»

Significa isto que nos seja proibido ter um desejo e exprimi-lo com filial submissão? De modo nenhum. Todavia, trata-se de uma questão muito delicada, que exige um sério exame.

Como observa justamente Santo Afonso: «Se tiverdes de escolher, escolhei sempre os encargos menos agradáveis.»[39] São Francisco de Sales exprime-se em termos muito semelhantes: «Quando nos é concedida a escolha, devemos preferir os trabalhos mais humildes e mais desagradáveis, aqueles que nos oferecem maiores ocasiões de agir por Deus e de nos humilharmos mais por Seu amor.»

Mas, mesmo acompanhados destas disposições, tais desejos continuariam a parecer suspeitos ao santo Doutor. Como sabeis, pergunta ele, se, depois de desejardes os ofícios mais humildes, tereis força para amar a humilhação que neles encontrareis e suportar sem queixa todos os desgostos, amarguras, mortificações e humilhações que vos esperam? Segundo ele, devemos considerar como uma tentação o desejo de qualquer cargo, seja ele qual for, sobretudo quando se trata de um posto honroso.[40]

«Quanto àqueles que aspiram a cargos mais importantes do que os que lhes foram confiados, persuadidos de que neles fariam mais bem», diz Rodríguez, «vivem numa estranha ilusão se julgam que esses desejos procedem de um zelo desinteressado pela glória de Deus e pela salvação do próximo. A verdade é que desejos desta natureza denunciam uma ambição secreta, uma sede de estima humana, de consideração e de uma vida mais cómoda. Revelam também que o cargo desejado lhes dará maior prestígio ou está mais de acordo com os seus gostos do que aquele que atualmente desempenham. (...) Se fôsseis verdadeiramente humildes, desejaríeis antes ver essas altas dignidades e importantes encargos confiados aos outros do que a vós próprios, porque estaríeis convencidos de que ninguém é menos digno deles do que vós, nem mais exposto a fazer deles ocasião de vaidade.»[41]

Concluamos, pois, com São Francisco de Sales que é sempre melhor nada desejar e colocar-nos inteiramente nas mãos da Providência. Porque haveríamos de preferir uma coisa a outra? Desde que agrademos a Deus e amemos a Sua santa vontade, devemos dar-nos por satisfeitos, sobretudo na vida religiosa, onde é a obediência que determina o valor de tudo. Conservemo-nos, portanto, prontos para aceitar qualquer encargo que nos seja confiado. «Quer seja humilde quer honroso, devemos recebê-lo com humildade, sem dizer palavra, a não ser que nos perguntem. E, nesse caso, diremos simplesmente a verdade, tal como a conhecemos.»[42]

Não poderíamos dar a Deus prova mais bela do nosso amor e da nossa confiança do que deixando-O dispor de nós segundo os Seus desígnios, dizendo-Lhe com o Salmista: «O meu destino está nas vossas mãos» (Sl. 30, 16). Este pensamento deve conservar-nos sempre na paz, sem desejarmos saber mais nada.

Mas, quando o superior falou, é Deus quem nos declarou a Sua vontade. Já não se limita a manifestar o Seu beneplácito pelo desenrolar dos acontecimentos; faz-nos conhecer expressamente o que exige de nós pela boca do Seu representante. O Senhor tinha já os mais absolutos direitos à nossa obediência. Porém, pela profissão religiosa, contraímos para com Ele novas obrigações e, ao mesmo tempo, entregámo-nos à comunidade. O superior está oficialmente encarregado, em nome de Deus e da comunidade,

de exigir de nós aquilo que prometemos pelo voto. E um dos nossos compromissos não consiste precisamente em permitir que o superior disponha de nós segundo o espírito da nossa santa Regra?

Quer ele nos deixe sem qualquer encargo especial, quer nos confie uma função, quer nos retire aquela que desempenhávamos, tudo isso pertence ao seu ofício, e nós temos obrigação de ser fiéis à promessa feita. O superior reza para obter luz, consulta, reflete e depois decide segundo a sua consciência, os meios de que dispõe e o espírito da Regra. Só perante Deus e perante os superiores maiores responde pelas suas decisões. Não está obrigado a pedir o nosso consentimento nem sequer a expor-nos as suas razões.

Além disso, é seu dever, e tanto lhe interessa como a nós, procurar acima de tudo o bem das almas. E Deus, que por meio dele nos confia um determinado encargo, colocará também à nossa disposição a Sua graça. Postos de lado, portanto, os nossos gostos e repugnâncias, caminhemos corajosamente para onde Ele nos chama, certos de que jamais nos faltará o Seu auxílio.

Não temos o direito de recusar um ofício por ser demasiado humilde. Nada há de mais baixo e desprezível do que o orgulho e a falta de virtude. E, ao serviço do Altíssimo, nenhum trabalho deve ser considerado inferior. As ações mais insignificantes têm um valor inestimável aos Seus olhos quando são enobrecidas pela fé, pelo amor e pela dedicação. A Santíssima Virgem ultrapassou os próprios Serafins, porque santificou, com as mais perfeitas disposições interiores, as ocupações mais modestas.

Além disso, a comunidade é um corpo vivo que necessita de todos os seus membros. Precisa de uma cabeça, mas também de mãos e de pés. Com que direito desejaríamos ser a cabeça em vez dos pés, ou os olhos em vez das mãos? Quando desprezamos um trabalho por o julgarmos inferior aos nossos méritos, mostramos falta de humildade; e é precisamente por isso que Deus quer confiar-nos um encargo que facilite a aquisição dessa virtude. Sirvamo-Lo, pois, generosamente num ofício capaz de ferir o nosso orgulho e a nossa delicadeza, e assim Lhe daremos a melhor prova do nosso amor dedicado aos Seus interesses.

Também não temos o direito de recusar um cargo por o julgarmos superior às nossas capacidades. Seria uma humildade muito estranha, capaz de destruir a obediência e de nos fazer esquecer os nossos deveres. Compete ao superior, e não a nós, avaliar as nossas aptidões. Ele assume toda a responsabilidade da escolha; a nós cabe apenas a responsabilidade da obediência.

Teríamos certamente motivo para recear se tivéssemos procurado esse encargo ou se ele nos fosse confiado por nossa própria iniciativa. Mas, uma vez que a nomeação vem de Deus, Ele não nos abandonará. E, como São Francisco de Sales nos recordou no capítulo anterior, «Deus é um Artífice habilíssimo», capaz de realizar maravilhas com os instrumentos mais pobres. O talento é precioso quando anda unido à virtude. Mas aquilo que Deus exige sobretudo dos Seus instrumentos é docilidade e maleabilidade, isto é, humildade e obediência. Além disso, Deus não nos pede o êxito; basta-Lhe que façamos o melhor que pudermos.

Finalmente, não temos o direito de recusar um cargo com o pretexto, tão facilmente invocado, de que ele seria perigoso para a nossa alma. Sobre este ponto, Santo Afonso escreve: «Não penseis justificar-vos diante de Deus recusando um cargo por receio das faltas que nele podereis cometer. Ao entrar na vida religiosa, obrigámo-nos a prestar à comunidade todos os serviços de que somos capazes. Mas, se o receio do pecado bastasse como desculpa, essa desculpa serviria sempre e para todos. Em quem poderia então a comunidade confiar para o seu serviço e administração? Tomai a firme resolução de cumprir a vontade de Deus, e o Seu auxílio jamais vos faltará.»[43]

«Não será, pois, preferível deixar que Deus disponha de nós segundo os Seus desígnios, esperar o encargo que Lhe aprouver confiar-nos e, qualquer que ele seja, recebê-lo em humilde silêncio? Pode acontecer, contudo, que determinado cargo esteja realmente acima das nossas forças, seja demasiado conforme às nossas inclinações naturais ou até perigoso para a nossa alma. Nesse caso, é razoável e talvez até muito necessário informar o superior dessas circunstâncias que ele pode ignorar. Mas devemos fazê-lo com toda a humildade, resignação e mansidão prescritas pelas nossas Regras cistercienses para casos semelhantes. Se, apesar das nossas respeitosas

observações, o superior insistir em que aceitemos o cargo, curvemo-nos com amorosa submissão diante da vontade de Deus, persuadidos de que a obediência é o melhor para nós. Formemos, porém, o propósito de vigiar cuidadosamente sobre nós próprios, confiando no auxílio da graça, e de manter o superior devidamente informado do nosso procedimento.»[44]

Concluamos este artigo com esta importante passagem de Rodríguez: «Aquilo que Deus considera em nós durante a vida presente não é a maior ou menor importância do cargo que ocupamos na comunidade. Para Ele é indiferente que alguém seja superior, pregador, porteiro ou sacristão; o que verdadeiramente conta é a maneira como cada um desempenha a missão que lhe foi confiada. Se o porteiro cumpre o seu dever com melhores disposições do que o superior, será mais agradável a Deus do que este e receberá maior recompensa. Não desejeis, pois, os dons que a Providência vos recusou nem os cargos mais importantes da comunidade. Aplicai-vos unicamente a desempenhar, o melhor possível, a função que vos foi atribuída e a fazer frutificar os talentos que recebestes»,[45] para glorificar Deus mediante a vossa santificação.

Por conseguinte, nunca deveis, sob o pretexto de um encargo especial, descurar a observância comum nem a vida interior. Pelo contrário, deveis exercer o vosso ofício à luz da eternidade e sob o olhar de Deus. Conservai-vos numa obediência e humildade rigorosas e fazei dos deveres e dificuldades do vosso cargo ocasião de progresso na virtude. Aí está o essencial, a única coisa verdadeiramente necessária e a mais preciosa de todas as vantagens.

ARTIGO VI. Repouso e tranquilidade

«Que os mais pequeninos do Senhor façam de mim o uso que entenderem, contanto que tirem proveito para as suas almas. A melhor maneira de me pouparem é precisamente não me pouparem de todo. O meu repouso consiste em ver que não têm receio de me incomodar nas suas necessidades. Estou sempre à disposição deles, pronto a prestar-lhes toda a ajuda que estiver ao meu alcance. E, enquanto tiver um sopro de vida, continuarei a servir a Deus, servindo com sincera caridade os Seus filhos.»[46]

São Francisco de Sales ensinava e praticava a mesma caridade. Sempre que alguém se aproximava dele, ainda que fosse uma simples criança, o Santo assumia a atitude respeitosa de um subordinado diante do seu superior. Nunca afastava ninguém; jamais recusava falar ou escutar; nem deixava transparecer a menor impaciência quando lhe faziam perder o precioso tempo com conversas fúteis. Dizia simplesmente para consigo: «É esta a vontade de Deus para mim. Que mais posso desejar? Enquanto estou ocupado nesta ação, não sou obrigado a fazer qualquer outra. A vontade de Deus é o nosso centro. Fora dela não encontramos senão inquietação e perturbação.»[47]

Santa Joana Francisca de Chantal testemunha que, mesmo quando se encontrava sobrecarregado de trabalho, parecia permanecer sempre intimamente unido a Deus, amando igualmente a Sua santa vontade em todas as coisas; e, graças a isso, aquilo que por natureza era mais contrário aos seus gostos transformava-se para ele numa verdadeira fonte de alegria. [48]

CAPÍTULO V: O abandono naquilo que depende da opinião dos outros

ARTIGO I. — A REPUTAÇÃO

Muito querida nos é a nossa reputação, sobretudo a reputação junto dos nossos superiores e da nossa comunidade. Damos o maior valor à sua confiança e estima. Além disso, podemos necessitar da boa opinião que têm de nós para o desempenho dos cargos que nos são confiados. Ora, acontece não raras vezes que, por motivos louváveis ou censuráveis, justa ou injustamente, os outros falem mal de nós. Trata-se de uma provação nada pequena. O Salmista queixa-se muitas vezes dela diante de Deus. Conhecia bem «a contradição das línguas», «os filhos dos homens cujos dentes são lanças e flechas, e cuja língua é espada afiada», «as línguas malignas e enganadoras, semelhantes a carvões devastadores e a flechas agudas disparadas por mãos poderosas» (Sl 30, 21; 56, 5; 119, 4).

Se estas flechas, lançadas contra nós às claras ou às escondidas, vierem a atingir a nossa reputação, devemos suportar sempre a injustiça com paciência, conformando-nos com o beneplácito divino. Porque, por detrás dos agentes humanos, devemos ver unicamente Deus, que Se serve deles como instrumentos Seus, quer eles tenham ou não consciência disso. Um dia pedir-lhes-á rigorosas contas e retribuir-lhes-á segundo as suas obras. Entretanto, utiliza o seu zelo, a sua irreflexão e até a sua malícia para nos pôr à prova.

A nossa reputação pertence-Lhe. Tem, portanto, o direito de dispor dela como entender. Pode parecer-nos que dela necessitamos para desempenhar convenientemente os nossos deveres. Mas Ele sabe melhor do que nós o que mais convém aos interesses da Sua glória, ao bem das almas e ao nosso progresso espiritual. E, se determinou provar-nos desta maneira, compete-Lhe escolher para esse fim o instrumento que mais Lhe aprouver.

Assim, apesar das queixas e protestos da natureza, esqueçamos deliberadamente as causas visíveis e imediatas e fixemos o olhar apenas em Deus. Beijemos com filial submissão a mão que nos fere por amor e dediquemo-nos diligentemente a colher os frutos de santificação que esta provação pretende produzir.

Provações deste género oferecem-nos raras ocasiões de progredir em numerosas virtudes sólidas. A alma, desprendendo-se da própria reputação, eleva-se acima da opinião dos homens até Deus, para O servir doravante com perfeita pureza de intenção. A humildade fortalece-se e aprofunda as suas raízes ao aceitar esta dolorosa aflição; porque então o justo despreza-se a si mesmo e suporta de boa vontade o desprezo dos outros.

A mansidão ganha novo vigor ao reprimir os impulsos da ira; a paciência cresce ao moderar a tristeza provocada pelas injustiças sofridas. Como é bela e sublime a caridade daquele que perdoa todas as injúrias, ama os seus inimigos, fala deles sem amargura e lhes retribui o mal com o bem! A confiança em Deus floresce na serenidade com que suportamos a cruz, e o amor de Nosso Senhor manifesta-se na fidelidade com que continuamos a servi-Lo como anteriormente. Um dos frutos mais preciosos que frequentemente colheremos destas provações será vencer o mal com o bem. E gozaremos sempre da bem-aventurança prometida aos verdadeiramente mansos, misericordiosos e pacificadores.

Ao enviar-nos provações desta natureza, Deus quer tornar-nos humildes de coração, segundo o exemplo e o ensinamento do Cordeiro e dos Seus fiéis amigos. «Houve alguma reputação tão ultrajada como a de Jesus Cristo? Quantas injúrias sofreu! Quantas calúnias foram pronunciadas contra Ele! Contudo, o Pai deu-Lhe um Nome acima de todos os nomes e exaltou-O na mesma medida em que os homens O humilharam.

E não saíam os Apóstolos cheios de alegria das assembleias onde tinham sofrido insultos e ultrajes por causa do Nome de Jesus? Porque, na verdade, é uma glória sofrer por tão digna causa. Compreendo muito bem que desejemos sofrer apenas perseguições brilhantes, para que a nossa vaidade encontre ainda alimento nos próprios sofrimentos! Gostaríamos de uma crucifixão gloriosa. Mas pensais que, quando os santos mártires suportavam tantos tormentos cruéis, eram encorajados pelos aplausos dos espectadores? Pelo contrário, eram amaldiçoados e execrados. Ah! Como são poucos os que aceitam sacrificar a própria reputação aos interesses da glória d'Aquele que sofreu uma morte tão ignominiosa na cruz para nos merecer uma glória que jamais passará!»[49]

Assim fala São Francisco de Sales. E acrescenta: «Que é, afinal, a reputação, para que tantos façam dela um ídolo? No fundo, não passa de um sonho, de uma sombra, de uma opinião, de um pouco de fumo, de um breve louvor cuja memória desaparece com o próprio som, de uma estima muitas vezes enganadora, de tal modo que muitos se espantam por serem censurados por defeitos que não possuem e elogiados por virtudes às quais sabem muito bem opor-se vícios contrários.»

Por vezes informavam o Santo de que era alvo de maledicências e de boatos monstruosos e escandalosos. Em vez de se defender, respondia serenamente: «É só isso que dizem? Então não sabem tudo a meu respeito. Na verdade, lisonjeiam-me. São demasiado indulgentes. Vejo claramente que desejam julgar-me melhor do que realmente sou. Bendito seja Deus! Tenho de me corrigir. Se não mereço censura por essas faltas em particular, mereço-a certamente por muitas outras. E é sempre uma misericórdia ser censurado com tanta moderação.»[50]

Mas, por mais completo que seja o nosso desprendimento da reputação e o nosso abandono a Deus em tudo o que lhe diz respeito, não devemos deixar de a proteger com prudente cuidado. Este é o conselho explícito do Livro da Sabedoria e pertence, por conseguinte, à vontade significada de Deus.

«A boa reputação», segundo São Francisco de Sales, «é um dos fundamentos da sociedade humana. Sem ela, não só nos tornamos inúteis, mas até prejudiciais ao próximo, por causa do escândalo que provocamos. A caridade, portanto, ordena, e a humildade aprova, que a desejemos e a conservemos como um bem precioso. Além disso, ela é muito útil para preservar as virtudes, sobretudo quando ainda são tenras e frágeis. A obrigação de guardar o bom nome e de merecer estima exerce sobre nós uma doce, mas poderosa violência, obrigando-nos a praticar uma generosa coragem.

Não devemos, contudo, mostrar-nos excessivamente ardorosos, exigentes ou melindrosos nesta questão da reputação. O desprezo pelas injúrias e pelas calúnias é remédio muito melhor do que a impaciência. Desprezai-as, e desaparecerão; irritai-vos, e apenas dareis a impressão de reconhecer as faltas que vos atribuem. Sim, devemos zelar pelo nosso bom

nome, mas não até ao ponto de fazer dele um ídolo. E, se não devemos escandalizar os justos, também não devemos preocupar-nos em agradar aos ímpios.»[51]

«Devemos estar prontos a renunciar a conversas frívolas, costumes inúteis, amizades superficiais e companhias dissipadoras quando tudo isso prejudica a nossa reputação. Porque o bom nome vale mais do que tais divertimentos vãos. Mas, se os homens murmuram de nós, nos censuram ou nos caluniam por causa das nossas práticas de piedade, dos nossos esforços para progredir na devoção ou do nosso avanço no caminho do Céu, não respondamos; mantenhamos antes os olhos fixos no nosso Salvador crucificado. Ele protegerá a nossa reputação.

Se, porém, permitir que a percamos, fá-lo-á apenas para a substituir por outra melhor ou para nos firmar mais solidamente na humildade, sendo um só grau desta virtude mais valioso do que todas as honras do mundo. Se formos injustamente acusados, oponhamos serenamente a verdade à calúnia. E, se a calúnia persistir, continuemos a humilhar-nos, entregando assim a nossa reputação, juntamente com a nossa alma, aos cuidados de Deus. Em parte alguma ela estará mais segura.

Faço, todavia, duas exceções: a primeira refere-se a certos crimes tão atrozes e infamantes que ninguém deve consentir em ser deles acusado, se puder legitimamente refutar a imputação; a segunda diz respeito às pessoas de cuja boa reputação depende a edificação dos outros. Nestes casos, deve exigir-se, com serenidade, a reparação da injustiça cometida.»[52]

Estas são as palavras que São Francisco de Sales dirige a Filoteia e que descrevem fielmente a maneira como ele próprio procedia. Exigia que a dignidade episcopal fosse respeitada, mesmo na sua própria pessoa; mas, fora disso, permanecia completamente indiferente à estima ou ao desprezo dos homens, mostrando-se igualmente despreocupado quer o elogiassem quer o censurassem. Defendia-se com modéstia de certas calúnias que podiam comprometer o seu ministério episcopal; mas, de um modo geral, parecia insensível às injúrias e às opiniões desfavoráveis que os outros formavam a seu respeito. Chegava mesmo a divertir-se com tais injustiças, coisa verdadeiramente rara.

«Aqueles que se queixam das calúnias», dizia ele, «são excessivamente sensíveis. Não passam de cruzes feitas de palavras levadas pelo vento. É preciso ter um ouvido demasiado delicado e uma pele demasiado sensível para não suportar o zumbido e a picada de uma mosca.»

Quando era alvo de graves calúnias, fixava o olhar no Salvador, morrendo como um criminoso na cruz, entre dois ladrões. «Ele é a verdadeira serpente de bronze. Se O contemplarmos, seremos curados das feridas causadas pela língua da víbora. Perante tão grande exemplo, teremos vergonha de nos queixarmos e, mais ainda, de alimentar qualquer ressentimento contra os nossos caluniadores.»[53]

Lembrava-se também do Juízo Final, onde cada um receberá exatamente aquilo que merece. Entretanto, pouco lhe importava que os homens o censurassem, contanto que agradasse ao seu divino Mestre. Nem sequer permitia que outros tomassem a sua defesa.

«Dei-vos porventura procuração para vos zangardes em meu nome?», dizia a um daqueles que pretendiam defendê-lo. «Não faleis mais nisso. Não passa de uma cruz de palavras, de uma tribulação feita de vento. É bem possível que os meus detratores vejam melhor os meus defeitos do que aqueles que me estimam. Eles são os nossos verdadeiros amigos, mais do que os nossos inimigos, porque colaboram connosco na destruição do amor-próprio.»

Assim, indiferente ao louvor e ao desprezo, abandonava-se inteiramente aos cuidados da Divina Providência, pronto a cumprir o seu dever tanto na boa como na má reputação, desejando apenas a reputação que Deus quisesse conceder-lhe para o serviço da Sua glória.[54]

Mesmo quando podiam refutar as calúnias e parecia quase obrigatório fazê-lo, os santos preferiam muitas vezes guardar silêncio, seguindo o exemplo de Cristo na Sua Paixão, e deixar à Providência o cuidado de os justificar, se esse fosse o beneplácito divino. Entre muitos outros, São Geraldo Majela é um exemplo memorável.

«Uma mulher indigna acusou-o de um crime horrível. Perturbado e alarmado, Santo Afonso mandou chamá-lo, comunicou-lhe a acusação e

perguntou-lhe o que tinha a dizer em sua defesa. Impassível como uma estátua de mármore, Geraldo não respondeu uma única palavra. Então Santo Afonso proibiu-o de se aproximar do altar e de conviver com os outros religiosos. Geraldo não proferiu qualquer queixa.

Os padres, convencidos da sua inocência, insistiam para que se justificasse. “Há um Deus”, respondia ele, “e é a Ele que compete tratar deste assunto.” E, quando lhe aconselharam ao menos que pedisse autorização para comungar, a fim de encontrar algum consolo no seu martírio, respondeu: “Não; antes morramos sob o peso da vontade divina.”

Cinco dias mais tarde, satisfeito por ter feito de Geraldo, à semelhança do Seu divino Filho, “o opróbrio dos homens”, Deus manifestou a sua inocência. A infeliz mulher que o acusara retratou-se, confessando ter agido por inspiração do demónio. A justificação interessava tão pouco a Geraldo como antes lhe interessara a acusação. Quando Santo Afonso lhe perguntou por que razão se recusara a defender-se, recebeu esta resposta sublime: “Padre, a nossa Regra não nos ordena que nunca nos desculpemos, mas que suportemos em silêncio toda a espécie de mortificações?”»[55]

É certo que, nestas circunstâncias, a Regra não o obrigava a proceder assim; por isso, este exemplo deve antes ser admirado do que imitado. Mas como ele envergonha a nossa excessiva sensibilidade!

ARTIGO II. — AS HUMILHAÇÕES

A humildade é a virtude mais contrária aos sentimentos naturais. Contudo, a sua importância é vital e a sua influência profundamente benéfica. Removendo o principal obstáculo, facilita o progresso da alma. Dá-nos força e segurança nos perigos, nas ilusões e nas provações, porque sabe desconfiar de si mesma e recorrer à oração.

Torna-nos agradáveis a todos os que nos rodeiam, porque, sob a sua influência, mostramos submissão para com os superiores, mansidão e afabilidade para com os nossos iguais, bondade e consideração nas relações com os inferiores. Torna-nos agradáveis ao nosso Pai celeste, porque nos coloca na verdadeira atitude de criaturas diante da Sua divina majestade e

da Sua suprema autoridade. Imprime em nós uma comovente semelhança com o nosso Irmão, nosso Amigo, Esposo das nossas almas, Jesus manso e humilde de coração. Não é Ele a própria personificação da humildade?

Ele atrai os humildes e repele os orgulhosos. «Ao humilde protege e livra; ao humilde ama e consola; ao humilde Se inclina e comunica abundantemente as Suas graças; e, depois de o ter humilhado, exalta-o na glória. Ao humilde revela os Seus segredos e atrai-o docemente para Si.» Assim fala o autor da *Imitação de Cristo* (I, II, cap. III).

Muito claras e precisas são também as palavras do divino Mestre: «Quem se humilhar será exaltado, e quem se exaltar será humilhado» (Mt 23, 12). Se, pois, alimentamos a nobre ambição de crescer cada dia mais na amizade e intimidade de Deus, o meio mais seguro de subir na Sua estima é descermos na nossa própria estima, por meio da humildade.

Ai de quantos ignoram este segredo! Há muitos a quem se aplicam as palavras do Salmista: «No seu coração dispôs degraus para subir» (cf. Sl 83, 6). Vivem quase exclusivamente preocupados em subir, quando deveriam antes pensar em descer.

Ah! Quanto lhes aproveitaria meditar na profunda resposta que Santa Teresinha do Menino Jesus deu a uma das suas noviças! «Quando penso em tudo o que ainda tenho de adquirir!...» «Dizei antes em tudo o que tendes de perder. Vejo que estais no caminho errado; assim nunca chegareis ao fim da viagem. Quereis subir uma montanha, enquanto Deus quer que desçais. É no vale da humildade que Ele vos espera... O único meio de avançar rapidamente na vida de amor é permanecer sempre pequenina. Foi isso mesmo que eu fiz.»[56]

Há muitos caminhos que conduzem à humildade. Quanto a nós, temos particular confiança no caminho das humilhações, porque, segundo a bela expressão de São Bernardo: «A humilhação conduz à humildade, assim como a paciência conduz à paz e o estudo ao conhecimento.»[57]

Quereis saber se a vossa humildade é verdadeira, até que ponto chegou e se progride ou regride? Podeis descobri-lo pela maneira como suportais as vossas humilhações. Quando são devidamente aceites, fazem-nos avançar

vigorosamente. Por vezes, graças a elas, realizamos progressos prodigiosos, e sem elas a humildade perfeita é impossível. «Desejas possuir a virtude da humildade?», pergunta São Bernardo. «Então não fujas do caminho da humilhação. Porque, se não consegues suportar ser rebaixado pela humilhação, não mereces ser elevado pela humildade.»[58]

Segundo São Francisco de Sales, há duas maneiras de praticar a humilhação. Uma é passiva: depende do beneplácito divino e faz parte do objecto do abandono. A outra é activa e pertence à vontade significada de Deus.[59] A maioria das pessoas contenta-se com esta última, porque sente repugnância pela primeira. Consentem em humilhar-se a si mesmas, mas não em ser humilhadas pelos outros. É um grave erro.

A auto-humilhação é, sem dúvida, muito importante; e devemos dar sempre preferência às práticas que mais se conformem com a nossa vocação e mais contrariem as nossas inclinações naturais. São Francisco de Sales quer que nunca usemos linguagem de humildade, a não ser que ela brote sinceramente do coração; de outro modo, «esse modo de falar não passa de um sublimado muito refinado de orgulho: para alcançar a glória de sermos tidos por humildes, imitamos os remadores que mantêm as costas voltadas para o destino para onde se dirigem. Ou seja, talvez sem o percebermos, navegamos de velas enfunadas pelo mar da vaidade.»[60]

Pratiquemos, pois, a auto-humilhação, não por palavras, mas por obras. A melhor forma de humilhação activa para os religiosos consiste na submissão leal à regra, aos superiores e até aos próprios irmãos. Todos sabem que os doze graus de humildade de São Bento são quase exclusivamente exercícios de obediência. É também na virtude da obediência que São Francisco de Sales encontra o critério da verdadeira humildade, apoiando-se nas palavras de São Paulo, segundo as quais Nosso Senhor Se aniquilou tornando-Se perfeitamente obediente. «Vedes», pergunta ele, «como devemos medir a nossa humildade? Pela obediência. Se obedeceis com prontidão, sinceridade e alegria, sois verdadeiramente humildes. Porque, sem verdadeira humildade, é impossível haver verdadeira obediência. A obediência exige que sejamos submissos; e quem é verdadeiramente humilde faz-se inferior e sujeito a toda a criatura por amor

de Jesus Cristo. Considera todos os seus próximos como superiores a si mesmo, olhando-se como o opróbrio dos homens e o refugo do mundo.»[61]

É também uma excelente humilhação abrir o coração sem reservas àqueles que estão encarregados da nossa direcção espiritual, prestando-lhes conta fiel das nossas tentações, das nossas más inclinações e, em geral, de todas as desordens da nossa alma. Outra prática salutar consiste em acusarmo-nos das nossas faltas exteriores diante dos superiores, como se estivéssemos diante do próprio Deus, aceitando com coração contrito e humilde as penitências habituais dos nossos mosteiros. Além destas humilhações prescritas pela regra, há muitas outras que podemos adoptar livremente. Todavia, quanto a estas, São Francisco recomenda grande prudência, «porque o amor-próprio pode insinuar-se aqui de maneira muito subtil e quase imperceptível». Ele colocava apenas em sexto lugar a procura de humilhações que não viessem do exterior. Tinha muito maior estima pelas humilhações que não eram escolhidas por nós.[62]

Na verdade, as humilhações que nós próprios procuramos são sempre demasiado delicadas e demasiado raras para destruírem eficazmente o amor-próprio. O que realmente precisamos é que os outros nos confundam, nos digam sem rodeios a verdade sobre nós mesmos, nos exponham, nos repreendam repetidamente e nos façam sentir todo o mundo de miséria e corrupção que fervilha no nosso interior.

É por isso que Deus nos priva da saúde, enfraquece as nossas faculdades naturais, nos deixa na impotência e nas trevas ou nos aflige com outras provações interiores. É por isso que permite que Satanás nos esbofeteie, que move os nossos superiores a repreender-nos e que impôs à comunidade a obrigação de cooperar connosco, segundo os nossos costumes, na correcção das nossas faltas. É sobretudo através dos nossos irmãos que Ele nos submete à dolorosa, mas salutar, acção da humilhação. Serve-Se de todos nesta obra, utilizando tanto o zelo esclarecido como o zelo amargo, as virtudes e os defeitos, as boas intenções, as fraquezas e até a própria malícia. Os homens são apenas os Seus instrumentos responsáveis; Ele recompensá-los-á ou castigá-los-á segundo as suas obras, no tempo por Ele determinado.

Deixemos, pois, Deus dirigir tudo. Fixando os nossos olhos unicamente n'Ele, nosso Deus, nosso Salvador e nosso Amigo por excelência, esqueçamos tudo o que desagrada à natureza e aceitemos da Sua mão este tratamento das humilhações, tão benéfico quanto penoso. Em geral, elas são leves e passageiras. Mas, se fossem mais dolorosas e duradouras, seriam também, pela misericórdia de Deus, em medida ainda maior, «uma compensação pelos nossos pecados passados, um título para o perdão das nossas faltas quotidianas, um remédio para as nossas enfermidades, um tesouro de méritos e virtudes, uma prova da nossa fidelidade a Deus, o preço de relações mais íntimas com Ele e o meio da nossa perfeição.»

As humilhações alimentam o orgulho quando são rejeitadas com ira ou aceites com descontentamento. Isto explica por que razão, como observa São Bernardo, «tantos são humilhados sem se tornarem humildes». Só aproveita das suas humilhações quem as recebe de boa vontade; e aproveita tanto mais quanto mais humildemente as acolhe, como vindas da mão de Deus, dizendo para consigo, por exemplo: «Bem mereci esta confusão e tenho grande necessidade dela. Se uma pequena ofensa, uma ligeira falta de consideração ou uma palavra desagradável bastam para me encher de perturbação e inquietação, é porque o orgulho ainda vive e é vigoroso no meu coração. Assim, longe de considerar esta humilhação como um mal, devo antes vê-la como um remédio; devo bendizer a Deus, que Se digna curar-me, e sentir-me agradecido aos meus irmãos pela ajuda que me prestam no combate contra o amor-próprio.

E, além disso, aquilo que verdadeiramente deveria causar-me vergonha, confusão e humilhação é ver-me ainda tão cheio de orgulho, depois de tantos anos ao serviço do Rei dos humildes. Ah! Se conhecêssemos claramente as nossas faltas passadas e as nossas misérias presentes, facilmente nos convenceríamos de que nenhuma criatura nos pode fazer sofrer tanto desprezo, injúria e desonra quanto merecemos. E, em vez de murmurarmos quando Deus nos envia humilhações, deveríamos antes agradecer-Lhe como por um admirável favor, pois, em troca da aceitação de uma confusão leve e passageira, Ele oculta aos olhos de quase todos os mortais a vista das nossas inúmeras misérias e poupa-nos à confusão eterna dos condenados. Não digamos que somos inocentes no caso presente. Há, sem dúvida, muitas faltas da nossa responsabilidade que nunca foram

castigadas, e a expiação delas não deixa de ser devida por ter sido tão longamente adiada.

São Pedro Mártir, injustamente lançado na prisão, queixava-se assim a Nosso Senhor: «Que crime cometi eu para merecer semelhante castigo?» «E por que crime fui Eu pregado na cruz?», respondeu-lhe o Crucificado. [63]

A Igreja canta d'Ele que «só Ele é Santo, só Ele é Senhor, só Ele é o Altíssimo, com o Espírito Santo, na glória de Deus Pai». Contudo, «veio para o que era seu, e os seus não O receberam» (Jo 1, 11). Pelo contrário, cumulá-Lo-iam de ultrajes e sujeitá-Lo-iam a toda a espécie de maus-tratos. Acusaram-n'O, condenaram-n'O, preferiram-Lhe um homicida, crucificaram-n'O entre dois ladrões e insultaram-n'O até na cruz. Foi o mais desprezado entre os desprezados, o último dos homens. O seu adorável Rosto foi desfigurado pelos golpes e manchado pelos escarros. Não desviou a face dos seus algozes, nem pronunciou uma só palavra de censura; antes adorou em silêncio a vontade do Pai, que sabia ser perfeitamente justa, e aceitou-a amorosamente, porque Se via carregado com os pecados do mundo.

E nós, pobres criaturas, culpadas de tantos crimes, haveremos de considerar uma desonra participar nas humilhações do Filho de Deus e recebê-las em humilde silêncio? Seria isso generoso ou sequer justo? Não seria antes vergonhoso? Como poderíamos agradar Àquele que é manso e humilde de coração, enquanto semelhante orgulho reinasse em nós? Não teria Ele o direito de nos dizer: «Eu fui desprezado, caluniado, tratado como louco; e tu ainda queres ser estimado, ainda és sensível ao insulto!»

Além disso, o amor tende sempre a produzir semelhança entre aqueles que se amam. Na medida, pois, em que avançamos no amor de Jesus, submetemo-nos cada vez mais de boa vontade e acabamos por aceitar com alegria participar nas Suas humilhações, injúrias e opróbrios. Então o amor leva-nos a considerar como uma grande graça, como uma honra singular, todos os afrontamentos, calúnias, insultos e desprezos, venham eles de onde vierem. Faz-nos abandonar, renunciar e rejeitar toda a outra glória, excepto a que procede do nosso amado Crucificado. Por amor dessa glória, alegramo-nos na humilhação, na abnegação, no aniquilamento de nós

mesmos; e os únicos emblemas de majestade que desejamos são a coroa de espinhos do Salvador, a cana que Lhe serviu de ceptro, o manto de escárnio que Lhe lançaram aos ombros e o trono da Sua cruz, onde os Seus amigos experimentam mais contentamento, mais alegria, mais glória e mais felicidade do que Salomão no seu trono de marfim.»[64]

Nestas palavras, São Francisco de Sales descreve-nos as suas próprias disposições. Reconhecia, no desprezo e nas injúrias que tinha de suportar, a santa vontade de Deus e conformava-se imediatamente com ela. Parecia insensível às ofensas que lhe eram feitas, não guardava qualquer ressentimento contra os seus inimigos e mostrava-se sempre pronto a atender os seus pedidos razoáveis. Segundo a sua própria expressão, se lhe arrancassem um olho, continuaria a olhar para eles afectuosamente com o outro.

Certa vez foi desafiado para um debate público por um ministro protestante, célebre pela violência da sua língua venenosa. «Óptimo!», exclamou. «É precisamente disto que preciso. Acaso Nosso Senhor não foi saturado de injúrias? O meu único desejo é que Deus seja glorificado por meio da minha humilhação. Se eu for insolentemente insultado, Ele será magnificamente exaltado. Vereis conversões às dezenas: mil cairão à esquerda e seis mil à direita.»[65]

São Francisco de Assis alimentava os mesmos sentimentos. Um dia chegou a um lugar onde foi muito bem recebido. «Vamos partir», disse aos companheiros; «aqui nada temos a ganhar, pois tratam-nos com honra. O nosso proveito encontra-se apenas entre aqueles que nos censuram e desprezam.»[66]

ARTIGO III. — PERSEGUIÇÕES VINDAS DOS BONS

As perseguições podem vir tanto dos maus como dos justos. «Ser desprezado, repreendido e acusado pelos pecadores é uma alegria para um homem corajoso», diz São Francisco de Sales. «Mas ser repreendido, acusado e maltratado por pessoas de bem, pelos amigos e pelos parentes: ah!, isso sim é a verdadeira prova da virtude. Assim como a ferroada de uma abelha dói mais do que a picada de um insecto vulgar, também as

contrariedades e contradições que sofremos da parte de pessoas bem-intencionadas são mais amargas do que quaisquer outras.»[67]

São Pedro de Alcântara, cheio de compaixão por Santa Teresa, assegurava-lhe que uma das maiores aflições que se podem sofrer neste exílio era precisamente a provação que ela experimentara, isto é, a oposição vinda dos bons. Será porque damos maior valor à estima e ao afecto dessas pessoas? Será porque esta prova é mais inesperada? Ou porque, sendo pessoas justas, actuam segundo a sua consciência e julgam ser seu dever não fazer qualquer concessão aos nossos sentimentos? Seja qual for a origem e as circunstâncias destas dolorosas provações, as reflexões seguintes ajudar-nos-ão a santificá-las.[68]

«Todos os santos sofreram perseguições nesta vida», diz Santo Afonso. «Pensai em São Basílio, acusado de heresia diante do Papa São Dâmaso; em São Cirilo, condenado como herege por um concílio de quarenta bispos e depois ignominiosamente deposto; em Santo Atanásio, perseguido com acusações de feitiçaria; em São João Crisóstomo, acusado de imoralidade.

Pensai em São Romualdo: tinha mais de cem anos e, no entanto, foi acusado de um crime tão execrável que o queriam queimar vivo. Pensai em São Francisco de Sales: durante três anos acreditou-se que vivera em relações criminosas com uma mulher do mundo, e esperou durante três anos que Deus limpasse a sua reputação. Pensai, finalmente, em Santa Lidwina, em cujo quarto uma mulher perversa entrou um dia para lhe lançar mil injúrias, cada uma mais escandalosa do que a anterior.»[69]

Todos sabem como o nosso santo pai São Bento esteve prestes a ser envenenado pelos próprios monges e como os fundadores de Cister tiveram de sofrer tanto por parte dos seus irmãos de Molesme como de outros religiosos do seu tempo. O mesmo sucedeu ao Abade João de La Barrière e ao Abade de Rancé quando empreenderam as suas reformas.

São Francisco de Assis renunciou ao cargo de superior por causa da oposição que encontrou entre os seus discípulos: o seu vigário-geral, Frei Elias, teve a ousadia de o acusar, diante de grande número de religiosos, de

arruinar o Instituto. Esse mesmo Elias fez lançar São António de Pádua na prisão.

Santo Inácio de Loyola sofreu a humilhação de ser encerrado nas prisões do Santo Ofício. São João da Cruz, depois de reformar o Carmelo, foi encerrado numa cela escura pelos religiosos da Observância; aí, privado da consolação de celebrar a Santa Missa, teve de suportar durante muitos meses uma austeridade rigorosíssima, disciplinas humilhantes e as mais amargas censuras.

Pela mesma razão, e também pelos caminhos extraordinários por onde Deus a conduzia, Santa Teresa de Jesus teve de suportar as duras provações de que a sua autobiografia apenas nos deixa entrever alguns traços. O seu confessor, Baltasar Álvarez, sofreu igualmente graves perseguições por causa da sua oração sobrenatural. Poderíamos citar inúmeros outros exemplos. Mas concluamos com Santo Afonso.

Durante muitos anos, Santo Afonso foi impiedosamente perseguido: como teólogo pelos rigoristas, como fundador dos Redentoristas pelos regalistas e, por fim, por dois dos seus próprios religiosos, como já referimos. Barónio relata como o Papa São Leão IX se deixou prevenir contra São Pedro Damião. «Menciono este facto», acrescenta o ilustre analista, «para consolar as vítimas das línguas venenosas, recomendar prudência aos que são excessivamente crédulos e adverti-los do perigo de dar demasiado crédito às calúnias, sobretudo quando recaem sobre pessoas cuja vida longa e honrada lhes granjeou merecida reputação.»[70]

Estas perseguições parecem provir da diversidade dos espíritos e dos caracteres humanos. «Que concórdia pode haver entre Cristo e Belial?» (2 Cor. 6, 15). Os pecadores não suportam a presença da virtude, por mais modesta e discreta que seja, porque ela os condena, os inquieta e lhes exige conversão. Quanto às pessoas de bem, porque ainda não dominaram suficientemente as suas paixões — como sucede com a maioria — deixam-se, mais cedo ou mais tarde, cegar e desviar, em prejuízo da paz e da caridade.

Assim, o Padre Francisco de Paula, principal perseguidor de Santo Afonso, estava longe de ser um mau religioso. Pelo contrário, a sua vida

anterior era muito edificante, e certamente teria ficado profundamente surpreendido se alguém lhe tivesse predito que um dia procuraria arruinar o seu ilustre e santo fundador, servindo-se de insinuações, acusações maldosas e caluniosas, com um zelo digno de melhor causa. No entanto, caiu nesse abismo porque não combateu suficientemente a paixão da ambição. Talvez até então nem sequer suspeitasse da sua existência no próprio coração.

Mas até os santos, mesmo os maiores, podem tornar-se causa de sofrimento uns para os outros, seja por incompreensões, seja pelas diferentes concepções do dever. Com efeito, os homens diferirão sempre nos seus modos de ver e nas suas disposições.

Para compreender plenamente o mistério destas provações, porém, é preciso recorrer a Nosso Senhor e penetrar, quanto possível, nos desígnios da Providência. Jesus advertiu-nos de que a Sua vinda traria a espada e não a paz, e de que os inimigos do homem seriam os da sua própria casa. Ele próprio foi perseguido e chamado Beelzebu. O discípulo não está acima do Mestre. Por conseguinte, também os Seus fiéis discípulos seriam perseguidos, odiados, expulsos de cidade em cidade, traídos, e chegaria mesmo a hora em que aqueles que os matassem julgariam prestar desse modo culto a Deus.

O Apóstolo faz eco das palavras do Mestre: «Todos os que quiserem viver piedosamente em Cristo Jesus sofrerão perseguição» (2 Tim. 3, 12). Mas o Salvador conclui: «Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus. Bem-aventurados sereis quando vos insultarem, vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por Minha causa. Alegrai-vos e exultai, porque é grande a vossa recompensa nos Céus; pois assim perseguiram os profetas que vos precederam» (Mt. 5, 10-12).

Qual é, porém, o fim que a Providência procura alcançar por meio destas provações purificadoras? Quer marcar todas as Suas obras com o sinal da Cruz; desprender-nos da estima e do afecto humanos; exercitar-nos na paciência, no abandono completo e no amor exclusivo de Deus; e aperfeiçoar a santidade dos amigos mais dedicados de Nosso Senhor.

Jesus humilhado, desprezado, vítima da iniquidade, mas manso e humilde de coração em meio de todos os ultrajes, cheio de afecto e de espírito de sacrifício até ao derramamento do Seu Sangue, apesar da injustiça e da perfídia: eis o Mestre que nos mostra o caminho, o Modelo ao qual o Espírito Santo tem por missão conformar-nos.

A Providência serve-Se tanto dos maus como dos bons como instrumentos para reproduzir em nós Jesus ultrajado, desprezado e ignominiosamente maltratado. Ao mesmo tempo, porém, o Espírito Santo oferece-nos a Sua graça e opera em nós para nos fazer imitar Jesus manso e humilde de coração, Jesus cheio de doçura e de caridade heróica. Caminhar com passo resoluto nas pegadas de Jesus perseguido é entrar pelos caminhos da santidade. Murmurar, queixar-se e segui-l'O a contragosto é arrastar-se penosamente pela senda da inquietação e da mediocridade.

Além disso, «devemos estar convencidos», diz Santo Afonso, «de que, em recompensa da nossa paciência ao suportar todas as perseguições com o espírito devido, Deus terá um cuidado especial de nós; e Ele, como Senhor, pode libertar-nos quando quiser. Mas, ainda que tivéssemos de viver sempre neste mundo debaixo da nuvem da desonra, lembremo-nos de que existe outra vida, onde a nossa paciência será recompensada com uma glória tanto mais magnífica quanto maior tiver sido a prova.»[71]

Esqueçamos, pois, os nossos adversários humanos e todas as injustiças que pareçam fazer-nos sofrer. Expulsemos do coração todo o sentimento de amargura e de ressentimento. Com os olhos fixos no Filho de Deus perseguido, em Jesus, nosso Modelo e Bem-Amado das nossas almas, adoremos, como Ele, todos os desígnios do Seu Pai, que é também nosso Pai. Abracemos amorosamente tanto as provações que Ele nos envia como os seus efeitos, já existentes e irreparáveis, procurando entretanto, para delas tirar o maior proveito possível, entrar nas disposições do nosso doce Jesus e agir em todas as circunstâncias como Ele agiria no nosso lugar.

Isto não nos impedirá — quanto ao que ainda está por acontecer — de fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar o perigo ou afastar as suas consequências, se isso for do agrado de Deus, sempre que a Sua glória, o bem das almas ou outras causas justas pareçam exigi-lo ou permiti-lo.

O Beato Henrique Suso viveu durante muito tempo neste doloroso caminho. Escutemos as instruções que recebeu do Céu. Ouviu uma voz interior que lhe dizia: «Abre a janela da tua cela, olha e aprende.» Abriu a janela e olhou. Viu um cão a correr pelo claustro com um pedaço de pano na boca. O animal brincava com o pano, lançava-o ao ar, arrastava-o pelo chão, rasgava-o e fazia-o em farrapos. Então ouviu de novo a voz: «Assim serás tu dilacerado e despedaçado pelas línguas dos teus irmãos.»

Reflectiu então consigo mesmo: «Já que assim tem de ser, só me resta resignar-me. Hei-de suportar em silêncio ser tratado como aquele pedaço de pano.» Desceu ao claustro, apanhou o pano e conservou-o durante muitos anos como um preciosíssimo tesouro. Sempre que se sentia tentado à impaciência, a vista daquela recordação lembrava-lhe o que devia ser e ajudava-o a conservar um silêncio heróico.

Certa vez, tendo evitado aqueles que o perseguiam, foi interiormente repreendido e ouviu no coração estas palavras: «Lembra-te de que Eu, teu Salvador, não desviei o Meu rosto daqueles que Me cuspiam.» Arrependeu-se imediatamente dessa momentânea fraqueza e renovou as suas resoluções.

A voz interior voltou a dizer-lhe: «É vontade de Deus que, quando fores ultrajado por palavras ou por obras, tudo suportes pacientemente. Ele quer que morras completamente para ti mesmo e exige que, todos os dias, antes de tomares a tua refeição, vás ao encontro dos teus adversários e procures, com a mansidão e a humildade das tuas palavras e do teu comportamento, apaziguar a sua ira. [...] Não os consideres verdadeiros Judas, mas apenas instrumentos de Deus para te provar em teu próprio benefício.»[72]

Santo Afonso, quando foi condenado pelo Papa com base em acusações injustas e chegou mesmo a ser expulso da Congregação que fundara, não pronunciou uma única palavra de queixa nem de recriminação. Limitou-se a dizer estas palavras de heróica submissão: «Há já seis meses que repito esta oração: Senhor, tudo o que Vós quiserdes, isso quero eu também.» E, com o coração despedaçado, mas plenamente resignado, aceitou permanecer exilado até à morte, porque essa era a vontade de Deus.

Longe de alimentar qualquer ressentimento contra o seu perseguidor, escreveu-lhe nestes termos: «Soube com alegria que o Papa vos cumula dos

seus favores. Peço-vos que me informeis sempre que vos acontecer alguma felicidade, para que eu possa dar graças a Deus por ela. Peço-Lhe que aumente em vós o Seu santo amor, multiplique as vossas casas e abençoe tanto a vós como às vossas missões.»

Nesta provação, como em todas as outras circunstâncias difíceis, começou por pedir as orações da sua Congregação e recomendar a cada religioso que renovasse o seu fervor, para que todos obtivessem a protecção de Deus. Depois tomou todas as precauções que a prudência aconselhava, permanecendo, contudo, sempre disposto a conformar a sua vontade com o beneplácito divino, fosse ele qual fosse.[73]

No auge das suas perseguições, São João da Cruz acolhia as censuras com alegria, porque se julgava merecedor de tratamentos ainda piores. Parecia-lhe nunca poder sofrer injúrias em quantidade suficiente. Ansiava pela hora em que receberia a disciplina sangrenta, impaciente por suportar a dor e a humilhação por amor de Deus. Considerava-se tão cheio de defeitos e culpado de tantos pecados que nunca lhe ocorria ressentir-se dos afrontamentos e ultrajes, nem tê-los por cruéis ou injustos.

Embora as suas dores interiores fossem então ainda mais intensas, encontrava consolação na sua íntima união com Deus e na composição do admirável *Cântico Espiritual*, que viria mais tarde a explicar.[74]

CAPÍTULO VI: Do abandono nos bens espirituais essenciais

Ocupemo-nos neste capítulo daquilo que pertence à própria essência da vida espiritual: em primeiro lugar, do seu fim essencial, que é a vida da glória; em segundo lugar, da sua essência nesta vida, que é a vida da graça; em terceiro lugar, do seu exercício essencial neste mundo, isto é, a prática das virtudes e a fuga do pecado; em quarto lugar, dos seus meios essenciais, que são a observância dos preceitos e das nossas obrigações particulares, tais como os votos, as regras, etc. Tudo isto é necessário para os adultos, tanto religiosos como seculares, qualquer que seja o estado ou condição em que tenha agradado a Deus colocá-los e quaisquer que sejam os caminhos pelos quais os conduz ao seu fim. Tudo isto constitui o objecto próprio da Sua vontade significada. Pertence, por conseguinte, ao domínio da obediência, e não ao do santo abandono. Contudo, mesmo aqui o abandono pode encontrar ocasiões para se exercer.

ARTIGO I — A vida da glória

«Deus declarou de tantas maneiras e por tantos meios que quer a salvação de todos, que ninguém pode ignorá-lo. E embora, de facto, nem todos se salvem, esta vontade não deixa por isso de ser uma verdadeira vontade de Deus, que age em nós segundo as exigências da Sua própria natureza e da nossa.» Concede-nos a Sua graça em abundância, mas deixa-nos a liberdade, sem a qual não poderíamos merecer. «Devemos querer a nossa salvação como Deus a quer; por conseguinte, devemos querer e acolher, com resolução absoluta, as graças que Ele nos concede. É necessário que a nossa vontade esteja conforme com a d'Ele.»[75]

São estas as palavras de São Francisco de Sales, e gostamos de as citar para defender a sua doutrina das falsas interpretações dos Quietistas. Bossuet parte precisamente da passagem que acabámos de citar para demonstrar, com mil provas, que, estando a salvação incluída no objecto principal da vontade significada de Deus, o piedoso Bispo de Genebra não poderia tê-la submetido ao abandono, e que, «se o Santo parece estender a santa indiferença a todas as coisas», tem em vista apenas aquilo que depende exclusivamente do beneplácito divino. Além disso, seria uma

impiedade contra Deus e um acto da maior crueldade para connosco tornarmo-nos indiferentes em relação à salvação ou à condenação.

Ora, esta monstruosa indiferença era muito estimada pelos Quietistas. Condenavam o desejo do Céu e desprezavam a virtude da esperança: uns porque o desejo implica um acto; outros porque, segundo eles, a perfeição exige que sejamos movidos apenas pelo amor, o qual excluiria o temor, a esperança e toda a consideração pelos próprios interesses. Há aqui quase tantos erros quantas as palavras. Para deixar Deus agir livremente e para nos tornarmos dóceis às Suas inspirações, é certamente necessário suprimir tudo o que há de defeituoso na nossa actividade, mas não a própria actividade. Precisamos dela para corresponder à graça: Deus ajuda quem se ajuda a si mesmo. O motivo do puro amor é, sem dúvida, o mais perfeito; mas todos os outros motivos sobrenaturais também são bons, e o próprio Deus Se compraz em despertá-los nas almas.

A caridade anima todas as outras virtudes; governa-as e enobrece-as; mas não as suprime. Assemelha-se antes a uma rainha que nunca aparece sem todo o esplendor do seu cortejo. A caridade ocupa o primeiro lugar; a esperança, o segundo. Ambas são necessárias e, longe de se oporem, vivem numa perfeita harmonia. Além disso, não pertence à própria natureza do amor tender para a união? E quanto mais ardente é o amor, tanto mais intenso se torna o desejo de união com o Bem-Amado. Pensamos constantemente n'Ele; desejamos a Sua presença, a Sua amizade, a Sua intimidade; já não conseguimos viver sem Ele. E, se uma alma fervorosa consente de boa vontade em adiar a sua entrada no Céu, fá-lo precisamente por desejar agradar a Deus, abraçando a Sua santa vontade, e para poder vê-Lo e possuí-Lo mais perfeitamente durante toda a eternidade. Afinal, não consiste a salvação no amor puro, sempre actual, imutável e perfeito? Ao passo que a condenação implica a extinção definitiva e total do amor.[76]

É verdade que Moisés pediu que o seu nome fosse apagado do livro da vida, se Deus não perdoasse ao Seu povo; e São Paulo desejou ser anátema pelos seus irmãos. São Francisco de Sales assegura-nos que uma alma heroicamente indiferente «preferiria o inferno com a vontade de Deus ao paraíso sem a vontade de Deus. E, se, supondo tal coisa possível, soubesse que a sua condenação agradaria mais a Deus do que a sua salvação,

renunciaria livremente ao Céu e tomaria o seu lugar entre os condenados.»[77]

Nestas hipóteses impossíveis, os santos revelam a grandeza, o ardor e os transportes da sua caridade. Mas estão certamente muito longe de uma criminosa indiferença quanto à posse ou perda definitiva de Deus, quanto ao amor ou ao ódio por Ele durante toda a eternidade. Querem apenas dizer que suportariam alegremente, se assim o exigisse a vontade de Deus, todos os sofrimentos deste mundo e até todos os tormentos do inferno, excepto o pecado. Tão grande é o seu amor de Deus! Tão ardente é o seu desejo de Lhe agradar, cumprindo em tudo a Sua vontade, e de O glorificar pela conversão das almas! Santa Teresa do Menino Jesus exprime fielmente os sentimentos desses antigos santos quando, «não sabendo como dizer a Jesus quanto O amava, quanto desejava que Ele fosse amado e servido por toda a parte, declarou-se pronta a ser lançada no abismo do inferno, para que até ali tivesse alguém que O amasse eternamente. Evidentemente, isso não poderia glorificá-Lo, porque Ele deseja apenas a nossa felicidade. Mas, quando se ama muito, sente-se a necessidade de dizer semelhantes loucuras!»[78] Declarações deste género são absolutamente sinceras nos lábios de Moisés, de São Paulo e dos outros santos. Mas as almas menos perfeitas correm o risco de alimentar uma ilusão presunçosa e de satisfazer o amor-próprio quando se entregam a tais protestos.

Em resumo, devemos querer positivamente tudo aquilo que Deus manda. E, como nada Lhe é mais caro do que a nossa salvação, devemos querê-la de modo absoluto e acima de tudo. O único campo onde há lugar para o abandono nesta matéria é o da questão do tempo, isto é, se mais cedo ou mais tarde, como mostrámos ao tratar da vida e da morte, e também o grau de graça e de glória, como passaremos agora a explicar.

ARTIGO II — A vida da graça

A vida da graça é o germe que se desenvolve na vida da glória. A primeira decorre entre os combates da provação; a segunda triunfa na felicidade alcançada. Mas, na sua essência, são uma só e a mesma vida, sobrenatural e divina, que começa aqui na terra e se consuma no Céu. Além disso, a vida da graça é a condição indispensável da vida da glória e

determina o grau em que esta será desfrutada. Por conseguinte, devemos desejar uma tanto como a outra. Deus quer que procuremos ambas como o fim supremo da nossa existência. Ocupa-Se exclusivamente em ajudar-nos a alcançá-las; e o único desejo do demónio é fazer-nos perdê-las. As almas que têm plena consciência do seu destino não têm outro objectivo, no meio dos trabalhos e vicissitudes da existência terrena, senão conservar a vida da graça, tão preciosa e tão disputada, e levá-la ao seu mais alto desenvolvimento. Assim, quanto à posse actual desta vida, não pode haver lugar para o santo abandono, porque é vontade claramente significada de Deus que «tenhamos vida e a tenhamos em abundância» (João 10, 10).

Mas o abandono pode ser praticado no que diz respeito ao grau da graça e, consequentemente, ao grau das virtudes e ao grau da glória eterna. Segundo o ensinamento do Concílio de Trento, «recebemos a graça na medida em que o Espírito Santo no-la comunica e em proporção das nossas disposições e da nossa cooperação».[79] A graça, as virtudes sobrenaturais e a glória dependem, portanto, ao mesmo tempo de Deus, que comunica os Seus dons como Lhe apraz, e do homem, na medida em que este se dispõe e lhes corresponde.

Visto que, em tudo isto, a nossa generosidade pessoal é um fator determinante, devemos rezar, rezar mais, rezar melhor; devemos cooperar com a ação divina de modo corajoso e perseverante, e não poupar esforço algum para alcançar o grau de virtude e de glória que a Providência nos destinou. Porque não progredimos mais na santidade? Qual a razão de, por assim dizer, apenas vegetarmos, em vez de possuirmos uma superabundância de vida espiritual? A graça é concedida abundantemente às almas generosas; no claustro somos inundados por ela. Mas seria concedida em medida ainda maior e produziria frutos muito mais abundantes, se soubéssemos alcançá-la melhor pela oração e não lhe opuséssemos resistência pelas nossas infidelidades. Não, não foi a graça que nos faltou; fomos nós que faltámos à graça. Nunca lancemos a culpa sobre Deus para desculpar a nossa negligência. Há demasiada verdade na seguinte reflexão de São Francisco de Sales: «Jesus, o Bem-Amado das nossas almas, vem até nós e encontra os nossos corações cheios de desejos mundanos, afetos e pequenas vontades. Fica desapontado, porque desejava encontrá-los vazios, para poder entrar e tornar-Se seu Senhor e Governador.

É certo que renunciámos ao pecado mortal e a todos os apegos ao mal. Mas os recantos do nosso coração estão cheios de mil coisas que Lhe prendem as mãos e O impedem de nos conceder as graças que desejava derramar sobre nós. Façamos, pois, tudo o que está ao nosso alcance e, depois, abandonemo-nos à Divina Providência.»[80]

Contudo, Deus permanece o soberano Senhor dos Seus dons. Não recusa a ninguém as graças necessárias para alcançar o fim que Se dignou destinar-lhe. Mas a uns concede mais, a outros menos. E, muito frequentemente, abre a Sua mão para dar com prodigalidade e abundância, quando quer e como quer. Foi assim que Nosso Senhor, «com um coração verdadeiramente filial, prevenindo Sua Mãe com as bênçãos da Sua doçura, a preservou de toda a mancha de pecado», santificando-a de tal modo que ela se tornou «a Sua Pomba incomparável, a Sua Perfeita, sem igual». É absolutamente certo, no caso de São João Batista, e muito provável, no caso de Jeremias e de São José, que o Espírito Santo Se apoderou deles ainda no ventre das suas mães e os estabeleceu para sempre na posse do Seu amor. Os Apóstolos, escolhidos para serem as colunas da Igreja, foram confirmados na graça no dia de Pentecostes. Em toda a imensa multidão dos santos talvez não haja dois exatamente iguais, pois a liturgia faz-nos cantar, na festa de cada Confessor Pontífice: «Não se encontrou outro semelhante a ele.» Encontramos a mesma diversidade entre os fiéis. «E quem não vê que, entre os cristãos, os meios de salvação são mais abundantes e mais eficazes do que entre os pagãos, e que algumas regiões e cidades católicas recebem melhores pastores do que outras?»[81] Sim, e também são, sob outros aspetos, mais favorecidas. A graça é mais abundante no claustro do que no mundo; e, muitas vezes, é mais abundante num mosteiro do que noutro.

«Mas devemos ter o cuidado de nunca perguntar por que motivo a Sabedoria Suprema concedeu uma graça particular a um e não a outro, ou por que razão é mais pródiga dos Seus dons num lugar do que noutro. Não, Teótimo, nunca deves entregar-te a semelhante curiosidade. Pois, visto que a todos os homens é concedido, em medida suficiente, e até abundante, aquilo de que necessitam para trabalhar na sua salvação, que motivo de queixa poderá ter alguém, se agrada a Deus distribuir as Suas graças mais liberalmente a uns do que a outros? ... É, portanto, uma impertinência perguntar por que razão São Paulo não recebeu a graça de São Pedro, ou

São Pedro a graça de São Paulo; por que motivo Santo Antão não foi Santo Atanásio, ou Santo Atanásio São Jerónimo. A Igreja é um jardim enriquecido por uma infinidade de belas flores. Por isso, é necessário que haja flores de todos os tamanhos, de todas as cores, de todos os perfumes; numa palavra, de todos os graus de perfeição. Cada uma possui o seu valor, a sua graça, a sua beleza; e, no conjunto da sua variedade, formam um quadro extremamente harmonioso de perfeição e de formosura. Além disso, nunca devemos esperar encontrar melhor razão para a vontade de Deus do que a própria vontade de Deus, que é soberanamente razoável, mais ainda, a razão de todas as razões, a regra de toda a bondade e a lei de toda a equidade.»[82]

Consequentemente, a alma que pratica o abandono, sem poupar esforços no seu zelo por progredir, deixa a Deus determinar o grau de santidade que alcançará neste mundo, as graças extraordinárias que poderão acompanhar essa santidade nesta vida e a glória que a coroará no Céu. Se Nosso Senhor Se dignar elevar, em pouco tempo, alguns dos seus companheiros ao cume da perfeição, cumulando-os de favores singulares, luzes admiráveis e extraordinários sentimentos de devoção, ela não sente qualquer ciúme. Pelo contrário, alegra-se com isso, em vista da glória de Deus e do bem das almas. E, em vez de deixar entrar no coração uma tristeza desordenada ou desejos pouco razoáveis, conserva-se firmemente no santo abandono. O grau de glória a que aspira é precisamente aquele que Deus lhe destinou. Todavia, faz tudo quanto depende dela, com coragem e perseverança, para não ficar aquém do correspondente grau de santidade, que constitui o objeto de todos os seus desejos.

ARTIGO III. A PRÁTICA DAS VIRTUDES

Deus diviniza a substância da nossa alma pela graça santificante e as nossas faculdades pelas virtudes infusas e pelos dons do Espírito Santo, unicamente para nos fazer produzir atos sobrenaturais de virtude, do mesmo modo que se plantam árvores de fruto para que deem fruto. E, se Nosso Senhor nos deu os Seus preceitos e o Seu exemplo, se ameaça e promete, se nos cumula de graças interiores e exteriores, é unicamente porque quer que pratiquemos a virtude, evitemos o pecado e, assim, alcancemos a vida eterna. Com efeito, para os adultos, a prática da virtude é o único caminho

para a salvação e para a perfeição. Ela constitui o fim próximo da vida espiritual e o seu exercício essencial, umas vezes obrigatório, outras livre. É a tarefa quotidiana que Deus confia à nossa atividade. E será o trabalho de toda a nossa vida, porque as virtudes são numerosas, complexas e suscetíveis de aperfeiçoamento sem limites.

«Visto que a prática das virtudes pertence à vontade significada», diz Bossuet, «isto é, ao mandamento expresso de Deus, não há aqui lugar para o exercício do abandono ou da indiferença. Abandonar-se no que respeita às virtudes, ou permanecer indiferente em relação a elas, seria uma impiedade.»[83] Em termos semelhantes se exprime São Francisco de Sales: «Deus ordenou-nos que façamos tudo o que está ao nosso alcance para adquirir as virtudes. Não omitamos, pois, nada do que possa contribuir para o bom êxito desta santa empresa.»[84] Noutro lugar afirma que podemos desejar e pedir as virtudes, e que até somos obrigados a fazê-lo, de modo absoluto e sem qualquer condição.[85]

Uma vez que a prática das virtudes pertence à vontade significada de Deus, basta-nos aplicar-nos a essa tarefa segundo os princípios da ascética cristã, certamente com o auxílio da graça, mas também por decisão livre da nossa vontade. Não devemos esperar que Deus, por meio das disposições da Sua Providência, nos coloque na necessidade de agir e manifeste novamente a Sua vontade. Já sabemos o que Ele exige de nós, e isso basta. Cabe-nos criar ocasiões para o exercício das virtudes e aproveitar aquelas que nos são proporcionadas pela nossa santa regra e pelo desenrolar dos acontecimentos. Mesmo sem ocasiões exteriores, podemos multiplicar os atos interiores. Assim, a prática da virtude, considerada em si mesma, não pertence ao objeto do abandono. Mas, em muitos aspetos que lhe dizem respeito, como o grau, o modo e os meios particulares, o abandono pode ser legitimamente exercido.

I. — Quanto ao grau da virtude: «Este depende», escreve Le Gaudier, «ao mesmo tempo de nós e da graça. Temos, portanto, o poder e até o dever de dirigir todos os nossos esforços para o desenvolvimento constante da virtude nas nossas almas, permanecendo, contudo, satisfeitos com a medida que a Providência Se dignar conceder-nos. Por isso, se verificarmos que o nosso progresso enfraquece ou estagna, se nos apercebermos de que

omitimos atos desta ou daquela virtude, ou até caímos em faltas positivas, devemos censurar-nos por termos faltado à graça e por não termos correspondido aos desígnios de Deus. Mas, visto que Ele julgou conveniente permitir essas faltas ou impor esse limite ao nosso progresso, para Sua própria glória e para a nossa humilhação, e talvez também para castigar a nossa negligência, é absolutamente necessário conformarmos a nossa vontade com a Sua.»[86] Reconheçamos, contudo, com este piedoso autor, que «se não avançamos mais na perfeição, a culpa é, em geral, nossa». A graça é abundante em toda a alma fiel, mas os nossos ideais não são suficientemente elevados, e falta-nos coragem e perseverança.

II. — Existem maneiras defeituosas de praticar a virtude. Um orgulho secreto, o desejo de satisfações sensíveis ou o medo do sofrimento podem infiltrar-se na nossa busca da perfeição. Compete à mortificação cristã remediar estes defeitos, mas a Providência fornecerá abundantemente os meios para isso. Citemos alguns exemplos. Existe, antes de mais, a maneira egoísta, isto é, procurar a nossa própria satisfação nas consolações divinas, nos exercícios de piedade e até no progresso das virtudes. Deus conduz-nos, então, de tal modo que nos vai desprendendo pouco a pouco desses apegos, para que, com maior pureza e simplicidade, procuremos unicamente o beneplácito divino e passemos a cultivar as virtudes «não porque sejam agradáveis, úteis, honrosas ou capazes de lisonjear o nosso amor-próprio, mas porque agradam a Deus, concorrem para a Sua honra e se destinam à Sua glória». É por isso que as almas mais santas são provadas por aridezes, contrariadas por mil repugnâncias e dificuldades, esmagadas e reduzidas ao nada pelo sentimento da sua impotência e da sua extrema miséria. Deus quer curá-las assim do orgulho e de um sensualismo subtil, para que aprendam a servi-Lo unicamente por Ele mesmo e no puro espírito da fé.

Existe também a maneira inquieta e impaciente. Muitas almas, animadas pelo desejo de se aperfeiçoarem mediante a aquisição das virtudes, gostariam de as possuir todas de um só golpe, como se bastasse aspirar à perfeição para imediatamente a alcançar. Deus quer, certamente, que façamos tudo quanto depende de nós, praticando fielmente cada virtude segundo a nossa condição e vocação. Mas quer também habituar-nos a caminhar gradualmente para a perfeição, na paz e na tranquilidade do

coração. Quanto a chegar ao termo um pouco mais cedo ou um pouco mais tarde, exige que o deixemos aos cuidados da Providência. E conduz-nos de modo a moderar a impaciência dos nossos desejos e a conservar-nos na humildade.

III. — Os meios particulares para praticar a virtude também deixam lugar ao abandono. Deus reserva para Si o direito de intervir no tempo oportuno e da maneira que mais Lhe agrada, para remover obstáculos, proporcionar ocasiões e facilitar-nos a obra da nossa santificação. Fá-lo por meio de todos os acontecimentos do Seu beneplácito, servindo-Se de todos os homens para os interesses da Sua glória, «mas de uns mais na ação do que no sofrimento; de outros, no martírio, nas perseguições, nas mortificações voluntárias, na doença, etc. A nossa parte consiste em tornar-nos indiferentes a todas essas coisas e esperar simplesmente, em paz, pelo beneplácito divino; depois, logo que ele se manifeste claramente, abraçá-lo com ardor.»[87] E por que não haveríamos de o fazer? Não é essa vontade infinitamente sábia, paternal e salutar? Além disso, ninguém tem o direito de perguntar a Deus por que nos colocou aqui em vez de ali, ou por que nos conduz por este caminho e não por outro. Com maior razão ainda, não devemos exigir d'Ele algumas dessas intervenções especiais em que a Sua ação, singularmente poderosa, ilumina, inflama e transforma as almas, ou pelo menos as faz progredir de modo notável em pouco tempo e com escasso esforço.

Santa Teresa de Jesus, em muitas passagens da sua autobiografia, apresenta exemplos deste género. Conta, em particular, como o primeiro êxtase com que Deus a favoreceu a desprendeu de imediato de certas amizades, em si mesmas inocentes, mas que ocupavam demasiado o seu coração; e como, a partir desse momento, se tornou verdadeiramente incapaz de estabelecer qualquer amizade que não tivesse Deus por vínculo. [88] Todavia, progressos tão rápidos, iluminações tão súbitas e transformações tão admiráveis devem permanecer sempre raras exceções à regra geral. Tendo-nos dotado de inteligência e de livre-arbítrio, e posto a Sua graça à nossa disposição, Deus habitualmente «deixa-nos nas mãos do nosso próprio conselho» (Eclo 15,14). É, pois, na nossa própria atividade espiritual, assistida pela graça, que devemos apoiar-nos para a prática das virtudes. Seria muito temerário, e muito insensato, aquele que, contando

com intervenções extraordinárias de Deus, negligenciasse toda a iniciativa pessoal e permanecesse adormecido na indolência espiritual.

ARTIGO IV. — EVITAR O PECADO

«A vida do homem sobre a terra é uma luta» (Job 7,1). Dia e noite, por dentro e por fora, os inimigos da nossa salvação espreitam para nos roubar o tesouro das virtudes, a própria vida da graça e, por conseguinte, também a vida da glória. Temos de vigiar, rezar e combater sem cessar; repelir os assaltos do demónio, frustrar as suas ciladas, dominar as nossas más inclinações e as nossas paixões desordenadas, que se aliam com ele. E, se ele conseguir romper as nossas linhas de defesa pelo pecado, devemos expulsá-lo imediatamente por uma pronta penitência, reparar as más consequências da nossa falta, prevenir uma nova ofensiva do inimigo e preparar a vitória final pela vigilância e por uma coragem sempre desperta. Mas, sendo nós a própria fraqueza, nunca devemos esquecer-nos de chamar em nosso auxílio a omnipotência de Deus. Este combate é de absoluta necessidade e só terminará com a nossa vida terrena. No momento em que deixarmos de combater, nesse mesmo momento o pecado penetrará no nosso coração, como um exército inimigo se precipita sobre um país que deixou de oferecer resistência eficaz. Além disso, quanto tempo é necessário para nos desprendermos de toda a criatura e estabelecermo-nos na pureza do coração e na paz da alma! E, depois de alcançados estes bens, quantos novos esforços serão ainda necessários para os conservar!

«Nosso Senhor», diz São Francisco de Sales, «não cessa de nos exortar, prometer, ameaçar, proibir, ordenar e inspirar interiormente, para afastar a nossa vontade do pecado; e nada deixa por fazer para esse fim, exceto privar-nos da liberdade.»[89] A vontade divina foi-nos manifestada inúmeras vezes e de diversos modos. Possuindo um conhecimento perfeitamente claro do que ela exige de nós numa matéria de importância capital, qualquer indiferença da nossa parte seria criminosa. Devemos, pois, decidir-nos a sustentar este combate sem tréguas nem quartel, esperando outro auxílio apenas da graça prometida à oração e à fidelidade.

Sem dúvida, Deus poderia vir em nosso auxílio por uma dessas intervenções particularmente poderosas que dominam uma alma e a

transformam com espantosa rapidez. Assim, Santa Maria Madalena passou quase instantaneamente de pecadora escandalosa a santa de admirável pureza. São Pedro, depois da sua tríplice negação, encontrou o olhar de Jesus e imediatamente começaram a correr-lhe as lágrimas, que não cessaram até ao último suspiro. O Bom Ladrão, até então malfeitor e blasfemo, converteu-se plenamente nos seus últimos momentos e recebeu da boca do Salvador a consoladora garantia da sua salvação. Os Apóstolos, antes tímidos e cheios de imperfeições, foram confirmados na graça e revestidos de coragem invencível no dia de Pentecostes. Saulo, a caminho de Damasco, caiu por terra como perseguidor fanático e levantou-se como ardoroso Apóstolo. Deus poderia igualmente, sem a menor dificuldade nem demora, fazer-nos passar do pecado ou da tibieza às mais santas disposições. Estas transformações maravilhosas estão no Seu poder; mas, como observa São Francisco de Sales, «são tão extraordinárias na ordem da graça como as ressurreições dos mortos na ordem da natureza. Por isso, nunca devemos esperá-las.»[90] Do mesmo modo, Deus poderia, com uma só palavra, acalmar as almas que vê perturbadas ou embaraçadas e estabelecê-las de imediato no estado que Lhe aprouvesse. Algumas vezes fá-lo, mas não é esse o Seu modo habitual de proceder. Prefere que, em regra, «a purificação e a cura, tanto da alma como do corpo, se realizem pouco a pouco, passo a passo, com dispêndio de tempo e de esforço.»[91]

Deus julgou que seria mais glorioso para nós e para Si mesmo não nos salvar sem a nossa cooperação; contudo, concede-nos auxílios tais que, se nos perdermos, a culpa será unicamente nossa. Se nos preservasse, convertesse e transformasse quase sem esforço da nossa parte, onde estaria o nosso mérito? Mas, deixando-nos mais entregues à nossa livre determinação, obriga-nos a maiores esforços. E, juntamente com o mérito e a honra de cooperarmos livremente com Ele, oferece-nos os meios de um progresso incessante: a vigilância, a oração, o combate, a penitência, a humildade e a mortificação cristã. Tendo-nos criado livres, governa-nos com respeito pela nossa liberdade. A Sua sabedoria julgou melhor tirar o bem do mal do que impedir todo o mal à custa da liberdade humana. Quer, portanto, que tenhamos de combater as nossas más inclinações, as nossas paixões desordenadas e também os nossos inimigos exteriores. Marcou-nos claramente o dever, oferece-nos a Sua graça e recompensar-nos-á segundo as nossas obras; mas permite-nos seguir o nosso caminho. Armemo-nos,

pois, de coragem e aceitemos o combate, adorando a Divina Providência nesta santa permissão, «na qual manifesta a Sua sabedoria ao governar criaturas livres, a Sua liberalidade ao recompensar os bons, a Sua paciência ao suportar os maus, o Seu poder ao converter os pecadores ou, pelo menos, ao reduzi-los à ordem pela Sua justiça; enfim, a Sua glória, que encontra em todas as coisas e que constitui o único objeto da Sua procura.»[92] Ao mesmo tempo, obedeçamos à Sua vontade significada, pela qual nos ordena odiar o pecado, evitá-lo pela vigilância, pela oração e pelo combate, ou repará-lo pela penitência.

ARTIGO V. — A OBSERVÂNCIA DOS PRECEITOS, DOS NOSSOS VOTOS, DAS REGRAS, ETC.

Depois de explicarmos, nos artigos precedentes, o que diz respeito à glória eterna, à vida da graça, à prática das virtudes e ao afastamento do pecado, reuniremos agora, neste último artigo, todos os outros elementos que pertencem à vontade significada de Deus: os preceitos de Deus e da Igreja, os conselhos evangélicos, os deveres do nosso estado de vida e, consequentemente, para nós religiosos, os nossos votos, as nossas regras, as ordens dos nossos superiores; por fim, as inspirações da graça e os exemplos de Nosso Senhor e dos santos. Pelo facto de todos estes elementos pertencerem à vontade significada de Deus, constituem o domínio próprio da obediência, e não o do santo abandono.

Além disso, são os meios que nos foram destinados para evitar o pecado, cultivar as virtudes, conservar a vida da graça e alcançar a glória. E, assim como Deus quer o fim, também quer os meios; mais ainda, atribui-lhes grande valor. Alguns impõe-nos a título de preceito; outros, embora em si mesmos livres, tornaram-se obrigatórios em consequência da nossa profissão religiosa. Outros permanecem facultativos; mas é Deus quem os propõe, quem nos convida e atrai a adotá-los por meio das Suas promessas e das inspirações da Sua graça. Assim, por exemplo, convida-nos, uma vez verificadas as devidas condições, a fazermos espontaneamente algo para além da medida de oração e de sacrifício exigida pelas nossas regras; impele-nos a multiplicar os atos interiores das virtudes, a imitar mais perfeitamente os santos e, sobretudo, o Modelo divino de todos os santos, o nosso doce e bem-amado Salvador, Jesus.

Consequentemente, para o cumprimento destes diversos deveres, pelo menos na medida em que são verdadeiros deveres, não precisamos de esperar que o desenrolar dos acontecimentos nos manifeste a vontade de Deus, nem que um movimento especial do Espírito Santo nos impulsione à obediência. A vontade de Deus já nos é perfeitamente conhecida, e a Sua graça está à nossa disposição. Basta-nos agir pela livre determinação da nossa vontade, mantendo constantemente os olhos fixos nos preceitos divinos, nas nossas regras monásticas e nas outras manifestações da vontade significada, para por elas regular cada passo do nosso progresso.

Contudo, devemos permanecer ligados a todas estas observâncias apenas enquanto elas continuarem a ser a vontade de Deus para nós. Se Ele deixar de as querer, devemos desprender-nos delas para abraçar com alegria aquilo que agora nos ordena. Com efeito, alguns dos Seus preceitos não são tão imutáveis que não possam ser modificados pelas circunstâncias. O mesmo acontece com os mandamentos da Igreja; por exemplo, a obrigação de assistir à Missa, ou os jejuns e abstinências obrigatórios, no caso de doença, etc. Com maior razão ainda, Deus pode modificar algumas das nossas obrigações monásticas; por exemplo, alterando o nosso estado de saúde, ou por outros meios. Pode também, conforme o Seu beneplácito, conceder-nos ou retirar-nos a possibilidade de praticar determinada devoção facultativa. É impossível que uma só pessoa observe todos os conselhos evangélicos ou imite todas as ações exteriores de Nosso Senhor e dos santos. É necessário fazer uma escolha. Ordinariamente, Deus deixa essa escolha à nossa própria iniciativa. Mas, por vezes, escolhe Ele mesmo por nós, dispondo da nossa vida pela Sua vontade de beneplácito. Nestes casos, há, portanto, amplo lugar para o abandono.

É sobretudo pela vocação que nos concede, ou pela condição em que nos coloca, que Deus atribui a cada um o seu lugar no combate espiritual, as suas armas e a forma do seu serviço. As pessoas que vivem no mundo não estão obrigadas às observâncias do claustro. A vida estritamente contemplativa não é compatível com o apostolado exterior. Nem a vida ativa permite as ocupações constantes de Maria. A pobreza, voluntária ou não, torna impossível a prática da esmola, etc. Mesmo no claustro não nos faltam ocasiões para praticar o abandono. Por exemplo, Deus, por meio do superior, confia ofícios a uns e deixa outros sem qualquer encargo especial;

concede a saúde a quem Lhe apraz e, com ela, a possibilidade de observar integralmente a regra; e, quando assim o entende, priva-nos das forças e reduz-nos a um estado de impotência total ou parcial.

Mas, se nenhum de nós pode imitar todos os exemplos de Nosso Senhor e dos santos, nem observar todos os conselhos evangélicos, devemos, contudo, estimá-los segundo o seu verdadeiro valor. Não devemos desprezar práticas que conduziram grandes almas ao cume da perfeição, embora nos contentemos em seguir apenas aqueles conselhos e observâncias que estão em harmonia com a nossa condição ou vocação. Cumpramos com particular zelo as obrigações comuns a todos os cristãos e os deveres próprios do nosso santo estado. Apeguemo-nos de todo o coração a estes meios de santificação, porque Deus os quis para nós. Se necessário, reanimemos a nossa coragem e o espírito de fé, para não desfalecermos na observância regular. Mas, se os acontecimentos dispostos pela Providência indicarem que Deus já não quer que pratiquemos este ou aquele meio, e se esse for também o juízo daqueles que têm a responsabilidade de nos dirigir, devemos desprender-nos dele para abraçar aquilo que Deus agora quer de nós, compensando a perda dessa observância pelo nosso abandono filial ao divino beneplácito.

CAPÍTULO VII: O Abandono nas Diversas Modalidades Espirituais do Caminho Comum

Privação dr certos auxílios espirituais

A expressão «modalidades espirituais» foi tomada de São Francisco de Sales e empregamo-la para designar tudo aquilo que, embora não pertença à essência da vida sobrenatural, lhe está unido como o acidente à substância.

No capítulo anterior percorremos os elementos essenciais da vida espiritual: o seu fim essencial, a sua essência e o seu exercício essencial neste mundo, bem como os seus meios essenciais. Seja qual for a situação em que Deus nos tenha colocado, seja qual for o caminho por onde nos conduz, temos sempre a obrigação de tender para a glória eterna, viver a vida da graça e, por conseguinte, evitar o pecado e praticar as virtudes segundo o exemplo do nosso Divino Modelo, servindo-nos dos meios que a vontade significada nos assinala, ou pelo menos daqueles que são obrigatórios para cada um de nós. Aqui encontramos o elemento invariável da vida espiritual, que deve existir em todos os fiéis, qualquer que seja a sua idade ou condição. É isto que estabelece a semelhança de família entre todos os filhos de Deus.

Mas, sobre este fundamento comum da santidade essencial, encontramos traços e características particulares que variam amplamente de alma para alma e até na mesma alma em diferentes momentos. Assim, há inocentes e penitentes, religiosos e leigos, contemplativos e pessoas dedicadas ao apostolado ativo. Deus, infinitamente Belo, ama a variedade na unidade. Por isso, multiplica quase até ao infinito as diferentes vocações. Sob uma mesma regra monástica, a Sua graça inclina alguns de modo especial para a penitência, outros para a contemplação, outros ainda para a obediência e outros para a caridade. Pela Sua vontade de beneplácito dispõe os acontecimentos de tal forma que nos conduz segundo os Seus desígnios, quer na paz quer no combate, nas aridezes ou nas consolações, pelos caminhos comuns ou pelos caminhos místicos. Nos seus elementos essenciais, a vida espiritual é a mesma para todas as almas; mas os seus

traços acidentais são suficientemente variados para imprimir a cada alma uma fisionomia própria.

Resta agora tratar destas modalidades, mas apenas na medida em que procedem do beneplácito divino e, por conseguinte, oferecem ocasião para a prática do abandono. Começaremos por aquelas que podem encontrar-se em qualquer caminho espiritual, quer comum quer místico. Depois, ocuparemos particularmente a nossa atenção com as modalidades próprias dos estados místicos.

No capítulo precedente assinalámos que o beneplácito divino pode retirar-nos, temporária ou definitivamente, certos meios de santificação que, de outro modo, seriam muito recomendáveis ou até obrigatórios. Esses meios podem ser pessoas, recursos naturais, observâncias, exercícios de piedade ou até os próprios Sacramentos.

1. — Em primeiro lugar, quanto às pessoas. Podem ser diretores espirituais, superiores, pais ou amigos, cuja ajuda foi, no passado, da maior importância para a nossa vida espiritual, mas de quem Deus nos privou pela morte ou pela separação. Certamente, não nos é permitido depositar a nossa confiança em qualquer homem como se fosse a causa principal da nossa santificação. Mas é-nos lícito confiar num semelhante como agente secundário e instrumento escolhido pela Providência nesta santa obra. E quanto mais esse homem estiver cheio do Espírito de Deus e for capaz de beneficiar a nossa alma, tanto mais é sábio, legítimo e, até certo ponto, necessário depender dele. Todos os apoios que Deus nos concede — apoios de afeto, de edificação ou de direção — devemos recebê-los com gratidão; mas devemos estar igualmente prontos a bendizê-Lo quando no-los retira, como quando no-los concede. Contudo, é lícito pensar que, mesmo se derramarmos algumas lágrimas por causa dessa privação, o amor de Deus, tão cioso como é, não nos censurará por isso.

Pode parecer-nos que já não conseguiremos prosseguir sem esse apoio. Ilusão! Enquanto esse sábio diretor, esse santo superior ou esse amigo espiritual vos foi útil e, de certo modo, indispensável, Deus deixou-o junto de vós. Mas terá Deus deixado de vos amar? Não continua a ser vosso Pai? Poderá um tal Pai esquecer os vossos interesses mais sagrados? Tende, pois, a certeza de que Ele não vos abandonou. É verdade que o guia cuja perda

agora lamentais vos conduziu felizmente até aqui. Mas será ele igualmente capaz de vos conduzir no resto do caminho que ainda tendes de percorrer? Nosso Senhor pôde dizer aos Seus Apóstolos, certamente porque O amavam com um afeto ainda demasiado humano: «Convém-vos que Eu vá; porque, se Eu não for, o Paráclito não virá a vós; mas, se Eu for, enviar-Vo-lo-ei» (Jo 16,7). Ora, será esse amigo, esse diretor, mais necessário para vós do que o próprio Nosso Senhor o era para os Seus Apóstolos? Talvez respondais: «Esta privação é um castigo pelas minhas infidelidades.» Admitamo-lo. Mas os castigos de um verdadeiro pai tornam-se remédios salutares para os filhos dóceis. Quereis desarmar Deus, tocar-Lhe o coração e levá-Lo a derramar sobre vós abundância de novas graças? Aceitai o Seu castigo e implorai o Seu auxílio. Em recompensa do vosso abandono confiante ao Seu beneplácito, Ele providenciará o diretor de que ainda necessitais ou assumirá Ele mesmo a vossa direção.

O Padre Alvarez estava um dia a pensar, cheio de tristeza, no prejuízo que lhe causara a perda do seu diretor, quando ouviu no íntimo da alma uma voz que lhe dizia: «Faz injúria a Deus quem julga necessitar de um apoio humano de que foi privado sem culpa sua. Aquele que até agora te dirigiu por meio de um homem semelhante a ti quer agora tomar diretamente sobre Si a tua direção. Que motivo tens, pois, para te queixares? Antes deves dar graças por aquilo que é, na verdade, um favor singular e o prelúdio de muitos outros.»[93] A isto acrescenta Santo Afonso: «A nossa santificação não é obra dos nossos pais espirituais, mas obra de Deus. Quando o Senhor no-los concede, quer que aproveitemos o seu ministério para a direção da nossa consciência. Mas, quando no-los retira, quer que, longe de nos mostrarmos descontentes, redobremos antes a nossa confiança na Sua bondade e Lhe digamos: “Senhor, foste Tu que me deste este apoio e agora foste Tu que mo tiraste. Faça-se sempre a Tua vontade! Mas agora suplico-Te que venhas em meu auxílio e me ensines o que devo fazer para Te servir fielmente.”»[94] Seria, contudo, um erro pensar que esta confiança em Deus nos dispensa de procurar, com resignação e empenho, outro diretor competente. Deus ajuda quem se ajuda a si mesmo.

Citaremos ainda as observações de Saint-Jure a propósito deste assunto: «Na perda das pessoas úteis ao nosso progresso espiritual cometemos frequentemente duas faltas graves: ressentimo-nos da sua ausência e não

nos mostramos suficientemente submissos aos desígnios de Deus acerca dessas pessoas. É um sinal evidente de que lhes estávamos demasiado apegados e de que dependíamos mais do instrumento do que da causa principal. A alma que ama sinceramente a Deus e deseja ardentemente a sua própria perfeição deve dizer: “Quer os diretores vivam ou morram, permaneçam ou partam, faça-se tudo o que Vós quiserdes, Senhor, e como Vós o quiserdes. Fostes Vós quem me enviou este guia; fostes Vós quem quis retirá-lo: o que Vós quereis, quero-o também eu. A Vossa amável e amorosa vontade é-me muito mais querida do que a sua presença. Servistes-Vos dele para me instruir enquanto Vos aprouve deixá-lo junto de mim, e por isso Vos dou graças. Agora que o retirastes, instruir-me-eis por meio de outros que a Vossa bondade paterna providenciará, quando necessário, como Vos peço. Ou, melhor ainda, instruir-me-eis diretamente por Vós mesmo.”»[95]

Esta provação torna-se ainda mais dolorosa quando aqueles que Deus nos dera como apoio deixam de nos sustentar, voltam-se contra nós e ameaçam fazer fracassar os nossos projetos mais queridos. Foi o que aconteceu a Santo Afonso de Ligório quando se propôs fundar a sua Congregação. Esta estava destinada a prestar serviços inestimáveis à Igreja. E, no entanto, os seus antigos companheiros, logo que perceberam que corriam o risco de o perder, deram largas à sua desaprovação, às suas zombarias e às suas amargas ironias contra aquele traidor, desertor e ingrato que pretendia abandoná-los. Chegaram mesmo a tentar expulsá-lo da Propaganda. A opinião pública levantou-se contra ele. Os seus melhores amigos deram-lhe as costas. Os seus diretores, embora aprovassem o seu projeto, recusaram continuar a acompanhá-lo. Sofreu ainda o terrível assalto da ternura do seu pai. Os seus primeiros discípulos, recusando aceitar as suas ideias, provocaram um cisma e deixaram-no quase sozinho. Em suma, à exceção do seu bispo e do seu novo diretor, todos aqueles que deveriam ter sido os seus mais firmes colaboradores o abandonaram, e quase todos se tornaram seus adversários.

No meio desta tempestade de críticas e injúrias, destas discussões e deserções, Afonso recomendou-se às orações de alguns santos amigos; para melhor se certificar da vontade divina, consultou conselheiros prudentes e procurou a luz de Deus por meio da oração constante e de duras

mortificações. Com o coração despedaçado, lançou-se de joelhos diante do crucifixo e exclamou, como Jesus na agonia: «Meu Deus, faça-se a Tua vontade!» Convencido de que o Senhor, embora não tivesse necessidade nem dele nem da sua obra, queria, todavia, que prosseguisse, resolveu perseverar no seu projeto, ainda que tivesse de trabalhar sozinho; e declarou que Deus permitira as dissensões na sua Congregação apenas para maior bem das almas. E, de facto, os acontecimentos posteriores ao cisma vieram confirmar as suas palavras. Mostraram que as divisões tinham sido permitidas pela Providência para purificar, por meio da tribulação, não só o próprio Afonso, mas também muitas outras pessoas piedosas, tornando-as todas mais zelosas nas obras da graça. «Todas aquelas canas quebradas tornaram-se, sob a mão de Deus, árvores carregadas de excelentes frutos.»[96] A Beata Maria Madalena Postel teve de suportar uma provação semelhante em circunstâncias análogas.

II. — Deus é o Senhor dos recursos de que nos servimos para fazer o bem e pode privar-nos deles segundo o Seu beneplácito. Assim, pode retirar-nos os bens materiais, a saúde, o tempo disponível, os talentos ou os conhecimentos. Pode humilhar-nos, se assim Lhe aprouver, e até, por assim dizer, aniquilar-nos, temporária ou definitivamente. Ao tratarmos do abandono nos bens e males temporais, já abordámos todos estes aspetos. Aqui mencioná-los-emos apenas enquanto podem tornar-se meios de proveito espiritual. E, para evitar repetições, basta dizer que, nas nossas circunstâncias diminuídas, Deus já não espera de nós as boas obras que realizávamos na prosperidade, na medida em que nos privou dos meios para as praticar. O que agora nos pede é paciência e resignação. Mais ainda, deseja que pratiquemos o abandono perfeito. E, por meio desta santa indiferença e desta amorosa submissão, podemos dar-Lhe mais glória e adquirir maior mérito durante o tempo da pobreza do que nos dias da abundância.

Com São Francisco de Sales, apresentemos como exemplo deste abandono o santo homem Job. Este ilustre servo de Deus não se deixou vencer por nenhuma aflição. Enquanto viveu na prosperidade, distribuía os seus bens com mãos generosas; e, como ele próprio afirma, era pés para o coxo, olhos para o cego, alimento para o faminto e refúgio para todos os aflitos. Mas vede-o agora reduzido à mais extrema pobreza, privado de

todos os seus filhos e de toda a sua fortuna. Não se queixa de que Deus o tenha ferido nos seus afetos mais profundos, nem de que lhe tenha retirado os meios de continuar aquelas boas obras, tão louváveis e tão necessárias. Limita-se a resignar-se, em perfeito abandono, ao beneplácito divino. E, por este único ato de paciência e submissão, praticou mais virtude e tornou-se mais agradável a Deus do que por todas as inúmeras obras de caridade realizadas durante a sua prosperidade. «Porque este único ato exigiu um amor mais forte e mais generoso do que todos os outros juntos», diz o piedoso Bispo de Genebra. «Também nós», continua ele, «devemos deixar que o Soberano Senhor nos prive dos meios de realizar os nossos propósitos, por mais bons e santos que sejam, sempre que Lhe aprouver tirá-los, sem nos queixarmos nem lamentarmos como se nos tivesse sido feita uma grave injustiça.»[97] A paciência e o abandono compensarão plenamente o bem que já não podemos realizar. Esta santa indiferença em relação à saúde, aos talentos e aos bens da fortuna, esta amorosa união da nossa vontade com a vontade de Deus — que é ela senão a morte do amor-próprio e a perfeição da vida espiritual?

III. — Certas observâncias regulares e certas práticas pessoais podem tornar-se impossíveis para nós, durante mais ou menos tempo, por motivo de doença, de obediência ou de outras causas semelhantes. Além disso, pode haver exercícios de piedade que muito nos atraem, mas que nunca tivemos ocasião de praticar. Daí podem nascer inquietações e desgostos. Mas, na realidade, não há motivo para tais sentimentos. Como já observámos, ninguém pode imitar todas as práticas de virtude de que Nosso Senhor e os santos nos deram exemplo. Devemos contentar-nos com aquelas que, para nós, entram na ordem da Divina Providência. E, certamente, não temos razão para nos lamentarmos neste ponto, pois, na nossa vocação de religiosos contemplativos, encontramos campo suficientemente vasto para a prática de todas as virtudes. Se quisermos cumprir com perseverante fidelidade tanto os deveres comuns a todos os cristãos como os próprios do nosso estado, bem como todas as obrigações quotidianas, o nosso zelo terá ocupação bastante para fazer de nós santos.

É verdade que a nossa vocação exclui certos meios de santificação que Deus destinou a pessoas colocadas noutras circunstâncias. Mas aquilo que perdemos por um lado pode ser compensado por outro. Assim, se a pobreza

religiosa não me permite dar esmolas materiais, posso oferecer esmolas espirituais: as minhas orações e sacrifícios substituirão o dinheiro. Do mesmo modo, a vida contemplativa impede o apostolado das obras exteriores; mas posso exercer um apostolado pelo trabalho da vida interior: em vez de correr pelo mundo à procura dos pecadores, posso defender a sua causa diante de Deus. A vida ativa permite apenas em medida muito limitada as doces e santas ocupações de Maria; mas posso santificar-me exercendo as minhas atividades por obediência, com devoção e pureza de intenção, mantendo-me habitualmente na presença de Deus. Se soubermos aproveitar plenamente os meios que a nossa vocação nos oferece, encontraremos neles tudo quanto é necessário para nos conduzir até ao cume da perfeição. Não houve santos em todas as Ordens religiosas e em todas as condições sociais? Reconhecemos que algumas situações são, em si mesmas, mais favoráveis do que outras. Mas, para cada um de nós, a única situação verdadeiramente boa é aquela que possui a aprovação e a bênção da vontade divina.

Se a doença me impede de observar os jejuns e abstinências regulares ou de participar no coro, posso cantar os louvores de Deus no meu coração; posso impor uma rigorosa abstinência ao meu juízo e à minha vontade; posso fazer jejuar os meus olhos, a minha língua, o meu coração e todos os meus sentidos, mediante uma sincera mortificação. Aquilo que poderia ter adquirido cumprindo os deveres próprios dos que gozam de saúde, posso compensá-lo sendo fiel às obrigações dos doentes, como a paciência, a renúncia, a obediência e o abandono.

Se a obediência, ou qualquer outra causa semelhante, me privar de certas observâncias regulares ou de devoções particulares, posso facilmente reparar essa perda, antes de mais cumprindo com alegria os deveres do meu novo encargo e, depois, «procurando redobrar, não as minhas aspirações nem os meus exercícios, mas a perfeição com que os realizo, esforçando-me por ganhar mais com um só ato (o que é, sem dúvida, possível) do que com uma centena de outros praticados sobretudo por escolha e preferência pessoal.»[98]

Afinal, não é a conformidade da nossa vontade com a vontade de Deus o único meio de progredirmos na virtude? Porque havemos então de nos

inquietar, desde que sejamos zelosos no cumprimento das nossas obrigações como cristãos, das nossas observâncias regulares e das nossas devoções particulares, e não abandonemos nenhuma delas por culpa nossa, mas apenas em conformidade com o beneplácito divino? Deus é o único responsável por essa perda e dispõe de mil meios para a compensar, sendo o principal precisamente a nossa prontidão em renunciar à nossa própria vontade, mesmo naquilo que nos parece bom e santo, para seguir a Sua.

IV. — A nossa vida é consagrada à contemplação pelos exercícios de piedade, que constituem, por assim dizer, o alimento da nossa alma. Mas eis que a obediência, o aumento do trabalho ou, sobretudo, a doença vêm interromper a sequência dessas práticas de devoção. Já não podeis assistir à Santa Missa, nem sequer aos domingos, e sois privados do alimento sagrado da Comunhão. Em breve, talvez vos encontreis num estado de tal fraqueza que vos torneis incapazes até de rezar. Não vos queixeis. Nosso Senhor quer fazer-vos participar do Seu próprio alimento, que talvez não aprecieis suficientemente: «O meu alimento», disse Ele, «é fazer a vontade d'Aquele que Me enviou, para levar a cabo a Sua obra» (Jo 4,34). Ora, essa obra que deseja realizar em nós e por meio de nós é a obra da nossa perfeição. E, para isso, é necessário que morramos para a nossa própria vontade, até mesmo nas práticas de piedade, para que só a vontade de Deus reine em nós.

Certa vez, quando o Padre Alvarez se interrogava se, apesar de determinado impedimento, deveria celebrar a Missa, ouviu uma voz que lhe dizia: «Este santíssimo ato pode ser-te extremamente proveitoso ou extremamente prejudicial, conforme Eu o aprove ou o desaprove.» Noutra ocasião, Deus disse-lhe: «A Minha glória não está em ações ou exercícios particulares, mas no cumprimento da Minha vontade. Quem sabe melhor do que Eu aquilo que mais contribui para glorificar o Meu nome?»[99]

Sem dúvida, devemos ter grande zelo pelas nossas práticas de piedade, sobretudo pela Santa Missa e pela Sagrada Comunhão, e nunca as negligenciar por desgosto, aridez ou qualquer motivo semelhante. Mas até a nossa piedade deve ser regulada segundo a adorável vontade de Deus; de outro modo, tornar-se-á desordenada. «Há almas», diz São Francisco de Sales, «que, depois de se libertarem dos apegos às coisas perigosas,

continuam a alimentar afetos perigosos e supérfluos, porque permanecem excessivamente ligadas àquilo que Deus não quer para elas.» E continua: «Os nossos exercícios de piedade (que, aliás, devemos amar profundamente) podem tornar-se desordenados quando os preferimos à obediência ou ao bem comum, ou quando os consideramos um fim em si mesmos, sendo apenas meios e caminhos para o nosso verdadeiro fim, que é o amor divino.»[100]

Outra razão pela qual Deus pode julgar conveniente privar-nos das nossas práticas de piedade é para nos conceder o mérito do sofrimento. Durante três dias, uma religiosa esteve impossibilitada de visitar Nosso Senhor no Santíssimo Sacramento, de assistir à Santa Missa e de receber a Sagrada Comunhão. «Ó meu Deus», exclamou ela, «Vós me recompensareis na eternidade por estes três dias. Compensareis esta privação mostrando-Vos a mim com maior beleza e magnificência. Em lugar do Pão Eucarístico, destes-me o pão do sofrimento. … No sofrimento damos mais a Deus do que na oração.» Além disso, a cruz é-nos necessária. Nosso Senhor poderia ter respondido a esta religiosa: «Quando desejo conduzir uma alma ao cume da perfeição, ofereço-lhe a cruz e a Eucaristia. Estes dois dons completam-se mutuamente. A cruz faz-vos amar e desejar a Eucaristia. A Eucaristia leva-vos primeiro a aceitar a cruz, depois a amá-la e, por isso mesmo, a desejá-la. A cruz purifica a alma, dispõe-a e prepara-a para o Banquete Divino. A Eucaristia alimenta-a e fortalece-a, ajuda-a a levar a cruz e sustenta-a no penoso caminho para o Calvário. Que preciosos dons são a cruz e a Eucaristia! São os presentes que Deus reserva aos Seus verdadeiros amigos.»

Encontramos em Santo Afonso um exemplo comovente tanto de fidelidade generosa às práticas de piedade como de abandono não menos generoso ao beneplácito divino. Até que as suas enfermidades e a obediência o confinaram à sua pobre cela, os seus êxtases diante do Santíssimo Sacramento tornaram-se muito frequentes e chamavam a atenção de todos. Finalmente, o seu superior, Villani, proibiu-lhe que voltasse a descer à igreja. Ele obedeceu. Mas quanto lhe deve ter custado renunciar à alegria de se ajoelhar aos pés de Jesus, o seu único Amor neste mundo! Por vezes esquecia a proibição e arrastava-se até à escada, como se fosse atraído por uma força irresistível. Procurava descer, mas em vão.

Então, desfeito em lágrimas, regressava à sua cela. Outras vezes lembravam-lhe a ordem do superior, e ele respondia: «Muito bem. Ó bom Jesus, é melhor permanecer longe de Vós por obediência do que, contra a obediência, gozar da Vossa presença.» Custou-lhe ainda mais deixar de celebrar a Santa Missa. Quando recordava as alegrias celestiais que tantas vezes experimentara junto do altar, a sua dor exprimia-se em soluços e lágrimas. Então consolava-se com este ato de resignação: «Ó Jesus, é Vossa vontade que eu deixe de celebrar a Santa Missa. Faça-se a Vossa adorável vontade e não a minha.»[101]

CAPÍTULO VIII: O Abandono nas Diversas Modalidades Espirituais do Caminho Comum — (Continuação). Fracassos e Faltas

ARTIGO I. — OS fracassos nas obras de zelo

Tratemos primeiro «de certos bens morais ou espirituais, como o exercício das obras de zelo, a direção de iniciativas de caridade», e, em geral, de todas as nossas atividades exteriores ordenadas para a glória de Deus.

Pode acontecer que a Providência não nos peça qualquer serviço deste género. Nesse caso, observa Dosda, «o verdadeiro amor de Deus obriga-nos, ou pelo menos aconselha-nos, a sacrificar os bens secundários ao bem supremo, que é a vontade divina. Neste ponto, algumas pessoas, excelentes sob outros aspetos, caem por vezes num erro perigoso ao confundirem o amor de Deus com o amor do bem. São duas coisas muito diferentes. Podem surgir circunstâncias em que sejamos obrigados a abandonar um bem que Deus não nos pede, para nos unirmos unicamente a Ele e nos entregarmos sem reservas à Sua Divina Providência.»

Quando a Providência nos encarrega de obras exteriores de zelo, devemos procurar unicamente a Deus e agir sempre com intenções sobrenaturais. «A procura do bem», continua o mesmo autor, «não é verdadeira caridade quando a seguimos com uma intenção errada, ou mesmo quando a procuramos por si mesma. A caridade divina quer, sem dúvida, o bem, mas quer-o apenas por amor de Deus. Quantos desânimos, quantos ciúmes, quantas mesquinhezes não vemos entre aqueles que estão

mais apegados ao bem do que à vontade de Deus! Os seus esforços no bem fracassam frequentemente, e eles ficam desiludidos e abatidos. Veem outros colaborar nas suas iniciativas e enchem-se de ciúmes. Para fazer triunfar os seus empreendimentos, não hesitam em desacreditar ou combater os seus próprios colaboradores na mesma grande obra, a obra da Redenção. No fundo, amam-se a si mesmos e preferem o bem humano ao bem divino. Julgam caminhar para Jesus Cristo, mas fazem um desvio fácil e muitas vezes imperceptível que os conduz de novo a si próprios. Não compreendem a enorme diferença que existe entre o homem devotado ao bem e o homem de Deus. Quantos trabalhadores, brilhantes na aparência, permanecem estéreis nos resultados, porque foi o amor-próprio, mais do que o amor de Deus, quem mais influenciou e inspirou a sua ação!»[102]

Não basta, porém, conservar a pureza de intenção em todas as nossas empresas; é também necessário prender-nos firmemente ao nosso dever, isto é, unicamente à vontade de Deus, tornando-nos virtuosamente indiferentes ao êxito ou ao fracasso. Por um lado, temos razões para estar moralmente certos de que Deus quer, neste momento, esta obra de nós; mas, por outro, nunca sabemos quais poderão ser os Seus desígnios futuros. «Muitas vezes, para nos exercitar na santa indiferença (mesmo no que diz respeito ao Seu serviço), inspira-nos grandes empreendimentos cujo êxito, todavia, não quer.»[103] Assim, parece que a Providência brinca connosco. Mas é um jogo extremamente proveitoso para nós, porque, mesmo quando aparentemente perdemos, saímos sempre vencedores. Com efeito, Deus faz-nos adquirir o mérito das nossas santas intenções, o mérito do nosso trabalho conscienciosо e o mérito da provação suportada com paciência. Além disso, talvez o êxito tivesse ocasionado a perda da nossa humildade, do nosso desapego e de outras virtudes.

«Contudo, estas considerações não devem paralisar os nossos esforços nem diminuir o nosso zelo. Não devemos negligenciar nada do que seja necessário para o bom êxito da obra que Deus colocou nas nossas mãos; mas, ao mesmo tempo, devemos estar tão bem dispostos que, se ela terminar em fracasso, saibamos suportar a desilusão com mansidão e serenidade. Porque, por um lado, somos obrigados a empregar todo o cuidado em tudo o que diz respeito à glória de Deus e ao que nos foi confiado; mas, por outro, não temos qualquer obrigação nem

responsabilidade quanto ao desenrolar dos acontecimentos, pois isso está totalmente fora do nosso poder. Assim, do mesmo modo que somos obrigados a levar por diante a obra com confiança, coragem e perseverança, na medida do que nos é possível, também devemos aceitar com mansidão e tranquilidade qualquer resultado que agrade a Deus dar ao nosso trabalho.»[104]

O nosso santo Pai São Bernardo pregou a Segunda Cruzada apenas por ordem expressa do Sumo Pontífice. Confirmou a sua pregação com inúmeros milagres. Depois do desastre da expedição, diversos prodígios vieram ainda testemunhar que ele cumprira verdadeiramente a vontade de Deus. Contudo, a campanha terminou da forma mais desastrosa e desencadeou contra o santo pregador uma tempestade de acusações e insultos. São Bernardo sofreu profundamente com esta situação. O Beato João de Casamari escreveu-lhe então para o consolar: «Se os cruzados se tivessem comportado como verdadeiros cristãos, o Senhor teria estado com eles. Mesmo quando se entregaram ao vício, Ele respondeu à sua malícia com a Sua misericórdia. Visitou-os com tribulações apenas para purificar as suas almas e conduzi-las ao Paraíso. Muitos morreram confessando que se alegravam por deixar este mundo, porque temiam voltar a cair no vício se regressassem à sua pátria. Quanto a vós, bem-aventurado Pai, o Senhor concedeu-vos os dons da eloquência e dos milagres para esta empresa, porque sabia os frutos que dela havia de tirar.» Assim, se a expedição foi um fracasso aos olhos dos homens, segundo os desígnios da Providência foi um verdadeiro êxito. Não libertou a Igreja do Oriente, mas enviou numerosos novos santos para a Igreja triunfante do Céu. São Bernardo, apesar da sua aflição, adorou humildemente os juízos de Deus, acolheu-os com mansa resignação e disse: «Se os homens têm de murmurar, prefiro que murmurem contra mim e não contra o Senhor. Considero-me feliz por Lhe servir de escudo. Expor-me-ei de bom grado às setas agudas dos maldizentes e aos dardos envenenados dos blasfemos, contanto que Ele seja poupado. Não faço caso da minha própria glória, desde que a d'Ele permaneça intacta.»[105]

Tomemos ainda alguns exemplos de São Francisco de Sales: «São Luís, movido por inspiração divina, atravessou o mar para conquistar a Terra Santa. A expedição fracassou, e ele submeteu-se com mansidão ao

beneplácito de Deus. Para mim, a serenidade da sua resignação é ainda mais admirável do que a grandeza do seu projeto. São Francisco de Assis foi ao Egito para converter os infiéis ou alcançar a palma do martírio; tal era a vontade de Deus. Contudo, regressou sem obter nem uma nem outra coisa; e essa era também a vontade de Deus. Santo António de Pádua desejou igualmente o martírio, e também não viu realizado o seu desejo. Santo Inácio de Loyola, depois de fundar com imensos trabalhos a Companhia de Jesus, pela qual já via prestados tão magníficos serviços à Igreja e previa outros ainda maiores, tinha, apesar disso, a coragem de afirmar que, se a visse suprimida — o que seria a maior aflição da sua vida —, meia hora de oração mental bastar-lhe-ia para recuperar a paz de espírito e conformar plenamente a sua vontade com a santa vontade de Deus.»[106] Poderíamos citar uma multidão de exemplos semelhantes, entre eles o do próprio São Francisco de Sales. Quando, pouco depois da fundação, a existência da Ordem da Visitação ficou ameaçada pela grave doença da sua fundadora, Santa Joana Francisca de Chantal, ele disse: «Pois bem! Deus contentar-Se-á com o sacrifício da nossa boa vontade, como aconteceu com Abraão. O Senhor inspirou-nos grandes esperanças; o Senhor desfez essas esperanças: bendito seja o nome do Senhor.»[107] «Penso sempre na nossa Congregação», dizia Santo Afonso, «como num navio em alto-mar, açoitado por ventos contrários. Se Deus quiser que ele seja engolido pelo abismo, desde já digo, e direi sempre: Bendita seja a Sua santa vontade!»[108]

«Oh! Como são felizes estas almas», exclama São Francisco de Sales, «fortes e corajosas nas empresas que Deus lhes inspira, mas prontas a abandoná-las com mansa resignação quando Deus assim o quer! Esta é a prova de uma perfeita indiferença: desistir de fazer o bem quando tal é o beneplácito de Deus e voltar atrás a meio do caminho quando a vontade divina, que é o nosso guia, assim o ordena.» Que glória presta a Deus e que riquezas espirituais nos alcança semelhante abandono no fracasso! Pelo contrário, quão pouco sobrenaturais se mostram aqueles que deixam a inquietação, a desilusão e o desânimo invadir-lhes o coração!

«Jonas procedeu muito mal ao entregar-se à tristeza porque, segundo o seu juízo, Deus não cumprira a profecia que ele anunciara contra Nínive. O Profeta cumprira a vontade divina ao anunciar a destruição daquela cidade;

mas misturara o seu interesse e a sua vontade com a vontade de Deus. Por isso, quando viu que a sua predição não se verificava literalmente, irritou-se e começou a murmurar. Ora, se o beneplácito divino tivesse sido o único motivo das suas ações, teria ficado tão satisfeito ao vê-lo realizar-se no perdão que Nínive mereceu pela sua penitência como no castigo que merecera pela sua culpa. Todos gostaríamos que as nossas empresas e iniciativas tivessem pleno êxito; mas não temos o direito de esperar que Deus satisfaça sempre esses desejos tão naturais.»[109]

Suponhamos que uma obra fracassou por culpa nossa, por exemplo, por falta de zelo ou de prudência. Devemos, mesmo neste caso, conformar-nos com a vontade de Deus? Certamente. Porque, embora Ele condene a falta, quer o castigo. «Não foi Ele a causa do pecado de David, mas infligiu-lhe a pena devida a esse pecado. Também não foi a causa do pecado de Saul, mas, como castigo, determinou a sua derrota. Assim, sempre que, em punição das nossas faltas, os nossos santos projetos fracassarem, devemos detestar essas faltas com sincero arrependimento e aceitar a pena que nos é imposta. Porque, se o pecado é contrário à vontade de Deus, o seu castigo está de acordo com essa mesma vontade.»[110]

Em suma, todas as nossas empresas para a glória de Deus exigem simultaneamente a ação de Deus e a nossa. «A nós compete plantar e regar bem, com o auxílio da graça; mas é Deus quem dá o crescimento.»[111] Devemos, portanto, fazer tudo o que está ao nosso alcance e deixar o resultado nas mãos da Divina Providência.

ARTIGO II. — A flta de êxito no que diz respeito à nossa própria santificação

O mesmo acontece com a obra da nossa santificação. O progresso na virtude e a correção das nossas imperfeições exigem, ao mesmo tempo, a ação de Deus e a nossa cooperação com ela. Ora, a graça foi prometida à oração e à fidelidade. Contudo, o Senhor permanece sempre soberano Senhor dos Seus dons, quer quanto à medida em que os concede, quer quanto ao momento e às demais circunstâncias.

Nada pode ser mais precioso para nós do que a santificação da nossa alma. Também o nosso Pai celeste a deseja ardentemente. Na medida em

que depende de nós, devemos alimentar, neste ponto, os mais elevados desejos e conceber as mais altas aspirações. Porque não haveremos de confiar em Nosso Senhor, que deu a Sua vida por nós na Cruz, que Se oferece diariamente por nós nos nossos altares e que nos chamou para uma vocação tão rica de promessas? Desde que a nossa boa vontade não se apoie em nós mesmos, mas n'Ele, o único receio que devemos ter é o de não desejar suficientemente a santidade ou de deixar a graça divina permanecer estéril. Desejemos, pois, rezemos e trabalhemos com ordem e método; quando necessário, reacendamos o nosso fervor e nunca desfaleçamos nesta santa tarefa. Mas deixemos o resultado ao nosso Pai do Céu. Melhor ainda: confiemos-Lhe tudo o que diz respeito à medida, ao tempo, ao modo e às demais circunstâncias do êxito. Assim baniremos da nossa alma a inquietação, a impaciência e todos os outros defeitos que podem acompanhar a busca do nosso fim último.

No que diz respeito ao progresso nas virtudes, «não omitamos nada», diz São Francisco de Sales, «que possa contribuir para o bom êxito desta santa empresa... Mas, depois de termos plantado e regado, devemos esperar da Divina Providência o fruto dos nossos desejos e dos nossos trabalhos. Se não sentirmos em nós o progresso na vida espiritual que desejaríamos, não nos inquietemos por isso; conservemos a paz da alma e façamos reinar sempre a tranquilidade no nosso coração. O nosso dever é cultivar bem a nossa alma e aplicar-nos fielmente a essa tarefa. Quanto à abundância da colheita, deixemos esse cuidado a Nosso Senhor. Não se pode razoavelmente censurar o agricultor por não ter obtido uma boa colheita, desde que não tenha negligenciado o cultivo da terra nem a sementeira. Também não devemos preocupar-nos se nos vemos sempre como principiantes na prática das virtudes. No mosteiro da vida devota, todos devemos considerar-nos sempre noviços; toda a nossa vida aqui é um tempo de prova. E, de facto, não há sinal mais evidente de que alguém continua a ser um noviço — e um noviço digno de expulsão — do que imaginar-se já professo... Enfim, a obrigação de servir Deus e de crescer no Seu santo amor deve durar até ao último instante da nossa vida.»[112]

O mesmo santo Doutor prevenia Santa Joana Francisca de Chantal contra «certos desejos que tiranizam o coração. Querem que os nossos projetos nunca encontrem oposição; não suportam a obscuridade, mas

desejam estar sempre na plena luz; não se contentam com que recusemos o consentimento às tentações, querem ainda que nem sequer as sintamos». Este prudente diretor desejava para a sua filha espiritual «uma grande coragem, que não fosse demasiado sensível, que permanecesse indiferente ao doce ou ao amargo, à luz ou às trevas, e que avançasse corajosamente no amor de Deus, sólido, essencial e inabalável, sem se deixar perturbar pelos fantasmas passageiros da tentação».[113]

Além disso, a falta de êxito neste domínio é, muitas vezes, mais aparente do que real. É impossível que deixemos de progredir continuamente, mesmo sem disso termos consciência, desde que façamos tudo o que depende de nós, isto é, desde que tenhamos verdadeira vontade de avançar e demonstremos essa vontade por esforços sérios. O nosso santo Pai São Bernardo deixou-nos esta consoladora certeza: «A vontade constante de progredir e a perseverante busca da perfeição são consideradas como perfeição.»[114]

Importa, porém, notar cuidadosamente que o Santo não fala do sentimento, mas da perseverança na busca. Desde que a vontade permaneça firmemente ligada ao dever, as repugnâncias podem ser desprezadas. O grande Apóstolo experimentou igualmente a oposição do homem velho, mas não lhe deu importância e prosseguiu serenamente o seu caminho. Também o sentimento é um critério pouco seguro. Como as virtudes pertencem à ordem espiritual, podemos possuí-las sem sentir a sua presença. É pelos seus frutos que devemos julgá-las. Por exemplo, esta pessoa é rica em consolações e, na oração, derrama o coração em ternas efusões; mas continua pouco generosa e não sabe suportar as provações: o seu amor ainda está na infância. Eis outra cuja alma é árida como um deserto; contudo, permanece sempre fiel ao dever, contenta-se em levar a cruz e recebe repreensões e contradições com um rosto sereno. Não será o seu amor cem vezes mais verdadeiro e sólido?

Santa Joana Francisca de Chantal derramava lágrimas abundantes, convencida de que não possuía nem fé, nem esperança, nem caridade. Para a consolar, São Francisco de Sales escreveu-lhe estas palavras: «Trata-se apenas de uma insensibilidade espiritual que vos priva unicamente do gozo das vossas virtudes. Na realidade, possuís todas elas, e em estado

florescente. Mas Deus quer que não sintais a sua presença consoladora na vossa alma.»[115]

Observemos, por fim, que, além da graça e da boa vontade, é necessário também o tempo. Assim como o tempo é indispensável para o pleno desenvolvimento do corpo e das faculdades, para a formação intelectual ou para a aquisição das artes, assim também é necessário para alcançar uma elevada virtude. Felizes os santos que, trabalhando com um zelo quase ardente, sem jamais descansar nem afrouxar, acumularam assim um imenso tesouro de virtudes e de méritos! E felizes seremos também nós, na nossa mais modesta medida, se, não podendo realizar empresa tão vasta, conseguirmos ao menos alcançar um quarto ou metade dos seus ganhos, e se não formos encontrados demasiado afastados dos nossos modelos! Há um pensamento que deve servir de constante estímulo à nossa atividade espiritual: a recompensa será proporcionada ao trabalho, e o Divino Mestre terá em conta tanto a quantidade como a qualidade.

No que diz respeito às nossas paixões e imperfeições, devemos conservar a mesma atitude de combate sem tréguas e de abandono pacífico. «Deus», diz São Francisco de Sales, «permite que as rebeliões do apetite sensitivo, quer no domínio da ira quer no da concupiscência, permaneçam em nós. Fá-lo para nos disciplinar, a fim de que, pela resistência que lhes opomos, exercitemos a coragem espiritual. São esses os filisteus contra os quais os verdadeiros israelitas têm de combater continuamente, sem jamais os poderem exterminar completamente: podem enfraquecê-los, mas nunca aniquilá-los. Porque as paixões só morrem connosco; a sua vida dura tanto quanto a nossa. Os seus movimentos devem, sem dúvida, ser odiados e detestados, porque procedem do pecado e tendem continuamente para o pecado... A Igreja condenou o erro de certos solitários que afirmavam que, nesta vida, podemos ficar inteiramente livres das paixões da ira, da concupiscência, do medo e de outras semelhantes... Contudo, não devemos perturbar-nos por sentir a sua presença, porque a nossa perfeição consiste em combatê-las; e não podemos combatê-las sem as sentir, nem vencê-las sem as enfrentar. A nossa vitória não depende de sermos insensíveis às suas sugestões, mas de lhes recusarmos o consentimento. E, se para conservar a nossa humildade é necessário sofrermos por vezes algumas feridas neste

combate espiritual, também é certo que não podemos ser vencidos enquanto não perdermos a vida ou a coragem.»[116]

Devemos, pois, resolver-nos a prosseguir esta luta com paciência e perseverança, mas sempre na tranquilidade e na paz da alma. Depois de fazermos tudo o que está ao nosso alcance, teremos cumprido plenamente o nosso dever; o resto pertence à Providência. Mas, perante a persistência e tenacidade destes combates, que recomeçam sempre e nunca parecem terminar, a pobre alma inquieta-se, aflige-se, agita-se e julga proceder bem entregando-se à tristeza, como se essa tristeza fosse fruto do amor de Deus. E, no entanto, Teótimo, não é o amor divino que produz esta melancolia, porque o amor divino só se entristece com o pecado; é antes o nosso amor-próprio, que gostaria de nos ver dispensados do esforço exigido pela resistência às nossas paixões. Na realidade, é o incómodo do combate necessário que nos perturba,[117] a não ser que seja a humilhação e a vergonha provocadas pela experiência de certos movimentos maus.

«Mas», poderá alguém dizer, «se sei que as minhas repetidas faltas impediram o meu progresso na virtude e que a minha negligência é responsável pela persistência dos meus defeitos, como poderei deixar de me inquietar?» Deste modo: pedi perdão a Deus, detestai as vossas faltas, aceitai humildemente a dor e a confusão que delas resultam; depois, sem perder tempo, paz nem coragem em arrependimentos estéreis, esforçai-vos com toda a diligência por progredir melhor no futuro. Conservai, porém, a tranquilidade do coração: a inquietação não é remédio para o mal, mas um mal novo; e o desânimo é, de todos os males, o mais funesto. Além disso, até as nossas próprias faltas deixam de ser obstáculo ao progresso, se delas nos levantarmos prontamente e, sem escrúpulos nem perturbação, retomarmos o nosso caminho. Segundo São Gregório, elas concedem-nos «essa raríssima perfeição que consiste em saber que não somos perfeitos». São o véu sob o qual Deus esconde de nós as nossas virtudes, para nos preservar do orgulho. Dão-nos ocasião de renovar uma vigilância humilde sobre nós mesmos e um fervor mais intenso na oração. Servem também para nos ensinar aquilo que precisamos de saber e estimulam-nos, como um aguilhão, a apressar os nossos passos. Finalmente, até as próprias faltas podem tornar-se fonte de proveito para quem souber tirar delas bom partido.

ARTIGO III. — A falta de êxito no trabalho pelas almas

No exercício do zelo pelas almas, como em todas as outras ocupações, devemos fazer tudo o que depende de nós com um fervor prudente e constante, mas em pacífico abandono ao beneplácito de Deus. O que Ele exige de nós não é o êxito, mas o cumprimento consciencioso dos nossos deveres. E o primeiro desses deveres é aprender a amar as almas em Deus. À medida que o fogo do amor divino cresce no nosso coração, deve produzir a chama de um santo zelo, de um zelo verdadeiramente católico, tão vasto quanto o mundo.

Algumas almas tornar-se-ão particularmente queridas para nós, quer porque nos foram especialmente confiadas, quer por qualquer outra razão. Mas devemos considerar todas à luz da eternidade. O Supremo Juiz pedir-nos-á contas delas; o demónio conspira para as perder; e talvez a salvação de muitas dependa de nós. Devemos dar-lhes Deus e entregá-las, todas e sem reserva, a Deus. O Pai celeste sacrificou o Seu Filho Unigénito, objeto eterno das Suas complacências, para que o mundo não perecesse, mas tivesse a vida eterna. Nosso Senhor imolou-Se pelas almas na Cruz, oferece-Se por elas a cada instante sobre os nossos altares, alimenta-as com a Sua própria substância, deu-lhes a Igreja, o sacerdócio e os Sacramentos, e favorece-as continuamente com uma superabundância de graças interiores e exteriores. Além disso, pelo Seu Espírito Santo, ilumina-as, atrai-as, impele-as, cerca-as de todos os modos; vence-lhes as resistências e sustém-nas; persegue-as, chama-as de novo e perdoa-lhes. Em suma, ama-as, ama-as quase infinitamente, apesar de todas as suas misérias. Que belo exemplo de amor desinteressado, que tanto comoveu os santos e que deveria confundir a nossa tibieza! Por mais ardente que seja o nosso zelo pelas almas, poderá alguma vez comparar-se com o zelo que Deus lhes dedica?

Devemos amar as almas como Deus as ama, conformando-nos com a Sua direção e com a ordem da Sua Providência. Tendo-nos criado livres, nunca fará violência à nossa liberdade. Contudo, concede graças abundantes a todos, a uns mais, a outros menos, na medida, no tempo e da maneira que melhor Lhe aprouver. Também nós devemos dar a todos, especialmente àqueles que nos devem ser mais queridos, o auxílio das nossas orações, sacrifícios e bom exemplo. Devemos dedicar especial atenção à oração

pública, se tivermos a honra desse sublime apostolado. Se algumas almas nos forem confiadas, por qualquer título, devemos cultivá-las com um zelo proporcionado ao amor que Deus lhes dedica e ao valor que elas têm aos Seus olhos. Mas, enquanto cumprimos fielmente os nossos deveres e rezamos com fervor incansável, devemos conservar a paz da alma, por respeito aos direitos de Deus e à ordem da Sua Providência. Porque Ele é o Senhor dos Seus dons e julgou conveniente dotar as almas humanas da faculdade da livre escolha.

As desilusões não nos hão de faltar. O próprio Deus, embora possua a chave de todos os corações, não entra pela força; permanece antes à porta e bate. Aqui encontramos o mistério da graça divina e da cooperação humana. Um apressa-se a acolher o divino Visitante; outro recusa abrir-Lhe; muitos nem sequer prestam atenção. Assim acontece, muitas vezes, que Ele permanece do lado de fora. O nosso divino Salvador, nosso Benfeitor e Amigo acima de todos os amigos, veio para o que era Seu, para o povo que escolhera, e os Seus não O receberam. Os maliciosos procuravam apanhá-Lo nas Suas palavras; a multidão abandonou-O; Judas traiu-O; os outros Apóstolos fugiram; e, quando por fim caiu sob os golpes dos Seus inimigos, a Sua Igreja não passava ainda de uma frágil planta açoitada pela tempestade. O discípulo não está acima do Mestre. Assim, apesar dos prodígios que realizaram, os Apóstolos terminaram a sua carreira no martírio, deixando atrás de si um rebanho indefeso no meio de lobos vorazes. Se alguns santos obtiveram êxitos extraordinários no apostolado, outros — e não dos menos santos — trabalharam sem resultados aparentes até ao fim da vida. Basta recordar o caso de Santo Afonso. Os seus primeiros discípulos abandonaram-no e, em consequência, quantos outros o deixaram por iniciativa própria ou tiveram de ser despedidos! Dois deles chegaram ao ponto de o desacreditar junto do Sumo Pontífice e de provocar a sua expulsão da própria Congregação. Todos estes fracassos foram necessários para aperfeiçoar o fundador na santidade e firmar o seu Instituto sobre o rochedo inabalável do Calvário. Todavia, como os desígnios do Céu apenas se revelam gradualmente, é uma provação bem amarga para um sacerdote zeloso ver almas em perigo, ou para um superior diligente ver permanecerem na mediocridade aqueles que esperava conduzir à santidade.

Por mais dolorosa que seja a nossa falta de êxito, devemos reconhecer nela a permissão de Deus, aceitá-la com abandono sereno e tirar dela proveito para o nosso progresso espiritual. É uma das melhores ocasiões para nos firmarmos mais profundamente na humildade, desapegarmo-nos da vanglória e das consolações humanas, purificarmos as nossas intenções e resolvermos, para o futuro, procurar unicamente a Deus no exercício do nosso ministério espiritual. À semelhança do Profeta-Rei, devemos bendizer a Providência pela humilhação que nos enviou. Com demasiada frequência, o êxito cega-nos, ensoberbece-nos e embriaga-nos. Faz-nos esquecer que as conversões vêm de Deus e que talvez sejam devidas, não aos nossos esforços, mas às orações e sacrifícios secretos de alguma alma desconhecida. O fracasso abre-nos os olhos para a realidade. Recorda-nos que somos apenas pobres instrumentos. Convida-nos a voltar o olhar para nós mesmos e, se necessário, a corrigir as nossas faltas, retificar os nossos métodos, reacender o nosso zelo e rezar mais. Se a nossa negligência e os nossos pecados contribuíram para a falta de êxito, não devemos apenas libertar-nos desses defeitos, mas também reparar, quanto possível, as suas consequências, redobrando o nosso zelo, as nossas orações e os nossos sacrifícios.

Contudo, a humilde resignação à vontade de Deus não deve arrefecer o nosso ardor. Quando as almas não correspondem aos nossos esforços, «choremos por elas», diz São Francisco de Sales; «suspiremos, rezemos por elas, como fez o nosso doce Jesus, que, depois de ter derramado lágrimas por todos os pecadores durante a Sua vida, acabou por morrer por eles com os olhos embaciados pelo pranto e o Corpo inteiro banhado em Sangue.»[118] Condenado, traído e abandonado, podia ter conservado a Sua vida e deixar-nos entregues à nossa obstinação. Mas amou-nos até ao fim. Assim nos ensina que a verdadeira caridade nunca cede ao desânimo. Sabe que, muitas vezes, acabará por triunfar das resistências mais obstinadas. Tudo espera, porque põe a sua esperança em Deus, para quem nada é impossível. Se o amor compassivo não conseguiu vencer Judas, fez santos de Maria Madalena, de Pedro, de Agostinho e de tantos outros grandes penitentes. A humildade, que nos revela a nossa própria miséria e os nossos pecados, leva-nos a compreender claramente as dificuldades da virtude e inspira-nos uma terna compaixão pelas almas ainda fracas. «Como sabeis», pergunta o suave Bispo de Genebra, «se o pecador não fará ainda penitência

e não salvará a sua alma? Enquanto houver lugar para a esperança — e enquanto há vida há esperança —, não devemos abandoná-lo; antes devemos rezar por ele e ajudá-lo tanto quanto a sua malícia o permitir.»[119]

Mas, se as almas frustram as esperanças que nelas depositámos, desde que não tenhamos poupado esforços em seu favor, não seremos responsáveis pela sua perda: cumprimos o nosso dever, glorificámos Deus e consolámos o Seu Coração misericordioso naquilo que dependia de nós. Nestas circunstâncias, o sentimento da nossa insuficiência ou das nossas responsabilidades não deve perturbar-nos. O nosso santo Pai São Bernardo tranquiliza-nos a este respeito, na carta dirigida ao seu discípulo, o Beato Balduíno: «Haveis de prestar contas daquilo que recebestes», diz ele, «mas não daquilo que não possuís. Preparai-vos para prestar contas, mas apenas do talento que vos foi confiado. Quanto ao resto, podeis ficar tranquilo. Se muito vos foi dado, muito vos será pedido. Se recebestes pouco, sede fiel em restituir esse pouco... Restituí tudo o que vos foi confiado, porque tudo vos será exigido até ao último ceitil; quero dizer, tudo aquilo que vos foi entregue, e não aquilo que nunca recebestes.»[120]

«Mas, finalmente, quando tivermos chorado em vão pelo pecador obstinado, quando lhe tivermos prestado todos os serviços da caridade para o salvar da perdição, imitemos Nosso Senhor e os Apóstolos. Isto é, desviemos o nosso espírito e as nossas energias para outros objetivos e outras ocupações mais úteis à glória de Deus. Porque não devemos desperdiçar, lamentando a perda de alguns, o tempo que é útil e necessário para a salvação de outros. Além disso, devemos adorar, amar e louvar para sempre a justiça vingadora e punitiva de Deus, assim como amamos e louvamos a Sua misericórdia. Porque, pela Sua graça, quer tornar-nos bons, como Ele próprio é soberanamente bom; e, pela Sua justiça, quer punir o pecado, porque o detesta.

Ora, a razão por que Deus odeia o pecado é que, sendo soberanamente bom, detesta necessariamente o mal supremo, que é o pecado. E, quer castigue quer abençoe, o Seu beneplácito é sempre adorável, amável e digno de eterna bênção. Por isso, os justos que cantarão os louvores da Sua misericórdia para com os que se salvarem alegrar-se-ão também ao contemplar a manifestação da Sua justiça vingadora, como diz o Salmista.

... E os santos Anjos, depois de exercerem a sua caridade para com os homens que lhes foram confiados como guardiães, permanecem em paz, mesmo quando veem os seus protegidos perseverar na obstinação ou perder-se definitivamente. Também nós devemos conformar-nos com a vontade de Deus e beijar com igual amor e reverência tanto a mão direita da Sua misericórdia como a mão esquerda da Sua justiça.»[121]

Encontraremos ainda outras provações na direção das almas. Cada uma delas é providencialmente destinada a exercitar-nos no desapego das pessoas e das coisas, a suscitar em nós um zelo absolutamente puro e a conduzir-nos ao santo abandono. Por exemplo, há almas que nos proporcionam inteira consolação. Deus retirar-nas-á de junto de nós de uma maneira que nunca esperávamos. Longe de murmurarmos, devemos beijar a mão que nos feriu. Não é nossa missão conduzir as almas para Deus? Experimentámos a doce consolação do êxito no nosso trabalho. Foi para Ele que as formámos: pertencem-Lhe muito mais a Ele do que a nós. Se julga conveniente privar-nos da alegria da sua presença e das esperanças que nelas depositávamos, não é justo que a Sua vontade prevaleça sobre a nossa, a Sua infinita sabedoria sobre a nossa curta visão e os nossos interesses eternos sobre as consolações passageiras?

ARTIGO IV. — As nossas próprias faltas

Falemos agora das nossas próprias faltas atuais. Antes de mais, embora devamos ser sempre extremamente zelosos em evitar o pecado, devemos, contudo, conservar-nos numa resignação serena perante a ordem da Providência. Porque, como observa São Francisco de Sales, «embora Deus odeie o pecado com um ódio soberano, permite-o, contudo, na Sua sabedoria, para deixar as criaturas racionais agir segundo a sua natureza e tornar o bem mais digno de louvor, pelo facto de, podendo transgredir a lei, não a transgredirem efetivamente. Adoremos, pois, e bendigamos esta santa permissão. Mas, porque a Providência, embora permitindo o pecado, o detesta infinitamente, também nós o devemos detestar e odiar. Devemos desejar, com todo o ardor de que somos capazes, que o mal assim permitido não venha a ser cometido. Consequentemente, devemos empregar todos os meios possíveis para impedir o seu nascimento, o seu crescimento e o seu domínio. Imitemos Nosso Senhor, que não cessa de nos exortar, prometer,

ameaçar, proibir, ordenar e inspirar interiormente, para afastar a nossa vontade do mal, sem contudo lhe retirar a liberdade.»[122]

Se perseverarmos sem desfalecer na oração, na vigilância e no combate, as nossas faltas tornar-se-ão, à medida que avançarmos, menos frequentes, menos voluntárias e mais facilmente reparadas; e a nossa alma estabelecer-se-á numa pureza cada vez maior. Todavia, à exceção de uma graça muito especial, como a concedida à Santíssima Virgem, é impossível, nesta vida, evitar todos os pecados veniais. Os próprios santos o reconheceram.

Sempre que tivermos a infelicidade de cometer uma falta, «façamos tudo o que estiver ao nosso alcance para a reparar. Nosso Senhor assegurou a Carpo que, se fosse necessário, sofreria de novo a morte para libertar uma única alma do pecado. Mas o nosso arrependimento deve ser forte, resoluto, constante e tranquilo; não turbulento, inquieto nem desanimado.»[123] «Não é porque fui preservada do pecado mortal», diz Santa Teresinha do Menino Jesus, «que me elevo para Deus com confiança e amor. Ah! não. Sinto que, ainda que tivesse na consciência todos os crimes que se podem cometer, nada perderia da minha confiança. Iria simplesmente, com o coração despedaçado de arrependimento, lançar-me nos braços do meu Salvador. Sei quanto Ele amou o pobre filho pródigo. Conheço as Suas palavras dirigidas a Santa Maria Madalena, à mulher adúltera e à samaritana. Não, nada poderia abalar a minha confiança, porque conheço o amor e a misericórdia d'Aquele em quem confio. Sei que todos os pecados do mundo desapareceriam instantaneamente na infinidade da Sua misericórdia, como uma gota de água lançada numa fornalha ardente.»[124]

Não imitemos, pois, aqueles para quem um arrependimento sereno parece sempre um paradoxo. Não haverá um justo meio entre a indiferença, que o seu espírito de fé receia, e a tristeza ou o desânimo que os lançam na impaciência? Nunca estaremos suficientemente prevenidos contra a agitação que os nossos pecados despertam em nós. Em vez de remédio, ela constitui um mal novo. Além disso, por maus que os nossos pecados sejam em si mesmos, tornam-se ainda piores nas suas consequências quando dão origem à inquietação, ao desalento ou talvez até ao desespero. Pelo contrário, a paz no arrependimento é algo altamente desejável. «Santa Catarina de Sena cometeu certas faltas. Quando, por causa delas, se afligia

diante do Senhor, Ele deu-lhe a compreender que, por um arrependimento simples, pronto, fervoroso e confiante, Lhe agradava mais do que se nunca tivesse cometido essas faltas. Todos os santos tiveram as suas imperfeições. Alguns deles, como David e São Pedro, foram grandes pecadores e talvez nunca tivessem sido grandes santos se primeiro não tivessem sido grandes pecadores. Como ensina São Paulo, tudo concorre para o bem dos eleitos — até os seus pecados, acrescenta Santo Agostinho.»[125]

Existe, de facto, uma arte de tirar proveito das próprias faltas. O grande segredo consiste em aceitar humildemente, não a falta em si nem a ofensa feita a Deus, mas a humilhação interior e a confusão infligidas ao nosso amor-próprio, de modo a estabelecer-nos numa humildade confiante e serena. Não será o orgulho a principal causa das nossas quedas? Ora, um remédio poderoso contra esta peste consiste em aceitar a vergonha como algo que merecemos plenamente. Podemos facilmente escapar a outras espécies de humilhação, convencendo-nos de que são injustas. Mas como evitar a confusão e a dura lição das nossas próprias faltas? Elas põem em plena luz tanto a nossa corrupção natural como a nossa cobardia no combate. As humilhações, quando devidamente aceites, conduzem à humildade. E a humildade, recordando-nos continuamente o tempo perdido que temos de recuperar e as faltas que devemos expiar, alimenta a compunção do coração, estimula a nossa atividade espiritual e ensina-nos a ser misericordiosos para com os outros.

Sobre este ponto, De Caussade faz reflexões muito sábias: «Deus permite as nossas pequenas infidelidades para nos convencer mais profundamente da nossa fraqueza e para nos fazer morrer pouco a pouco para essa infeliz estima de nós mesmos, essa presunção e essa confiança secreta em nós próprios, que nos impedem de adquirir a verdadeira humildade de coração. Sabemos bem que nada é mais agradável a Deus do que um completo desprezo de nós mesmos, acompanhado de uma confiança absoluta n'Ele só. O Deus de bondade faz-nos, portanto, um singular benefício quando nos obriga a beber, muitas vezes contra vontade, este cálice amargo, tão temido pelo nosso amor-próprio e pela nossa natureza corrompida. Sem isso, nunca seríamos curados da nossa presunção secreta e da nossa orgulhosa confiança em nós mesmos. Nunca compreenderíamos que todo o mal que existe em nós provém necessariamente de nós próprios

e todo o bem unicamente de Deus. Seriam necessárias milhões de experiências pessoais de outro género para nos fazer adquirir uma convicção habitual desta dupla verdade. E esse número teria ainda de ser multiplicado, quando os vícios do orgulho e da presunção, escondidos na alma, ganharam maior força e criaram raízes mais profundas. Estas faltas são, pois, muito salutares, porque servem para nos conservar sempre pequenos e confundidos diante da Majestade Divina, sempre desconfiados de nós mesmos, sempre aniquilados aos nossos próprios olhos. Na verdade, nada é mais fácil do que aproveitar cada uma das nossas infidelidades para adquirir um novo grau de humildade e, por assim dizer, cavar mais profundamente no coração o fundamento indispensável de toda a verdadeira santidade. Não deveríamos admirar e bendizer a infinita bondade de Deus, que sabe tirar tão grande proveito das nossas próprias faltas? E, para isso, apenas exige que não amemos as nossas faltas, que nos humilhemos docemente por causa delas, que nos levantemos com perseverança incansável depois de cada queda e que trabalhemos assiduamente para as corrigir.»[126]

Quanto às consequências penais dos nossos pecados, se Deus quiser que não possamos evitá-las legitimamente, devemos aceitá-las com humilde conformidade ao Seu beneplácito. Pode tratar-se, por exemplo, da vergonha que sentimos diante dos nossos irmãos, da perda da boa reputação ou do prejuízo causado à nossa saúde. Talvez a nossa negligência, as nossas indiscrições, as nossas detrações, os nossos acessos de mau génio ou o nosso caráter difícil nos tenham atraído contrariedades, humilhações, mortificações ou prejuízos nos nossos interesses. As nossas faltas deixarão atrás de si uma dolorosa herança de inquietação, preocupações e angústias. Ora, Deus não quis a falta, mas quer as suas consequências. Faz-nos sofrer para nos curar. Castiga-nos no tempo para não ter de nos castigar na eternidade. Digamos-Lhe então: «Senhor, mereci amplamente este castigo. Vós permitistes que ele acontecesse e, de certo modo, até o quisestes. Faça-se a Vossa santa vontade! Eu a adoro e submeto-me humildemente aos seus desígnios.» Humilhemo-nos, pois, mas sem perturbação, amargura, inquietação ou desânimo, recordando que Deus, embora deteste a falta, serve-Se dela como instrumento útil para nos conservar na humilhação e no desprezo de nós mesmos.

É com a mesma conformidade filial e serena que devemos aceitar as consequências penais das nossas simples imprudências. Segundo De Caussade: «Poucas provações mortificam tanto o amor-próprio e, por isso mesmo, santificam tanto, como aquelas que resultam de alguma imprudência inculpável. Não nos custa tanto aceitar as humilhações que vêm de fora e para as quais em nada contribuímos. Também nos resignamos mais facilmente à confusão causada por faltas mais graves em si mesmas, desde que permaneçam ocultas. Mas uma simples imprudência, cujas consequências desagradáveis ficam à vista de todos: essa é, sem dúvida, a mais humilhante de todas as humilhações. E, por isso mesmo, oferece-nos uma excelente ocasião para desferir o golpe mortal no amor-próprio. Nunca devemos deixar escapar semelhante oportunidade. O que então importa fazer é tomar o próprio coração nas mãos e, apesar da sua resistência, obrigá-lo a praticar um ato de completa resignação. É o momento de dizer e repetir o *fiat* do abandono perfeito. Devemos mesmo esforçar-nos por chegar até um ato de ação de graças, acrescentando ao nosso *fiat* um *Gloria Patri*. Uma única provação assim aceite fará avançar a alma mais no caminho da perfeição do que numerosos atos de virtude.»[127]

São Francisco de Sales «nunca se impacientava consigo próprio, nem sequer com as suas imperfeições. O ódio que tinha às suas faltas era sereno, tranquilo e firme. Considerava que nos corrigimos melhor por um arrependimento calmo e constante do que por um arrependimento amargo, impaciente e colérico; porque este último, pela sua violência, está mais de acordo com as nossas inclinações do que com a gravidade das faltas. “Quanto a mim”, dizia ele, “se tivesse a infelicidade de cair num pecado grave, não repreenderia o meu coração deste modo: Não és tu verdadeiramente miserável e abominável por te deixares arrastar pela vaidade depois de tantas resoluções? Deverias morrer de vergonha e nunca mais levantar os olhos para o Céu, cego, insolente, traidor e rebelde contra o teu Deus! Não; preferiria corrigi-lo com razão e compaixão, dizendo-lhe assim: Coragem, pobre coração meu! Eis que caímos no fosso que havíamos resolvido evitar com tanta firmeza. Pois bem, levantemo-nos e abandonemos para sempre este lugar. Imploremos a misericórdia de Deus, esperemos que ela nos ajudará a ser mais fortes no futuro e retomemos humildemente o nosso caminho. Coragem! Doravante teremos de ser mais vigilantes, e Deus nos auxiliará. E, sobre esta repreensão, faria uma

resolução sólida e firme de nunca mais cometer essa falta e de empregar os meios necessários para cumprir essa resolução.”»[128]

De Caussade, por seu lado, aconselha-nos a oferecer incessantemente esta oração interior a Deus: «Senhor, preservai-me, eu Vos suplico, de todo o pecado, especialmente deste ou daquele. Mas quanto ao sofrimento que serve para curar o meu amor-próprio desordenado, à humilhação e à confusão que ferem e devem esmagar a minha estima de mim mesmo, aceito-as durante todo o tempo que Vós quiserdes e dou-Vos graças por elas como por um assinalado favor. Concedei, Senhor, que estes amargos remédios produzam o seu efeito; que curem o meu orgulho e me ajudem a adquirir a verdadeira humildade, fundamento sólido da vida interior e de toda a perfeição.»[129]

Apesar da oração e dos nossos melhores esforços, cometeremos inevitavelmente novas faltas. O único remédio consiste em humilhar-nos cada vez mais profundamente, voltar para Deus com a mesma confiança e retomar o combate sem jamais ceder ao desânimo. «Se aprendermos a humilhar-nos sinceramente pelas menores faltas e a levantar-nos prontamente com confiança em Deus, tranquilidade e mansidão, isso será um remédio seguro para o passado, um poderoso apoio e uma proteção eficaz para o futuro. Mas o santo abandono, bem compreendido, deve libertar-nos daquela impaciência que nos leva a querer alcançar de um salto o cume da santidade e que apenas consegue afastar-nos ainda mais dele. O único caminho para lá chegar é o da humildade; a impaciência é uma das formas do orgulho. Empreguemos todas as nossas forças na correção das nossas imperfeições; mas resignemo-nos ao facto de não conseguirmos extirpá-las todas num só dia. Peçamos a Deus, com oração fervorosa e perseverante e com a mais filial confiança, que nos conceda a graça decisiva que nos arrancará completamente de nós mesmos para nos fazer viver doravante unicamente n'Ele; mas deixemos-Lhe, com abandono igualmente filial, a determinação do dia e da hora em que essa graça nos será concedida.»[130]

CAPÍTULO IX: O Abandono nas Diversas Modalidades Espirituais do Caminho Comum — (continuação). As Provações Interiores em Geral

Já considerámos os bens e males temporais, o essencial da vida espiritual e as suas manifestações mais exteriores. Cumpre-nos agora estudar os sofrimentos próprios da vida interior: primeiro, de modo geral; depois, alguns deles em particular, como as tentações, as aridezes, as obscuridades, etc. É sobretudo aqui que teremos ocasião de praticar o abandono. Com efeito, estas provações são inevitáveis e muito frequentes. Segundo Santo Afonso, são as mais amargas de todas as dores possíveis. [131]

«Nunca um dia é exatamente igual ao outro», diz São Francisco de Sales. «Hoje o céu está nublado, amanhã chove, no dia seguinte faz sol, e depois sopra o vento. Assim acontece também com os homens. A vida humana corre como um rio, oscilando e ondulando numa perpétua diversidade de movimentos: ora se eleva pela esperança, ora se abate pelo temor; aqui volta-se para a direita pela consolação, ali inclina-se para a esquerda pela aflição. Nunca permanece no mesmo estado... Gostaríamos de não encontrar dificuldades, contradições nem sofrimentos, mas de desfrutar sempre de consolações sem aridez, de repouso sem trabalho, de paz sem perturbação. Quem não reconhece quão grande é esta loucura? É desejar o impossível. Tal uniformidade de estado só se encontra no paraíso e no inferno: no paraíso, bem, repouso e consolação sem mistura alguma de mal, de inquietação ou de sofrimento; no inferno, mal, desespero, angústia e inquietação, sem mistura alguma de bem, de esperança, de tranquilidade ou de paz. Mas nesta vida passageira nunca se encontra o bem inteiramente separado do mal, nem o repouso sem trabalho, nem a consolação sem aflição.»[132]

A vida interior está sujeita à mesma lei geral. As vicissitudes e as provações são nela inevitáveis. A nossa própria miséria e a malícia do demónio podem ser a sua causa imediata, mas a causa primeira é sempre Deus. Quando têm origem em nós mesmos, procedem da ignorância da inteligência, da excessiva sensibilidade do coração, da desordem da imaginação ou da perversidade dos nossos desejos naturais, etc. Mas não foi por desígnio de Deus que nascemos filhos de Adão? E não é por sua

vontade que temos de suportar estas enfermidades para alcançarmos a nossa santificação? Poderá o demónio fazer alguma coisa contra nós sem a permissão divina? O rei Saul foi assaltado por tentações de ciúme e de ódio contra David; e a Sagrada Escritura diz-nos que «um espírito mau, enviado pelo Senhor, o atormentava» (1 Sm 16,14). Mas, se esse espírito vinha do Senhor, como podia ser mau? E, sendo mau, como podia vir do Senhor? É mau pela intenção perversa que tem de afligir os homens para os perder; e vem do Senhor porque Deus lhe permitiu afligi-los com o fim de os salvar. Muitas vezes o próprio Senhor prova as almas por uma ação direta, que adapta à força e às necessidades de cada uma, bem como aos desígnios que formou a seu respeito.

O Venerável Luís de Blois descreve com vigor «a admirável conduta do Esposo celeste para com uma alma que Lhe está consagrada. No princípio, quando os laços do desposório mal começaram a formar-se, visita-a, fortalece-a, ilumina-a e conquista-lhe o coração, fazendo-a experimentar apenas delícias no seu serviço. Prende-a firmemente a Si pela suavidade das suas atrações. Manifesta-Se-lhe continuamente para a reter pelos encantos da sua presença. Numa palavra, para sustentar a sua fraqueza, deixa-a saborear apenas alegria e consolação. Mais tarde, porém, já não a alimentará com o leite das crianças, mas nutri-la-á com o alimento sólido da aflição. Abrir-lhe-á os olhos e mostrar-lhe-á quanto sofrimento a espera no futuro. E eis que o céu, a terra e o inferno parecem conspirar contra ela. Inimigos por fora e tentações por dentro; tribulações e trevas no exterior; aridez e desolação no íntimo do coração: tudo contribui para o seu martírio. O Esposo desaparece do seu olhar; volta algum tempo depois, mas apenas para a abandonar de novo. Ora a deixa nas trevas e nos horrores da morte; ora a chama de novo à luz da vida, para que compreenda a verdade deste oráculo: É Ele quem faz descer ao túmulo e quem de lá faz subir.»[133]

Como explicar este modo de proceder da Providência divina? É que, na realidade, existem duas pessoas em cada um de nós. «O amor divino e o amor-próprio vivem no nosso coração como Jacob e Esaú no seio de Rebeca. Ambos são irreconciliáveis e encontram-se em luta permanente. “Duas nações estão no teu ventre”, disse o Senhor a Rebeca, “e dois povos sairão das tuas entranhas; um povo vencerá o outro, e o mais velho servirá o mais novo” (Gn 25,23). Também a alma possui dois amores no coração e,

por conseguinte, duas espécies de movimentos, afetos e paixões. E, assim como os dois filhos de Rebeca, pela oposição dos seus movimentos, causavam à mãe dolorosas convulsões, também os dois amores presentes na alma mantêm o nosso coração num estado de inquietação e conflito. Mas é necessário, também aqui, que o mais velho sirva o mais novo, isto é, que o amor sensível fique submetido ao amor de Deus.»[134]

O amor-próprio manifesta-se pelo horror ao sofrimento, pela procura do prazer e, sobretudo, pelo orgulho. Daqui nasce essa guerra interior de que se queixa o Apóstolo: uma guerra sempre viva e persistente, mas mais violenta em certas pessoas, relativamente a determinados objetos, em certas idades, em determinados tempos ou em ocasiões particulares. Mesmo naqueles que já fizeram algum progresso na vida espiritual costuma permanecer um fundo oculto de amor-próprio, um orgulho delicado, quase impercetível, do qual brota uma multidão de imperfeições de que mal se dão conta: complacências vãs consigo mesmos, receios infundados, desejos inúteis, maneiras presunçosas, suspeitas e críticas em relação aos outros, todo um mundo de misérias, fraquezas e pequenas faltas.

Qual é, então, o remédio? Sem dúvida, a mortificação cristã. É, pois, a ela que nos devemos dedicar, praticando-a com perseverança e método, confiando no auxílio da graça. Mas, por vezes, faltar-nos-á luz suficiente; outras vezes, faltar-nos-á coragem; e nunca venceremos completamente este inimigo quase invisível, que faz parte de nós mesmos, se Deus não vier em nosso auxílio mediante a ação da sua Providência.

Deus procede de dois modos para alcançar este fim: pelo caminho da doçura e pelo caminho da santa severidade. Quando uma alma começa a entregar-se-Lhe, favorece-a com abundantes consolações sensíveis, para a atrair a Si e desprendê-la dos prazeres do mundo. Pouco a pouco ela vai desapegando-se das criaturas e unindo-se a Deus, mas ainda de modo imperfeito. Com efeito, é defeito comum das almas ainda pouco formadas procurarem a própria satisfação em tudo o que fazem. Ora, as consolações divinas são precisamente o alimento mais delicado tanto do orgulho como da gula espiritual. Pelos subtis artifícios do amor-próprio, apropriamo-nos dos dons de Deus; sentimo-nos satisfeitos por nos encontrarmos neste ou naquele estado e, em vez de agradecermos a infinita misericórdia de Deus,

atribuímos a nossa felicidade ao nosso próprio mérito, pelo menos nos sentimentos secretos do coração. Por isso, para completar a destruição do amor-próprio, o próprio Deus tem de lhe desferir repetidos golpes por meio das provações interiores. Esses golpes serão dolorosos, sem dúvida, mas infalivelmente eficazes.

Deste modo, Deus humilha-nos e instrui-nos. Zeloso da sua glória, e para impedir que o nosso coração lha roube, oculta aos nossos olhos quase todas as graças e favores que nos concede. A esta regra há apenas duas exceções: os principiantes, que precisam de ser atraídos e sustentados por dons sensíveis e perceptíveis; e os perfeitos, que, tendo sido purificados do amor-próprio por mil provações interiores, já podem contemplar sem perigo as graças de Deus nas suas almas, sem a menor complacência em si mesmos. Habitualmente, Deus esconde de tal modo às almas as virtudes e as graças com que as enriquece, que elas já não conseguem ver a sua humildade, a sua paciência, os seus progressos ou a sua caridade. Por isso, chegam por vezes quase a chorar pela suposta perda dessas virtudes e pela falta de generosidade com que julgam suportar os sofrimentos.

Ao mesmo tempo, faz-lhes conhecer o profundo abismo de corrupção que existe dentro de nós, abismo que antes não tinham nem força nem vontade de sondar. Agora têm de o contemplar demoradamente, não à luz de iluminações gloriosas, mas através de amargas experiências incessantemente renovadas. Nada pode ser mais mortífero para o amor-próprio do que este espetáculo tão doloroso e humilhante. Estarmos continuamente conscientes da nossa fraqueza e vermo-nos a cada instante à beira do precipício: não será esta uma provação singularmente apta para nos conduzir a uma absoluta desconfiança de nós mesmos e a uma absoluta confiança somente em Deus? Se nos faz bem sermos confundidos diante dos outros, também nos faz muito bem sermos aniquilados aos nossos próprios olhos. São sobretudo estas experiências que vão matando pouco a pouco o orgulho em nós. Eis a razão por que Deus permite que soframos tantas humilhações interiores. A lição que delas recebemos é de uma clareza impressionante. E Ele prolonga-a até a aprendermos bem, tão bem que jamais a possamos esquecer. Resta-nos apenas aproveitar esse ensinamento para nos estabelecermos na verdadeira humildade, que é suave e pacífica e que expulsará do nosso coração a amargura e o desgosto da

falsa humildade. A amargura e o desgosto pelo que nos humilha são apenas manifestações do orgulho, assim como a amargura e o desgosto pelo que nos faz sofrer são frutos da impaciência.[135]

Por meio destas provações interiores, Deus completa o nosso desprendimento. O amor-próprio é uma hidra de muitas cabeças, e todas elas têm de ser cortadas uma a uma. Primeiro foi necessário sacrificar o apego ao mundo, aos bens terrenos, aos prazeres dos sentidos, à saúde, etc. E, para nos ajudar nessa tarefa, Deus misturou uma salutar amargura nas alegrias mundanas, feriu-nos nas pessoas e nas coisas que mais amávamos e entregou o nosso corpo a diversas enfermidades. Cooperando fielmente com a sua ação, já alcançámos considerável progresso.

Mas o amor-próprio, vencido num terreno, espera-nos noutro mais subtil. Apodera-se do que há de sensível na piedade. E este apego é tanto mais perigoso quanto menos grosseiro é e quanto mais legítimo parece. Contudo, o amor perfeito não pode tolerar que até mesmo o apego às consolações espirituais dispute com Deus a posse do nosso coração.

Que acontecerá então? Se se tratar de almas menos favorecidas, pelas quais Deus não manifesta um zelo particularmente exigente, deixá-las-á simplesmente gozar tranquilamente dessas santas doçuras, contentando-se com o sacrifício que já fizeram dos prazeres dos sentidos. Este é o estado habitual das pessoas devotas, cuja piedade ainda contém uma certa mistura de amor-próprio. Sem dúvida, Deus não aprova as suas imperfeições; mas, como lhes concede menos graças, também não espera delas uma perfeição muito elevada.

Quanto a outras almas mais privilegiadas, Deus tem desígnios mais altos e, por isso mesmo, é com elas muito mais exigente. O zelo do seu amor é tão grande como a sua ternura. Assim como deseja dar-Se inteiramente a essas almas escolhidas, também deseja possuir totalmente o seu coração, sem a menor reserva nem divisão. Não Lhe bastam, portanto, as cruzes e aflições exteriores, suficientes para as desprender das criaturas. Quer desprendê-las até de si mesmas e destruir nelas as últimas raízes desse amor-próprio que se alimenta do sentimento de devoção e nele encontra apoio, alimento e prazer. Para realizar esta segunda morte, retira toda a consolação, toda a doçura, todo o sentimento de apoio; e prova a alma com

aridezes, repugnâncias, insensibilidades e outras aflições, até que ela se encontre, por assim dizer, num estado de completo aniquilamento.

A ação de Deus nem sempre se exerce com a mesma intensidade. Ele aumenta-a ou diminui-a conforme os desígnios do seu amor e segundo a força e a generosidade de cada alma. Ainda que não julgue conveniente tratar todas com uma severidade santa constante, faz, pelo menos, que passem alternadamente por tempos de consolação e de desolação, de paz e de combate, de luz e de obscuridade. Por meio destas contínuas alternâncias, torna-as dóceis e maleáveis a todos os seus movimentos. Com efeito, graças às repetidas mudanças do seu estado interior, a alma acaba por perder o apego a qualquer condição particular e fica pronta a acolher todas as disposições do Espírito Santo, que sopra onde quer e como quer.

Em suma, por meio de todas estas provações, diz o Venerável Luís de Blois, «Deus purifica, humilha, instrui as nossas almas e torna-as dóceis à sua vontade; remove delas tudo o que é defeituoso, disforme ou desagradável aos seus olhos e, ao mesmo tempo, adorna-as com todos os ornamentos que as podem tornar agradáveis diante d'Ele. E, quando as encontra fiéis, cheias de paciência e de boa vontade; quando a longa perseverança nas tribulações, com o auxílio da sua graça, as conduziu a tal grau de perfeição que suportam com tranquilidade e alegria toda a espécie de tentações e aflições, então une-Se a elas da maneira mais íntima, confia-lhes os seus segredos e mistérios e comunica-Se-lhes sem reserva.»[136]

Estes são os dias do amor puro, porque neles servimos a Deus exclusivamente por amor d'Ele e à custa de nós mesmos. Ah! Como é difícil amá-Lo puramente nos tempos de consolação, sem alguma busca subtil de nós mesmos, sem alguma vã complacência! Mas, nos tempos de aflição e de privação interior, quando são devidamente aceites, já não temos de recear que o amor-próprio se insinue nas nossas relações com Deus, porque nessas relações ele nada encontra senão amargura. Oh! Como esta certeza consola quem compreende o valor do amor puro! Aqui se encontra a razão por que alguns santos preferiam as privações e os sofrimentos às consolações e aos gozos espirituais, por que amavam tão ardentemente as primeiras e mal conseguiam suportar os segundos.

É durante o período das provações interiores que podemos recolher a mais rica colheita para o Céu, porque só então somos capazes de realizar obras verdadeiramente puras e desinteressadas. «No tempo da consolação», diz Santo Afonso, «não é necessária grande virtude para renunciar aos prazeres dos sentidos ou suportar injúrias e adversidades. Uma alma assim favorecida consegue suportar tudo. Mas, muitas vezes, a sua paciência provém mais das consolações que a deleitam do que da força do seu amor por Deus.» Pelo contrário, é prova evidente de elevada virtude suportar pacientemente o vivo sentimento das nossas misérias, fraquezas, humores, caprichos e todas as outras provações de que a Providência se serve para nos purificar. Quando estas aflições interiores tiverem desprendido e purificado profundamente a alma, ela elevar-se-á facilmente ao abandono perfeito e a uma confiança filial unicamente em Deus. Por outras palavras, as mais altas virtudes terão passado a ser, de certo modo, naturais para ela. E, sob este aspeto, que riquezas espirituais não alcançaram os santos por meio das suas misérias e provações, que lhes forneceram matéria para os combates interiores, para as suas vitórias e para o triunfo da graça!

Além disso, só quando estivermos completamente esvaziados de nós mesmos é que chegaremos ao estado em que já não pensamos senão em Deus, já não saboreamos senão Deus, já não procuramos apoio senão em Deus, já não nos alegramos senão em Deus. Eis a vida nova em Jesus Cristo, a edificação do homem novo após a destruição do homem velho. Apressemos-nos, pois, cada um de nós, a morrer como o bicho-da-seda, para nos tornarmos uma bela borboleta e vivermos doravante na luz pura e no ar do Céu, em vez de rastejarmos ignobilmente sobre a terra.

Mas o amor-próprio não morre facilmente; só sucumbe depois de uma longa e dolorosa agonia. A alma ainda imperfeita assemelha-se à lenha verde, que transpira, estala, sofre contorções e convulsões antes de pegar fogo. Ou então pode comparar-se a uma estátua sob o cinzel do escultor, ou a uma pedra que o pedreiro golpeia para lhe dar forma. As tentações, as aridezes e as outras provações desferem-nos golpes duros e cruéis. Mas, sem eles, permaneceríamos como um bloco informe; nunca adquiriríamos a semelhança de Jesus sofredor, humilhado e crucificado. Só por meio de repetidos despojamentos podemos chegar ao amor perfeito; e quanto mais desejarmos avançar nos caminhos da oração, da união com Deus e da

verdadeira santidade, tanto mais necessário será libertarmo-nos e desapegarmo-nos de todo o afeto às criaturas. Amaríamos as consolações de Deus tanto como o Deus das consolações, se não tivéssemos aprendido a servi-Lo no mais profundo abandono. Numa palavra, Deus priva-nos da sua doçura, não necessariamente para castigar as nossas faltas, mas porque nos ama. É possível que encontremos menos consolações na vida religiosa do que encontrámos no mundo. Com efeito, Deus purifica com maior rigor aqueles que destina a uma união mais íntima consigo.

O cálice é, sem dúvida, amargo, mas não tanto como o inferno. Deus usa de grande misericórdia para connosco ao substituir o purgatório muito mais terrível da vida futura por este purgatório relativamente suave da vida presente. Além disso, uma vez que, queiramos ou não, temos de beber este cálice salutar, façamos da necessidade virtude: é o único meio de lhe adoçar a amargura. Tudo se tornará mais fácil à medida que a aflição nos purificar e desprender. Na verdade, quando o nosso desapego for perfeito, quase já não sentiremos sofrimento algum, exceto quando Deus assim o quiser, ou em momentos de fadiga ou de provações particularmente graves. Porque o sofrimento intenso provém sobretudo da forte resistência do amor-próprio, que se recusa a morrer ou a abdicar. O amor divino produziria no nosso coração apenas sentimentos suaves e deliciosos, se nele não encontrasse nada que lhe resistisse. Mas seria conveniente desejar um céu já nesta terra e um caminho coberto de rosas, quando vemos o nosso adorável Mestre carregado com a cruz e prostrado em agonia? O Céu vale bem todos os sacrifícios que nos são pedidos. Além disso, as almas fervorosas não têm de modo algum o monopólio do sofrimento. As suas aflições são aliviadas pelo amor e pela esperança; e, tudo bem considerado, custa menos correr atrás da santidade do que definhar na tibieza sob o peso esmagador das paixões não mortificadas.

Sendo assim, devemos ter o cuidado de não pôr obstáculo aos favores divinos. Mas, se agradar a Deus privar-nos daqueles dias luminosos em que experimentávamos tanta doçura sensível na oração e na Comunhão, em que as nossas relações com o Bem-Amado eram cheias de encanto e de delícias, não lamentemos essa perda. Deus retirou os seus favores sem que houvesse culpa da nossa parte. Por conseguinte, eles cumpriram já a sua missão e deixaram de nos ser úteis. Oh! Quanto mais preciosos são agora o martírio e

a agonia do tempo presente! Se soubéssemos aceitar, estimar e amar esta feliz desolação interior, desejaríamos experimentá-la sempre e viver sempre nela, porque assim viveríamos mais perto de Deus.

Muitos santos, movidos por uma inspiração especial, disseram a Deus no meio dos seus sofrimentos: «Mais, Senhor, ainda mais!» Segundo o Padre de Caussade, é frequentemente presunção e perigosa ilusão desejar seguir semelhante exemplo. Considera ele que somos demasiado pequenos espiritualmente e demasiado fracos para subir tão alto, a não ser que tenhamos certeza moral de que essa é a vontade de Deus para nós. Ele próprio nunca desejou, e muito menos pediu, semelhantes tribulações e aflições. Chegou mesmo a proibir um dos seus discípulos de rezar para ter mais ou menos sofrimentos do que aqueles que a Providência lhe destinasse. Deus, diz ele, conhece melhor do que nós a medida exata de que necessitamos; os sofrimentos que nos envia são suficientes e não há necessidade de desejarmos ou procurarmos outros por nossa iniciativa. Antes, aguardemos os sofrimentos e preparemo-nos para eles: é este o meio mais seguro de encontrarmos força e coragem para os aceitar quando chegarem.

Devemos também armar-nos de paciência e humildade. Se temos um temperamento algo difícil de dominar e Deus nos envia provações mais dolorosas para o subjugar, a violência e a persistência do combate não prejudicarão a alma que luta resolvida a nunca perder a coragem. É verdade que a violência dos ataques aumentará a fadiga e o perigo; mas, com a ajuda de Deus, aumentará também a glória das vitórias e trará um acréscimo de santidade, de mérito e de recompensa.

Enquanto o Médico celeste usa livremente o bisturi sobre nós e nos administra as suas amargas poções, contemplemo-nos, não no espelho enganador do amor-próprio, mas no espelho fiel da verdade. E nunca percamos de vista as nossas misérias. Assim, humilhar-nos-emos quase espontaneamente sob a poderosa mão de Deus e, em vez de censurarmos a sua justiça e o seu amor, reconheceremos que nos fez um imenso favor e que, mesmo na sua severidade, continua a ser para nós o mais misericordioso dos Pais.

Acima de tudo, devemos estabelecer-nos numa santa indiferença. «Quer o navio flutue no fundo do vale entre as ondas ou sobre a sua crista, quer navegue para sul ou para norte, qualquer que seja a direção para onde o vento o leve, a agulha nunca deixa de apontar para o polo e para a estrela que o guia. Do mesmo modo, ainda que tudo em nós e à nossa volta seja revolvido, quer a nossa alma esteja na tristeza ou na alegria, na doçura ou na amargura, na paz ou na perturbação, na luz ou nas trevas, na tentação ou no repouso, no fervor ou na repugnância, na aridez ou na ternura, quer o sol a abrase ou o orvalho a refresque, é necessário, contudo, que a ponta delicada do nosso espírito, do nosso coração, da nossa vontade superior, que é a bússola da alma, permaneça incessantemente voltada e constantemente orientada para o amor de Deus.»[137]

A parte inferior da nossa alma pode estar perturbada e agitada; mas a vontade deve permanecer sempre em paz no meio da tempestade, conservando-se voltada para Deus e procurando unicamente a Ele. Nunca devemos permitir que coisa alguma nos separe do seu amor, seja a tribulação, a angústia, a aflição presente ou o temor dos males futuros. Amar a Deus e cumprir a sua santa vontade: não é isto o único essencial e até o nosso fim último? Tudo o mais não passa de um caminho que conduz a esse fim: tanto as consolações como as aridezes, tanto a paz como a guerra, tanto a luz como as trevas. Qual destes caminhos será o melhor para nós? Não o sabemos. Mas Deus sabe-o e ama-nos com ternura. Deixemo-Lo, pois, dispor de nós segundo os seus desígnios de bondade. A nossa felicidade está mil vezes mais segura nas suas mãos do que estaria nas nossas. Em todo o caso, Ele não nos deixará escolher: continua sempre a ser o Senhor soberano. Cooperemos, pois, de bom grado com a sua ação. É d'Ele que nos vêm as provações, e será Ele quem nos sustentará no combate. Os santos preferiam o sofrimento, porque se lucra mais suportando-o com paciência do que agindo. E lembremo-nos de que o santo abandono é o caminho mais curto e mais seguro para a santidade.

Álvarez oferecia a Deus esta admirável oração: «Disponde de mim, eu Vo-lo suplico, segundo o vosso beneplácito; é tudo o que desejo. Não Vos peço outra fé, nem outros meios, nem mais favores, nem menos sofrimentos. Quero apenas permanecer no estado em que me colocastes e ser tratado como mereço. Ficarei satisfeito com todas as consolações que

Vos aprouver conceder-me e não me queixarei das desolações que Vos dignardes enviar-me. Realizai os vossos desígnios sobre mim com inteira liberdade. Só assim o meu coração encontrará a paz que tanto deseja.»[138]

Quando os sofrimentos nos assaltarem com crueldade e persistência, abandonemo-nos sem reservas Àquele por quem talvez nos julgamos abandonados e digamos com coragem: «Senhor, Vós quereis estas aflições, e eu também as quero; quero-as como Vós as quereis e durante todo o tempo que Vós as quiserdes.» Nessas ocasiões, o melhor que podemos fazer é repetir frequentemente o nosso *fiat*, com suavidade e sem esforço, durante a oração, no coro, na Missa e na Sagrada Comunhão; e, muitas vezes ao longo do dia, como recomenda São Francisco de Sales, fazer breves atos de aceitação, tais como: «Faça-se a vossa vontade, ó Pai celeste; faça-se a vossa vontade, agora e para sempre», procurando assim conservar-nos numa disposição habitual de completo abandono. Eis uma prática breve e muito simples; contudo, nada mais é necessário para alcançar aquela perfeição que tantas vezes vamos procurar tão longe. O simples *fiat*, repetido em todas as tribulações exteriores e interiores, basta para nos conduzir à perfeição da santidade.

É certo que temos o direito de pedir a Deus que alivie os nossos sofrimentos ou que os afaste. Mas não somos obrigados a fazê-lo. Antes deveríamos suplicar-Lhe que aumentasse a nossa paciência, porque isso contribuirá mais para a sua glória e para o nosso proveito. Santo Afonso ensina-nos a dizer: «Senhor, estou inteiramente à vossa disposição. Se quiserdes que eu permaneça toda a minha vida na desolação e na aflição, dai-me apenas a vossa graça e o vosso amor; depois fazei de mim o que melhor Vos aprouver.» Evitemos, pelo menos, a agitação e o excesso de ansiedade, que revelam um desejo desordenado. Soframos em paz, sem mendigar consolações às criaturas. Para evitar a autocompaixão, falemos o menos possível dos nossos sofrimentos e não permitamos que ocupem demasiado os nossos pensamentos. Procuremos, contudo, conselho e encorajamento junto de um homem de Deus. Sobretudo, recorramos à oração, para obtermos a força de aceitar a nossa cruz, mantendo o olhar amorosamente fixo no nosso bem-amado Jesus, que nos amou e Se entregou por nós. Porque é agora, mais do que nunca, que importa

perseverar na oração, invocar o auxílio do Senhor e confiar unicamente n'Ele.

CAPÍTULO X: O abandono nas vicissitudes espirituais da via comum (continuação). As tentações

«Para uma alma que ama Jesus Cristo», diz Santo Afonso, «as tentações são as maiores de todas as provações. As outras tribulações, quando aceites com resignação, ajudam-na a unir-se mais intimamente a Deus. Mas as tentações expõem-na ao perigo de perder Jesus Cristo e, por isso, constituem as aflições mais cruéis que lhe podem sobrevir.»[139]

Nem todas as tentações vêm do demónio. «Cada um é tentado pela sua própria concupiscência, que o atrai e seduz» (Tg 1,14), e este fogo mau é alimentado pelos escândalos dos perversos e dos imperfeitos. A maioria dos homens expõe-se ao perigo por livre escolha, ou precipita os outros nele. O demónio pouco mais tem a fazer do que cruzar os braços e observá-los a realizar por ele a sua obra maligna; mas trabalha sem cessar para perder as almas que já não lhe pertencem. Assim, um dos Padres do deserto viu Satanás tranquilamente sentado à porta de Alexandria, enquanto legiões inteiras dos seus satélites assaltavam ferozmente os eremitas na solidão.

«O demónio ataca-nos de diversos modos», escreve o Venerável Luís de Blois. «Por vezes aproxima-se de nós às escondidas, fingindo não querer fazer mal algum, ou mesmo sob a aparência enganadora da piedade, para mais seguramente nos prender nas suas ciladas. Outras vezes lança-se sobre nós com violência declarada, esperando vencer a nossa resistência pela força do ataque ou, pelo menos, pelo número incontável de golpes que desfere. Outras vezes ainda aproxima-se sorrateiramente, como a serpente, procurando conduzir-nos a faltas graves pelo desprezo das pequenas, ou a uma consciência falsa e endurecida por ignorarmos certos remorsos ou certas dúvidas. E há ocasiões em que, dispensando qualquer disfarce ou diplomacia, se apresenta diante de nós em toda a sua fealdade e nos propõe de súbito a prática de algum crime horrendo. Noutras circunstâncias, procurará servir-se das nossas consolações espirituais para nos encher de orgulho e das nossas dores interiores para nos desanimar; da prosperidade temporal para fomentar o amor ao conforto e da adversidade temporal para nos lançar no desespero… Como descrever os assaltos que os espíritos malignos desencadeiam contra vós? Como as vagas incessantes de um mar revolto, batem continuamente nos vossos corações com tamanha violência

que, a cada instante, julgais estar prestes a naufragar. Talvez a tentação seja tão horrível que os pensamentos que vos sugere vos pareçam dignos apenas dos condenados. Julgareis que todo o inferno conspirou contra vós e que o Senhor, na sua ira, vos entregou a Satanás. Muitas vezes faltar-vos-á até a força para abrir os lábios na oração ou para cantar os louvores de Deus.» Estes ataques, já de si tão dolorosos, tornam-se duplamente penosos pela sua longa duração e pelas frequentes renovações. Com efeito, o demónio não se contentará com um só assalto, nem sequer com vários. Mergulhados repetidas vezes nesta fornalha, passareis os vossos dias na aflição, continuamente oprimidos por sofrimentos, ora mais, ora um pouco menos terríveis, mas sempre cruéis.»[140]

São Francisco de Sales, depois de citar dois exemplos memoráveis, faz esta observação cheia de esperança: «Tais assaltos terríveis, tais tentações extraordinárias, Deus só as permite em almas que deseja elevar a um amor particularmente puro e excelente.»[141] Além disso, desde que vigiemos e rezemos, Ele estará sempre connosco na barca. Pode parecer adormecido, mas a tempestade só rebentou porque Ele a permitiu e bastará uma palavra sua para que volte a acalmar.

A tentação desfere os seus ataques mais violentos, ora no início, ora durante o progresso, ora já perto da consumação da vida espiritual. Em determinadas circunstâncias, pode exercer influência decisiva; por exemplo, quando visa diretamente a nossa fé ou a nossa vocação. Podemos ter de suportar provações muito especiais e extraordinárias, como tentações de blasfémia, de ódio contra Deus ou dúvidas persistentes acerca dos artigos da nossa fé. O caráter das pessoas que encontramos, o cargo que nos é confiado ou a mais insignificante circunstância podem tornar-se ocasião de tentação. Mas a sua raiz principal estará no nosso próprio temperamento e caráter e nos pontos fracos da nossa alma, isto é, nas nossas faltas predominantes. E, como o homem é composto de corpo e alma, sendo ao mesmo tempo anjo e animal, teremos sobretudo de combater as paixões do orgulho e da sensualidade, pois são estes os nossos inimigos mais perigosos e persistentes.

Mesmo as pessoas mais santas tiveram de suportar estes dolorosos combates. Limitando-nos às tentações contra a virtude angélica, alguns

santos estiveram totalmente isentos delas; por exemplo, Santa Teresa de Jesus, Santa Rosa de Lima e Santa Teresa do Menino Jesus. Outros sofreram essa humilhação apenas por breve tempo: Santa Maria Madalena de Pazzi durante nove dias, Santa Margarida Maria durante algumas horas. Vários, depois de uma vitória decisiva, ficaram daí em diante completamente preservados delas, como o nosso santo pai São Bento e São Tomás de Aquino. Mas um grande número teve de suportar a amargura desta aflição durante muitos anos, ou até ao fim da vida. O Apóstolo das Nações, Santa Francisca Romana, Santa Catarina de Sena, São Bento José Labre e tantos outros foram cruelmente flagelados por este anjo de Satanás. Em São Afonso Rodrigues, a tentação durou sete anos; Santa Maria do Egito sofreu-a durante dezassete anos; e o Venerável César de Bus, durante vinte e cinco. Atacou com violência terrível, e durante mais de doze meses, o ilustre Santo Afonso Maria de Ligório, um anjo de inocência, quando contava já oitenta e oito anos de idade. A Bem-aventurada Ângela de Foligno comove-nos profundamente quando relata as suas provações. Mas houve ainda muitas outras tentações, por vezes inteiramente inesperadas. As vidas dos santos oferecem abundantes exemplos.

No que nos diz respeito, quando poderemos esperar as nossas principais provações? No princípio, a meio ou no fim da caminhada? Talvez permaneçamos constantemente no cadinho? De que lado teremos de sustentar os mais violentos assaltos? Qual será a sua intensidade e duração? Só Deus pode responder plenamente a estas perguntas; contudo, algumas delas podemos adivinhar. As potências do inferno são como uma matilha de cães furiosos que nos despedaçariam, se pudessem. Cada um deles, porém, traz uma corrente ao pescoço, e é Deus quem os conduz para onde quer. Contra o seu beneplácito, nada podem fazer. Ora não lhes concede liberdade para tentar, ora lhes permite maior ou menor margem de ação, conforme julga conveniente, em relação às pessoas que escolhe, da maneira e durante o tempo que considera melhor. Assim, a escolha da tentação, o momento em que sobrevém, o grau da sua violência e a duração da prova: tudo está nas mãos de Deus, nosso Pai, nosso Salvador e nosso Santificador. Isto deve encher-nos de confiança. Com o auxílio da graça, podemos evitar muitas tentações, repelir os mais violentos ataques do inimigo e nunca cairemos senão pelo nosso pleno e livre consentimento. O demónio pode ladrar, ameaçar e seduzir-nos; mas só morde quem quer ser mordido. Infelizmente,

possuímos, pelo nosso livre-arbítrio, o terrível poder de ceder apesar da graça, de negligenciar o pedido do seu auxílio e até de nos expormos voluntariamente à tentação. É isso que deve manter-nos numa perpétua desconfiança de nós mesmos. Em última análise, portanto, o perigo está em nós. Somos nós próprios o inimigo que mais devemos recear.

Encontramos aqui uma combinação entre o beneplácito de Deus e a sua vontade significada. Esta última exige que «vigiemos e oremos para não cairmos em tentação». Isto significa que devemos prevenir a tentação na medida em que isso depende de nós ou, pela oração, obter a graça de lhe resistir. Mas, quando a tentação sobrevém apesar da vigilância e da oração, a vontade significada exige ainda que a combatamos como valentes soldados de Jesus Cristo. Os meios a empregar são conhecidos de todos. Contudo, segundo Santo Afonso, «o meio mais eficaz e mais necessário de todos consiste em invocar o auxílio de Deus e perseverar na oração enquanto durar a tentação. Muitas vezes o Senhor concede a vitória não à primeira súplica, mas à segunda, à terceira ou à quarta. Devemos convencer-nos, em suma, de que todo o nosso bem depende da oração. Da oração depende a mudança de vida, da oração depende a vitória sobre as tentações, da oração depende a graça do amor divino, da perfeição, da perseverança e da salvação eterna. A experiência demonstra-o. Quem recorre a Deus durante a tentação triunfa; quem não recorre é vencido, sobretudo nas tentações contra a castidade.»[142]

Mas, enquanto vigiamos, rezamos e combatemos, devemos aceitar a necessidade de lutar, porque assim o quer o beneplácito de Deus. «Quero que saibais», diz o nosso santo Pai São Bernardo, «que ninguém pode viver isento de tentações. Quando uma desaparece, podeis estar certos de que outra surgirá. E por que digo “certos”? Antes deveria dizer: preparai-vos com temor. Deveis pedir a Deus que vos livre delas, mas nunca prometais a vós mesmos repouso completo ou perfeita liberdade enquanto viverdes neste “corpo de morte”. Considerai, porém, com quanta bondade Deus nos trata: permite que sejamos frequentemente atacados por certas tentações, para que escapemos a outras mais perigosas; livra-nos prontamente de algumas, para que sejamos provados por outras que Ele sabe serem mais úteis para nós.»[143]

Devemos colocar toda a nossa confiança em Deus. Seja qual for a causa imediata das tentações, «não é sempre Ele quem as permite para nosso bem? E não devemos adorar em tudo as suas santas permissões, excetuando apenas o pecado formal, que Ele detesta e que também nós devemos detestar?»[144] Além disso, como diz o Venerável Luís de Blois: «Considerai que as vossas tentações, no desígnio misericordioso de Deus, não passam de provas muito bem ordenadas para fazer resplandecer o vosso amor por Ele, lições destinadas a ensinar-vos compaixão por aqueles que, como vós, são alvo das setas do inimigo, meios de expiar os pecados passados e de prevenir novas faltas no futuro, penhor de graças mais abundantes; finalmente, um remédio contra o orgulho, porque vos fazem compreender que, sem a graça de Deus, nada podeis fazer.»[145]

Que grande lição de humildade! «Quando uma alma», escreve Santo Afonso, «foi favorecida por Deus com consolações interiores, facilmente acredita ser capaz de repelir todos os ataques dos seus inimigos e de levar a bom termo qualquer empreendimento relativo à sua glória. Mas, quando é fortemente tentada e se vê à beira do precipício, prestes a sucumbir, então, sim, conhece a sua miséria e a sua impotência para resistir, se Deus não vier em seu auxílio.»[146] Belas luzes acerca da excelência da humildade poderiam talvez servir apenas para a encher de orgulho. A tentação, pelo contrário, dá-lhe uma consciência viva e profunda da sua própria miséria. Talvez se tenha embriagado com os dons e favores celestes: a tentação impedirá que se exalte ou obrigá-la-á a descer de novo até ao fundo do seu nada. Alguns santos ter-se-iam perdido pelo orgulho, se a Providência lhes não tivesse fornecido o antídoto da tentação. Deus mergulhou-os num abismo de humilhações para os elevar ao cume da santidade. Assim aconteceu com o grande Apóstolo, que, depois de ter sido arrebatado ao terceiro céu, foi esbofeteado por um anjo de Satanás. Santa Catarina de Sena, depois das suas íntimas comunicações com Nosso Senhor, e São José de Cupertino, após os seus admiráveis êxtases, sentiram o cruel e humilhante aguilhão da carne. Santo Afonso, esse mestre incomparável, foi mais atormentado por escrúpulos do que o mais simples dos seus discípulos.

«É necessário», diz o nosso santo Pai São Bernardo, «que venham as tentações, porque não podemos legitimamente aspirar à coroa, se antes não

tivermos sido expostos ao combate.»[147] Nos tempos de paz somos naturalmente levados a afrouxar os nossos esforços; mas, no campo de batalha, temos de vencer ou morrer. Para escapar à ruína total, somos obrigados a dedicar-nos à vigilância, à oração, à obediência e à mortificação, fazendo cem vezes mais do que quando não corremos perigo. O demónio ataca-nos por ódio, mas, na realidade, acaba por nos ajudar, estimulando o nosso zelo e obrigando-nos a apressar o passo. Assim, apesar da sua malícia, torna-se um importante instrumento do nosso progresso espiritual. Isto explica, diz Santo Afonso, por que motivo Deus permite tantas vezes que as almas que mais ama sejam provadas pelas tentações:[148] porque, desse modo, adquirem maiores méritos na terra e um grau mais elevado de glória no Céu. Vendo-se assaltadas por tantos inimigos, desprendem-se mais facilmente da vida presente e suspiram ardentemente pela morte, a fim de voarem para Deus e deixarem de correr o perigo de O perder. Assim, quando tivermos de suportar a tentação, desde que cumpramos o nosso dever, em vez de recearmos estar em desgraça diante de Deus, devemos antes considerar-nos particularmente amados por Ele.

Também não devemos inquietar-nos nem deixar-nos dominar pelo medo quando a tentação é frequente e violenta. «Se o Senhor é omnipotente e os demónios não passam de seus servos, por que razão hei de recear combater, com o auxílio da sua graça, todas as potências do inferno? Se tomar na mão o crucifixo, sentirei que, com essa única arma, poderia vencer sozinho e sem dificuldade todo o exército dos demónios. Algumas vezes apareceram-me, e quase não tive medo deles. Pelo contrário, eram eles que pareciam aterrorizados diante de mim. Na verdade, verifiquei que são grandes cobardes. Quando se veem desprezados, perdem imediatamente toda a coragem. Mas, se voluntariamente lhes damos domínio sobre nós, pelo apego às honras, às riquezas ou aos prazeres, então conspiram connosco contra nós mesmos, e somos nós que lhes colocamos nas mãos as armas com que nos hão de destruir. Não há cegueira mais digna de compaixão. Um só pecado venial pode causar-nos mais dano do que todas as potências do inferno reunidas.»[149] Assim falava Santa Teresa de Jesus.

O piedoso Bispo de Genebra escrevia em termos muito semelhantes a Santa Joana Francisca de Chantal: «Então as vossas tentações contra a fé voltaram e continuam a atormentar-vos. O que vos digo é isto: pensais

demasiado nelas, tendes demasiado medo delas, preocupais-vos em excesso com os males que delas poderiam resultar. Sois excessivamente sensível às tentações. Amais a fé e desejaríeis que nunca um único pensamento contrário a ela vos ocorresse. Parece-vos que tudo a pode prejudicar. Tolices! Não confundais o sussurrar das folhas com o estrondo das armas. O nosso inimigo faz muito alarde, mas não vos deixeis assustar. Fez grande tumulto e enorme barulho em redor dos santos; contudo, vede agora o lugar que eles ocupam e que esse miserável perdeu para sempre. Não prestemos, pois, atenção às suas fanfarronadas, porque não nos pode fazer mal algum. É precisamente por isso que procura, ao menos, aterrorizar-nos; por meio desse terror perturbar a nossa paz; por meio dessa perturbação cansar-nos; e, por meio desse cansaço, levar-nos a desistir. Não tenhamos outro temor senão o temor de Deus, e mesmo esse seja apenas um temor cheio de amor. Conservemos bem fechadas as portas e em bom estado as muralhas das nossas resoluções, e vivamos então em paz.»[150]

Apesar de tudo, a tentação é uma coisa terrível; impressiona-vos e chegais mesmo a sentir inclinação para o mal que vos sugere. Não importa. Essa impressão é apenas um sentimento. Humilha-vos, mas não vos torna culpados. Sentir o mal não é consentir nele. Tudo o que se passa na parte inferior da alma — imaginações, recordações, sentimentos, movimentos desordenados e semelhantes — está em nós, mas não procede de nós. Em si mesmo, tudo isso é involuntário e não deliberado. Só pode tornar-se pecado mediante o consentimento livre da nossa vontade. Quanto à inclinação que sentimos para o mal, ela não passa de uma enfermidade da nossa natureza decaída, não de uma desordem da vontade. O prazer desordenado solicita para o mal e constitui um perigo; mas não nos é imputável, enquanto a vontade não o acolher ou aceitar livremente. Por mais fortes que sejam as sugestões do demónio, qualquer que seja a forma dos fantasmas que atravessam a imaginação, enquanto a vossa vontade os rejeitar, em vez de mancharem a alma, tornam-na mais pura e mais agradável a Deus.

Nas tentações contra a pureza, o ódio, a aversão e outras semelhantes, experimentais profunda aflição interior. O receio de terdes consentido nelas perturba-vos e angustia-vos. Isso é sinal evidente de que tendes grande temor de Deus, horror ao pecado e vontade sincera de resistir. Ora, é moralmente impossível que uma alma assim disposta mude de repente a

ponto de dar um consentimento pleno e inteiro a um pecado mortal sem disso ter clara consciência. O máximo que poderá acontecer, atendendo à violência e à frequência da tentação, será alguma pequena negligência, um momento de surpresa, por exemplo, um desejo de vingança apenas esboçado ou alguns sentimentos de complacência semi-voluntários. Mas um consentimento pleno, inteiro e deliberado é incompatível com semelhante disposição de alma. Ou, pelo menos, a passagem de um horror soberano ao pecado mortal para a sua aceitação plena e livre seria facilmente percetível. [151]

Não devemos, contudo, desejar as tentações, apesar das grandes vantagens que delas se podem tirar, porque são verdadeiros estímulos para o mal e, por conseguinte, um perigo para a nossa alma. Antes devemos pedir a Deus que nos preserve delas, sobretudo daquelas em que Ele prevê que sucumbiríamos. Todavia, como já dissemos, devemos resignar-nos a suportá-las, se tal for o beneplácito de Deus; mas, ao mesmo tempo, devemos estar resolvidos a fazer tudo o que a sua vontade significada exige para as prevenir ou vencer. Depois, sem jamais perder a coragem, ponhamos toda a nossa confiança em Deus, abandonemo-nos à sua doce Providência e nada temamos. Rezemos, combatamos; e, já que é Ele quem nos expõe ao combate, nunca nos abandonará nem permitirá que caiamos.

Certamente, o santo abandono não proíbe um desejo moderado de sermos libertados destas provações perigosas; apenas exclui a inquietação e os desejos excessivos. «Quanto às vossas antigas tentações», escrevia o seu sábio diretor a Santa Joana Francisca de Chantal, «não estejais demasiado ansiosa por vos verdes livre delas, nem vos deixeis aterrorizar pelos seus assaltos. Com a ajuda de Deus, em breve alcançareis a libertação. Rezarei por essa intenção, mas podeis estar certa de que o farei com inteira resignação ao seu beneplácito, isto é, com resignação serena e alegre. Vós desejais ardentemente que Deus vos deixe em paz neste ponto; quanto a mim, o meu desejo é que Deus seja deixado em paz em tudo: que nenhum dos nossos desejos se oponha aos seus. Não gostaria que desejásseis deliberadamente uma paz que vos poderia ser inútil e talvez até prejudicial. Queria que deixásseis de vos atormentar com esse desejo, bem como com quaisquer outros. Nosso Senhor dar-nos-á a sua paz quando nos tivermos resignado humildemente a viver com mansidão em estado de guerra. Tende

coragem. Nosso Senhor ajudar-nos-á, e nós amá-Lo-emos de todo o coração.»[152]

CAPÍTULO XI: O abandono nas vicissitudes espirituais da via comum (continuação). Consolações e aridezes

Ora Deus é pródigo em consolações sensíveis e doçuras espirituais; ora as concede com menor abundância; depois retira-as completamente, e a pobre alma sente-se vazia. Os afetos tornam-se frios, a imaginação inquieta e dispersa, o entendimento obscuro e inativo; e, muitas vezes, o cansaço e o desgosto apoderam-se da vontade. Os próprios santos experimentaram estas dolorosas vicissitudes. O nosso santo Pai São Bernardo exprime assim os seus sentimentos nesta conhecida passagem: «Como se tornou o meu coração semelhante a uma terra sem água? Endureceu de tal modo que já não consigo arrancar dele lágrimas de compunção. A salmodia, a leitura espiritual e a oração perderam para mim todo o encanto. Os meus habituais colóquios com Deus deixaram de ser fonte de luz e de consolação. Onde está agora aquele arrebatamento da alma? Aquela tranquilidade do coração? Aquela paz e alegria no Espírito Santo?»[153]

«Sinto uma tal secura», diz Santo Afonso, «uma tal desolação espiritual, que já não encontro Deus nem na oração nem na Sagrada Comunhão. Tanto a Paixão de Nosso Senhor como o Santíssimo Sacramento perderam para mim a capacidade de me comover. Tornei-me insensível a todos os sentimentos de devoção. Parece-me que sou uma alma sem fé, sem esperança e sem caridade; numa palavra, uma alma abandonada por Deus.»[154] Esta aflição pode tornar-se muito dolorosa quando se prolonga indefinidamente. Contudo, regra geral, acaba por ceder e dar lugar à paz, à medida que a alma se desprende dos gozos espirituais e já não se prende a nada senão ao beneplácito de Deus.

Como devemos receber as consolações e as aridezes? É precisamente neste ponto que muitas almas se desviam do caminho reto. Para evitar semelhante erro, devemos manter constantemente os olhos fixos no nosso objetivo. Ora, procuramos a perfeição da vida espiritual, que consiste na perfeição da caridade. O amor manifesta-se pelos seus atos. É perfeito quando adquiriu força e domínio suficientes para nos estabelecer firmemente na conformidade com a vontade de Deus em tudo o que ela ama ou rejeita; por conseguinte, na resolução de cumprir pronta e generosamente

tudo o que pertence à vontade significada e de nos abandonarmos sem reservas a todas as disposições da Divina Providência. Isto supõe um amor sincero, ativo, enérgico, que se entrega inteiramente a Deus e responde com perfeita docilidade às inspirações da sua graça. É isto que São Francisco de Sales e Santo Afonso consideram «a única verdadeira devoção e o verdadeiro amor de Deus, o único fim, por conseguinte, que devemos propor-nos na oração, na Sagrada Comunhão, nas mortificações e em todos os outros exercícios de piedade».[155]

Mas, se «a verdadeira devoção consiste na firme resolução de nada fazer nem desejar senão o que Deus quer»,[156] segue-se que as consolações não são a devoção, nem as aridezes a destroem. Com efeito, esta resolução firme e constante pode permanecer profundamente enraizada na alma apesar das aridezes, ao passo que, no meio das consolações, podemos possuir apenas uma imitação superficial e inconstante dessa mesma resolução, como a experiência demonstra.

As consolações e as aridezes não constituem sequer um critério seguro, porque a devoção reside essencialmente na vontade e não nos sentimentos. Por isso, deve ser julgada não pelas emoções, mas pelos seus frutos, assim como a árvore se conhece pelos frutos. As emoções assemelham-se às flores: apresentam um belo espetáculo e prometem abundantes frutos. Mas quantas vezes, infelizmente, essa promessa não chega a cumprir-se! A quantas ilusões está sujeita a devoção sensível!

As consolações e as aridezes, quando devidamente santificadas, são um caminho que conduz ao nosso fim; mas não são o único nem o principal caminho. É na vontade significada de Deus que encontraremos os meios fundamentais, regulares e permanentes. Já os indicámos anteriormente. As consolações e as aridezes não passam de meios acidentais e variáveis, que Deus nos concede conforme o seu beneplácito. Exercem uma influência muito real, por vezes até decisiva. Contudo, nunca devem levar-nos a esquecer os meios essenciais. Daqui se conclui que não devemos atribuir demasiada importância à presença ou à ausência da devoção sensível. A nossa principal preocupação deve ser o fim e os meios indispensáveis para o atingir. As consolações e as aridezes ocupam apenas um lugar secundário.

Há ainda outra consideração digna de reflexão: as consolações e as aridezes, quando santificadas, tornam-se um poderoso auxílio; mas, quando delas se abusa, convertem-se num escolho perigoso, o que acontece não poucas vezes.

A devoção sensível e, sobretudo, as doçuras espirituais, são graças preciosíssimas. Inspiram-nos horror e repugnância pelos prazeres do mundo, que constituem o atrativo do vício. Dão-nos vontade e força para caminhar, correr e voar pelos caminhos da oração e da virtude. A tristeza contrai o coração, ao passo que a alegria o dilata. Esta dilatação ajuda-nos poderosamente a mortificar os sentidos, a dominar as paixões, a renunciar à nossa própria vontade e a suportar com paciência as provações. Impulsiona-nos para uma generosidade maior e para aspirações mais elevadas. A abundância da doçura divina faz da mortificação um prazer e da obediência uma alegria: levantamo-nos prontamente ao primeiro toque do sino; não deixamos escapar nenhuma ocasião de praticar a virtude; todas as nossas ações se realizam em paz e serenidade.

«Nada nos faz sofrer», diz Santo Afonso, «ou antes, as injúrias, as aflições, os reveses, as perseguições, enfim, tudo se transforma em motivo de alegria, porque tudo oferece ocasião para apresentar a Deus sacrifício após sacrifício e para estreitar cada vez mais a união com a sua divina Majestade.»[157] Segundo São Francisco de Sales, as consolações «despertam o apetite da alma, confortam o espírito e comunicam à prontidão da devoção uma santa alegria e serenidade que tornam as nossas ações belas e agradáveis. A mais pequena das consolações da piedade é, sob todos os aspetos, mais preciosa do que os mais doces prazeres do mundo.»[158] A devoção sensível pode, portanto, ser chamada o sol da nossa vida espiritual. Sem dúvida, a prontidão, a facilidade e a alegria no serviço de Deus são extremamente desejáveis quando procedem do completo e universal desprendimento da alma e da longa prática da virtude, isto é, quando são fruto de uma virtude perfeitamente adquirida. Mas nem por isso devemos desprezar a facilidade que provém dos favores celestes e da devoção sensível.

Deus nos livre de dizer, com Molinos: «Toda a sensibilidade que experimentamos na vida espiritual é abominável, detestável e impura.» Esta

é uma das suas proposições condenadas. «As pessoas espirituais», escreve Suárez, «não devem desprezar os sentimentos de devoção que experimentam na sensibilidade. Esta devoção sensível não é própria apenas dos principiantes, porque pode nascer da contemplação mais perfeita e mais elevada. Além disso, ajuda a alma e dispõe-a para praticar a contemplação com maior facilidade e perseverança.»[159] As nossas faculdades sensíveis encontram-se na sua ordem própria e exercem uma função muito útil quando nos conduzem para Deus. Então todas as nossas faculdades, superiores e inferiores, trabalham em harmonia e se ajudam mutuamente. E a nossa oração torna-se mais perfeita, porque rezamos com todo o nosso ser.

Este é o lado atraente das consolações; mas há também outro. É possível apegar-se a elas de modo desordenado, desejá-las com avidez, como um epicurista espiritual, ou fazer delas ocasião de complacência em si mesmo e de desprezo pelos outros. O perigo torna-se ainda mais grave quando elas têm origem natural ou diabólica. É certo que, quando procedem de Deus, inclinam-nos para a obediência, a humildade, o espírito de sacrifício e, em suma, para todas as virtudes. Contudo, mesmo então, a natureza e o demónio procurarão misturar a sua própria ação com a ação divina. Não é razão suficiente para rejeitar as consolações. Mas nunca devemos esquecer que o abuso e a ilusão são sempre possíveis.

No que respeita às aridezes, observemos antes de mais, com Santo Afonso, que elas podem ser voluntárias ou involuntárias. São voluntárias na sua causa quando deixamos o espírito dissipar-se, os afetos prenderem-se às criaturas, a vontade seguir os seus caprichos e, em consequência, cometemos uma multidão de pequenas faltas sem procurar corrigi-las. Já não se trata apenas de simples secura da sensibilidade, mas de languidez da vontade. «Este estado é tal», diz Santo Afonso, «que, se a alma não se fizer violência para dele sair, irá de mal a pior. E Deus queira que, ao fim de algum tempo, não venha a cair na maior das desgraças! Esta espécie de aridez assemelha-se à tísica, que nunca mata de repente, mas conduz infalivelmente à morte.»[160] Devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para nos libertarmos dela; e, se persistir apesar dos nossos esforços, aceitemo-la resignadamente como um castigo misericordioso das nossas faltas. «A aridez involuntária é a experimentada por quem procura caminhar nas vias da perfeição, evita todo o pecado deliberado, pratica a oração»[161]

e cumpre fielmente todos os seus deveres. É desta que agora desejamos falar.

As aridezes espirituais e as desolações sensíveis constituem um excelente purgatório, onde podemos satisfazer, em condições benignas, as nossas dívidas para com a justiça divina. Mais ainda, podem verdadeiramente ser consideradas um cadinho destinado à purificação das almas. Graças à abundância dos favores celestes, a alma adquire coragem para desprender os seus afetos das coisas terrenas e fixá-los solidamente em Deus. Contudo, continua ainda a procurar-se a si mesma de muitas maneiras, talvez sem o perceber: faz depender a sua paz da mais instável de todas as coisas, isto é, das emoções da sua sensibilidade; apega-se em excesso às consolações; ilude-se julgando-se rica em virtudes; e, por isso mesmo, ainda está demasiado cheia de si para poder ser plenamente cheia de Deus. O seu estado agrada à natureza, que deseja sempre ver, conhecer e sentir; mas não corresponde plenamente às exigências do amor divino, que se esquece de si mesmo e encontra toda a sua felicidade apenas naquilo que agrada ao Bem-Amado. Assim, a alma permaneceria sempre fraca, sujeita a muitas imperfeições e apenas parcialmente libertada das malhas do amor-próprio, se Deus, na sua bondade, não a submetesse a um tratamento tão doloroso quanto perseverante.

A primeira doença que precisa de ser curada é uma espécie de gula espiritual, que se apodera das consolações com avidez insaciável; uma sensualidade refinada, que encontra o seu alimento mais delicado na doçura da devoção. Deus intervém então e impõe à doente uma dieta e, se necessário, um verdadeiro regime de jejum, retirando-lhe esse alimento para enfraquecer e extinguir o mal. Assim, a alma aprenderá pouco a pouco a dispensar os gozos sensíveis, a procurar Deus por Ele mesmo e a depender menos das emoções.

Outro mal, ainda mais subtil e perigoso, exige igualmente remédio: o orgulho espiritual. Quando Deus favorece uma alma com abundantes consolações, ela facilmente se persuade de que está mais adiantada do que realmente está; a vanglória e a presunção apoderam-se dela; começa a olhar os outros de cima e a julgá-los com severidade. Então Deus torna a mergulhá-la, tantas vezes quantas forem necessárias, nas aridezes, nas

obscuridades e em aflições semelhantes. Segundo o nosso santo Pai São Bernardo, «o orgulho, quer presente quer futuro, é sempre a causa da retirada da graça».[162] Deus quer preveni-lo ou reprimi-lo, para nos libertar do seu veneno. A consciência da própria impotência e miséria fará compreender à alma que nada pode sem o auxílio divino e que vale muito pouco, mesmo depois de ter recebido tão abundantes graças. Humilhar-se-á, por isso, até ao pó diante da tremenda majestade de Deus; a sua oração será a oração dos humildes; pedirá conselho com simplicidade e mostrar-se-á dócil em tudo; o conhecimento da sua própria miséria torná-la-á compassiva para com os outros. E esta dolorosa provação prolongar-se-á até a ter humilhado de tal maneira, até a ter aniquilado tanto aos seus próprios olhos, que nela já não reste qualquer complacência em si mesma nem presunção, mas apenas desconfiança de si e confiança em Deus; até, enfim, a ter esvaziado de orgulho e enchido de humildade.

Liberta assim do orgulho e da sensualidade, essas duas grandes pragas da vida espiritual, a alma torna-se plenamente acessível à graça e inteiramente disposta a receber a ação benéfica do Céu. A partir desse momento, fará progressos seguros e rápidos na virtude perfeita, pura e sólida. E, se Deus lhe reservou os seus dons mais elevados, encontra-se agora em condições de os receber e utilizar bem. Com efeito, segundo o nosso santo Pai São Bernardo, «as grandes provações preparam-nos para receber grandes graças; estas nunca chegam senão na sequência daquelas». [163]

Mas, em vez de receber esses favores, pode acontecer que a alma se veja entregue a novas aflições. Com efeito, as aridezes espirituais e as desolações sensíveis são perfeitamente compatíveis com essa resolução generosa que constitui a essência da verdadeira devoção e até com a prontidão, a facilidade e a alegria que caracterizam a virtude perfeitamente adquirida. Todavia, ao secarem as abundantes correntes de pensamentos piedosos e de santos afetos, privam a alma da força suplementar e da alegria que as consolações lhe proporcionavam, deixando em seu lugar apenas sofrimento e dificuldades. Não são tentações em sentido estrito, porque não incitam diretamente a alma ao mal. Mas o demónio serve-se delas para semear o joio no campo de trigo do Senhor.

Deus já não comunica luzes nem devoção: terá Ele ficado indiferente, irritado, implacável? E, no entanto, parece-nos que já não podemos fazer mais do que fazemos. Então surgem o medo e a desconfiança. As nuvens acumulam-se no céu e ameaçam desencadear a tempestade. É evidente que a natureza não encontra satisfação num estado semelhante; cansa-se de sofrimentos tão prolongados, cujo fim ainda não se avista, e impele-nos a procurar nas criaturas a consolação que já não recebemos de Deus.

Assim, as consolações e as aridezes foram destinadas por Deus a desempenhar um papel muito importante na santificação das almas. Mas podem também tornar-se extremamente perigosas. Pela sua ação sobre a alma, completam-se e corrigem-se mutuamente. As consolações inflamam o amor de Deus, enquanto as aridezes extinguem o amor-próprio; se o sentimento da doçura divina nos eleva, a consciência das nossas misérias torna a humilhar-nos; se a desolação gera desânimo, a devoção sensível inspira confiança. Compete unicamente a Deus conceder ou retirar umas e outras. Ele alterna-as ou combina-as da maneira mais favorável ao nosso verdadeiro bem, com igual firmeza e sabedoria. Regra geral, começa pelas consolações, para conquistar o nosso coração e sustentar a nossa fraqueza. Quando a alma já fez algum progresso e está suficientemente fortalecida para suportar um tratamento mais enérgico, faz prevalecer o sofrimento. Temos tanta necessidade de morrer para nós mesmos! Como observa Santo Afonso: «Todos os santos tiveram de suportar estas aridezes e estas desolações espirituais. Na verdade, as aridezes eram neles mais frequentes do que a devoção sensível. Deus concede estes favores passageiros apenas de vez em quando e, ordinariamente, às almas ainda muito fracas, para que não desfaleçam no caminho da perfeição. Quanto às delícias que serão a recompensa da nossa fidelidade, só no paraíso devemos esperar gozá-las… Sempre que vos sentirdes abandonados, consolai-vos com o pensamento de que tendes convosco o divino Consolador. Queixais-vos de uma aridez que dura há anos. Mas Santa Joana Francisca de Chantal teve de suportar essa provação durante quarenta anos. Santa Maria Madalena de Pazzi suportou durante cinco anos contínuos sofrimentos e tentações, sem receber o menor alívio.»[164]

São Francisco de Assis passou dois anos numa tal desolação que parecia ter sido abandonado por Deus. Mas, depois de se ter submetido

humildemente a essa terrível provação, o Salvador restituiu-lhe num instante a serenidade feliz de que antes gozava. Daqui conclui São Francisco de Sales que, «uma vez que os maiores servos de Deus estiveram sujeitos a estas aflições, não devem surpreender-se aqueles que são os últimos e os menores ao seu serviço, se também experimentarem alguma coisa semelhante».[165] Deus não conduz todas as almas à santidade pelo mesmo caminho. Em termos gerais, parece ser quando elas se aproximam da consumação da sua virtude que lhes envia as provações mais amargas. Quanto mais as ama, tanto mais as cultiva e purifica. Mas reserva o processo mais rigoroso para quando já adquiriram forças suficientes para suportar as suas exigências.

Recapitulemos agora o que acabámos de expor e tiremos a conclusão prática. O objetivo para que devemos tender é o amor perfeito, que une intimamente a alma a Deus por uma conformidade absoluta da vontade. Só esta é a verdadeira e essencial devoção. Devemos procurar com santo ardor os meios que dependem de nós; esses meios são-nos indicados pela vontade significada de Deus. As consolações, mesmo quando têm origem divina, não constituem a devoção; do mesmo modo, a devoção não desaparece por causa das aridezes involuntárias. Tanto as consolações como as aridezes são auxílios da Providência; mas, se delas abusarmos, podem transformar-se em sérios obstáculos. Qual das duas nos seria mais proveitosa? Não o sabemos. Além disso, essa escolha não nos pertence: Deus reservou-a para Si. O procedimento mais prudente consiste, pois, em remover as causas voluntárias da aridez, adquirir uma santa indiferença e abandonar-nos depois sem reservas às disposições da Providência.

Esta doutrina é confirmada pela multidão dos santos que fizeram dela a regra da sua vida. Citaremos apenas os dois Doutores que escolhemos como guias principais, começando por São Francisco de Sales. «Acontecerá», escreve ele, «que não experimentareis consolação alguma nos vossos exercícios de piedade. Isso corresponde, sem dúvida, ao beneplácito de Deus. Daí a necessidade de permanecermos absolutamente indiferentes tanto à consolação como à desolação. Este esquecimento de nós mesmos implica o abandono ao beneplácito divino em todas as tentações, aridezes, securas, aversões e repugnâncias. Porque podemos reconhecer esse beneplácito em todos estes estados da alma, quando não procedem de culpa

nossa nem contêm qualquer pecado.» Repetidamente nos aconselha a entregarmo-nos plena e perfeitamente aos cuidados da Divina Providência, como uma criança pequena se abandona aos cuidados da ama, ou como o doce Menino Jesus nos braços da sua querida Mãe. E acrescenta: «Se as consolações vos forem oferecidas, recebei-as com gratidão; se vos forem recusadas, não as desejeis, mas esforçai-vos por conservar o coração disposto a acolher tudo o que a Providência enviar, e, quanto possível, com a mesma satisfação. [...] Deveis tomar uma resolução firme de nunca abandonar a oração, por maiores que sejam as dificuldades que nela encontreis. E nunca deveis aproximar-vos dela preocupados com o desejo de ser consolados e favorecidos. Isso não seria conformar a vossa vontade com a de Nosso Senhor, que quer que entremos na oração resolvidos a suportar distrações contínuas, aridezes e desgostos, se tal for o seu beneplácito, permanecendo tão satisfeitos nesse estado como se gozássemos da mais abundante consolação e da mais perfeita tranquilidade. Desde que acomodemos sempre a nossa vontade à vontade da sua divina Majestade, permanecendo numa atitude de simples expectativa e numa disposição de receber amorosamente tudo o que a Providência ordenar, quer na oração quer fora dela, Ele fará com que tudo concorra para o nosso bem e seja agradável aos seus olhos.»[166]

Foi neste sentido que o santo Doutor afirmou: «Desejo muito pouco; e o pouco que desejo, desejo-o muito pouco. Na verdade, quase não tenho desejos. E, se tornasse a nascer, preferiria não ter nenhum. Se Deus vem até mim por meio das consolações, irei ao seu encontro; se não quiser vir até mim, ficarei onde estou e não procurarei ir até Ele»[167] — por meio de um desejo voluntário de consolações. E, de facto, «praticou esta perfeita indiferença tanto nas aridezes como nas consolações, nos desgostos e nas securas, nas atividades e nos sofrimentos». Eis o testemunho de Santa Joana Francisca de Chantal: «Costumava dizer que o verdadeiro modo de servir a Deus consistia em segui-Lo sem apoio de consolações ou de sentimentos, sem outra luz que não fosse a da fé pura e simples. Por isso amava o desamparo, o abandono e a desolação interior. Disse-me certa vez que lhe era indiferente encontrar-se em estado de consolação ou de desolação. Quando Nosso Senhor lhe concedia devoção sensível, recebia-a com simplicidade; se lha retirava, deixava de pensar nisso. É verdade, porém,

que, habitualmente, gozava de grande doçura interior. E isso adivinhava-se pelo seu semblante.»[168]

O ideal do santo Bispo, na matéria de que agora tratamos, era aquela sábia estátua de que ele fala, que não deseja ser levada para diante pelas consolações nem empurrada para trás pelas aridezes, mas permanece imóvel numa serena indiferença, pronta a deixar-se mover para um lado ou para o outro, conforme o agrado do seu Senhor.[169] Na realidade, ele não exigia de Santa Joana Francisca de Chantal «que não amasse nem desejasse as consolações, mas apenas que não lhes entregasse o coração. Um simples desejo não é contrário à resignação. O mesmo já não se pode dizer daquele desejo impaciente que se manifesta por uma palpitação do coração, um bater de asas da alma, por assim dizer, e uma agitação da vontade.» Ela podia «queixar-se amorosamente a Deus das suas aflições, com moderação. Nosso Senhor compraz-Se quando Lhe falamos das tribulações que nos envia, tal como as criancinhas recorrem à sua boa mãe depois de ela as ter castigado.» Mas devia conservar esse espírito de liberdade, que não se prende nem às consolações nem sequer aos próprios exercícios espirituais, e que aceita as aflições com toda a mansidão que a fragilidade humana permite. «Assim, no momento em que for necessário beber o cálice da amargura e, por assim dizer, dar a sanção definitiva do seu livre consentimento, terá suficiente indiferença para dizer a Deus: Não se faça a minha vontade, mas a vossa.»[170]

O santo Doutor vai até um pouco mais longe: «Desejais uma cruz, mas preferiríeis que fosse uma cruz escolhida por vós. Essa não é a disposição correta. A cruz que desejo tanto para mim como para vós não é outra senão a cruz de Jesus Cristo. Que Ele nos envie todas as aridezes que quiser, contanto que nos conserve no seu santo amor. Nunca O poderemos servir bem senão servindo-O da maneira que Ele quer ser servido. Ora, Ele quer que O sirvais sem gosto, sem sentimentos, com repugnâncias e angústias interiores. Este serviço não vos dá muita satisfação, mas agrada-Lhe imensamente; não é conforme ao vosso gosto, mas está de acordo com o seu beneplácito. Imaginai que nunca havíeis de ser libertada da vossa aflição. Então diríeis a Deus: “Senhor, eu sou toda vossa! Se os meus sofrimentos Vos dão alegria, aumentai-lhes tanto o número como a duração.” Confio em Nosso Senhor que essa seria a vossa disposição e que

deixaríeis de pensar no assunto. Pelo menos, já não vos inquietaríeis. Assumi desde já essa mesma atitude. Fazei amizade com os vossos sofrimentos, como se estivésseis destinados a viver sempre juntos. E vereis que, quando deixardes de pensar na vossa libertação, Deus pensará nela; e, quando tiverdes suprimido esses desejos demasiado impacientes, Ele Se apressará a socorrer-vos.»[171]

Em suma, o Santo parecia preferir o sofrimento às consolações. Em algumas passagens, chega quase a pedir o sofrimento tanto para si como para a sua santa filha espiritual. Contudo, em regra, recomenda uma indiferença absoluta perante todas as vicissitudes da vida espiritual. Quanto a si próprio, desejaria não ter desejo algum, para se conformar ainda mais perfeitamente com a adorável vontade de Deus, que era a regra bem-amada da sua conduta. É evidente — e ele próprio o reconhece — que alimentava desejos ardentíssimos pela salvação das almas e pelo seu próprio progresso na virtude, porque estas coisas são impostas pela vontade significada de Deus. Mas desejava até esses bens apenas segundo a vontade de Deus, nem mais nem de outro modo.

A doutrina de Santo Afonso não difere em nada da do piedoso Bispo de Genebra. Pode resumir-se do seguinte modo:

I. — Quando Deus nos consola com as suas amorosas visitas e nos faz sentir a presença da sua graça, não devemos rejeitar esses favores, como pretenderam certos falsos místicos. Na verdade, são mais preciosos do que todas as riquezas e honras da terra. Devemos antes recebê-los com gratidão. Mas não devemos saborear a sua doçura com a avidez de um epicurista espiritual, nem considerar-nos tão favorecidos como recompensa dos nossos méritos superiores. Tal orgulho e tal sensualidade desagradariam a Deus e obrigá-Lo-iam a retirar-Se, deixando-nos entregues à nossa miséria. Humilhemo-nos, conservando diante dos olhos os pecados que cometemos no passado, e consideremos estes favores apenas como efeitos da pura bondade divina. Deus concede-os para nos dispor melhor aos sacrifícios que pretende pedir-nos ou talvez para nos fortalecer nas provações que está prestes a enviar-nos. Na consolação devemos preparar-nos para a tribulação. «Ofereçamo-nos, pois, para suportar todos os sofrimentos interiores e exteriores que nos estejam reservados — doenças, perseguições ou

desolações espirituais — dizendo: Senhor, estou inteiramente à vossa disposição. Fazei de mim tudo o que Vos aprouver. Dai-me a graça de Vos amar sempre e de cumprir a vossa santa vontade: nada mais Vos peço.»

II. — Na desolação espiritual devemos ser resignados. «Não pretendo dizer que não sintamos aflição ao ver-nos privados da presença sensível de Deus. Não podemos deixar de sofrer por semelhante perda, nem mesmo de nos queixarmos dela, pois o próprio Salvador Se lamentou na cruz.» Devemos, porém, imitar a sua perfeita resignação e a dos santos. «Eles experimentaram muito mais frequentemente as aridezes do que as consolações sensíveis; e aquilo que desejaram e pediram durante toda a vida foi antes o fervor espiritual no sofrimento do que o fervor sensível no gozo.» Estais em estado de aridez? Tende paciência e não abandoneis nenhum dos vossos exercícios habituais de piedade, sobretudo a oração mental. Não imiteis aqueles que, quando a consolação os abandona, mostram quão pouco sobrenaturais são, desistindo das suas práticas piedosas, afrouxando as austeridades e deixando de vigiar os sentidos, perdendo assim todos os frutos dos seus esforços anteriores.

Parece-vos, talvez, que as vossas aridezes são o castigo das vossas faltas? Então aceitai humildemente esse castigo misericordioso e fazei tudo o que estiver ao vosso alcance para remover a causa desse lamentável estado: tal ou tal afeição natural, falta de recolhimento habitual, desejo excessivo de ver, saber e dizer tudo. Lembrai-vos de que, se recebêsseis aquilo que realmente mereceis, nunca mais experimentaríeis qualquer alegria. Sobretudo, praticai a resignação e confiai mais do que nunca na bondade de Deus. Porque é precisamente agora que vos é dada uma ocasião privilegiada para vos tornardes particularmente querido ao vosso divino Esposo. Continuai, pois, a procurá-Lo e tende coragem. Talvez Ele não volte com as suas consolações. Que importa isso, desde que vos conceda a graça de O amar e de cumprir tudo o que Ele quer? «Um amor forte agrada mais a Deus do que um amor terno.» Humilhemo-nos diante da vontade divina e descobriremos que «a desolação nos é mais vantajosa do que qualquer devoção sensível.»

E o santo Doutor recomenda-nos que recitemos esta admirável oração:

«Jesus, minha esperança, meu amor, único amor da minha alma! Não mereço que me comuniqueis as vossas consolações e doçuras. Reservai-as para as almas inocentes que sempre Vos amaram. Quanto a mim, que tantas vezes Vos ofendi, sou indigno delas e não Vo-las peço. Há uma única coisa que Vos suplico: concedei-me que Vos ame, ó meu Deus! Concedei-me que cumpra a vossa vontade durante toda a minha vida e depois disponde de mim da maneira que mais Vos agradar. Infeliz de mim! Mereci ser condenado a trevas, terrores e desolações muito maiores, para expiar as inúmeras ofensas que Vos fiz. Se tivesse recebido o que merecia, o inferno seria agora a minha herança, onde, separado e banido de Vós para sempre, teria de me unir aos eternos lamentos dos condenados, privado para sempre da possibilidade de Vos amar. Ah! Meu Jesus, livrai-me de tão horrível destino. Estou disposto a submeter-me a qualquer outro castigo... Dai-me a graça de vencer as minhas tentações, de vencer-me a mim mesmo. Quero ser inteiramente vosso. Consagro-Vos o meu corpo, a minha alma, a minha vontade e a minha liberdade. Já não desejo viver para mim, mas somente para Vós. Afligi-me como Vos aprouver; dai-me apenas a vossa graça e o vosso amor, e ficarei satisfeito, ainda que seja privado de tudo o resto.»[172]

ARTIGO III — É permitido desejar as consolações?

Não nos é permitido, pelo menos, desejar e até pedir insistentemente as consolações divinas ou o fim das aridezes? Sim, podemos fazê-lo, mas não somos obrigados. Podemos fazê-lo por causa do importante auxílio que encontramos nos favores sensíveis e do abatimento em que uma aridez prolongada nos poderia deixar. O Espírito Santo, nos Salmos, e a Igreja, na sua liturgia, põem-nos nos lábios súplicas desta natureza, cuja legitimidade nenhum católico pode, por isso, pôr em dúvida. Mas todos os escritores espirituais recomendam que tais favores sejam pedidos apenas com intenção pura, coração desapegado e vontade submissa.

Contudo, se existe pleno acordo quanto ao princípio, na prática encontram-se divergências consideráveis. Álvarez de Paz, Luís de Granada e alguns outros autores modernos mostram-se decididamente favoráveis a essas súplicas. São Francisco de Sales, pelo contrário, embora permita à sua Filoteia «pedir a Deus que afaste esse vento norte estéril que seca as nossas almas e nos restitua a brisa suave das suas consolações», exorta-nos noutro

lugar a «uma absoluta indiferença relativamente às consolações e às aridezes».[173] Santo Afonso exprime a sua opinião em termos formais: «Deveis pedir a Deus que vos faça experimentar de novo a doçura da sua presença? Tende cuidado em não fazer semelhante pedido. Antes suplicai-Lhe a força de que necessitais para Lhe permanecer fiel.»[174] Uma vez que os Doutores divergem neste ponto, cada um é livre de seguir a orientação que preferir.

Não somos, pois, obrigados a pedir consolações nem o fim das aridezes. Lamentamos ter de contradizer, neste ponto, alguns autores de grande mérito. Ao afirmarem tal obrigação, acabam por condenar São Francisco de Sales e Santo Afonso, esses dois grandes Doutores da piedade, que nunca a reconheceram e até a rejeitaram expressamente tanto no seu ensino como na sua prática. Condenam igualmente a multidão de santos e de almas santas que fizeram da perfeita indiferença a regra da sua conduta nesta matéria. Além disso, qual seria a origem dessa pretensa obrigação? As consolações, como já dissemos, não constituem a essência da devoção, nem o único meio de a alcançar, nem sequer um meio necessário. As aridezes também não destroem a devoção. E, longe de constituírem um obstáculo insuperável ao progresso, são antes um auxílio de que demasiadas vezes temos necessidade. Parece que estes autores não atendem suficientemente ao facto de que, se é necessário alimentar o amor de Deus, não é menos necessário mortificar o amor-próprio.

Objeta-se que as desolações são uma enfermidade cuja cura só se obtém pedindo-a. Ora, é precisamente o contrário que é verdade. Sem dúvida, quando sentimos necessidade de consolações e as pedimos a Deus com simplicidade filial, essa confiança honra-O, desde que venha acompanhada de perfeita submissão à sua vontade. Mas demonstramos confiança ainda maior quando nos abandonamos inteiramente nas suas mãos, aguardando serenamente o seu beneplácito e aceitando antecipadamente tudo o que Ele Se dignar dispor. Esta atitude é, ao mesmo tempo, uma prudência mais elevada e uma generosidade mais perfeita. E que poderá tocar mais profundamente o coração do nosso Pai celeste?

CAPÍTULO XII: O abandono nas vicissitudes espirituais da via comum (continuação). As trevas, a insensibilidade, etc.

Talvez já tenhamos dito o suficiente acerca dos sofrimentos interiores. Mas, sendo eles as provações mais dolorosas, nunca estaremos suficientemente preparados para lhes resistir. Correndo o risco de nos repetirmos, examinaremos brevemente as suas formas mais cruciantes: as trevas do espírito, a insensibilidade do coração, a impotência da vontade e, em consequência, a pobreza espiritual.

Estas aflições têm, por vezes, origem no esgotamento físico. Nesse caso, o remédio consiste em restabelecer as forças do corpo. Também podem ser provocadas pela tibieza da vontade e pelo hábito do pecado, dois males que explicam a diminuição progressiva da luz, da delicadeza de consciência, da força e da fecundidade espiritual, bem como a tendência para a cegueira espiritual, o endurecimento, a torpeza e a miséria. Mas, neste caso, foi a vontade que cedeu. Já não tendo coragem para cumprir os seus deveres, deixou que a negligência se infiltrasse em tudo. A oração, os esforços interiores, as obrigações de cada dia: a preguiça estragou tudo. Deus conceda que aqueles que se encontram nesse estado de tibieza ou de pecado sacudam prontamente essa torpeza mortal e recuperem sem demora o seu fervor! É tudo o que temos a dizer-lhes.

Mas as provações de que agora tratamos também podem ser involuntárias. A alma continua verdadeiramente generosa. Todavia, como já não é sustentada pela devoção sensível, imagina que não tem nem força nem vida. Já não sente que encontra Deus nem que goza da sua doce presença, como outrora. Apesar disso, continua a procurá-Lo da melhor maneira que pode, tanto na oração como fora dela, sem poupar esforços nem se deixar vencer pelo cansaço. É verdade que o êxito não lhe parece brilhante; contudo, a sua vontade permanece inteiramente dedicada ao cumprimento do dever. É a estas almas generosas que agora nos dirigimos. A elas dizemos: paz aos homens de boa vontade. Só Deus é a causa da vossa aflição. Deixai-vos nas suas mãos e submetei-vos com confiança à sua ação, que, sendo muito dolorosa, é também profundamente salutar.

ARTIGO I — As trevas do espírito

Sendo «filhos da luz», devemos amar a luz. Nunca possuiremos em excesso a ciência dos santos. Nunca a nossa fé será demasiado iluminada, embora deva permanecer sempre mais ou menos obscura enquanto vivermos nesta terra, pois nunca terá ainda a claridade da visão. Contudo, as sombras vão-se dissipando gradualmente e a luz aumenta à medida que progredimos no estudo e na oração, sobretudo na proporção em que a alma se purifica e se une mais intimamente a Deus. Do mesmo modo, na orientação da vida, preferimos naturalmente caminhar na luz, para vermos claramente os nossos deveres. É tão doce e tão reconfortante sentir a certeza de que estamos a cumprir a vontade do nosso Pai.

Mas o Senhor não quer que desfrutemos sempre desta consolação. «Hoje», diz o Venerável Luís de Blois, «o Sol de Justiça ilumina a vossa alma com os seus raios. Dissipa as vossas trevas, acalma as tempestades interiores e enche-vos de felicidade e tranquilidade. Mas, se Ele quiser retirar-vos a sua luz, quem poderá obrigá-Lo a voltar a brilhar sobre vós? Tende, pois, por certo que haverá ocasiões em que permitirá um eclipse do seu esplendor na vossa alma. Preparai-vos, portanto, para esses tempos de obscuridade, em que as iluminações divinas deixarão de aparecer e vos encontrareis de novo nas trevas, na inquietação e na perturbação.»[175]

A secura espiritual, quando se prolonga, pode, por si só, envolver a alma em trevas, à medida que os pensamentos piedosos se tornam mais raros e os afetos mais áridos. Mas Deus dispõe de muitos outros meios para produzir essa obscuridade e intensificá-la conforme lhe apraz, quer se trate da nossa própria vida interior quer da orientação a dar ao próximo. A pobre alma, assustada e desorientada, pergunta talvez a si mesma se Deus a não terá abandonado na sua ira. Parece-lhe que trabalha em vão e que já não consegue fazer qualquer progresso na oração nem na virtude. Talvez o demónio aproveite essa desolação para lançar os seus mais violentos ataques. E, enquanto «por um lado», diz Santo Afonso, «tem de enfrentar as mais fortes tentações inspiradas pelo demónio, com o auxílio da concupiscência excitada; por outro lado, mergulhada nessa obscuridade que tudo cega, por mais que a sua vontade resista, não consegue saber com suficiente clareza se resiste tanto quanto deve ou se, pelo contrário, acaba por consentir nas sugestões do mal; começa então a recear cada vez mais ter perdido o seu Deus e encontrar-se, como justo castigo pelas suas

infidelidades no combate, totalmente abandonada por Ele.»[176] Se tais provações se repetirem ou se prolongarem, a alma experimentará as mais cruéis angústias até acerca da sua salvação eterna.

Ó almas de boa vontade, por que motivo estes receios? Deus, cujo olhar penetra até às profundezas do coração, sabe muito bem que sois inteiramente d'Ele e que o vosso único desejo é agradar-Lhe. Terá Ele deixado de ser a própria Bondade? Por detrás desta severidade exigente, não vedes a Sua ternura apaixonada, santamente ciosa dos vossos corações e decidida a possuí-los sem reserva nem divisão? Quando castiga as vossas mais pequenas infidelidades, quando vos envia provação após provação, recordai que é sempre o coração de um Pai que guia a Sua mão. Mas o Seu amor por vós é sábio e forte; prefere a eternidade ao tempo e o Céu à terra; quer conduzir-vos, tanto quanto possível, pelos caminhos da verdadeira santidade. Assim, até nos Seus maiores rigores tendes uma prova do Seu amor. Eles são também um sinal da confiança que deposita em vós. Enquanto ainda éreis fracos, atraía-vos com as Suas carícias e rodeava-vos de mil delicadezas. Mas nunca teríeis morrido para vós mesmos no meio de tanta doçura e de um tratamento tão delicado. Por isso, deixou de empregar esses meios logo que adquiristes um pouco de força. «Privou-vos das Suas consolações para vos libertar da grosseria da sensibilidade e para vos unir a Si de um modo mais excelente, mais íntimo e mais seguro, por meio da fé pura e do espírito puro. Para completar a vossa purificação, viu-Se obrigado a acrescentar sofrimentos às privações, pelo menos sofrimentos interiores, como tentações, angústias e impotência, que por vezes produzem uma espécie de agonia na alma. Mas tudo isto contribui poderosamente para a libertar das malhas do amor-próprio.»[177]

Depois desta observação geral, passemos a examinar as principais provações desta natureza. Antes de tudo, há a incerteza que sentimos acerca do valor das nossas orações: parecem-nos ter muito pouco valor. Enquanto este sentimento durar, devemos simplesmente esforçar-nos por manter o espírito voltado para Deus e fazer o melhor que pudermos. Ele saberá compreender aquilo que nós não conseguimos dizer-Lhe. A nossa boa vontade não pode deixar de Lhe agradar, e com ela dignar-Se-á ficar satisfeito. O que nos pede é esforço, não êxito. Uma oração feita deste modo não proporciona consolação, mas não deixa de produzir fruto, pois

basta para nos manter resolutamente atentos a todos os nossos deveres. Além disso, ilumina-nos e sustenta-nos muito mais do que imaginamos. De resto, diz De Caussade: «A experiência ensinou-me que todas as pessoas de boa vontade que assim se queixam sabem, na realidade, rezar melhor do que as outras, porque a sua oração é mais simples e mais humilde e porque, precisamente em razão da sua simplicidade, escapa à sua própria reflexão.»[178]

Há também a incerteza acerca do valor dos nossos atos de virtude. Mas, diz Santo Afonso, «uma coisa é praticar um bom ato, como repelir uma tentação, fazer um ato de esperança, de caridade ou de conformidade com a vontade divina; outra bem diferente é ter consciência de o ter realmente praticado. Este segundo aspeto, ou seja, o conhecimento de termos exercido alguma virtude, proporciona-nos satisfação; mas o nosso mérito consiste no primeiro, isto é, na própria execução da boa obra. Ora, Deus contenta-Se com a execução do ato e priva a alma da consciência dele, que nada acrescenta ao seu mérito; e é o nosso mérito que conta diante d'Ele, não a nossa satisfação passageira.»[179] Quando Santa Joana de Chantal sofria terrivelmente desta provação, São Francisco de Sales consolou-a com a seguinte reflexão: «A prática mais perfeita da nossa santa religião consiste em contentarmo-nos com atos nus, secos e insensíveis, produzidos apenas pela energia da vontade superior. Devemos adorar a Divina Providência e lançar-nos nos seus braços amáveis, no seu seio. Senhor, se é do Vosso agrado que eu não sinta gosto algum na prática das virtudes que a Vossa graça me concedeu, resigno-me absolutamente, embora isso contrarie a inclinação natural da minha vontade. Não quero experimentar outra satisfação pela posse da minha fé, da minha esperança ou da minha caridade senão a de poder dizer com verdade que antes preferiria morrer do que renunciar à minha fé, à minha esperança ou à minha caridade.»[180]

Outra incerteza refere-se à nossa vitória sobre a tentação. Esta é mais penosa do que o próprio combate, ainda que este tenha sido tão violento e persistente como uma obsessão. Mas as almas de boa vontade ganhem coragem. Nos sentidos e na imaginação podem ocorrer muitas coisas que não são atos voluntários e, por conseguinte, não são pecados. Resistimos realmente como devíamos, mas a escuridão que nos envolve impede-nos de ver claramente o que aconteceu. Contudo, a vontade não sofreu qualquer

alteração. A experiência em breve o demonstrará. Se surgir uma ocasião de ofender a Deus por um simples pecado venial deliberado, havemos de evitá-la escrupulosamente: preferiríamos morrer mil vezes. Deve bastar-nos saber que vigiámos, rezámos e combatemos generosamente. Não é necessário termos uma consciência clara da vitória alcançada. Até é, por vezes, melhor não a termos, porque essa incerteza pode ser muito proveitosa para a nossa humildade. Deus quer fazer-nos compreender, por meio de experiências dolorosas frequentemente repetidas, o fundo de corrupção que trazemos dentro de nós e que, sem o auxílio da Sua graça, nos conduziria infalivelmente às maiores desordens. A evidência da vitória diminuiria a humilhação e poderia até expor a nossa humildade ao perigo. Por isso, deixa-nos na dúvida, para aprofundar essa humilhação e, assim, salvaguardar a nossa humildade. É uma provação amarga, mas presta-nos o magnífico serviço de estabelecer solidamente a nossa alma numa virtude que é o fundamento da perfeição. Em tais circunstâncias, podemos até sentir dúvidas quanto ao estado da nossa alma. Teremos sucumbido à força da tentação? Permaneceremos ainda na graça de Deus? Não devemos preocupar-nos excessivamente em obter uma certeza a este respeito.

«Desejais saber com certeza que Deus vos ama?», pergunta Santo Afonso. «Mas, neste momento, Ele não quer comunicar-vos esse conhecimento. Quer que apenas vos humilheis, confieis na Sua bondade e vos entregueis inteiramente ao Seu beneplácito. Além disso, é uma máxima, aceite como incontestável por todos os mestres da vida espiritual, que, quando uma pessoa de consciência tímida duvida se perdeu ou não a graça de Deus, é certo que não a perdeu. Com efeito, ninguém pode perder Deus sem ter plena consciência desse facto. Mais ainda, segundo São Francisco de Sales, a resolução que tendes, pelo menos no fundo do coração, de amar a Deus e de não Lhe causar o menor desgosto por um propósito deliberado é um sinal evidente de que permaneceis ainda na Sua graça. Abandonai-vos, pois, nos braços da misericórdia divina, protestai que nada desejais senão Deus e o Seu beneplácito, e afastai todo o receio. Oh! Como são agradáveis ao Senhor os atos de confiança e de resignação que fazemos no meio desta escuridão aterradora.»[181]

De todas estas incertezas, a mais aflitiva é a que diz respeito ao nosso futuro eterno. Sem uma revelação especial, ninguém pode saber com

certeza absoluta se, no momento presente, é digno do amor ou do ódio de Deus, e muito menos se perseverará na justiça ou terá um fim desgraçado. Deus assim o quer. Se tivéssemos plena certeza sobre estes pontos, talvez nos deixássemos adormecer numa indolência preguiçosa ou nos expuséssemos ao perigo com uma temeridade insensata. Por isso, Deus serve-Se da dúvida para nos manter numa humilde desconfiança de nós mesmos e num zelo sempre vigilante; para afirmar o Seu domínio soberano e recordar-nos a nossa dependência absoluta; para nos fazer compreender a necessidade permanente da oração, da mortificação e da multiplicação dos atos de virtude; para dar maior brilho e valor à nossa fé, à nossa confiança e ao nosso abandono. Adoremos, pois, esta salutar disposição da Divina Providência e, em vez de nos deixarmos oprimir por um temor desordenado, que apenas nos inquietaria e desencorajaria, cultivemos antes o temor filial, que estimula a nossa atividade e nos mantém vigilantes contra os perigos. A melhor maneira de assegurar o futuro é santificar o presente. O autor da *Imitação de Cristo* apresenta-nos um homem preocupado com o pensamento da sua eternidade e atormentado pela ansiedade e pela agitação. «Oscilava frequentemente entre o temor e a esperança. Um dia, oprimido pela tristeza, entrou na igreja e, prostrando-se diante de um dos altares, revolvia no espírito os pensamentos que o atormentavam. “Ah! Se ao menos eu soubesse que hei de perseverar até ao fim!” Imediatamente ouviu na alma esta resposta de Deus: “E se o soubesses, que farias? Faze agora o que então farias, e estarás perfeitamente seguro.” Então, consolado e fortalecido, abandonou-se ao beneplácito divino e cessou a sua inquietação. Já não procurava investigar curiosamente o que lhe aconteceria no futuro, mas antes descobrir qual era, no momento presente, a vontade de Deus, boa e perfeita, decidido a empreender toda a espécie de boas obras e a levá-las até ao fim.»[182] Era um homem sábio. Também nós não pensemos senão na necessidade que temos de rezar com confiança, de ser assíduos no cumprimento dos nossos deveres, de viver na humildade, na renúncia, na obediência e no santo amor. E Deus, que é a própria Bondade, o doce Salvador que deu a vida pelos Seus inimigos, o Bom Pastor que corre atrás da ovelha rebelde e obstinada, Jesus nunca permitirá que uma alma de boa vontade termine uma vida santa com uma morte desgraçada. Além disso, nunca deixemos de implorar a graça suprema da perseverança final e peçamo-la pela intercessão da nossa Mãe do Céu. Uma alma verdadeiramente devota de Maria não se pode perder.

A obscuridade espiritual pode revestir-se de muitas formas. Procuramos ver claramente quando a luz nos falta, quer no que respeita à nossa própria vida interior, quer na maneira de proceder do nosso próximo. Pela permissão de Deus, encontramo-nos rodeados de trevas. Mas, qualquer que seja a sua natureza ou a densidade da sua escuridão, ela nunca nos pode privar das luzes da razão e da fé. Ao sacerdote secular e aos fiéis permanecem sempre o ensinamento infalível da Igreja, o Evangelho, os bons livros e a direção espiritual; ao religioso acrescentam-se ainda a sua regra e os seus superiores. E não será isso tudo o que realmente necessitamos para caminhar com segurança para o porto de uma eternidade feliz? Esta provação, por conseguinte, priva-nos apenas de luzes especiais, brilhantes e consoladoras, que constituem, sem dúvida, um suplemento muito desejável da nossa força espiritual, mas que também estão muito sujeitas a abusos. Em todo o caso, não são indispensáveis. E se Deus delas nos priva sem culpa da nossa parte, saberá compensar-nos abundantemente por meio do santo abandono à Sua vontade e dos nossos esforços pessoais. Deixemo-Lo conduzir-nos como melhor Lhe aprouver, ainda que seja através das trevas e da desolação. Confiemos no nosso Pai, infinitamente bom e sábio, e não tenhamos outra preocupação senão cumprir, com amor filial, tudo quanto Ele nos pedir.

Assim procedia Santa Teresinha do Menino Jesus: «Agradeço ao meu Jesus», escrevia ela, «por me fazer caminhar pelos caminhos da escuridão. Neles desfruto de uma paz profunda. Consentiria de bom grado em passar toda a minha vida religiosa nesta obscuridade subterrânea para onde Ele me conduziu. O meu único desejo é que as minhas trevas obtenham luz para os pecadores. Sinto-me feliz, sim, muito feliz, por estar privada de consolações.»[183]

ARTIGO II — INSENSIBILIDADE DO CORAÇÃO, TÉDIO, ETC.

Repetimo-lo: não se trata aqui de almas escravizadas pelas paixões ou enfraquecidas por uma tibieza voluntária, mas de almas firmemente resolvidas a pertencer somente a Deus.

«É triste ser obrigado a cumprir os deveres mais sagrados com um coração frio e um espírito disperso; regressar continuamente a eles sem zelo

nem fervor e, mais ainda, ter de nos arrastar para eles como que por violência; encontrar-nos diante de Deus sem outro sentimento senão uma estúpida indiferença; rezar sem recolhimento; meditar sem afeto; confessar os pecados sem dor; comungar sem gosto; partir o pão do Céu com menos satisfação do que o pão material; sofrer exteriormente sem consolação interior; carregar pesadas cruzes sem sentir aquela secreta unção que as adoça.»[184] Eis a provação que agora devemos estudar, admiravelmente descrita pelo Padre de Lombez. Mas que devemos pensar dela?

«Esta provação», continua o mesmo autor, «é muito mortificante; mas é sabiamente regulada pela Providência de Deus, que conhece perfeitamente os Seus direitos e as nossas necessidades. Vós sois justo, Senhor, e todos os Vossos decretos são ditados pela própria equidade; e também a Vossa misericórdia entra largamente em todos os Vossos desígnios... Almas de boa vontade, ou Deus vos retira as consolações para castigar as vossas faltas, ou fá-lo para aumentar os vossos méritos. Se é para punir as vossas faltas, por que não dirigis antes a vossa indignação contra vós mesmos? Se é com o intuito de multiplicar os vossos méritos, por que vos queixais d'Ele? Se vos trata segundo os vossos merecimentos, que injustiça vos fez? E quantas graças não Lhe deveis, se quer tornar-vos mais ricos para a eternidade? Temeis, porventura, que Ele vos faça expiar demasiado facilmente as vossas faltas nesta vida? Ou que, ao preço de um pequeno sofrimento, vos torne demasiado felizes na vida futura? Por mais que procureis raciocinar, aquilo a que chamais os rigores divinos só pode proceder de um destes dois motivos. Deus não odeia a obra das Suas mãos, nem chama alguém ao Seu serviço para o tornar infeliz.»[185]

Enquanto a nossa vontade permanecer firme e generosa, devemos afastar toda a inquietação. Confiemos em Deus como um doente confia no seu médico; é precisamente agora que Ele mais se ocupa da nossa cura e da nossa salvação. O amor-próprio desejaria que a nossa contrição se manifestasse em torrentes de lágrimas e o nosso amor por Deus em doces efusões de ternura; gostaria de conhecer, ver e sentir cada um dos nossos atos de virtude, para se tranquilizar, para ter de que se alimentar, para encontrar matéria para a sua complacência. Durante esta vida somos tão miseráveis que todo o dom de Deus, logo que é reconhecido, corre o risco de ser rapidamente transformado em veneno pelos artifícios do nosso amor-

próprio. Por isso, Deus vê-Se, por assim dizer, obrigado a ocultar-nos as graças com que adorna as nossas almas: conserva-nos a substância dos Seus favores, mas retira tudo o que brilha e chama a atenção. Se estivéssemos verdadeiramente atentos ao nosso maior bem, consideraríamos este modo de proceder de Deus como um benefício precioso e beijaríamos a Sua mão com tanto mais confiança quanto mais pesadamente ela parecesse pesar sobre nós. Na verdade, quando a natureza se vê atormentada por estas crucifixões interiores e não descortina qualquer esperança de alívio, é então que o amor-próprio agoniza e está quase a expirar. Ah! Se ao menos expirasse esse miserável traidor! Que seja crucificado esse inimigo doméstico das pobres almas, esse adversário irreconciliável de Deus e de todo o bem!

Mas direis: que pensar desta terrível indiferença para com Deus? Ela é apenas aparente e limita-se à parte inferior da alma, pois a vontade permanece firme e atenta a todos os seus deveres. A parte superior está entregue a Deus, e isso basta-Lhe. Eis uma prova evidente desta fidelidade na região superior da alma: em todos os vossos exercícios de piedade sentis profunda aflição por vos parecer que não amais Deus como desejaríeis, e tudo o que conseguis fazer é lamentar-vos amargamente: «Meu Deus, então eu não Vos amo?» Oh! Quão ardente deve ser o vosso desejo íntimo e profundo de Lhe pertencer inteiramente, se o simples receio de O não amar vos aflige tanto! É um sinal certo de que, apesar da vossa frieza, da vossa insensibilidade e da vossa aparente indiferença, Ele acendeu no vosso coração o fogo de um grande amor, que interiormente se torna cada vez mais forte e mais ardente precisamente pelo receio de não amar. A vossa angústia é, portanto, aquilo mesmo que vos deveria tranquilizar. Mas há ainda outra prova, e mais convincente. É que os vossos atos de virtude, para agradarem a Deus, não necessitam de ser acompanhados por emoção. Pela sua própria natureza são espirituais e realizam-se na parte superior da alma. Que a parte inferior lhes dê o seu concurso, permaneça inativa ou até ofereça resistência, isso tem pouca importância. O essencial é que a nossa contrição produza uma mudança na vontade, não que faça correr lágrimas; que o amor divino una fortemente a nossa vontade à vontade de Deus, não que se manifeste em ternas efusões.

O mesmo se aplica às restantes virtudes. Para alcançar este resultado, a sensibilidade não é necessária. Pelo contrário, constitui um obstáculo, na medida em que alimenta o amor-próprio. E é precisamente este obstáculo que Deus pretende remover por meio da insensibilidade do coração. A operação é, sem dúvida, extremamente dolorosa, mas também extremamente salutar. Também aqui, longe de nos entregarmos a queixas amargas, deveríamos antes beijar a mão bondosa que só fere para nos curar.

A insensibilidade do coração é uma pesada provação, pelo menos para a alma que ainda não chegou ao abandono perfeito. Mas a provação torna-se ainda mais pesada quando à privação dos sentimentos de devoção se juntam o desgosto, a repugnância e a revolta interior. É a pobre natureza que recua perante a perspetiva de um grande sacrifício ou quando o cálice da amargura já está cheio. Estas repugnâncias e revoltas nada têm de pecaminoso, desde que as suportemos com paciência e não deixemos que a nossa vontade seja arrastada. Falta apenas o sentimento da nossa submissão, porque a nossa vontade continua unida à vontade de Deus e fiel a todos os seus deveres. Recordai a agonia do Salvador no Jardim das Oliveiras e compreendereis que a amargura do coração e a violência da angústia não são incompatíveis com a mais perfeita submissão. As revoltas limitam-se à parte inferior; na região superior da alma continua a reinar a submissão.

Guardemo-nos de pensar que estas provações constituem um obstáculo ao nosso progresso. Pelo contrário, temos aqui, diz De Caussade, os combates íntimos de que fala São Paulo e, depois dele, todos os mestres da vida espiritual; é combatendo neste campo que o homem verdadeiramente justo se liberta da tirania dos sentidos; é aqui que se alcançam as grandes vitórias que nos asseguram, nesta vida, a paz e a submissão relativa da nossa natureza inferior e, na vida futura, a posse perfeita de Deus. Tais tentações ajudam-nos a desprender-nos de todas as coisas terrenas, a realizar sacrifícios custosos e frequentes, a vencer em muitos aspetos as nossas inclinações naturais e, sobretudo, a praticar a paciência, a humildade e o abandono. Tudo isto se realiza na região mais elevada da nossa alma, quase sem nos apercebermos e apesar das aparências em contrário; de tal modo que muitas vezes possuímos realmente a submissão sem sequer o suspeitarmos. Longe de serem um sinal de que Deus se afastou de nós, estes sentimentos de desgosto constituem antes uma graça muito especial, porque

servem para nos fazer compreender a nossa fraqueza e perversidade, levando-nos assim a colocar toda a nossa esperança e confiança na bondade de Deus.[186]

Nessas ocasiões, nada fazer que seja contrário à vontade divina, abster-nos de lamentações desesperadas e repetir humildemente o nosso *fiat*: eis a perfeita submissão, que tem as suas raízes no amor, e no mais puro amor. Ah! Se soubéssemos, no meio destas provações, conservar o silêncio do respeito, da fé, da adoração, da submissão, do abandono e do sacrifício! Teríamos descoberto o grande segredo de santificar e até de adoçar os sofrimentos. Mas é preciso exercitarmo-nos nisso e sermos gradualmente formados para tal; e, sempre que falharmos, devemos ter o cuidado de não nos inquietarmos, apressando-nos antes a regressar ao nosso abandono filial com uma humildade serena e tranquila. Podemos então contar, com inteira confiança, com os auxílios da graça. Quando Deus nos envia cruzes pesadas e nos vê com boa vontade para as carregar como devemos, nunca deixa de nos sustentar invisivelmente, de modo que a grandeza da nossa força e da nossa paz iguala, e por vezes até ultrapassa, a grandeza das provações. Mas devemos continuar a rezar e a suscitar os nossos atos interiores, por mais secos, pobres e miseráveis que nos pareçam. Talvez não tenham para nós grande sabor, mas serão muito agradáveis a Deus, que contempla a nossa boa vontade. Felizes as almas que, seguindo o exemplo de Santa Teresinha do Menino Jesus, procuram consolar o seu doce Mestre, em vez de estarem sempre a pedir que seja Ele a consolá-las!

ARTIGO III — IMPOTÊNCIA DA VONTADE

Talvez a dificuldade provenha do esgotamento físico. Se assim for, o remédio é, evidentemente, restaurar as forças do corpo.

As almas menos adiantadas na vida espiritual, as tibias e as pecadoras, encontram um grande obstáculo às suas atividades nas suas paixões, grandes e pequenas. Pratiquem a penitência e a mortificação interior, e pouco a pouco conseguirão libertar-se desses laços.

Uma alma inteiramente dedicada a Deus, mas que ainda não foi chamada a sair do caminho comum, pode ser afligida pela profunda aridez

dos sentimentos, pela obscuridade interior e pela insensibilidade de que já falámos. Isto basta para lhe fazer experimentar uma certa impotência na prática das virtudes e, em particular, na oração.

No caso de uma alma assim, a impotência na prática das virtudes é apenas relativa; na realidade, é mais aparente do que real. Consiste sobretudo na falta de poder para as praticar com sentimento. Pelo facto de não sentir amor, contrição ou as outras virtudes, imagina que essas mesmas virtudes lhe faltam e que está completamente incapaz de fazer o bem. Mas vive numa ilusão. Já observámos que uma coisa é realizar bons atos e outra bem diferente é sentir deles uma impressão sensível. Deus pede as obras; não pede o sentimento. Mais ainda: se permanecermos fiéis aos nossos deveres sem o apoio das consolações e suavidades sensíveis, a boa vontade que manifestamos ser-Lhe-á tanto mais agradável e será para nós tanto mais meritória, porque supõe um maior espírito de sacrifício. Talvez exista ainda outra fonte desta ilusão. Formámos magníficos projetos, sonhámos com virtudes extraordinárias, alimentámos um ideal quimérico e, naturalmente, o resultado ficou muito aquém das nossas expectativas. Perdemos assim muitas esperanças vãs e talvez um pouco do nosso orgulho. Mas, em vez de desanimarmos, deveríamos antes bendizer a Deus por nos ter conservado humildes e reconduzido à realidade. Apesar de todas estas desilusões e ilusões, uma coisa deve permanecer sempre ao nosso alcance, precisamente aquela que constitui o fundamento de toda a santidade: a observância das leis de Deus e da Sua Igreja e o cumprimento fiel dos deveres de cada dia. Um religioso poderá sempre guardar os seus votos, amar a sua regra, obedecer aos seus superiores, viver em paz com os seus irmãos, dominar as suas paixões, oferecer todas as suas ações a Deus, suportar com paciência as suas dificuldades e, assim, acumular um tesouro inestimável de virtudes e méritos. Que mais precisa ele? Eis o caminho direto para a perfeição. É absolutamente seguro e, além disso, oferece um amplo campo ao mais generoso zelo.

É sobretudo em relação aos atos interiores e à oração que esta impotência se manifesta. Mas também aqui ela é apenas relativa. «A alma», diz Santo Afonso, «sente-se incapaz de se elevar até Deus e de produzir qualquer ato de caridade, de contrição ou de resignação. Que importa? Basta fazer a tentativa, ainda que seja apenas com a ponta mais delicada da

vontade. Então, embora esses atos sejam sem fervor, sem gosto e até impercetíveis para nós, Deus aceitá-los-á com agrado. Contudo, no meio de toda esta obscuridade, uma coisa permanece sempre em nosso poder: podemos sempre aniquilar-nos diante de Deus, confessar a nossa extrema miséria e lançar-nos nos braços da Sua misericórdia. E não esqueçamos que devemos rezar, qualquer que seja o estado em que nos encontremos. Estejamos nas trevas ou na luz, nunca deixemos de dizer a Deus: “Senhor, conduzi-me pelo caminho que Vos aprouver. Concedei apenas que eu faça a Vossa vontade: nada mais desejo.”»[187] E se mal sabemos exprimir os nossos desejos por palavras ou sentimentos, podemos ao menos manter-nos na presença de Deus em espírito de fé, com um desejo sincero de receber a Sua graça segundo as nossas necessidades. E isso será uma verdadeira oração, porque Deus, que «vê a disposição dos nossos corações», compreenderá aquilo que não temos força para Lhe dizer. Numa palavra, só somos impotentes para aquilo que Deus não nos pede no momento presente. E, por conseguinte, nem sequer seria conveniente possuirmos o poder ou a facilidade que tanto desejamos.

Talvez o nosso bom Mestre queira apenas pôr-nos à prova, para nos estabelecer mais solidamente na humildade, no desprendimento e no santo abandono. Retirará então as consolações sensíveis e as doçuras espirituais, substituindo-as pela obscuridade, pela insensibilidade e até pelo desgosto. Nesse caso, devemos permanecer fielmente atentos a todos os nossos deveres, ser assíduos na oração e suportar corajosamente o peso da nossa cruz, aliviando-a, quanto possível, com a ajuda de um bom livro e de outros meios que a experiência nos sugerir. Ou poderá acontecer que Deus queira fazer-nos passar do caminho comum para os caminhos místicos. Se assim for, irá suprimindo gradualmente os atos discursivos, metódicos, complexos e variados, para nos conduzir à oração de simples olhar, feita por meio de atos breves e mais uniformes ou mesmo num silêncio cheio de amor. Esta ação divina é uma graça preciosíssima. Longe de lhe resistirmos, devemos antes entregar-nos a ela com confiante docilidade. Contudo, será necessário procurar num livro digno de confiança e, sobretudo, nas instruções de um diretor espiritual experiente, a luz e a orientação de que então teremos particular necessidade.

Seja qual for o motivo que leva Deus a enviar-nos esta provação, ela oferece-nos uma esplêndida ocasião para progredirmos na virtude e praticarmos o santo abandono. «Acreditai em mim», escreve De Caussade, «estais muito longe de perder o vosso tempo nesta oração. Ser-vos-ia talvez possível uma oração mais tranquila, mas não poderíeis ter outra mais benéfica e mais meritória. Porque a oração do sofrimento e da humilhação, sendo a mais crucificante de todas, é também a que melhor purifica a alma e a faz morrer mais rapidamente para si mesma, a fim de viver doravante exclusivamente em Deus e para Deus. Oh! Como amo essas orações em que permaneceis diante de Deus como um animal mudo, insensível a tudo e oprimido por tentações de toda a espécie! Que poderia haver de mais próprio para humilhar, confundir e aniquilar a vossa alma na presença da Divina Majestade? Era precisamente isso que Ele pretendia, esse foi o objetivo de todas as vossas aparentes misérias... Quanto à insensibilidade de que vos queixais, se ela não vos impede de cumprir os vossos deveres, de observar as vossas regras e de realizar todos os vossos exercícios de piedade, deveis considerá-la como uma provação enviada por Deus, provação que tendes em comum com todos os santos. Sede apenas fiéis! Aceitando-a, praticareis a paciência, a submissão e a humildade interior do modo mais meritório. Ela só prejudicará o amor-próprio, que irá pouco a pouco fazendo morrer e extinguirá mais eficazmente do que quaisquer mortificações exteriores. ... Nunca podereis chegar a uma completa desconfiança de vós mesmos e a uma confiança perfeita em Deus somente sem antes passardes por estes diversos estados de total insensibilidade e absoluta impotência. Estados verdadeiramente felizes, pois produzem resultados tão admiráveis!... Por outro lado, não há sacrifício mais agradável a Deus do que esta oblação total de um coração esmagado e ensanguentado. É um verdadeiro holocausto de suavíssimo perfume. As orações mais unctuosas e fervorosas, as mais severas mortificações voluntárias, nada têm que se lhes possa comparar, nada que sequer se aproxime da sua excelência.»[188]

São Francisco de Sales escreveu o seguinte a Santa Joana de Chantal: «“Mulher, porque choras?” (*Jo.* 20, 15). Mas não deveis permanecer mulher; deveis ter um coração viril. Desde que tenhais o firme propósito de viver e morrer ao serviço de Deus, não vos deveis inquietar com as trevas, com a impotência nem com os outros obstáculos ao vosso progresso. Não

podemos evitar tais obstáculos nesta terra; no Paraíso, porém, já não teremos nenhum a enfrentar. ... É vontade de Deus que a nossa miséria seja o trono da Sua misericórdia e a nossa impotência o assento da Sua omnipotência.»[189] O santo Bispo prossegue depois exortando a sua filha espiritual a permanecer humilde, tranquila, mansa e confiante no meio da sua impotência e obscuridade. Recomenda-lhe que evite toda a impaciência e agitação, que se resigne às trevas da sua alma e abrace a cruz com coragem, generosidade e firmeza.

ARTIGO IV — POBREZA ESPIRITUAL

Que outra coisa poderá resultar das trevas, da insensibilidade e da impotência senão a pobreza espiritual? Assim raciocina quem geme sob o peso desta provação. Engana-se, porém. Enquanto a parte superior da alma permanecer unida à vontade divina e fiel ao dever, as trevas, a insensibilidade e a impotência não conseguem elevar-se acima da parte inferior; por conseguinte, a pobreza que a alma sente não passa de uma ilusão da imaginação. Esta provação tão aflitiva é, na realidade, antes a fonte de uma grande riqueza espiritual, solidamente fundada na obediência e na humildade e seguramente protegida contra os estragos do amor-próprio.

Talvez exista aqui um equívoco. Deus governa-nos à Sua maneira, e nós esperávamos algo de diferente. Daí nasce a nossa perturbação. Para dela nos libertarmos, é necessário compreender melhor os desígnios divinos e entrar mais plenamente neles.

Não temos intenção alguma — Deus nos livre! — de desanimar as almas generosas. Desejamos apenas impedir que corram bem, mas na direção errada. Em regra, as nossas ambições são demasiado modestas. Muitas das graças que recebemos permanecem sem utilização, com o resultado de ficarmos muito aquém da sublime santidade e glória que Deus nos destinou. Devemos, portanto, deixar que as nossas aspirações à perfeição espiritual se elevem bem alto. Mas não esqueçamos que elas devem apoiar-se unicamente em Deus e regular-se de acordo com o Seu beneplácito, de modo que desejemos a nossa perfeição apenas como Ele a deseja. O desejo assim formado pode estar cheio de santo ardor, mas

permanecerá sempre calmo e submisso, porque tem o seu princípio na graça e a sua regra na vontade divina. Existe, porém, outra maneira de desejar a perfeição que não procede de Deus. É inspirada, em maior ou menor grau, pelo amor-próprio e segue, pelo menos em parte, a orientação da vontade própria. Por isso, denuncia-se pela ansiedade, pela agitação e pelo excesso de impaciência. E merece ser vigiada com o mesmo cuidado com que o desejo inspirado pela graça merece confiança. Devemos, pois, esforçar-nos com todo o ardor por atingir o objetivo da perfeição e, ao mesmo tempo, permanecer constantemente vigilantes contra as inspirações do amor-próprio.

Felizmente, Deus vem em nosso auxílio precisamente por meio das provações de que estamos a falar. Através delas concede-nos dois benefícios igualmente preciosos e necessários: favorece o nosso desejo de progredir, sustentando-nos poderosamente com a Sua graça invisível, e protege-nos contra os ataques do amor-próprio, deixando-nos uma viva impressão da nossa pobreza. Devemos, por isso, agradecer-Lhe este duplo efeito da Sua bondade, que aumenta a nossa riqueza espiritual e, ao mesmo tempo, coloca essa riqueza sob a segura guarda da humildade. Entraremos agora em mais pormenores, para expor com maior clareza uma verdade tão consoladora.

Trata-se dos nossos pecados e imperfeições? Digamos a Deus, do fundo do coração: «Detesto as minhas faltas e as minhas misérias. Com o auxílio da Vossa graça, estou resolvido a fazer tudo quanto estiver ao meu alcance para me libertar delas.» Ele virá em nosso auxílio, mas de tal modo que, ao mesmo tempo que nos assegura a vitória, fará crescer em nós o sentimento do desprezo por nós mesmos. Talvez a vã complacência se apoderasse de nós se nos víssemos cheios de coragem e de força. Dar-nos-á a graça de triunfar humildemente, isto é, conservando viva a consciência da nossa fraqueza e, por conseguinte, uma modéstia conveniente. Em vez de nos embriagarmos de orgulho, pensaremos apenas na nossa baixeza e no nosso nada. Este desprezo de nós mesmos tornar-nos-á muito agradáveis a Deus. E, por outro lado, quando tivermos chegado ao ponto de o nosso único prazer ser agradar a Deus, já nada mais nos poderá perturbar.

«Enquanto vivermos nesta terra», diz De Caussade, «não poderemos deixar de nos encontrar muito imperfeitos e miseráveis. Ora, quereis um remédio eficaz para todos os nossos males? Ei-lo: detestando os pecados que são a sua fonte, amai, ou pelo menos aceitai, as consequências desses pecados; isto é, os sentimentos de abatimento e de desprezo de vós mesmos que eles despertam em vós; mas sem inquietação, sem amargura, sem perturbação nem desânimo. Lembrai-vos de que Deus, sem querer o pecado, serve-Se dele, todavia, como de um instrumento muito útil para nos conservar na humilhação. É este conhecimento do nosso nada, cada vez mais claro, que tornou os santos tão profundamente humildes. Mas a humildade segundo Deus é perpetuamente alegre e pacífica. Tendes um vivo sentimento das vossas faltas e imperfeições. Isso só pode acontecer na medida em que Deus Se aproxima de vós, na medida em que viveis e caminhais na Sua luz. Com efeito, a luz divina, à medida que aumenta de brilho, permite-nos ver melhor o nosso interior e descobrir nele um abismo de miséria e de corrupção. Assim, este conhecimento de nós mesmos é um dos sinais mais seguros de que estamos a progredir nos caminhos de Deus.»[190]

Trata-se do nosso progresso nas virtudes? Digamos a Deus: «Senhor, desejo apenas agradar-Vos. Desejo o dom da oração, o espírito de mortificação, todas as virtudes. Peço-Vos tudo isso com todo o fervor de que sou capaz e estou resolvido a trabalhar incansavelmente para as adquirir. Contudo, a Vossa adorável vontade será sempre a regra dos meus desejos, por mais legítimos e santos que sejam. Levo muito a peito a minha santificação, porque essa é a Vossa vontade, mas apenas na medida, do modo e no tempo que Vos forem agradáveis.» Deus, na Sua infinita sabedoria e bondade, não pode deixar de aprovar este desejo de progresso que a Sua graça inspirou em nós. Conceder-nos-á, portanto, aquilo que Lhe pedimos. Mas, para proteger o nosso progresso, a nossa paciência, a nossa humildade, o nosso amor, o nosso abandono e todos os outros frutos da graça contra as usurpações do orgulho, esconde-os de tal modo aos nossos olhos que, por vezes, não conseguimos deixar de chorar sobre a nossa imaginária falta de todas as virtudes. Temos muito mais razões para agradecer esta ilusão. Com efeito, não há dom, por mais excelente que seja, que, depois de servir de meio de progresso, não possa tornar-se uma armadilha pelos artifícios da complacência em nós mesmos e pelos apegos

que mancham a alma. É por isso que Deus tem de nos retirar os Seus próprios dons. Mas retira-os apenas para no-los restituir cem vezes mais, quando nos tiver purificado dessa tendência viciosa que temos para nos apropriarmos, mesmo sem o sabermos, daquilo que não nos pertence. Por isso, ainda enquanto trabalhamos com uma santa avidez para enriquecer a nossa alma de virtudes, devemos dizer ao Senhor: «Meu Deus, aceito de bom grado ser privado, na medida em que Vos aprouver, do conhecimento das graças e do progresso que me concedeis e que Vos peço. Sou tão miserável que bastaria conhecer os Vossos dons para os transformar em veneno; e a maldita complacência do amor-próprio estraga a pureza de todas as minhas boas obras quase sem eu dar por isso e apesar de toda a minha vigilância. Assim, Senhor, sou eu próprio quem Vos ata as mãos, e suplico-Vos, pela Vossa bondade, que escondais dos meus olhos todos os dons e graças que a Vossa misericórdia Se digne conceder-me.»

Trata-se dos meios de santificação? Confiemos em Deus. Ele saberá escolher, para as almas fiéis, não os meios mais gloriosos nem aqueles que mais correspondem aos seus desejos e expectativas, mas os que lhes permitirão progredir com maior segurança e as estabelecerão mais solidamente no desprendimento e na humildade. Que mais poderíamos desejar? Em que consiste o serviço de Deus, senão em evitar o mal, guardar os mandamentos e empregar todas as nossas faculdades do melhor modo, segundo a vontade divina? E quando tudo isso podeis fazer, «por que desejais, com impaciente avidez, iluminações espirituais, sentimentos de devoção, doçuras interiores, facilidade de recolhimento e de oração, e todos os outros dons de Deus, se ainda não é vontade d'Ele conceder-vos essas graças? Não seria isso desejar a vossa perfeição da maneira que mais vos agrada, e não daquela que está conforme ao Seu beneplácito; seguir a vossa própria vontade em vez da Sua; atender mais ao que vos agrada do que ao que Lhe agrada a Ele; numa palavra, querer servir o vosso capricho em vez da vontade divina? Deverei então resignar-me a passar o resto da minha existência mortal entregue à minha pobreza, à minha fraqueza e às minhas misérias? Certamente, se essa for a vontade de Deus.» Além disso, essa pobreza é apenas aparente. Na realidade, é riqueza. Porque «ser precisamente aquilo que Deus quer que sejamos é ser muito rico», e constitui elevada perfeição aceitar de bom coração tudo aquilo que Ele Se digna atribuir-nos. Não sabeis que é até um sinal de virtude heroica

suportar, com paciência e constância, as nossas misérias, fraquezas, pobreza espiritual, trevas interiores, insensibilidade, distrações, desvarios e extravagâncias da mente e da imaginação, ao mesmo tempo que fazemos o melhor que podemos para progredir? Foi isso que levou São Francisco de Sales a declarar que, quando aspiramos à perfeição, temos tanta necessidade de praticar a paciência e a mansidão para connosco como para com o próximo. Suportemo-nos, pois, a nós mesmos nas nossas misérias, imperfeições e faltas, do mesmo modo que Deus quer que suportemos semelhantes defeitos nos outros.

Assim, o sentimento da nossa pobreza espiritual não deve inquietar-nos quanto ao presente, desde que tenhamos uma vontade verdadeiramente boa. «Estais a avançar com segurança», diz São João da Cruz. «Deixai-vos conduzir e permanecei tranquilo. Nunca fostes tão bom como agora, porque nunca fostes tão humilde e submisso. Nunca pensastes tão pouco em vós mesmo e em todas as coisas do mundo. Nunca vos julgastes tão mau. Nunca compreendestes tão profundamente a bondade de Deus, nem O servistes com tão grande desinteresse e pureza de intenção. Nunca renunciastes tão completamente às imperfeições da vossa vontade e aos vossos interesses pessoais, que talvez procurásseis desordenadamente em tempos passados.»[191] Quanto ao futuro, resta-vos apenas procurar amar a santa humilhação, o desprezo e o horror de vós mesmo que nascem da viva consciência da vossa pobreza espiritual. Quando conseguirdes fazê-lo, tereis dado mais um passo, decisivo, no caminho da perfeição. A vossa pobreza aparente, bem compreendida e humildemente suportada, é um dos mais ricos tesouros que se podem adquirir nesta vida, porque o sentimento dela produz uma profunda humildade. Por meio dela, Deus impede a alma de apoiar a sua confiança e a sua complacência em si mesma e de adormecer numa tranquilidade ociosa. Obriga-a a trabalhar pela sua salvação com temor e tremor. E, por isso mesmo, ela procura o seu apoio unicamente n'Ele; desconfia de si própria, vigia e reza, pratica a mortificação e estimula a sua atividade espiritual, para tornar segura a sua vocação e eleição.

CAPÍTULO XIII — Do Abandono nas Variedades Espirituais do Caminho Comum (continuação): A Paz, os Temores e os Escrúpulos

ARTIGO I — A paz

A paz da alma é um bem sumamente desejável, não apenas pela doçura que encerra, mas também, e muito mais, pela força que comunica e pelas condições favoráveis em que nos coloca. É quase indispensável para quem se propõe viver uma vida interior. Por isso, na Sagrada Escritura, o Senhor quer ser chamado o Deus da paz. O nosso divino Salvador, ao nascer, fez os Anjos cantarem: «Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade.» Depois da Sua Ressurreição, quando aparecia aos Seus discípulos, saudava-os frequentemente com estas palavras tão comovedoras: «A paz esteja convosco.» Os Apóstolos adotaram o mesmo costume no início das suas Epístolas. E o próprio Espírito Santo convida-nos a «procurar a paz e a segui-la» (*Sl.* 33, 15).

Mas, se existe uma boa paz, existe também uma falsa paz. A verdadeira paz é a tranquilidade da ordem. Para a alcançar, é necessário que haja ordem nos nossos pensamentos, nos nossos afetos, na nossa vontade, nas nossas ações e nos nossos sofrimentos. Isto é, a nossa vontade deve permanecer sempre submissa à vontade de Deus, pela obediência e pela resignação. De outro modo, haverá desordem e, consequentemente, o contrário da paz. Pois «quem resistiu ao Senhor e ficou em paz?» (*Job* 9, 4). Só existe, portanto, a santa paz.

A falsa paz é a tranquilidade que se encontra na tibieza ou no pecado. «Não há paz para os ímpios, diz o Senhor» (*Is.* 48, 22): isto é, não há verdadeira paz. Deus usa de grande misericórdia para com os pecadores quando os atormenta com os remorsos da consciência, a fim de os despertar do seu letargo fatal. A sua maior desgraça seria permanecerem tranquilos nos seus pecados. O mesmo se pode dizer, guardadas as devidas proporções, da alma tíbia. Ela nunca poderá gozar de uma paz verdadeira e profunda, porque a sua vontade não é inteiramente reta e é arrastada em sentidos opostos por demasiadas paixões ainda não mortificadas. Se chegasse a sentir-se satisfeita num estado tão lamentável, isso seria um sinal alarmante: significaria que começa a ser atingida pela cegueira espiritual,

que o seu coração endurece e a sua consciência adormece. A verdadeira paz pertence apenas aos homens de boa vontade. E possui tantos graus quantos os da boa vontade. A maior parte dos cristãos observa a lei divina e submete-se às disposições da Providência apenas de modo imperfeito e mais pelo temor do inferno ou pelo desejo do Céu do que por amor de caridade. São, por conseguinte, menos filhos e amigos de Deus do que mercenários e servos. Não devem, pois, esperar gozar daquela paz profunda e perfeita prometida aos que amam a lei de Deus (*Sl.* 118, 166). Do mesmo modo, como diz Grou, «a paz das almas devotas, que ainda não se abandonaram completamente a Deus, é muito fraca, instável e facilmente perturbada, quer pelos escrúpulos de consciência, quer pelo temor dos juízos de Deus, quer pelas diversas vicissitudes da vida. Quando é, então, que esta paz íntima, sólida e, de certo modo, inalterável, cria raízes na alma? Precisamente no momento em que ela se entrega sem reservas a Deus.»[192] Mal toma essa resolução, começa a sua pacificação. Esta desenvolve-se e fortalece-se à medida que a alma se desprende de todas as criaturas para pertencer unicamente a Deus. Ela sofria porque, enquanto o amor de Deus a inclinava para o dever, o amor-próprio a arrastava para os prazeres dos sentidos ou para as satisfações intelectuais. Havia uma longa luta entre a graça e a natureza. Mas agora que despreza a própria vontade e segue apenas a vontade de Deus, cessou o conflito e a ordem foi restabelecida. Daqui em diante, toda a inquietação, preocupação e agitação devem desaparecer, dando lugar à tranquilidade e até ao contentamento. E quando a alma tiver progredido a ponto de possuir aquela perfeita liberdade de espírito que São Francisco de Sales recomendava a Santa Joana de Chantal, liberdade que não se apega nem ao que é bom, nem ao que é consolador, nem sequer aos próprios exercícios espirituais, mas unicamente à vontade de Deus, para que só ela reine na alma, então gozará de uma paz que nada poderá perturbar.

Esta paz é uma recompensa antecipada dos nossos trabalhos, uma força que nos sustenta nas provações e um sinal do progresso realizado. Quanto mais íntima e firme ela se torna, e quanto mais superior se mostra a tudo aquilo que outrora nos perturbava, tanto mais evidente é que avançámos solidamente na virtude, desprendendo-nos de todas as coisas para nos unirmos apenas à vontade de Deus; de tal modo que a perfeição da paz e a perfeição da santidade caminham sempre juntas e são inseparáveis, salvo

por uma disposição especial da Divina Providência. Esta paz tão desejável é um resultado natural da lógica dos acontecimentos e, por isso, subsiste mesmo no meio das provações mais dolorosas.

Além disso, quando Lhe agrada e da maneira que Lhe agrada, Deus infunde na alma uma paz superabundante e mais sensível, uma paz que ela nunca antes experimentara, uma paz que a enche de inefável contentamento e lhe inspira um profundo desgosto por todas as coisas terrenas. Contudo, ainda que a alma permaneça perfeitamente fiel, pode Deus, segundo o Seu beneplácito, recusar-lhe esta superabundância de bem-estar interior; pode privá-la do sentimento de paz que ordinariamente acompanha a prática da virtude e deixar-lhe apenas uma paz seca e sem emoção. Também pode permitir, conforme Lhe aprouver, que o inimigo das nossas almas procure lançar-nos na perturbação, na inquietação e na agitação. Que fazer então? Devemos unir-nos cada vez mais exclusivamente à vontade de Deus e abandonar-nos sem receio nos braços do nosso Pai do Céu. Porque Ele nada faz nem permite senão para o maior bem da nossa alma. E enquanto permanecermos unidos unicamente à Sua vontade, pela fé, pela confiança e pelo amor, nenhum poder deste mundo poderá causar-nos o menor dano.

Existem, pois, até mesmo duas espécies de boa paz. Uma é sensível, doce e deliciosa. Não depende de nós; mas não é necessária e, além disso, pode tornar-se um alimento secreto do amor-próprio. A outra é quase impercetível. Reside no centro mais íntimo da alma, na ponta mais fina do espírito. Ordinariamente é seca e sem consolação; podemos possuí-la mesmo no meio das tribulações mais penosas. Sendo puramente espiritual, está menos sujeita às apropriações do amor-próprio e deixa um campo mais livre à ação da graça. Deus habita nela como no seu elemento próprio, enquanto, no mais profundo do coração, realiza as Suas operações maravilhosas, embora secretas e quase impercetíveis. Na verdade, essas operações só podem ser reconhecidas pelos seus efeitos, isto é, quando, sob a influência benéfica desta paz, nos descobrimos suficientemente fortes para permanecer firmes no meio de aridezes persistentes, tentações, violentas agitações e das mais inesperadas aflições. Se descobris em vós esta paz seca, esta tranquilidade resistente à provação, tendes motivo para agradecer a Deus. Ela basta para vos sustentar no cumprimento dos vossos deveres; só ela é necessária para o vosso progresso na virtude. Conservai-a,

portanto, como um tesouro sem preço. Desenvolvendo-se pouco a pouco, tornar-se-á um dia a vossa maior felicidade nesta vida. Mas, antes de lá chegar, será necessário passar por muitos combates e alcançar muitas vitórias.

Se Deus permitir que a nossa natureza ou o demónio nos assaltem com tentações, ou que provações e dificuldades nos sobrevenham de todos os lados, façamos o melhor que pudermos e não percamos a paz. Os pensamentos e sentimentos que atormentam, enfraquecem e desanimam uma alma generosa não vêm de Deus. É o demónio que procura roubar-nos a tranquilidade e a força de que necessitamos para o vencer. Não cometamos o erro de considerar a adversidade, ou mesmo a revolta das nossas paixões, como sinal de que Deus nos abandonou. Enquanto a nossa vontade Lhe permanecer fiel, Ele está muito perto de nós, ocupado com amor na obra de nos curar e de nos tornar melhores. Enquanto nos desprende e humilha, sustenta-nos continuamente com a Sua graça invisível; e continuará a assistir-nos até ao fim, contanto que tenhamos boa vontade para rezar e combater. Se compreendêssemos verdadeiramente o valor destes sofrimentos e combates, em vez de nos entristecermos, estaríamos continuamente a agradecer a Deus por no-los enviar. Porque «não podemos saborear as consolações dos filhos de Deus sem antes termos sido provados pelas suas amargas tribulações; não podemos alcançar a paz senão através da guerra, nem gozá-la antes da vitória.»[193]

Temos, pois, de vencer-nos a nós mesmos. Durante a tentação, as paixões excitadas são, segundo a comparação de Santa Teresa de Jesus, como animais impuros e répteis venenosos que se agitam no pátio do castelo da nossa alma. Não nos detenhamos a olhá-los; fujamos com toda a rapidez e subamos à parte mais elevada, ao santuário mais íntimo onde Deus habita. E aí, diante d'Ele, derramemos o nosso coração em protestos de amor e fidelidade, em repetidas orações e súplicas. Esta sábia mudança de atenção fará muitas vezes com que esqueçamos esses répteis ferozes e terá sempre o efeito de atrair sobre nós a graça de Deus, assegurando assim a nossa vitória.

Além disso, em todas as nossas provações, como tentações, doenças, aridezes, adversidades, humilhações, desprezos, perseguições, etc., o grande

meio para conservar a paz consiste numa submissão humilde e amorosa ao beneplácito de Deus. «Oh! Quanto desejo», diz De Caussade, «que tivésseis mais confiança em Deus, mais abandono à Sua sábia e omnipotente Providência! É a Providência que regula todos os acontecimentos desta vida, até os mais pequenos. Ela faz concorrer tudo para o bem daqueles que nela depositam uma confiança perfeita e se abandonam sem reservas ao seu governo paternal. Oh! Que frutos de paz interior produz esta confiança e este abandono! Como vos libertariam depressa e completamente da tirania das preocupações, multiplicadas ao infinito, sempre inquietantes e atormentadoras! Não espereis, porém, atingir de um só salto tão elevado grau de perfeição, mas antes pouco a pouco, passo a passo e por progressos quase impercetíveis. Contudo, deveis aspirar sempre a este abandono filial; deveis pedi-lo a Deus e exercitar-vos em atos dele. Não vos faltarão ocasiões. Aproveitai-as e procurai dizer em cada uma delas: “Sim, meu Deus, Vós quereis ou permitis isto. Muito bem! Também eu o quero por puro amor de Vós. Ajudai e sustentai a minha fraqueza.” Mas tudo deve ser feito suavemente, sem esforço, e com a ponta mais delicada do espírito, apesar das revoltas e repugnâncias interiores, das quais não deveis fazer caso, senão para as suportar com paciência e assim as transformar em sacrifícios.»[194] Devemos mesmo esforçar-nos por chegar ao ponto de «amar as nossas cruzes, pois foi o próprio Deus quem as preparou para nós e quem continua a prepará-las todos os dias. Deixemo-nos inteiramente nas Suas mãos: só Ele sabe o que convém melhor a cada um de nós. Se permanecermos assim firmes, submissos e humildes sob todas as cruzes que nos envia, acabaremos por encontrar nelas, se Ele assim o julgar oportuno, o verdadeiro repouso da nossa alma. Então gozaremos de uma paz imperturbável, quando, pela nossa docilidade, tivermos merecido que Deus nos faça experimentar a unção toda divina ligada à cruz desde a hora em que Jesus Cristo nela morreu para a salvação de nós, pecadores.»[195]

Mas, se agradar a Deus conceder-nos, mesmo permanecendo fiéis ao dever e humildemente submissos, apenas uma paz seca e continuamente assediada por múltiplas provações, devemos abandonar-nos ao Seu beneplácito nisto como em tudo o mais. Ele ama-nos e sabe muito melhor do que nós aquilo de que a nossa alma necessita ou o que mais lhe convém. Só uma coisa devemos temer: preferir a nossa própria vontade à vontade divina. «Para evitar este perigo, devemos aprender a querer exatamente

aquilo que Deus quer em cada momento e em todos os acontecimentos. Eis o caminho mais seguro, mais curto e — ouso dizê-lo — o único caminho para a perfeição. Todos os outros estão sujeitos a ilusões e infestados pelo amor-próprio e pelo orgulho.»[196]

ARTIGO II — Diversos temores

Lembremo-nos, antes de tudo, de que o direito à paz tem o seu fundamento e a sua medida na boa vontade, e de que, para merecermos uma paz profunda, é necessário que a nossa vontade esteja plenamente conforme com a vontade de Deus. Mesmo assim, a nossa paz não fica absolutamente ao abrigo dos perigos futuros. Por conseguinte, devemos tomar as necessárias precauções da vigilância e da oração.

Dirigimo-nos agora exclusivamente às almas generosas e prudentes. Muitos receios se levantarão para as assaltar e ameaçar perturbar a sua paz, por mais solidamente estabelecida que esteja. Para as tranquilizar, começaremos por citar as seguintes palavras de Grou:

«I. Deus nunca perturba uma alma que sinceramente deseja aproximar-se d'Ele. Adverte-a, repreende-a, até com severidade, mas não a perturba. Ela reconhece as suas faltas, arrepende-se delas, repara-as: tudo pacificamente. Portanto, se uma alma assim se sente perturbada, a perturbação vem sempre dela própria ou do demónio. Deve, por isso, fazer tudo o que puder para dela se libertar.

II. Todo o pensamento, toda a ansiedade vaga, geral, sem objeto determinado e preciso, não pode vir nem de Deus nem da consciência, mas exclusivamente da imaginação. Temos medo de não termos dito tudo o que era necessário na confissão, de não nos termos explicado suficientemente, de não termos tido verdadeira contrição, de não possuirmos as disposições convenientes para a Comunhão, e assim por diante, com mil outros receios vagos com que nos inquietamos e atormentamos. Nada disto vem de Deus. Se por vezes Ele nos repreende, as Suas repreensões têm sempre um objeto claro, preciso e determinado. Devemos, portanto, desprezar todos estes receios e ignorá-los corajosamente.»[197] O caso seria, porém, muito

diferente se a nossa consciência nos acusasse formalmente de alguma falta concreta.

Encontramos em De Caussade instruções muito úteis a respeito de uma multidão de temores. Como seria incómodo citá-las todas, limitar-nos-emos às principais.

Há, por exemplo, o temor dos homens. «Seja o que for que eles façam ou digam, certamente nada podem fazer senão aquilo que Deus quer ou permite, nada que Ele não possa utilizar para a realização dos Seus misteriosos desígnios. Banamos, pois, tais receios e entreguemo-nos sem reservas à direção da Sua Providência. Ela dispõe de muitos recursos secretos, mas infalíveis. Deus não é menos capaz de realizar os Seus desígnios por meios aparentemente os mais contrários do que o foi ao refrescar os Seus servos no meio de uma fornalha ardente ou ao fazê-los caminhar sobre as águas. Experimentaremos nós mesmos esta proteção paternal da Divina Providência na medida em que lhe confiarmos inteiramente a nossa vida com abandono filial.»

Há o temor do demónio e das ciladas que ele continuamente nos arma de todos os lados, tanto interior como exteriormente. Mas Deus está sempre com a alma que vigia e reza; e não é Ele infinitamente mais poderoso do que todo o inferno? Além disso, este mesmo temor, quando bem ordenado, é uma das graças que nos ajudam a frustrar os desígnios do maligno. «Quando a este humilde temor unimos uma confiança ilimitada em Deus, somos sempre vitoriosos, exceto talvez em algumas escaramuças de pouca importância, nas quais Deus permite que soframos pequenos reveses para maior bem nosso. Com efeito, tais quedas servem para nos conservar sempre pequenos e confundidos diante d'Ele, sempre desconfiados de nós mesmos, sempre aniquilados aos nossos próprios olhos. Quanto às faltas mais graves, nunca as cometeremos enquanto estivermos preocupados com este temor de desagradar a Deus. O próprio temor deve bastar para nos tranquilizar, porque é um dom da mesma mão que invisivelmente nos sustenta. Pelo contrário, é quando deixamos de temer que temos mais motivo para temer. Todo o estado espiritual se torna suspeito quando exclui qualquer temor, mesmo aquele que se chama casto e filial, isto é, um temor

suave e pacífico, sem inquietação nem agitação, por causa do amor e da confiança que sempre o acompanham.»

«Para quem ama a Deus, nada pode ser mais aflitivo do que o receio de O ofender, nada mais horrível do que ver o espírito cheio de maus pensamentos e sentir o coração arrastado pela força da tentação, apesar de todos os esforços para lhe resistir. Mas nunca meditastes nas numerosas passagens da Sagrada Escritura em que o Espírito de Deus nos ensina a necessidade das tentações e as preciosas vantagens que elas proporcionam às almas que não se deixam vencer? Não sabeis que as tentações são comparadas ao forno onde o barro adquire consistência e o ouro o seu brilho; que são apresentadas como motivo de alegria, como sinal da amizade de Deus, como lições indispensáveis para adquirir a ciência dos santos? Se conservásseis estas verdades consoladoras na memória, como poderíeis deixar-vos cair no abismo da tristeza? É verdade que tais tentações nunca vêm de Deus; mas não é Ele quem sempre as permite para nosso bem? E não devemos adorar essas santas permissões em tudo, exceto no pecado, que Ele detesta e que também nós devemos detestar? Tende, pois, cuidado em não vos deixardes perturbar nem inquietar pelas tentações. Isso seria muito pior do que as próprias tentações.»

Sem dúvida, devemos desconfiar de nós mesmos e tomar todas as precauções necessárias para evitar a tentação. Mas um medo excessivo seria uma ilusão. «Nunca fujais das ocasiões que Deus vos proporciona para adquirirdes mérito e praticardes a virtude, sob o miserável pretexto de que, evitando o combate, evitais também o perigo de cometer faltas. Será assim que procedem os soldados dos príncipes deste mundo? E não somos nós soldados de Jesus Cristo? Corai da vossa cobardia! E, doravante, sempre que encontrardes uma contradição ou uma humilhação, dizei a vós mesmos que chegou o momento de provar ao vosso Deus a sinceridade do vosso amor por Ele. Confiai na Sua bondade e no poder da Sua graça. Essa confiança assegurar-vos-á a vitória. E mesmo que venhais a cair em algumas faltas, o prejuízo será facilmente reparado; além disso, nada será em comparação com as imensas vantagens que tereis alcançado pelos vossos esforços no combate, pelo mérito da vitória final e até pela humilhação causada por essas pequenas faltas. Pelo contrário, a timidez que vos levasse a fugir das tentações que Deus quer para vós arrastar-vos-ia

para outras mais perigosas, diante das quais não sentis igual desconfiança. Pois que tentação pode ser mais evidente e grosseira do que a tentação do desânimo e da convicção de que nunca conseguireis progredir na vida interior?»

Sem dúvida, devemos ter um horror soberano ao pecado e exercer a maior vigilância para o evitar. Mas não devemos confundir o pecado com a tentação. Mesmo os assaltos mais persistentes, a revolta das paixões, as violentas repugnâncias e atrações, as imaginações e as sensações podem muito bem limitar-se à parte inferior da alma, produzir-se aí sem qualquer consentimento livre da nossa vontade e, por conseguinte, não só sem pecado algum, mas até com grande mérito. Quando a tentação é ligeira, podemos ter uma consciência clara de que recusamos o consentimento. Mas a situação é muito diferente «quando Deus permite que sejamos assaltados com grande violência. Então, por causa da agitação muito intensa, embora involuntária, da parte inferior da alma, a vontade encontra extrema dificuldade em perceber os seus próprios movimentos e permanece, por isso, mergulhada em grande receio e perplexidade quanto a saber se consentiu ou não.

Nada mais é preciso para lançar as almas generosas numa terrível agonia de dor e remorso, que Deus permite para pôr à prova a sua fidelidade. Aqui, mais do que em qualquer outro caso, devem seguir cegamente os conselhos daqueles que têm a missão de as dirigir. Um confessor, que julga a sua consciência com serenidade e calma, está mais habilitado do que elas próprias para descobrir a verdade. Conhece as suas disposições habituais, a delicadeza da sua consciência e a sua generosidade manifesta; ao mesmo tempo, a profunda aflição que experimentaram depois da tentação e o receio excessivo de terem sucumbido bastam, por si sós, para provar que não deram um consentimento pleno e deliberado. Na verdade, é impossível passar tão rapidamente de um horror supremo ao mal para uma aceitação livre e completa dele, pelo menos sem se dar conta dessa mudança. Além disso, sabemos pela experiência que aqueles que realmente sucumbem à tentação nunca experimentam tais dores nem tais receios. Quanto maiores estes forem, tanto mais forte é a prova a favor da alma tentada.»[198] Para as almas que amam a Deus, o receio de estarem em inimizade com Ele é um tormento terrível. Mas é possível que Deus queira

conservá-las nesta agonia crucificante para uma purificação mais profunda. Consoladas por algum tempo pelas garantias do diretor espiritual, à primeira repetição da tentação voltarão às mesmas perplexidades, enquanto Deus Se dignar prová-las no cadinho da aflição. Devem apenas repetir o mesmo *fiat* submisso perante esta cruel incerteza, como em todas as outras provações, entre as quais dificilmente se encontrará alguma mais útil.

ARTIGO III — O TEMOR DE DEUS, JUSTO E SANTO

Purificação perfeita, humildade profunda e abandono heroico

Cometemos muitas faltas que são demasiado reais. Chega, porém, o momento em que Deus grava na nossa alma um sentimento muito vivo, por um lado, dos nossos pecados e misérias e, por outro, da sua infinita santidade e dos seus justos juízos. Então, como já dissemos, tremendo de medo diante da Majestade infinitamente santa, perguntamo-nos, numa angústia torturante: que será de nós? Chegaremos sequer a salvar-nos? Quando esta prova se prolonga e se renova frequentemente, torna-se ao mesmo tempo uma graça preciosíssima e um severo purgatório. A maneira de a suavizar e de aproveitar ao máximo a luz que ela traz consiste em conformarmo-nos, com inteira confiança e generosidade, aos desígnios de Deus. Ora, por meio desta aflição, Ele quer produzir na nossa alma três efeitos de graça igualmente desejáveis: pureza perfeita, humildade profunda e abandono heroico.

Em primeiro lugar, pretende completar a nossa purificação pela angústia infligida ao amor-próprio. Há já muito tempo que recordamos os nossos pecados passados na amargura da alma; temos procurado apagá-los, expiá-los e curar as suas consequências. Já não existem faltas habituais; até as mais pequenas negligências são combatidas. A alma alcançou já um elevado grau de pureza. E, no entanto, o Deus justo e santo mergulha-a repetidas vezes no banho do amor arrependido, para que seja ainda mais perfeitamente purificada e curada. Tão grande é a pureza exigida de quem deve ser admitido na intimidade do Divino Mestre! Além disso, mesmo quando já fomos purificados dos nossos pecados, permanecem em nós tendências viciosas de que mal nos apercebemos, uma subtil procura de nós próprios até nas coisas mais santas; por exemplo, a repugnância pelo

sacrifício, a procura das delicadas e suaves consolações da devoção, o medo das humilhações, a complacência nos próprios méritos, a confiança em nós mesmos, etc. Tristes restos do amor-próprio, tanto mais perniciosos quanto são extremamente hábeis em disfarçar-se e até em fazer-se amar. Quem no-los descobrirá e nos curará deles? As nossas práticas diárias de contemplação e penitência já começaram essa obra. Para a levar a bom termo, Deus, que nos ama com um amor firme e esclarecido, priva-nos repetidamente do sentimento da sua doçura e sujeita-nos, além disso, a um regime de sofrimentos interiores e de humilhações escolhidos e medidos com infalível sabedoria. Faz largo uso das obscuridades do espírito, da insensibilidade do coração, da impotência da vontade e, se necessário, até das tentações mais humilhantes. Finalmente, há esses raios de luz penetrante que, quando Lhe apraz, projeta sobre os nossos pecados e a sua justiça, sobre as nossas misérias e a sua santidade. Começamos então a conhecer-nos a nós mesmos e a conhecer Deus. E aquilo que vemos com tanta clareza é, em nós, um abismo de corrupção e, n'Ele, um abismo de pureza. Quem poderá descrever os sentimentos da pobre alma perante este espetáculo? A sua vergonha e o seu terror ao ver-se tão miserável; o seu ardente desejo de se lançar, toda trémula e cheia de arrependimento, aos pés do Deus três vezes santo; com que sinceridade reconhece as suas faltas; com que submissão aceita as penas que lhes são devidas; e como se sente grata ao bom Mestre, que Se digna, apesar de tudo, sustentá-la ainda e até honrá-la com a ternura do seu amor ciumento! Porque ela sabe, como que por instinto, que Ele continua a amá-la. Por mais irado que pareça, ataca apenas as suas misérias. Procura libertá-la delas, para que se torne toda bela aos seus olhos e pertença inteiramente a Ele. Se a faz sofrer, é apenas para a curar. Os próprios rigores têm a sua origem no seu ardente amor por ela e não fazem senão manifestar o seu santo ciúme. Esta misteriosa severidade da Providência é, na verdade, um purgatório antecipado, extremamente doloroso e extremamente salutar, onde os nossos pecados e imperfeições são consumidos como a palha na fornalha.

Deus quer conduzir-nos, por este caminho, ao cume da humildade, à sublimidade dessa virtude rara e infinitamente desejável. O nosso santo Pai, São Bento, assegura-nos que a humildade nos levará em breve ao amor perfeito que expulsa o temor, a esse estado feliz em que as virtudes se tornam tão familiares que se praticam, por assim dizer, naturalmente, na

alegria do Espírito Santo. Mas temos doze degraus a subir, e alguns deles são muito difíceis. Chegaríamos nós alguma vez ao cimo se Deus não nos concedesse um auxílio especial? Esse auxílio especial oferece-no-lo precisamente nestas dores espirituais, sobretudo naquela luz penetrante que ilumina, de um lado, a sua justiça e a sua santidade e, do outro, os nossos pecados e imperfeições. Quando nos faz experimentar a amargura das aridezes e dos fracassos, quando nos entrega às trevas, à insensibilidade e à impotência, quando permite que sejamos assaltados pelas tentações mais horríveis, quando imprime na nossa alma um vivo sentimento da sua justiça e dos nossos pecados, da sua santidade e da nossa corrupção, então torna-se muito fácil receber em silêncio as contradições e as humilhações, contentar-nos com toda a espécie de abatimento, considerar-nos servos inúteis, não nos preferirmos a ninguém e ocupar prontamente, sem comparação com os outros, o último lugar. As mais belas meditações sobre a humildade e todas as consolações divinas que poderíamos experimentar talvez nunca dessem o golpe mortal ao nosso orgulho; poderiam até deixar-nos excessivamente satisfeitos connosco próprios. Mas as provações e iluminações de que estamos a falar inspiram-nos, como que naturalmente, temor, desprezo e horror de nós mesmos. É por isso que os santos, mesmo no auge das suas virtudes, se consideravam o opróbrio dos homens, o refugo do mundo, instrumentos apenas capazes de prejudicar a obra de Deus, pecadores capazes de atrair sobre as cidades que os acolhiam a vingança do Céu. Muitas vezes o bom Mestre os elevava e inundava as suas almas de consolações. Mas, sempre que o julgava necessário, tornava a abatê-los, reduzindo-os ao nada aos seus próprios olhos e até aos olhos do mundo. Depois de passarmos repetidamente por estas amargas humilhações, depois de contemplarmos suficientemente esse abismo de miséria que somos, dificilmente voltaremos a sentir complacência em nós mesmos ou a depositar confiança nas nossas próprias luzes e méritos. Antes, tornar-nos-emos muito pequenos, como que por instinto, diante dos olhos de Deus. Sentiremos a necessidade de nos apoiarmos na sua infinita bondade, de nos lançarmos sem reserva no abismo da sua misericórdia, que ultrapassa incomparavelmente o abismo da nossa miséria. Aqui está o triunfo da humildade e, como resultado inesperado, também o triunfo da verdadeira confiança: não daquela que se funda em nós mesmos, mas daquela que repousa inteiramente só em Deus.

A confiança heroica, o abandono e os escrúpulos

É vontade de Deus conduzir-nos a esta confiança perfeitamente pura e, ouso dizê-lo, heroica. Nada é mais fácil do que lançar-nos nos braços de Deus quando Ele nos cumula de favores e nos inunda com as provas da sua ternura. Mas é necessária uma grande coragem para proceder assim no estado de que estamos a falar, que parece tão miserável e tão pouco tranquilizador. Com efeito, é necessária uma superabundância de fé, de confiança e de amor para dizer a Deus, apesar de todos os nossos terrores: «Senhor, a vossa justiça e a vossa santidade enchem-me de temor. Mas conheço a bondade infinita do vosso Coração, a vossa inesgotável paciência, a vossa misericórdia sem limites, de que tantas vezes já fiz experiência. A minha alma e o meu destino eterno são as duas coisas que mais prezo no mundo. Confio-vos ambas. Estarão mil vezes mais seguras nas vossas mãos do que nas minhas, porque nada temo tanto como a minha própria fraqueza.» Oh! Como esta confiança filial toca o Coração de Deus! Nunca o abandono O honra e alegra tanto. E nunca, acrescentemos, o abandono é mais plenamente justificado. Não é verdade que os verdadeiros fundamentos da nossa confiança permanecem inabaláveis no meio de todas as nossas perturbações e angústias? Pois em que consistem eles, senão na bondade, no poder e nas promessas de Deus, e nos méritos de Nosso Senhor Jesus Cristo? A santidade das nossas boas obras não é o motivo da nossa confiança, mas apenas a condição necessária. E nunca, certamente, essa condição foi tão bem cumprida. Porque estas terríveis provações e estas luzes penetrantes purificaram a nossa alma e fizeram-na avançar até ao grau de humildade necessário para preparar a ação divina. Em última análise, é a falta de confiança e o desânimo que ela inspira que constituem o principal obstáculo aos desígnios de Deus. São mesmo o único perigo que devemos recear, mas um perigo muito sério, porque podem precipitar-nos no abismo do desespero ou, pelo menos, entregar-nos à pusilanimidade. Pelo contrário, a confiança e o abandono secam esta fonte envenenada de temor, inquietação, agitação e abatimento. Precisamente porque nos unem santamente ao beneplácito de Deus, conservam a paz da alma, a tranquilidade do espírito e a firmeza da vontade; além disso, aliviam a dureza das provações e fazem-nas produzir uma abundante colheita das mais belas virtudes.

Seja qual for a amargura e a duração destas provações, devemos suportá-las de tal modo que sirvam para nos purificar cada vez mais e nos radicar ainda mais profundamente na humildade. Por isso, devemos ter o maior cuidado em perseverar firmemente na confiança e no abandono, quer seja o próprio Deus a inspirar-nos diretamente estes santos sentimentos, quer nos deixe, com o auxílio da sua graça, produzi-los e conservá-los. Uma vez que a sua adorável vontade deve ser a regra e a medida dos nossos desejos, mesmo dos mais santos, devemos procurar estar sempre satisfeitos com tudo o que Ele determina ou permite. Deve bastar-nos que Ele esteja satisfeito; e estará sempre satisfeito enquanto formos perfeitamente submissos. Não é necessário que estejamos satisfeitos connosco próprios. Pelo contrário, «o sinal mais seguro do nosso progresso é a convicção da nossa miséria. Tornamo-nos ricos na medida em que nos julgamos pobres, na medida em que somos interiormente humilhados, desconfiados de nós mesmos e dispostos a colocar a nossa confiança unicamente em Deus.» Longe de nos deixarmos abater pelas provações, se permanecermos submissos, confiantes e generosos, antes bendiremos a Deus por elas. «Porque são, na realidade, uma graça admirável, muito mais preciosa e mais segura do que as consolações a que sucederam. Não resistais. Deixai-vos humilhar, abater, reduzir ao nada. Nada é mais eficaz para purificar a vossa alma. E não podeis apresentar-vos à Sagrada Comunhão com uma disposição mais conforme ao estado de aniquilamento a que Jesus Cristo Se reduziu por vós neste mistério. Ele não poderá repelir-vos quando vos vir aproximar tão humilhado e esmagado sob o peso das vossas numerosas misérias.» Assim fala De Caussade. E continua: «Nunca encontrei alguém afligido por estas luzes penetrantes e humilhantes para quem elas não se tenham revelado graças singulares de Deus e que nelas não tenha encontrado, juntamente com o verdadeiro conhecimento de si mesmo, essa sólida humildade de coração que é o fundamento de toda a perfeição… Vós tremeis perante o estado a que vos vedes reduzido, e eu, pelo contrário, bendigo a Deus por isso. Há apenas uma mudança que desejaria ver em vós: gostaria de vos ver acrescentar paz, submissão, confiança e abandono ao vosso aniquilamento. Então deixarei de ter qualquer receio a vosso respeito.»[199]

ARTIGO IV — Os escrúpulos

Os escrúpulos não são delicadeza de consciência, mas apenas a sua contrafação. Uma consciência delicada e devidamente formada não confunde a imperfeição com o pecado, nem o pecado venial com o mortal. Julga retamente todas as coisas. Mas ama tanto a Deus que receia desagradar-Lhe em tudo. Tem tanto zelo pela perfeição que deseja evitar até a sombra do mal. Por isso, está cheia de luz, de amor e de generosidade. Os escrúpulos, pelo contrário, fundam-se na ignorância, no erro ou num juízo defeituoso. São fruto de um espírito perturbado. Exageram as obrigações e as faltas, chegando até a vê-las onde elas não existem. Por outro lado, acontece muitas vezes que deixam de reconhecer faltas e deveres bem reais. Pode alguém ser escrupuloso, até ao ridículo, em certos pontos e, ao mesmo tempo, escandalosamente relaxado noutros.

Os escrúpulos são a peste da paz interior. A alma atingida por este mal torna-se escrava de um senhor tirânico: para ela já não pode haver verdadeira tranquilidade.

«As suas mais pequenas faltas», diz De Lombez, «parecer-lhe-ão verdadeiros crimes. As suas melhores ações parecer-lhe-ão cheias de defeitos. Nunca julgará cumprir validamente os seus deveres: o cruel inimigo da sua paz ficará tão insatisfeito com a centésima tentativa como com a primeira.» Persegui-la-á sem descanso nas suas orações, com o receio dos maus pensamentos; nas suas Comunhões, com as aridezes inseparáveis dos seus violentos combates; nas suas confissões, com os receios relativos à integridade da confissão ou à sinceridade da contrição; em todos os seus exercícios espirituais, com o medo de os fazer mal; nas suas conversas, com o receio de palavras pouco caridosas; e sobretudo na solidão, onde se encontra sem conselho nem apoio, sozinha com os seus pensamentos, sozinha com o seu tirano.

«As pessoas escrupulosas temem a Deus, mas fazem desse temor um tormento. Amam a Deus, mas não encontram consolação nesse amor. Servem-n'O também, mas à maneira dos escravos: sentem-se esmagadas sob o peso do seu jugo, esse mesmo jugo que traz conforto e alegria a todos os outros seus filhos.»[200] Em suma, são almas boas, muitas vezes dignas de inveja pelas suas virtudes, mas sempre dignas de compaixão pelos seus sofrimentos.

Os escrúpulos como obstáculo à vida espiritual

Os escrúpulos são uma das piores pragas da vida espiritual, embora possam revestir diversos graus de gravidade. Antes de mais, constituem um obstáculo à oração. A alma escrupulosa volta continuamente a sua atenção para si mesma; examina-se, torna a examinar-se e nunca acaba de se examinar. Entretanto, não faz atos de adoração nem de ação de graças. Chega sequer a pensar em fazer um ato de contrição ou em implorar a graça da emenda? Não. Tão ocupada está consigo mesma que não encontra tempo para falar com Deus. Por conseguinte, não reza de todo; ou, se reza, fá-lo de modo muito imperfeito. Com efeito, os escrúpulos provocam uma agitação prejudicial ao silêncio interior e à atenção que a oração exige. Mergulham a alma na tristeza e no temor, destruindo assim o amor e a confiança. Poderiam mesmo levá-la a evitar Deus. Pelo menos, impedem toda a conversa íntima com Ele e as alegrias da familiaridade espiritual. Chegam ao ponto de tornar penosas, e talvez até insuportáveis, a confissão, a Sagrada Comunhão e a oração, que são precisamente a força e a consolação das almas piedosas.

Fora da oração, a vida interior exige que estejamos vigilantes sobre nós mesmos e constantemente atentos a reprimir os movimentos da natureza e a favorecer as inspirações da graça. Ora, para cumprir esta dupla tarefa, tão difícil e delicada, os escrúpulos colocam-nos numa situação muito desfavorável, porque nos perturbam e desanimam. O espírito inquieto já não consegue ver com clareza. Excessivamente preocupado com certos deveres, poderá absorver-se inteiramente neles e esquecer outros. A vontade, esgotada por tantas lutas, pode enfraquecer, perder a coragem e até abandonar os seus bons propósitos para procurar, infelizmente, descanso e consolação nas criaturas. Em todo o caso, mesmo quando os escrúpulos não chegam a impedir completamente a obra da nossa santificação, retardam-na frequentemente e prejudicam-na sempre.

Será esta a fé perfeita, que fecha os olhos à misericórdia de Deus para querer ver apenas a sua justiça, deformando até essa mesma justiça? Será esta a esperança perfeita, que, apesar da mais sincera boa vontade, mal ousa aspirar ao Céu e à graça, vive continuamente a tremer de medo e nunca tem verdadeira confiança? Será esta a caridade perfeita, que, embora ame Deus,

receia apresentar-se diante d'Ele, nunca Lhe abre o coração e só experimenta terror perante um Senhor infinitamente bom? Será esta uma contrição bem ordenada, que confunde a inteligência, abate a coragem e perturba uma alma de boa vontade? Será esta a verdadeira humildade, a verdadeira virtude, que afasta a confiança filial e degenera em cobardia?

Não, não! Os escrúpulos não são prova de um amor ardente nem sinal de uma consciência delicada. Serão antes uma forma subtil de amor-próprio, um egoísmo espiritual demasiado ocupado consigo mesmo e insuficientemente ocupado com Deus? Ou serão uma boa vontade sincera que se desviou do caminho? Seja como for, constituem uma verdadeira doença da alma, que ameaça a própria existência da vida espiritual e perturba gravemente o seu funcionamento. Enquanto os outros avançam, correm e voam pelos caminhos da perfeição, com o coração dilatado pela confiança e a alma cheia de paz, a pobre vítima dos escrúpulos, embora talvez não possua menor generosidade, mas uma generosidade mal orientada, fatiga-se inutilmente, quase não progride, quando não retrocede, e sofre verdadeiras agonias, porque «perde o seu precioso tempo a atormentar-se com os seus deveres, a pesar átomos e a fazer montanhas de pequenos montículos de terra». Persegue os seus confessores, entristece o Espírito Santo, arruína a saúde e esgota o cérebro. Não ousa empreender nada por si mesmo e dificilmente pode ser útil aos outros. Pelo contrário, pode até prejudicar aqueles com quem convive, comunicando-lhes a sua enfermidade ou tornando a piedade desagradável e ridícula. Os escrúpulos, quando se lhes cede, constituem, portanto, em maior ou menor grau, uma verdadeira peste da vida espiritual.

É, sem dúvida, vontade significada de Deus que combatamos este mal, por causa dos seus efeitos desastrosos. Neste ponto, todos os teólogos e mestres da vida espiritual estão plenamente de acordo. Indicam pormenorizadamente o caminho que devemos seguir. Baste-nos dizer aqui que, para vencer este terrível inimigo, é necessário rezar muito, eliminar as causas voluntárias e, sobretudo, praticar uma obediência cega. A pessoa escrupulosa pode ser muito instruída, muito experiente e até muito prudente em todas as outras matérias; mas, no que diz respeito aos seus escrúpulos, a doença perturba-lhe o juízo. Seria, portanto, uma loucura pretender guiar-se a si mesma. A obediência filial ao confessor, que diagnostica a doença e

prescreve o remédio, é a sua maior sabedoria e a sua única esperança de alívio. Contudo, isto não é fácil. Deve, por isso, rezar com grande insistência e pedir a graça de renunciar às suas próprias ideias, praticando a obediência mesmo contra as suas inclinações. Porque, sendo a sua consciência falsa, tem de a corrigir conformando-a com o juízo do seu diretor espiritual.

É também beneplácito de Deus que suportemos pacientemente a aflição dos escrúpulos enquanto Lhe aprouver. Podemos sempre combater este mal. Por vezes conseguiremos bani-lo completamente; outras vezes apenas o conseguiremos atenuar; e outras ainda, por permissão da Providência, continuará com toda a sua força, apesar dos nossos melhores esforços. Com efeito, pode provir de causas muito diversas, algumas dependentes da nossa vontade, mas muitas outras completamente fora do nosso domínio.

A doença pode ter origem no excesso de trabalho ou de austeridades, na leitura de livros demasiado severos, na convivência com pessoas escrupulosas ou no hábito de considerar Deus mais como um Juiz terrível do que como um Pai de infinita bondade. Pode também nascer da ignorância, que exagera as nossas obrigações ou confunde a tentação com o pecado, a simples sensação com o consentimento. Nestes casos e noutros semelhantes, depende de nós remover as causas. Suprimida a fonte do mal, depressa veremos terminar as nossas dificuldades.

Mas muitas vezes os escrúpulos resultam de um temperamento melancólico, de um carácter tímido e desconfiado, de fraqueza nervosa ou de determinadas condições de saúde. Todas estas causas dependem mais do beneplácito divino do que da nossa vontade. Nestes casos, os escrúpulos costumam durar muito tempo e manifestam-se até nas ocupações profanas.

Não raras vezes é o demónio o autor deste mal. Aproveita-se das nossas imprudências, explora as nossas predisposições e atua sobre os nossos sentidos e imaginação para suscitar ou intensificar os escrúpulos. Se encontra uma alma inclinada para a tibieza, impele-a para uma tibieza ainda maior. Mas, quando encontra uma alma naturalmente tímida, procura torná-la exageradamente receosa, enchê-la de inquietação e ansiedade, esperando que acabe por abandonar Deus, a oração e os Sacramentos. O seu objetivo é tornar a virtude insuportável, gerar cansaço, desânimo e desespero.

Deus nunca será diretamente o autor dos escrúpulos. Eles só podem proceder da nossa natureza decaída ou do demónio, porque se fundam no erro e constituem uma verdadeira doença da alma. Mas Deus permite-os; e até, por vezes, os utiliza como meio passageiro de santificação. Nesse caso, governa-os e orienta-os com a sua infinita sabedoria, de modo a fazer-nos tirar deles o proveito espiritual que deseja. Inspira à alma um grande horror ao pecado, para que ela se purifique mais completamente das faltas passadas e, redobrando o seu zelo, evite novas quedas. Humilha-a para que deixe de confiar no seu próprio juízo e se submeta inteiramente ao seu diretor espiritual. Quando se trata de uma alma já muito adiantada, serve-Se dos escrúpulos para completar a sua purificação, o seu desprendimento e o seu aniquilamento, preparando-a assim para receber graças muito especiais. Foi desta maneira que os santos passaram por esta provação: uns, como Santo Inácio de Loiola, no tempo da sua conversão; outros, como Santo Afonso Maria de Ligório, quando já tinham alcançado o auge da santidade.

Pode haver, pois, muitas causas imediatas dos escrúpulos. Mas existe apenas uma Causa suprema, sem a qual nem a natureza nem o demónio podem fazer coisa alguma. Mesmo quando fomos nós próprios a dar origem à nossa enfermidade, foi necessária, pelo menos, a vontade permissiva de Deus. Devemos, portanto, reconhecer também aqui, como em toda a parte, a mão da Divina Providência. Deus não ama a desordem dos escrúpulos, mas pode querer que os suportemos como uma cruz. A sua vontade significada manda-nos combater o mal; o seu beneplácito quer que suportemos a provação. Enquanto ela durar, devemos combater e suportar. Deus nos conceda a graça de o fazermos com um abandono cheio de confiança!

Conclusão sobre os escrúpulos

«Em conclusão», diz Santo Afonso, «repito: obedecei, obedecei! E suplico-vos: deixai de considerar Deus como um tirano cruel. É certo que Ele odeia o pecado. Mas não pode odiar uma alma que sinceramente detesta e lamenta as suas faltas. “Tu procuras-Me”, disse um dia a Santa Margarida de Cortona, “mas fica a saber que, por mais ardentemente que Me procures, Eu procuro-te com ainda maior ardor. E são os teus receios que impedem o teu progresso no amor divino.” Santa Catarina de Bolonha, atormentada

pelos escrúpulos, mas sempre submissa, receava aproximar-se da Sagrada Mesa. Bastou um sinal do seu confessor. Imediatamente venceu os seus temores e comungou tranquilamente. Para a encorajar a praticar constantemente a obediência nesta matéria, Nosso Senhor apareceu-lhe um dia e disse-lhe: “Alegra-te, minha filha, porque a tua obediência Me é muito agradável.” Também apareceu à dominicana, a Beata Estefânia de Soncino, e dirigiu-lhe estas palavras: “Porque colocaste a tua vontade nas mãos do teu confessor como se as colocasses nas Minhas, pede-Me o que quiseres e conceder-to-ei.” “Senhor”, respondeu ela, “nada quero senão a Vós.” No início da sua conversão, Santo Inácio de Loiola vivia tão continuamente perturbado por dúvidas e inquietações que não desfrutava de um só momento de repouso. Mas, sendo um homem de fé, cheio de confiança nas palavras do Divino Mestre: “Quem vos ouve, a Mim ouve”, exclamou: “Senhor, mostrai-me o caminho que devo seguir. Ainda que tivesse apenas um cão para me guiar, prometo obedecer-lhe fielmente.” E, de facto, mostrou tamanha obediência aos seus diretores espirituais que depressa se libertou dos seus escrúpulos e se tornou um admirável mestre da vida espiritual… Repito ainda uma vez: sede obedientes ao vosso confessor em tudo; tende fé na obediência. “Este”, dizia São Filipe, “é o caminho mais seguro para escapar às ciladas do demónio; pelo contrário, nada é mais perigoso do que querer conduzir-se segundo o próprio juízo.” Em todas as vossas orações, pedi esta graça, a grande graça da obediência, e tende por certo que, obedecendo, vos salvareis e santificareis infalivelmente.»[201]

CAPÍTULO XIV: O abandono nas diversas modalidades da via mística

ARTIGO I — O caminho comum e o caminho místico

Falaremos, antes de mais, apenas da oração, e mesmo desta apenas na sua relação com o santo abandono. Qual é o objetivo da oração? Em primeiro lugar, prestar homenagem a Deus. Mas devemos também utilizá-la como meio para reformar a nossa conduta e progredir em todas as virtudes, especialmente na caridade divina, a fim de crescermos na vida da graça e, por consequência, na vida da glória. A oração permite-nos alcançar este objetivo pelos atos que nela praticamos, pelas graças que nela recebemos e pelas santas disposições que inspira em nós. E a melhor forma de oração para cada um de nós será sempre aquela que nos conduzir com maior segurança a este fim.

O Venerável Luís du Pont tinha, pois, toda a a razão ao dizer: «O ponto capital da oração consiste em orientar as nossas meditações para a reforma da nossa vida; e devemos lembrar-nos de que as luzes espirituais valem muito pouco sem a prática. Devemos, portanto, aproveitar de tal modo as graças da oração e as luzes nela recebidas que façamos todos os dias novos progressos na virtude, tornando-nos mais obedientes, mais mansos, mais pacientes, mais afáveis, mais desprendidos de nós mesmos, mais inclinados aos ofícios humildes, mais indiferentes à estima e ao afeto das criaturas, mais zelosos em contrariar a nossa própria vontade e em moderar o ímpeto dos nossos desejos.»

E noutro lugar ensina, com Álvares, que «o principal fim de uma boa oração e o melhor fruto que dela resulta é a vontade de dar a Deus tudo o que Ele exige de nós e de aceitar, com perfeita conformidade, todas as disposições da sua Providência a nosso respeito, contentando-nos que, se assim Lhe aprouver, nos prive da saúde, da honra, dos bens temporais e das comodidades, que nos retire os seus favores e a sua presença sensível, deixando-nos nas trevas e no frio do inverno, que nos entregue como presa das tentações, dos terrores e das desolações de toda a espécie. Nada pode ser mais razoável do que esta resignação ao beneplácito de Deus. Pois que outra finalidade tem Ele ao conduzir-nos por estes caminhos difíceis senão a sua maior glória e o nosso progresso na virtude? E estes objetivos serão

infalivelmente alcançados, desde que sejamos fiéis e perseverantes, desde que não andemos a mendigar às criaturas a consolação que Ele nos recusa, nem recuemos perante a cruz que nos oferece.»[202]

Prestar homenagem a Deus é, pois, o fim principal da oração. Mas o nosso progresso espiritual é também um fim que nunca devemos perder de vista. Pelo contrário, devemos persegui-lo com o maior zelo e perseverança, pedindo-o a Deus com insistência e de modo absoluto. Seja qual for a forma particular da nossa oração, ela deve tender sempre para este objetivo. Se efetivamente nos conduz até ele, é uma excelente oração, ainda que seja da espécie mais comum. Mas, se falha neste serviço essencial, por mais sublime e mística que seja, de que serve? «Estas instruções», continua Du Pont, «são tanto mais necessárias quanto muitas pessoas, fascinadas pelos sonhos de uma elevada espiritualidade, descuram a reforma da sua conduta e o progresso na virtude. Essas almas vivem numa verdadeira ilusão. A consequência é que, após muitos anos de oração, se encontram tão pouco adiantadas como no princípio.»[203]

Existem dois caminhos para alcançar este fim: o caminho comum, ou seja, a oração que não é manifestamente passiva; e o caminho místico da contemplação infusa obscura, com as suas purificações passivas. As visões, revelações e locuções sobrenaturais podem aparecer ou não nesta última via.

Continuação do ARTIGO I — O caminho comum e o caminho místico

Será o caminho comum suficiente para conduzir as almas à santidade propriamente dita? Segundo Bossuet, «pode alguém tornar-se um grande santo sem praticar qualquer espécie de oração extraordinária.»[204] Todavia, não apresenta provas em apoio desta afirmação. Na opinião de São Francisco de Sales, «há multidões de santos no Céu que nunca experimentaram os êxtases ou arrebatamentos da contemplação. Quantos mártires e grandes santos nos apresenta a história que não conheceram outro privilégio na oração senão o fervor e a devoção!»[205] Quanto aos mártires, não pode haver dúvida. Relativamente aos outros santos, convém notar que o santo Doutor fala aqui apenas do êxtase, nada dizendo acerca dos graus anteriores da oração contemplativa. Nos processos de canonização, a Igreja,

segundo observa Bento XIV, procura sempre provar a autenticidade dos milagres e o heroísmo das virtudes; mas «canonizou muitas pessoas sem sequer averiguar se tinham ou não recebido a contemplação infusa.»[206] Será isto porque o estado místico não é considerado essencial para a santidade? Ou não será antes porque, passado muito tempo, é frequentemente impossível estabelecer a sua existência ou o seu grau? A questão permanece, em princípio, sem solução definitiva. Quanto ao facto histórico, segundo Poulain, um estudo da história conduz à conclusão de que quase todos os santos canonizados tiveram união mística e, em regra, em elevado grau. Costuma supor-se que muitos deles não receberam esse favor; mas essa suposição é certamente errónea em relação a alguns e não pode ser provada em relação a nenhum, embora em diversos casos faltem os documentos necessários.[207]

Será, pelo menos, o caminho comum suficiente para conduzir as almas a uma elevada perfeição? Isto é geralmente admitido. Santa Teresa de Jesus, como todos sabem, exalta a excelência da oração mística nos termos mais magníficos e desperta nos seus leitores um ardente desejo de a alcançar. Contudo, para consolar as suas filhas que, apesar de todos os seus esforços para se disporem, não tinham sido elevadas a tão alto grau, dizia: «É muito importante compreender que Deus não conduz todas as almas pelo mesmo caminho e que, muitas vezes, a alma que menos se estima a si própria é a mais elevada aos olhos do Senhor. Assim, embora todas as religiosas deste convento pratiquem a oração, daí não se segue que todas devam ser contemplativas; isso seria até impossível… Mas aquela que não tiver recebido esse privilégio poderá, apesar disso, alcançar uma perfeição muito elevada, se cumprir fielmente o que lhe recomendei. Pode até superar as outras em mérito, porque terá de servir à custa do seu próprio esforço. O Divino Mestre trata-a como uma alma forte na virtude. À felicidade que lhe reserva na vida futura acrescentará as consolações de que agora a priva. Marta era santa, e, no entanto, não se diz que fosse contemplativa. Se tivesse estado, como a sua irmã, absorvida na contemplação amorosa, não haveria quem preparasse a refeição para Nosso Senhor. Sendo verdade que, quer pela contemplação, quer pela oração mental ou vocal ordinária, estamos sempre a servir este Divino Hóspede, que importa que cumpramos os nossos deveres para com Ele de uma maneira ou de outra?»[208]

São Francisco de Sales exprime-se em termos semelhantes: «Há pessoas de elevada perfeição a quem Nosso Senhor nunca concedeu semelhantes consolações e quietudes. Têm de realizar tudo com a parte superior da alma e fazem morrer a própria vontade na vontade de Deus à força de esforço generoso e com toda a energia do espírito. Esta morte é a morte da cruz, muito mais excelente e generosa do que a outra.»[209]

Daqui conclui Bossuet que «é um erro fazer consistir o mérito e a perfeição no facto de se ser ativo ou passivo. Compete a Deus julgar o mérito das almas que favoreceu com as suas graças, segundo as disposições que lhes inspirou e segundo os graus de amor divino (e das outras virtudes), que só Ele conhece.»[210] Concluamos com as palavras de De Paz: «Nem todas as almas perfeitas são elevadas à contemplação perfeita, porque o Omnipotente tem outros caminhos para nos conduzir à perfeição e à santidade. Umas forma admiravelmente por meio das aflições, das doenças, das tentações e das perseguições; outras, pelos trabalhos da vida ativa e do ministério exterior exercido com reta intenção; outras ainda conduz a uma elevada santidade por meio da oração ordinária e da mortificação universal. E pode muito bem acontecer que uma alma favorecida com maravilhosos dons de contemplação seja inferior, na perfeição da caridade, a outra que não recebeu tais privilégios.»[211]

O caminho místico, portanto, não é o único que conduz à alta perfeição. Contudo, é necessário reconhecer que conduz a ela com menor dispêndio de tempo e de esforço. Na obra *Voies de l'Oraison mentale* mostramos os admiráveis efeitos das purificações passivas, nas quais o próprio Deus, querendo purificar e simplificar uma alma, atua com uma sabedoria infalível que conhece simultaneamente o mal e o remédio, e com uma mão firme que não se deixa deter pelas nossas precauções nem pelas nossas fraquezas. Aí explicámos que as formas místicas da oração, sobretudo as mais elevadas, possuem uma eficácia incomparável para iluminar a inteligência, tocar o coração, conquistar a vontade e transformar a vida. Sem dúvida, a contemplação infusa não é a própria perfeição nem o meio necessário para a alcançar; mas é um instrumento maravilhoso de santificação das almas; é a escola da alta virtude, o caminho mais curto e o veículo mais rápido para a perfeição; uma pérola de valor inestimável, um

tesouro tão desejável que o mercador prudente não hesitará em vender todos os seus bens para o adquirir.[212]

Continuação do ARTIGO I — O caminho comum e o caminho místico

Costuma insistir-se muito nos perigos destes caminhos elevados e pouco conhecidos. Mas «se a contemplação mística tem os seus perigos, que não devem ser exagerados, a oração mental ordinária também tem os seus, e esses não devem ser esquecidos. O receio desses perigos não nos impede de nos aplicarmos à meditação, porque entendemos que são mais do que compensados pelos benefícios que dela esperamos; do mesmo modo, esse receio não constitui razão suficiente para proscrever a contemplação. A oração mística é uma mina de ouro: saibamos explorá-la. Encontram-se perigos na sua prática: estejamos constantemente vigilantes contra eles; sigamos fielmente a atração divina e evitemos, ao mesmo tempo, as ciladas do inimigo. Além disso, a experiência depressa nos convencerá de que esta oração só convém a almas generosas, dispostas a sofrer tudo para se unirem intimamente a Deus, e não àquelas que procuram consolações e exaltações. A alma contemplativa participará mais vezes na crucifixão do Calvário do que nas glórias e alegrias do Tabor; por isso, se precisa de ser provada e humilhada, ainda mais necessita de ser consolada.»[213]

Também se chama frequentemente a atenção para os perigos da leitura de obras místicas. Mas será esse o único perigo? Não haverá algo muito mais temível: a ignorância, o preconceito, uma espécie de antipatia cega que fecha a porta do coração ao Espírito de Deus? Entenda-se bem que supomos tratar-se de um livro de doutrina sólida e adaptado às necessidades da alma. Aproveitamos de bom grado esta ocasião para repetir que um diretor prudente é mais necessário do que nunca nos caminhos da oração e que deve ser ele, naturalmente, a orientar-nos também na escolha das leituras convenientes. Assim, nada teremos a recear. Ou, pelo menos, o perigo já não virá do livro, mas da própria alma, talvez demasiado ávida de consolações ou de exaltações. Com semelhante disposição, tudo será perigoso para ela: não apenas as obras místicas, mas também os tratados de ascética, as consolações experimentadas na via comum e até a própria Sagrada Comunhão. Não é, pois, o livro, mas esta infeliz disposição que mereceria ser posta no Índice.

A contemplação mística depende, antes de tudo, do beneplácito de Deus. «Ele não está obrigado», diz Santa Teresa de Jesus, «a comunicar-nos nesta vida graças sem as quais nos podemos salvar. Concede os seus favores particulares quando quer, como quer e a quem quer. Sendo Senhor absoluto dos seus dons, pode distribuí-los livremente sem fazer injustiça a ninguém.»[214] «Há almas perfeitas», escreve De Paz, «às quais Deus nega esta graça, porque não possuem um temperamento suficientemente sereno para a contemplação... A outras recusa-a para as conservar humildes, porque um dom tão sublime poderia levá-las a formar demasiado elevado conceito dos seus próprios méritos e enchê-las de orgulho. A outras ainda é recusada segundo os desígnios secretos da Providência, que nos não é dado conhecer.»[215] Estas observações, contudo, devem ser entendidas com as devidas reservas. Com efeito, Santa Teresa assegura que «Deus nada deseja tanto como encontrar almas sobre as quais possa derramar os seus favores, e os seus dons não diminuem as suas riquezas.»[216] Pelo contrário, quanto mais distribui, mais rico Se torna. E não será precisamente a liberalidade o melhor meio de Se fazer conhecer, amar e servir?

Sucede com os dons místicos o mesmo que com todas as outras graças: Deus concede-os com grande liberalidade, mas «como quer e segundo a disposição e cooperação de cada alma». Não está obrigado a comunicar estes favores inestimáveis a ninguém, por mais bem preparado que esteja. Habitualmente espera que a alma esteja suficientemente purificada e já enriquecida de virtudes, embora ainda não seja perfeita. Quando ela abre plenamente o coração à sua ação, por meio de uma preparação generosa e de uma correspondência fiel, é subitamente inundada de luz e de amor; mas a inundação será menos abundante se a porta estiver apenas entreaberta.

Consequentemente, embora permanecendo um dom inteiramente gratuito, a contemplação depende, em grande medida, do zelo com que nos dispomos para a receber e cooperamos com a ação divina. Mais adiante explicaremos como o próprio Deus aperfeiçoa, quando assim Lhe apraz, essa disposição da alma por meio das purificações passivas. A preparação de que agora falamos depende da nossa própria iniciativa, com o auxílio ordinário da graça. Consiste, como já dissemos noutro lugar, em primeiro lugar, em remover os obstáculos, aumentando a quádrupla pureza da consciência, da inteligência, do coração e da vontade, tão necessária a toda

a oração; em segundo lugar, em dispor positivamente a alma, tornando-a um santuário de silêncio e recolhimento, perfumado com o incenso de uma vida de oração e adornado com todas as virtudes. Deve possuir uma fé viva, grande confiança e grande amor, os quais implicam um correspondente grau de renúncia, obediência e humildade. Naturalmente, para a contemplação é necessário estar mais adiantado em todas estas virtudes do que para a oração ordinária.

Esta é a doutrina que o nosso santo Pai, São Bernardo, nunca se cansa de repetir. Citemos apenas uma passagem em que explica estas palavras do *Cântico dos Cânticos*: *Lectulus noster floridus* — «O nosso leito está coberto de flores.» «Talvez também tu», diz ele, «desejes este feliz repouso da contemplação, e fazes bem; mas não te esqueças das flores que devem adornar o leito do Esposo. A prática das virtudes deve preceder o repouso contemplativo, como a flor precede o fruto. Renuncia à tua própria vontade. Se a tua alma está coberta das ervas daninhas e das urtigas da desobediência, como poderá entregar-Se totalmente a ti Aquele que ama a obediência a ponto de preferir a morte a perder esta virtude? Há alguns aqui que não consigo compreender. Perturbaram-nos com as suas singularidades, entristeceram-nos com a sua impaciência, escandalizaram-nos com a sua obstinação; durante todo o dia são motivo de incómodo para os irmãos e ameaça para a paz da comunidade. E, apesar disso, têm a ousadia de convidar, por meio de insistentes orações, o Deus de toda a pureza a repousar nos seus corações manchados pelo pecado! Não; o teu leito não está ornado de flores, mas exala mau cheiro. Começa por purificar a tua consciência de toda a mancha de ira, murmuração, discórdia e inveja. Apressa-te a expulsar do teu coração tudo o que encontrares contrário à paz da comunidade ou à obediência devida aos teus superiores. Depois rodeia-te das flores de todas as boas obras e de todos os bons desejos, e perfuma a tua alma com a suave fragrância das virtudes. Tudo o que é verdadeiro, tudo o que é casto, tudo o que é justo, santo, amável e digno de louvor, tudo o que pertence à virtude e à disciplina: medita nestas coisas e pratica-as. Então poderás convidar confiadamente o Esposo e dizer-Lhe com toda a verdade: “O nosso leito está coberto de flores.” Porque então Ele não encontrará outro perfume senão o da piedade, da paz, da mansidão, da justiça, da obediência, da santa alegria e da humildade. Assim, os que ainda são principiantes na vida espiritual devem beijar os pés do Senhor e lavá-los

com as lágrimas do arrependimento. Os que se esforçam laboriosamente por adquirir as virtudes beijam a mão do Mestre e imploram humildemente o seu auxílio. Em regra geral, o “beijo da boca” está reservado aos mais adiantados. Contudo, mesmo estes devem adorá-Lo com santo tremor e fazer-se muito pequenos. E o Senhor, na sua infinita sabedoria, terá o cuidado de os humilhar antes de os exaltar e de os humilhar ainda mais depois de os ter exaltado. Porque é necessário que aquele que aspira a tão grandes coisas tenha de si próprio uma opinião humilde. Assim, quando te vires humilhado, reconhece nisso um sinal de que a graça está próxima, desde que saibas sofrer tudo por amor de Deus, em silêncio e com alegria de alma.»[217]

Continuação do ARTIGO I — O caminho comum e o caminho místico

A contemplação mística, segundo Santa Teresa de Jesus, «é um banquete universal para o qual Nosso Senhor convida todos». É, portanto, oferecida e, por assim dizer, prometida às almas de boa vontade. Deus concedê-la-á àquelas que se prepararem para a receber por um desprendimento total, uma perfeita humildade e a prática de todas as outras virtudes; àquelas que, em vez de pararem a meio do caminho, avançam com renovado ardor para o feliz termo das suas aspirações. A Santa insiste de modo especial na «humildade, humildade, porque é por esta virtude que o Senhor Se deixa vencer e concede tudo quanto Lhe pedimos». Esta oração é, sem dúvida, sobrenatural. E Deus, que permanece sempre Senhor absoluto dos seus dons, não conduz todos pelo mesmo caminho. Todavia, «que uma alma seja humilde e completamente desprendida de todas as criaturas, verdadeiramente desprendida, quero dizer, e não apenas na imaginação, que engana tantos; e então tenho a certeza de que o Divino Mestre lhe concederá não só esta graça, mas ainda muitas outras que ultrapassarão as suas mais ambiciosas aspirações».[218] São João da Cruz exprime-se no mesmo sentido.[219]

Com efeito, basta percorrer, ainda que superficialmente, o *Exordium* de Cister, o *Menológio Cisterciense* e os sermões do nosso santo Pai São Bernardo para nos convencermos de que o misticismo floresceu admiravelmente na nossa Ordem durante vários séculos. O mesmo aconteceu entre os Franciscanos, os Carmelitas, a Ordem da Visitação e, na

verdade, em todas as Ordens religiosas, mas sobretudo nas famílias contemplativas e de clausura, enquanto conservaram o fervor dos seus primeiros tempos. Santa Teresa de Jesus testemunha que, em cada um dos seus mosteiros, dificilmente se encontrava uma religiosa que praticasse apenas a oração discursiva ordinária; todas, ou quase todas, gozavam do dom da contemplação perfeita.[220] Santa Joana Francisca de Chantal declara, por sua vez, que «a atração quase universal das filhas da Visitação consiste num pensamento muito simples de Deus e num abandono total», [221] o que evidentemente não pode ser considerado oração ordinária. É verdade, contudo, que neste caso o ambiente era particularmente favorável. Mas Scaramelli, apoiado em trinta anos de experiência missionária, afirma que «praticamente em todos os lugares encontrou algumas almas que Deus conduzia à alta perfeição pelos caminhos místicos».[222] Também nos nossos dias, como em todas as épocas, Deus reserva para Si muitas almas a quem favorece com os seus dons mais preciosos. Encontram-se estas almas privilegiadas até no mundo, mas muito mais frequentemente nas comunidades religiosas, sobretudo nas de clausura.

A maioria das pessoas piedosas nunca será contemplativa, nem o pode ser: a multidão permanecerá sempre no vale; um número considerável poderá subir as primeiras encostas; mas apenas um pequeno grupo de eleitos alcançará o cume. Consequentemente, embora a oração mística nos seus graus mais elevados seja relativamente rara, nos seus começos é muito mais frequente do que geralmente se pensa; tanto mais que algumas almas podem ser verdadeiramente contemplativas sem que nem os seus confessores nem elas próprias o suspeitem. «Há aqui», diz Bossuet, «um admirável artifício da sabedoria divina, que esconde às almas os dons que lhes concede e as faz desejar a contemplação que já possuem.»[223]

Contudo, a contemplação deveria ser muito mais comum. Há inúmeras almas às quais Deus desejaria conduzir até ela, mas que ficam pelo caminho. Algumas poderiam dizer, como o doente do Evangelho: *Hominem non habeo* (Jo 5, 7): «Não tenho ninguém que me introduza na piscina»; e há até quem lhes impeça a entrada. Outras deixam-se deter por um excesso de atividade, de agitação ou de escrúpulos. Mas a maioria falha porque não aprecia esta pérola preciosa no seu verdadeiro valor; não quer fazer tudo o que é necessário para a obter; não pratica suficientemente a abnegação, a

obediência e a humildade. Esta é a principal causa do reduzido número de contemplativos.[224]

Santa Catarina de Bolonha podia, pois, afirmar com toda a segurança: «Se hoje existisse uma Madalena que amasse a Deus com mais ardor do que a irmã de Marta e de Lázaro, Deus amá-la-ia também mais e adorná-la-ia com dons mais excelentes; se hoje existisse um Francisco que sofresse por Ele mais do que Francisco de Assis, também ele seria favorecido com graças mais preciosas e mais abundantes; e se hoje houvesse uma Clara que Lhe agradasse pela sua santidade mais do que Santa Clara, o tesouro de graças derramado sobre ela seria proporcionalmente mais abundante.»[225]

Do que acabámos de expor podem tirar-se as seguintes conclusões:

Não temos obrigação de desejar as formas passivas da oração; nem Deus está obrigado a concedê-las, porque elas não são a própria perfeição nem o único meio de alcançar a perfeição. Temos, porém, pleno direito de as desejar e pedir, até com insistência, por causa da abundância de luz, de amor e de força que comunicam. É muito louvável mantê-las diante dos olhos, ainda que apenas como um ideal distante, porque servirão assim de feliz estímulo ao nosso progresso espiritual.

Devemos dispor-nos para as receber, porque, na verdade, a preparação que depende de nós pouco mais exige do que o cumprimento fiel dos deveres quotidianos e a prática da mortificação cristã, coisas que ninguém verdadeiramente interessado no seu progresso espiritual poderá negligenciar.

O nosso desejo, porém, não deve ser impaciente nem ilusório. Tudo tem o seu tempo. É preciso suportar os dolorosos combates da via purgativa e os prolongados trabalhos da via iluminativa antes de podermos desfrutar do repouso da via unitiva. Seria uma deplorável ilusão desprezar as lutas e os esforços necessários ao progresso e esperar chegar à contemplação sem cumprir, com zelo e perseverança, tudo o que constitui a preparação indispensável.

Por mais legítimo que seja, o nosso desejo deve ser moderado pela humildade e pelo abandono. A alma humilde considera-se indigna de um

favor tão sublime. Por isso, aceita serenamente ficar privada dele durante muito tempo, ou até para sempre. Pelo abandono podemos alcançar uma santa indiferença mesmo relativamente a um dom tão desejável como a contemplação. Não queremos senão aquilo que Deus quer para nós. Deste modo, permanecemos no nosso lugar, conservamos a paz e, além disso, se a Divina Providência nos recusar esse dom, evitaremos a tristeza e o desânimo.

Devemos desejar progredir na oração, porque ela é um poderoso meio de santificação. Mas devemos desejar ainda mais progredir na virtude, porque esse é o nosso verdadeiro fim. Empreguemos, pois, todo o nosso cuidado e toda a nossa coragem em purificar a casa interior e em adorná-la com todas as virtudes; depois habitemos nela com Deus, no silêncio e na oração contínua. E, embora Ele não esteja obrigado a conceder a ninguém os seus dons mais elevados de contemplação, nunca Se deixa vencer em generosidade. Mesmo que nos recuse tais favores para nos santificar por outro caminho, permanecerá sempre para nós, como recompensa dos nossos esforços, um abundante aumento de graça e de glória. E não é isso, afinal, o essencial?

ARTIGO II — As variedades da contemplação mística

Suponhamos agora que Deus nos concede efetivamente o dom da contemplação. Esta compreende uma admirável variedade de formas, e Ele reserva para Si a escolha daquela pela qual deseja conduzir-nos.

A contemplação será sempre uma oração de simples e amorosa atenção a Deus e às coisas de Deus. A sua essência pode exprimir-se inteiramente nestas duas palavras: olhar e amar. A alma contempla Deus e ama-O.

No início, porém, existe normalmente um período de transição, durante o qual umas vezes praticamos a oração discursiva e outras vezes a contemplação. Convém ainda distinguir a contemplação ativa da passiva. Na primeira, parece que a alma, por livre iniciativa, abandona os raciocínios e simplifica os seus afetos; na segunda, pelo contrário, tem consciência clara de que a luz e o amor que a invadem não são fruto dos seus próprios esforços, mas lhe foram infundidos por Deus. Ora, Deus comunica estas graças como Lhe apraz. Pode conceder mais luz do que amor, e então a

oração será querubínica; ou conceder mais amor do que luz, e então será seráfica. Alguns sentir-se-ão atraídos a contemplar os atributos divinos ou a adorável Santíssima Trindade; mas à maioria Deus inclinará a alma para contemplar a Sagrada Humanidade de Cristo, a sua Santa Infância, a Paixão, o Sagrado Coração, o Santíssimo Sacramento, etc. Deus é o Senhor, e compete-Lhe designar a cada um de nós o papel e o serviço que nos destina. A ação mística produzirá, por vezes, um silêncio cheio de admiração e de amor; outras vezes, efusões de ternura ou arrebatamentos veementes. Ora derramará luz e amor em torrentes; ora apenas em pequenos regatos, ou mesmo gota a gota, conforme a disposição da alma e segundo queira Deus inflamá-la ou purificá-la ainda mais. Numa palavra, por múltiplas razões, a contemplação revestirá formas muito diversas e passará por numerosas transformações. E tudo isto exigirá de nós contínua abnegação e filial abandono.

Detenhamo-nos aqui para considerar com um pouco mais de atenção uma destas variações particularmente penosas. Umas vezes, a contemplação será cheia de suavidade; mas, muito mais frequentemente, será árida ou, quando muito, apenas pouco consoladora.

Para compreender este ponto da doutrina, observemos com Le Gaudier «que há atos essenciais à contemplação, a saber: na inteligência, uma atenção simples, sem reflexão nem raciocínio; e na vontade, o amor de amizade, que é o mais excelente de todos os atos e a fonte, a forma e o fim da contemplação. Há, porém, outros atos que, por assim dizer, a completam e aperfeiçoam, como a admiração e a devoção acompanhadas de uma inefável suavidade.»[226] Sem dúvida, estes últimos conferem uma perfeição acidental à oração mística, na medida em que lhe acrescentam um esplendor de beleza, uma doçura deliciosa e até uma força suplementar. Todavia, mesmo sem eles, a contemplação possui todos os seus elementos essenciais. E Deus, que nos governa com tanta sabedoria como amor, recorre ora à contemplação suave, ora à contemplação árida e purificadora, conforme o efeito particular de graça que deseja produzir em nós.

Pretende Ele desprender uma alma das coisas terrenas e uni-la fortemente a Si? Então inundá-la-á de luz e de amor. Mergulhada em Deus, de cuja presença e ação tem uma consciência deliciosamente viva,

inflamada pelos santos ardores do amor unitivo, fascinada pela beleza e bondade divinas e pela ternura de um Senhor tão grande e tão santo para com a sua pobre criatura, a alma faz-se imediatamente silenciosa e contempla-O num recolhimento cheio de admiração. Envolve o seu Bem-Amado num olhar longo e demorado, onde se entrelaçam o espanto, a alegria e o amor, sentimentos que a mantêm cativa. Goza o seu Deus numa união cheia de paz e de suavidade, como São João repousando sobre o peito do seu divino Mestre. Ama agora com todo o coração, sem necessidade de o exprimir por palavras. Mas o seu silêncio fala suficientemente desse amor. Todo o seu ser, concentrado no ardor do seu olhar, no correr das suas lágrimas, na sua atitude adoradora, nas disposições do seu coração e até na própria imobilidade causada pela intensidade da emoção, proclama bem alto o amor que a consome.

Ou então, se a graça a isso a impele, desafoga o coração em ternas efusões, sem violência nem arrebatamentos, na mais deliciosa intimidade de amor. Ou ainda, o amor e a alegria transbordam de tal modo que já não consegue contê-los. Perdida de amor e de felicidade, embriagada de Deus, rompe em santos transportes; entrega-se ao ímpeto das suas ternas emoções, ao ardor do seu coração; derrama uma torrente de sentimentos inflamados, de expressões arrebatadas, de santas loucuras. Contudo, esforça-se ao mesmo tempo por esconder dos indiscretos o segredo do Rei. E não será apenas uma vez, nem de forma passageira, que Deus Se abaixará assim até à nossa pequenez e nos elevará a tão divinas intimidades. Repetidas vezes, e durante longos períodos em cada ocasião, tomará esta alma nos seus braços, acariciá-la-á sobre os seus joelhos e apertá-la-á contra o seu Coração de Pai, como filho muito amado.

Será necessário multiplicar argumentos para convencer esta alma de que ama e de que é ainda mais ternamente amada? De que Deus é infinitamente bom e deseja torná-la muito feliz? Não experimentou ela própria a ternura do seu abraço? Conhece agora, por uma doce experiência, o coração do mais afetuoso dos pais e do seu adorável Esposo. Já não lhe custa colocar toda a sua confiança n'Ele. Entrega-Lhe sem dificuldade tudo quanto lhe é mais querido: a sua vida, a sua morte e a sua eternidade. Suplica-Lhe que tome posse do seu coração e da sua vontade, para os guardar e governar, doravante e para sempre. Que não faria ela agora por Ele? É a estação do

belo sol e das colheitas abundantes. Tenha o cuidado de seguir docilmente a ação de Deus na oração, de Lhe corresponder com fidelidade redobrada e de nada Lhe recusar do que Ele queira pedir-lhe. É este o momento de vencer a si mesma com menos esforço e maior energia; o sacrifício torna-se agora tão fácil, mais ainda, converte-se numa verdadeira alegria. Nunca se esqueça, porém, de procurar o Deus das consolações mais do que as consolações de Deus e de se manter firmemente consciente da sua miséria na mesma medida em que Ele a exalta pela sua misericórdia. E, no tempo da prosperidade, prepare-se para a adversidade.

Com efeito, a oração contemplativa nem sempre proporcionará aquela viva admiração que mantém a inteligência num feliz enlevo, aquele ardor de amor que arrebata a vontade ou aquela alegria que inunda a alma e até os sentidos. Raramente, na verdade, a ação mística atinge esse máximo de intensidade. Na maior parte das vezes manifesta-se com intensidade média ou reduzida; por conseguinte, a oração decorrerá num estado intermédio entre a consolação e a aridez, ou até numa aridez monótona e penosa.

Continuação do ARTIGO II — As variedades da contemplação mística

Por que razão estas variações contínuas? Porque a alma ainda não está suficientemente purificada nem suficientemente desprendida dos sentidos. É necessário que se liberte mais completamente de todas as criaturas e que dependa cada vez menos das suas próprias operações sensíveis. Sem dúvida, esforça-se por alcançar este objetivo mediante a mortificação cristã. Mas é necessário que Deus venha em seu auxílio com a força da sua mão. Já começou a fazê-lo por meio dos ardores da contemplação deliciosa. Isso, porém, não basta. Debaixo de uma torrente de luz e de amor, conseguiríamos nós descobrir plenamente a nossa miséria e a nossa pobreza? Talvez fosse precisamente aí que o orgulho encontrasse o seu alimento mais subtil, bem como o apego às consolações, e o homem velho continuasse a viver em nós. Mas Deus está decidido a enfraquecê-lo por meio de uma alimentação restrita ou, se necessário, de um verdadeiro regime de fome.

Retira à alma as meditações habituais em que ela encontrava tanto deleite, a abundância das suas piedosas reflexões, a variedade dos seus

afetos e as doces carícias do amor divino. Em seu lugar, concede-lhe um pouco de contemplação, mas uma contemplação árida e purificadora, na qual distribui a luz e o amor com extrema parcimónia, quase gota a gota. Dá-lhe dessas graças apenas o necessário para que se volte para Ele, O procure e não encontre contentamento em parte alguma senão na sua presença; mas não o bastante para que O possa possuir com um delicioso sentimento de posse. É verdadeira contemplação mística, mas consiste numa busca ansiosa, numa necessidade dolorosa, numa fome que permanece insatisfeita.

De tempos a tempos, Deus deixa-Se entrever por um instante, e imediatamente a alma experimenta os santos ardores e as alegrias da contemplação mais feliz. Mas muito depressa, e talvez durante um longo período, volta a conduzi-la àquela noite monótona e desoladora dos sentidos. Repetidas vezes, tantas quantas julgar necessárias e durante o tempo que entender, condena-a a esse exílio. E, para desferir ao amor-próprio o golpe decisivo, reserva-lhe ainda a noite do espírito, muito mais penosa do que a dos sentidos.

Terá, porém, a alma motivo para se queixar? De modo algum. O seu estado é uma graça, ainda que austera e crucificante; e, a julgar pelo modo ordinário como a Providência costuma agir, uma graça muito necessária. Procure compreender os desígnios de Deus e conformar-se com eles, com confiança e generosidade. Só na aparência foi repelida. Abandonada na fome da inteligência, na aridez do coração, nas tentações incessantemente renovadas, obrigada a reconhecer pela amarga experiência a sua impotência e a sua miséria, torna-se pequena aos seus próprios olhos e acabará por se fazer humilde e submissa diante de Deus e dos homens. Continuamente privada das consolações que amava, não com reta medida, mas em excesso, aprende finalmente a viver sem elas e a servir o seu bom Mestre à sua própria custa. E assim, sobre as ruínas do amor-próprio, eleva-se o amor de Deus, juntamente com todas as outras virtudes. É precisamente deste estado de aridez que elas retiram novo vigor, maior mérito e mais esplendor. Porque então praticamos a fé, a esperança, a caridade, a obediência e o abandono, enquanto Deus nos oculta o seu amor e nos mostra apenas a sua santa severidade. Existe, pois, aqui uma verdadeira mina de ouro para explorar na purificação da alma e no progresso das virtudes, contanto que

perseveremos corajosamente na oração e não deixemos que as provações nos abatam.

Em suma, tanto a contemplação árida como a contemplação consoladora têm a sua função providencial e proporcionam à alma fiel benefícios preciosíssimos. A primeira visa diretamente fazer-nos morrer para nós mesmos; a segunda, fazer-nos viver para Deus. A primeira possui um poder admirável para destruir o amor-próprio; a segunda, para inflamar o amor de Deus. Podemos, contudo, impedir a ação da primeira pela falta de coragem, e a da segunda pela falta de humildade e de abnegação. Qual das duas nos é mais necessária? Faremos bom ou mau uso de uma e de outra? Sem dúvida, temos o direito de manifestar a Deus a nossa preferência, com simplicidade e confiança filial. Mas, estando tão sujeitos ao engano numa matéria de tamanha importância, e dependendo tudo, além disso, do beneplácito divino, não será mais prudente deixar a escolha nas mãos de Deus e dispormo-nos desde já a aceitar antecipadamente a sua decisão, qualquer que ela seja?

Os próprios santos não seguiram todos a mesma forma de oração; mas todos praticaram este abandono filial e seguiram docilmente a direção da graça.

Ouçamos Santa Joana Francisca de Chantal falar do seu pai espiritual: «Um dia disse-me que lhe era indiferente encontrar-se em consolação ou em desolação. Quando Nosso Senhor lhe concedia sentimentos de devoção, recebia-os com simplicidade; quando lhos retirava, deixava de pensar nisso. É verdade, contudo, que, em regra, gozava de grande consolação interior, que se refletia até no seu semblante. Há vários anos confiou-me que já não experimentava nenhum gosto sensível na oração e que Deus operava nele por meio de luzes espirituais e afetos infundidos na parte superior da alma, de modo que a parte inferior não participava deles. Recebia tudo isso com simplicidade, profunda reverência e humildade. Com efeito, era seu costume manter-se sempre muito humilde, pequeno e profundamente aniquilado diante da Divina Majestade, mas ao mesmo tempo com toda a confiança respeitosa de um filho que ama e sabe que é amado.»[227]

A própria Santa Joana Francisca de Chantal praticava uma oração passiva de simples entrega a Deus, de abandono total, um contínuo *fiat*

voluntas tua. Consistia numa atenção muito simples a Deus e ao seu próprio nada, acompanhada de um abandono completo ao beneplácito divino, sem procurar produzir atos do entendimento ou da vontade, isto é, atos metódicos, discursivos ou sensíveis. «Nosso Senhor infundia na sua alma os sentimentos de que necessitava e iluminava-a perfeitamente em tudo quanto lhe era preciso, e mil vezes melhor do que o poderia fazer qualquer raciocínio ou imaginação próprios.» Apesar disso, sofreu muito num estado tão simples e tão passivo, por causa do ardor do seu temperamento e da novidade daquele caminho. Tudo lhe parecia um enigma e motivo de ansiedade. Mas o seu santo diretor tranquilizou-a, mostrando-lhe que «o repouso em que a vontade atua apenas por uma simples aceitação do beneplácito divino é um repouso de excelência suprema, precisamente porque está livre de toda a espécie de busca de si mesma». E, para que a sua filha espiritual seguisse sem receio o movimento da graça, «consolando-se por não ter outra consolação senão a falta de toda a consolação», o santo Doutor animou-a com a sua célebre parábola:

«Suponde uma estátua colocada num nicho, ao centro de uma sala, dotada de razão e de fala. Suponde que alguém lhe pergunta: “Porque estás aqui?” Ela responderia: “Porque o escultor, meu senhor, me colocou aqui.” “E porque não sais daqui?” “Porque ele quer que eu permaneça exatamente neste lugar, imóvel.” “Mas para que serves aqui? Que ganhas em permanecer imóvel?” “Não estou aqui para meu proveito, mas para servir e obedecer à vontade do meu senhor.” “Mas não o podes ver.” “Não, mas ele vê-me, e agrada-lhe saber que permaneço exatamente onde me colocou.” “Não gostarias de poder mover-te para te aproximares mais dele?” “Não, a menos que ele mo ordenasse.” “Então não tens desejo algum?” “Não, porque estou onde o meu senhor me colocou, e o seu beneplácito é a única felicidade do meu ser.” Ó minha filha, que excelente oração é esta: permanecer simplesmente conforme à vontade e ao beneplácito de Deus!»

Contudo, «neste estado passivo, Santa Joana não deixava de agir em determinados momentos, quando Deus suspendia a sua própria ação ou quando a graça a isso a impelia. Mas os seus atos eram sempre breves, humildes e amorosos.» A direção que recebeu de São Francisco de Sales foi verdadeiramente sábia, e a sua ocupação extremamente fecunda. Com efeito, ao fim de um ou dois anos de semelhante oração passiva, Madre de

Chantal encontrou-se enriquecida com luzes até então desconhecidas e manifestava sentimentos maravilhosamente profundos acerca de Deus, de si mesma e de todas as criaturas, juntamente com um ardente zelo, um abandono total à vontade divina, um profundo desprezo pelas coisas terrenas e uma sede de humilhações que causavam admiração a todos.[228]

Continuação do ARTIGO II — As variedades da contemplação mística

Nosso Senhor disse um dia a Santa Margarida Maria: «Fica a saber, minha filha, que a oração de submissão e de sacrifício Me é mais agradável do que a contemplação.» E esta digna filha de Santa Joana Francisca de Chantal costumava dizer que «as dores interiores aceites com amor assemelham-se a um fogo purificador que consome insensivelmente na alma tudo o que desagrada ao Divino Esposo. Aqueles que têm esta experiência confessarão que, deste modo, fazem grandes progressos sem sequer se aperceberem disso. Assim, se lhes fosse dada a escolher entre consolação e sofrimento, uma alma fiel não hesitaria um só instante, mas abraçaria a cruz do nosso Divino Mestre, ainda que ela não lhe trouxesse outro benefício senão o de a tornar conforme ao seu Esposo crucificado.»[229]

Santa Teresinha do Menino Jesus, falando do retiro que precedeu a sua profissão religiosa, escreveu: «Longe de gozar consolações, coube-me a mais absoluta aridez, quase um estado de abandono. Jesus dormia, como sempre, na minha pequena barca... Não creio que desperte antes do longo retiro da eternidade. Mas, em vez de me entristecer, isto causa-me a maior satisfação. Poderia atribuir a minha aridez à falta de fervor e de fidelidade; deveria sentir-me desconsolada ao recordar as muitas vezes em que adormeci durante a oração e a ação de graças. Apesar disso, não me sinto desconsolada. Limito-me a pensar que as crianças pequenas agradam tanto aos seus pais quando dormem como quando estão acordadas.» Era a sua confiança filial e a sua humildade que lhe davam esta paz. Entretanto, empregava fielmente todos os meios necessários para rezar bem e conseguiu de tal modo que a sua oração se tornou contínua. Mais adiante fala da terrível provação pela qual Deus a fez passar: «Sem dúvida, pensais que vivo inundada de consolações, que sou uma alma para quem o véu da fé quase se rasgou. A verdade, porém, é que já não é um véu para mim; é antes

um muro que se eleva até ao céu e me esconde as estrelas do firmamento. Quando canto no coro a felicidade do Céu, não sinto nenhuma alegria sensível, porque apenas canto aquilo que quero acreditar... O Senhor só colocou esta pesada cruz sobre os meus ombros quando viu que eu era capaz de a suportar; se a tivesse dado mais cedo, receio que me teria lançado no desânimo. Agora, porém, produz apenas um efeito: purificar o meu desejo da pátria celeste de todo o sentimento de prazer natural.»[230]

O que acabamos de dizer aplica-se sobretudo à contemplação obscura e geral. Existe outra forma de contemplação, distinta e determinada, que consiste principalmente em visões, revelações, locuções interiores, etc. É aqui, mais do que em qualquer outro caso, que devemos conservar uma santa indiferença. Devemos mesmo desejar que Deus nos conduza por outro caminho.

Os favores acabados de mencionar não implicam necessariamente santidade. Balaão recebeu o dom da profecia, assim como Saul e Judas. Este último chegou até a realizar milagres. Simples crianças tiveram visões, como em La Salette, Lourdes e Pontmain. Por outro lado, muitos santos parecem nunca ter sido favorecidos deste modo. Nos nossos dias, enquanto Deus prodigalizou tais graças a Gemma Galgani e a várias outras almas, recusou-as totalmente, ou quase totalmente, a almas tão santas como Santa Teresinha do Menino Jesus, a Irmã Isabel da Trindade e a Irmã Celina da Apresentação. Estes privilégios, portanto, não são a santidade nem um sinal seguro de santidade. Santa Teresa de Jesus declara, com razão: «A alma não merece maior glória por ser frequentemente favorecida com estas graças... Nosso Senhor não faz depender delas os nossos méritos, porque há muitos santos que nunca as receberam, ao passo que foram concedidas a outros que de modo nenhum se distinguiram pela santidade.»[231]

Também não constituem um meio necessário para alcançar a perfeição. Todavia, Santa Teresa de Jesus, que foi abundantemente favorecida com estes dons, exalta vivamente a sua eficácia santificadora. Escreve ela: «Devemos estimá-los muito. Quase nunca tive uma visão que não me deixasse mais virtuosa. Basta uma única palavra das que costumo ouvir, uma visão, um êxtase que não dure mais do que o tempo de rezar uma Avé-Maria, para estabelecer a minha alma numa paz perfeita, restituir até a

saúde do meu corpo, encher a minha inteligência de luz e devolver-me o vigor e os desejos que habitualmente possuo. Recordo o que fui; compreendo que caminhava pela senda da perdição; e vejo que, em tão pouco tempo, estes favores operaram em mim uma transformação tão profunda que quase já não me reconheço.»[232] Seria, portanto, um erro rejeitar por princípio ou por preconceito todas estas graças, pois seria fechar o caminho ao Espírito Santo, caso Ele desejasse conduzir-nos à santidade por essa via.

Mas, se alguns destes fenómenos extraordinários são bons e excelentes porque provêm de Deus, outros, produzidos pelo artifício do demónio ou pelo jogo da imaginação, merecem um juízo completamente diferente. É neste campo que as ilusões são mais fáceis do que em qualquer outro da vida espiritual. Até alguns santos canonizados não estiveram sempre livres delas. Basta recordar Santa Catarina de Bolonha. Durante um ano inteiro, no começo da sua vida religiosa, deixou-se enganar pelo demónio, que lhe aparecia sob a forma de Jesus crucificado ou da Santíssima Virgem. É verdade que ela própria favoreceu este engano pela sua presunção.

Santa Teresa de Jesus adverte-nos de que aquele que se atreve a desejar semelhantes favores «já está enganado ou em grande perigo de o ser, porque o demónio aproveitar-se-á da mais pequena abertura para nos armar mil ciladas; além disso, um desejo demasiado ardente excita a imaginação, de tal modo que facilmente julgamos ouvir e ver aquilo que desejamos ouvir e ver.» Pelo contrário, «desde que uma alma esteja resolvida a não se deixar iludir e caminhe com humildade e simplicidade, parece-me impossível que seja enganada.»[233] Contudo, neste domínio é absolutamente indispensável rezar, refletir, consultar pessoas competentes e seguir rigorosamente todas as normas da prudência.

Todos conhecem a insistência com que São João da Cruz recomenda aos seus leitores que desconfiem das visões, revelações e locuções interiores, que lhes resistam e que nada queiram ter com elas. Santa Teresa exprime uma opinião mais moderada. «Há sempre motivo para receio nestas coisas», diz ela, «enquanto não houver certeza de que provêm do Espírito de Deus. Por isso afirmo que, no princípio, o procedimento mais prudente é resistir-lhes. Se Deus for realmente o seu autor, a humildade da alma, ao recusar

esses favores, só servirá para melhor a dispor a recebê-los; e quanto mais forem postos à prova, tanto mais crescerão. Mas não devemos inquietar nem perturbar excessivamente aqueles que recebem tais graças.» Falando em particular das aparições de Nosso Senhor, acrescenta: «Nunca as deveis pedir, nem sequer desejar ser conduzidos por este caminho. É, sem dúvida, um bom caminho, que merece toda a estima e respeito; mas não é conveniente pedi-lo nem desejá-lo.»

A Santa completa este ensinamento com uma recomendação de santo abandono: «Quem nos garante que não perderemos precisamente onde pensamos ganhar? Não será uma estranha falta de prudência querer escolher por nós mesmos o nosso caminho, sem sabermos sequer se é seguro, em vez de nos abandonarmos à direção de Nosso Senhor, que nos conhece infinitamente melhor do que nós próprios, para que nos conduza pelo caminho que mais nos convém e para que a sua santa vontade se cumpra em todas as coisas?»[234] Prudente reserva e filial abandono: eis também a nossa conclusão. Nenhuma outra se harmoniza tão perfeitamente com a exortação do Espírito Santo: «Não desprezeis as profecias; examinai tudo e guardai o que é bom» (1 Ts 5, 20-21).

Além disso, e nunca o devemos esquecer, o essencial não é que a nossa oração seja activa ou passiva, silenciosa ou de outro modo, consoladora ou árida, obscura ou distinta, mas que produza em nós abundantes frutos de mortificação, obediência e humildade; e que nos faça progredir em todas as virtudes, sobretudo no amor, na confiança e no santo abandono. E precisamente essas vicissitudes, de que temos vindo a falar, são maravilhosamente aptas para tornar a alma dócil e maleável nas mãos de Deus, conservando ao mesmo tempo o tesouro da sua humildade.

ARTIGO III. — PROGRESSO NA CONTEMPLAÇÃO E PROGRESSO NA VIRTUDE

Esperávamos progredir, progredir cada vez mais, avançar continuamente nos caminhos místicos. Mas os meses e os anos passaram, e verificamos que pouco ou nenhum progresso fizemos; talvez até nos pareça que recuámos. Trata-se, sem dúvida, de uma prova dolorosa, tão dolorosa

que somos tentados a perder a coragem e talvez até a abandonar a nossa santa empresa. Mas enganamo-nos.

O desejo de progredir nos caminhos da mística é, em si mesmo, perfeitamente legítimo, e temos o direito de o apresentar a Deus numa oração confiante e filial. Não somos movidos pelo pensamento de que, à medida que a nossa intimidade com Ele se tornar mais profunda, receberemos maior luz e maior força, fortaleceremos a união de amor e tornaremos mais perfeita a prática da virtude?

Mas é necessário moderar este desejo por um abandono filial. Deus quer permanecer Senhor dos dons que Se propõe conceder-nos. Reserva para Si o tempo e a medida desses dons, a fim de nos conservar na dependência e na humildade. Não eleva todas as almas de boa vontade à contemplação mística. E, entre aquelas que Ele eleva, nem todas são destinadas ao mesmo grau de oração, assim como nem todas são destinadas ao mesmo grau de perfeição. Quando começa a prodigalizar-nos os Seus dons, nunca sabemos se quer conceder-nos favores maiores, deixar-nos aqueles que já nos deu ou retirá-los. Certas graças místicas são concedidas apenas por algum tempo; depois Deus retira-as, mesmo sem qualquer culpa da nossa parte. Poderia proceder de modo semelhante relativamente às graças da oração. Temos, contudo, motivos para esperar que Ele as conservará e aumentará continuamente, se Lhe formos fiéis. Ainda assim, Ele é o Senhor. Deixa-nos na ignorância dos Seus desígnios, ou antes, oculta-os cuidadosamente ao nosso conhecimento. Que devemos, então, fazer? Nunca nos aventuremos a sair da tranquilidade e da noite dos sentidos; mostremo-nos satisfeitos com a graça que Deus nos concedeu: o nosso estado actual é muito belo, muito invejável, comparado com o de tantos outros. Continuemos a louvar o Senhor, que Se dignou prevenir-nos com as bênçãos da Sua doçura, e ocupemo-nos exclusivamente em cuidar da preciosa semente que lançou em nós. Tal gratidão e fidelidade não deixarão de alegrar o coração e de abrir a mão do nosso bom Pai, ao passo que a ingratidão e a negligência O feririam no mais íntimo e levá-Lo-iam, por assim dizer, a arrepender-Se da Sua generosidade.

Este desejo deve ser paciente e saber esperar o momento da graça. Segundo o ensinamento de todos os mestres da vida espiritual, os diversos

graus da contemplação passiva são antes estações, períodos ou idades espirituais. Em regra, é necessário permanecer longamente em cada um deles antes de passar ao seguinte. Deus assim o quis, para que os diferentes estados de oração tenham tempo suficiente para produzir os seus próprios efeitos. Devemos, portanto, preocupar-nos muito mais em tirar pleno proveito do grau em que nos encontramos do que em subir ao que lhe está acima. Além disso, não será o progresso na virtude o principal fruto que esperamos colher destas graças místicas e o meio mais seguro, se assim agradar a Deus, para nos prepararmos para novas ascensões?

E, acima de tudo, este desejo deve ser humilde e vigilante. Se não subimos a alturas mais elevadas, e com maior rapidez, a culpa encontra-se, em geral, na falta de zelo em nos dispormos e corresponder mos à graça. Assim pensa Santa Teresa de Jesus. «Há muitíssimas almas», escreve ela, «que chegam a este estado (o da oração de quietude; refere-se às suas próprias comunidades, muito fervorosas e santamente governadas). Mas muito poucas passam além dele; por que razão, não o sei. Certamente que a culpa não está da parte de Deus. Quanto a Ele, depois de conceder tão sublime favor, nunca deixará, ao menos assim me parece, de derramar graças ainda maiores e mais sublimes, a não ser que nós, pelas nossas infidelidades, O obriguemos a isso... Grande é a minha dor quando, entre tantos que chegaram até aqui e que todos deveriam prosseguir mais além, vejo tão pequeno número dos que efectivamente o fazem, que quase me envergonho de o dizer.»[235] São Francisco de Sales faz sua esta opinião de Santa Teresa e acrescenta: «Sejamos, pois, Teótimo, muito atentos ao progresso no amor que devemos a Deus, porque o amor que Ele nos tem jamais poderá faltar.»[236] É uma doutrina muito encorajadora. Mas mostra-nos também as nossas responsabilidades. Longe de nos ensoberbecermos por termos alcançado a oração de quietude, deveríamos antes perguntar-nos, com santo temor, por que motivo não avançámos mais. E, se nos parece que quase não fazemos progresso algum, impõe-se sempre um humilde exame de consciência.

Se, por nossa culpa, interrompemos o fluxo dos favores divinos, removamos imediatamente a causa desse mal. Se a nossa consciência nada encontra de que nos acuse, adoremos, com humilde confiança, a santa vontade de Deus. E, enquanto esperamos o momento da Sua Providência,

esforcemo-nos, com zelo redobrado, por santificar esta provação e preparar-nos para novas graças. Enquanto permanecermos fiéis a esta atitude, o nosso estado de oração poderá parecer estacionário; na realidade, porém, a nossa fé torna-se mais luminosa e todas as virtudes ganham vigor, particularmente o amor, a confiança e o abandono. Que mais desejamos? Não será este progresso a única coisa necessária, a única verdadeiramente essencial? Aqui possuímos todo o fruto que deveríamos esperar do progresso nos caminhos místicos. Mas, se faltássemos precisamente nisto, de que nos serviria ter praticado a forma mais sublime de oração, cheia de luzes, ardores e êxtases? E, pelo contrário, se, como supomos, atingimos realmente o fim essencial de toda a oração, que importa termos chegado até ele por um caminho mais comum, e até através de uma prolongada privação dessas luzes, desses ardores e desses arrebatamentos?

Nunca o esqueçamos: o progresso verdadeiro e sólido, aquele que é o fim da graça divina e da nossa cooperação, aquele que devemos desejar de modo absoluto, é o progresso em todas as virtudes, sobretudo na caridade, que é a rainha de todas elas. Talvez não seja inútil esclarecer um pouco melhor este pensamento. O amor tem a sua sede na vontade. Muitas vezes, mas nem sempre, transborda daí para as faculdades inferiores. Torna-se então visível e sensível e, por vezes, chega mesmo a produzir verdadeiros êxtases. Quanto mais sensível é, tanto mais sentimos a sua força e tanto mais desejável nos parece. Nesse caso, encontra-se plenamente desenvolvido, e o seu poder aumenta porque todas as nossas faculdades concentram nele as suas energias. Todavia, não são essas luzes brilhantes, nem essa santa embriaguez, nem esse fervor exuberante que devem constituir o principal objecto dos nossos desejos. Com efeito, é perfeitamente possível, e por vezes acontece realmente, que este amor seja mais sensível do que espiritual e, por conseguinte, que o seu brilho ultrapasse o seu verdadeiro valor. Pelo contrário, o amor pode permanecer puramente espiritual, sem exercer qualquer influência sobre as faculdades sensíveis. Nesse caso será quase imperceptível, embora ao mesmo tempo cheio de vida e de vigor. É pelos seus frutos, e não pelas suas flores, que o amor deve ser avaliado: as obras são a sua prova e a sua verdadeira medida. Sólido e profundo é o amor que une poderosamente a nossa vontade à vontade de Deus; é perfeito quando nos leva a identificar a nossa vontade com a d'Ele, de tal modo que queremos tudo o que Ele quer e nada

queremos daquilo que Ele não quer. Isto supõe um desapego universal e uma verdadeira morte para nós mesmos.

É este o fim para o qual somos obrigados a tender. O progresso na contemplação é apenas um meio para o alcançar. Nem sequer é um meio necessário, nem, por si só, suficiente.

«Certas religiosas», diz Santo Afonso, «têm lido livros sobre mística; e vede-as agora, de repente, cheias de ardor pela união extraordinária que os autores chamam passiva. Eu preferiria vê-las inflamadas pelo desejo da união activa, isto é, da perfeita conformidade com a vontade divina, na qual, como assegura Santa Teresa, consiste a verdadeira união da alma com Deus. Por isso acrescenta ela, falando das almas favorecidas apenas com a união activa: “Talvez estas tenham maior merecimento, porque necessitam de maior esforço pessoal, e Deus trata-as como almas fortes na virtude.” É indubitável que, mesmo sem contemplação infusa e com o auxílio da graça ordinária de Deus, podemos, pelos nossos próprios esforços correspondidos, aniquilar o amor-próprio e conformar completamente a nossa vontade com a vontade divina. Devemos, portanto, desejar e pedir unicamente que Deus realize em nós a Sua vontade. Nisto consiste toda a santidade.»[237] Segundo Santo Afonso, há, pois, um único objectivo a alcançar: a perfeita conformidade da nossa vontade com a santa vontade de Deus. Mas há dois caminhos para esse objectivo: a união activa e a união passiva. Consequentemente, devemos pedir, de modo absoluto, apenas a perfeita conformidade — o santo abandono. Quanto à escolha dos caminhos e dos meios, compete a Deus seleccioná-los para nós, conforme mais Lhe aprouver.

Contudo, é perfeitamente legítimo desejar as formas místicas de oração e pedir progresso nelas, se tal for do agrado de Deus. O ensinamento tradicional é explícito neste ponto. E até Santo Afonso, que aqui adopta uma posição algo singular, admite pelo menos que, se possuímos o germe destas graças, temos o direito de pedir o seu desenvolvimento.

Quem ignora a estima e o amor de Santa Teresa de Jesus pelas formas místicas de oração? Quanto mais sublimes e frequentes elas são, tanto mais ela exalta a sua maravilhosa eficácia, para que as apreciemos devidamente, as desejemos como um tesouro inestimável e nos esforcemos por as

alcançar, se Deus assim o quiser, custe o que custar. Em parte alguma exclui deste desejo e deste esforço nem a união plena, nem a união extática, nem sequer o matrimónio espiritual. Poderíamos citar numerosas passagens das suas obras que demonstram claramente que nunca pretendeu excluí-las. Mas, apesar dos magníficos elogios que faz à oração de união, prefere, todavia, a união da vontade, como se prefere o fim ao caminho, o fruto à flor. Foi «esta união da vontade que constituiu o objecto do desejo de toda a sua vida e que incessantemente implorou a Nosso Senhor». A oração de união é o caminho mais curto, o meio mais rápido e eficaz para atingir esse fim. Mas é apenas um dos caminhos, e não o próprio fim. «Repito-o», diz ela, «o nosso verdadeiro tesouro é uma profunda humildade, um grande espírito de mortificação e uma perfeita obediência, que, vendo o próprio Deus nos nossos superiores, se submete a tudo quanto eles mandam... Aqui temos um sinal de progresso muito mais seguro do que os deleites da oração, os êxtases, as visões e os outros favores deste género que Deus concede às almas conforme Lhe apraz.»[238]

São Filipe Néri exprimia a mesma doutrina nestas palavras: «A obediência, a paciência e a humildade valem mais para as religiosas do que todos os êxtases.»[239]

Santa Teresa, São Filipe e Santo Afonso conheciam, por longa experiência pessoal, o valor inestimável da união plena e do êxtase. Estavam, por isso, muito longe da culpável ingratidão que recusa reconhecer os dons de Deus, e igualmente longe da não menos culpável aberração que os despreza, que cria preconceitos contra eles e que pretende dar lições ao Espírito Santo. O que pretendiam era apenas pôr-nos de sobreaviso contra possíveis ilusões. E a pior de todas as ilusões seria, sem dúvida, confundir os favores místicos com a própria santidade. Estes são graças preciosíssimas quando vêm de Deus. Mas cabe-nos utilizá-las da melhor maneira para aperfeiçoar a nossa conduta, que deve elevar-se ao nível da nossa oração.

Assim, São Francisco de Sales podia afirmar, com toda a verdade, que, se uma pessoa experimentasse arroubamentos na oração, mas não tivesse êxtases na sua conduta diária, isto é, se não se elevasse acima das ambições mundanas e dos desejos e inclinações naturais por meio da abnegação, da

simplicidade e da humildade, e sobretudo por uma caridade constante, «todos os seus arrebatamentos seriam extremamente duvidosos e perigosos; serviriam mais para conquistar a admiração dos homens do que para santificar as almas; seriam apenas divertimentos e imposturas do espírito maligno. Felizes os que vivem uma vida sobre-humana, extática, superior aos instintos naturais, ainda que jamais tenham sido arrebatados acima de si mesmos na oração! Há muitos santos no Céu que nunca experimentaram os raptos e êxtases da contemplação... Mas nunca houve um santo que não tivesse experimentado os êxtases da conduta, elevando-se acima de si mesmo e das suas inclinações naturais.»[240]

Podemos avaliar, à luz do que ficou dito, o verdadeiro alcance das fórmulas: «Tal a oração, tal a perfeição»; ou ainda: «Tal a perfeição, tal a oração». Contêm um fundo de verdade. Habitualmente, com efeito, o nosso progresso na oração mede-se pelo nosso progresso na vida espiritual; e, reciprocamente, o nosso progresso na vida espiritual é poderosamente favorecido pelo progresso na oração. Mas entenderíamos estas fórmulas de maneira demasiado absoluta e muito exagerada se supuséssemos que a oração e a vida espiritual avançam sempre e rigorosamente a par. Isto não é verdadeiro, pelo menos no que respeita à oração mística. Trata-se de uma graça que Deus nunca está obrigado a conceder a ninguém, por mais fiel que seja. Dá-a a quem quer e na medida que quer. É um instrumento maravilhosamente eficaz, mas é preciso saber utilizá-lo. Imaginemos várias almas exactamente com o mesmo grau de preparação e de fidelidade na correspondência à graça: Deus, se assim o quiser, pode recusar as graças místicas a umas e concedê-las a outras. Por isso, só pela presença ou ausência desses dons não podemos julgar da perfeição relativa de cada uma. São José de Cupertino tinha êxtases muito frequentes. Será por isso um santo maior do que São Francisco de Sales ou São Vicente de Paulo, que não receberam privilégios tão elevados? Nos tempos mais recentes, Deus prodigalizou diversos dons místicos a Gema Galgani e a muitas outras almas santas. Mas não manifestou a mesma liberalidade para com a Irmã Isabel da Trindade ou Santa Teresinha do Menino Jesus. Devemos então supor que estas últimas eram inferiores em santidade às primeiras? Só Deus pode julgar isso. Mas, de qualquer modo, todos sabem que Santa Teresinha do Menino Jesus se tornou a grande taumaturga do nosso tempo e que a sua vida continua a ser o ideal da verdadeira perfeição religiosa.

Tudo o que temos vindo a dizer acerca da contemplação mística pode resumir-se nas poucas palavras com que concluímos *Les Voies de l'Oraison mentale*: «A melhor oração não é a mais consoladora, mas a mais fecunda; não é a que nos eleva, quer pelos caminhos comuns quer pelos místicos, mas a que nos torna humildes, desapegados, obedientes, generosos e fiéis a todos os nossos deveres. Certamente, temos uma altíssima estima pela contemplação, contanto, porém, que ela una a nossa vontade à vontade de Deus, transforme a nossa vida ou, pelo menos, nos faça avançar na virtude. Consequentemente, devemos desejar progredir na oração apenas como meio de avançar na perfeição. E, em vez de satisfazer a nossa curiosidade procurando descobrir a que grau chegaram as nossas comunicações com Deus, deveríamos antes examinar se delas tirámos todo o fruto que são capazes de produzir para a extinção do amor-próprio e para o desenvolvimento da vida divina da graça nas nossas almas.»

ARTIGO IV. — DEIXAR DEUS AGIR NOS CAMINHOS MÍSTICOS

«Deixar Deus agir» é uma expressão muito usada nos nossos dias. Encerra uma verdade. Mas não devemos tomá-la à letra, sob pena de abrir a porta ao semiquietismo. Quando explicámos a ideia do santo abandono, mostrámos, com abundância de provas, que ele não exclui nem a previdência nem o esforço pessoal. Portanto, não pode ser correctamente descrito apenas como «deixar Deus agir», quer nos caminhos comuns quer nos místicos. O caminho comum é activo e o caminho místico é passivo. A acção divina será, por conseguinte, diferente em cada um deles. Todavia, a fórmula «deixar Deus agir» não exprime todos os nossos deveres, nem num nem noutro.

No caminho comum, a acção de Deus adapta-se ao nosso modo natural de agir. Deixa-nos a escolha e a direcção das nossas operações. Coloca-Se, por assim dizer, ao nosso serviço. Tal é a admirável condescendência do nosso Pai celeste! Limitemo-nos, para já, à oração e tomemos como exemplo a meditação. Tratando-se de uma obra sobrenatural, é necessário que a graça divina nos preceda e coopere connosco em cada um dos nossos actos, porque sem ela nada podemos fazer. Mas deixa-nos determinar livremente o tempo, o lugar e o assunto da oração. Deixa-nos também conduzi-la, no sentido de podermos escolher, conforme quisermos, as

considerações e os afectos, atribuir-lhes a ordem, a extensão e a variedade que entendermos, e formular as resoluções segundo a nossa preferência. Deus trabalha connosco e em nós; mas acomoda-Se ao nosso modo humano de operar e permanece oculto. É verdade que nos dispõe segundo o Seu beneplácito; e, por isso, encontramo-nos ora na aridez, ora na consolação, ora na calma, ora no combate, ora na paz, ora na dor interior. Aqui, sem dúvida, o princípio «deixar Deus agir» tem o seu lugar, mas há igualmente um amplo espaço para a nossa actividade livre.

As condições mudam quando entramos nos caminhos místicos. Tomemos como exemplo o estado de quietude. Deus, actuando por meio dos dons do Espírito Santo, já não Se oculta tanto. Ordinariamente, faz sentir a Sua presença e a Sua acção. Intervém, segundo o Seu beneplácito, no coro, durante a leitura espiritual, no trabalho manual, no momento e no lugar que julga oportunos, e nem sempre quando O esperamos. Já não Se acomoda às nossas actividades naturais; antes, em certo sentido, impõe-nos a Sua própria actividade. Sempre que Lhe apraz, toma a iniciativa e assume a direcção da nossa oração. Liga a imaginação, a memória e o entendimento, para impedir considerações desenvolvidas, metódicas e discursivas, bem como afectos variados e complexos, e para nos conduzir gradualmente a uma atenção simples e amorosa. É Ele próprio quem produz a luz e o amor. Infunde-os em torrentes, em menor abundância ou gota a gota; intensifica-os ou diminui-os conforme quer. Dá-lhes por objecto ora os Seus atributos divinos, ora a Paixão, ora a Santa Infância, ora qualquer outro mistério que julgue conveniente. Desperta nas nossas almas o silêncio da admiração, os transportes de amor ou os colóquios tranquilos; ou pode até reduzir-nos à árida provação de um deserto sem limites. Não está no nosso poder intensificar nem moderar a Sua acção, retê-Lo ou fazê-Lo voltar contra a Sua vontade quando decidiu retirar-Se. Ele é o Senhor e faz-nos sentir que o é. Mas a Sua intervenção será sempre efeito do Seu amor misericordioso e da Sua sabedoria infalível.

Apesar disso, deixa-nos, em regra, a possibilidade de fazermos leituras piedosas e até de encontrarmos abundantes considerações para proveito dos nossos irmãos. À parte a impotência para meditar, que pode tornar-se absoluta, a influência mística no estado de quietude não paralisa completamente as nossas faculdades. Conservamos sempre o poder de a

aceitar ou rejeitar, de adoptar o assunto de oração que ela nos propõe ou de escolher outro, de nos limitarmos às ocupações que ela nos inspira ou de lhes acrescentarmos outras da nossa escolha, como afectos, súplicas, etc. Numa palavra, o estado de quietude é uma mistura de contemplação activa e passiva, ou, na linguagem de Santa Teresa de Jesus, «o natural mistura-se aqui com o sobrenatural».[241] Consequentemente, também aqui há lugar, ao mesmo tempo, para «deixar Deus agir» e para a nossa própria actividade pessoal.

A passividade da alma será muito mais acentuada na união plena e no êxtase. Na primeira, quase não terá actividade; no segundo, quando atinge o seu máximo desenvolvimento, não terá absolutamente nenhuma. Mas, neste grau da vida espiritual, a nossa oração não atinge sempre essa intensidade máxima. Longe disso. Além disso, ela sobe e desce até durante o mesmo exercício. Na maior parte das vezes permanecerá, portanto, na simples quietude ou nas purificações passivas. Em resumo, a contemplação só muito raramente é inteiramente passiva. E, por consequência, haverá sempre lugar para «deixar Deus agir» e, muito frequentemente, também para a nossa própria actividade, em maior ou menor grau. Mas, sendo a acção divina a principal, a nossa deve conservar-se na devida subordinação, harmonizar-se e fundir-se com ela.

Este «deixar Deus agir», bem entendido, não significa — quando correctamente compreendido — a atitude puramente passiva de um campo que recebe, com uniforme inércia, o orvalho do céu ou os raios do sol. Exprime antes a atitude de uma alma inteligente e livre que, compreendendo o benefício divino, se apresenta com desejo sincero de o receber e de não perder a mais pequena parcela dele. Não se limita a dar o seu consentimento, a abster-se de qualquer resistência activa ou de tudo quanto possa constituir obstáculo; além disso, oferece o seu espírito, o seu coração e a sua vontade, para que tudo fique submetido ao domínio da graça. Assim, enquanto a influência mística se faz sentir, permanece vigilante para repelir as distracções e todas as ocupações que, porventura, se introduzam e sejam incompatíveis com a sua oração. Evita, por isso, procurar, e até recusa quando espontaneamente se lhe apresentam, considerações prolongadas, afectos variados e complexos e tudo aquilo que seja mais apto para extinguir do que para fortalecer a delicada chama. Em

contrapartida, recebe a acção divina com reverência e submissão, com confiança e gratidão, procurando adaptar-se a ela o mais perfeitamente possível. Aceita-a tal como lhe é oferecida, quer seja fraca quer intensa, silenciosa ou mais afectiva, sem procurar outro assunto. Se a ocupação infusa lhe parece suficiente, limita-se à contemplação de Deus num silêncio amoroso ou à produção de afectos piedosos, seguindo os movimentos do Espírito Santo. Se essa ocupação lhe parece demasiado fraca, procura fortalecê-la por meio de alguns afectos piedosos conformes à acção divina. Numa palavra, coloca-se, com amorosa reverência, à disposição da graça. Mas, quando a influência mística deixa de se fazer sentir, entrega-se à oração por sua própria determinação e segundo a sua escolha, empregando o método que julga mais eficaz. Supre então aquilo que não pôde fazer durante a oração passiva; dedica-se à leitura espiritual e produz os afectos e as súplicas convenientes ao seu estado. São Francisco de Sales insistia muito neste ponto na direcção espiritual que dava a Santa Joana Francisca de Chantal e às suas filhas. Terminada a oração, a alma aplica-se a recolher todos os frutos recebidos e a conservar-se, pela mortificação interior, no fervor e na pureza que a disponham para receber novas graças, se tal for a vontade de Deus.

Quando foi profundamente provada, e repetidas vezes, nas purificações passivas, parece a esta pobre alma que Deus a abandonou; contudo, nada se perdeu, a não ser o homem velho. Estamos nas mãos de Deus. Porque haveríamos de desanimar? Não é Ele omnipotente? O meio mais seguro de abreviar a provação é submeter-nos sem queixas, sem murmurações nem inquietação. Longe de permanecermos numa atitude de pura passividade, coloquemos a nossa confiança em Deus, o melhor dos amigos, o nosso Pai infinitamente sábio e bom; ofereçamos-Lhe, durante todo o tempo que Ele quiser, as nossas mãos e os nossos pés, para que os pregue à cruz segundo o Seu beneplácito. E não fujamos d'Ele quando a nossa oração promete ser árida. Pelo contrário, aproximemo-nos dela por fidelidade ao dever e cumpramo-lo corajosamente. Evidentemente, não devemos ser, de forma alguma, a causa voluntária da nossa aridez; e devemos manter diante de Deus uma atitude humilde, arrependida, submissa e sempre cheia de confiança, para que o doloroso estado em que nos encontramos produza na nossa alma os mais ricos frutos de humildade, renúncia e santo abandono. Assim, teremos obtido um lucro abundante.

Foi esta a norma de conduta seguida por Santa Joana Francisca de Chantal e transmitida às suas filhas espirituais. «Neste estado passivo não deixava de agir em certos momentos, como quando Deus suspendia a Sua operação ou quando a graça a movia a isso. Mas os seus actos eram sempre breves, humildes e amorosos. “Sim, minha filha”, dizia ela, “sempre que Deus o quer e me faz conhecer a Sua vontade por um movimento da graça, pratico alguns actos interiores ou pronuncio algumas palavras interiores, sobretudo para repelir a tentação. Deus não permite que eu seja tão temerária que presuma nunca precisar de actos particulares. E creio que se enganam aqueles que dizem nunca fazer acto algum. Até creio que a nossa irmã Ana Maria Rosset faz alguns sem dar por isso. Pelo menos, obrigo-a a fazer actos exteriores.”»

A Santa, acrescenta o seu biógrafo, «tinha, pois, grande cuidado em nada fazer senão sob a influência da graça. Permanecia absolutamente submissa e obediente às suas inspirações, quer Deus, suspendendo a Sua própria operação, a convidasse à actividade, quer a deixasse entregue a si mesma. Passava assim de um estado para outro, alternadamente passivo e activo, conforme o beneplácito divino: admiráveis vicissitudes na vida desta grande santa, que, como observa Bossuet, tinham por finalidade torná-la dócil sob a mão poderosa de Deus e levá-la a adaptar-se continuamente aos diferentes estados em que Ele a colocava. Foi a isso que ela deveu as admiráveis virtudes, submissões e resignações que ornamentaram a sua vida... Este estado extraordinário, que a Santa experimentou inicialmente apenas durante a oração, manifestou-se depois também na Missa e na Sagrada Comunhão, durante o Ofício coral e, não raras vezes, ao longo do dia. Por vezes durava apenas um instante, durante o qual permanecia silenciosa, de olhos fechados, unida a Deus por um simples olhar. Noutras ocasiões prolongava-se durante várias horas, mas sem lhe tirar a liberdade de pensar nem de agir.»[242]

Esta última observação leva-nos a dizer que, assim como podemos ser movidos por Deus na oração, também o podemos ser nas nossas acções. Falámos longamente da oração, porque nos parece ser aí que a influência mística se faz sentir de modo mais particular; e tudo o que dissemos permitirá talvez compreender melhor em que consiste essa influência e

como lhe devemos corresponder quando, como pode acontecer, a encontramos fora da oração.

No caminho comum, a graça permanece escondida, até mesmo para aquele que a recebe. Deixa-nos a iniciativa, a escolha nas coisas lícitas, a deliberação, a decisão e a execução. No fundo, porém, tudo procede da graça do Espírito Santo, porque, na ordem sobrenatural, nada é possível sem que Ele nos sugira o pensamento e nos ajude tanto a querer como a realizar. Mas oculta-Se e adapta-Se de tal modo ao nosso modo natural de agir que tudo parece provir apenas dos nossos próprios esforços. Só pela fé sabemos que a nossa vontade foi auxiliada pela graça oculta e, em certos momentos, sustentada pelos dons do Espírito Santo.

Pelo contrário, na acção mística, assim como na oração mística, a influência divina faz-se sentir e torna-se, por assim dizer, sensível. Já não procura adaptar-Se aos nossos processos humanos. De repente, a alma é iluminada e posta em movimento como por um instinto divino, uma inspiração particular, um impulso especial. Mas, por mais súbita e por mais suavemente imperiosa que seja a acção de Deus, ela não suprime o exercício natural da nossa liberdade; o nosso consentimento é dado livremente e com grande alegria, e unimos deliberadamente as energias de todas as nossas faculdades para corresponder. Por isso, Bossuet podia dizer com verdade: «Somos tanto mais activos quanto mais impelidos, movidos e animados somos pelo Espírito Santo; o próprio acto pelo qual nos entregamos à influência divina põe-nos, por assim dizer, inteiramente em movimento para Deus.»[243] Mas, noutro sentido, pode dizer-se que somos tanto menos activos quanto mais passivos somos: sentimos que uma força superior tomou a iniciativa, escolheu o acto particular, substituiu a deliberação por um instinto divino e nos impele à execução.

Quando uma alma é frequentemente favorecida com estas influências místicas, dizemos que ela vive sob a direcção do Espírito Santo. Poderá uma alma ser sempre e em tudo conduzida deste modo pelo Espírito de Deus? Segundo São João da Cruz, isso aconteceu com a Santíssima Virgem, e apenas com Ela. Elevada desde o primeiro instante da sua existência a este estado sublime — em que o próprio Deus move as faculdades para actos conformes ao Seu beneplácito —, a gloriosa Mãe de Deus nunca teve

no espírito qualquer pensamento de criatura que pudesse distraí-La de Deus ou orientar a sua conduta. Todos os seus movimentos eram sempre suscitados pelo Espírito Santo... «Embora seja difícil encontrar outra alma inteiramente conduzida pelo Senhor e favorecida com essa união permanente, na qual as faculdades permanecem sempre divinamente ocupadas, encontramos, todavia, muitas que são movidas por Ele nas suas acções e não pela sua própria escolha.»[244]

Bossuet exprime-se no mesmo sentido. «Esses estados imaginários dos nossos falsos místicos», escreve ele, «nos quais a alma seria continuamente movida por aquelas impressões extraordinárias de que falamos, eram desconhecidos de São João da Cruz e de Santa Teresa. Posso acrescentar que nem as Angelas, nem as Catarinas — a de Génova e a de Sena —, nem as Teresas de Ávila, nem os Pedros de Alcântara, nem quaisquer outras das almas mais puras e contemplativas, jamais acreditaram ser sempre passivas, mas apenas em certos momentos. E quando, como frequentemente acontecia, voltavam ao seu estado ordinário, agiam do modo habitual. O mesmo sucede com a Madre de Chantal, uma das contemplativas mais experimentadas dos nossos tempos... Existirá, ou terá existido, um pequeno grupo de almas privilegiadas assim movidas pelo Espírito Santo em todos os instantes?» Deixa a resposta a Deus e, sem afirmar a existência de tais estados, declara simplesmente que, na prática, nada há de tão perigoso nem tão sujeito a ilusões como dirigir as almas supondo que elas já chegaram a essa extraordinária passividade; e que, em qualquer caso, a perfeição cristã não consiste em graças desta natureza. A propósito dos estados passivos, assinala dois erros opostos: o dos quietistas, que faziam da passividade um estado permanente, muito comum e necessário, pelo menos para a perfeição; e o daqueles que consideram como ilusões «todos esses estados em que certas almas privilegiadas recebem passivamente impressões divinas, tão sublimes e maravilhosas que mal podemos compreender a sua admirável simplicidade».[245]

Assim, enquanto sentimos em nós a acção de Deus, devemos segui-la com confiante docilidade. Logo que ela cesse, devemos retomar os meios ordinários para evitar o pecado, praticar a virtude e cumprir os deveres quotidianos. E, como o caminho nos foi claramente traçado e a graça nunca faltará à oração e à fidelidade, não temos necessidade de esperar que Deus

nos manifeste de novo a Sua vontade ou que nos mova para a acção por um impulso particular. Ou antes, «não é permitido a um cristão», como diz Bossuet, «sob o pretexto da oração passiva ou de qualquer outra oração extraordinária, esperar, na direcção da sua vida, quer nas coisas espirituais quer nas temporais, que Deus o determine para cada acto por um movimento particular da graça. Agir assim é tentar a Deus e conduz à ilusão e a uma negligente indiferença.»[246]

Mas, em matérias tão delicadas, devemos estar especialmente de sobreaviso contra as ilusões. A nossa vida mística deve, por isso, ser submetida a um sério discernimento, segundo as regras para o discernimento dos espíritos. Se o seu efeito é tornar-nos mais fiéis aos nossos votos e regras, mais obedientes aos superiores, mais desejosos de viver em paz com os nossos irmãos, mais vigorosos no combate contra as tentações e mais zelosos em santificar as provações, não há motivo para suspeitar da sua origem nem do uso que dela fazemos. Mesmo assim, devemos imitar Santa Teresa de Jesus: «O que ela sempre desejou com maior ardor foi a aquisição das virtudes, e era isso mesmo que recomendava insistentemente às suas religiosas; costumava dizer que, quanto mais humilde e mortificada fosse uma alma, tanto mais espiritual ela seria também.»[247]

Como é muito difícil sermos bons juízes no que nos diz respeito, é sobretudo aqui que temos necessidade de um director espiritual experiente. Além disso, a Providência estabeleceu que os homens fossem governados por outros homens. Nosso Senhor apareceu a Saulo e enviou-o a Ananias. Santa Teresa de Jesus, Santa Joana Francisca de Chantal e Santa Margarida Maria possuíam inteligências muito esclarecidas e um juízo muito recto; contudo, recorriam sempre aos seus directores espirituais ou aos seus superiores, conforme os casos. Falando de si mesma, Santa Teresa diz que «nunca regulou a sua conduta pelas inspirações recebidas na oração; e, quando os seus confessores lhe mandavam proceder em sentido contrário, obedecia sem a menor relutância e mantinha-os informados de tudo quanto lhe acontecia... Nosso Senhor assegurou-lhe que procedia bem obedecendo e que seria Ele próprio a manifestar a verdade das Suas inspirações.»[248] Mas mostrou-Se indignado com aqueles que lhe proibiam a oração. Falou no mesmo sentido a Santa Margarida Maria: «Doravante adaptarei as

Minhas graças ao espírito da regra, à vontade dos teus superiores e à tua própria fraqueza. Deves olhar com desconfiança para tudo o que te afastar da observância exacta. Quero que a prefiras a tudo o mais e que prefiras a vontade dos teus superiores à Minha. Sempre que eles te proibirem de fazer aquilo que Eu te ordenei, segue a vontade deles. Eu saberei realizar os Meus desígnios por meios que parecerão inadequados e até contrários a eles.» Demonstrou depois, pelos acontecimentos, com que terríveis golpes podia abater toda a oposição. Porque, embora nos mande «provar os espíritos, para ver se são de Deus»,[249] quando esse discernimento foi suficientemente realizado, não permitirá que ninguém se oponha aos Seus desígnios.

CAPÍTULO XV: Dois exemplos memoráveis

Antes de concluirmos este estudo sobre o abandono no meio dos sofrimentos interiores, citaremos dois exemplos memoráveis, singularmente aptos para nos instruir e encorajar. Neles aprenderemos como Deus trata as maiores almas e de que modo as suas provações servem para as santificar.

«Pelos fins do ano de 1604, Santa Joana Francisca de Chantal viu-se assaltada por horríveis tentações contra a fé, dúvidas acerca dos mais sagrados mistérios e, em particular, acerca da autoridade divina da Igreja. Quando essas tentações desapareciam por algum tempo, era apenas para dar lugar à obscuridade, à impotência, a grandes aridezes, a uma completa ausência de gosto e de devoção na prática da virtude. Em vão se aplicava à oração: a sua inteligência, tão penetrante para todos os outros assuntos, permanecia envolta em trevas. Esforçava-se por suscitar actos de amor de Deus, mas o seu coração parecia transformado em mármore. O simples nome de Deus bastava para a gelar. Daí resultavam desolações impossíveis de descrever.»

Este doloroso estado prolongou-se por mais de quarenta anos. Mas, durante os últimos nove, redobrou de intensidade e tornou-se «uma terrível agonia que só cessou um mês antes da sua morte. A sua alma estava entregue a tantas e tão cruéis dores interiores que já não conseguia reconhecer-se. Não ousava voltar os olhos para o seu interior nem elevá-los para Deus. A sua alma parecia-lhe toda manchada de pecados, negra de ingratidão, desfigurada, horrível de contemplar. Quanto mais obras

realizava para maior glória de Deus, quanto mais a sua santidade deslumbrava os olhos do mundo, tanto mais ela se via despojada de toda a virtude e privada de todo o mérito. Se exceptuarmos as imagens impuras, com as quais nunca foi atormentada, o seu espírito era invadido por maus pensamentos de toda a espécie, e as acções mais detestáveis apresentavam-se à sua imaginação; dúvidas acerca dos mais adoráveis mistérios, blasfémias contra os mais misericordiosos atributos de Deus e as mais abomináveis suspeitas acerca do próximo disputavam entre si o domínio da sua alma. Não admira que grossas lágrimas lhe corressem pelas faces quando falava das suas provações interiores. Durante a noite ouviam-na gemer como uma pessoa mortalmente enferma. Durante o dia esquecia-se de comer e de beber. E a mais terrível de todas as aflições era pensar, no meio das tentações, que Deus a tinha finalmente abandonado, que já não olhava para ela nem Se ocupava dela. Na sua extrema desolação chamava por Ele, mas era como se estendesse os braços nas trevas para um ser amado desaparecido para sempre. Ou antes, Deus era para ela mais do que um ausente. Parecia ter-Se tornado seu inimigo. Rejeitava-a. Em vão procurava acalmar os seus temores representando-O sob as imagens do Bom Pastor, do Esposo, do Amigo amoroso; imediatamente O via aparecer como um Juiz irritado, como um Senhor desprezado que exigia vingança. Pouco a pouco, todos os exercícios relativos a Deus se lhe tornaram pesados. Tremia sempre que tinha de se aplicar à oração e, sobretudo, quando se aproximava da Sagrada Comunhão. Então, o pensamento dos seus crimes, por um lado, e da santidade divina, por outro, trespassava-lhe o coração como uma espada de dois gumes.»

Era uma contemplação extremamente sublime, mas terrivelmente purificadora. «Até então conservara toda a sua luz para dirigir os outros. Agora já não era assim. A própria direcção espiritual tornara-se para ela fonte de temíveis tentações. Não podia ouvir falar de um sofrimento sem o sofrer ela mesma, nem ouvir mencionar um pecado sem acreditar que era culpada dele.»

«Eis um espectáculo digno de eterna meditação!», exclama o seu biógrafo. «Esta mulher forte, dotada de uma inteligência poderosa e nobre: vede-a esmagada, aniquilada, incapaz de se dirigir a si mesma, obrigada a caminhar às apalpadelas por esse caminho da vida espiritual que conhece

tão bem para guiar os outros, mas no qual, tratando-se de si própria, já não consegue ver! Foi assim que Deus produziu e conservou a sua humildade. Foi assim que preservou a humildade dos grandes santos que admiramos na história, que ressuscitaram mortos e predisseram o futuro, e acerca dos quais por vezes nos perguntamos, com espanto, como puderam permanecer humildes. Enquanto as multidões os levavam em triunfo e lhes beijavam reverentemente os pés, Deus humilhava-os no mais íntimo da alma; permitia que fossem atormentados por vergonhosos assaltos e fazia-os sofrer, no segredo do coração, uma agonia tão profunda que os tornava insensíveis a todas as honras do mundo.»

Santa Joana Francisca de Chantal ficou, pois, reduzida a tal estado que nada na terra lhe podia proporcionar qualquer consolação, excepto o pensamento da morte. «Há quarenta e um anos que as tentações me esmagam», dizia um dia. «Deverei por isso perder a coragem? Não! Estou decidida a esperar em Deus, ainda que Ele me mate e me aniquile para sempre.» E acrescentava estas palavras humildes e magníficas: «A minha alma era um pedaço de ferro tão enferrujado pelo pecado que necessitava deste fogo da justiça divina para ser um pouco polida.»

«Neste estado de abandono», escreve Santo Afonso, «a sua única regra de conduta consistia simplesmente em olhar para Deus e deixá-Lo agir. Conservava sempre um rosto sereno, era afável na conversação e mantinha os olhos continuamente fixos no Senhor, repousando no seio da Sua adorável vontade. São Francisco de Sales, seu director espiritual, conhecendo a beleza desta alma aos olhos de Deus, comparava-a a um músico surdo que executa uma música admirável, sem dela poder tirar qualquer prazer. E escreveu-lhe: “Deveis manifestar uma fidelidade invencível para com o Salvador, servindo-O não apenas sem consolação, mas também sob a cruel opressão da tristeza e do temor.” Mais tarde, a Madre de Châtel deu-lhe este prudente e viril conselho: “Nunca faleis das vossas tribulações nem a Deus nem a vós mesma. Não as examineis. Mantende o olhar fixo em Deus e, se puderdes falar-Lhe, falai-Lhe apenas d'Ele.” Outras pessoas terão necessidade de expor os seus sofrimentos a Deus na oração e ao Seu ministro para receberem direcção espiritual. Mas como é bom desprender as almas de si mesmas, ensiná-las a olhar menos para si e mais para Deus, a preocupar-se muito com os Seus interesses e

muito pouco com os seus, extinguindo assim as dores interiores como se extingue um fogo retirando-lhe o combustível.»

E o mesmo autor acrescenta: «É assim que se alcança a santidade. No edifício espiritual, os santos são as pedras escolhidas que, talhadas a golpes de martelo e de cinzel, isto é, por meio de tentações, temores, trevas e outras aflições interiores e exteriores, se tornaram dignas de coroar os muros da Jerusalém celeste, ou, por outras palavras, de ocupar os mais elevados tronos no Reino de Deus.»[250]

São Afonso fala assim a partir da sua própria experiência. «Por amor de Deus tinha abandonado todas as coisas, crucificado a sua carne, enfrentado as fadigas de um duro apostolado, sofrido com paciência cruéis perseguições e até a ignomínia de ser expulso da Congregação que fundara. Tudo isto tinha ferido o seu coração mil vezes. Contudo, ainda lhe restava um tesouro de que nenhum poder da terra o podia privar: possuía ainda Deus, que o consolava nas suas dores e frequentemente o atraía ao Seu Coração em doces êxtases. Tendo Jesus, já não podia sentir-se só, e a sua pequena cela “tornara-se um paraíso”.

Mas eis que, de repente, esse paraíso desapareceu. Deus, o próprio Sol da sua alma, deixou de derramar sobre ele a Sua luz. Uma noite mais horrível do que a do sepulcro envolveu o pobre solitário. Via-se abandonado por todos, abandonado por Deus, e à beira do precipício. Voltando o olhar para toda a sua vida passada, já nela não via senão pecado. Todos os seus trabalhos, todas as suas boas obras, eram apenas frutos manchados, repugnantes aos olhos de Deus. A sua consciência, atormentada por escrúpulos desde a manhã até à noite, joguete de toda a espécie de ilusões, transformava em pecados mortais as suas ações mais simples e até as mais santas. Assim, ele, o grande moralista, que dera pareceres, com perfeito discernimento, sobre toda a espécie de casos de consciência, que conduzira milhares de cristãos pelos caminhos da perfeição, que tranquilizara multidões de pecadores recordando-lhes a infinita misericórdia de Deus e consolara tantas almas presas da angústia, via-se agora obrigado a caminhar às apalpadelas, como um pobre cego à beira do abismo, incapaz de dar um único passo sem o apoio do braço de um estranho.

«Neste estado de perturbação e desolação, já não ousava receber a Sagrada Comunhão. O seu amor por Jesus Cristo atraía-o para o altar, mas o medo impedia-o de abrir a boca para receber a Sagrada Hóstia», até que as palavras do seu diretor espiritual ou do seu superior o tranquilizavam. «No auge das suas provações, procurava o alívio que se encontra na oração. Mas parecia-lhe que um muro intransponível se erguera para o separar de Deus. Depois, tornando-se a sua escuridão cada vez mais densa, tinha a impressão de que o Coração de Deus se fechara para ele e de que o paraíso estava perdido para sempre. Na sua angústia indizível, contemplava o crucifixo e, com os olhos inundados de lágrimas, implorava o auxílio da Santíssima Virgem, implorava a misericórdia do Salvador: "Meu Jesus, não permitais que eu me condene. Meu Deus, não me lanceis no inferno, porque no inferno nunca mais Vos poderia amar. Castigai-me como mereço, mas não me afasteis para sempre da vossa presença."

Aos escrúpulos, que lhe tornavam a vida insuportável, juntaram-se ainda, para completar a medida, as mais violentas tentações contra todas as virtudes. Surgiam-lhe dúvidas acerca de todos os artigos do Credo. E, como a sua consciência obscurecida já não conseguia distinguir entre sentimento e consentimento, parecia-lhe que a fé tinha morrido na sua alma. Mas agarrava-se à verdade com a mais desesperada tenacidade, multiplicava atos de fé e exclamava com toda a força da sua alma: "Creio, Senhor; sim, creio: estou resolvido a viver e morrer filho da Santa Igreja."»

O demónio recebeu poder para o atormentar até de forma visível. Serviu-se desse poder para lhe encher a alma de tentações e desolações, para o sujeitar a assaltos furiosos e inventar, para sua ruína, mil artifícios pérfidos. Procurou por todos os meios despertar nele um sentimento de complacência pelas suas obras escritas. Não o conseguindo, tentou excitar a paixão da luxúria, para assim destruir esse anjo de pureza que, até à mais extrema velhice, conservara sem mancha a veste branca da sua inocência batismal. Durante mais de um ano, Afonso experimentou os terríveis efeitos do poder de Satanás sobre a imaginação e os sentidos. «Tenho oitenta e oito anos», dizia um dia, «e ainda sinto em mim todo o fogo da juventude.» Por vezes, os ataques tornavam-se tão violentos que rompia em soluços e gemidos, batia com o pé no chão e soltava gritos como estes: «Meu Jesus, antes morrer do que ofender-Vos. Ó Maria, se não acudirdes depressa em

meu auxílio, tornar-me-ei pior criminoso do que Judas.» Então recorria ao seu diretor espiritual ou ao seu superior. Pois, neste terrível furacão, que durou dezoito meses, a sua única consolação era a obediência. Incapaz de julgar por si mesmo, aceitava cegamente as decisões do seu diretor ou de qualquer outro sacerdote, apesar das inquietações interiores e dos argumentos em contrário que o demónio lhe sugeria. «A minha cabeça», costumava dizer, «não quer que eu me submeta.» Frequentemente era ouvido a repetir palavras como estas: «Senhor, concedei-me que aprenda a vencer-me a mim mesmo e a tornar-me submisso. Não, não quero contradizer os meus diretores; não quero depender de mim próprio.» E a obediência triunfou sobre todas as suas tentações.

«Se perguntarmos agora por que motivo o Senhor permite que os Seus amigos mais queridos sejam afligidos por provações tão terríveis, encontraremos a solução deste mistério na cruz. É necessário que os santos, membros vivos de Jesus Cristo, completem em si mesmos a Sua dolorosa Paixão. Depois, quando as humilhações e os sofrimentos os tiverem purificado e transfigurado, Deus tirá-los-á do purgatório onde os mantivera encerrados; as suas trevas darão lugar à luz, a alegria abundará onde antes abundava a dor, e em breve o mundo admirará um extático ou um taumaturgo naquele homem que anteriormente parecia abandonado pelo Céu. Foi, pelo menos, o que aconteceu com São Afonso, depois da dolorosa provação de que acabamos de falar, e até mesmo no meio das suas amargas tribulações. Os seus êxtases e arroubamentos tornaram-se mais frequentes do que nunca.»[251] Deus não conduz todas as almas à perfeição pelo mesmo caminho. Contudo, estes sofrimentos interiores, suportados com generosidade, produzirão sempre uma colheita imensa de méritos e de progresso na vida espiritual.

QUARTA PARTE: A EXCELÊNCIA E OS FRUTOS DO SANTO ABANDONO

CAPÍTULO I: Da Excelência do Santo Abandono

O que constitui a excelência do santo abandono é a eficácia incomparável que possui para remover os obstáculos à ação da graça, para nos fazer praticar na perfeição as mais nobres virtudes e para estabelecer o domínio absoluto de Deus sobre a nossa vontade. Evidentemente, a conformidade que nasce da esperança, e sobretudo a resignação gerada pelo temor, não podem elevar-se à mesma altura. Todavia, têm também o seu valor. Mas falamos agora da conformidade perfeita, filial e confiante, que só pode proceder do amor divino.

E devemos mostrar, antes de mais, que ela é um meio necessário e soberanamente eficaz para remover os obstáculos. Certa manhã, depois das Matinas, o Beato Henrique Suso foi arrebatado em êxtase. Pareceu-lhe ver um belo jovem a descer do Céu, que lhe disse: «Já permaneceste tempo suficiente nas pequenas escolas da perfeição e adquiriste suficientemente o que elas tinham para te oferecer: já te formaste nelas. Mas vem comigo, porque desejo conduzir-te à mais alta escola de todo o mundo. E qual é essa escola tão desejável? É aquela que ensina a ciência do perfeito abandono de si mesmo; isto é, onde o homem aprende a renunciar a si próprio em tal grau que, em todas as circunstâncias que manifestam o beneplácito divino, procura conservar-se constantemente calmo e sereno, esquecendo-se de si tanto quanto a fragilidade humana o permite. Deve aprender a nada ver senão a honra e a glória de Deus e a manter-se tão atento a Deus como o amabilíssimo Jesus estava atento ao Seu Pai celeste.» Durante muitos anos o Beato Henrique praticara a virtude como um asceta valente; infligira ao seu corpo um martírio cuja simples descrição basta para nos fazer estremecer; já chegara ao grau espiritual do êxtase. Contudo, Deus chamava-o para uma escola mais elevada. Teria realmente necessidade dela? Voltando a si depois da visão, permaneceu em silêncio e refletiu nas palavras que ouvira. «Examina-te interiormente», disse então para consigo, «e verás que ainda conservas muito do teu próprio espírito. Descobrirás que, apesar de todas as mortificações que praticas, ainda não és capaz de

suportar toda a espécie de oposição por parte dos outros. És como uma lebre escondida no mato, que se assusta ao simples ruído de uma folha. Estás constantemente com medo das aflições que te podem sobrevir; empalideces só de ver os teus adversários; foges quando receias sucumbir; escondes-te quando devias apresentar-te; sentes-te feliz quando te louvam; quando te censuram, desanimas. É, pois, bem verdade que precisas de frequentar uma escola mais elevada.»[252]

Temos aqui, portanto, um homem que caminhava resolutamente pelos caminhos da santidade. E, no entanto, ainda permanecia nele muito do homem velho, mais até do que ele próprio suspeitava. Quantos outros, inferiores a ele na virtude, precisariam igualmente de um anjo vindo do Céu que lhes abrisse os olhos para o mal que existe neles e lhes mostrasse o remédio adequado!

Sabemos, em teoria, que o mal consiste numa busca desordenada de nós mesmos; consequentemente, no orgulho e na sensualidade, que o manifestam sob uma enorme variedade de formas. Mas, na prática, estamos muito longe de possuir um verdadeiro conhecimento de nós mesmos. Muitas vezes, esse mundo de paixões, fraquezas, apegos e más inclinações de toda a espécie, que fervilha dentro de nós, permaneceria oculto sob um espesso véu e jamais chamaria a nossa atenção, se a Providência não Se dignasse iluminar-nos oportunamente por meio de uma humilhação salutar ou de outra provação sabiamente escolhida para esse fim. Então o véu rasga-se e começamos a ver aquilo que até então permanecera escondido aos nossos olhos, mas que, infelizmente, talvez fosse já bem visível para os nossos próximos. Contudo, não basta descobrir o mal, pois ainda podemos ignorar o remédio que lhe deve ser aplicado.

Somos muito inclinados a poupar-nos a nós próprios. A Providência não quer saber dessa cruel bondade. «Até agora», disse o anjo ao Beato Henrique Suso, «flagelavas-te com a tua própria mão; paravas quando querias e tinhas compaixão de ti mesmo. Agora vou retirar-te da tua própria tutela e entregar-te, sem defesa, nas mãos de estranhos, que doravante manejarão o chicote. (Fá-lo-ão, contudo, apenas até onde Eu lho permitir, embora a ti te pareçam sem misericórdia.) Assistirás à ruína da tua reputação; tornar-te-ás alvo do desprezo de homens cegos, e isso causar-te-á

um sofrimento muito mais amargo do que as feridas outrora provocadas pelos teus instrumentos de penitência.»[253]

Até então encontrávamos certas compensações para os nossos sacrifícios. Agora a Providência privar-nos-á de todas elas. Havia consolações humanas. «Quando adotaste as tuas práticas de penitência», disse o anjo ao Beato Henrique, «eras admirado como um grande asceta; mas, doravante, serás humilhado e aniquilado.» Sobretudo, havia as consolações de Deus: «Até agora», continuou o anjo, «foste tratado como uma criança mimada; nadavas numa abundância de doçuras celestes como um peixe no oceano. Daqui em diante quero mudar tudo isso. É minha vontade que fiques privado de toda a consolação, que sintas profundamente essa privação e que sejas abandonado por Deus e pelos homens.»[254]

Nem sempre dirigimos os golpes para o lugar certo. Mas a Providência vê com maior clareza e ataca precisamente a sede da doença. O Beato Henrique Suso possuía um temperamento muito afetuoso e parecia prestar pouca atenção a esse facto. «Embora tenhas infligido a ti mesmo muitos tormentos cruéis», disse-lhe o anjo, «conservas ainda, por permissão de Deus, uma natureza terna e afetuosa. Acontecerá que, precisamente onde esperavas encontrar um amor e uma fidelidade especiais, encontrarás antes infidelidade, grandes tristezas e grandes sofrimentos. As tuas aflições tornar-se-ão tão numerosas que aqueles que te estimam sofrerão contigo por compaixão.» A nossa doença mais perigosa é o orgulho. Ora, «para nos curarmos dele», diz Piny, «procuramos nós habitualmente ocasiões de humilhação e desprezo? Não julgamos ter feito bastante se nos impomos esmolas ou algumas austeridades que mortificam mais o corpo do que o espírito? Mas Deus, que pretende não apenas castigar, mas também curar, procede com muito maior sabedoria. Obriga-nos a expiar este pecado precisamente por aquilo que mais contraria a nossa presunção e vaidade: pelo desprezo, pelas humilhações, pelas recusas, pelas confusões e, portanto, pelas penitências mais desagradáveis ao nosso orgulho natural e mais diretamente opostas às nossas inclinações.»[255]

Por fim, existe o mal radical do apego desordenado ao próprio juízo e à própria vontade. É esta a fonte envenenada de todos os nossos pecados e imperfeições. Quantos sabem remontar as suas enfermidades particulares

até esta nascente de toda a desordem? Demasiadas vezes não é precisamente o amor ao próprio juízo que pretende prescrever o remédio, e a própria vontade que cuida da sua aplicação, quando, pelo contrário, são precisamente esse juízo próprio e essa vontade própria que deveriam ser sacrificados sem piedade e antes de tudo? A Providência ajudar-nos-á a corrigir tais erros e tal fraqueza. «Mostrai-me, Senhor, antecipadamente os sofrimentos que me esperam, para que não seja apanhado de surpresa», dizia o Beato Henrique Suso. E Deus respondeu-lhe: «Não; é melhor que não possuas esse conhecimento antecipado.» Porque deseja conservar-nos constantemente dispostos a renunciar aos nossos juízos e a imolar a nossa vontade. Por isso, tem o cuidado de esconder de nós os Seus desígnios. Muito frequentemente procederá de maneira contrária às nossas previsões e às nossas ideias, atacando diretamente tanto os nossos gostos como as nossas repugnâncias. Se quisermos examinar atentamente a questão, verificaremos que Ele nada faz sem um fim muito determinado. Como verdadeiro Salvador, como Médico tão firme quanto sábio e prudente, aplica ora o fogo, ora o ferro, agora neste ponto, agora naquele, mas sobretudo ali onde o Seu olhar experimentado descobre faltas que devem ser expiadas, defeitos que devem ser corrigidos ou um ponto fraco que precisa de ser fortalecido. Apesar dos protestos da natureza, continuará o tratamento com uma severidade misericordiosa enquanto o julgar necessário para completar a nossa cura e preparar-nos para receber os Seus dons. «A vontade própria», diz Piny, «aquilo que o homem ama com maior ternura e mais estima, é assim posta à tortura e cruelmente oprimida, pois é obrigada a suportar não apenas aquilo que não deseja, mas até aquilo que é mais contrário aos seus desejos.» Deus quer vencê-la e domá-la. É por isso que «certas almas se encontram quase continuamente num estado que lhes é desagradável: umas vezes em profunda escuridão durante a oração, em vez da luz que lhes seria mais agradável, mas que serviria para alimentar a sua vontade própria; outras vezes na tristeza e numa penosa languidez, como castigo pelas alegrias desmedidas de outrora ou pelo apego excessivo às consolações; outras ainda em incertezas, temores e escrúpulos, por causa de um zelo demasiado impaciente pela própria perfeição, para que aprendam a morrer para si mesmas, aceitando a vontade de Deus a seu respeito, apesar dos seus receios e das suas dúvidas.»[256]

É, portanto, pelo santo abandono que completaremos a purificação e o desapego das nossas almas. O fiel cumprimento dos deveres quotidianos e, para nós religiosos, a observância inviolável dos votos e das regras, juntamente com a prática voluntária das virtudes, infligiram ao homem velho derrota após derrota, ferida após ferida. Contudo, ele ainda sobreviveria se o santo abandono não viesse dar-lhe o golpe final e encerrá-lo no túmulo. Sem dúvida, a obediência não deixa de ser uma necessidade primordial. Na medida em que ela enfraquece, a natureza retomará o domínio e depressa porá fim ao santo abandono. Mas o abandono vem unir a sua força à poderosa ação da obediência. Além disso, provê às nossas necessidades mais pessoais. E assim leva a nossa penitência ao mais alto grau de perfeição. O mesmo faz com a fé confiante e com a caridade divina.

É o abandono que torna a nossa fé na Providência e a nossa confiança em Deus completamente práticas e universais, transformando-as de uma convicção do espírito numa disposição do coração e aplicando-as sucessivamente às mais variadas circunstâncias. Sem ele, correriam o risco de permanecer sempre incompletas. Há, com efeito, verdades que dificilmente aprendemos de outro modo senão através de uma experiência repetida vezes sem conta. Tomemos um exemplo. Jesus Cristo disse: Bem-aventurados os pobres; bem-aventurados os que sofrem; bem-aventurados os que se mortificam; bem-aventurados os que suportam perseguições, calúnias e maldições por causa dos seus semelhantes. Ora, aqueles que não conseguem suportar com paciência a pobreza, o sofrimento e a perseguição, possuirão eles esta fé prática e universal? «É preciso reconhecer que ou não acreditam no Evangelho, ou apenas acreditam nele em parte. Pelo contrário, acredita verdadeiramente em tudo quanto ele contém aquele que considera uma vantagem e um sinal do favor divino ser pobre neste mundo, estar doente, ser desprezado, humilhado e perseguido pelos homens.»[257] São estas as palavras de Santo Afonso.

Esta fé confiante, prática e universal é levada ao seu mais alto grau de perfeição, diz Piny, «pelo abandono de tudo o que somos e de todos os nossos interesses ao beneplácito divino. Não será prova de uma fé muito firme na justiça e na santidade de Deus o facto de, em tudo quanto nos acontece, bastar lembrarmo-nos de que essa é a Sua vontade para podermos imediatamente dizer “ámen” a todos os Seus decretos? Não podemos dar

maior prova de fé na bondade e no amor de Deus do que recebendo com igual prontidão das Suas mãos as alegrias e as dores, a prosperidade e a adversidade, e, na firme convicção de que Ele é um Deus que faz bem tudo quanto faz, bendizendo o Seu nome, como Job, tanto sobre o monturo como no trono, tanto quando nos cobre de feridas e humilhações como quando nos cumula de consolações e honras. Não pode haver fé maior nem mais viva do que acreditar que Deus dirige os nossos interesses com admirável sabedoria e amor quando parece destruí-los e aniquilá-los, quando faz fracassar os nossos mais santos desígnios, quando nos expõe à calúnia, obscurece todas as nossas luzes na oração, seca a nossa devoção e o nosso fervor por meio das aridezes, arruína a nossa saúde com enfermidades e languidez, reduzindo-nos à incapacidade de fazer seja o que for. Conservar uma confiança inabalável em todas estas provações e aceitar tudo cegamente: não será este um exercício da mais viva fé no poder soberano e na infinita bondade de Deus?» Maravilhosa foi a fé demonstrada por Abraão naquela terrível provação que todos conhecem. «Mas não menos admirável é a fé daquele que caminha pela via do abandono. Porque Deus procede quase sempre da mesma maneira (como no caso de Abraão) com aqueles que se abandonam a Ele, para aniquilar a sua vontade própria.» Para quebrar o nosso apego às alegrias, envia-nos sofrimentos; para quebrar o nosso apego à estima humana, envia-nos humilhações e desprezo; desabitua-nos do amor às consolações e à devoção sensível por meio da desolação e da aridez; do amor à luz na oração, por meio das trevas e da obscuridade; põe-se a moderar o nosso excessivo zelo pela perfeição através de fracassos dolorosos; a nossa atividade exagerada, pela impotência a que por vezes nos reduz; e até a nossa vontade própria no que diz respeito à salvação, enchendo o nosso espírito de dúvidas e incertezas. Se em algum lugar se pratica uma fé viva e uma confiança invencível, certamente «é no abandono à vontade divina, pois nesse estado acreditamos naquilo que parece mais incrível, a saber: que Deus promoverá os nossos interesses arruinando-os; que nos formará aniquilando-nos; que nos iluminará tornando-nos cegos; que nos unirá intimamente a Si deixando-nos na angústia; numa palavra, que nos conduzirá à perfeição destruindo as nossas inclinações naturais e a nossa vontade.»[258]

Deste modo, a prática do santo abandono supõe uma fé viva e uma confiança já firmemente estabelecida. Mas desenvolve-as de maneira

admirável e conduz ambas ao mais elevado grau de perfeição. E faz o mesmo, igualmente, com a caridade divina.

O santo abandono proporciona ao amor divino um desenvolvimento admirável, antes de mais, pelo perfeito desapego que implica. «Quando o coração está cheio de afeição pelos bens deste mundo, já não há lugar para o amor de Deus», escreve Santo Afonso; «e quanto mais estiver preso à terra, menos poderá o amor divino reinar nele. Porque Jesus Cristo quer possuir todo o coração e não admite que ele seja partilhado com um rival. Em suma, a caridade é um amável ladrão que nos despoja de toda a afeição às criaturas.»[259] É preciso dar tudo para obter tudo. *Da totum pro toto*, diz Tomás de Kempis. Este desprendimento completo, tão necessário e tão trabalhoso, já foi iniciado e até muito adiantado pela humildade, pela obediência e pela renúncia, que, aliás, nunca deixarão de o favorecer. Contudo, como acima observámos, precisam de ser reforçadas pelo santo abandono para levar o desapego à sua perfeição última. É, portanto, o abandono que completa o esvaziamento da alma. Ora, o amor divino derrama-se nas nossas almas na medida em que elas lhe dão lugar; e, quando as encontra vazias, enche-as, governa-as, transforma-as e reina nelas como soberano.

O abandono não só prepara o caminho ao amor divino, como «é em si mesmo um ato do mais perfeito amor de Deus que se pode produzir; vale mais do que mil jejuns e disciplinas. Porque aquele que dá os seus bens em esmolas, o seu sangue nas disciplinas e o seu alimento no jejum, dá apenas uma parte do que possui; ao passo que aquele que entrega a sua vontade a Deus entrega-se a si mesmo, entrega tudo, de modo que pode dizer com toda a verdade: “Senhor, sou pobre, mas dou-Vos quanto posso; tendo-Vos entregue a minha vontade, nada mais tenho para Vos oferecer.”»[260] Assim fala Santo Afonso.

Assim, o abandono é o amor mais puro e mais desinteressado. Há muitas almas que gostam de estar com Jesus na fração do pão, mas muito poucas que estejam dispostas a segui-Lo até às imolações do Calvário. É relativamente fácil amar Nosso Senhor quando Ele Se dá a saborear em doçuras, ardores e transportes. Mas é coisa muito mais nobre e elevada esquecermo-nos de nós mesmos e entregarmo-nos inteiramente a Deus, a

ponto de encontrarmos toda a nossa satisfação em Lhe agradar e em fazer da vontade divina a nossa própria vontade, ainda que ela queira conduzir-nos, como de facto quer, pelas pegadas de Jesus crucificado. «Aqui», diz Piny, «tendes a forma mais elevada, mais pura e mais perfeita do amor. Se podemos medir o amor que temos a Deus pela grandeza dos sacrifícios que estamos dispostos a fazer por Ele, que amor poderá ser mais puro e maior do que o daqueles que abandonam ao Seu beneplácito não só os seus bens temporais, a sua reputação, a sua saúde e a sua vida, mas até a própria alma e a própria eternidade, de modo que em todas estas coisas não têm outro desejo senão o decreto e a vontade de Deus? Não podem tais almas dizer, com toda a verdade, que o seu amor está completamente livre de qualquer interesse próprio, uma vez que se colocam na condição de vítimas, satisfeitas por o Senhor as destruir no momento em que Lhe aprouver e por fazer da sua vontade um sacrifício perpétuo à Sua?»[261]

Poderíamos acrescentar que a alma, ao praticar o santo abandono, exercita ao mesmo tempo, e da maneira mais perfeita, todas as virtudes, porque encontra a cada instante ocasião para praticar a humildade, a obediência, a paciência, a pobreza, etc., e porque o seu abandono eleva estas e todas as outras virtudes ao mais alto grau de perfeição possível. Piny demonstra este ponto com abundância de provas. Para poupar espaço, remetemos o leitor para a sua preciosa obra. Baste-nos dizer, com São Francisco de Sales, que «o abandono é a virtude das virtudes; é a nata da caridade, o perfume da humildade, o mérito, por assim dizer, da paciência e o fruto da perseverança. Grande é, na verdade, esta virtude, e só ela é digna de ser praticada pelos verdadeiros filhos de Deus.»[262]

Mas, se o abandono aperfeiçoa assim as outras virtudes, aperfeiçoa não menos a união da nossa alma com Deus. Essa união, nesta vida, compreende certamente a união da inteligência pela fé e a união do coração pelo amor, mas consiste sobretudo na união da vontade pela perfeita conformidade com a vontade divina. A obediência deve iniciar essa união e deve sempre sustentá-la; mas só o santo abandono a pode levar à sua consumação. Porque, pergunta Piny, «poderemos unir-nos a Deus de maneira mais completa do que dando-Lhe inteira liberdade em tudo o que nos diz respeito, aceitando tudo o que Ele nos envia e aderindo amorosamente a todas as ruínas que Lhe agrada operar em nós e de nós?

Isto é querer tudo o que Deus quer, e nada senão aquilo que Ele quer e como Ele o quer. É, portanto, ter a nossa vontade identificada com a vontade divina, transformada nela; é estar unido ao que há de mais íntimo na Divindade, quero dizer, ao Seu Coração, ao Seu beneplácito, aos Seus decretos impenetráveis, aos Seus juízos que, embora ocultos para nós, sabemos serem equitativos e justos.» Que união com Deus poderá ser mais forte ou mais indissolúvel? Pois, neste estado, que poderá separar-nos d'Ele? Nem a pobreza, nem as perseguições, nem a vida, nem a morte, nem qualquer outro acontecimento imaginável possuem esse poder; porque, não desejando nós nada fora da vontade de Deus e aceitando-a em tudo sem discussão, encontramos sempre a nossa própria vontade em todos os acontecimentos, vendo neles o cumprimento do beneplácito divino.»[263]

Ora, eis o que mais do que tudo nos recomenda o santo abandono: o facto de nada unir tão perfeitamente a nossa vontade à vontade de Deus. Mas a vontade divina é a regra e a medida de toda a perfeição, de modo que a nossa vontade só possui perfeição e santidade na medida em que se conforma com ela. Consequentemente, tornamo-nos mais virtuosos e mais santos à medida que fazemos da vontade de Deus a nossa própria vontade. Ou antes, já somos santos e perfeitos quando chegamos a reconhecer em todos os acontecimentos a mão e o beneplácito de Deus, e aceitamos a Sua vontade como a única regra da nossa conduta. E, quando tivermos atingido esse ponto, que nos resta fazer para nos tornarmos ainda mais santos e perfeitos? Conformar cada vez mais a nossa vontade com a vontade divina; ou, segundo a vigorosa expressão de Santo Afonso, identificar a nossa vontade com a vontade de Deus, «de tal maneira que, de duas vontades, façamos uma só, no sentido de nunca querermos senão aquilo que Ele quer, perdendo-se a nossa vontade na Sua. Este é o cume de toda a perfeição, para o qual devemos aspirar constantemente. A Santíssima Virgem foi a mais perfeita de todos os santos unicamente porque a sua vontade esteve sempre unida da maneira mais completa à vontade de Deus.»[264]

Se, portanto, desejamos subir ao cume da vida interior, o melhor caminho é o do santo abandono. Nenhum outro nos poderá conduzir tão depressa nem tão longe. Deus nos livre de querer diminuir o valor da humildade, da obediência e da renúncia! Estas virtudes fundamentais constituem, juntamente com a oração, o caminho sempre necessário e

seguro, fora do qual não pode haver virtude sólida nem verdadeiro abandono. Percorramo-lo sem nunca nos desviarmos, até ao nosso último suspiro. Mas, quando por esse caminho tivermos chegado à conformidade perfeita, amorosa e filial, então estaremos verdadeiramente na estrada da autêntica santidade.

CAPÍTULO II: Os Frutos do Santo Abandono

ARTIGO I — A Intimidade com Deus

O primeiro fruto do abandono, fruto tão nutritivo quanto doce, consiste numa deliciosa intimidade com Deus, acompanhada de uma confiança profundamente humilde. Deverá isto causar-nos surpresa? Não é Deus o nosso Pai celeste e a própria Bondade? Não encontraremos na terra ninguém que se lhe compare em dedicação e ternura. Ele é a própria fonte onde o amor existe em abundância infinita e de onde nos é comunicado por participação. Deus Pai, na verdade, deve amar os homens com um amor admirável, pois, para os salvar, não hesitou em entregar o seu Filho muito amado, Objeto eterno da sua infinita complacência. O Verbo Encarnado dignou-Se amar-nos mais do que à própria vida. Não é Ele o nosso Salvador, o nosso Amigo por excelência, o Esposo das nossas almas? Existiu alguma vez um coração comparável ao seu, tão dedicado, tão doce, tão misericordioso, tão paciente, tão lento em castigar e tão pronto a perdoar?

E este nosso Irmão mais velho é de uma humildade tão admirável que não quer manter afastados de Si os seus pobres irmãos da terra. Finalmente, o Espírito Santificador não está Ele incessantemente ocupado com as nossas almas, socorrendo-nos a cada instante, velando por cada um de nós com infinitamente mais amor e solicitude do que a mais terna das mães inclinada sobre o berço do seu filho? Sim, verdadeiramente, «Deus é amor» (1 Jo 4,16). Quando está entre os seus filhos, esquece de bom grado a sua grandeza e a nossa indignidade; já não é senão um Pai; faz-Se pequenino com os seus pequeninos, porque os ama imensamente.

O nosso santo Pai, São Bernardo, é inesgotável quando descreve a doce intimidade de certas almas com Deus. «Chegou o Amado», diz ele; «por isso, o Mestre retira-Se, o Rei desaparece, a Majestade põe-Se de lado, o temor cede diante da força do amor. Assim como outrora Moisés conversava com Deus como um amigo com o seu amigo, assim agora o Verbo e a alma conversam familiarmente entre si, como duas pessoas unidas pela mais íntima amizade. Que admira? O amor de ambos provém da mesma fonte; é recíproco, e mútuas são também as suas carícias. Dos seus

corações brotam palavras mais doces do que o mel. Trocam entre si olhares de ternura inexprimível, sinais eloquentes da afeição que partilham.»

Esta condescendência divina é verdadeiramente admirável, mas o amor explica-a; porque «Deus também ama. O seu amor não Lhe vem de fora; tem a sua origem n'Ele mesmo. Ama com tanto maior intensidade quanto n'Ele tudo é amor: Ele é o Amor por essência. E aqueles que ama, considera-os e trata-os como amigos, não como servos. Vede como até a majestade cede perante o amor. É próprio do amor não reconhecer superior nem inferior, antes nivelar todas as diferenças entre os que se amam. Qualquer que seja a distância entre as suas condições, reduz-os à mais perfeita igualdade, ou antes, faz deles um só.»

E de onde vem esta espantosa ousadia da alma ao tratar com tanta familiaridade a Majestade divina? Vem do facto de ela ser sua Esposa, com o amor e os privilégios próprios da esposa, e de o seu coração ser o santuário onde Ele Se compraz em habitar.

«Que grande graça de santa familiaridade entre o Verbo e a alma nasce desta habitação divina! E dessa familiaridade, que grande graça de confiança! Já não vejo motivo algum para que uma alma assim privilegiada não ouse dizer: “O meu Amado é para mim.” Porque, tendo consciência de que ama o Esposo e O ama ardentemente, possui uma prova convincente de que Ele também a ama e a ama com igual ardor. Do mesmo modo, quanto à sua dedicada atenção para com Ele, ao seu zelo pela sua glória, ao seu serviço diligente e laborioso, ao fervor que a mantém constantemente vigilante, sempre desejosa de saber como poderá agradar a Deus, não duvida de modo algum que Ele, por sua vez, vela pelos seus interesses com igual solicitude; porque se recorda da sua promessa: “Com a medida com que medirdes, sereis medidos.”

«Todavia, a Esposa, na sua prudência, limita-se a reclamar apenas a correspondência do amor, reconhecendo que foi precedida pela graça do seu Esposo. Por isso coloca em primeiro lugar o dom que pertence a Ele, quando diz: “O meu Amado é para mim, e eu sou para Ele.” Vemos assim como, pelos seus próprios sentimentos e disposições para com Deus, chega a conhecer os sentimentos de Deus para consigo. É realmente assim. É o amor de Deus pela alma que desperta o amor da alma por Ele; é a atenção

prévia que Ele lhe dedica que a torna atenta para com Ele; é a solicitude que Ele tem por ela que dá origem à solicitude que ela tem por Ele.

«Com efeito, quando a alma é levada a “contemplar de rosto descoberto a glória do Senhor”, graças a uma certa afinidade de natureza, imediatamente e necessariamente se conforma com essa glória e “é transformada na mesma imagem”. Do que acabámos de dizer podemos concluir que Deus Se manifesta a nós conforme nós mesmos nos apresentamos diante d'Ele. É isto o que o Salmista quer dizer quando afirma ao Senhor: “Com o santo sereis santo e com o inocente sereis inocente.” E porque não havemos de dizer com igual verdade: “Com o que ama sereis amoroso, com o recolhido sereis recolhido, com o atento sereis atento e com o solícito sereis solícito”? O próprio Deus declarou: “Eu amo os que Me amam, e os que desde a manhã cedo Me procuram hão de encontrar-Me.”

«Vedes, meus irmãos, como Ele nos assegura aqui que possuímos o seu amor quando Lhe oferecemos o nosso. Mas não só isso. Diz-nos também que vela com solicitude pelos nossos interesses sempre que nos vê zelosos pelos seus. És vigilante no seu serviço? Também Ele será vigilante no teu. Levanta-te de noite para iniciares as tuas vigílias; apressa-te quanto quiseres, até antecipando a hora de Matinas; nunca chegarás antes d'Ele: encontrá-Lo-ás já à tua espera. Nesta santa emulação da caridade procederias com temeridade se atribuísses a ti mesmo qualquer primazia ou superioridade. Porque Ele ama-te mais do que tu O amas, e o seu amor por ti é anterior ao teu amor por Ele.

«Se a Esposa sabe tudo isto, ou melhor, precisamente porque o sabe, admiras-te de ouvi-la gloriar-se de que a infinita Majestade de Deus, como que esquecendo todos os outros interesses, cuida exclusivamente dela, e de que ela, por sua vez, se desprende de todas as criaturas para se dedicar a Ele com toda a afeição do seu coração? Tenho agora de concluir este discurso. Antes, porém, quero dizer uma última palavra, extraordinária sem dúvida, mas rigorosamente verdadeira, para proveito daqueles de entre vós que podem ser chamados pessoas espirituais. O que desejo dizer é o seguinte: a alma que vê Deus contempla-O tão inteiramente ocupado consigo como se ela fosse o único objeto da sua solicitude. Daqui nasce a confiança com que

afirma que o seu Amado cuida dela e ela d'Ele; porque também ela já não pode ocupar-se de mais nada senão d'Ele e de si mesma. Como sois bom, Senhor, para com a alma que Vos procura! Correis ao seu encontro, abraçai-la, revelai-Vos a ela como seu Esposo, Vós que sois o seu Senhor, sim, Vós que estais acima de todas as coisas, Deus bendito para sempre.

Continuação do Artigo I — A intimidade com Deus

«É por esta conformidade da caridade que a alma se desposa com o Verbo, quando, amando como é amada, manifesta na sua vontade a conformidade com Aquele com Quem já está conforme pela sua própria natureza. Se, pois, ela O ama perfeitamente, tornou-se sua Esposa. Que pode haver de mais doce do que semelhante conformidade? Que pode haver de mais desejável do que esta caridade, pela qual, ó alma feliz, já não contente com mestres humanos, és capaz de te aproximares confiadamente do Verbo, de te unires firmemente a Ele, de O interrogares familiarmente e de O consultares em todas as tuas dúvidas, sendo tão ousada nos teus desejos quanto vasta na tua inteligência? Esta é, verdadeiramente, a aliança de um santo e espiritual matrimónio. Mas chamar-lhe aliança é dizer pouco; é antes um abraço. Não será, de facto, um abraço espiritual quando os mesmos gostos e as mesmas aversões fazem de dois um só espírito? Nem há motivo para recear que a desigualdade das pessoas introduza alguma desarmonia na união das vontades, porque o amor não reconhece desigualdades nem conhece deferências. O amor é exercício de afeição, não demonstração de honra. A honra é prestada por quem se sente dominado pelo respeito, pelo assombro, pelo temor ou pela admiração. Ora, nenhum destes sentimentos tem lugar naquele que ama. O amor basta-se a si mesmo. Onde quer que entre, submete e cativa todos os outros afetos. Assim, a alma que ama simplesmente ama e nada mais sabe senão amar. O Verbo é, sem dúvida, digno de honra, digno de admiração e de maravilhamento; mas prefere ser amado. Porque Ele é o Esposo e a alma é a sua Esposa. E entre um esposo e a sua esposa que outra relação ou vínculo se poderá procurar senão o de um amor mútuo? Tão poderosa é esta união que supera até o mais íntimo laço estabelecido pela natureza, isto é, o que une pais e filhos. É o que claramente ensinam as palavras do Salvador: “Por isso deixará o homem o pai e a mãe e unir-se-á à sua mulher.” Vedes, meus irmãos, como

o amor entre o esposo e a esposa não só é mais forte do que todos os outros afetos humanos, mas até mais forte do que si mesmo.

«Importa ainda recordar que este Esposo não é apenas amante, mas o próprio Amor. Poder-se-á igualmente dizer d'Ele que é a própria Honra? Sois livres de o pensar, se quiserdes, mas não encontrareis tal afirmação na Sagrada Escritura. Li nela que “Deus é Caridade”, mas nunca que Deus seja Honra ou Dignidade. Não que Deus não exija honra, pois disse: “Se Eu sou Pai, onde está a minha honra?” Mas fala assim enquanto Pai. Se falasse na qualidade de Esposo, creio que empregaria outras palavras e diria: “Se Eu sou Esposo, onde está o vosso amor?” Do mesmo modo perguntou acerca da reverência que Lhe é devida como Senhor: “Se Eu sou Senhor, onde está o vosso temor?” Deus exige, pois, ser honrado como Pai, temido como Senhor e amado como Esposo. Ora, entre todos estes afetos, qual é o que ocupa o primeiro lugar? Sem dúvida, o amor. Porque sem amor “o temor traz consigo o castigo”, e a honra não encontra agrado. O temor é servil enquanto não for libertado pelo amor. E a honra que não nasce do amor merece antes chamar-se lisonja do que verdadeira honra. Só a Deus são devidos a honra e a glória; mas Deus recusará ambas se não forem adoçadas com o mel do amor. O amor basta-se a si mesmo, agrada por si mesmo e por si mesmo é amado. É o seu próprio mérito e a sua própria recompensa. Fora de si, não procura motivo nem fruto. O seu fruto é gozar de si mesmo. Amo porque amo, e amo por amor de amar. Grande coisa, meus irmãos, é o amor, se regressar ao seu Princípio, se voltar à sua Origem, se reencontrar a sua Fonte, para dela poder correr incessantemente sem jamais se esgotar. Entre todos os movimentos, sentimentos e afetos da alma, o amor distingue-se por isto: só nele a criatura pode corresponder ao Criador, devolvendo-Lhe algo da mesma natureza, ainda que não da mesma medida.

«Se Deus, por exemplo, manifestasse a sua ira contra mim, eu não Lhe responderia com outra ira semelhante. Pelo contrário, temeria, tremeria e imploraria misericórdia. Do mesmo modo, se me repreendesse, em vez de O repreender por minha vez, preferiria justificá-Lo. Também não ousaria julgá-Lo quando sou julgado por Ele; antes me humilharia e adoraria a sua justiça. Aquele que me salva não exige que eu Lhe retribua salvando-O; nem Aquele que liberta todos precisa de ser libertado por alguém. Se quer agir como Senhor, compete-me proceder como servo; se ordena, tenho o

dever de obedecer, sem qualquer direito de exigir d'Ele uma retribuição em serviço ou obediência. Mas vede como tudo muda quando se trata do amor. Quando Deus me ama, nada mais deseja senão ser amado por mim. Ama-me para que eu O ame, porque sabe perfeitamente que todos os que O amam encontram precisamente nesse amor a sua alegria e felicidade.

«Verdadeiramente, o amor é uma grande realidade. Mas possui diversos graus de grandeza. No mais elevado de todos encontra-se o amor da Esposa. Também os filhos amam, mas têm em vista a herança; o receio de a perder torna-os desconfiados de tudo e leva-os a olhar com mais temor do que afeição para Aquele de quem esperam recebê-la. Quanto a mim, desconfio desse amor que parece sustentar-se na esperança de outra recompensa que não seja a correspondência do amor. Tal amor é fraco; enfraquece e até morre, se lhe retiram a esperança. É um amor impuro, porque procura algo estranho à sua própria natureza. O amor puro nunca é interesseiro. Não tira a sua força da esperança e, todavia, nada sofre com a ausência de segurança. Este é o amor próprio da Esposa; e é exclusivamente por este amor que ela se torna Esposa. O amor é o único dote e a única esperança da Esposa.

«Isto basta plenamente para ela. Só isto contenta o Esposo. Nada mais exige, e ela nada mais possui. É um amor como este que faz d'Ele o seu Esposo e dela a sua Esposa. Pertence exclusivamente ao Esposo e à Esposa; ninguém mais o partilha, nem sequer os filhos. Aos filhos diz o Pai: “Onde está a minha honra?”, não: “Onde está o vosso amor?” Porque o Esposo reserva para a Esposa esse privilégio. Além disso, os filhos recebem o mandamento de honrar o pai e a mãe, mas nada lhes é dito acerca do amor; não porque os pais não devam ser amados pelos filhos, mas porque muitos filhos se sentem mais inclinados a respeitar os pais do que a amá-los. É verdade que, como diz o Salmista, «o Rei ama a justiça»; mas o amor do Esposo, ou melhor, o Esposo que é o próprio Amor, nada mais exige da sua Esposa senão uma retribuição de amor e fidelidade. Que aquela, pois, que é tão amada por Ele procure corresponder ao seu amor. Como poderia ela deixar de amar, sendo Esposa, e Esposa do próprio Amor? Ou como poderia acontecer que o Amor não fosse amado?

«Com razão, pois, a Esposa, renunciando a todos os outros sentimentos, se entrega inteiramente ao amor, já que, nesta troca de amor, deve corresponder a um Esposo que é o próprio Amor. Porque, ainda que todo o seu ser se dissolvesse e se derramasse em amor por Ele, que seria, afinal, esse amor em comparação com a torrente inesgotável que brota da própria Fonte do Amor? Certamente, o amor não existe na mesma abundância naquela que ama e n'Aquele que é o Amor, na alma do homem e no Verbo de Deus, na Esposa e no Esposo, na criatura e no Criador, do mesmo modo que a água não existe em igual abundância naquele que tem sede e na nascente de onde ela brota. Que fazer então? Acaso a esperança das núpcias celestes, o seu ardente desejo, o seu fervoroso amor e a sua confiante expectativa hão de ser frustrados e perecer completamente, só porque ela não consegue acompanhar um gigante na corrida, nem igualar a doçura do mel, nem a mansidão do cordeiro, nem a pureza do lírio, nem o brilho do sol, nem competir no amor com Aquele que é a própria Caridade? De modo nenhum. Porque, embora a Esposa, sendo criatura, seja inferior ao seu Criador e, por isso mesmo, O ame menos, se O ama com todo o seu ser, o seu amor é perfeito e nada lhe falta. Por isso mesmo, como já vos disse, é um amor desta natureza que constitui o matrimónio espiritual da alma com o Verbo. Com efeito, ela não pode amar desta maneira perfeita sem ser perfeitamente amada em troca, de tal modo que, pelo consentimento de ambas as partes, o matrimónio fica ratificado e consumado. Talvez alguém duvide se a alma não é precedida e ultrapassada pelo Verbo no amor. Isso, porém, é absolutamente certo: Ele amou-a muito antes de ela começar a amá-Lo e ama-a infinitamente mais do que ela O ama. Feliz a alma que mereceu receber a graça de tão extraordinária doçura! Feliz a alma a quem foi concedido experimentar um abraço de tão inexprimível delícia! Este abraço espiritual nada mais é do que um amor casto e santo, um amor suave e delicioso, perfeitamente sereno e perfeitamente puro, um amor mútuo, íntimo e forte, que une dois seres, não numa só carne, mas num só espírito, fazendo com que já não sejam dois, mas um só espírito indivisível, segundo o testemunho de São Paulo: «Aquele que se une ao Senhor constitui com Ele um só espírito.»[265]

Mas para quem está destinada esta deliciosa intimidade? Para a alma amorosa e submissa. «Eu amo os que Me amam», diz a Sabedoria divina. Amemos, pois, a Deus, e teremos a certeza de ser amados por Ele. Amemo-

Lo muito, e temos a promessa de que seremos muito amados em troca. Ora, que é o verdadeiro amor senão aquele que se entrega, sobretudo aquele que se manifesta e se entrega pela obediência e pelo abandono filial? O próprio Senhor no-lo assegurou: «Se alguém Me ama, guardará a minha palavra; Meu Pai o amará, e viremos a ele e faremos nele a nossa morada» (Jo 14,23). E disse ainda: «Todo aquele que fizer a vontade de Meu Pai que está nos Céus, esse é meu irmão, minha irmã e minha mãe» (Mt 12,50).

Na verdade, a obediência e o santo abandono imprimem em nós uma verdadeira semelhança de família com Aquele que Se fez obediente até à morte, e morte de cruz. A sua santíssima Mãe é semelhante a Ele e mais querida do que qualquer outra criatura, não apenas porque O trouxe no seu seio, mas também, e muito mais, porque superou todos os demais na fidelidade com que ouviu a sua palavra e a pôs em prática. Cada um de nós pode adquirir esta parentela espiritual, esta intimíssima relação com o nosso divino Irmão. E a nossa semelhança com Ele tornar-se-á tanto mais perfeita quanto mais avançarmos no amor, na obediência e no santo abandono.

Chegará, por fim, o feliz dia em que a nossa vontade estará completamente identificada com a vontade de Deus; mas a que preço terrível de sofrimentos e sacrifícios! Desde então, quer sob o peso da cruz quer entre as alegrias do Tabor, já não veremos senão Deus e a sua adorável vontade. Sempre reverenciaremos, aprovaremos e aceitaremos amorosamente o divino beneplácito. Estaremos sempre satisfeitos com Deus; beijaremos a sua mão mesmo quando ela nos crucificar; e, no meio dos tormentos e da agonia, continuaremos a sorrir-Lhe através das lágrimas. Oh! Então, verdadeiramente, Jesus, nosso Amor e nosso Modelo, repousará sobre nós o seu olhar e o seu Coração, como os repousou sobre a sua dulcíssima Mãe, porque encontrará em nós disposições perfeitamente conformes às suas. Deus Pai alegrar-Se-á ao contemplar em nós a imagem viva do seu Filho. O Espírito Santo, Autor principal dessa imagem, contemplará a sua obra com divina exultação. E toda a Santíssima Trindade Se inclinará amorosamente para nós e, guardadas as devidas proporções, dignar-Se-á repetir a respeito de cada um: «Este é o meu filho muito amado, em quem pus toda a minha complacência.»

Eis a fonte daquelas intimidades divinas que enchem a vida dos santos e as biografias de tantas outras almas piedosas. Se podemos acreditar nos escritos de uma santa religiosa, encontramos em quase todas as páginas os mais comoventes sinais da condescendência divina. Deus Pai chama-lhe «a sua filhinha da terra» e fala-lhe com toda a ternura de uma mãe amorosa que se dirige ao seu filhinho. Nosso Senhor dá-lhe os nomes de «minha irmãzinha», «minha filha» e «minha esposa». «Meu Deus, amo-Vos de todo o meu coração», dizia esta humilde alma. E o divino Mestre respondia-lhe com infinita bondade e ternura: «Também Eu te amo.» Quem poderá ler sem emoção a narração das visitas que o Menino Jesus lhe fazia, entregando-Se a ela com um abandono encantador?

A esta afeição paternal da parte de Deus corresponde, da parte da alma, uma doce confiança cheia de humildade. «Meu Deus», dizia a mesma religiosa, «acredito no vosso amor, acredito na vossa ternura, acredito no vosso Coração.» Estas almas conhecem Deus por uma fé viva e penetrante, mas conhecem-n'O também por uma doce experiência. Habituadas a ver-se tão ternamente amadas e conduzidas com tão grande solicitude, ousam expandir os seus sentimentos em efusões de ternura e, nos seus colóquios mais íntimos, dirigem ao Deus três vezes santo palavras tão cheias de afeição e de carinho que dificilmente alguém ousaria dirigir à própria mãe.

Sem dúvida, tal familiaridade não desagrada a Deus; pelo contrário, digna-Se até de nela encontrar prazer, pois é a sua própria graça que a inspira e favorece a sua continuação. Contudo, para preservar a alma do orgulho e mantê-la completamente desprendida, suspende de repente as suas carícias; parece esquecê-la e tratá-la com fria indiferença. Ela, porém, não perde a confiança, antes diz consigo mesma, como aquela santa religiosa: «O Pai celeste quer que eu seja a sua filhinha. Portanto, nos meus sofrimentos e provações interiores devo comportar-me como uma criança que a mãe faz sofrer apenas para a curar. A criança chora quando a mãe aperta demasiado a ferida, mas isso não a impede de repousar ao seu colo; e recebe com alegria as carícias daquela mesma que momentos antes a fizera chorar. Depois, um abraço mútuo, cheio da mais terna afeição, põe fim às lágrimas. Assim deve ser o meu comportamento para com o meu Pai celeste.»

Continuação do Artigo I — A intimidade com Deus

Mas que sucede então à humildade nestes colóquios tão íntimos? Por vezes, a alma dá livre curso à sua ternura. Depois, confundida com a sua própria ousadia, adora profundamente o Deus do seu coração; multiplica os protestos de humilde e amorosa submissão; mergulha-se no sentimento da sua miséria e do seu nada. É o próprio bom Mestre que a convida, por meio da sua graça, a entrar nestas disposições; ou, se necessário, conduz-lha através das humilhações. Enquanto a exalta, nunca perde de vista as exigências da humildade. «Senhor, que vedes Vós em mim que Vos atrai para junto de mim?», perguntava a mesma religiosa. «É a tua grande miséria», respondeu-lhe Jesus, «e o meu amor por ti é tal que nem todas as tuas infidelidades Me impedem de derramar sobre ti as minhas graças.» Assim sabe Deus exaltar-nos e humilhar-nos alternadamente, de tal modo que a confiança e a humildade caminham juntas e se sustentam mutuamente.

Foi por isso que, para Santa Teresinha do Menino Jesus, a humildade constituiu uma das principais fontes — e de modo nenhum a menor — da sua confiança em Deus. Já anteriormente chamámos a atenção para este facto. Procurava ela um caminho que a conduzisse à santidade e encontrou-o nestas palavras da Sabedoria divina: «Se alguém é pequenino, venha a Mim» (Pr 9,4). Foi para ela um raio de luz. Far-se-á muito pequenina no sentimento da sua fraqueza e do seu nada. Permanecerá sempre pequenina. A sua única ambição será passar despercebida, ser totalmente esquecida. E, sendo pequenina como uma criança, amará como uma criança, obedecerá como uma criança, oferecerá flores como uma criança. Isto é, fará todos os pequenos sacrifícios que uma criança pode fazer. Em compensação, será amada como uma criança; e os braços fortes de Jesus servir-lhe-ão de elevador para a erguer até ao cume da perfeição.

Terá as suas pequenas faltas. Ai de nós! Também as crianças pequenas tropeçam e caem de vez em quando. Mas logo, sem demora, correm a chorar para a mãe e lançam-se nos seus braços, para serem perdoadas e consoladas. Assim fará ela. Era pura como os mais puros santos; mas, ainda que tivesse cometido todos os pecados alguma vez praticados, imitaria Maria Madalena arrependida e não perderia um só instante da sua

confiança. «Ela sabe que pode contar com o amor e a misericórdia do seu bom Mestre.» Além disso, quem possui a humildade de uma criança não se perde. Não; será sempre acolhida por Aquele que é «manso e humilde de coração» e que disse: «Deixai vir a Mim as criancinhas e não as impeçais, porque delas é o Reino dos Céus» (Mt 19,14).

ARTIGO II — Simplicidade e liberdade

Jesus, ao entrar no mundo, disse ao seu Pai celeste: «Eis que venho para fazer a vossa vontade» (Heb 10,9). «Como assim?», exclama D. Gay. «Então não veio Ele pregar, trabalhar, sofrer, morrer, vencer o inferno, fundar a Igreja e salvar o mundo pela cruz? Sem dúvida que tudo isso fazia parte da sua missão. Mas, se a sua intenção abrangia todos estes diversos objetivos, era unicamente porque tal era a vontade eterna de seu Pai. É apenas essa vontade que O toca e determina. Vendo todas as outras coisas, fixa-Se exclusivamente nela. Só dela fala, só dela declara depender. E, mais tarde, ao realizar tantos prodígios, tantas maravilhas inauditas e sobre-humanas, nunca fará verdadeiramente outra coisa senão esta única e simples obra: cumprir a vontade do seu Pai celeste.»[266]

Assim acontece também com aquele que pratica o santo abandono. Tem muitos deveres a cumprir. Mas, quer esteja no coro, quer no trabalho manual, quer na leitura espiritual; quer trabalhe para si ou para os outros; quer descanse ou esteja ocupado, nunca tem, no fundo, senão uma única coisa a fazer: cumprir o seu dever essencial, a santa vontade de Deus. Passará por tempos de saúde e de doença, de aridez e de consolações, de paz e de combate; mas, no meio de toda esta variedade de acontecimentos, vê apenas uma única realidade: o Deus do seu coração, que tudo dirige e de tudo Se serve para lhe manifestar o seu divino beneplácito.

À sua volta, os homens vêm e vão, ocupando-se dos seus múltiplos afazeres. Quer o aprovem, quer o critiquem, quer o esqueçam; quer lhe proporcionem sofrimento ou alegria, ele eleva acima deles o seu olhar e vê apenas Deus, que os guia e deles Se serve para lhe indicar aquilo que deve fazer. Assim, em todos os acontecimentos, atende somente a Deus e à sua adorável vontade. É isto que dá à sua vida uma admirável simplicidade, uma unidade extremamente simples. Será necessário acrescentar que esta

atenção constante apenas a Deus produz, quase naturalmente, outro fruto de valor inestimável: uma intenção profundamente pura?

Além disso, assegura-nos a liberdade dos filhos de Deus. «Se há alguma coisa», diz Bossuet, «capaz de tornar o coração livre e desafogado, é o perfeito abandono a Deus e à sua santa vontade.»[267] E, na verdade, nada mais pode conceder-nos esta liberdade.

Serão livres os pecadores que vivem ao sabor das suas paixões? Certamente que não. São antes infelizes escravos, oprimidos pela tirania do mundo e das suas concupiscências. Poderão chamar-se livres aqueles cristãos ainda fracos no cumprimento dos seus deveres? Também não, porque as ocasiões de pecado dominam-nos e o respeito humano mantém-nos ainda em cativeiro; querem o bem, mas mil obstáculos desviam-nos; detestam o mal, mas falta-lhes a energia para romper definitivamente com ele.

E serão livres aqueles que já fizeram algum progresso na virtude, mas continuam apegados à própria vontade e ávidos de consolações sensíveis? Nem esses, porque, apesar das aparências, o amor-próprio continua a dominá-los. São tão escravos dele como os mundanos o são das suas paixões; por isso vivem cheios de caprichos e de inconstância e perdem toda a coragem quando chegam as provações.

Uma alma é livre e desprendida na medida em que mortifica as suas paixões, vence o amor-próprio e calcou aos pés o orgulho. A mortificação interior inicia e prolonga esta libertação; mas, como já vimos, só pelo abandono ela chega à sua perfeição. Com efeito, só o abandono nos estabelece plenamente na santa indiferença; só ele nos ensina a ver os bens e os males desta vida apenas à luz do divino beneplácito; só ele prende o nosso coração à santa vontade de Deus com todo o amor e toda a confiança de que somos capazes.

Ele torna-nos livres diante dos bens e dos males temporais, da adversidade e da prosperidade. Nenhum objeto de avareza, de ambição ou de prazer consegue já prender-nos. As humilhações, os sofrimentos, as privações, as cruzes, sejam elas quais forem, deixaram de nos assustar.

Entregámos todo o nosso coração unicamente a Deus e estamos preparados para tudo, desde que seja para cumprir a sua vontade.

Torna-nos livres também em relação aos nossos semelhantes. Como o nosso único desejo é agradar a Deus por uma submissão amorosa e filial, «nenhum respeito humano pode deter a nossa caminhada», diz Grou. «Os juízos dos homens, as suas críticas, os seus escárnios, o seu desprezo, já não nos perturbam. Pelo menos, deixaram de ter poder para nos desviar do caminho reto. Numa palavra, elevámo-nos acima do mundo, dos seus erros, das suas seduções e dos seus temores. Se isto não é liberdade, então que é a liberdade?»[268]

Torna-nos livres até diante do próprio Deus. «Atrevo-me a dizê-lo», continua o mesmo autor, «qualquer que seja o modo como Deus trate estas almas, quer as prove, quer as console, quer Se aproxime delas, quer pareça abandoná-las», seja qual for a sua maneira de proceder, elas não perdem nem a paz nem a coragem. «Em relação a Deus, a sua liberdade consiste em querer tudo o que Ele quer, sem se inclinarem deliberadamente para um lado ou para outro, sem qualquer preocupação pelos seus próprios interesses. Consentiram antecipadamente em tudo o que vier a acontecer; identificaram a sua própria escolha com o divino beneplácito e aceitaram livremente tudo quanto este determinar.»[269]

Continuação do Artigo II — Simplicidade e liberdade

O santo abandono torna-nos também livres em relação a nós mesmos, até mesmo nas coisas da piedade. Com efeito, estabelece-nos numa completa indiferença relativamente a tudo o que não pertence ao divino beneplácito. Por isso, diz São Francisco de Sales, «desde que a vontade de Deus se cumpra, o espírito não se inquieta com mais nada»; o coração tornou-se livre. «Já não está preso às consolações e recebe as aflições com tanta boa vontade quanto a fraqueza da carne o permite. Repare-se que não digo que deixe de amar e desejar as consolações. O que afirmo é que não se apega a elas. Desprende mesmo o seu afeto dos próprios exercícios espirituais, de tal modo que, se a doença ou qualquer outro acontecimento o obrigar a omiti-los, não sente desgosto. Também não digo que não os ame, mas apenas que não está ligado a eles.»

Jamais os negligencia, a não ser quando a vontade de Deus lho manifesta claramente. Mas abandona-os sem a menor hesitação logo que o beneplácito divino exige esse sacrifício por motivo de necessidade, de caridade ou de obediência. Do mesmo modo, não perde a paciência com as importunações que o incomodam, por exemplo, interrompendo-o durante o tempo da meditação. Quer apenas servir a Deus. E «é-lhe completamente indiferente fazê-lo através dos seus exercícios de piedade ou prestando auxílio ao próximo. Ora, neste momento, ajudar o próximo é precisamente o dever que a vontade de Deus lhe impõe.» Os contratempos já não o perturbam, porque nada prende agora os seus afetos e ele deseja unicamente o cumprimento do divino beneplácito. Assim, a prática habitual do santo abandono proporcionou-lhe «a feliz liberdade dos filhos muito amados, isto é, um completo desprendimento de todas as coisas criadas, para poder seguir livremente a vontade conhecida de Deus».[270]

ARTIGO III — Constância e equanimidade

O mundo, com toda a sua confusão e desolação, está cheio de agitação de espírito e de inconstância de vontade. São Francisco de Sales faz remontar este mal a uma única causa: tudo provém do facto de a maior parte dos homens se deixar conduzir pelas suas paixões. Não querem encontrar dificuldades, contradições nem coisa alguma que lhes cause sofrimento. Ora, precisamente a inconstância e a instabilidade caracterizam os acidentes da nossa existência mortal. Daí sucede que hoje me sinto alegre porque tudo decorreu conforme os meus desejos; mas, no instante seguinte, fico triste porque encontrei uma pequena contrariedade que surgiu inesperadamente.

Hoje, porque tens consolações na oração, sentes-te cheio de coragem e resolvido a servir generosamente a Deus no futuro; amanhã, porém, será a aridez a tua parte e, por isso mesmo, ficarás abatido e desanimado. Agora desejas uma coisa; mais tarde desejarás outra. Hoje esta pessoa agrada-te; amanhã mal a consegues suportar. Ardo de entusiasmo por uma obra de zelo que me encanta pela novidade ou pela esperança de êxito; mas, quando chegam as contradições, os fracassos e a monotonia, toda a minha coragem desaparece. Não é isto precisamente o que devemos esperar enquanto nos deixarmos conduzir pelas inclinações, paixões e afetos? Se estes não forem

submetidos à razão e à fé, que poderá o futuro trazer «senão contínuas vicissitudes, inconstância, caprichos, variações e mudanças de humor que num momento nos enchem de fervor e no seguinte nos tornam cobardes e preguiçosos? Uma hora de tranquilidade será seguida por dois dias de inquietação.» Mas, acrescenta o santo Doutor, «não imitemos aqueles que choram quando as consolações os abandonam e que só sabem cantar quando elas regressam; parecem-se com os macacos, sempre tristes quando o tempo está sombrio e sempre prontos para brincadeiras quando o sol reaparece.»[271]

São Afonso compara essas almas a um cata-vento, porque «mudam continuamente conforme sopra o vento das vicissitudes da vida: são amáveis e radiantes na prosperidade, mas impacientes e tristes na adversidade. Levam uma vida infeliz e nunca chegarão à perfeição».[272]

Pelo contrário, à medida que avançamos na santa indiferença e no abandono, desprendemo-nos de todas as criaturas e passamos a procurar e desejar unicamente Deus. Depositámos toda a nossa confiança no Pai celeste e habituámo-nos a prestar-Lhe uma submissão pronta e fiel. Já não queremos ver as pessoas nem os acontecimentos senão em Deus e na sua vontade, tão sábia e tão santificadora. E, precisamente por isso, deixamos de estar à mercê das nossas paixões sempre mutáveis; deixamos de ser como a palha levada pelo primeiro sopro da tempestade. Tornamo-nos firmes nas convicções, estáveis nas resoluções, perseverantes nas empresas, sempre iguais a nós mesmos, sempre calmos e serenos.

Tal homem, diz São Afonso, «não se ensoberbece com os êxitos nem se deixa abater pelas desgraças. Sabe que tudo vem igualmente da mão de Deus. Sendo o divino beneplácito a única regra dos seus desejos, nada faz senão o que Deus quer e nada quer senão aquilo que Deus faz. (...) Aceita com inteira conformidade de vontade todas as disposições da Providência, sem atender a que estejam ou não de acordo com as suas inclinações naturais. Os amigos de São Vicente de Paulo costumavam dizer dele ainda em vida: Monsieur Vincent é sempre Vincent. Queriam significar que, em todas as circunstâncias, favoráveis ou adversas, o Santo permanecia igualmente tranquilo, sempre igual a si mesmo; porque, tendo-se

abandonado perfeitamente às disposições de Deus, vivia sem receio e não desejava outra coisa senão o divino beneplácito.»[273]

«É esta santa igualdade de espírito que desejo ver em vós», dizia São Francisco de Sales às suas filhas espirituais. «Reparai que não digo igualdade de humor ou de inclinação, mas igualdade de espírito. Porque não faço caso, nem quero que façais caso, das perturbações que possais sentir na parte inferior da alma. O que importa é que permaneçamos sempre firmes e resolutos na parte superior, conservando uma constante equanimidade tanto na adversidade como na prosperidade, tanto na desolação como na consolação, tanto na aridez como nas doçuras sensíveis.

«As pombas lamentam-se da mesma maneira que se alegram: têm um único canto para exprimir a tristeza e a alegria. Vede-as pousadas no ramo de uma árvore, lamentando a perda das suas crias; vede-as depois quando estão plenamente felizes: a melodia não muda; é sempre o mesmo arrulhar com que exprimem tanto a alegria como a dor. Job oferece-nos, neste ponto, um exemplo admirável, pois cantou sempre ao mesmo tom todos os cânticos que compôs. Quando o Senhor multiplicou os seus bens e lhe concedeu tudo quanto podia desejar nesta vida, que disse ele senão: “Bendito seja o nome do Senhor!” Era este o seu cântico de amor em todas as circunstâncias. Reduzido depois ao extremo da aflição, que faz ele? Canta o seu cântico de lamentação exatamente na mesma melodia com que cantava o da alegria. “O Senhor deu-me os meus filhos e os meus bens, e o Senhor tornou a tirá-los. Bendito seja o nome do Senhor! Bendito seja para sempre o nome do Senhor!” Assim também nós devemos receber da mão de Deus tanto os bens como os males, tanto as consolações como as aflições, cantando sempre o mesmo suave cântico: “Bendito seja o nome do Senhor”, sempre ao ritmo de uma equanimidade imperturbável.»[274]

Continuação do Artigo III — Constância e equanimidade

Esta equanimidade, tão agradável e tão desejável, São Francisco de Sales possuiu-a em grau eminente. E é Santa Joana Francisca de Chantal quem nos revela onde a encontrou. «O seu método consistia em conservar-se muito humilde, muito pequeno e profundamente aniquilado diante da majestade de Deus, com uma reverência singular, mas também com a

confiança de um filho muito amado. Creio que, nos últimos anos da sua vida, já nada queria, nada amava e nada via senão Deus em todas as coisas. Parecia inteiramente absorvido em Deus, e costumava dizer que nada existia neste mundo que lhe pudesse dar contentamento senão Deus.

«Desta união perfeita nascia aquela indiferença absoluta e universal que todos lhe reconheciam. E, na verdade, ao ler os capítulos do Livro IX do seu *Tratado do Amor de Deus*, onde trata desta matéria, vejo claramente que praticava aquilo que ensinava, conforme as circunstâncias. A máxima, tão pouco conhecida e, todavia, tão excelente: "Nada pedir, nada desejar, nada recusar", que observou fielmente como regra da sua conduta até ao fim da vida, só podia nascer de uma alma absolutamente indiferente e morta para si mesma.

«A sua equanimidade era admirável. Quem alguma vez o viu dar o menor sinal de perturbação em qualquer circunstância? No entanto, eu própria o vi submetido a violentos assaltos. Não era porque deixasse de sentir profunda indignação, sobretudo quando Deus era ofendido ou o próximo oprimido. Nessas ocasiões, via-se que se recolhia resolutamente ao silêncio e se refugiava no seu interior com Deus; aí permanecia, ainda em silêncio, sem, contudo, deixar de tomar prontamente todas as medidas necessárias para reparar o mal praticado. Porque ele era o refúgio, o consolo e o sustentáculo de todos.»[275] Felizes os que possuem esta constante equanimidade! Felizes também aqueles que vivem junto deles!

ARTIGO IV — Paz e alegria

O santo abandono não só nos alcança a preciosa liberdade dos filhos de Deus e uma doce equanimidade no meio da instabilidade das coisas humanas e das vicissitudes da vida; proporciona-nos ainda aquela profunda paz e aquela alegria interior que constituem a nossa felicidade nesta terra.

«Só pela perfeita conformidade da nossa vontade com a vontade de Deus», escreve Saint-Jure, «podemos adquirir a paz mais perfeita que é possível saborear neste mundo; a prática desta conformidade cria para nós um verdadeiro paraíso na terra. Afonso, o Magnânimo, rei de Aragão e de Nápoles, príncipe muito sábio e esclarecido, foi um dia interrogado sobre

quem julgava ser a pessoa mais feliz do mundo. “Aquele que se abandonou sem reservas à direção de Deus”, respondeu o príncipe, “e recebe todos os acontecimentos, favoráveis ou adversos, como vindos da sua mão.”»[276]

Escreve ainda D. Gay: «“Submete-te a Deus”, dizia Elifaz a Job, “e encontrarás a paz”; uma paz que a Sagrada Escritura descreve noutro lugar como inesgotável, uma paz semelhante a um rio, a um rio caudaloso. Os pacíficos, isto é, aqueles que possuem em si este tesouro da paz e procuram comunicá-lo aos outros, serão chamados, e são verdadeiramente, filhos de Deus. E os filhos de Deus por excelência são as almas que se abandonam inteiramente a Ele.

«“O meu povo habitará na beleza da paz, em moradas de confiança e num repouso abundante” (Is 32,18), onde nada mais faltará aos seus desejos. David habitava nessas moradas e gozava desse repouso abundante quando cantava o doce salmo que bem poderia chamar-se o cântico do abandono: “O Senhor é o meu pastor, nada me faltará. Fez-me repousar em verdes prados; conduziu-me às águas refrescantes; restaurou a minha alma; guiou-me pelos caminhos da justiça por amor do seu nome”, isto é, por amor de Jesus, seu Filho Unigénito. “E agora, ó meu Mestre, meu Guia, ó Providência, minha Mãe! Ainda que eu caminhe pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque Vós estais comigo. A vossa vara” — que me indica o caminho — “e o vosso cajado” — com que me bateis quando começo a desviar-me — “esses me consolam” (Sl 22). Não há dúvida: o abandono produz a paz, uma paz profunda, perfeita e imperturbável.»[277]

«Sem dúvida», acrescenta Saint-Jure, «as almas que seguem este caminho do abandono gozam de uma serenidade inalterável e passam a vida numa paz que só elas podem compreender e que seria impossível encontrar noutro lugar deste mundo. Santa Catarina de Sena conta-nos que Nosso Senhor lhe ensinou a construir, no próprio coração, um mosteiro feito da pedra sólida da divina Providência e a permanecer nele para sempre, porque assim estaria segura da felicidade, encontraria a perfeita paz da alma e um abrigo contra todas as tribulações e tempestades. E, na verdade, pode imaginar-se estado mais feliz do que aquele em que a alma é levada,

repousa e adormece como uma criança nos braços omnipotentes da divina Providência?»

«Quereis», pergunta ainda o mesmo autor, «uma imagem ainda mais luminosa da felicidade desta alma? Considerai Noé durante o dilúvio. Porque Deus o conduzia, vivia tranquilamente na arca entre leões, tigres e ursos, enquanto todos os seus semelhantes, mergulhados na mais espantosa confusão do corpo e do espírito, eram impiedosamente tragados pelas águas. Do mesmo modo, a alma que se abandona à Providência e lhe entrega o leme da sua arca gozará de perfeita paz no meio de todas as provações; navegará serenamente sobre o oceano desta vida. Pelo contrário, as almas indisciplinadas, escravas fugitivas em revolta contra a Providência, vivem numa agitação contínua e, tendo por piloto a sua própria vontade cega e inconstante, depois de muito tempo à mercê dos ventos e das ondas, acabam por naufragar lamentavelmente.»[278]

Com efeito, pergunta D. Gay: «Que é, afinal, o que vos perturba? Não falo das perturbações que agitam apenas a superfície da alma. Basta sermos sensíveis para estarmos inevitavelmente sujeitos a elas. Refiro-me à perturbação que invade o mais íntimo da alma e ali ataca as virtudes. Qual é a sua causa? Serão as ordens que recebeis ou os acontecimentos que vos sobrevêm? Não, porque a provação que vos rouba a paz não produz o mesmo efeito nos vossos companheiros de comunidade. Como explicar isso? Muito facilmente. A vontade deles está abandonada a Deus; a vossa conserva ainda o domínio de si mesma e resiste. A perturbação nasce, portanto, da vontade própria e da oposição que ela faz a Deus. Eis a causa de todas as vossas agitações e inquietações. O abandono torna-as impossíveis.»[279]

Continuação do Artigo IV — Paz e alegria

As almas abandonadas conseguiram fundir a sua vontade com a vontade de Deus. Por isso, nada lhes pode acontecer que seja contrário aos seus desejos, nada pode perturbar a sua paz, porque nada lhes sucede que não esteja em conformidade com a vontade divina e, consequentemente, também com a sua própria vontade. «Na minha opinião», observa Salviano, «não existe no mundo felicidade comparável à destas almas. São

humilhadas e desprezadas, é verdade, mas é precisamente isso que desejam. São pobres, mas a pobreza é para elas a mais preciosa das riquezas. Por isso, vivem sempre contentes.»[280]

«Nenhuma desgraça entristecerá o justo», diz a Sabedoria divina (Pr 12,21). Nada pode perturbar a paz e a serenidade do seu espírito, porque colocou a sua confiança somente em Deus e aceitou antecipadamente tudo quanto o seu bom Mestre Se dignar ordenar. Evidentemente, não se trata ainda da paz do Paraíso, mas é a paz mais perfeita que se pode alcançar nesta terra. Deus não quer que gozemos aqui de um repouso absoluto nem de uma felicidade duradoura. Não podemos evitar a tribulação; a cruz acompanhar-nos-á para onde quer que vamos. Mas o santo abandono ensina-nos a grande ciência da vida e a arte de sermos felizes mesmo neste mundo, que consiste em saber sofrer.

Saber sofrer! Isto é, sofrer como devemos sofrer; aceitar tudo quanto Deus quer para nós e do modo como o quer, com espírito de fé, de amor e de confiança. O abandono ensina-nos a repousar entre os braços da cruz e, por conseguinte, nos braços de Jesus e sobre o seu Coração trespassado. Aí encontramos algo mais do que a paz: participamos da própria alegria de Jesus.

«Por vezes, e não raramente», escreve D. Gay, «essa alegria é sensível. Mas, noutras ocasiões, e na maior parte das vezes, é puramente espiritual.» Seja como for, o abandono produz a alegria da alma. «Para isso bastaria conceder-nos a liberdade e a paz. Em que deveríamos alegrar-nos, senão em sermos livres e pacíficos: livres na verdade, livres no amor e pacíficos na nossa liberdade? E, por outro lado, sem liberdade e sem paz, que alegria se pode experimentar ou sequer imaginar?»

Quereis possuir o segredo de viver sempre alegres? Chamamos-lhe segredo porque, embora todos os homens procurem a alegria, muito poucos chegam a descobri-la. Pois bem, o segredo para a alcançar e conservá-la é o santo abandono. Mas como? Escutai. Os outros têm pouca fé, pouca confiança e pouco amor para se alegrarem nas tribulações. Mas aqueles que chegaram à perfeita conformidade possuem uma fé viva, uma esperança firme e uma caridade generosa. Aprenderam a reconhecer, em todos os acontecimentos, mesmo nos mais insignificantes, a presença do seu Pai

celeste, do seu Salvador, do seu Esposo, do seu Amigo, do seu Bem-Amado, incessantemente ocupado na obra da sua santificação. Entregaram-Lhe, sem qualquer reserva, toda a sua confiança e todo o seu amor.

Não é Ele o Senhor soberano de todos os acontecimentos? E, ao dispô-los, poderá esquecer-Se de que é Pai e Salvador? Por isso, vivem na certeza de que tudo contribuirá para o bem da sua alma, desde que permaneçam confiantes e fielmente submissos. Como poderiam, então, deixar de estar alegres? No sexto dia da criação, Deus contemplou as obras das suas mãos e viu que tudo era bom, muito bom. Por isso, dignou-Se contemplá-las com uma alegria cheia de complacência. «De modo semelhante, a alma abandonada experimenta em si mesma algo que se assemelha a uma participação nesta alegria divina. Porque o fundamento do seu abandono consiste precisamente na aprovação que dá a tudo quanto Deus faz e quer, e na complacência que encontra em todas as disposições da sua Providência.»[281]

«Aqui», diz Rodríguez, «tendes todo o segredo daquela perfeita serenidade e daquela alegria inalterável que se manifestavam no rosto, nas palavras e nas ações dos santos de outrora, como Santo Antão, São Domingos e São Francisco de Assis. As mesmas qualidades se observavam, segundo lemos, em Santo Inácio e distinguem, de facto, todos os verdadeiros servos de Deus.

«Poder-se-á objetar, talvez, que estes grandes santos estavam livres de todas as misérias da vida; que talvez não sofressem enfermidades corporais; que talvez não tivessem tentações a combater nem provações a suportar; ou que, enfim, Deus afastava do caminho dos seus fiéis servidores toda a causa de sofrimento e toda a ocasião de queda. Nada poderia estar mais longe da verdade. As cruzes que os santos tiveram de carregar foram muito mais pesadas do que as dos outros homens. Tribulações, sofrimentos e desprezos constituíram a sua herança nesta vida, e as suas coroas foram sempre tecidas de espinhos. Deus reserva as provas mais duras para as almas que mais ama.

«Mas estes homens santos tinham conformado perfeitamente a sua vontade com a vontade de Deus. Por isso, as dores, as mortificações e até as tentações se transformavam para eles em fonte de alegria e de consolação,

porque sabiam que tudo era obra da vontade divina, na qual colocavam toda a sua felicidade.»[282] Eram engenhosos em descobrir mil razões de piedade para aprovar os desígnios da Providência, mesmo quando mais dolorosos, e para se animarem a uma submissão confiante e alegre à vontade de Deus.

Escutemos agora o santo Cura d'Ars: «Foi a cruz que deu a paz ao mundo, e é também a cruz que deve trazer a paz aos nossos corações. Todas as nossas misérias provêm de não amarmos a cruz. O medo da cruz apenas lhe aumenta o peso. Uma cruz levada com alegria deixa de ser um fardo. [283] Nada nos torna tão semelhantes a Nosso Senhor como o carregar da sua cruz. Todos os sofrimentos se tornam suaves quando são suportados em união com Ele. Não consigo compreender como pode um cristão recusar amar a cruz e fugir dela. Não foge ele, ao mesmo tempo, d'Aquele que quis ser pregado na cruz e nela morrer por nosso amor?

«As contradições conduzem-nos ao pé da cruz, e a cruz conduz-nos às portas do Paraíso. Para lá chegarmos, é necessário sermos calcados aos pés, desprezados, humilhados e reduzidos a nada. Sofrer, que importa? Tudo isso acaba num instante. Se pudéssemos passar apenas oito dias no Céu, compreenderíamos o valor deste sofrimento momentâneo; não haveria cruz demasiado pesada nem provação demasiado amarga. A cruz é o presente que Deus oferece aos seus amigos. Peçamos o amor da cruz, e ela tornar-se-á doce. Falo por experiência de quatro ou cinco anos. Tive a minha larga parte de calúnias, contradições e opressões. Sim! Também sobre os meus ombros foram colocadas cruzes, quase mais do que podia suportar. Mas apliquei-me a pedir o amor da cruz, e tornei-me tão feliz que dizia para comigo: na verdade, a cruz só me traz alegrias.

«Nunca devemos preocupar-nos demasiado com a origem das cruzes; em última análise, vêm sempre de Deus. É sempre Deus quem nos oferece os meios de Lhe provarmos o nosso amor. Oh! Quando chegar o dia do juízo, quão felizes estaremos por causa das desventuras desta vida, quão orgulhosos das nossas humilhações, quão ricos por causa dos nossos sacrifícios!»[284]

Para Gemma Galgani, um dia sem sofrimento era um dia perdido. «Houve dias», lamentava-se ela, «em que nada tive para oferecer ao meu

Jesus ao cair da noite. Oh! Como fui infeliz!» Durante uma longa provação, que ainda então continuava, Nosso Senhor perguntou-lhe se sofria muito. «Sofrer convosco é uma felicidade»,[285] respondeu ela.

«Acabo de rezar o rosário», escrevia uma piedosa religiosa ao seu diretor espiritual, «para agradecer ao bom Deus por me ter colocado no cadinho do sofrimento. Esta manhã, depois da Comunhão, rezei o *Magnificat*. Já não tenho outra consolação senão sofrer com Jesus e por Jesus, se Ele Se dignar aceitar os meus sofrimentos. Sofrer, sofrer ainda, sofrer mais: esta é a minha oração contínua.»

Consumida pela doença e atormentada pela febre, a Irmã Isabel da Trindade escrevia assim nos últimos dias da sua vida: «O caminho do Calvário abre-se diante de mim, e estou tão feliz por o percorrer como esposa ao lado do meu Amor crucificado. Oh! Se soubésseis que dias divinamente felizes estou a viver! Vou perdendo as forças e sinto que não tardará muito até que o divino Mestre venha buscar-me. Mas saboreio, experimento alegrias inauditas: as alegrias do sofrimento, tão suaves e deliciosas. Julgo estar já quase no Céu nesta pequena cela, sozinha com Deus, levando a minha cruz com o meu divino Bem-Amado. A minha felicidade cresce na proporção dos meus sofrimentos. Se soubésseis que doçura se encontra no fundo do cálice preparado pelo nosso Pai celeste!»[286]

«Desde o momento em que renunciei para sempre a procurar-me a mim mesma», dizia Santa Teresinha do Menino Jesus, «vivi a vida mais feliz que se pode imaginar.» E, de facto, o sofrimento tornou-se para ela um céu na terra. Recebia-o com um sorriso, como quem acolhe uma grande felicidade. «Quando sofro muito», dizia ela, «quando me sobrevêm duras provações, em vez de mostrar um rosto triste, acolho-as com um sorriso. Ao princípio nem sempre o conseguia; agora, porém, cheguei a tal ponto que já não consigo verdadeiramente sofrer, porque todo o sofrimento se tornou para mim uma delícia.»

«Porque estais hoje tão alegre?» «Porque tive duas pequenas dores. Não há nada que me dê alegrias tão grandes como as pequenas dores.» «Hoje tivestes muitas provações?» «Oh, sim, muitas! Mas é porque as amo. Amo

tudo quanto o bom Deus me envia. O meu coração está cheio da vontade de Jesus.»[287]

Escutemos agora Tauler no célebre *Diálogo entre o Teólogo e o Mendigo*. «Um teólogo — o próprio Tauler — suplicou durante oito anos a Deus que lhe enviasse um homem capaz de lhe mostrar o caminho da verdade. Certo dia, quando esse desejo era mais intenso do que nunca, ouviu uma voz do Céu que lhe dizia: “Vai para os degraus da igreja; ali encontrarás alguém que te ensinará o caminho da verdade.”

«Saindo, encontrou um mendigo miseravelmente vestido, de pés descalços, feridos e cobertos de lama. Saudou-o dizendo: “Que Deus vos conceda um bom dia.” Ao que o mendigo respondeu: “Não me lembro de alguma vez ter tido um mau dia.” “Então que Deus vos faça feliz”, disse o teólogo. E recebeu esta resposta: “Nunca deixei de ser feliz.” “Deus vos abençoe”, continuou o teólogo, “mas gostaria que vos explicásseis melhor, porque não compreendo o que dizeis.” “Com muito gosto”, respondeu o mendigo.

«“Desejastes-me um bom dia, e eu respondi que não me lembrava de ter passado algum mau dia. É que, quando tenho fome, louvo a Deus; quando sofro com o frio, quando cai granizo, neve ou chuva, quando faz bom ou mau tempo, louvo igualmente a Deus; quando vivo na necessidade, quando sou rejeitado ou desprezado, continuo a louvar a Deus. Por isso, não sei o que seja um mau dia.

«“Depois desejastes-me uma vida feliz, e respondi que nunca deixei de ser feliz. É a pura verdade. Aprendi a viver com Deus e estou convencido de que tudo o que Ele faz é necessariamente muito bom. Assim, tudo o que recebo de Deus ou tudo o que Ele permite que receba dos homens, prosperidade ou adversidade, doçura ou amargura, considero-o um favor particular e aceito-o com alegria da sua mão. Além disso, tomei a firme resolução de nunca me apegar a outra coisa senão à vontade de Deus, e fundi de tal modo a minha vontade com a d'Ele que tudo quanto Ele quer também eu quero. Por isso, fui sempre feliz.”

«“Mas que diríeis”, perguntou então o teólogo, “se Deus quisesse precipitar-vos no abismo?” “Precipitar-me no abismo? Se Deus o quisesse,

tenho dois braços com os quais O estreitaria num abraço inseparável: com o braço esquerdo, que é a humildade, abraçar-me-ia à sua santa Humanidade e prender-me-ia a Ela com todas as minhas forças; com o braço direito, que é o amor, unir-me-ia à sua Divindade, de tal maneira que Ele não poderia lançar-me no inferno sem vir também comigo. E preferiria mil vezes estar no inferno com Ele do que no Céu sem Ele."

«Compreendeu então o teólogo que a perfeita resignação, unida a uma profunda humildade, é o caminho mais curto para chegar a Deus. Perguntou-lhe ainda: "De onde vindes?" "De Deus." "Onde O encontrastes?" "Lá onde deixei todas as criaturas." "Onde habita Ele?" "Nos corações puros e nos homens de boa vontade." "E quem sois vós?" "Sou um rei." "Onde está o vosso reino?" "Na minha alma, porque aprendi a dominar os sentidos interiores e exteriores, de tal modo que todos os afetos e todas as faculdades da minha alma me estão inteiramente submetidos. E este reino, como ninguém pode duvidar, vale mais do que todos os reinos da terra."

«"Que meios empregastes para chegar a tão alta perfeição?" "O silêncio, a meditação profunda e a união com Deus. Não encontrei repouso em coisa alguma que não fosse o meu Deus. Agora encontrei-O, e n'Ele gozo de um repouso perfeito e de uma paz inalterável."

Tal foi o diálogo entre o teólogo Tauler e o pobre mendigo, que, pela perfeita conformidade da sua vontade com a vontade de Deus, era mais rico na sua pobreza do que qualquer monarca da terra e mais feliz nos seus sofrimentos do que aqueles a quem todos os bens da natureza proporcionam prazer e abundância.»[288]

ARTIGO V — Uma santa morte e poder junto de Deus

À medida que nos tornamos mais perfeitos no abandono, tornamo-nos também, na mesma proporção, mais desprendidos de todas as coisas da terra e mais intimamente unidos a Deus somente. A fé, a confiança, o amor e todas as demais virtudes desenvolveram-se nas nossas almas de modo admirável. A união da nossa vontade com a vontade de Deus fortaleceu-se dia após dia. A perseverança final é sempre a graça das graças, o dom

gratuito por excelência. Contudo, nada é mais eficaz do que o santo abandono para inclinar o nosso Pai celeste a conceder-nos essa graça decisiva. Ele persegue o pecador que foge do seu abraço; poderá rejeitar aqueles que vivem apenas de amor e de submissão filial? Basta que permaneçamos firmes neste caminho até ao fim e, sem dúvida, ver-nos-emos salvos, sim, salvos à maneira dos santos.

Falando mesmo dos cristãos comuns, o piedoso Bispo de Genebra costumava dizer: «É impossível que Deus Todo-Poderoso condene uma alma que se separa do corpo com a sua vontade resignada à vontade divina. A nossa vontade permanecerá para sempre nas disposições em que a morte a encontrar. A árvore fica caída para o lado em que tombou.»[289] Por isso, quando assistia um moribundo, empregava todos os esforços para o levar a submeter sem reservas a sua vontade à vontade de Deus, e quase não lhe falava de outra coisa.

A morte separar-nos-á dos nossos bens e da nossa posição, dos nossos familiares e do nosso próprio corpo. Separações cruelmente dolorosas para as almas apegadas às coisas temporais. Mas, para aqueles que se estabeleceram firmemente no santo abandono, não têm a mesma amargura. Com efeito, o abandono torna-nos virtuosamente indiferentes a tudo aquilo de que a morte nos há de privar à força. Que venha quando quiser; o sacrifício já foi realizado no nosso coração e já não nos prendemos a nada do que ela nos pode tirar. Deus é o único objeto dos nossos afetos e é precisamente a morte que, separando-nos de tudo o mais, nos unirá inseparavelmente a Ele.

A morte será acompanhada por um terrível cortejo de sofrimentos e tentações. É o combate final, a maior e mais angustiante de todas as provações. Ora, nada prepara melhor para esse momento decisivo do que o abandono, porque nos habitua a receber tudo da mão de Deus com amor e confiança e a cumprir corajosamente os nossos deveres, mesmo sob o peso da cruz, sustentados pela lembrança do poder e da bondade divinos.

Foi por isso que Santa Teresinha do Menino Jesus pôde dizer, com legítima confiança: «Não tenho medo dos combates finais nem dos sofrimentos da minha doença, por mais penosos que sejam. O bom Deus sempre me sustentou; ajudou-me e conduziu-me pela mão desde a mais

tenra infância... E conto com inteira confiança com o seu auxílio no último momento. Os meus sofrimentos poderão ser extremos, mas tenho a certeza de que Ele nunca me abandonará.»[290]

A passagem do tempo para a eternidade é algo de profundamente impressionante, mesmo para as almas mais santas. «Como é solene a hora em que me encontro!», exclamava a Irmã Isabel da Trindade. «O pensamento da grande eternidade faz estremecer a minha alma. Parecia-me que já há muito vivia nela e, contudo, descubro agora que é uma terra desconhecida... Sinto um sentimento indefinível, uma emoção estranha perante a proximidade da justiça e da santidade de Deus. E encontro-me tão pequena, tão vazia de todo o mérito! Oh! Como é necessário encorajar os agonizantes e inspirar-lhes confiança!»[291]

«Oh! Se soubésseis como é necessário rezar pelos moribundos!», repetia Santa Teresinha do Menino Jesus. E, de facto, depois de uma vida tão pura e tão santa, ouviu ela própria, durante a última doença, uma voz maligna que lhe murmurava: «Tens a certeza de ser amada por Deus? Veio Ele dizer-to?» Isto causou-lhe uma angústia indizível que durou vários dias. [292]

«Ó Padre», dizia Santa Joana Francisca de Chantal ao seu confessor, no leito de morte, «posso assegurar-vos que os juízos de Deus são terríveis.» O confessor perguntou-lhe se sentia medo. «Não», respondeu ela, «mas repito: os juízos de Deus são terríveis.»[293] É o grito da pobre natureza levada ao extremo; é o impacto daquele momento decisivo, de uma solenidade inexprimível; é a angústia de uma consciência delicada, alarmada pela sua própria humildade.

A alma que vive no santo abandono triunfará sobre este temor. Não descurará nenhum dos meios de completar a sua preparação. Mas, acima de tudo, recordar-se-á de que vai finalmente ver o seu Pai, o seu Amigo, o seu Bem-Amado, Aquele em quem colocou toda a sua alegria, o Deus do seu coração, a quem nunca deixou de imolar a própria vida, instante após instante. Recordará, com doce emoção, as inumeráveis provas do seu amor, da sua misericórdia e da sua inexprimível ternura. Sentirá que O ama de todo o coração e que é ainda mais profundamente amada por Ele.

Oh! Como será feliz ao poder dizer-Lhe, nessa hora solene e decisiva, com o Salmista: «Vós sois o meu Deus; os meus dias estão nas vossas mãos» (Sl 31,15-16). Em suma, viveu uma vida de amor e de confiança, e atravessará a morte com amor e confiança. Depois de vidas tão cheias de sofrimentos interiores, Santa Joana Francisca de Chantal e Santo Afonso de Ligório morreram numa grande paz. Talvez Deus queira conservar-nos na cruz até ao último instante. Mas não é raro ver almas abandonadas partir sem qualquer receio e entrar na eternidade serenas e alegres, como uma criança que entra na casa dos pais ou como uma religiosa que entra no coro para cantar os louvores divinos.

Assim aconteceu com a Bem-aventurada Maria Madalena Postel: «Nos seus últimos momentos não deu qualquer sinal de fraqueza nem de medo. Tendo sido durante toda a vida tão perfeitamente submissa à vontade de Deus, dificilmente poderia ser de outro modo no fim. Os seus últimos instantes foram, portanto, cheios de calma, confiança e abandono. O capelão exortou-a a oferecer o sacrifício da própria vida. “Nada me custa”, respondeu ela. “Faça-se em tudo a vontade do bom Deus!” As suas filhas espirituais, radiantes ao vê-la tão tranquila e tão serena, perguntaram-lhe se era feliz. “Sim”, respondeu, “muito feliz!” O seu rosto recuperou todo o encanto da juventude. Parecia resplandecer de felicidade, como uma alma que já tivesse entrado no Paraíso. E não cessava de permanecer unida ao seu Bem-Amado por atos de fé e por amorosas aspirações.»[294]

Nesta hora tremenda, ninguém se julga suficientemente puro nem suficientemente rico em méritos. É verdade. Mas o santo abandono é, sem dúvida, o melhor meio de tirar o maior proveito da última e decisiva provação. Oh! Que imenso mérito podemos adquirir submetendo-nos com amorosa paciência ao doloroso trabalho da dissolução da vida, recebendo da mão de Deus, com confiança filial, o amargo cálice da morte! Eis uma ocasião para acrescentar mais um magnífico feixe de méritos aos já colhidos, e precisamente o mais rico de todos, composto do melhor trigo. É também uma oportunidade para oferecer à justiça divina um sacrifício muito agradável e, talvez, uma expiação suficiente pelos nossos pecados.

Segundo Santo Afonso: «Aceitar a morte que Deus nos apresenta, para nos conformarmos com a sua santa vontade, merece uma recompensa

semelhante à do martírio. Com efeito, os mártires só o são porque aceitaram os tormentos e a morte para agradar a Deus. Quem morre com a sua vontade conforme à vontade divina morre uma morte santa; e quem morre em perfeita conformidade morre uma morte perfeitíssima. Luís de Blois afirmou que um único ato de perfeita conformidade no momento da morte basta para nos preservar não só do inferno, mas até do purgatório.»[295]

Mas, pelo menos, não será motivo de angústia deixar para trás, no exílio, em perigo, talvez na aflição, todos aqueles que, depois de Deus, mais profundamente amámos nesta vida: os nossos familiares, os nossos irmãos de religião e, possivelmente, outras pessoas queridas a quem servíamos de apoio? A Beata Maria Madalena deixou atrás de si uma Congregação ainda na infância, mal fundada e na maior indigência. Contudo, «durante a sua vida tinha sido apenas o instrumento da Providência e, por isso, morreu sem a menor ansiedade quanto ao futuro do seu Instituto. Enquanto viveu, nunca confiara no seu próprio braço; e, agora, nos seus últimos momentos, continuava a depositar toda a sua confiança unicamente em Deus.»[296] Todos aqueles que amámos na terra não deixarão de ser amados por nós no Céu. Muito pelo contrário. O nosso amor tornar-se-á então mais forte e mais esclarecido, e estaremos em melhores condições de velar pelos nossos amigos e de promover os seus interesses mais elevados. Não é Deus o Soberano Senhor dos seus destinos? E quem poderá ter junto d'Ele, no Céu, maior influência do que aqueles que viveram apenas do Seu amor, numa fidelidade constante a todos os deveres impostos pela Sua vontade significada e num abandono perfeito ao Seu beneplácito? Foi Ele próprio quem nos disse: «Cumprirá a vontade dos que O temem e ouvirá a sua oração» (Sl 144, 19). Que promessa poderia ser mais consoladora? Façamos a vontade de Deus, e Ele fará a nossa; realizemos tudo o que Ele deseja, e Ele realizará tudo o que desejamos.

Assim se explica o admirável poder de intercessão exercido pelas almas que vivem numa conformidade amorosa e perfeita. Porque nada recusam a Deus, também Ele nada lhes recusará. O poder da sua oração, tanto na terra como no Céu, será sempre proporcionado ao grau do seu amor, da sua obediência e do seu abandono. E, se agrada a Deus destacar algumas almas dentre as mais santas para uma glorificação especial, não precisamos de procurar outra explicação para a Sua escolha.

Não será isto que explica, por exemplo, porque motivo Santa Teresinha do Menino Jesus se tornou a grande taumaturga do nosso tempo? Nos últimos tempos da sua vida, parece ter tido uma consciência muito clara da sua futura missão. Revelou mais de uma vez esse segredo. «Quero passar o meu Céu a fazer bem sobre a terra», dizia ela. «Depois da minha morte farei cair uma chuva de rosas. Sinto que a minha missão está prestes a começar: a missão de fazer amar a Deus como eu O amo e de comunicar às almas o meu pequeno caminho.» «Qual é, então, esse pequeno caminho que desejas ensinar?» «É o caminho da infância espiritual, o caminho da confiança e do abandono total.» Ouçamos agora a razão em que fundamenta a sua confiança: «Nada dei a Deus senão amor, e Ele retribuir-me-á com amor. No Céu realizará todos os meus desejos, porque na terra nunca fiz a minha própria vontade.»[297]

Concluamos com um episódio muito conhecido, mas que tem para nós, cistercienses, um interesse particular. O protagonista foi um irmão converso da nossa Ordem, o Beato Aignan de Eberbach, e o narrador também pertence à nossa família: o Beato Cesário, prior de Heisterbach. No mosteiro de Eberbach vivia um santo irmão, particularmente notável pela sua simplicidade e obediência. Deus concedera-lhe um dom tão extraordinário de milagres que bastava tocar no seu cíngulo ou no seu hábito para que os doentes e enfermos fossem curados de todos os seus males. Admirado por um favor tão extraordinário e não vendo no irmão sinais exteriores de santidade excecional, o abade perguntou-lhe um dia como explicava que Deus realizasse tais prodígios por seu intermédio.

«Também eu não o compreendo», respondeu o irmão. «Nem na oração, nem nas vigílias, nem no trabalho, nem nos jejuns ultrapasso os meus irmãos. Apenas sei que, em todos os acontecimentos, favoráveis ou adversos, adoro a vontade do bom Deus. Tomei a resolução de querer sempre e em tudo apenas aquilo que Deus quer e, pela Sua graça, abandonei inteiramente a minha própria vontade à d'Ele. Por isso, nem a prosperidade me exalta, nem a adversidade me abate; recebo tudo com igual serenidade, como vindo da mão de Deus, e a única coisa que Lhe peço é que a Sua santa vontade se cumpra perfeitamente em mim e em todas as criaturas.»

«Mas», replicou o abade, «não sentiste qualquer perturbação quando, há poucos dias, uma mão maliciosa incendiou o celeiro e nos privou dos meios de subsistência?»

«Não, reverendo padre. Até dei graças a Deus por esse acontecimento, como costumo fazer em todas as circunstâncias semelhantes, persuadido de que o Senhor nada faz nem permite que não seja para a Sua maior glória e para o nosso maior bem. Assim, aconteça o que acontecer, permaneço sempre plenamente satisfeito.»

Depois desta resposta, que revelava uma alma completamente conformada com a santa vontade de Deus, o abade deixou de se admirar ao ver aquele irmão realizar tão grandes prodígios e milagres.[298]

CONCLUSÃO

Resumamos agora brevemente esta longa obra, para pôr em evidência as conclusões práticas que dela decorrem.

A vontade divina é a regra suprema da nossa vida, o critério do que é bom, do que é melhor e do que é perfeito. Quanto mais completamente nos conformarmos com ela, tanto mais santos nos tornaremos.

Existe a vontade significada de Deus, à qual corresponde a obediência. Para nós, religiosos, manifesta-se sobretudo através da nossa santa Regra e das ordens dos nossos superiores. Da parte de Deus, constitui um governo estável e permanente; da nossa parte, representa os deveres de cada dia e de toda a vida. A obediência deve, portanto, ser para nós o grande meio de santificação.

Existe também o beneplácito divino, ao qual corresponde a conformidade da nossa vontade. Este dá-se a conhecer através da sucessão dos acontecimentos. E, tal como os acontecimentos que o revelam, parece variável, casual e, por vezes, desconcertante; na realidade, porém, é sempre a vontade sábia e paternal de Deus. A Regra foi estabelecida para orientar a comunidade; mas o beneplácito divino atende às necessidades mais pessoais de cada um. Não substitui de modo algum a Regra. Pelo contrário, reforça a

sua ação com a sua própria intervenção, sempre benéfica, muitas vezes muito eficaz e, por vezes, até decisiva. Se formos verdadeiramente espirituais, abraçaremos com amor toda a vontade de Deus, tanto a vontade significada como a vontade de beneplácito, para recolher todos os frutos de santidade que ela coloca ao nosso alcance.

A conformidade nascida do temor, ou simples resignação, basta para produzir efeitos muito salutares, e ninguém está dispensado de a praticar. A conformidade inspirada pela esperança é mais elevada no seu motivo e mais rica nos seus frutos; está ao alcance de todas as pessoas piedosas. Mas, incomparavelmente mais nobre, mais meritória e mais feliz é a conformidade produzida pelo amor; quando este se torna um hábito estável, constitui o caminho dos perfeitos. E foi precisamente esta conformidade absoluta, amorosa e filial que procurámos estudar sob o nome de abandono.

O santo abandono aperfeiçoa em nós, com tanta força como doçura, o desapego universal, o amor divino e todas as outras virtudes. É a mais poderosa, mas também a mais suave, cadeia para manter a nossa vontade cativa sob a vontade de Deus, numa união de corações cheia de humilde confiança e de afetuosa intimidade. Ao santo abandono pertence, de um modo muito particular, o segredo de nos assegurar a liberdade de espírito, a constante serenidade, a paz e a alegria do coração. Proporciona-nos ainda um delicioso repouso em Deus e, o que é ainda mais precioso, produz as mais nobres virtudes e conduz-nos com a maior segurança à santidade. Tomando-nos pela mão, em união com a obediência, guia-nos seguramente pelos caminhos da perfeição, prepara-nos para uma morte feliz e eleva-nos às mais altas regiões do Paraíso. É o verdadeiro ideal da vida interior. Que alma esclarecida não aspiraria a ele com todo o ardor de um amor inflamado? Se conhecêssemos melhor o seu valor, esforçar-nos-íamos com todas as nossas forças por caminhar para ele, alcançá-lo, estabelecer-nos firmemente nele e progredir nele cada dia mais. Sem dúvida, não o podemos obter sem pagar o seu preço. Mas, uma vez conquistado, não compensará esse tesouro, e abundantemente, tudo quanto custou adquiri-lo? Que devemos, então, fazer para o alcançar?

Como vimos, o santo abandono pressupõe três condições prévias: um desapego universal, uma fé viva e uma confiança absoluta na Divina

Providência.

Pratiquemos, pois, cuidadosamente a mortificação interior e procuremos tornar-nos, pela virtude, indiferentes aos bens e aos males temporais, à saúde e à doença, às aridezes e às consolações; em suma, a tudo o que não seja Deus ou a Sua santa vontade, para que Ele possa dispor de nós como melhor Lhe aprouver, sem encontrar qualquer resistência da nossa parte. E, porque a natureza tem as suas raízes mais profundas no orgulho e na independência, devemos cultivar com especial cuidado a obediência e a humildade.

Procuremos crescer todos os dias na fé e na confiança filial na Providência. O acaso é apenas uma palavra sem verdadeiro significado. É Deus quem dirige tanto os grandes acontecimentos do mundo como os mais pequenos incidentes da nossa vida. Na execução dos Seus desígnios serve-Se das causas secundárias, mas estas nada podem fazer independentemente d'Ele. Tanto os maus como os justos são instrumentos nas Suas mãos, queiram ou não. No tempo oportuno, castigará os primeiros e recompensará os segundos; entretanto, quer servir-Se tanto dos vícios como das virtudes de uns e de outros para promover o nosso progresso espiritual. Nem sequer os pecados conseguem frustrar os Seus desígnios, porque Ele os previu todos e faz até que concorram para a realização dos Seus fins.

Aquele que tudo dispôs e é o Soberano Senhor dos homens e dos acontecimentos é o nosso Pai infinitamente sábio e bom, o nosso Salvador, que deu a própria vida por nós, e o Espírito de Amor, sempre ocupado na obra da nossa santificação. Sem dúvida, procura a Sua glória em tudo o que faz; mas estabeleceu essa glória precisamente em tornar-nos bons e felizes. Assim, em todas as coisas procura o bem da Igreja e das almas. Cuida, de modo particular, da nossa eternidade, porque nos ama à Sua maneira, que é a única verdadeiramente sábia. Se crucifica em nós o homem velho, é apenas para dar vida ao filho de Deus. Mesmo quando nos fere duramente, é o Seu amor que guia o braço e a Sua sabedoria que mede o peso do golpe. Mas, infelizmente, nem sempre compreendemos isto e, por vezes, ficamos desiludidos e perturbados com os caminhos da Providência.

O bom Mestre poderia dirigir-nos as palavras que disse a Santa Gertrudes: «Gostaria que os Meus amigos não Me julgassem tão cruel.

Deviam ter a bondade de acreditar que uso a severidade apenas para seu proveito, para o seu maior bem. É o Meu amor por eles que Me move; e, se não fosse necessário curá-los dos seus defeitos e aumentar os seus graus de glória eterna, não permitiria sequer que uma leve aragem soprasse contra eles.» Jesus, instruindo a Sua fiel esposa, «fê-la compreender, pouco a pouco, que tudo chega aos justos pelas mãos de Deus; que os sofrimentos e as humilhações têm um valor inestimável e são os dons mais preciosos da Divina Providência; que as enfermidades espirituais, as tentações e até as nossas faltas se tornam, pela Sua graça, os mais poderosos meios de santificação. Mostrou-lhe também como escuta as orações dos Seus amigos, mesmo quando eles julgam, tantas vezes, estar esquecidos ou repelidos; como é a intenção que dá valor às nossas ações diante dos Seus olhos; como, quando fracassamos nas empresas empreendidas para Sua glória, aceita a boa vontade como se fosse a própria obra. Revelou-lhe ainda a excelência soberana do abandono completo ao beneplácito divino e a alegria que o Seu Sagrado Coração experimenta ao ver uma alma entregar-se cegamente aos cuidados da Sua Providência e do Seu amor.»[299]

Santa Gertrudes compreendeu estes ensinamentos divinos. Gravou-os tão profundamente no coração que podia repetir, em todas as circunstâncias, com o seu adorável Mestre: «Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado» (Mt 11, 26). Se também nós desejamos cantar sem cessar este cântico do santo abandono, devemos penetrar a nossa alma com estas mesmas verdades salutares e alimentarmo-nos delas na oração e na leitura espiritual, de modo a conformar gradualmente o nosso espírito com o espírito do Evangelho. Além disso, nunca devemos fechar os olhos a esta luz da fé para vermos apenas o lado perturbador dos acontecimentos. Trata-se de uma questão da maior importância. A nossa natureza orgulhosa e sensual não gosta de ser contrariada, humilhada, inquietada, privada dos seus prazeres ou saturada de sofrimentos. Por isso, revolta-se. Quando sente a dor, murmura contra a provação e contra aqueles que julga responsáveis por ela. Esquece Deus, o verdadeiro Autor da provação, e deixa de pensar nos frutos de santidade que Ele espera dela. Daí nasce todo um mundo de descontentamento, inquietação e amargura. Esta agitação doentia deve levar-nos a compreender que os nossos olhos se desviaram do rumo e que a nossa vontade vacila. Oh! Como é feliz e prudente aquele que vê, em todos os

acontecimentos, favoráveis ou adversos, a mão do nosso Pai celeste e os considera apenas à luz da eternidade!

Mas, se o desapego universal, a fé viva e a confiança na Divina Providência nos preparam admiravelmente para o santo abandono, é o amor de Deus que verdadeiramente nos fixa nesse estado feliz. Só ao amor divino pertence fundir a nossa vontade na vontade de Deus e revestir esta união tão íntima daquele carácter de afetuosa intimidade e de confiança filial que distingue as almas abandonadas. E realiza esta transformação da nossa vontade, esta entrega total de nós mesmos, por assim dizer naturalmente. Porque tal é a tendência do amor, tal é o seu instinto; e só a este preço encontra repouso: ao dar o coração, dá também a vontade; entrega-se por inteiro, sem reserva nem divisão. Pelo menos assim acontece quando o amor atingiu a sua plena maturidade. Consequentemente, a ciência do abandono não é outra coisa senão a ciência do santo amor. Por isso, para progredirmos na conformidade perfeita do abandono, devemos procurar crescer no amor, não naquele amor imperfeito que esconde um secreto amor-próprio, mas no amor absolutamente puro, que esquece sabiamente os seus próprios interesses para se entregar sem reservas a Deus.

Ricos de fé, de confiança e de amor, estaremos então perfeitamente dispostos a receber, com respeito e submissão, todos os acontecimentos do beneplácito divino à medida que eles se apresentem, ou a aguardá-los com doce tranquilidade e paz confiante. Enquanto cumprimos os deveres impostos pela vontade significada de Deus, sem omitir as precauções e os esforços pessoais que a prudência exige, afastamos facilmente toda a inquietação e agitação e repousamos docemente nos braços da Providência, como uma criança ao colo da sua mãe.

Mas, como todas as outras virtudes, o santo abandono deve ser adquirido pela repetição de atos, sobretudo na oração. O desapego universal, a fé, a confiança e o amor só são possíveis pela graça. E é necessária uma abundância de graça para adquirir estas virtudes no elevado grau exigido pelo santo abandono. Daí a necessidade da oração. Santo Afonso assegura-nos que nunca podemos dispensar a oração, qualquer que seja o estado em que nos encontremos, mesmo na consolação, na paz e na prosperidade; muito menos sob os golpes da adversidade, nas tentações, nas

obscuridades e nas provações de toda a espécie. Recomenda-nos que digamos a Deus: «Senhor, conduzi-me pelo caminho que Vos aprouver. Concedei-me apenas que faça a vossa vontade: nada mais desejo.» Certamente, temos o direito de pedir ao Senhor que alivie o nosso fardo. Mas Santo Afonso convida-nos para uma disposição mais generosa: «Esposa bendita de Jesus», escreve ele na sua obra *A Religiosa Santificada*, «adquire o hábito de te ofereceres incessantemente a Deus na oração. Declara-Lhe que, por amor d'Ele, estás pronta a suportar toda a dor da alma ou do corpo, toda a espécie de desolação, enfermidade, insulto ou perseguição; e não deixes também de pedir a graça de cumprir, em tudo o que te acontecer, a sua santa vontade.»

Contudo, não aconselharíamos, em regra, as almas a pedirem sofrimentos. Julgamos também que, em vez de especificar demasiado as cruzes, será mais prudente aceitar, de um modo geral, todas aquelas que Deus destinou para nós, confiando na sua bondade e na sua sabedoria.

«Segue igualmente», continua Santo Afonso, «este conselho tão importante dado pelos mestres da vida espiritual: sempre que te sobrevier uma grande adversidade, nada há de mais proveitoso do que fazer dessa mesma desgraça o objeto da tua oração e, por conseguinte, de repetidos atos de resignação. Os santos não estimavam exercício algum tanto como a união contínua da sua vontade com a vontade de Deus. São Pedro de Alcântara praticava-o até durante o sono. E Santa Gertrudes repetia trezentas vezes por dia: “Meu Jesus, faça-se não a minha vontade, mas a vossa.”»[300]

São Francisco de Sales recomendava a Santa Joana de Chantal que se exercitasse particularmente em aprovar e amar a vontade de Deus com mais energia, ternura e afeto do que qualquer outra coisa no mundo, mesmo nos acontecimentos que parecem insuportáveis. Levanta os olhos para a vontade geral de Deus, pela qual Ele decreta todas as obras da sua misericórdia e da sua justiça no Céu, na terra e debaixo da terra; e, com a mais profunda humildade, aprova, louva e ama essa vontade soberana, toda santa, toda justa, toda bela. Depois, contempla a vontade particular de Deus, pela qual Ele ama os seus. Considera a variedade das consolações, mas sobretudo a variedade das tribulações que constituem a herança dos bons. E, de novo,

com profunda humildade, aprova, louva e ama essa vontade particular. Considera essa mesma vontade naquilo que diz respeito a ti em particular, em tudo o que te acontece ou possa acontecer, quer de bem quer de mal, exceto o pecado. Então aprova, louva e ama todos esses acontecimentos, declarando que desejas sempre honrar, estimar e adorar esta vontade soberana, recomendando à sua misericórdia a ti mesmo e a todos os teus amigos, entre os quais me incluo. Conclui, por fim, com um grande ato de confiança de que essa vontade fará tudo o que contribuir para o nosso bem e felicidade. Depois de praticares este exercício duas ou três vezes desta maneira, poderás abreviá-lo, diversificá-lo ou modificá-lo, conforme achares conveniente. Porque devemos habituar o nosso coração a ele por meio da sua frequente repetição.[301]

A Senhora Isabel, na prisão de onde só havia de sair para subir ao cadafalso, costumava repetir todas as manhãs a seguinte oração: «Meu Deus, que me acontecerá hoje? Não o sei. Tudo o que sei é que nada pode acontecer que Vós não tenhais previsto, regulado e determinado desde toda a eternidade. Isso basta-me, meu Deus; isso me basta. Adoro os vossos desígnios impenetráveis e, por amor de Vós, submeto-me a eles de todo o coração. Quero tudo o que ordenastes, aceito tudo, sacrifico tudo; e uno este meu sacrifício ao de Jesus Cristo, meu divino Salvador. Suplico-Vos, em seu nome e pelos seus infinitos méritos, a graça da paciência nos meus sofrimentos e da perfeita submissão que Vos é devida em tudo o que quereis ou permitis. Ámen.»

Digamos também, de vez em quando, com Saint-Jure: «Ó meu Senhor e meu Deus, quero e aprovo tudo o que Vós quiserdes, sempre que o quiserdes, da maneira que o quiserdes e para os fins que o quiserdes: o frio, o calor, a chuva, a neve, a tempestade, a geada, a fome, a peste e todas as desordens dos elementos; a fome, a sede, a pobreza, a infâmia, os ultrajes, os desgostos, os cansaços e todas as outras misérias. Abandono-me a Vós com um coração submisso, para que disponhais de mim nestas e em todas as coisas segundo o vosso beneplácito. Quanto às enfermidades, Vós sabeis aquelas que me destinastes. Eu quero-as, e desde este momento aceito-as e abraço-as em espírito, imolando-me à vossa divina e adorável vontade. Quero essas, e não outras, porque são essas que Vós quereis. Aceito-as em perfeita conformidade com a vossa vontade e tal como as determinastes,

quer quanto ao tempo da sua vinda, quer quanto à sua duração, quer quanto ao seu caráter e às suas qualidades. Não as quero nem mais graves nem mais leves, nem mais longas nem mais curtas, nem mais dolorosas nem mais suaves, mas apenas como Vos aprouve determiná-las.» Quanto a todas as coisas, «Ó meu Senhor e meu Deus, abandono-me e entrego-me inteiramente a Vós. Confio-Vos o meu corpo, a minha alma, os meus bens, a minha honra, a minha vida e a minha morte. Adoro todos os vossos desígnios a meu respeito. E, de todo o coração, peço que tudo o que decretastes acerca de mim, no tempo e na eternidade, se cumpra do modo mais perfeito possível.»[302]

É bastante fácil fazer estes atos enquanto não temos de suportar nenhuma provação. Mas é precisamente quando a cruz pesa fortemente sobre nós que temos maior necessidade de os produzir. «Em vez de perderes tempo a queixar-te dos homens ou da fortuna», diz De la Colombière, «corre imediatamente lançar-te aos pés do bom Mestre e pede-Lhe a graça de suportar a provação com paciência. Um homem que recebeu uma ferida grave, se for prudente, não correrá atrás daquele que o feriu; apressar-se-á antes a procurar o médico que o pode curar. Além disso, mesmo que estejas decidido a procurar o autor dos teus sofrimentos, é sempre a Deus que deves recorrer, porque só Ele pode ser a sua causa última. Vai, pois, a Deus; mas vai sem demora, vai imediatamente; faz disso a tua primeira preocupação. Vai e restitui-Lhe, por assim dizer, a seta que Ele lançou contra ti, o açoite de que Se serviu para te castigar. Beija mil vezes as mãos do teu Crucificado, essas mãos que te feriram e causaram todo o mal que te aflige. Repete muitas vezes ao teu Salvador aquelas belas palavras que Ele próprio dirigiu ao seu Pai celeste na sua dolorosa agonia: “Pai, não se faça a minha vontade, mas a vossa.” Eu Vos bendigo de todo o coração. Dou-Vos graças porque realizastes em mim os vossos desígnios; e, ainda que estivesse em meu poder resistir às vossas determinações, nunca deixarei de me lhes submeter. Aceito a presente provação com todas as suas circunstâncias. Não me queixo nem do mal que sofro, nem das pessoas que o causaram, nem da maneira como aconteceu, nem do lugar ou do tempo em que me sobreveio. Porque sei que tudo foi querido por Vós, e preferiria morrer a opor-me, seja no que for, à vossa vontade. Sim, ó meu Deus, em tudo o que quereis em mim e em todos os homens, hoje e sempre, no Céu e

na terra, faça-se a vossa santa vontade. Apenas Vos peço que ela se faça na terra como se faz no Céu.»[303]

Esta vontade santa e adorável, quer seja a vontade significada quer a vontade de beneplácito, se soubéssemos sempre reconhecê-la, sempre aprová-la, sempre abraçá-la e sempre cumpri-la de todo o coração, com amor e fidelidade, como fazem os anjos e os santos no Céu; esta vontade divina, digo eu, transformaria rapidamente a face do mundo: a santidade floresceria por toda a parte, uma alegria constante encheria todos os corações, a caridade reinaria entre os homens e a paz nas famílias e entre as nações.

Apesar das provações, a nossa vida decorreria na doçura e na felicidade, perfumada pela confiança e pelo santo amor, enriquecida de virtudes e de méritos. E, quando chegasse a nossa última hora, deixaríamos de bom grado este exílio para entrar na nossa pátria; e, longe de temermos em Deus um juiz severo, ansiaríamos por ir ao encontro do nosso Pai celeste. A terra tornar-se-ia assim um paraíso antecipado, e no verdadeiro Paraíso esperar-nos-ia uma superabundância de glória e de felicidade. Oh! Como bendirão o Senhor aqueles que aprenderam a amá-Lo e a segui-Lo, com confiança filial, por onde quer que Ele os conduza! E quão lamentavelmente se enganam aqueles que não confiam suficientemente no seu Deus, no seu Pai, no seu Salvador, no Amigo dos amigos, para Lhe permitirem santificá-los e fazê-los felizes! Amemos, ao menos, o nosso tão bom e tão sábio Mestre; cumpramos corajosamente tudo o que Ele quer; e aceitemos com confiança tudo o que Ele dispõe para nós: nisto consiste o homem, nisto consiste o cristão, nisto consiste o religioso. Este é o caminho das mais altas virtudes, o segredo da felicidade para o tempo e para a eternidade.

FIM

NOTAS

[1] Esprit., I^{r} p., xxix.

[2] Perf. Chret., 8^{e} tr., c. I.

[3] Omer, Prat. de la perf., c. I

[4] Op, cit., ibid

[5] Id,, ibid.

[6] Veremos mais adiante como o homem, mesmo abusando pecaminosamente da sua liberdade, longe de frustrar os desígnios de Deus, concorre na realidade para a sua realização.

[7] S. Francisco de Sales, Amour de Dieu, i, viii, c. iii.

[8] Vie dévote, 3e P., c. xiv.

[9] Carta 100

[10] Carta100

[11] Santo. Afonso, Am. de J.-C., x, 2.

[12] Esprit, i4e P., xiv et xxxiv.

[13] Vie devote, 3e P., cc. xiv et xv

[14] Abandon, i, vi, lettre, 6,

[15] Vie de la Bse. M.-Mad. de Postel, c. xxxvii

[16] Abandon, i, v, let., 5.

[17] Abandon, 1, v, let., 4.

[18] Bougaud, Hist, de Ste. Ch., cc. iv et v.

[19] Saint-Jure, Conn, et am. de N.-S. J.-C., i, iii, c. xxiv.

[20] Conf., 5, 3, et Ver. ep., c. xiii.

[21] Ver. ep. de J.-C., c. vii.

[22] In Cant., xxx.

[23] Chemin, c. x

[24] Vie, c. xiii.

[25] Ver. dp., c. xiii.

[26] Esprit, xviii, 50

[27] Seconde Vie par Alain, cc. x et xiv.

[28] Vie, xvi, xxxvii, xl

[29] Vie du Bal. Alv., x.

[30] Vie, par Dom Jean de St. Fr., i, v.

[31] Ibid, et Lettre, 412.

[32] Epist., 144.

[33] Saint-Jure, op. cit., i, iii, c. viii.

[34] Conf., 5, 2

[35] Conn, et Am., i, iii, c. viii

[36] Vie dévote, 3e P., c. xxxvii

[37] Esprit, p. x

[38] De Segur, Hist. Pop. de S. Fr. d’Assise, c. iii.

[39] Ver. E., c. vii.

[40] Entret., vi et xxi.

[41] Perf. Chret., 8e, c. xiv.

[42] Loc. cit.

[43] Perf. Chret., 8e, c. xv.

[44] Lehodey, Directoire Spirituel, s. vii, c. i.

[45] Op. cit., 8e tr., c. xv.

[46] Serin. in Cant., li et lii.

[47] Esprit, Ire P., 15.

[48] Vie, append.

[49] Esprit, x, 15

[50] Ibid., xii, 4.

[51] Vie dévote, 3e P., c vii

[52] Vie dévote, 3e P., c vii

[53] Lettre, 424.

[54] Esprit, x, 15, et xii, 4-7; Vie, i, v; Lettre, 424

[55] Berthe, op. cit., I, iii, c. viii.

[56] Histoire, Conseils et Souv.

[57] Ep 87

[58] Ibid

[59] Esprit, xvi. 35.

[60] Ibid

[61] Op. cit., x, 17.

[62] Loc. Cit

[63] St. Lig., Ver. ep., c. viii.

[64] Am. de Dieu, i, xi, c. xix.

[65] Vie, i, v; Esprit, i, 27

[66] Segur, Œuvres de St. Fr. d'Assisi, Max. 1.

[67] Vie dévote, 3e P., c. iii

[68] St. Ther., Vie, xxx.

[69] Ver. ep., c. xiii

[70] Poulain, Graces d'Or., c. xxiv

[71] Ver. ep., c. xiii.

[72] L'Exempl., cc. xxii, xxxi, xl.

[73] Berthe, Saint Alphonse, i, vi, c. xi

[74] Am. de Dieu., i, viii, c. iv

[75] Am. De Dieu, I, viii, c., iv

[76] Bossuet, Etats d'Or., ii, viii et ix

[77] Am. de Dieu, i, ix, c. iv ; Entret., ii

[78] Histoire, c. v

[79] Sess. VI de Justif., c. vii.

[80] Entret., xviii

[81] Id. Am de Dieu, i, ii, cc. vi et vii.

[82] Id. Am de Dieu, i, ii , c. vii

[83] Etats d'Or., i, viii, 14

[84] Am. de Dieu, i, ix, c. vii.

[85] Entret., vi et xx

[86] De perf. vitae spir., P. iii, Sec. ii, c. ix.

[87] Le Gaudier, De per. vitae spir., P. iii, S. ii, c. ix

[88] Vie, xvii, xxi, xxv.

[89] Am. de Dieu, i, viii, c. ix

[90] Vie dévote, Ire P., c. v

[91] Id. loc. cit

[92] Le Gaudier, ibid., P. hi, S. ii, c. xiii.

[93] Du Pont, op. cit., xv.

[94] Conf., 5, 4.

[95] Saint-Jure, op. cit., i, iii, c. viii.

[96] Berthe, op. cit., i, i, c. xi et i, ii, c. ii

[97] Entret., vii

[98] St. Francis de Sales, Entret., vii

[99] Du Pont, op. cit., c. i

[100] Am. de Dieu, i, x, c. v.

[101] Berthe, op. cit., i, vi, c. xiii.

[102] L'Union avec Dieu, 4e P., cc. iii et x.

[103] St. Francis de Sales, Am. de Dieu, i, ix, c. vi.

[104] St. Francis de Sales, Am. de Dieu, i, ix, c. vi.

[105] De. Consid., i, ii, c. i.

[106] Am. de Dieu, i, ix, c. vi.

[107] Esprit, 6e P., x.

[108] Berthe, op. cit., i, vi, c. ii.

[109] Am. de Dieu, i, ix, c. vi.

[110] Id., ibid.

[111] Id., ibid., i, ix, c. vi.

[112] Ibid., 1, x, c. vii; et Entret., vii.

[113] Lettre, 429.

[114] Epist., 254.

[115] De Chaugy, Vie de Ste. J. de Chant., P. iii, c. xxvi.

[116] Am. de Dieu, i. ix, c. vii.

[117] Id., ibid.

[118] Am. de Dieu, i, ix, c. viii.

[119] Ibid.

[120] Epist., 201.

[121] Saint Francis de Sales, ibid.

[122] Op. cit., c. vii et viii.

[123] Id., op. cit., i, ix, c. viii.

[124] Histoire, c. xi.

[125] De Lombez, Paix inter., 4e P., c. vii.

[126] Abandon, 2e P., iii, 15.

[127] Abandon, 2e P i, vi; Lettre, 24.

[128] Vie, 1, v.

[129] Op. cit., 2e P., 1, iii; Lettre, 3.

[130] Id., ibid., Lettre, 19.

[131] Am. de J.C., c. xiii.

[132] Vie devole, 4e P., c. xiii.

[133] Spec, relig., c. vi.

[134] St. Francis de Sales, Am. de Dieu, i, xi, c. xx.

[135] De Caussade, op. cit., 2e P., iv, 4-22; vi, 17; vii, 14.

[136] Spec, relig., c. v i.

[137] St. Francis de Sales, Vie dévote, 4e P., c. xiii.

[138] Du Pont, cit., c. 1.

[139] Am. env., c. xiii.

[140] Op. cit., c. vi.

[141] Vie dévote, P. iv, cc. iv-v.

[142] Am. env., c. xiii.

[143] Serm, V. in Ps. xc.

[144] De Caussade, op, cit., P. ii, vi, 3.

[145] Blosius, Spec, relig., c. vi.

[146] Am, env. c. xiii.

[147] Serm. V, in Quadr.

[148] Loc. cit.

[149] Vie, c. xxv.

[150] Lettres, 397, 400, 427.

[151] De Caussade, op. cit., ii, vi, 3-5.

[152] Lettre, 428.

[153] Serm. in Cant., liv.

[154] Peines inter., 2.

[155] St. Lig., Refl. pieuses, xxxix.

[156] Id., Relig. Sand., c. xiii.

[157] Relig. Sand., c. xiii.

[158] Vie dévote, XV, c. xiii.

[159] De Relig., T. IV, i, ii, c. xviii, N. 4.

[160] Peines inter., 2.

[161] Id., loc. cit.

[162] Serm. in Cant., liv.

[163] Serm., div., 91.

[164] Conf., 5, 5, et Peines inter., 2.

[165] Vie dévote, P. IV, c. xv.

[166] Entret., ii, vi, xviii, xxi.

[167] Ibid., xxi.

[168] Vie, i, v, et append., Lettre de Ste. J.-F, de Chantal.

[169] Am. de Dieu, i, vi, c. xi.

[170] Lettres, 390, 391.

[171] Ibid.

[172] Relig. Sanct., c. xiii; Am. env., c. xiii; Conf., 5, 5.

[173] Vie dévote, P. IV, c. xiv.

[174] Relig. Sanct., c. xiii.

[175] Spec, relig., c. vi.

[176] Am, env., c. xiii.

[177] De Caussade, Abandon, 2e P., iv. 2.

[178] Idem.

[179] Am. env., xiii.

[180] Lettre, 490.

[181] Réflex. pieuses, xxxix; et Peines intér., 2.

[182] I, 1, c. xxv.

[183] Lettre, 4 a la R. M. Agnès et Souv.

[184] Paix int., P. 111, c. vii.

[185] Loc. cit.

[186] De Caussade, op. cit., ii , iv, 6; v, 15; vi. 2.

[187] Relig. Sanct., c. xiv.

[188] Abandon, P. II, iv, I, 6; et vii, 2.

[189] Lettres, 417 et 530.

[190] Abandon, P.ii, iv, 17.

[191] Lettre, 13.

[192] Manuel des ames int., Vérités fond.

[193] De Caussade, Abandon. P. ii, vi. 2 et 3.

[194] Ibid., P. ii, v, 15.

[195] Ibid.

[196] Id., op. cit., P. ii, iv, 3.

[197] Manuel des ames intr.

[198] De Caussade, Abandon, P. ii, iv-vi.

[199] Abandon, P .ii , iii, 2, 4.

[200] Paix inter., P. ii, c. vii.

[201] Relig. sanct., c. xviii; et Peines inter., i

[202] Vie du P. Balth. Alv., cc. x xxiii et l.

[203] Ibid.

[204] Etats d’or., xxii, art. d’Issy.

[205] Am. de Dieu, i, vii, c. vii.

[206] De Canon., i, iii, c xxvi.

[207] Grâces d'or., c. xxviii.

[208] Chemin, xviii,

[209] Entret., ii.

[210] Op. cit., I, ix, 12-13.

[211] Œuvres, T. iii, i-v, P. ii, c. iii.

[212] Lehodey, Voies de l’Or. mentale, P. iii, cc. i et x.

[213] Lehodey, Voies de l'Or. mentale, P. iii, c. i.

[214] Chateau, 4e dem., cc. i et ii.

[215] Œuvres, T. iii, i-v, P. ii, c. iii.

[216] Chateau, 6e dem., c. iv.

[217] Serm. in Cant., iii, xxxiv, et xlvi.

[218] Chemin, xviii, xix, xx, xxvi.

[219] I. Nuit., i a viii.—Vive flamme, 3e str., 3e V., n, 5.

[220] Fond, de Medina, c. iv.

[221] Lettre a une super.

[222] Direct, myst., Introd., c. i.

[223] Etats d'or., Pref.

[224] Imitation, i, iii, c. xxxi.

[225] Acta sanct., 2 Mart; Vita 2a, n. 119.

[226] De perf. vitae spirit., P. ii, sect., iii, c. iii.

[227] St. Fr. de Sales, Vie, app., lettre de Ste. J. de Chantal.

[228] Bougaud, Hist, de Ste. Chantal, c. xviii; St. Fr. de Sales, Am. de Dieu, i, vi, c. xi; Lettre, 454.

[229] Gauthey, Vie, Nos, 33-8.

[230] Histoire, cc. viii et ix.

[231] Chateau, 6e dem., c. ix.

[232] Vie, c. xxviii, et Relation, i.

[233] Vie, xxviii; Chateau, 6e dem., c. ix.

[234] Chateau, 6e dem., cc. iii et ix.

[235] Chateau, dem., iv, c. iii, et Vie, c. xv.

[236] Am. de Dieu, i, ii, c. xi

[237] Relig. sanct., c. xiv.

[238] Chemin, c. xix ; Vie et Chateau, passim.

[239] Comtesse d’Orves, St. Ph. de Neri, c. xxvii.

[240] Am. de Dieu, i, vii, cc. vi et vii.

[241] Chateau, 4e dem., c. iii.

[242] Bougaud, Hist. de Ste. Ch., c. xviii; Bossuet. Etats d'Or., i, viii, 26-40.

[243] Discours sur l’acte d’abandon.

[244] Montée, i, iii. c. i.

[245] Etats d’Or., i, x, 14.

[246] Ibid., Art. d’Issy, xxv.

[247] Vie, i, rel, au R. P. Alv.

[248] Vie, c. xxix.

[249] Gauthey, Vie de la Ste. Marg.-Marie, Nos. 72, 179, 180.

[250] Bougaud, Hist. de Ste. Ch., cc. vii et xxiii; St. Lig., Am. env., c. xiii.

[251] Berthe, S. Alph. de Lig., i, vi, c. xiv.

[252] Exempl., c. xxi.

[253] Exempl., c. xxii.

[254] Ibid.

[255] Le ciel sur la terre, 5e edit., c. xii .

[256] Id., ibid.

[257] Ant. env., c xi.

[258] Piny, op, cit., c. vii.

[259] Reflex. pieuses, 4, 13, 19.

[260] Amour divin, 3.

[261] Op. cit., c. ix.

[262] Entret., ii.

[263] Op. cit., c. iii.

[264] Conf., i; Am. env., c. ix; Resume, ix.

[265] Serm. in Cant., lxix et Ixxxiii.

[266] Vie et Vert. Chret., abandon, i.

[267] Parf. aband.

[268] Manuel des ames int., de la liberty des enf. de Dieu.

[269] Op. cit., ibid.

[270] Lettre, 390.

[271] Entret., iii et vii.

[272] Am. env., c. ix.

[273] Op, cit., ibid.

[274] Entret., vii.

[275] Vie de S. Fr. de Sales, app.

[276] Conn, et am., i, iii, c. viii.

[277] Vie et vert. Chret., Abandon, iii.

[278] Am. et Conn., i, iii. c. viii.

[279] Vie et Vert., Abandon, iii.

[280] De Prov., i, i.

[281] Loc. cit.

[282] Perf. Chret., tr. viii, c. iv.

[283] A holy religieuse was accustomed to say: " We make crosses for ourselves when we oppose our wills to the will of God. Let us conform them, and so make the two wills parallel, as two rails along which we shall run swiftly and surely to paradise.”

[284] Monnin, Cure d’Ars, i, iii, c. iii.

[285] Germain, Gem. Gal., c. xv.

[286] Souvenirs, cc. xxiv-v.

[287] Histoire, c. xii.

[288] Saint-Jure, Conn. et Am., i, iii, c. viii.

[289] Esprit, iii, 42.

[290] Histoire, c. xii.

[291] Souvenirs, c. xvii.

[292] Histoire, c. xii.

[293] Bougaud, Hist, de Ste. Chantal, c. xxxiv.

[294] Legoux, La Bse. Marie-Mad. Pastel, c. xxxii.

[295] Reg. de vie, iii.

[296] Legoux, op. cit., c. xxxii

[297] Histoire, c. xii; et Souvenirs.

[298] Cesaire, Dial., i, x, c. vi; St. Lig. Conf., 2

[299] Cros, Coeur de Ste. Gertrude, c. ix, 2.

[300] Relig. sanct., c. xiv.

[301] Lettres, 432 et 434.

[302] Op. cit., i. iii, c. viii.

[303] Serm., lxvii.